

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**ROBERTA SARTORI**

**O MUNDO DOS IMPLÍCITOS NO DEBATE POLÍTICO-JURÍDICO DA ELEIÇÃO  
PRESIDENCIAL NORTE-AMERICANA DE 2000 ATRAVÉS DO DISCURSO  
JORNALÍSTICO:  
UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICO-LÓGICO-COGNITIVA DA INFERÊNCIA NA  
INTERFACE COM A COMUNICAÇÃO**

**TESE DE DOUTORADO**

**Porto Alegre**

**2015**

ROBERTA SARTORI

**O MUNDO DOS IMPLÍCITOS NO DEBATE POLÍTICO-JURÍDICO DA ELEIÇÃO  
PRESIDENCIAL NORTE-AMERICANA DE 2000 ATRAVÉS DO DISCURSO  
JORNALÍSTICO:**

**UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICO-LÓGICO-COGNITIVA DA INFERÊNCIA NA  
INTERFACE COM A COMUNICAÇÃO**

Tese apresentada como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Dr. Jorge Campos da Costa

**Porto Alegre  
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação ( CIP )

S774m Sartori, Roberta

O mundo dos implícitos no debate político-jurídico da eleição presidencial norte-americana de 2000 através do discurso jornalístico : uma abordagem pragmático-lógico-cognitiva da inferência na interface com a comunicação / Roberta Sartori. - Porto Alegre, 2015.

**548 f. : il.**

**Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, PUCRS.**

**Orientador: Prof. Dr. Jorge Campos da Costa.**

1. Linguística. 2. Análise do Discurso Político. 3. Inferência.  
4. Metateoria das Interfaces. 5. Jornalismo – Discursos. I. Costa, Jorge Campos da. II. Título.

**CDD 410**

**Ficha Catalográfica elaborada por**

**Vanessa Pinent**

**CRB 10/1297**

ROBERTA SARTORI

**O MUNDO DOS IMPLÍCITOS NO DEBATE POLÍTICO-JURÍDICO DA ELEIÇÃO  
PRESIDENCIAL NORTE-AMERICANA DE 2000 ATRAVÉS DO DISCURSO  
JORNALÍSTICO:**

**UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICO-LÓGICO-COGNITIVA DA INFERÊNCIA NA  
INTERFACE COM A COMUNICAÇÃO**

Tese apresentada como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 27 de janeiro de 2015.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Jorge Campos da Costa – FALE/PUCRS

---

Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg – FAMECOS/PUCRS

---

Prof. Dra. Karina Verônica Molsing – FALE/PUCRS

---

Profa. Dra. Clarice Sohngen – FADIR/PUCRS

---

Prof. Dr. Fábio José Rauen – UNISUL

Porto Alegre  
2015

## DEDICATÓRIA

À minha mãe, Bernardete, e ao meu pai, Olivar (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, for watching over me so closely, so caring and so strongly! For such love! For such grace!

Ao meu marido, Alexandre Luso de Carvalho, pelo cuidado, amor e bom-humor.

Ao professor Jorge Campos da Costa, por acreditar em mim.

À professora Ana Maria Lisboa de Mello, pelo incentivo e coração aberto.

À professora Ana Ibaños, pelas palavras de incentivo.

À minha mãe, Bernardete, por todo suporte e investimento na minha vida.

À Tita e ao Dú, à tia Maria, à minha vó Gema, ao Gui pela paciência.

À PUCRS, por ser uma casa para a qual sempre posso retornar.

À Cláudia Strey, pela leitura inteligente, comentários esclarecedores e competência teórica elogiável.

Ao Pedro, à Taís e à Luciana, por torcerem tanto por mim.

À Eva Almeida da Silva por todo o cuidado.

Ao José Luiz Ribeiro e à Evelyn Bergman Ribeiro, pela companhia no final da caminhada.

À Igreja Batista Mont' Serrat pelo apoio e orações.

À Rossana Benites, pelo amparo e carinho.

À ESPM, pelo incentivo.

Às secretárias do PPGL.

À gurizada: aos quatro.

## **EPÍGRAFE**

Se você virar à direita ou à esquerda, teus ouvidos ouvirão uma voz atrás de você, dizendo: “Este é o caminho, andai por ele”. Isaías 30:21

## RESUMO

Através de avanços na concepção de ciência, valendo-se de Kuhn (1962), Poeppel (2004) e Giere (2006), Costa (2007b) lança a Metateoria das Interfaces e sugere um novo tratamento para a Linguística e para a significação. A Linguística deixa de ser vista como uma disciplina pré-existente e passa a ser tratada como Ciências da Linguagem e, portanto, como o resultado de construções de interfaces internas e externas. Da mesma forma, o significado em linguagem natural, para fins de investigação, deixou de ser um objeto observável, no e do mundo, para ser compreendido como um objeto complexo construído através dessas interfaces. A partir dessa concepção de interfaces e objetos complexos, respaldada pela Metateoria das Interfaces, a fim de estudar o significado por um viés inferencial, propomos a elaboração de um construto que tem na articulação de teorias de caráter inferencialista a capacidade de promover uma investigação mais interessante desse objeto tanto do ponto de vista descritivo quanto do ponto de vista explanatório. Para tanto, foram reunidas, à luz do Perspectivismo e da noção de cross-fertilization, a Teoria das Implicaturas Conversacionais (GRICE, 1975), a Teoria das Implicaturas Conversacionais Modelo Ampliado (COSTA, 1984), a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986, 1995), a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (LEVINSON, 2000), a Teoria da Conectividade Não-Trivial (COSTA, 2002, no prelo, 2005a) e a Teoria do Diálogo (COSTA, 2013). Dessa forma, foi possível, a partir da criação de interfaces, em especial da TCNT e da TR, fortalecer os fundamentos que explicam por que usamos a linguagem, mais do que para obter informações e melhorar nossa representação de mundo da maneira mais eficiente por menos esforço, assumimos que o homem usa a linguagem porque está geneticamente programado para a conexão, e a linguagem é uma das formas pelas quais se obtém isso, através, contudo, de uma forma não-mecânica, não-redundante, mas criativa e informativa. As interfaces também permitiram verificar que, via processamento inferencial, devido a elementos da lógica, podemos não apenas monitorar nossos raciocínios, mas nosso conhecimento de mundo como um todo. Além disso, pela problematização das noções de benefício e custo, verificou-se a necessidade de se considerar que aspectos emocionais e estéticos – neste caso, em especial, a partir da concepção de que o meio é a mensagem (McLUHAN, 1969) – passassem a compor o que entendemos por significado. Ele, portanto, não se constitui apenas de aspectos racionais e informativos – noção está igualmente revisitada. Por fim, foi possível verificar que essas novas interfaces nos permitiram identificar que inferências de diferentes naturezas, lógico-linguísticas, a saber, as multiformes, e elementos de diferentes naturezas, emocionais, estéticos, etc., interferem e interagem nas trocas conversacionais, das mais diferentes situações comunicativas, para a produção dos mais ricos e variados efeitos de significação, reorientando online, inclusive, as intenções dos interlocutores. Todos esses aspectos foram investigados a partir dos discursos jornalístico, político e jurídico, cujas existências sociais concretas os tornam *locus* perfeito para a geração dos fenômenos que nos interessam, e cujas naturezas fazem com que se valham dos tantos recursos aos quais o uso da linguagem natural dá origem. Por fim, tais discursos podem ser vistos reunidos em um evento, a eleição presidencial norte-americana, em 2000, cujo debate entre democratas e republicanos



mostrou-se o local ideal para testar o construto e identificar os fascinantes efeitos de significação que intenções movidas por razão e emoção, de olho nos mais diferentes tipos de benefícios, mesmo que estes se caracterizem pelo baixo custo, podem produzir através da perfeita interação entre ditos e implicados mediada por inferências lógico-linguístico-cognitivo-comunicacionais.

## ABSTRACT

Concerning the breakthroughs science has experienced, using Kuhn's (1962), Poeppel's (2004) and Giere's (2006) work, Costa (2007b) launches the Metatheory of Interfaces and suggests a new approach to Linguistics and meaning. Linguistics thus is no longer seen as a preexisting discipline, but now is considered as Language Sciences, i. e., it is now regarded as a result of external and internal interface construction. All the same approach is given to natural language meaning when it comes to research, for it is no longer an observable object in and from the world, but now it is understood as a complex object built through the establishment of these interfaces. Regarding the complex objects and interfaces conception, backed by the Metatheory of Interfaces, in order to study meaning from an inferential point of view, we suggest the development of a model which has in the articulation of inferential theories the capacity of investigating such a complex object in a more interesting way regarding both the descriptive and explanatory perspectives. To do so, concerning the Perspectivism position and the cross-fertilization notion, the Conversational Implicature Theory (GRICE, 1975), the Conversational Implicature Theory – Enlarged Model (COSTA, 1984), the Relevance Theory (SPERBER; WILSON, 1986, 1995), the Generalized Implicature Theory (LEVINSON, 2000), the Non-Trivial Connectivity Theory (COSTA, 2002, unpublished, 2005a) and the Dialog Theory (COSTA, 2013) were brought together to form an articulated model. Therefore, it was possible, from the devise of interfaces, specially, using the Non-Trivial Connectivity Theory and the Relevance Theory, to strengthen the theoretical foundations which explain why we use language not only to acquire information and to improve our world representation in a more efficient way for less effort, but by assuming that man uses language because he is genetically programmed to connection, and natural language is one of the various forms through which man can obtain it, in, however, a non-mechanical, non-redundant, but creative and informative way. The interfaces also allowed to verify that, through inferential processing, due to logic traits, we can not only monitor the way we reason, but also our world knowledge as a whole. Besides, because of the questioning of notions such as benefit and cost, it was possible to verify the of considering that aesthetic and emotional aspect – in this case, especially regarding McLuhan's (1969) maxim 'the medium is the message' – started to explain what we understand as meaning. So it is not only based on rational and informative aspects. Finally, it was also possible to verify that these new interfaces allowed us to identify inferences of different natures, such as linguistic and logic, known as multiform inferences, and identify elements of different natures, such as aesthetic, emotional, etc., dabbling and interacting in conversational exchanges regarding the most different communicative situations concerning the production of rich and various types of meaning effects, to the point of online reorienting interlocutors intentions. All these aspects were investigated using journalistic, political and legal discourses, whose concrete social existence makes them a perfect *locus* for the generating of the phenomena we are interested in and whose natures make them exploit the many resources that the use of the natural language gives rise to. Such discourses can all be seen together in one event, the 2000 American presidential election, whose debate between Democrats and Republicans also is an

ideal place to test the model we are building and to identify the fascinating meaning effects that intentions, moved by reason and emotions, regarding different kinds of benefits, even being the sort of low cost, can produce through the perfect interaction between what is said and what is implicated mediated by communicative-cognitive-linguistic-logic inferences.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – <i>Butterfly Ballot</i> .....	506
<b>Figura 2</b> – Votos para Buchanan em condados da Flórida .....	512
<b>Figura 3</b> – Tipos de Perfurações Problemáticas .....	514

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Cálculos Grice/TIG (1975) e Costa/TIGA (1984) .....	145
<b>Quadro 2</b> – Heurísticas de Levinson (2000) e Máximas de Grice (1975) .....	239
<b>Quadro 3</b> – Propriedades da Semântica e da Pragmática na TCNT .....	281
<b>Quadro 4</b> – Cálculo TCNT .....	291
<b>Quadro 5</b> – Exemplificação do Cálculo da TCNT na Interface .....	314
<b>Quadro 6</b> – Cálculo Dedutivo Não-trivial (TR) do 1º Diálogo .....	401

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE	Colégio Eleitoral
DPJ	Discurso Político-Jurídico
IC	Implicaturas convencionais
IPs	Inferências pragmáticas
ISs	Inferências semânticas
ICG	Implicaturas conversacionais generalizadas
ICP	Implicaturas conversacionais particularizadas
LN	Linguagem natural
SCV	Semântica das condições-de-verdade
TIG	Teoria das Implicaturas de Grice
TIGA	Teoria das Implicaturas de Grice Ampliada
TR	Teoria da Relevância
TICG	Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas
TCNT	Teoria da Conectividade Não-trivial
TD	Teoria do Diálogo

## LISTA DE SÍMBOLOS

A, B	Interlocutores (variáveis individuais)
F	Falante
C	Contexto
Q	Implicatura
E	Enunciado
$\forall$	Quantificador Universal
$\exists$	Quantificador Existencial
$\wedge$	Conjunção
$\vee$	Disjunção
$\diamond$	Operador de Possibilidade
$\square$	Operador de Necessidade
$\rightarrow$	Implicação material
{ }	Conjuntos
< >	Conjuntos ordenados
-	Acarretamento
+>	Implicatura
>>	Pressuposição
S	O falante sabe que
P	Epistemicamente possível
$\vdash$	Martelo sintático
-	Negação
p, q, r, s	Variáveis sentenciais
V	Verdadeiro
F	Falso
S	Sentença

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2 SIGNIFICADO, DISCURSOS, INFERÊNCIA E A METATEORIA DAS INTERFACES ..</b>	<b>29</b>
2.1 A PROBLEMÁTICA ABORDAGEM DO FENÔMENO DA SIGNIFICAÇÃO EM LN .....	30
2.2 OS DISCURSOS JORNALÍSTICO, POLÍTICO E JURÍDICO .....	51
2.3 LÓGICA, COMUNICAÇÃO, INFERÊNCIA E A METATEORIA DAS INTERFACES .....	91
<b>3 MODELOS INFERENCIALISTAS .....</b>	<b>110</b>
3.1 A TEORIA DAS IMPLICATURAS (TIG) .....	110
3.2 O MODELO DA TEORIA DAS IMPLICATURAS DE GRICE AMPLIADO (TIGA) .....	134
3.3 A TEORIA DA RELEVÂNCIA (TR) .....	148
3.4 A TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS (TICG) ....	230
3.5 A TEORIA DA CONECTIVIDADE NÃO-TRIVIAL (TCNT) .....	271
3.6 A TEORIA DO DIÁLOGO (TD) .....	316
<b>4 ELEIÇÃO, METODOLOGIA E APLICAÇÃO DO CONSTRUTO .....</b>	<b>358</b>
4.1 A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2000 .....	358
4.2 METODOLOGIA E O CONSTRUTO TIG/TIGA-TR-TICG-TCNT/TD .....	369
4.3 APLICAÇÃO DO CONSTRUTO TIG/TIGA-TR-TICG-TCNT/TD .....	377
<b>4.3.1 Primeiro Diálogo entre Gore e Bush .....</b>	<b>378</b>
<b>4.3.2 Telefonema entre Bill Daley para Don Evans .....</b>	<b>444</b>
<b>4.3.3 Segundo Diálogo entre Gore e Bush .....</b>	<b>459</b>
<b>4.3.4 Inferências Várias a partir do Discurso Jornalístico .....</b>	<b>494</b>
<b>4.3.5 O Discurso Político-Jurídico: a <i>Butterfly Ballot</i> e os Votos Ausentes .....</b>	<b>505</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>533</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>539</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O estudo da natureza do significado envolve problemas altamente complexos, exigindo que se repensem as formas de tratamento, o que necessariamente tem consequências sobre a concepção do fenômeno propriamente dito e sobre as decisões metodológicas envolvidas. A tradição linguística caracterizou-se, durante muito tempo, por uma postura observacionista. Ao considerar o significado como algo pré-existente, que antecede a qualquer modelo, acabava desenvolvendo teorias que acreditavam que, para estudá-lo, deveriam descobri-lo e descrevê-lo. Essas abordagens não puderam oferecer mais do que explicações metafísicas e especulativas. Um dos fatos que atrasou tanto a obtenção de um entendimento mais consistente a respeito do componente semântico da linguagem natural (LN), em relação ao fonológico e ao sintático, foi justamente a constatação de que, ao contrário dos demais componentes, não há como observar o significado de forma direta.

A semântica das condições-de-verdade (SCV), fruto dos trabalhos em semântica formal, baseados no rigor e na precisão da lógica *standard*, em especial a partir de Tarski (1944) e Montague (1974), firmou-se como a melhor proposta para o estudo do significado, ganhando força em um momento em que a Linguística científica, na época regida pela corrente chomskiana, havia abortado mais uma tentativa de tratamento para a questão do significado. Desde então, a SCV contribuiu com um tratamento descritivo-explanatório rigoroso para algumas questões semânticas da LN, especialmente para aspectos relativos à referência e às próprias condições-de-verdade, num período em que ou se tinha muito pouco na Linguística científica pura ou proliferavam as abordagens essencialmente baseadas em teorias sociais<sup>1</sup> que, por carecerem de fundamentos mais consistentes, ofereciam explicações obscuras dependentes de noções psicológicas, ideológicas, culturais, etc.

Essa abordagem formal teve duas consequências importantes. Por um lado, certas propriedades essencialmente lógicas da linguagem natural puderam receber um tratamento jamais antes oferecido –, pois, como se sabe, a Semântica não leva em consideração fatores extralinguísticos – tais como, contexto, uso e usuário – e os efeitos que são gerados a partir dessa interação, os quais, muitas vezes, interferem na determinação do significado. Por outro lado, possibilitou uma delimitação um pouco mais objetiva da fronteira entre os fenômenos que podem ser considerados estritamente semânticos de outros aspectos que emergem justamente a partir do uso da linguagem, os quais, por sua vez, desde sempre, foram rechaçados pelos estudiosos, especialmente aqueles de postura positivista.

Temos, dessa forma, uma porção do significado deixada, por algum tempo, à margem das investigações mais rigorosas. Não se pode negar que a decisão metodológica de excluir as especificidades semânticas oriundas do uso da linguagem em contextos específicos, para fins específicos, passou a permitir um tratamento para o significado com o rigor que sempre se quis, mas

---

<sup>1</sup> Como será discutido ao longo deste trabalho, especialmente tomando como base a Teoria das Interfaces (Costa, 2007), não se está sugerindo que os estudos ligados às questões sociais, especialmente os que relacionam linguagem natural e comunicação, devam ser abandonados, apenas que sejam repensadas de forma rigorosa as abordagens metodológicas disponíveis. Como será possível verificar, uma das interfaces desejáveis é com a comunicação, mas a discussão volta-se para como metodologicamente isso será realizado.

com o ônus de não se avançar para além das trivialidades lógicas, adiando ou simplesmente deixando vários fatores interessantes da significação sem perspectiva de tratamento.

Hacking (1999, p. 12) captura muito bem uma das questões mais controversas sobre os estudos a respeito da significação: “... a teoria pura do significado não interessa muito à Filosofia, embora a linguagem interesse”. Foi, portanto, justamente dentro da Filosofia, em especial dentro da Filosofia da Linguagem, que teve início um dos maiores movimentos para se retomar o estudo das especificidades comunicacionais da linguagem natural – e onde a Linguística encontrou respaldo metodológico para sair da letargia na qual se encontrava. Alguns teóricos seguiam a linha iniciada com Frege, Russell e o chamado primeiro Wittgenstein (1923) e perceberam que a linguagem natural não tinha a precisão das linguagens lógicas, conferindo-lhe o rótulo de ilógica. Outros estudiosos como Strawson (1950), Wittgenstein ([1953], 1990), Austin (1962), Grice<sup>2</sup>, (1967, 1975) e Searle (1969), entre outros, decidiram encarar o aspecto comunicacional da linguagem e suas consequências para a significação. Esse segundo grupo elaborou seus estudos enfrentando questões consagradas dentro da Filosofia da Linguagem que, por sua vez, envolviam o debate entre os filósofos da lógica e os filósofos da mente, entre o atomismo e o holismo, etc.

Inicialmente disputando e, ultimamente, dividindo com a Semântica o terreno das investigações sobre a significação em linguagem natural, encontramos a Pragmática. Os trabalhos desenvolvidos à luz desse paradigma têm contribuído para o reconhecimento e o esclarecimento dessa natureza heterogênea do significado especialmente quando usado para fins comunicacionais, bem como potencializado abordagens para tal questão, sem, no entanto, cair em explicações especulativas ou *ad hoc* – é claro, nem sempre, sem problemas.

Costa (1984) didaticamente divide esse caminho em três grandes momentos. O primeiro, denominado de **Período Clássico**, caracteriza a etapa em que estavam sendo identificados os fenômenos e levantadas as dificuldades que traziam para os estudos. O segundo, **Período de Autonomia**, caracterizou-se pelo surgimento propriamente dito dos modelos que buscariam enfrentar tais fenômenos – o que, para o autor, teve início com Austin (1962) a partir da teoria dos Atos de Fala. O terceiro e grande momento, para Costa, refere-se ao **Período das Interfaces (da inter e intradisciplinaridade)**, consolidado através da Metateoria das Interfaces Internas e Externas (COSTA, 2007) quando, a partir de uma visão perspectivista de ciência, as áreas se reorganizam, especialmente, para a construção e tratamento de objetos complexos.

A inclusão do aspecto comunicacional como fator relevante para o esclarecimento de fenômenos relativos ao significado possibilitou, entre outras coisas, que se identificasse uma lógica específica à linguagem natural, a qual parece não seguir, unicamente, e, na grande maioria das vezes, os rígidos padrões estabelecidos pela lógica dedutiva *standard* – o que não significa que ela tenha

---

<sup>2</sup> Ao tratar da intencionalidade, Grice se viu envolvido com o não-dito. Problema: desenvolver um tratamento técnico para a intencionalidade. Se não for por raciocínio, não há como explicar a comunicação. A filosofia da mente é anterior às ciências cognitivas, portanto, para Grice não era óbvio que deveriam ser feitas conexões com o cérebro. Daí a crítica de S e W, embora proceder, não ser totalmente adequada (COSTA, 2002, em comunicação pessoal).

sido totalmente excluída. Além disso, essa outra maneira de estudar o significado mostrou também que qualquer teoria que pretenda abordá-lo não pode deixar de lado um dos seus fenômenos mais interessantes, qual seja, o fato de um enunciado poder transmitir mais do que aquilo que está expresso na sentença, ou seja, a questão da significação implícita.

A comunicação é carregada de efeitos de significação fundamentais para o seu sucesso, entre eles, um universo de implícitos, obtidos a partir do raciocínio de natureza inferencial. Muitas vezes, é justamente aquele conteúdo a mais que acaba garantindo a racionalidade de um enunciado e do próprio ato comunicativo: “ao nível da conversação, enquanto prática comunicativa concreta, a significação é deveras carregada de inferências não totalmente descritas (PORTANOVA, 2002, p. 211)”.

Ao contrário do que comumente se pensa, a linguagem natural serve para outros fins, igualmente nobres como **comunicar**, este, em especial, tradicionalmente estudado e desenvolvido por Saussure. Costa (2012) arrola outros dois, em especial, **conhecer** e **pensar**, propostas por Chomsky e Montague respectivamente. Daí Costa entender ser a propriedade argumentativa e comunicacional da linguagem natural potencializada a partir também de propriedades cognitivas e lógicas. Costa (2012), por fim, acrescentar o **sentir** como também um dos fins da linguagem natural.

Um subconjunto será o foco deste trabalho: estaremos ocupados em descrever e explicar a geração e captura daquelas inferências, daqueles implícitos, que, mesmo não sendo tratáveis via lógica *standard* desempenham um papel mais do que crucial na prática argumentativa, buscando descrever e explicar sua geração, além de avaliar a plausibilidade comunicacional dos raciocínios que produzem tais implícitos, embora, é claro, não estejamos excluindo as inferências modeláveis pela lógica.

Sendo assim, a influência de aspectos extralinguísticos na determinação total do significado dos enunciados pode ser tomada como evidência para o fato de que, na comunicação, o significado em linguagem natural não pode ser abordado como um fenômeno homogêneo, mas sim se caracteriza por ser constituído, basicamente, a partir de dois níveis distintos. Um deles é aquele conteúdo semântico explícito que se expressa na estrutura da sentença, pode ser percebido de forma objetiva e modelado teoricamente através de uma semântica convencional *default* ou de uma tipo condições-de-verdade. O outro consiste no conteúdo implícito que, apesar de não estar disponível à percepção através dos sentidos, é perfeitamente capturado/capturável pelo interlocutor. Tal conteúdo, mesmo não estando expresso na estrutura da sentença, está relacionado a ela, uma vez que é gerado e pode ser derivado a partir dela.

Nesse sentido, estudos de natureza pragmática vêm preencher o gap existente nas investigações relativas à significação extraliteral e aos princípios que permitem descrever e explicar como é possível compreender um conteúdo semântico que, apesar de não ter sido explicitamente veiculado, pode ser capturado e serve não só como evidência para a riqueza e complexidade do componente semântico da linguagem natural, bem como exerce um papel fundamental no sucesso do ato comunicativo. **Ratifica-se, portanto, a noção de inferência como forma para modelar esse**

conteúdo, levando em conta, entretanto, o seu sentido amplo, como sinônimo de raciocínio. Deixa-se a conclusão necessária da lógica *standard*, mas admite-se “um processo cuja natureza é a passagem de um conjunto de suposições assumidas (premissas) para um resultado que decorre de tal conjunto (conclusão)” (COSTA, apud DAVI, 2009, p. 48).

A persistência dos filósofos da mente produziu um dos modelos mais importantes dentro da Pragmática, o qual inaugura uma abordagem objetiva para uma categoria de não-dito, supondo a necessidade de se contemplar princípios da racionalidade humana a fim de tratar da geração e depreensão desse implícito e do seu papel na constituição do significado linguístico bem como na comunicação. Trata-se da Teoria das Implicaturas (TIG), desenvolvida por Paul Grice.

No artigo **Logic and Conversation**, Grice (1975) apresenta a TIG como uma teoria do uso da linguagem, procurando, entre outros aspectos, sistematizar a intencionalidade humana na comunicação. Esse modelo é formado por quatro categorias (Qualidade, Quantidade, Relação e Modo) compostas por máximas conversacionais, que constituem o Princípio de Cooperação. Através desse sistema conceitual, Grice modelou, de forma pioneira, a regra que permitiria a um emissor A transmitir mais conteúdo semântico através de um enunciado e a um receptor B identificar e compreender essa informação extra. A disse **p**, no entanto, B pode recuperar **p + q**, em um contexto C. Essa informação extra, **q**, constitui o tipo de implícito a ser discutido neste trabalho, o qual foi isolado por Grice sob o rótulo de implicatura conversacional – embora dada a articulação dos modelos, outros implícitos passem a ser considerados.

Grice concorda que o mundo dos implícitos é heterogêneo demais para ser capturado como um todo, mas, por acreditar na objetividade de alguns desses implícitos, ele restringiu sua atenção somente àquelas inferências que estão em alguma conexão com o dito. Daí a importância de um estudo do significado em linguagem natural para fins comunicativos que se dê na interface Semântica/Pragmática. Através da noção de implicatura conversacional, Grice busca sistematizar como o sentido de um enunciado pode extrapolar o sentido da sentença, fenômeno comum na conversação humana.

Um dos aspectos que fez da TIG mais do que um sistema eficiente para tratar questões referentes à significação que escapam a explicações de ordem sintática e semântica, apesar de ter sido apresentada de maneira informal, foi a sua preocupação em abordar seu objeto no mesmo nível de rigor metodológico praticado pela Semântica e pela Sintaxe, além do fato de enfrentar debates clássicos como aqueles travados dentro da Filosofia da Linguagem. Tanto esse é o caso, que Smith e Wilson (1992) reconhecem o trabalho de Grice como o responsável pelo lançamento das fundações de uma nova abordagem para a Pragmática, enquanto disciplina dedicada ao estudo da interpretação de enunciados.

Seguindo a mesma linha de Grice, Sperber e Wilson (1986/1995), na obra **Relevance: communication and cognition**, através da Teoria da Relevância (TR), levantaram os problemas da TIG e apresentaram um modelo alternativo, mas, como veremos, não incompatível com a proposta original. Segundo os autores, Grice mostrou como as pessoas capturam os implícitos, mas falhou em

explicar o que eles consideram fundamental, a saber, por que alguns implícitos são escolhidos e outros não e qual o papel que o contexto desempenharia. E, assim, lançam um modelo buscando na cognição humana resposta para essa e outras questões.

A TIG trabalha com a derivação de implícitos, e uma das grandes contribuições do modelo foi a de descrever diferentes tipos de implícitos objetivos. No entanto, embora Grice tenha identificado, além das implicaturas convencionais, dois tipos de implicaturas conversacionais, dedicou-se a um tipo, as implicaturas particularizadas, que se caracterizam pela dependência de contextos específicos, adiando intencionalmente o tratamento de outro tipo de implicaturas: as generalizadas, geradas sem a necessidade de tais contextos. E foi justamente a esse aspecto que Levinson (2000) dedicou sua obra, **Presumptive Meanings**.

De uma forma ou de outra, as três teorias caracterizam-se por tratarem de implícitos tipo implicatura e, mesmo tendo diferenças entre si, no nível dos fundamentos, podem perfeitamente ser articuladas no nível descritivo a fim de formarem um aparato teórico descritivo-explanatório mais forte para o tratamento do significado comunicacional da linguagem natural. E é isso o que a Metateoria das Interfaces permite, conforme veremos. Sem contar o fato de que, através de tal articulação, passa a ser possível modelar fenômenos que caracterizam a comunicação humana na sua riqueza e complexidade.

E, se estamos falando em estudar a linguagem na sua dimensão comunicacional, temos que admitir que ela, nesse nível, serve aos mais variados propósitos. A comunicação não acontece apenas pelo simples fato de que temos a capacidade de nos comunicarmos, embora, como igualmente veremos, essa é uma das bases da proposta de Costa (2002, no prelo, 2005), as pessoas também têm fins para as trocas comunicacionais – e, muitas vezes, esses fins não são aqueles em que as pessoas procuram obter a maior quantidade de informações pelo menor esforço. Nesse sentido, o homem, enquanto ser social, está direta ou indiretamente envolvido com vários atos comunicacionais, cujo fim, na sua grande maioria, é a aquisição de conhecimento (que pode envolver também o abandono de conhecimento), uma vez que isso, sem dúvida, afeta o papel e o relacionamento do homem com o meio no qual ele está inserido.

Em outras palavras: as pessoas querem estar informadas não pelo puro objetivo da informação, mas para fazerem algo com ela. E isso precisa ser contemplado. O jornal, desde sempre, cumpre esse papel, e a linguagem natural, por vários motivos, é um dos melhores veículos para a transmissão de informações. O discurso jornalístico se preocupa com a construção de proposições para as quais seja possível a sua determinação em termos de verdade ou falsidade – objeto da semântica das condições-de-verdade – mas, como veremos, a complexidade da comunicação humana torna esse discurso especialmente complexo, inclusive no que diz respeito à significação implícita. Teóricos do jornalismo como Douglas (1966), Amaral (1969), Marques de Melo (1985), entre outros, veem o implícito mais como uma forma de editorialização e comprometimento nocivo à credibilidade do dito do que como um complemento até mesmo natural, fenômeno fruto do uso da

linguagem, que acaba tornando o texto comunicativamente eficiente. É como se toda a significação devesse proceder do e encerrar-se no código, no dito.

Dado o caráter pragmático do discurso jornalístico, caráter esse manifesto nas mais diferentes formas, como através do advento da mídia de massa, da concorrência, do jornalismo interpretativo, da internet – que tornou, potencializou o diálogo entre jornalista e leitor –, da mudança da sociedade, que acarretou a exigência de textos mais informativos e, ao mesmo tempo, simples, tal discurso passou a ter que se modificar cada vez mais a fim de exercer sua função em uma sociedade constantemente em movimento. Uma das consequências disso está manifesta na posição pessimista de McLuhan (apud BAHIA, 1970), ao **declarar a crise da lógica linear-discursiva da comunicação verbal**.

Além disso, há também que se considerar que o jornalismo<sup>3</sup> não trata diretamente com fatos, mas com descrições de fatos; e mais, esses fatos, mesmo sendo em si completos, na verdade, são fruto de um recorte de uma realidade maior, que, por sua vez, é também recortada de uma realidade maior e assim por diante, *ad infinitum*. O jornalista, então, através de alguns critérios, seleciona, recorta e recria representacionalmente certos fatos para que o leitor possa tomar conhecimento dos acontecimentos da melhor forma possível – o que envolve uma preocupação com a forma e não apenas com o conteúdo. Esses são alguns dos aspectos que fazem da mensagem jornalística um dos exemplos mais ricos, complexos, desafiadores e interessantes de um texto com alta dependência contextual que tem, na potencialização da produção e na dependência de inferências<sup>4</sup>, o reflexo do seu caráter inegavelmente pragmático.

Ao selecionar, recortar trazer fatos do mundo sob a forma representacional, o texto jornalístico cobre acontecimentos das mais variadas áreas, cada uma delas com seus respectivos discursos, os quais se expressam e são veiculados através do discurso jornalístico. Alguns dos que têm mais repercussões sobre a vida das pessoas, e igualmente dos mais ricos para um estudo das propriedades pragmáticas, são os discursos político e jurídico. Embora na fundamentação teórica sejam tratados separadamente, onde serão levantadas as suas propriedades pragmáticas complexas, para fins do potencial de aplicação do modelo construído neste trabalho, poderão ser tratados dicotomicamente conforme proposto por Costa (2008), constituindo o discurso político-jurídico (DPJ).

Nesse sentido, o DPJ apresenta-se igualmente como um objeto altamente polêmico e complexo. Na sua essência, caracteriza-se por ser um debate, o que lhe confere um caráter persuasivo e argumentativo; o qual busca validar-se, declarando-se racional, ou seja, de certa forma é um discurso ocupado em validar suas conclusões, preocupado em mostrar que essas conclusões efetivamente decorrem das suas premissas as quais, geralmente, são aceitas como verdadeiras<sup>5</sup>. Essa

---

<sup>3</sup> O jornalismo tem compromissos com a semântica: tem um conteúdo. A questão é verificar como esse conteúdo é trabalhado e apresentado.

<sup>4</sup> Processo pelo qual se pressupõe algo e, dele, mais algumas regras, chega-se a outras coisas.

<sup>5</sup> Um aspecto importante será esclarecer o que se entende por verdade na comunicação; a qual será tratada via TCNT e TD a partir da noção de condições de veracidade.

postura encontra grande respaldo e força retórica de convencimento na palavra ‘lógica’. Todavia, a argumentação no discurso político-jurídico não segue exatamente os padrões da lógica formal, o que, interessantemente, não o descaracteriza como lógico, se aceitamos a linha teórica defendida neste trabalho, a de que a linguagem natural possui e segue uma lógica, mas, muitas vezes, de natureza não-trivial, e esse é um dos aspectos que garante e sustenta os debates políticos, debates jurídicos, entre tantos outros discursos. Na comunicação, estruturas argumentativas, que na lógica formal seriam consideradas falaciosas, são perfeitamente utilizadas na argumentação do dia a dia. Além disso, as premissas são várias e oriundas de diferentes fontes, como uma sentença, um som, uma imagem, um item contextual, por exemplo; além de necessariamente não estarem todas explícitas.

O fato de o não-dito ser um tipo de significado que pode ser cancelado, e que, como veremos, apesar de ser objetivo, não precisa ser exatamente preciso, torna-o uma das maiores armas dos políticos e magistrados para fazerem críticas, ameaças, determinações, julgamentos, etc. No entanto, trata-se de um discurso misto, altamente complexo e rico. Basta vermos que o discurso, agora o político, em especial, também é marcado por aspectos de natureza publicitária, os quais podem ser identificados nos slogans de campanhas e/ou quando os políticos dependem ou desejam o apoio da população, texto que também tem razão e força argumentativa. Nesse sentido, os ditos são formatados a fim de criar impacto, um impacto que vem sustentado por uma quantidade de implícitos que, caso não fossem supostos, comprometeriam a adequação e propriedade do dito; caso fossem todos explicitados, não teriam a força que exercem.

Um acontecimento acompanhado pelo mundo inteiro através dos meios jornalísticos foi o debate entre Republicanos (R) e Democratas (D) a respeito da recontagem manual de parte dos votos da Flórida, cujo resultado definiria o futuro presidente dos Estados Unidos, na eleição do ano de 2000. Ora, o debate político-jurídico é altamente complexo, e explora a possibilidade pragmática da linguagem natural ao extremo. A discussão entre R e D foi constituída por um discurso argumentativo de natureza política e jurídica com posições contra e a favor da recontagem, que acabou levando os partidos a se enfrentarem na mais alta instância judicial americana: a Suprema Corte Federal. Mas como tratar de tudo isso sem cair na dependência de aspectos psicológicos? Como descrever e explicar os implícitos e o papel que exercem na constituição dos atos comunicacionais? Uma alternativa é através de uma abordagem lógico-cognitiva que apresentamos neste trabalho.

Em 2002, na disciplina Seminário de Semântica, do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, dentro do Programa de Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural (PPLLN), Costa apresenta a **Teoria da Conectividade Não-trivial (TCNT)**, através da qual lança as bases de uma nova proposta para a abordagem da comunicação inferencial, contemplando avanços nas pesquisas envolvendo comunicação, neurociências e linguagem. Já em 2003, a tese de doutorado de Beatriz Viégas-Faria investiga fenômenos inferenciais em peças de Shakespeare, dando início a um profícuo trabalho de consolidação do potencial de aplicação da TCNT. Em 2005, Costa publica dois trabalhos fundamentais para essa nova perspectiva, saber, **Comunicação e Inferência em Linguagem**

**Natural** (2005), na revista *Letras de Hoje*, e **A Teoria da Relevância e as Irrelevâncias da Vida Cotidiana** (2005), na revista *Linguagem em (Dis)curso*. Naquele o autor problematiza vários aspectos da TR, em especial, a noção de relevância descrita através das propriedades de custo/benefício, e da TICG, em especial, o problema da natureza explanatória da proposta de Levinson (2000), entre outros aspectos como a interface Semântica/Pragmática, o problema metodológico da duplicidade do papel pragmático, entre outras questões. Mesmo assim, Costa vê as grandes contribuições de tais propostas, a ponto de sugerir articulá-las, no nível descritivo, para fins de investigação das inferências em linguagem natural. Já no artigo **Comunicação e Inferência em Linguagem Natural** (2005), Costa dá início à discussão sobre a necessidade de interfaces para a abordagem de fenômenos complexos como a significação em linguagem natural. Em 2007, através de dois artigos, em especial, **Inovação e Interdisciplinaridade na Universidade** (2007a) e **Filosofia da Linguística, Filosofia da Ciência e Metateoria das Interfaces** (2007b), Costa apresenta de forma mais detalhada sua proposta de uma Linguística de natureza complexa, cujo objeto, a partir das interfaces estabelecidas, possa ser mais ricamente descrito e explicado. Nas palavras de Costa (2007b, p. 374-375):

a linguagem é, certamente, o caminho sólido para que os diversos tipos de propriedades cognitivas possam ser abordadas. Assim, torna-se possível testar o raciocínio, a emoção, a crença, entre tantos outros objetos a partir de recursos linguísticos como os lexicais, à medida que tais objetos se expressam através das palavras e conceitos a elas ligados: A inferência linguística, semântico-pragmática, os conetivos como palavras responsáveis por raciocínios dedutivos, (LEPORE, 2000) o léxico emocional, as palavras que geram medo, ansiedade, alegria, (WIERBITZKA, 2004) as proposições que expressam crenças como os verbos de atitudes proposicionais, crer, duvidar, saber, compreender, etc.

Ao longo do desenvolvimento dos estudos sobre a comunicação inferencial, Costa (2005, 2008) tem mostrado que, mais do que uma comunicação altamente relevante e eficiente, as pessoas buscam mais do que apenas informações. Além disso, Costa (2008) igualmente mostrou que as inferências que enriquecem e que fazem as trocas comunicacionais funcionarem vão além das inferências puramente *standard*, embora elas façam sim parte dos processos de raciocínio, mas inferências multiformes, como o autor as denomina, participam e operacionalizam tais trocas. Assim, quando se trata de comunicação, além de inferências dedutivas triviais, encontram-se as indutivas, as abduativas, as linguísticas, as não-triviais, etc.

Assim, este trabalho, contemplando os avanços nos estudos envolvendo a comunicação inferencial, especialmente, no que diz respeito não mais apenas às implicaturas particularizadas, as quais tiveram um tratamento mais exaustivo, mas agora contemplando também as inferências multiformes (COSTA, 2008), inclui e articula, obedecendo à Metateoria das Interfaces, no seu construto teórico, a TIG (1975, 1989)/TIGA (1984, 2008), a TR (1986, 1995), a TICG (2000), outros dois desenvolvimentos, a saber, a TCNT (2005), e o último, a Teoria do Diálogo (2010, 2012). A TD – mais detalhadamente apresentada no artigo **Diálogo – Questões Interdisciplinares** (2012), que toma como base os princípios e críticas propostos por Costa na TCNT, avança trazendo ferramentas teóricas, tanto nos fundamentos, na explicação, quanto na descrição, para tratar de aspectos como as



emoções e a imaginação dentro da comunicação inferencial, além de revisar conceitos clássicos da TR: aspecto já levantado por Costa desde 2002, na disciplina Seminário de Semântica, ministrada na pós-graduação em Letras da PUCRS.

Nessas condições, o nosso trabalho pretende, utilizando o aparato teórico disponibilizado pela articulação da TIG/TIGA-TR-TICG-TCNT/TD, descrever objetivamente – e não como fruto de mera especulação – implícitos envolvidos no debate entre D e R, tendo em vista dois níveis. Em um nível interno, estaremos modelando os implícitos no debate que tem os partidos D e R como interlocutores, verificando como cada partido interpreta os enunciados do outro; estaremos, portanto, buscando recuperar implicaturas intrínsecas ao debate. Em outro nível, estaremos modelando a forma como um leitor desse discurso jornalístico, que expressa o debate entre D e R em linguagem natural, consegue acompanhá-lo através da percepção dos ditos e implícitos que o texto jornalístico expressa. Aqui estaremos direcionando nossa atenção às inferências extrínsecas, que contemplam o ponto de vista do jornal e do leitor.

É importante ressaltar que, a Revista Time, meio jornalístico tomado aqui para executarmos a aplicação do modelo e testarmos a propriedade descritivo-explanatória do mesmo, é veiculada no mundo inteiro, e é lida tanto por pessoas que têm o inglês como língua nativa, segunda língua e até mesmo língua estrangeira. De qualquer forma, trata-se de pessoas de conhecimentos linguísticos diferentes – que variam desde a competência de um falante nativo até às mais diferentes formas de domínio do idioma – e conhecimentos de mundo também diferentes. Se encontramos variação de background em pessoas de uma mesma comunidade, quanto mais em indivíduos de comunidades diferentes. Isso, por um lado, não pode ser ignorado por um modelo inferencial que se pretenda geral e explicativo o suficiente para dar conta do fenômeno da comunicação inferencial; por outro, não pode impedir estudos que investiguem tal fenômeno.

Temos, portanto, dois objetivos básicos que, se alcançados, garantirão as contribuições deste trabalho. Em primeiro lugar, desejamos, mostrar a presença de implícitos na argumentação explícita em LN, focalizando no comportamento dos mesmos implícitos na argumentação. Para tanto, precisamos alcançar outro objetivo, o de sermos bem sucedidos na construção de um quadro teórico que possibilite uma descrição mais rica desses implícitos. Ao ilustrarmos a capacidade descritivo/explanatória desse quadro, estaremos, obviamente, avaliando a capacidade do modelo complexo para dar conta de um objeto igualmente complexo, ambos construídos inter e intradisciplinarmente – afinal considera-se o objeto construído como intrínseco às interfaces consideradas: externamente, Linguística, Lógica, Cognição (Psicologia Cognitiva) e Comunicação; internamente, lexical-semântico-pragmática. Deles, seguem-se nossas hipóteses.

**Hipótese Metateórica** – fenômenos complexos recebem tratamentos mais significativos se abordados através de estudos de natureza interdisciplinar. Nesse sentido, a Metateoria das Interfaces, desenvolvida por Costa (2007a), apresenta-se como uma proposta adequada a fim de fundamentar a

construção de um objeto complexo a partir da articulação de diferentes áreas via interfaces, dada sua inserção dentro da proposta perspectivista de Filosofia da Ciência, à luz de Giere (2006).

**Hipótese Teórica** – os modelos Teoria das Implicaturas (TIG), de Paul Grice (1975) e Teoria das Implicaturas – Modelo Ampliado (TIGA), de Costa (1986); Teoria da Relevância (TR), de Sperber e Wilson; (1986/1995) e Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (TICG), de Levinson (1983/2000), a Teoria da Conectividade Não-trivial (TCNT), de Costa (2002, no prelo, 2005a); e a Teoria do Diálogo (TD), de Costa (2012), mesmo apresentando certas diferenças, não são descritivamente incompatíveis entre si a ponto de poderem ser adequadamente articulados, formando um aparato teórico descritivo-explanatório de natureza lógico-cognitiva-comunicativa único para tratar da significação a partir do processamento inferencial, além de ser igualmente capaz de abordar aspectos que geram os implícitos que estamos investigando, os quais [tais aspectos], contudo, por muito tempo ficaram excluídos das investigações, a saber, a relação entre intenções e emoções, assumindo-se também uma retórica de natureza inferencial sob o escopo da Linguística – para tanto, a problematização de alguns pilares de tais modelos, bem como a sua reconstrução, sempre à luz da inferência, é extremamente desejável.

**Hipótese Empírica/de Aplicação** – os discursos jornalístico, político e jurídico consistem adequadamente em um *locus* para a avaliação do construto, mostrando-se próprios para sustentar o potencial de aplicação do modelo, já o debate que se seguiu à eleição presidencial norte-americana em 2000 é perfeito para ilustrar a complexidade de tais discursos, além de aspectos intrínsecos a ele propriamente dito – afinal, assume-se que eles estão baseados em raciocínios que sustentam e permeiam o desenrolar das trocas conversacionais que os caracterizam e constituem. Uma abordagem dos discursos jornalístico, político e jurídico, por um lado, e do debate, por outro, de um ponto de vista da proposta teórica lógico-cognitiva-comunicativa, pode oferecer um tratamento mais objetivo da forma como a significação se reflete na e emana da constituição linguística de cada um deles, instanciados no debate, – agora à luz de uma proposta com interfaces entre cognição, lógica e comunicação.

Para tanto, este trabalho irá ser dividido em três momentos. No primeiro capítulo, apresentaremos especificidades do uso da LN para fins argumentativos, mostrando, a grande possibilidade de variação do significado em contextos específicos, salientando sempre o papel do conteúdo implícito: sua importância e dificuldade de tratamento somente a partir de uma semântica estável e convencional, sobre a qual o significado pragmático emerge e à qual se alia, complementando e garantindo o sucesso do ato comunicacional no qual surge e se faz necessário. Defendemos, portanto, uma articulação entre Semântica e Pragmática, aspecto que sustenta a objetividade dos implícitos e a relevância deste estudo para a linguagem natural.

Após, caracterizaremos os discursos jornalístico, político e jurídico, identificando e descrevendo suas especificidades de uma perspectiva comunicacional – da natureza própria de cada

discurso – e linguística. Pretendemos, assim, mostrar o que faz de tais discursos *loci* tão propícios onde nasce e funciona o fenômeno que nos interessa. Igualmente, queremos levantar a propriedade de aspectos retórico/persuasivos, fruto do uso da linguagem, para que posteriormente possam ser construídos de tal forma que sua investigação possa ser feita através do nosso construto. Por fim, ainda nesse capítulo, trataremos da noção de inferência e sua grande utilidade para a construção do significado como objeto intrateórico, complexo e heterogêneo. Para tanto, discutiremos o papel da Lógica e suas relações, ou não, com a Comunicação. Isso tudo será realizado e justificado à luz do Perspectivismo e da Metateoria das Interfaces, conforme proposto por Costa (2007), após devidamente apresentados.

No terceiro capítulo, apresentaremos o quadro teórico formado pela TIG/TIGA-TR-TICG-TCNT/TD que constituirá o nosso aparato descrito a fim de modelarmos os implícitos que sustentam o debate político/jurídico e o discurso jornalístico que expressa tal debate como pragmaticamente eficientes. Assim, apresentaremos cada modelo, com seus respectivos críticos, salientando suas contribuições e fragilidades; depois apontaremos para a força do aparato teórico, que deve ser maior – em termos de contribuição descritivo-explanatória – do que a das teorias quando separadas, e por fim trataremos de isolar seus problemas.

No quarto capítulo, iremos inicialmente contextualizar a eleição norte-americana de 2000 e os aspectos que deram origem e caracterizaram o debate entre republicanos e democratas. Após, apresentaremos a metodologia que justifica a articulação dos modelos, os aspectos mais relevantes de cada modelo para o construto, caracterizando-o, e, por fim, como a aplicação será realizada a fim de demonstrarmos a sua potencialidade descritivo-explanatória para explicitar as implicaturas do discurso jornalístico, político e jurídico, procurando apontar para a significativa importância dos conteúdos tipo implicatura nesses fragmentos da linguagem natural, por um lado, e para o debate, por outro; ratificando as interfaces teóricas assumidas.

Esperamos, através desse roteiro, buscar avançar um pouco no estudo da identificação desse fenômeno tão comum e fundamental que surge a partir do uso da linguagem para fins comunicacionais, qual seja, a inferência não-trivial tipo implicatura conversacional. Excluímos, desde já, qualquer envolvimento com o conteúdo ideológico intrínseco aos discursos político e jornalístico, bem como o ônus de trazermos esclarecimentos sobre a natureza da linguagem jornalística, política e jurídica como um todo – embora algumas considerações possam perfeitamente ser arroladas. Salientamos que a opção pelo construto não significa o desenvolvimento de uma nova teoria, mas o aproveitamento dos potenciais descritivos e explanatórios dos modelos existentes, potencializados por uma articulação respaldada pelo perspectivismo que capacita abordagens de interface como promotoras de abordagens mais eficientes fruto de propostas como a da Metateoria das Interfaces.

Dada a organização desta tese, ela não necessariamente precisa ser lida de maneira linear. Por exemplo, públicos já familiarizados com os modelos podem ignorar o capítulo 3, pois é nele em que as teorias são pormenorizadamente apresentadas. Interessa-lhes, do capítulo 2, respectivamente, em

especial, as seções 2.2 e 2.3, em que os discursos e as propriedades que os torna interessantes como locus de geração do fenômeno que estamos estudando, a discussão de uma lógica da linguagem natural e a Metateoria das Interfaces. Por fim, tal público pode dirigir-se ao capítulo de análises – em que todos os aspectos teóricos relevantes são retomados.

Já os públicos que desejam conhecer não apenas o fenômeno estudado pela Pragmática, além das especificidades dos modelos teóricos inferencialistas usados na elaboração do construto, encontram mais orientações na seção 2.1 e no capítulo 3 como um todo – neste, em especial, uma resenha razoavelmente completa de cada modelo, bem como os aspectos que justificam o desenvolvimento de cada proposta e evolução que de cada uma se seguiu. Tendo em vista que iremos usar, ao longo de todo o trabalho, exemplos envolvendo as eleições, sugere-se, aos que não estão familiarizados com o fato e/ou com o debate que, antes de mais nada, leiam a seção 4.1.

## 2 SIGNIFICADO, DISCURSOS, INFERÊNCIA E A METATEORIA DAS INTERFACES

### Considerações Iniciais

Neste capítulo, iremos discutir os principais aspectos histórico-teóricos envolvidos no desenvolvimento da Pragmática enquanto área também dedicada ao estudo do significado linguístico, além de mostrarmos alguns elementos que caracterizam a complexidade do fenômeno da significação em linguagem natural para fins comunicacionais a ser objeto dos modelos. Assim, iremos apresentar os fatores que, por um lado, retardaram o surgimento de propostas consistentes para o tratamento do significado da linguagem natural, e, por outro, foram motivadores importantíssimos para o desenvolvimento de novas metodologias na Filosofia e na Linguística, **culminando inicialmente na TIG e finalmente na proposta à luz da Teoria das Interfaces, caracterizando, dessa forma, a importância da noção de inferência e do seu emprego.**

Pretendemos, através de recortes teóricos, orientados pela natureza do aspecto do significado que nos interessa investigar, levantar fenômenos envolvidos e apresentar os motivos que, devido à responsabilidade e honestidade teóricas, dificultam o tratamento de tais fenômenos dentro das abordagens clássicas que estudam o significado linguístico, tornando, portanto, a Pragmática uma ótima alternativa, a ponto de representar, inclusive, como sugere Mey (1983), e como demonstra Costa (1984), uma mudança de paradigma dentro da história dos estudos da linguagem.

Assim, iniciaremos mostrando a complexidade do significado a partir das dificuldades de cunho metodológico enfrentadas pelas propostas clássicas voltadas para o estudo da linguagem natural – seja na tradição seja na linguística científica. Após, veremos como a Filosofia da Linguagem, através das investigações que culminaram no trabalho de Paul Grice, ofereceu recursos para a Linguística retomar e avançar no estudo da significação.

Seguindo esse caminho, mostraremos a importância do estabelecimento de interfaces claras tendo em vista a identificação do fenômeno que nos interessa, por um lado, e a determinação das opções metodológicas por outro – justificando a opção pela Teoria das Interfaces e pela inferência. Contudo, ainda não disponibilizaremos o sistema do construto que será utilizado – e seus desdobramentos –, o que será feito no capítulo 3.

Tendo em vista a importância que atribuiremos à interface, para abordarmos o significado em LN para fins comunicacionais, ou seja, o significado pragmático, iremos apontar certas propriedades da Semântica consideradas imprescindíveis para uma modelagem que, embora esteja envolvida com a variação do significado de enunciados, encontra respaldo na estabilidade do componente representacional. **Escolhemos, portanto, um caminho cuja modelagem exige que as descrições e explicações considerem os elementos semânticos envolvidos.**

Além disso, ratifique-se, optamos por uma abordagem que contempla a inferência para tratar do aspecto do significado implícito comunicacional. Afinal, embora haja outras propostas que

também procurem dar conta do fenômeno em jogo – através da hermenêutica, de várias teorias interpretativas e semióticas – elas foram excluídas por não contemplarem a inferência enquanto recurso para a modelagem, ou por fazerem-no de maneira descritivamente intuitiva.

Em um segundo momento, faremos algumas considerações a respeito dos discursos que serão usados como *locus* natural do tipo de significado que estamos estudando, a saber o jornalístico e, inserido, não necessariamente, nele, o político-jurídico. Nosso objetivo é identificar-lhes propriedades que os tornam aptos a serem tratados como sendo de natureza pragmática, e, portanto, adequados para a testagem do modelo teórico que iremos construir. Reiteramos que os discursos em si não constituem nosso objeto de estudo, contudo, nada impede que possamos derivar algumas considerações a respeito da sua natureza caso a aplicação do modelo que estamos propondo se mostre adequada.

## 2.1 A PROBLEMÁTICA ABORDAGEM DO FENÔMENO DA SIGNIFICAÇÃO EM LN

Tradicionalmente, a Semântica é a subteoria da ciência da linguagem dedicada ao estudo da significação que se expressa através das palavras, frases e sentenças de uma língua (CANN, 1993). Sendo, portanto, a disciplina *default* da Linguística ocupada com o significado, seu objetivo é oferecer descrições que sustentem adequadamente explicações a respeito da natureza do componente representacional da linguagem natural – como, através desse sistema arbitrário de signos simbólicos, é possível representar algo externo a ele; em outras palavras, **como a linguagem pode significar**. Afinal, desde Saussure, ficou metodologicamente mais claro que, embora o significante seja algo sensível, o significado é apenas perceptível. **É bom lembrar que, para ser linguisticamente relevante, qualquer investigação sobre a significação da linguagem natural deve contemplar aspectos do significado que, de uma forma ou de outra, estejam codificados nas expressões linguísticas, ou seja, partam dos elementos explicitamente expressos nas proposições.**

Num nível mais sofisticado, envolvendo não mais apenas a descrição da relação entre proposições e um determinado estado de coisas, mas o uso da linguagem e propriedades extralinguísticas da situação comunicativa, o componente representacional da linguagem permite também a recuperação de informações que estão além daquelas codificadas. A acomodação teórica dessa faceta da LN foi uma das mais complexas e debatidas conquistas da Linguística, aspecto cuja urgência por tratamento, embora nascida no seu arcabouço teórico, só encontrou solução na pesquisa interdisciplinar, inicialmente, a partir de um encontro com a Filosofia, quando, passou-se a vislumbrar possibilidades metodológicas para a retomada das investigações sobre o significado na Linguística.

Por muito tempo, a existência de uma área específica orientada ao estudo do nível semântico não produziu – nem na tradição, nem na Linguística científica – investigações com resultados expressivos a respeito da natureza desse aspecto nuclear da linguagem natural (MATTOSO CÂMARA Jr., 1990; COSTA, 1984; GEDRAT, 1986). Isso acarreta, obviamente, lacunas

importantes no que se refere ao conhecimento sobre a própria linguagem. Operacionalmente falando, podemos dizer que essas dificuldades não foram por falta de esforço, mas de jeito – e por ‘jeito’ entendemos metodologia.

Na tradição dos estudos da linguagem – que envolve a Gramática Normativa, a Filologia e a Gramática Comparativa –, verifica-se uma atitude metodológica do tipo observacionista, segundo a qual os fenômenos a serem estudados eram considerados objetos pré-existentes no mundo, e, portanto, dependiam de serem descobertos para daí serem conhecidos. O significado, dessa forma, ao invés de ser tratado como algo intrateoricamente determinado, era tomado como objeto real; e, nessa concepção, antecedia a qualquer proposta desenvolvida para estudá-lo. Por outro lado, tais propostas também se caracterizavam por uma atitude amplamente descritivista: arrolavam-se propriedades, mas pouco se tinha a dizer sobre sua natureza, ou seja, havia uma carência de explicações consistentes.

Além disso, qualquer que fosse a abordagem do significado, ela não estava livre de perceber que aspectos de diferentes naturezas, a saber, psicológicos, culturais, históricos, filológicos, lógicos, etc., influenciavam na determinação do significado linguístico para fins específicos. Dada a quantidade de fenômenos envolvidos na configuração do mesmo, a tradição não pôde oferecer mais do que explicações metafísicas e/ou especulativas devido à dificuldade, de certa forma previsível, considerando-se a fragilidade metodológica das propostas, qual seja, a de se tentar sugerir generalizações, só que a partir de modelos muito abrangentes e heterogêneos, ou seja, que envolviam tantos elementos e de diferentes naturezas, mas de tokens, ao invés de types, da linguagem.

Nesse sentido, a tradição contemplava e reconhecia a possibilidade do significado de uma expressão ir além daquilo que está codificado e o fato de que isso interfere na interpretação do enunciado. No entanto, ficava enfraquecida enquanto proposta teórica quando procurou dar conta do significado em LN sem enfrentar as consequências metodológicas impostas pela natureza e pelo papel dos aspectos que estão envolvidos na constituição do mesmo. A Linguística científica – pós-saussuriana – não estava em posição mais confortável. As propostas dos paradigmas fortes, o Estruturalista<sup>6</sup> e o Gerativista<sup>7</sup>, haviam sucumbido às especificidades do fenômeno da significação; tinham-se críticas consistentes, mas não alternativas.

Não estamos dizendo que a tradição estivesse equivocada nem que a Linguística científica não tivesse motivos para ficar metodologicamente perplexa frente ao significado em LN, e, em especial, em relação ao seu comportamento nas práticas comunicacionais, afinal, o significado linguístico está envolvido com muitas propriedades, como vimos; o que redundava numa incrível **susceptibilidade a variações em relação a contextos e intenções**.

Feitas essas considerações, é possível apontar alguns aspectos gerais sobre o problema central para o avanço do conhecimento sobre o significado. Dentro dos estudos pré-científicos, isso se deve à prolongada carência de metodologias adequadas. Já no caso da Linguística científica, o problema

---

<sup>6</sup> Citamos o empiricismo behaviorista de Bloomfield e a Teoria dos Campos semânticos de Trier (LYONS, 1987).

<sup>7</sup> Aqui referimo-nos às crises do paradigma gerativista, em especial, às críticas de Katz e Fodor (1964) e Katz e Postal (1964) aos modelos chomskianos (apud COSTA, 1984).

pode ser modelado como uma espécie de dilema: ou os modelos garantiam suas identidades teóricas e, conseqüentemente, suas conquistas nas áreas da Fonologia e da Sintaxe e optavam por manter investigações sobre o significado fora de seus núcleos, ou acomodavam o componente Semântico, alterando seus pressupostos teóricos. Essa segunda opção acabaria comprometendo os avanços já alcançados, arriscando os resultados já obtidos e enfraquecendo aqueles que iriam se seguir.

O ponto crítico da premência por investigações sobre o significado na Linguística surgiu quando as incontestáveis contribuições, fruto de abordagens de natureza abstrato-formal, durante a vigência dos modelos chomskianos, não foram suficientes para aliviar as críticas de estudiosos como Lakoff (1971) e Mc Cawley (1971). Eles reclamavam um tratamento para uma espécie de lógica da linguagem natural, identificada na sua propriedade comunicacional: seu uso em contextos específicos – aspecto desde Saussure<sup>8</sup>, e ratificado por Chomsky<sup>9</sup>, metodologicamente excluído da Linguística. Nesse momento, a pesquisa interdisciplinar promoveu o encontro entre a Filosofia e a Linguística.

Como vimos, Hacking (1999, p. 12) apresentou com muita propriedade a atitude da Filosofia em relação ao componente semântico da linguagem natural ao declarar: “... a teoria pura do significado não interessa muito à filosofia, embora a linguagem interesse”<sup>10</sup>. Questões semânticas estão no âmago dos interesses da Filosofia. Como o próprio Mey (1993) salienta, é muito interessante o fato de terem sido os filósofos, e não os linguistas, os primeiros a se debruçarem sobre questões referentes à relação significado e uso da linguagem.

No entanto, isso não é espantoso, pois há aspectos do significado em LN que têm conseqüências para questões nucleares com as quais a Filosofia se preocupa. Por exemplo, o fato de a linguagem ser via essencialmente única para o conhecimento – não é à toa que as indagações de Sócrates, nos Diálogos de Platão, envolvendo Teeteto e Crátilo, ecoam até hoje –, bem como ser veículo de expressão dos fundamentos da ciência. Além disso, é também importante considerar a significação e aspectos relacionados à configuração de argumentos em linguagem natural.

As maiores contribuições dos estudos filosóficos podem ser verificadas, em especial, através dos debates entre duas tendências. Na primeira, encontramos o positivismo de teóricos como Frege ([1982], 1978), Russell (1905), inicialmente, e, mais tarde, Wittgenstein (1921), Carnap (1950) e Tarski (1944) – denominados de filósofos da lógica –, os quais se dedicaram ao estudo da relação linguagem/mundo, privilegiando a natureza da questão semântica referente ao significado como representação livre de qualquer interferência comunicacional ou de empregos específicos. Como dito, embora estagnados na Linguística, na Filosofia, estudos sobre o componente semântico da LN foram fortemente impulsionados. Tais investigações, contudo, à luz de modelos lógico-matemáticos, produziram abordagens formais que contemplavam a forma e o significado linguísticos.

<sup>8</sup> Referimo-nos ao conceito de ‘parole’ proposto por Saussure e apresentado na obra *Cursos de Linguística Geral*.

<sup>9</sup> Referimo-nos ao conceito de ‘desempenho’ proposto por Chomsky (1957).

<sup>10</sup> As propriedades do caráter representacional da linguagem passam a ser objeto de atenção dos filósofos. E este mostrou-se complexo, interessante e problemático, não só do ponto de vista dos fenômenos que os usos específicos da linguagem geram, mas também do ponto de vista do desenvolvimento de modelos para tratar tais aspectos.



A linha positivista, por exemplo, estuda a linguagem não do ponto de vista natural, nem do comunicacional, mas a partir da sua estrutura lógica na interface com a Semântica. Assim, interessa, antes de mais nada, segundo Mey (1993), a relação dos enunciados uns com os outros, não deles com os fatos – aqui já estaríamos no terreno da semântica propriamente dita. No entanto, a linguagem e sua propriedade representacional estão igualmente envolvidas em outros aspectos de interesse da Filosofia, tais como as relações entre mente, linguagem e mundo; contemplando mais especificamente, aspectos referentes à representação, significado, verdade e comunicação. E, por nortear as investigações, o estudo de tais fatores e suas inter-relações motiva o desenvolvimento de propostas teóricas.

Nesse sentido, a segunda tendência, contando com teóricos como Strawson (1950), Wittgenstein (1953), este, em especial, – a partir de seus estudos sobre jogos de linguagem, desenvolvido no texto *Investigações Filosóficas*<sup>11</sup> –, Grice (1967/1975), Austin (1962) e Searle (1969) – ou filósofos da mente –, tratou da significação procurando identificar, na relação linguagem/usuário, a partir do ato comunicacional, o papel da **intenção** e do **contexto** como elementos também determinantes da configuração do significado em LN. A Pragmática é fruto das reflexões desenvolvidas à luz dessas orientações.

Embora cada grupo tenha trilhado caminhos metodológicos radicalmente diferentes, e até mesmo apresentando dissidências internas<sup>12</sup>, ambos foram cruciais para o desenvolvimento, em especial, da Filosofia da Linguagem e da Linguística. Isso porque, através do trabalho dessas correntes, configurava-se uma nova perspectiva para a abordagem do significado da linguagem contemplando aspectos de natureza lógico-linguístico-filosófico-comunicacionais. A Pragmática consiste, sem dúvida, em uma das grandes contribuições da Filosofia para a Linguística, pois investiga justamente as implicações do componente representacional da linguagem natural e suas relações com contextos – daí ser considerada um marco na troca de paradigmas para o estudo do significado (COSTA, 1984).

A fim de identificarmos, e metodologicamente isolarmos, o fenômeno de significação que nos interessa, apresentaremos alguns aspectos da evolução histórico-teórica dos estudos da Filosofia da Linguagem bem como exemplos ilustrativos. Começamos com os filósofos da lógica. Para eles, um dos aspectos importantes envolvendo o estudo do significado eram as implicâncias do mesmo para a determinação do valor-verdade das proposições.

---

<sup>11</sup> Obra em que ele contesta sua postura quanto ao tratamento da linguagem, privilegiando a partir de então o papel de elementos extralinguísticos na determinação do significado total de um enunciado.

<sup>12</sup> A fim de tentar dar conta da variação da significação, Grice aproxima-se de Wittgenstein e de Austin. No entanto, considera que esses teóricos ampliaram a utilidade da noção de contexto para explicar a variação do significado. Wittgenstein (1953) e Austin (1962), respectivamente, emparelharam o significado com o uso (significado = uso) através dos conceitos de “jogos de linguagem” e “atos de fala”. Nisso consiste, basicamente, a oposição de Grice a esses teóricos. Segundo ele, se se deseja verificar a variação do significado, é preciso fazer menção à intenção do falante: **o que as palavras significam é uma questão do que as pessoas significam com elas** (SARTORI, 1999, p. 24).

Tendo como ponto de investigação as propriedades formais da linguagem, esses filósofos identificaram fenômenos intrínsecos ao significado linguístico<sup>13</sup>, os quais foram tomados como evidência para a ilogicidade da linguagem natural. Ou seja, quando a propriedade representacional da LN é usada para fins específicos ou comunicacionais gera efeitos de significação que não podem ser tratados por modelos formais com base da lógica *standard*, como, por exemplo, o da Semântica das Condições-de-Verdade.

Fenômenos como (1) a alta dependência de fatores contextuais, (2) a vaguidade<sup>14</sup>, (3) a ambiguidade, (4) a capacidade de referir a objetos que não existem, (5) o desacordo com a lógica *standard* na medida em que não respeitam as inferências tradicionais, e (6) o fato de a parte lógica da linguagem não ser transparente na estrutura de superfície (ou gramatical) caracterizam uma faceta, de um ponto de vista teórico, desagradável da linguagem natural, pois não favoreciam o seu emprego como veículo de expressão da ciência, daí o rótulo ‘ilógica’. Vejamos cada um individualmente.

- (1) A: Você já votou?  
B: Meu título de eleitor está em cima da mesa.
- (2) O resultado da Flórida foi anunciado muito cedo.
- (3) É importante salvar o mundo dos republicanos.
- (4) O César dos Estados Unidos quer ser reeleito.
- (5) Se a contagem dos votos foi honesta, Gore venceu.  $p \rightarrow q$   
A contagem dos votos **não** foi honesta.  $\sim p$   
Gore **não** venceu.  $\sim q$
- (6) Bush é republicano.  $R_b$   
O texano é republicano.  $(\forall x) (T_x \rightarrow R_x)$

Em (1), ao dizer que o título de eleitor está em cima da mesa, A tanto pode querer dizer (i) já foi votar ou (ii) que está se preparando para ir votar – a dependência contextual e as duas possibilidades são inegáveis. É importante também observar que o significado exato não está codificado, embora possa ser perfeitamente capturado dentro de situações comunicativas determinadas. Já em (2), quanto ou quando é cedo? Percebe-se também a necessidade de elementos contextuais. O enunciado (3) permite tanto a interpretação de que é importante salvar o mundo de forma que nenhum republicano venha governá-lo ou é importante que algo como ‘o mundo daquelas pessoas que são republicanas’ seja salvo. O enunciado (4) fala de algo que não existe: o César dos

<sup>13</sup> Frege, por exemplo, no final do século XIX, chamou atenção para o problema da pressuposição e sua relação com o contexto. Pierce, na mesma época, fez menção à relação entre os signos e os seus interpretantes. Mais tarde, Wittgenstein (1953), embora inicialmente positivista, salientou a importância do contexto para a significação através do conceito de ‘jogos de linguagem’.

<sup>14</sup> Segundo Ilari (2001), a linguagem é intrinsecamente indeterminada, ela é dita vaga quando não existe um critério único e seguro para decidir a que objetos a aplicaríamos.

EUA. Em (5), temos um raciocínio perfeitamente compreensível e plausível comunicacionalmente expresso através de uma forma lógica inválida, conhecida como a Falácia do Modus Ponens. Em (6), é possível perceber que, apesar das sentenças terem a mesma estrutura gramatical, apresentam uma estrutura lógica diferente.

Tais particularidades foram tratadas como defeitos lógicos da LN e usadas como evidência para demonstrar e sustentar a tese de que ela não permite a derivação de raciocínios exclusivamente válidos, aspecto que tem profundas e cruciais consequências para a construção de modelos teóricos que se pretendam rigorosos. Contudo, mesmo sendo problemáticos de um ponto de vista lógico, todos esses exemplos podem ser acomodados e usados de forma comunicacionalmente eficiente; daí a suposição da existência de algo que pode ser tratado como uma espécie de lógica da linguagem, afinal, a comunicação não é caótica, mesmo apesar da grande quantidade de elementos envolvidos tanto explícita quanto implicitamente.

Embora a Pragmática estivesse delineando-se como alternativa para dar conta de tais fenômenos, havia opositores. Russell, por exemplo, foi uma das vozes contrárias mais fortes ao desenvolvimento de abordagens de natureza pragmática, diz ele na obra **História do Pensamento Ocidental**:

Em filosofia, observa-se um desenvolvimento bastante semelhante [psicologia associacionista] ao de certas formas da Linguística, **que abandonam o significado no sentido tradicional e substituem o uso efetivo da linguagem, ou a disposição para utilizá-la sob certas maneiras na ocasião adequada. Assim como os cães de Pavlov, pretende-se que salivemos em vez de pensar** (RUSSELL, 2001, p. 426, grifo nosso).

A crítica de Russell procede quando pensamos em abordagens especulativas e nos propósitos e natureza das investigações que ocupavam o filósofo. No entanto, na ciência contemporânea, em especial, a partir do entendimento de Thomas Kuhn (1962)<sup>15</sup>, a questão metodológica antecede a qualquer outra coisa, e, portanto, nada impede que as especificidades que o uso da linguagem natural acrescenta à configuração do seu componente semântico sejam metodológica e kuhnianamente enfrentadas.

Embora tais aspectos fossem indesejáveis, do ponto de vista positivista, não se pode negar que eles fazem parte da natureza da linguagem natural e podem ser perfeitamente empregados na comunicação. Assim, se, por um lado, foram considerados pelos filósofos da lógica como obstáculo que desestimulava investigações, os filósofos da mente tomaram-lhes como um conjunto de elementos motivador, promovendo e justificando estudos de natureza pragmática – do ponto de vista dessa outra tendência da filosofia, tais aspectos precisavam ser metodologicamente acomodados e tratados.

Segundo os filósofos da mente, especialmente para Grice, as particularidades da linguagem necessariamente não eram prova da sua inconsistência. O próprio Russell, embora condenasse a

---

<sup>15</sup> E, como veremos, a partir de outros autores que têm tratado da questão de metodologia, a saber, Poeppel (2004) e Giere (2006).

vaguidade da linguagem natural, tendo em vista seu programa de investigação, reconhecia a importância dessa propriedade justamente como um recurso para otimizar a comunicação<sup>16</sup>. Além disso, a linguagem natural, mesmo não funcionando exatamente segundo os padrões da lógica *standard*, apresenta uma lógica que permite, de forma perfeita, a objetividade na e da comunicação, inclusive, para a prática da argumentação.

A Semântica restringe-se às questões do significado que independem do uso, do usuário e do contexto no qual uma expressão foi empregada – ou seja, ela ocupa-se exclusivamente da proposição que, por hipótese, deve ter um valor, um significado estável. Entretanto, a compreensão da natureza e da configuração do significado linguístico, especialmente quando a LN é empregada para fins específicos e/ou comunicacionais, envolve o tratamento das variações e dos aspectos envolvidos na geração e percepção de conteúdos a mais. Nosso trabalho é, como já fica claro, construído à luz de um dos possíveis encaminhamentos para esse fenômeno, a saber, tratar essa flexibilidade do significado via Pragmática.

Embora inicialmente disputando com a Semântica o terreno das investigações sobre a significação, hoje, a Pragmática, devido à consistência metodológica que vem alcançando, passou a dividir com ela tal tarefa, apresentando-se como uma importante aliada na Linguística no que tange aos problemas que esta enfrentava para abordar o significado. Isso permitiu, por um lado, um grande avanço no conhecimento do significado em LN, sem comprometer o rigor da Semântica; por outro, consolidou um novo paradigma que tem trazido contribuições sobre facetas e especificidades do fenômeno linguístico e tem auxiliado no desenvolvimento de novas metodologias.

De acordo com Chierchia (2003, p. vii) “as línguas, por trás de sua fluidez, têm um esqueleto lógico”. Como foi dito, e será mais bem demonstrado através dos exemplos a seguir, embora estagnada na Linguística, a Semântica avançou seguindo um rumo formalista – e abstrato –, cuja preocupação maior envolvia as condições sob as quais uma sentença é verdadeira ou falsa (MEY, 1993), e desenvolvendo procedimentos formais importantes para descrever certas propriedades da LN. Contudo, vários aspectos exclusivos da interação linguística, cruciais para esclarecimentos a respeito da natureza do significado linguístico e para a lógica da linguagem natural, não eram capturados por tais abordagens. A íntima relação dessa semântica com a lógica, ao permitir a identificação de propriedades essencialmente formais da linguagem natural, contribuiu com um tratamento descritivo-explanatório rigoroso para questões da significação; limitado, contudo, especialmente à referência e às condições-de-verdade.

Vejam. Segundo a lógica formal, a molécula ‘ $p \wedge q$ ’ e sua alternativa ‘ $q \wedge p$ ’<sup>17</sup> – formadas por duas proposições e pelo conetivo ‘e’ – devem ter o mesmo significado, o que corresponde a dizer que devem ter as mesmas condições-de-verdade. Portanto, a sentença abaixo, em linguagem natural, é perfeitamente descrita pelo modelo e compatível com as suas predições.

---

<sup>16</sup> Costa (2002), disciplina Seminário de Semântica, em comunicação pessoal.

<sup>17</sup> Sendo ‘p’ e ‘q’ proposições quaisquer.

(7) Gore é democrata e Bush é republicano.

**p     $\wedge$     q**

Em (7), para fins de interpretação, é indiferente a ordem usada para enunciar a sentença. A propriedade do conetivo ‘e’ – cujo símbolo formal é ‘ $\wedge$ ’ –, prevista pela lógica e adotada pela semântica das condições-de-verdade, parece manter-se. A alteração da ordem das proposições dentro do período não caracteriza uma alteração do seu significado original. O tratamento de (7) não oferece, portanto, nenhum problema para uma teoria semântica, e cujo significado pode ser perfeitamente descrito e explicado dentro de uma semântica teórica de modelos, por exemplo.

Um dos momentos mais tensos que disparou o debate entre republicanos e democratas na eleição presidencial americana de 2000 foi quando Gore, dados os resultados da Flórida, acreditando que não poderia vencer, ligou para Bush e disse que estava desistindo da disputa – o que faria de Bush o novo presidente eleito. Pouco tempo depois, ao ver que os resultados estavam mudando a seu favor, Gore ligou novamente dizendo, agora, que continuava na luta pela presidência – veremos o diálogo literal, bem como a análise pragmática do mesmo no capítulo 4.

Voltando à significação há pouco apresentada, e levando em conta aspectos unicamente semânticos, pode-se dizer que um jornal estaria autorizado a publicar indiscriminadamente (8) ou (9). No entanto, se um jornal A publicar (8) e um jornal B publicar (9) teríamos, no mínimo, no nível interpretativo, problemas de inconsistência entre eles, e, no caso de (9), o jornal poderia ser inclusive acusado de estar veiculando informações parcial ou totalmente inverossímeis.

(8) Gore concedeu e lutou.

(9) Gore lutou e concedeu.

Tendo em vista **uma única intenção comunicativa – ou seja, uma única interpretação** – (8) e (9) nos mostram que os jornais<sup>18</sup> não poderiam escolher livremente qualquer um dos enunciados: é contexto, no caso, a questão temporal, o que ocorreu primeiro, interferindo na plausibilidade de cada enunciado para fins comunicacionais, uma vez que a interpretação dos mesmos leva a conclusões diferentes. E isso pôde ser verificado através da perplexidade Bush ao receber o segundo telefonema – pois já se considerava o novo presidente – ao responder “Deixe-me ver se eu entendi, você está me ligando novamente para voltar atrás na sua concessão?”. Como é possível ver, a suposta manchete (8) é a coerente com a situação do telefonema.

A inter-relação entre o significado das proposições – aspecto puramente semântico – e elementos contextuais não permite a obtenção **das mesmas informações de ambos como prevê a lógica *standard* pela tabela verdade do conetivo ‘ $\wedge$ ’**. É importante salientar: os exemplos também ilustram a importância das propriedades da configuração sintática das sentenças na determinação do

---

<sup>18</sup> Não podemos esquecer que a representação fiel, ou o mais fiel possível, de um estado de coisas, pelo jornal, é condição *sine qua non* para a sua sustentabilidade enquanto meio de comunicação.

significado de proposições, o que também acarreta consequências para o estabelecimento do significado pragmático dos enunciados.

Para a SCV, existe somente o ‘ $\wedge$ ’ lógico, que se caracteriza pela propriedade comutativa – aspecto que faz parte da natureza da contraparte natural e que é perfeitamente modelável dentro da Lógica. Contudo, do ponto de vista formal, o conetivo não captura a diferença entre elementos que formam a conjunção no que tange ao **aspecto temporal** (o que aconteceu primeiro). Isso não é fruto de incompetência da lógica, mas de decisões metodológicas da área – o respeito a tais princípios é, sem dúvida, fator determinante da configuração e da eficiência já alcançada pelos modelos semânticos – que se desenvolveram durante o silêncio metodológico da Linguística.

Assim, a partir de (8), percebe-se que primeiro Gore concedeu e depois voltou atrás, dando continuidade à luta pela eleição. Já (9) nos permite pensar que primeiro o vice-presidente americano fez tudo o que pôde para garantir sua vitória, mas, ao perceber que isso era impossível, acabou desistindo. Na prática, portanto, ambos os enunciados não podem ser usados para um mesmo fim informativo: cada um deles traz implícito um tipo de informação a mais; as quais, por sua vez, diferem entre si.

Sendo assim, dado que o conetivo ‘e’ permite a derivação de mais de uma interpretação, qual seria a diferença e as implicações entre (i) assumir que o conetivo possui significados diversos e tratá-los semanticamente ou (ii) assumir apenas o significado postulado pela lógica e tratar os demais como significados pragmáticos? De certa forma, essa questão já foi respondida, entretanto, vejamos mais um exemplo com outro conetivo.

- (10) A: Bush ainda não se manifestou desde que a Suprema Corte da Flórida permitiu que Gore executasse a recontagem manual.  
B: Bush está preparando mais um ataque **ou** desistiu.

**p   V   q**

Pela tabela-verdade do conetivo ‘V’, basta que um dos disjuntos seja verdadeiro para que o todo também o seja. No entanto, considerar essa propriedade do conetivo num enunciado, tendo em vista fins comunicativos, resultará em um problema: o ouvinte deseja uma única alternativa como resposta, mas o falante oferece-lhe duas, e mais, sem precisar nenhuma delas.

Ao enunciar as duas opções, B está demonstrando sua falta de certeza, não sabe se é **p** ou se é **q**. Se soubesse, estaria em posição de dizer **p** ou de dizer **q**, conforme fosse o caso. O conetivo ‘ou’, em linguagem natural, parece estar a serviço de uma indefinição do valor de verdade, cujo emprego sugere um não comprometimento do falante com o que afirmou.

Isso já não é mais um fenômeno de ordem linguística, uma vez que não há nenhum algoritmo ou marca sintática que atribua ao conetivo a propriedade da indeterminação. Se o falante tivesse a certeza de um dos disjuntos (estamos considerando a disjunção exclusiva), a enunciação da frase dessa forma seria irrelevante, não informativa – comprometendo a objetividade e a eficiência da troca comunicacional na qual será usado.

A semântica, na verdade, só pode arrolar as condições nas quais tal proposição é verdadeira ou falsa, sem decidir sobre a verdade<sup>19</sup> ou falsidade da mesma enquanto enunciado. A determinação definitiva do valor de verdade da proposição, tendo em vista sua função informacional e comunicativa, só pode ser obtida a partir de aspectos de natureza pragmática – ou seja, considerando fatores contextuais<sup>20</sup>, sem os quais, também fica difícil, senão impossível, estabelecer a relevância de um determinado tópico em uma situação comunicativa.

Isso pode ser ilustrado através de situações em que um mesmo enunciado pode apresentar proposições verdadeiras ou falsas, dependendo de informações contextuais, como em (11a) e (11b); e de situações em que dois enunciados podem apresentar as mesmas condições-de-verdade e veicular informações diferentes, como em (12a) e (12b).

- (11a) A opinião pública condena **Bush** por procurar a Suprema Corte.  
 (11b) A opinião pública condena Bush por procurar **a Suprema Corte**<sup>21</sup>.

Ambos os enunciados apresentam as mesmas condições-de-verdade. Entretanto, dado o elemento sobre o qual recai o acento<sup>22</sup>, temos a ligação de informações contextuais diferentes entre si relacionadas a ele. Vejamos em que condições cada enunciado será verdadeiro. Em (11a), observa-se que a opinião pública atribui a Bush, e somente a ele, a responsabilidade por levar o problema até a Corte Federal. Já em (11b), o que a opinião pública questionou não foi o fato de Bush ter tomado alguma atitude a fim de garantir sua eleição, mas parece ter recriminado a medida que foi adotada para fazê-lo, ou seja, apelar à Corte Federal, sugerindo, a partir desse implícito, outra opinião, a de que, por exemplo, haveria outras formas para resolver o problema. Então: para que (11a) seja verdadeiro, a condenação da opinião pública recai sobre Bush; já para a verdade de (11b), a condenação refere-se ao tipo de recurso adotado. Outra situação.

- (12a) O povo americano não apoia Bush.  
 (12b) Até o povo americano não apoia Bush.

Apesar de ambos os enunciados terem as mesmas condições-de-verdade, somente (12b) transmite informação extra. Além de não alterar as condições-de-verdade, a partícula ‘até’ permite que se pense, ou, em outras palavras, implica, que, das várias oposições a Bush, a menos provável, que é a do povo americano, também existe.

A fim de interpretar os enunciados, os ouvintes lançam mão de informações das mais diversas fontes, tais como: conhecimento enciclopédico, dados culturais que podem estar potencialmente implícitos no léxico, etc., e só então processam a resposta. Em outras palavras: aspectos da situação comunicativa interferem e determinam a relação entre a sentença e o contexto, e

<sup>19</sup> Essa propriedade será relida, na TCNT, por Costa (2002, no prelo, 2005) através da noção de veracidade.

<sup>20</sup> Questões sobre que elementos contextuais são esses, sua natureza e como são empregados na interpretação serão oportunamente tratados.

<sup>21</sup> Como veremos, Costa (2008) trata esse caso como uma inferência fonológica, dentro das inferências multiformes.

<sup>22</sup> Na fala, o acento, a ênfase; na escrita, a contraparte é o negrito.

acabam contribuindo para precisar a interpretação pretendida para o enunciado – e para o sucesso da troca.

Um último exemplo. Fora de contexto, a tautologia e a contradição, ilustradas respectivamente em (13) e (14), não seriam informativas – note-se que semanticamente podem ser compreendidas, mas, para fins comunicacionais, são informacionalmente problemáticas:

- (13) Bush fraudou as eleições; **ele** fraudou as eleições.  
 (14) Bush fraudou as eleições; **ele** não fraudou as eleições.

Assim, se levarmos em consideração um contexto qualquer no qual haja uma relação entre o falante e o ouvinte, e o falante queira comunicar algo ao ouvinte valendo-se de uma dessas sentenças, é possível tomá-las como eficientes supondo-se a existência de alguma significação extra a partir de cada enunciado. Assim, digamos, por exemplo, que através de (13), o falante deseja ratificar a identidade do autor da fraude, foi Bush, nenhum outro. Já através de (14), o falante poderia querer dizer que Bush não fraudou a eleição pessoalmente, mas sem sua intervenção tal fato não teria ocorrido. Como é possível observar, a criação de um contexto destitui o caráter tautológico e contraditório dos enunciados, tornando-os informativos.

Ora, a tautologia e a contradição oferecem informações necessariamente verdadeiras e necessariamente falsas *a priori* – o que torna a propriedade informacional dos enunciados, por hipótese, inútil. Contudo, os conteúdos extras acabam garantindo a aplicabilidade dos enunciados como eficientes na situação comunicativa onde forem empregados. Sendo assim, Costa (1984) defende que a **comunicação linguística acontece entre dois extremos: a redundância e a novidade**, os quais podem ser, pragmaticamente falando, usados como recurso conversacional/comunicativo de sucesso.

Nessas condições, a resposta à sugestão de que a Semântica pudesse, a partir de ajustes metodológicos, dar conta dos fenômenos que ilustramos, ou seja, incorporar primitivos para tratar dos vários significados que possam ser derivados de termos e expressões, como no caso do uso dos conectivos ‘e’ e ‘ou’, por exemplo, deve ser negativa. O preço seria a perda da sua identidade enquanto proposta teórica, afinal, ela precisaria assumir outros pressupostos, o que acabaria comprometendo o seu núcleo estrutural – especialmente devido aos seus compromissos com a Lógica *standard* – e os avanços já consolidados. Uma solução seria, então, deixar que a Pragmática oferecesse contribuições para os outros aspectos da significação, **sem, contudo, perder sua articulação com o caráter semântico**. A questão agora se refere à metodologia a ser empregada para promover e desenvolver tal articulação.

Nesse sentido, ratifica-se que a divisão, mas com articulação, entre as áreas é desejável, tanto pela preservação do rigor dos modelos e resultados, mas também pela quantidade de aspectos que puderam receber tratamento. Isso não significa que a Semântica seja uma forma pobre e/ou simplista de abordar a significação, pelo contrário. Ela o faz assumindo compromissos com ciências mais básicas, como a Lógica, a Matemática e a Filosofia, e, portanto, respeitando fundamentos



solidamente consagrados. Na verdade, o nível puramente proposicional ainda apresenta vários desafios interessantes para o conhecimento da linguagem, além de elementos motivadores para o desenvolvimento de metodologias. Acontece que, na relação com a comunicação, a linguagem natural também dá origem a conteúdos e fenômenos de significação que estão ligados ao enunciado e interagem com aspectos contextuais – cuja natureza impede um tratamento via Semântica tal como está teoricamente configurada.

Costa (2002), no artigo **Filosofia da Linguística / Compromissos Metodológicos**, defende a importância de uma Linguística metodologicamente não autônoma, ou seja, as descrições e as explicações para o fenômeno a ser investigado devem ser orientadas respeitando o estabelecimento de fronteiras, ou interfaces. Costa (2002, no prelo) organiza, então, tais interfaces da seguinte forma: externamente, a Linguística pode ser tratada como Ciência Formal, na interface com a Lógica; como Ciência Natural, na interface com as Ciências Cognitivas; ou como Ciência Social, na interface com a Comunicação. Para ele, caso a explicação não ocorra na interface, os modelos correm o risco de restringirem-se a exaustivas descrições de seus objetos teóricos. Essa subdivisão faz com que a linguagem possa ser estudada desde um ponto de vista lógico, cognitivo, até o emprego mais conhecido de todos, no qual as particularidades do contexto tornam-se mais ricas e variadas, qual seja, o comunicacional.

Por outro lado, para o tratamento do caráter comunicacional/instável do significado, Costa (2002, no prelo) defende que a divisão de tarefas só é interessante se se considerar também uma interface interna, no caso, especialmente entre a Semântica e a Pragmática, afinal, cabe à semântica tratar do significado livre de contexto e, portanto, estável, por hipótese; deixando para a Pragmática as variações<sup>23</sup>. Se tudo fica dentro do nível semântico, a Pragmática perde sua justificativa e a Semântica sua identidade teórica.

Contudo, é importante lembrar que não se trata de qualquer variação, mas sim daquela que depende e pode ser localizada e justificada a partir de elementos constituidores da proposição. Assim, não se trata de um tipo de pragmática que supõe uma variação construída apenas contextualmente, mas sim do tipo que, ao buscar na interface com a semântica a base de significado, impede que o tratamento dessa instabilidade seja feito topicamente, apenas a partir de propriedades contextuais<sup>24</sup>.

Os exemplos e discussões acima ilustram o que as investigações sobre a linguagem demonstraram e o que a intuição sabe e usa tão bem desde sempre: **o significado total de um enunciado, para fins comunicativos, não está totalmente encapsulado naquilo que está codificado na sentença que o carrega – significado explícito –, mas na relação da mesma com o contexto de uso e com as intenções do falante; gerando, portanto, conteúdos que vão além da estrutura – significado implícito**. Nesse sentido, a contribuição do linguista deve ser muito maior do que apenas a de identificar o fenômeno, mas sim deve ser a de oferecer uma modelagem

<sup>23</sup> Nesse sentido, podemos dizer que a Sintaxe responsabiliza-se pelo estudo da sentença; a Semântica, pelo da proposição; e a Pragmática, pelo do enunciado.

<sup>24</sup> Não se está reduzindo a importância do contexto, mas sim chamando a atenção para o fato de que é preciso demonstrar como ele interage com aspectos semânticos para a especificação do significado comunicacional.

descritiva e explanatoriamente adequada para mostrar como esse conteúdo é gerado e percebido num ato comunicacional.

Se a porção de significado que nos ocupa, embora gerada a partir da proposição, não está codificada nela, não é, portanto, através de decodificação que ela é obtida. No entanto, o Modelo de Códigos, baseado no mecanismo de decodificação proposto por Shanon e Weaver (1949), e revisitado por outros autores, tais como Jakobson e Hall (1956) e Jakobson (1961), tem uma longa tradição nos trabalhos sobre a comunicação: processo que é abordado através do que Ready (1979) denominou de metáfora do canal (SILVEIRA; FELTES, 2002).

Segundo essa abordagem, as pessoas expressam seus pensamentos através da linguagem da seguinte forma: elas **codificam** o que querem dizer através de um código, que é a língua; e o interlocutor, se domina tal código, é capaz de **decodificar** a mensagem, bastando isso para que se possa compreendê-la – é como se as ideias estivessem contidas nas palavras. Nessas condições, um código consiste basicamente em um sistema que emparelha mensagens com sinais, permitindo que os mecanismos processadores de informação sejam capazes de se comunicar. Ou seja, no código, “o mesmo sinal está sempre ligado não-ambiguamente à mesma mensagem” (CLARK, 2013, p. 15).

Sendo assim, na decodificação<sup>25</sup>, processo através do qual se postula que ocorra a compreensão, ao tomar-se um sinal codificado, produz-se uma mensagem associada a tal sinal através de um código subjacente, que deve ser mutuamente conhecido pelos participantes do ato comunicativo (SPERBER; WILSON, 1986). Apesar de essa ser uma das propriedades da LN, Ducrot (1972) descreveu bem a consequência de se emparelhar língua com código, sem considerar outros aspectos:

dizer que as línguas naturais são códigos, destinados à transmissão da informação de um indivíduo ao outro é, ao mesmo tempo, admitir que todos os conteúdos expressos graças a elas são expressos de maneira **explícita**. Com efeito, por definição, uma informação codificada é, para aquele que sabe decifrar o código, uma informação que se dá como tal, que se confessa, que se expõe. **O que é dito no código é totalmente dito, ou não é dito de forma alguma** (DUCROT, 1972, p. 13, grifo nosso).

O exemplo a seguir corrobora a crítica feita por Ducrot àquelas concepções que entendem que a significação está toda na decodificação.

- (15) A: Você votou?  
B: É tarde.

Como vemos, B responde através de um enunciado sintaticamente organizado, cujo significado, dadas as propriedades semânticas convencionais dos elementos constituintes – no caso, fruto do conhecimento semântico que o receptor tem de sua língua –, pode ser perfeitamente

---

<sup>25</sup> Decodificar: decompor cognitivamente os elementos lexicais de uma estrutura e recuperar os signos (SPERBER, WILSON, 1986).

compreensível. Por sua vez, tal enunciado pode ser tratado, por hipótese, como uma espécie de significado de base e estável, que corresponde ao significado da proposição.

Quando a linguagem passa a ser vista não mais só como um objeto formal, mas contemplada como um veículo transmissor de informações em qualquer prática comunicacional concreta, o significado do que foi dito pelo emissor não se limita, obrigatoriamente, àquele da proposição. Ao interagir com o contexto de enunciação, há outras configurações que a especificam para a situação comunicativa onde foi empregada. Assim, no caso do exemplo (15), o falante pode querer dizer: (i) num contexto em que o horário de votação terminou, que não votou; (ii) que é tarde para votar em Bush, pois, no momento em que o diálogo ocorreu, Al Gore estava vencendo na Flórida; (iii) que a política é algo perdido mesmo; etc.

Notemos que, embora a lista de possibilidades seja aberta, por trás do significado para cada resposta possível de B, está a mesma proposição. Isso ilustra também o fato de o receptor poder entender outra coisa que não aquilo pretendido pelo falante. Nada impede que A tenha interpretado a resposta de B como (ii) ao invés de (i) – o contexto suposto é fundamental. Isso nos mostra que, apesar da importância desses conteúdos a mais, não existe obrigatoriedade de que o conteúdo identificado pelo receptor seja necessariamente aquele pretendido pelo emissor. No caso de um equívoco na interpretação, o receptor pode, sem problemas, cancelar o resultado ao qual chegou e, ao recorrer a outros elementos, construir outras possibilidades até chegar àquela pretendida pelo falante. Geralmente, é isso que ocorre e de maneira rápida e eficiente, assim, não podemos esquecer de que há falhas na comunicação.

O preenchimento da informação transmitida pela resposta de B, em (15), pode ser tratado como uma espécie de raciocínio a partir do qual se obteve um significado que não estava codificado no enunciado. A questão crucial é localizar o estudo desse conteúdo extra e definir uma abordagem que permita descrever e explicar sua geração e obtenção, uma vez que, ele é um aspecto importante não só para a compreensão do significado linguístico, mas também para uma caracterização lógica da LN, afinal, acaba justificando o enunciado e racionalizando o ato comunicacional no qual ele foi usado.

Os exemplos que temos usado até aqui corroboram, e mostram de forma descritivamente organizada, o fato de que, embora seja possível a obtenção de conteúdos a partir da parte explícita do enunciado, eles apresentam-se insuficientes para a compreensão do mesmo especialmente quando veículo na troca comunicacional. É claro que o código é importante na comunicação, e que as pessoas, de certa forma, comunicam pensamentos. Contudo, eles não se reduzem àquilo que os sinais representam. Além disso, conforme vimos, em especial, nos exemplos (1), (8), (9), (11a,b) e (12a,b), o contexto tem papel crucial na determinação do significado pragmático, e, como salientam Sperber e Wilson (1995), ao localizar a interpretação enquanto fruto de envio e recebimento de mensagens e não especificar como o contexto desempenha seu papel no processo comunicacional, o modelo fica enfraquecido descritivamente. Isso sem falar na total falta de tratamento da modelagem da geração e interpretação do conteúdo extra.

Não se está afirmando que o Modelo de Códigos seja totalmente inviável, nem que deixa de contribuir para o esclarecimento do processo de comunicação, mas sim que é uma visão simplista e parcial, pois não aborda adequadamente aspectos importantes do processo. O seu maior mérito está, sem dúvida, na sua capacidade explanatória: de fato, enunciados comunicam, e a hipótese de que tais enunciados codificam pensamentos é explicada dentro desse modelo. A sua maior deficiência consiste no fato de ser descritivamente inadequado, **a compreensão envolve mais do que a decodificação de uma sinal linguístico**, como bem expuseram Sperber e Wilson (1995).

Por ora, voltemos um pouco no tempo a fim de retomarmos as origens da proposta à luz da qual estamos desenvolvendo nosso trabalho. Tendo em vista o impasse promovido pela configuração do Modelo de Códigos, a partir do final da década de 60, Paul Grice, repensando a forma através da qual a comunicação vinha sendo estudada, apresentou uma alternativa. No artigo **Meaning**<sup>26</sup> (1967), procura desenvolver uma teoria da comunicação, buscando uma forma para descrever e explicar como uma proposição pode significar além daquilo que está dito, que está linguisticamente expresso. Para tanto, apresenta um modelo de natureza inferencial, descrevendo a comunicação através do cálculo, executado pelo ouvinte, das intenções do falante, valendo-se da noção de contexto.

Grice acreditava ser possível explicar o significado de uma sentença em termos daquilo que os usuários da língua querem dizer, ou significam com a expressão em uma determinada situação: a abordagem do significado linguístico está, a partir de Grice, calcada na noção de **intenção**. E, ao propor que a intenção do emissor desempenhava um papel na determinação do significado que não está codificado, Grice acabou envolvendo-se com o não-dito.

Mais do que simplesmente apontar tais não-ditos, passa a ser importante discutir como são obtidos, afinal, não estão codificados, mas são identificados e contribuem para a plausibilidade racional da troca comunicativa. Uma maneira, portanto, é a aproximação desse processo com a noção de inferência, pois temos a passagem de algo decodificável, e, portanto, sensível, – no caso, do significado explícito da proposição – para algo não-decodificável, e, portanto, perceptível – o significado implícito capturado (que irá constituir o significado total do enunciado). E é assim que a inferência passa a fazer parte e a ser tratada dentro dessa nova proposta.

Grice defende a existência de uma significação *standard* (ou natural), pois acredita que existam regularidades de intenções no uso das palavras. Essa significação constituiria a base proposicional sobre a qual as variações ocorreriam. Estamos, portanto, assumindo, neste trabalho, **uma semântica estável, cuja base default de significação possa ser considerada como razoavelmente constante, expressando o que será tomado como sentido literal**, sobre a qual a comunicação é construída. **Esse significado corresponderá, para nós, ao conhecimento semântico convencional e generalizado que independe de conhecimentos de contextos específicos**<sup>27</sup>. Dessa

---

<sup>26</sup> Contudo, Grice pretende que a sua proposta constitua uma alternativa para o Modelo de Códigos no artigo. Já Sperber e Wilson (1986), sugerem que o Modelo Inferencial deixe de ser uma alternativa para o de Códigos, mas que ambos estejam associados.

<sup>27</sup> Mais adiante, justificaremos tal adoção a partir da TCNT.

forma, nossa tarefa, enquanto linguistas, consiste em mostrar a influência da semântica no que diz respeito às propriedades do léxico como elementos disparadores de inferências pragmáticas.

O já mencionado contraste (8) e (9) ilustra a importância não só dos elementos semânticos, mas da interferência da distribuição dos mesmos para o significado da proposição, ou seja, é a sintaxe interferindo na semântica. Vejamos o caso abaixo:

- (16a) Gore derrotou Bush.  
 (16b) Bush derrotou Gore.

Embora, em (16ab), os nomes próprios refiram às mesmas entidades e o predicado seja o mesmo, o significado de (16a) é diferente do significado de (16b) devido à ordem de cada elemento – mudam apenas os papéis temáticos –, o que acarreta uma grande diferença para a significação. Há, portanto, uma relação entre os significados das palavras e o significado das sentenças. O contraste envolve a necessidade de se assumir uma semântica que contemple as consequências que a ordem das palavras na sentença traz para a significação; afinal, na Semântica, o que importa é a proposição, e, para tanto, deve-se contemplar a relação léxico e gramática, mas sem interferência de aspectos contextuais.

Tal relação foi tratada como Princípio da Composicionalidade. De acordo com essa proposta, o significado de uma expressão é uma função<sup>28</sup> do significado das suas partes e da combinação sintática dessas partes (CANN, 1993), assim, segundo esse princípio proposto por Frege, teoricamente, “se soubermos o significado das partes da sentença e soubermos as regras que explicitam como combinar essas partes, então podemos deduzir o significado da sentença” (CANÇADO, 2005, p. 143). Em sendo isso verdade, deveríamos poder construir e interpretar infinitas sentenças novas, bem como ser capazes de explicar por que certas interpretações não seriam possíveis. Contudo, isso não funciona exatamente assim. O fato de sentenças conterem as mesmas palavras, e não necessariamente expressarem o mesmo significado, torna a estrutura sintática das mesmas relevante para a derivação de seu significado. Sem contar casos em que as sentenças não são gramaticalmente bem formadas, por inúmeros motivos, e, ainda assim, somos capazes de identificá-lhes o significado, por exemplo um falante nativo de língua inglesa que está aprendendo o português e diz algo do tipo:

- (17) Eu não saber onde ser a rua x.

Embora regras sintáticas de conjugação verbal e concordância tenham sido violadas, é perfeitamente possível compreender o significado da sentença. Contudo, o Princípio da Composicionalidade deve ser estendido a fim de mostrar que, na derivação do significado de uma expressão composta, os significados das expressões componentes devem ser combinados **observando a maneira como elas são sintaticamente organizadas**. Vejamos a seguinte situação.

---

<sup>28</sup> Entenda-se ‘função’ como uma regra de combinação.

O jornalista, político e diretor do jornal Temps, Adrien Hébrad, tinha em sua sala um quadro que resumia os quatro deveres de um bom jornalista (PALAZZI, 1995, p. 159).

(18) Saber. Fazer. Saber fazer. Fazer saber.

O enunciado (18) é constituído por apenas dois verbos organizados de modo a formar quatro enunciados que compõem o enunciado maior. Dois dos enunciados consistem apenas de cada verbo em separado; os outros dois consistem nas combinações possíveis entre cada verbo, do ponto de vista da ordem. Esse exemplo ilustra a questão da composicionalidade do significado e como isso está sujeito a gerar efeitos pragmáticos, pois, mais do que apenas o significado literal de cada verbo, interessa tal significado tendo em vista o uso que se está fazendo dele em um contexto e a disposição dos termos dentro de enunciados.

Cada palavra está sendo tomada tendo em vista seu significado literal, convencional. As pessoas sabem o que significam os verbos ‘saber’ e ‘fazer’. No entanto, mesmo considerados isoladamente, eles estão num dito localizado na parede de um jornalista, ou seja, já há uma espécie de recorte de contexto, o qual, nesse caso, localiza-se dentro do jornalismo. Assim, dadas as propriedades da área, ‘saber’ e ‘fazer’ já assumem uma significação mais específica: saber coisas do jornalismo, fazer coisas do jornalismo.

No entanto, dadas regras gramaticais, os dois verbos são combinados e formam outros dois enunciados. Ambas as combinações são possíveis, mas, de um ponto de vista semântico apenas, não se pode ir muito longe no que efetivamente significam. Cada enunciado do novo par exprime significados diferentes. Nesse momento, a interação proposição + contexto permite que os implícitos decorrentes sustentem a eficiência de tal enunciado, tornando-o rico informacionalmente. Se se tentasse explicitar, através de enunciados linguísticos, as informações pretendidas pelo emissor, o texto original comunicacionalmente perderia seu impacto e até mesmo seu propósito. Diríamos que o charme do enunciado está sim, na sua forma, mas também no fato dos implícitos que gera – justamente devido à sua forma. Destaque-se aqui a indeterminabilidade de todos os conteúdos que podem ser veiculados a partir de tal slogan.

Na verdade, (18) funciona como um slogan, que tem como uma de suas propriedades unificar ideias (REBOUL, 1975, MACHADO, 1998), convergindo-as para um único enunciado. Nesse sentido, a análise dos termos constituintes é importante, mas o resultado do enunciado é apenas um elemento organizado e unificante de tantos conteúdos. Por essas razões, seu impacto e sua força partem do dito, mas sustentam-se e justificam-se a partir dos conteúdos aos quais dá origem e dos quais esse dito depende para se justificar enquanto slogan, e, portanto, enquanto veículo eficiente para comunicação.

Aspectos intrínsecos ao significado das unidades e às regras impõem restrições às possibilidades de combinação geram discussões. A Semântica parte do pressuposto de que as palavras – cadeias de sons – têm significado. A questão crucial é: como atribuímos a sons significado? À luz do conceito de composicionalidade está a seguinte observação, “se soubermos o

significado das unidades e regras para montá-las em unidades mais complexas, então podemos construir e interpretar uma infinidade de sentenças novas, assim como explicar por que certas interpretações não são permitidas<sup>29</sup> (OLIVEIRA, 2001, p. 60). Tal observação traz consigo uma discussão clássica dentro da Filosofia da Linguagem, a saber, o debate entre atomistas e holistas<sup>30</sup>.

Segundo os **atomistas**, as pessoas aprendem primeiro o significado das palavras isoladas, ou seja, aos átomos de significação são atribuídos significados isoladamente, os quais, posteriormente, são combinados em estruturas mais complexas. Assim, o significado de uma palavra não depende da relação da mesma com outras palavras. Ela, em si, depende da relação com o conceito ao qual está ligada. Já para a corrente oposta, a dos **holistas**, as expressões não têm significado isoladamente; elas só adquirem significado quando inseridas em uma rede com outras expressões.

Vejam, rapidamente, os problemas que cada visão tem de enfrentar. O ônus do holismo é o de explicar a seguinte questão: se os termos isoladamente não têm significado, como determinar o significado de uma expressão? Afinal, não é oferecido nenhum critério que evite a proliferação de significados. Já o atomismo precisa mostrar, como salientou Quine (1960), de onde as propriedades daquela palavra foram retiradas. Está certo que Quine desenvolveu sua sugestão tendo em vista o significado de termos teóricos, os quais só poderiam assumir um significado no seio da teoria dentro da e para a qual foram elaborados.

A fim de não estagnarmos no debate, resta-nos: assumi-lo, desautorizá-lo ou mencioná-lo como forma de contemplar as suas questões fundamentais e retirar dele algo que nos permita prosseguir. Assumi-lo não será o caso, pois ainda há muita discussão sem uma solução, e tal debate não é o ponto deste trabalho; desautorizá-lo também não é o caso, pois não há como negar que a alteração de contextos exerce uma certa influência sobre o significado das expressões, acrescentando-lhes uma camada de significado variável. Resta-nos, então, o terceiro caminho: mencioná-lo e lançar mão da sugestão de Block (2000), encerrada no que ficou chamado de Molecularismo. Segundo o autor, essa corrente caracteriza o significado em termos das partes relativamente pequenas de uma rede. Contempla-se, assim, o aspecto variável do significado, afinal, as alterações de contexto dão nuances diferentes ao significado convencional dos termos e expressões.

Voltando ao exemplo (18), embora, por um lado, a interpretação de um enunciado dependa da sua relação com elementos contextuais – e não há, no holismo como determinar o fim desse enunciado maior que atribui a interpretação desejada –, por outro, as partes de tal enunciado, de certa forma, determinam a proposição – lembremo-nos dos exemplos (8), (9); e (16ab) –, e comunicacionalmente, a seleção do contexto –, ver o exemplo (1) e, obviamente, o (18) . Assim, por ora, devemos entender que a adoção de uma postura molecularista, ao mesmo tempo em que admite

---

<sup>29</sup> Como veremos, pragmaticamente, é possível recuperar interpretações que semanticamente são consideradas impossíveis e/ou anômalas.

<sup>30</sup> Wittgenstein, Quine, em especial (1960), dedicou várias obras defendendo o Holismo, ao lado de Haack (1978) e Davidson (1984). Já o melhor representante dos defensores do Atomismo é Jerry Fodor (1975). Os desdobramentos da discussão são importantes, mas não relevantes para este trabalho propriamente dito.

o papel das partes, por considerar a inter-relação parte/todo, aceita que aspectos do contexto devem ser tomados como identificadores mais precisos da interpretação pretendida.

Não há por que não assumir tal postura, especialmente quando se considera a interface interna Semântica/Pragmática, por um lado, e, na externa, com a Comunicação e com a Cognição, por outro, tendo em vista as várias particularidades que tal possibilidade de uso da LN gera. Além disso, é uma visão compatível com uma semântica que observa a composicionalidade, uma vez que a atribuição de significado às sentenças é também fruto das restrições que a sintaxe e propriedades semânticas dos termos impõem a eles: assim como o significado das partes constitui o significado do todo, o todo acaba determinando o significado das partes. Essa visão é também interessante já que estamos adotando uma orientação kuhniana segundo a qual o aspecto metodológico é *a priori*, uma vez que o significado está sendo construído enquanto fenômeno complexo.

Uma outra questão importante sobre o uso da linguagem natural, especialmente no jornalismo ou num debate político e/ou jurídico os quais, por hipótese, têm um compromisso crucial com a verdade, consiste no fato de que não há como sustentar detalhadamente tudo o que se diz. Assim, verifica-se que, para efetivamente o uso comunicacional da linguagem ser bem sucedido, as pessoas parecem sempre partir ou terem que partir do princípio de que seu interlocutor está falando a verdade ou, pelo menos, no que acredita.

De fato, não se pode supor a comunicação sem tal prerrogativa, sob pena de o ato comunicativo estagnar ou perder todo o sentido de ser. Hintikka (1962) já chamava a atenção para o fato de que o falante está comprometido com a verdade, ou, ao menos, com a crença na verdade, do que está dizendo. Uma das questões cruciais, portanto, é verificar o papel da verdade em modelos pragmáticos para fins de inferências comunicacionais. Tomemos como exemplo mais uma situação envolvendo um político americano, eleições presidenciais e jornalismo.

Na época em que era governador do estado de Nova Iorque, o político americano Mario Matthew Cuomo, ao ser entrevistado por jornalistas do The New York Times, foi questionado a respeito da possibilidade de candidatar-se à presidência dos Estados Unidos, ao que respondeu negativamente. Ao ver publicada em um jornal tal declaração, interpretada como uma renúncia, ele criticou, de forma severa, o jornalista que havia divulgado a notícia. O jornalista disse a Cuomo que ele próprio o havia declarado; a resposta do governador foi (PALAZZI, 1995, p. 93):

(19) Eu disse que não queria apresentar-me como candidato, mas não te disse para acreditar no que eu disse<sup>31</sup>.

O exemplo mostra que, quando estamos nos comunicando, supomos que aquilo que nos é dito é verdade. Esse movimento é crucial para o processo em si e para as consequências do que foi assumido como verdadeiro por parte do interlocutor. Tal aspecto é importantíssimo para nós, uma vez que estamos na interface com a Comunicação, no caso, com o jornalismo – cuja bandeira acena com o compromisso de informar as pessoas, e, do que adiantariam informações que não podem ser

---

<sup>31</sup> Na verdade, o jornalista interpretou uma declaração negativa como um ato de fala de renúncia.



tomadas como verdadeiras? Na comunicação, parece que há um acordo tácito que emparelha **informação com verdade e novidade**.

O exemplo também é útil para a discussão de inferências não-triviais: mais uma vez, a descrição do processo que levou o jornalista a inferir que o que o político dizia era verdadeiro não tem como ser descrita tendo em vista os processos inferenciais disponíveis em uma interface Lógica/Linguística. Sendo assim, além de não serem garantidas pela forma lógica, e podendo até serem fruto de raciocínios falaciosos, tais inferências mostram-se adequadas e suficientes para que as pessoas se compreendam.

Isso se deve a uma propriedade muito importante durante o processo comunicativo: **as pessoas não fazem inferências para demonstração de suas conclusões, mas para oferecerem as melhores evidências possíveis para o que estão dizendo** (SPERBER; WILSON, 1995). Além disso, as inferências podem ser canceladas – e foi justamente o que Cuomo fez quando repreendeu o jornalista: condenou e cancelou a inferência executada. E esse é um aspecto que permite a impressionante possibilidade de retificarmos o que dizemos, afinal, não há uma garantia necessária de que o receptor irá identificar a inferência pretendida pelo emissor. Veremos esse aspecto mais detalhadamente no próximo capítulo.

Sobre o explícito, sobre o decodificável, é possível decidir: embora seja, por hipótese, impossível negar ter dito algo, é possível negar implícitos<sup>32</sup> que dele possam ser derivados. Dada a necessária relação semântica linguagem/objeto – significado enquanto representação – é possível identificar objetivamente a relação estabelecida e conhecer o significado de uma determinada proposição. Isso torna a dependência da objetividade da relação linguagem/mundo um aspecto fundamental da comunicação. Contudo, como vimos, o significado não se esgota nas palavras, no decodificável. Há processos de raciocínio que levam os receptores, em um ato conversacional, a capturarem conteúdos implícitos, e o interessante é que tais conteúdos, geralmente, são aqueles pretendidos pelos emissores. Deve haver, portanto, e, apesar de tudo, certa objetividade na obtenção de tais significados.

Ao tratar da variação do significado dentro de um modelo inferencial, através da noção de intenção, Grice pode ser mal interpretado. É claro que, mantendo a questão da inferência como algo dependente da subjetividade do indivíduo, pode até ser esclarecedor, do ponto de vista explanatório, mas descritivamente não dá conta de sustentar tal explicação. A preocupação com a objetividade da inferência foi um dos pontos centrais para os filósofos da lógica e de sua discussão com os filósofos da mente: o sujeito não pode ser considerado no processo, e trazer a intenção como elemento da inferência era uma forma de torná-la dependente da subjetividade desse sujeito, a qual exerceria influência sobre essa interpretação. **Contudo, a intenção, mais do que o objeto da realidade, é, em Grice, um primitivo teórico, um regulador de como as pessoas comportam-se no ato comunicacional a fim de compreenderem-se** (COSTA, 2002, em comunicação verbal).

---

<sup>32</sup> Ao menos a classe que estamos estudando neste trabalho.

Assim, embora a inferência ocorra na mente das pessoas, ela, para salvaguardar a objetividade da comunicação, deve ter propriedades que dependam da natureza da forma como as pessoas interpretam enunciados – o que acaba conferindo objetividade ao processo: embora aconteça na cabeça das pessoas, não é subjetiva, apesar de valer-se de elementos de certa forma particulares – como, por exemplo, o conhecimento enciclopédico de cada um. Busca-se uma descrição de um processo, e não dos elementos particulares dos quais ele se utiliza. Grice ofereceu, no artigo **Logic and Conversation** (1975), a Teoria das Implicaturas, que se mostrou a melhor resposta para isso. Através desse modelo, o autor inaugura uma abordagem objetiva para uma categoria de não-dito, supondo a necessidade de se contemplar princípios da racionalidade humana a fim de tratar da geração e apreensão desse implícito e do seu papel na constituição do significado linguístico bem como na comunicação.

O teórico apresenta o modelo como uma teoria do uso da linguagem, procurando, entre outros aspectos, sistematizar a intencionalidade humana na comunicação. Esse modelo é formado por quatro categorias (Qualidade, Quantidade, Relação e Modo) compostas por máximas conversacionais, que constituem o Princípio de Cooperação. Através desse sistema conceitual, Grice modelou, de forma pioneira, a regra que permitiria a um emissor A transmitir mais conteúdo semântico através de um enunciado **p** e a um receptor B identificar e compreender essa informação extra, **q**.

A disse **p**, no entanto, B pode recuperar **p + q**, em um contexto C, a partir de um processamento. Essa informação extra, **q**, constitui o tipo de implícito modelável, o qual foi isolado por Grice sob o rótulo de implicatura. Na verdade, embora tenha oferecido uma resposta aos problemas da Linguística, ao construir a TIG, Grice (1991) pretendia desenvolver uma metodologia filosófica para o problema da significação em linguagem natural e da comunicação, o que acabou redundando em uma resposta interessante para a Linguística.

A noção de implicatura, conforme observa Levinson (1983), permite diferenciar esse fenômeno de outros tipos de implícitos, como a implicação material<sup>33</sup>, o acarretamento, e a consequência lógica<sup>34</sup>, que são inferências derivadas do conteúdo lógico ou semântico das proposições, sugerindo que as implicaturas, ao contrário dos demais tipos de inferências, são baseadas tanto no conteúdo do que é dito como também em algumas suposições específicas sobre a natureza cooperativa da interação verbal corriqueira.

Nessas condições, a implicatura encerra em si aquele conteúdo semântico a mais, aquela complementação semântica que se sobrepõe à camada estável e explícita do significado, (a qual pode ser perfeitamente tratável via SCV ou qualquer semântica lexical), complementação essa que só pode ser capturada via inferência, mas de natureza não-trivial<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> A relação ‘se..., então...’ é chamada de implicação material.

<sup>34</sup> Na consequência ou implicação lógica, ‘p implica logicamente q’ se, e somente se, é logicamente verdadeiro ‘se p, então q’.

<sup>35</sup> Está certo que Grice desenvolveu um modelo para fazer interface com a SCV. Ele, ao mesmo tempo em que queria manter a lógica, buscava uma semântica que supusesse um significado estável sobre o qual as variações

O conjunto de significados implícitos é uma categoria indeterminada, por isso, estamos, neste trabalho, dedicando-nos apenas àquele implícito que está em interface direta com o dito. É importante não confundirmos a indeterminabilidade do conjunto de implícitos que podem ser gerados a partir de um enunciado como aqueles, de diferentes naturezas, que são produzidos quando a linguagem entra em contato com a comunicação. Assim, de forma geral, o significado será tratado aqui como **o dito (o representacional) + o implicado (o comunicacional)**.

Contudo, a própria noção de implicatura não é homogênea, tendo sido subdividida por Grice em diferentes tipos, dado o papel do contexto e de um conhecimento de aspectos básicos e convencionais da linguagem, dentre outros fatores a serem tratados no terceiro capítulo. Contudo, um aspecto já pode ser adiantado; na verdade, um que irá inclusive desafiar um dos modelos que, como diz Costa (2002, p. 11), na apresentação do livro de Silveira e Feltes (2002), “subverte a autonomia de um dos monumentos teóricos do século XX, a Teoria dos Códigos, que ousa retificar uma das glórias da Filosofia da Linguagem contemporânea, a Teoria das Implicaturas de Grice [...]”, a saber, a Teoria da Relevância. Um exemplo ilustrativo desse fenômeno é a resposta de Bush a Gore, que também permite levantar questões referentes à significação e à inferência quando aspectos relacionados às emoções parecem influenciar as interpretações. Na resposta de Bush, é possível perceber surpresa, crítica; é possível perceber que Bush não gostou do que Gore disse e faria.

A seguir, apresentaremos o discurso jornalístico, o discurso político e o discurso jurídico. Em especial, aos dois últimos, Reboul (2004) lembra que Aristóteles os identificou como gêneros oratórios – enquanto o discurso jurídico tem como propósito fundamental acusar e defender, referindo-se ao tempo passado; o propósito mais elementar do discurso político seria aconselhar ou desaconselhar considerando um tempo futuro. Todos eles ilustram o *locus* específico-comunicativo de emprego da linguagem natural – tão evitado, mas único no que se refere às condições necessárias para a geração do aspecto do significado linguístico que estamos investigando. Para tanto, serão selecionados e discutidos os elementos que motivam e promovem o significado pragmático.

## 2.2 OS DISCURSOS JORNALÍSTICO, POLÍTICO E JURÍDICO

Qualquer conjunto de palavras, organizado à luz de uma sintaxe, forma uma sentença; contudo, há vários tipos de sentenças. Da mesma forma, um aglomerado de frases – que obedeça a uma espécie de sintaxe textual e a objetivos para a sua produção – pode formar discursos. No entanto, assim como diferenciamos um conjunto de frases de outro, também diferenciamos um conjunto de textos de outros –, ou seja, identificamos discursos diferentes.

Apesar da vasta discussão sobre a delimitação do objeto ‘discurso’, iremos adotá-lo, de forma não problemática, considerando-o a partir de propriedades mínimas necessárias para o

---

ocorressem. No entanto, como nosso trabalho faz interface com a comunicação, nada nos impede de também assumirmos uma semântica estável, convencional, mas nada nos obriga a assumir a interface com a lógica, dado que estamos tratando da interface com a comunicação, esse significado convencional será oferecido pela língua, pois aqui a semântica está a serviço da inferência comunicativa.

desenvolvimento do nosso trabalho – seguindo Costa (1984). Sendo assim, entenderemos por ‘discurso’ qualquer texto cuja situação de produção atribui-lhe uma existência concreta enquanto ato comunicacional ligado a contextos e a intenções e enquanto veículo para comunicação cuja base e eficiência dependem da expressão linguística, ou seja, do uso real/potencial da linguagem para fins específicos.

Tais propriedades serão tomadas como os pilares mais fundamentais sobre os quais se sustenta e se expressa a natureza pragmática dos discursos jornalístico, político e jurídico, justificando-os, portanto, como ambiente propício para o surgimento do fenômeno linguístico que nos interessa, a saber, implícitos multiformes, e, portanto, *locus* ideal para avaliarmos a adequação do potencial teórico do modelo a ser construído e usado.

É importante ressaltar: não estamos tomando nenhum dos discursos – nem o jornalístico, nem o político e nem o jurídico – como objeto teórico. É metodologicamente impossível abordá-los, em si, como um todo. Cada um deles, assim como qualquer outro tipo, é, na verdade, um objeto, extremamente complexo, constituído não apenas de fatores linguísticos – das mais diversas naturezas –, mas também de aspectos históricos, sociológicos, antropológicos, culturais, lógicos, psicológicos, éticos, etc. Se um único e simples enunciado de discurso pode ser considerado, como diz Costa (1984), “um poço metafísico”, pretender que uma teoria explique um discurso inteiro, dando conta de todos os aspectos envolvidos na construção do seu sentido, da sua capacidade de significar, é algo altamente improvável – mas que de maneira alguma não os torna intratáveis.

Dessa forma, é importante não só isolarmos propriedades que lhes atribuem um caráter pragmático, como também aquelas que lhes conferem identidade. O objetivo desta seção é, portanto, apresentar os aspectos específicos da natureza de cada um dos discursos e como tais aspectos interferem e promovem a geração de conteúdos implícitos, os quais, por sua vez, influenciam na construção do significado do discurso, contribuindo para a sua racionalidade comunicacional.

### (i) O Discurso Jornalístico

Tendo em vista a orientação teórico-metodológica do nosso trabalho, e dada a riqueza e complexidade do discurso jornalístico, ele será considerado aqui a partir de três propriedades – a do **comunicacional**, a do **jornalístico** e, por fim, a do **linguístico** – tomadas como relevantes para a sistematização da sua natureza pragmática. Dado que este não é um trabalho sobre jornalismo propriamente dito, mas que tem nele seu *locus* no qual se pode identificar o fenômeno que nos interessa, a saber, as inferências realizadas pelos receptores desse discurso, iremos abordá-lo de forma não problemática.

De maneira geral, por ‘jornalismo’ entende-se o conjunto dos veículos da informação coletiva do qual fazem parte, além do jornal, a revista, o cinema, o rádio, a televisão, e ultimamente, e cada vez mais, a internet – que disponibiliza a maioria desses veículos também online. Segundo Marques de Melo (1985), a origem do uso um pouco inapropriado do termo se deve ao fato de o jornal ter sido, durante muito tempo, o único canal de expressão jornalística. Assim, enquanto o jornalismo

consiste numa forma de comunicação coletiva, o jornal é apenas um dos instrumentos através dos quais a atividade jornalística acontece.

A comunicação de massa, da qual o jornal é uma das expressões mais significativas – ao lado dos demais veículos –, iniciou na Alemanha, no século XVII, consolidando-se nos Estados Unidos, no século XX (MARQUES DE MELO, 2003). Hoje ela envolve e movimentava indústrias e conglomerados no mundo inteiro que, “polarizam a atenção das massas, ocupando, vorazmente, todos os espaços que veiculam a informação” (COSTA, 2005b, p. 3).

Marques de Melo (2011) tem contribuído ricamente para sistematizar a grande diversidade de textos que são publicados em veículos de natureza jornalística, caracterizando-os em gêneros e formatos; contudo, essa caracterização não é nova. Segundo Olson (1966 apud MARQUES DE MELO 2011, p. 24) foi com Samuel Buckley, na Inglaterra do século XVIII, que “se deu a ‘invenção’ dos gêneros jornalísticos” como uma forma de organizar o espaço jornalístico. Dessa forma, ao separar os textos em duas grandes categorias, a saber, news e comments, foram instituídos os dois grandes gêneros que, segundo Olson (1966, apud MARQUES DE MELO 2011), fundaram o jornalismo contemporâneo, quais sejam, o **informativo** e o **opinativo**.

No **jornalismo opinativo**, o texto, por pertencer ao jornal, o qual não passava de um intérprete do seu proprietário e redatores, apresentava um teor altamente subjetivo, devido à predominância da opinião nos textos. A linguagem utilizada condicionava-se aos limites da oratória, sendo muito mais pessoal do que coletiva. Podemos dizer que a retórica desse tipo de texto jornalístico corresponde a da função emotiva da linguagem, afinal, representava o que os emissores pensavam, seu posicionamento. A aceção do texto jornalístico nesse período caracterizava-se por um caráter idealista (BAHIA, 1990).

Contudo, a partir do final do século XIX, houve uma mudança do fazer jornalístico através do que ficou conhecido como “guerra jornalística”: disputa travada entre os principais magnatas da notícia nos Estados Unidos, Hearst e Pulitzer, pela conquista do mercado fruto de um constante e sólido processo de industrialização que lá ocorria naquele momento (BAHIA, 1990). Assim, ao contrário do jornalismo que até então vigorava, iniciava a era do que ficou conhecido como **jornalismo informativo**.

Essa nova perspectiva caracterizava-se pela preocupação pura e simples com a apresentação dos fatos, pela busca da objetividade e da imparcialidade ao fazê-lo, pela abolição dos comentários, restringindo-os agora a uma seção especial, a editorialista, etc. Seu “objetivo passa a ser o de cobrir os eventos a partir de critérios como: veracidade, objetividade, clareza e impessoalidade” (MARQUES DE MELO, 1975, p. 65). Nesse sentido, o texto perde sua aceção idealista para assumir um caráter mais concreto. Na nova sociedade, o jornal é feito para uma audiência ampla, o texto passa a ser do leitor. Assim, a retórica desse novo tipo de texto passa a ser referencial.

Por hipótese, não se escrevia mais para expressar o ponto de vista do dono ou dos redatores do jornal, mas para a massa. Como esse novo tipo de jornalismo transformou a informação sob forma de texto jornalístico em um produto, o destinatário deixou de ser um círculo de consumo e

repercussão antecipadamente estabelecido para se constituir nessa ampla audiência; a linguagem da imprensa naturalmente passou a sofrer reformulações (MARQUES DE MELO, 1985).

No entanto, o chamado novo jornalismo, também evoluiu. De maneira geral, podemos dizer que desfrutamos hoje de uma espécie de mutação daquela nova forma de veicular informações. Embora isso não signifique que tenha havido um retorno à forma opinativa, nem que se tenha deixado de ter um jornalismo orientado para a objetividade, o texto jornalístico passou a oferecer explicações e considerações a respeito dos fatos. Consolida-se então o que ficou conhecido como **jornalismo interpretativo**. Assim, o invés de veicular fatos opinando sobre eles ou apenas apresentando-os, deixando para o leitor a compreensão dos mesmos, o jornalismo passou a ‘interpretar’ tais fatos<sup>36</sup>.

Esse terceiro gênero, identificado e praticado mais tarde, no século XX, pela imprensa norte-americana, pode ser igual e perfeitamente identificado no jornalismo brasileiro. Embora Marques de Melo, segundo Costa (2011), tenha contemporaneamente identificado outros dois, o utilitário e o diversional, já para Bahia (1969, 1976, 1980, apud COSTA 2011) os três gêneros apresentados acima são os que caracterizam a base na qual o jornalismo se apoia e se desenvolve – embora as fronteiras e características de tais categorias ainda sejam objeto de fortes críticas e discussões (COSTA 2011).

Segundo Fraser Bond (apud ERBOLATO, 2001, p. 33), essa nova forma de fazer jornalismo tinha como propósito “**ajudar o homem a compreender melhor o significado do que lê e ouve**”. Afinal, são tantos assuntos e diferentes recortes dos mesmos povoando os jornais que as possibilidades para a sua compreensão perpassam várias instâncias. Para tanto, a contextualização do evento passou a ser vista e tratada de maneira mais intensa. Segundo Rafael Herrera (apud ERBOTALTO, 2003), ao veicular uma notícia, o jornal deve apresentar (i) os antecedentes do fato (nada surge isoladamente); (ii) o respectivo contexto social (um acontecimento é sempre parte de uma situação geral) e (iii) as consequências do que houve. Para ele, **o jornalismo interpretativo estabelece conexões entre um fato e uma situação ou contexto mais amplo**. Não estamos dizendo que isso não era feito anteriormente, afinal, seria impossível falar tudo sobre tudo. Mas acreditamos que as pessoas passaram ter consciência disso, o que se refletiu em uma redação que levava em consideração, de forma mais técnica, o papel da questão contextual<sup>37</sup>.

Apesar das inúmeras controvérsias que propriedades como a imparcialidade e a objetividade suscitam, nada impede que se suponha a sua existência e a sua manutenção, uma vez que elas, de forma alguma, não são incompatíveis com a interpretação. Ou seja, se um jornal publica um texto sobre a eleição de Bush, ninguém vai dizer que, porque questões interpretativas também dependem do sujeito leitor, tal texto seja uma receita de como preparar rabanetes. Há uma base semântica – cuja interpretação inicial é fruto da estrutura gramatical mais os itens semânticos, ou seja, como vimos, a interpretação básica do significado linguístico pode ser descrita e explicada, até certo ponto,

<sup>36</sup> As controvérsias que a noção de imparcialidade traz dentro dessas concepções, embora importantes e intrigantes, não serão abordadas aqui.

<sup>37</sup> É como se se dessem conta da necessidade de se estabelecer, nas palavras da TR, um ambiente cognitivo mútuo mínimo necessário – aspecto tratado nos modelos de código como conhecimento mútuo.

composicionalmente<sup>38</sup> – que estabelece e orienta as interpretações, a qual, por sua vez, sofre a interferência de fatores contextuais.

O **jornalismo** diferencia-se, portanto, de outras formas de veiculação de informações – e de outras várias formas comunicativas interacionais – por estar associado a um conjunto de regras, deveres e princípios, à revelia dos quais, tornar-se-ia algo puramente histórico ou literário; alheio, portanto, ao **aspecto que mais o caracteriza**, a saber, **a veiculação de informações sobre a realidade social imediata** (BAHIA, 1978) as quais, como complementa Keeble (2001), têm um importante papel na vida dos leitores.

Nesse sentido, podemos citar Chaparro (1994), autor que enfatiza a importância de investigações que procurem identificar os propósitos que motivam e influenciam as intenções que controlam e orientam a constituição da mensagem jornalística – sejam elas manifestas, implícitas ou dissimuladas<sup>39</sup>. Para ele, uma conexão entre a Pragmática e Jornalismo está justamente no reconhecimento de que **a linguagem [natural] não é simplesmente usada para produzir um enunciado, mas que tal enunciado é a execução de um ato social**. Outra autora que discute o jornalismo em termos de intenção, objetivo do comunicador, é Tanaka (1994, apud SCHRÖDER; PERNA, 2006), para quem mudar o pensamento de alguém consiste no objetivo último da comunicação.

Nessa perspectiva, os jornais fazem isso a partir da compilação e da sistematização de uma série de flashes da nossa vida e cultura frequentemente de um ponto de vista específico (REAH, 1998). Esses flashes, após elaborados e consolidados sob a forma de textos linguísticos<sup>40</sup>, a partir da natureza representacional do componente semântico da linguagem natural, transformam-se em fatos para consumo, assumidos como interessantes à sociedade, mais comumente conhecidos como notícias.

Reah (1998) também insiste na crença de que esses fatos **exercem uma espécie de interferência na ação e/ou pensamento daqueles que a recebem** – nas palavras de Sperber e Wilson (1995), isso tem a ver com a forma como o conhecimento de mundo das pessoas é alterado. Por isso, os veículos de comunicação devem se preocupar em transmitir suas mensagens a fim de que todos – ou o maior número possível de pessoas – possam compreendê-las (LUSTOSA, 1986).

No caso deste trabalho, o assunto geral são as eleições americanas, em especial, os aspectos políticos e jurídicos que se seguiram devido a problemas na contagem dos votos. Temas especialmente ligados a questões de natureza política e jurídica são considerados como tendo extrema relevância para as pessoas e, conseqüentemente, para o jornalismo. Keeble (2001) destaca a importância de tais temas para o jornalismo justamente devido ao impacto social que causam, pois consistem em aspectos que interferem diretamente na vida e no funcionamento da sociedade.

<sup>38</sup> Afinal, operamos a partir da suposição de uma semântica convencional/*default*, conforme veremos.

<sup>39</sup> Fazemos a diferenciação entre implícito e dissimulado, pois acreditamos que necessariamente a existência de conteúdos implícitos não editorializam nem anulam notícias.

<sup>40</sup> Embora, cada vez mais empregue recursos audiovisuais.

Como sabemos, há inúmeros formatos para cada um dos gêneros. Geralmente, o formato notícia é mais conhecido e o que melhor caracteriza o texto jornalístico. Contudo, dado que estamos nos valendo de uma revista jornalística para a aplicação do modelo, estamos tratando basicamente de reportagens. Marques de Melo (2003 apud COSTA 2011, p. 53) diferencia a notícia da reportagem ao tratar esta última como “um relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística”. Lage (2001b, p. 51) já defendia que “a reportagem aborda assuntos, enquanto a notícia trata de fatos”. Enquanto a notícia consiste em um relato integral, a reportagem consiste em um relato ampliado de acontecimentos (MARQUES DE MELO, 2011). Independentemente da terminologia, interessa-nos o que Costa (2011, p. 54, grifo nosso) conclui dessa discussão: “Para a reportagem, interessam mais **as relações que reatualizam os fatos** [...]”.

Ao contrário dos jornais, as revistas jornalísticas, por sua vez, caracterizam-se como uma nova categoria de impressos cuja finalidade é igualmente informar, mas, segundo Cohen (2008, p. 125), cabe também a elas a função de formar a opinião pública. De acordo com Vilas Boas (1996), o texto jornalístico da revista tem como propriedade essencial a interpretação dos fatos. Através de uma narrativa mais elaborada, as reportagens que, diferentemente das notícias, apresentam os fatos de maneira mais aprofundada, permitem que o leitor possa conhecer de forma mais abrangente contextos, causas, consequências envolvidas em determinado acontecimento. Scalzo (2009) também destaca como sendo função das revistas, ao mostrar os fatos de maneira diferenciada, explicá-los.

Segue-se disso, e dos aspectos a serem tratados ao longo desta seção, a possibilidade de tomarmos a Revista TIME<sup>41</sup>, de publicação semanal, como fonte jornalística das eleições presidenciais norte-americanas de 2000<sup>42</sup>, e de onde selecionaremos os trechos que ilustrarão a aplicação do modelo teórico que estamos construindo. Os textos publicados apresentam uma reatualização dos fatos, ampliando-os, explicando-os, pois, a cada semana, fatos e eventos novos eram somados, reorientando e atualizando os acontecimentos – tais aspectos demonstram que os textos que estamos usando não caracterizam notícia no sentido mais rigoroso do termo, mas sim reportagens.

Assim, porque estamos tomando o texto jornalístico naquilo que ele tem de mais fundamental, a saber, a veiculação de fatos recentes e efetivamente ocorridos – diferenciando-se, portanto, da ficção e da história –, traduzidos através de uma linguagem – no caso, a linguagem natural – para um público que irá consumi-lo, trataremos notícia e reportagem como sinônimos; e tomaremos as informações obtidas da revista TIME como sendo de natureza jornalística. Quanto ao

---

<sup>41</sup> A Revista TIME foi, segundo Erbolato (2000), o primeiro veículo fundado, quando do surgimento do jornalismo interpretativo, a fim de não apenas apresentar as notícias, mas também de explicá-las ao leitor. Dessa forma, passou a ser possível explicitar o impacto que as informações teriam sobre a sociedade.

<sup>42</sup> O debate do qual estamos nos valendo foi veiculado pela TIME, cujas reportagens encontram-se na íntegra nos arquivos do site CNN.com. Iremos, em especial, nos valer de textos de quatro edições: duas de novembro, dos dias 20 e 27; e uma de dezembro, dia 5. Para fins de praticidade, colocaremos as reportagens, retiradas do site, em CD, anexado a este trabalho.



consumo a que nos referimos, ele será considerado naqueles aspectos relacionados à decodificação e compreensão dos enunciados em linguagem natural.

Dados os aspectos acima já podemos identificar dois dos três aspectos, a saber, o **jornalístico** e o **comunicacional**. O primeiro aspecto que irá caracterizar a natureza pragmática do discurso jornalístico, qual seja, o fato de ser um ato comunicativo que se consolida através do uso intencional da linguagem natural para fins interacionais entre dois interlocutores, cujo sucesso depende do fazer-se compreender e do compreender. A propriedade do jornalístico é igualmente definida a partir de aspectos intrínsecos aos objetivos do tratamento e da transmissão das informações dos textos veiculados pelos meios de comunicação jornalística. Dessa forma, foi possível delineá-la sem ter sido necessário empregar o obscuro conceito de ideologia e as implicações que ele traz.

Já a existência social e comunicacional concreta do discurso jornalístico é algo que pode ser, inclusive, testado empiricamente, mais a dependência contextual e variedade dos aspectos a serem apresentados, os quais se instanciam através dos textos jornalísticos, constituem os aspectos que empregaremos a fim de identificar a propriedade do jornalístico – segundo critério para a determinação e comprovação da natureza pragmática do discurso jornalístico.

Assim, chegamos ao último, e, no entanto, extremamente complexo, critério para a descrição da propriedade pragmática do discurso jornalístico, a saber, a questão do **linguístico**. Afinal, enquanto ato comunicativo e de alcance amplo que se propõe e se constitui para ser facilmente compreendido pelo receptor, contribuindo de forma eficiente no que tange à quantidade de informações oferecidas, o discurso jornalístico precisa se fazer reconhecer enquanto tal e, para tanto, delineou certas diretrizes no que tange ao uso da linguagem na construção das suas mensagens.

Keeble (2001), valendo-se do trabalho de van Dijk (1988) e Fowler (1991), destaca dois aspectos importantes da linguagem jornalística – aqui basicamente constituída pelo texto e pelo título – e, em alguns casos, por imagens. Em primeiro lugar, diz o autor, a linguagem da notícia é, atualmente, o resultado de séculos de evolução linguística. Na verdade, não se trata de uma forma natural de escrita, mas de uma que se caracteriza por seu próprio ritmo, entonação, palavras e orações.

Além disso, ao mesmo tempo em que registra a mudança da linguagem complexa da sociedade, cria novas palavras e novos significados – característica mais marcante em jornais de língua inglesa. A fim de garantir que essa mensagem irá exercer sua função enquanto ato comunicativo, teóricos do jornalismo, dentre os quais destacamos Lage (1985), Bahia (1990), Bond (1992) Lustosa (1986), e Suzuki (2000), investigaram critérios que norteiam a construção linguística de um discurso jornalístico e que acabam interferindo na configuração linguística da mensagem jornalística.

Dentre as categorias mais citadas encontramos: clareza, simplicidade, concisão, ordem direta, objetividade, imparcialidade e veracidade. Há várias outras, Hohlfeldt (2000), por exemplo, chega a identificar dezenove tipos diferentes. Suzuki (1999), tomando como orientação o número de ocorrências desses critérios em textos de teóricos já consagrados, selecionou cinco – aos quais

iremos voltar, momentaneamente, nossa atenção: objetividade, clareza, exatidão, simplicidade e veracidade. Vejamos cada uma delas e depois faremos nossas considerações a respeito da relação delas com a linguagem natural no jornalismo.

Há várias definições para a categoria da objetividade. Segundo Lage (1985), ela refere-se à descrição dos fatos tal como aparecem na realidade, abandonando-se, portanto, a interpretação – no sentido puramente subjetivista da palavra. Contudo, os próprios jornalistas reconhecem quão difícil é satisfazer essa categoria. Bond (1992) diz que a objetividade é a ponte que leva a um pensamento direto, uma linguagem dirigida quase personalizada. Já Amaral (1986) liga a objetividade à economia de tempo e páginas. Dado que um fato **f** deverá ser contado de uma maneira que seja totalmente apresentado, a variação no uso das palavras e sentenças irá determinar a objetividade.

“Um bom profissional escreve textos claros, que permitam cumprir a principal função do jornalismo: informar o maior número de pessoas possível, independente da sua idade, classe, raça, cultura ou nível de escolaridade, desde que estejam alfabetizadas”; é assim que Suzuki (1999, p. 62) apresenta a clareza. Em outra passagem, a autora relaciona a clareza ao raciocínio organizado, que, por sua vez, consiste em separar no fato objetivo o que é essencial do acidental, diz ela. Já Amaral (1986) relaciona essa categoria à estrutura da linguagem: a clareza consiste na escolha de termos usuais, frases curtas, parágrafos breves.

A categoria da exatidão está relacionada, segundo Bahia (1990), à responsabilidade por tudo aquilo que se publica: não pode ser tão rigorosa que prejudique o relato, nem tão frouxa que banalize o texto. Bond (1990) diz que a exatidão corresponde à informação completa. Em outra passagem, o autor emparelha a noção de exatidão com a de verdade – provavelmente no sentido de fazer com que o texto expresse somente os fatos selecionados para constituírem a notícia. Dessa forma, segundo Lage (1993), mais do que ser verdadeiro, o discurso deve parecer verdadeiro<sup>43</sup>.

Outros autores definem essa categoria pela escolha vocabular: “a palavra adequada”, continua Suzuki (p. 64), “é sempre a palavra justa, sem valores intrínsecos e diversos significados”. Em manuais de redação jornalística, os redatores são constantemente alertados quanto à escolha vocabular. Um bom exemplo disso é o alerta feito por Hicks (1999) tendo em vista a importância de se usar vocábulos referentes à cor, no jornalismo americano: “informe a raça de alguém somente quando é relevante para a história”. O autor salienta que, para ser exato, é preciso saber exatamente o que uma palavra significa. Isso quer dizer que se não é relevante, a menção de tal informação é problemática<sup>44</sup>.

O autor percebe que as palavras, por mais precisas que possam ser, podem ter problemas de exatidão, ao terminar sua seção sobre essa categoria, aconselha o redator a ser perguntar: “Do I mean

<sup>43</sup> E isso, como veremos, tem uma relação importante com um dos postulados da TCNT.

<sup>44</sup> Numa sociedade como a norte-americana, assombrada pelo ‘politicamente correto’, pelos problemas raciais, a simples menção da cor de alguém pode ser interpretada como preconceito – mesmo que o emissor esteja, no seu texto, apenas fazendo a descrição de uma estado-de-coisas. Isso ilustra a possibilidade de atribuição de significados às expressões.

what I said and have said what I mean?” E nessa pergunta ele encerra a questão básica que motiva, por sua vez, os estudos pragmáticos.

Segundo Suzuki, através da categoria da simplicidade busca-se eliminar o supérfluo, sempre peneirando as orações, criando frases diretas, exatas, sem rodeios. Mário Pereira (1993, p. 44) disse: “Não há proposições importantes que não possam ser formuladas em linguagem simples.”. A categoria da simplicidade pede que as proposições sejam simples, mas em que nível? Suzuki chega a propor que a simplicidade seja interpretada como uma mistura de objetividade e clareza. Todavia, como as categorias de simplicidade e clareza não foram definidas de forma homogênea, o que de cada uma misturar?

Vejam finalmente a categoria da veracidade. Para David Randall (apud HALL, 2001, p. 4) o papel central do jornalista é “descobrir e publicar informação que tome o lugar de rumores e especulações”. Como vimos na seção anterior, a noção de verdade é um pressuposto básico em comunicação, caso contrário, qualquer ato comunicativo seria instantaneamente interrompido. No caso, interessa aquele tipo de verdade pautada pela correspondência entre aquele estado de coisas e a sua representação linguística.

O texto jornalístico é constituído além da notícia, do título. Assim como fizemos com o termo ‘notícia’, também generalizaremos o emprego do termo ‘título’, definido por Marques de Melo (2003) como textos que anunciam o conteúdo das notícias de um jornal, não apenas aqueles que se localizam na primeira página, as chamadas manchetes. O que nos interessa é o fato de esses enunciados não terem seu significado restrito ao conteúdo linguístico que os constitui, mas irem além dele – independentemente de tais títulos estarem na primeira página. Dado que esta é uma característica não apenas dos títulos de primeira página, e é esse o fenômeno que nos interessa, generalizaremos, conscientemente, o emprego do termo.

Vejam alguns aspectos característicos do título jornalístico – outra forma de manifestação desse discurso e, sem dúvida, conforme Sartori (1999), *locus* igualmente rico em fenômenos pragmáticos, afinal, como foi demonstrado, trata-se também de uma classe de enunciados da linguagem natural cuja significação vai além da proposição. Marques de Melo (2003) enfatiza que (i) o título deve chamar a atenção dos leitores e (ii) jamais deve mencionar algo sobre o qual o texto não trata. Marques de Melo (1994), destaca que a seleção dos títulos deve refletir o ponto de vista do autor e deve igualmente resumir não apenas aquilo sobre o qual o texto trata, mas deve igualmente revelar as intenções do autor a respeito do que ele escreve. Isso tudo se aplica sim ao texto jornalístico, mas abordagens unicamente a partir da adoção de modelos baseados na noção de código, que deixam de fora aspectos como a intenção, acabam não dando conta da complexidade desse tipo de enunciado.

Seja com for, textos e títulos jornalísticos podem ser igualmente tratados a partir de inferências, especialmente porque, como Silveira e Feltes (1997) tão bem mostraram, a textualidade que igualmente caracteriza a lógica dos textos jornalísticos não se constrói apenas a partir dos

elementos coesivos codificados. Vejamos alguns casos e exemplos a fim de ilustrar os aspectos levantados acima – e problematizar algumas questões.

Títulos como “*Chad*<sup>45</sup> happens” (Time – 27/11/2000, p. 21) são explicitamente atraentes e explicitamente não informativos tendo em vista propósitos de anunciar o conteúdo de uma notícia jornalística, principalmente, se considerarmos apenas o seu nível explícito, o dito. O fato do título também agora ter como objetivo conquistar, seduzir, levar alguém à ação de consumir o produto que o título anuncia, no caso, a notícia, explica o emprego de recursos publicitários na sua elaboração (SARTORI, 1999). Assim, a notícia passou a ser divulgada através de títulos expressivamente atraentes – ao contrário de apenas existirem enquanto resumo da notícia<sup>46</sup>. Essa nova função, conferiu ao título uma forma mais apelativa. No entanto, não basta que ela seja interessante, precisa também informar, caso contrário falha em estabelecer um elo com o leitor, falha enquanto **ato comunicativo**.

Deve haver algo que sustente o título, que não permita que ele falhe enquanto ato comunicativo. Além disso, questões referentes ao conhecimento de mundo, como nesse caso em particular, são fundamentais para a compreensão – a expressão a que a título faz alusão é “Shit happens”. ‘Shit’ é algo ruim. No caso, devido à semelhança fonológica entre ‘shit’ e ‘*chad*’, a localização da palavra ‘*chad*’ no ditado popular ‘Shit happens’ é uma forma de mostrar que os ‘*chads*’ tornaram um problema, algo desagradável.

Sabemos que os títulos são produzidos para anunciar a notícia. É interessante, porém, observar que os títulos em língua inglesa parecem se distanciar cada vez mais dos pilares fundamentais do jornalismo que sustentam as propriedades da notícia. Assim, por exemplo, a notícia, verdadeira, por hipótese, é anunciada por um enunciado aparentemente falso, implausível: Florida Supreme Court Hostile Territory for GOP – uma suprema corte, por hipótese, não pode ser parcial, muito menos território hostil para uma das partes que a procura –; ou Judge: Dealine Stands: Harris walking on Eggshells – o que dizer de um título que fala sobre uma Secretária de Estado pisando em ovos literalmente é um absurdo, a não ser que seja suposto um significado implícito, fruto do uso, no caso, de uma figura de linguagem – vemos exclusivamente a propriedade da composicionalidade ser questionável.

O jornalismo garante que irá, através da notícia, relatar objetivamente um acontecimento, espera-se, assim, que a título reflita o conteúdo da notícia de forma clara, objetiva, o que dizer, então, de títulos como Winner vs. whiner?<sup>47</sup> Aqui, a tradução para o português faria perder justamente a paronomásia, o efeito que essas palavras têm, o de serem fonológica e graficamente semelhantes. No

<sup>45</sup> ‘Chad’ é o nome do pequeno pedaço de papel que é removido quando algo é perfurado.

<sup>46</sup> Como ficará mais claro mais adiante, esse título ilustra o caso em que um dos benefícios é o humor, produzido a partir de inferências múltiplas, uma delas a fonológica (a partir de uma paronomásia), gerando uma paródia – sem que ele deixe de perfeitamente refletir o tema e conteúdo da notícia. A criação de tal efeito, como veremos, se dá pelo acionamento de entradas enciclopédicas e da geração de efeitos cognitivos, mais especificamente, implicaturas fracas.

<sup>47</sup> Mais uma vez remetemos a fenômenos que iremos discutir mais tarde, como operadores retóricos, no caso operador fonológico, segundo Pinker (2008), e uma noção de benefício heterogênea, segundo Costa (2005).

título, ‘winner’ – vencedor – refere-se à Bush, enquanto ‘whiner’ – chorão – refere-se a Gore, por estar tão desesperadamente apelando para várias instâncias judiciais a fim de conseguir a recontagem manual dos votos e a inclusão dos mesmos no cômputo final. No entanto, é perfeitamente possível compreender o que o emissor quis dizer, é claro, entendendo que, para tanto, é importante a recuperação de contextos altamente específicos.

Essa alteração na forma dos títulos é expressiva nos Estados Unidos. Os títulos americanos empregam recursos publicitários de uma forma permissiva e abundante, daí também a grande quantidade de conteúdos extraliterais, uma vez que são construídos através do uso de figuras de linguagem, metáforas, metonímias, trocadilhos, etc. Um aspecto crucial é traduzir teoricamente – descrever e explicar – por que eles se caracterizam como bons atos comunicacionais. Do nosso ponto de vista, ao menos parte da resposta está encerrada, como vimos, na suposição de conteúdos implícitos.

Como bem lembra a célebre frase de Willam James “A palavra ‘cão’ não morde”, a palavra por si só não tem o poder de gerar problemas, apenas contextualmente, ou, pragmaticamente, é que ela pode dar origem a outras questões que a tornem adequada e/ou problemática. Repetidamente temos visto que, dentro de um contexto, qualquer palavra pode ter seu significado alterado – aqui lembramos a discussão atomismo x holismo, e o papel do molecularismo de Block e as questões que apresentamos na seção 2.1 deste capítulo.

Sendo assim, dadas as considerações feitas até agora, podemos perfeitamente assumir que tais implícitos não são privilégio dos títulos. Voltando às questões tratadas na seção 2.1, podemos afirmar que as notícias não são constituídas apenas de ditos e não são obtidas apenas através da decodificação. Basta lembrar que estamos no instável terreno do uso da linguagem, cujo processo de significação linguística, e, portanto, da compreensão, é, em última instância, determinado por causa de questões contextuais.

Dessa forma, os aspectos tratados por Herrera e Bond tornam relevante a importância do contexto que atuará como elemento particularizador das várias possibilidades de interpretação para qualquer enunciado – e, para nós, o contexto apresenta-se como um primitivo teórico, embora escorregadio e um tanto *Deux ex machina*, algo fundamental a ser metodologicamente enfrentado. Tomemos o trecho abaixo retirado de uma notícia jornalística sobre a noite da contagem dos votos presidenciais. Dos vários ângulos através dos quais poderíamos tratar essa notícia, vejamos à luz de questões linguísticas e comunicacional/interpretativas.

(20) Gore had taken Florida.

Literalmente, ao ser decodificado, o significado é um absurdo, pois ninguém toma um estado de um país – no entanto foi exatamente dessa forma que ele foi linguisticamente construído e veiculado. Assim, dado que a notícia se propõe a ser racional e informacionalmente relevante, é preciso ir além da decodificação, que está presa ao significado literal. Sendo assim, outras derivações precisam ser feitas, o que mostra que outros processos interpretativos fazem parte da natureza do

discurso jornalístico – além da decodificação e do significado linguístico da estrutura gramatical (ou forma lógica).

Embora seja possível compreender o significado da proposição, ou seja, o conteúdo semântico, o seu significado, enquanto enunciado, não está completo. Assim, além do enriquecimento da proposição, chamamos o contexto e partimos em busca do que o emissor quis dizer com o que disse, conteúdo que não pode ser capturado via decodificação – o que torna importante lançar mão de outra ferramenta para fins de significação e comunicação, a saber, a inferência para a busca de conteúdos pragmáticos.

A informação em (20) foi veiculada antes do término da contagem total dos votos – embora faltassem poucos votos para serem contados na Flórida, o processo ainda estava em andamento – tal informação, como bem se pode perceber, não se resume à decodificação do enunciado que a potencializou. Assim, o conteúdo implícito que pode ser derivado de (20) pode ser traduzido como algo do tipo ‘Gore venceu as eleições na Flórida’. Como a Flórida era o estado decisivo – num sistema de decisão eleitoral com base em colégio eleitoral – daí também é possível derivar que ‘Gore seria o novo presidente dos Estados Unidos’, de onde é possível partir para a inferência de que ‘Bush perdeu’. Percebemos, portanto, como implícitos, não apenas ditos, também podem desencadear outros implícitos, ampliando a possibilidade interpretativa dos enunciados.

Vejamos, contudo, aspectos que podem funcionar como evidência para a importância da noção de contexto, dentro da qual está incluída a noção de tempo. Horas mais tarde, foi noticiado que Gore não estava mais vencendo na Flórida, mas que havia ocorrido uma virada na reta final da contagem. Ora, os receptores não tomaram tal informação como contraditória. A tolerância pode ser explicada pelo fato de que, o melhor implícito para (20) era o de que Gore tinha levado o estado (até aquele momento e, como faltavam pouquíssimos votos, era quase que improvável e impossível uma mudança na situação), sendo assim, ‘Gore era o mais provável vencedor’. Seria diferente se a contagem tivesse sido anunciada como terminada e, após isso, a troca na nomeação fosse anunciada. A contagem foi anunciada às 20:00 do dia 7/11, e o término efetivo ocorreu por volta das 4:00, do dia 8/11.

Iñigo Dominguez (apud SQUARISI; SALVADOR, 2004, p. 21) identifica perfeitamente a possibilidade da flutuação interpretativa do discurso jornalístico ao dizer: “A frase jornalística tem de estar construída de tal forma que não só se entenda bem, mas que não se possa entender de outra forma”. Como (20) mostra, a questão pragmática, no caso, contexto-temporal, exerce alterações no significado do uso das proposições que, embora sejam sutis, por um lado, são profundas e de grande amplitude, por outro. De forma alguma (20) intrinsecamente era objetiva, exata, clara, simples e verdadeira – contudo, a acomodação contextual atribui-lhes tais propriedades. É o significado em linguagem natural que tem suas especificidades sob a forma de enunciados submetidos e dependentes de contextos.

Como vimos, os teóricos do jornalismo entendem que o papel do texto jornalístico consiste em “ajudar o homem a compreender melhor o significado do que lê e ouve”. Essa observação ratifica

a percepção e a importância da interferência de fatores extralinguísticos no significado das expressões empregadas na construção das notícias, caso contrário, a simples base semântica seria suficiente.

Além de cobrir um evento, o jornal também acompanha o desenrolar de eventos. As citações diretas e/ou indiretas feitas pelo jornal são uma forma de proceder, pois se noticia o que os envolvidos pensam a respeito. Sendo assim, muitas vezes, o jornal ocupa-se em explicar o que o enunciador quis dizer com o que disse. O jornal, então, contextualiza e particulariza o significado do que foi dito, pois só assim é possível identificar os conteúdos que sustentam a racionalidade do ato comunicacional para o qual tal enunciado foi produzido. Por vezes, deixa que o leitor faça as inferências.

- (21) But Baker's coded message to the Democrats on Friday was already a threat. "If we keep going down the path we are on" he warned "then we just can sit on our hands, and we will be forced to do what might be in our best personal interest but not in the interest of our wonderful country". In other words, if Gore pushes Florida too hard, Bush will demand a recount in Iowa, Wisconsin, New Mexico and Oregon. If Gore gains Florida and loses the combination of three of those states, the Electoral College will end in a deadlock, 269 to 269, and the race will tumble into the House of Representatives, which the Republicans, by a piece of tissue, control. Revista TIME (nov. 2000, p. 38).

O enunciado em (21) ilustra a afirmação de Herrera e Bond, afinal, a notícia traz a frase proferida por James Baker, e, como se espera no jornalismo interpretativo, ele a contextualiza e explica. Basta ver a continuação do texto quando o jornal, após terminar a citação de Baker, introduz a expressão 'in other words/em outras palavras', a partir da qual, explica para o dito de Baker, ou seja, traz à tona implícitos que sustentam o emprego do enunciado na situação comunicativa do evento. Além disso, vemos que o jornalista interpreta o ato ilocutório, a saber, a ameaça, aspecto, segundo ele, pretendido por Baker através do conteúdo proposicional do seu enunciado.

Uma outra questão a respeito do emprego da linguagem no discurso jornalístico refere-se ao papel, de certa forma, contraditório que o emprego de figuras de linguagem (hipérboles, ironias, metonímias, metáforas, etc.), de repetições, do humor, da retórica, entre diversos outros recursos, exercem na formatação de um texto que se pretende claro, objetivo, exato, simples e verdadeiro. Sendo assim, há também, no trecho, além das figuras usadas por Baker 'to sit on one's hand/sentar sobre as mãos', dando a entender que não fará nada, que ficará imóvel; há aquelas usadas pelo jornal, a saber, 'by a piece of tissue', dado a entender algo como 'por muitíssimo pouco', 'por quase nada', por exemplo. Como podemos verificar, tanto a fala de Baker, como o esclarecimento trazido pelo jornal, está repleto de implícitos. Alguns trazidos à tona pelo jornal, outros deixados implícitos por ele, mas perfeitamente recuperáveis pelo leitor. Vejamos mais um exemplo.

O texto inicial da reportagem da Revista TIME (nov. 2000, p. 37) sobre o início da discussão a respeito da recontagem manual pedida por Gore diz:

- (22) An inside look at that historic night and the war that has begun.

Ora, não foi uma guerra, no sentido literal da palavra, que iniciou, mas uma disputa altamente agressiva e acirrada. O emprego da palavra ‘war’ vem como uma metáfora a fim de capturar e transmitir a gravidade da disputa, e não o fato de uma luta armada. Esse exemplo mostra que a reportagem jornalística, ao empregar uma metáfora que, neste caso, de certa forma, também se caracteriza por ser uma hipérbole, consegue, através dos implícitos, ser mais econômica em termos de linguagem, porém mais rica em termos de significação. Não há, portanto, uma correlação direta necessária de que a quantidade de informação explicitamente decodificável garante a expressividade do enunciado. Mas muito é fruto de implícitos.

Duas últimas considerações a serem feitas sobre o discurso jornalístico. McLuhan (apud BAHIA, 1971) já reclamava da falta de lógica dos textos jornalísticos. A evolução tecnológica e a sociedade de massa, já naquela época, fizeram com que o autor declarasse que a lógica linear-discursiva estava em crise. Aqui vemos uma grande preocupação do teórico com o dito do texto jornalístico. A chave para a questão pragmática e inferencial está na expressão ‘linear-discursiva’.

Ora, o autor não reclama da falta de informação, mas coloca a sociedade de massa como uma das responsáveis pela alteração do texto jornalístico. Esta, por sua vez, se caracteriza pela constante necessidade de mais informação por menos tempo, as características do texto jornalístico discutidas acima mostram que os jornalistas têm se dedicado a escrever textos que sejam o mais informativo possível usando uma linguagem mais enxuta, o que acarreta textos mais curtos.

Para tanto, sugerimos a seguinte explicação: essa necessidade de rapidez na obtenção e consumo de informação foi, gradualmente, passando cada vez mais de textos longos – o que exigia mais decodificação – para textos mais ágeis, os quais dependiam cada vez mais da inferência. É claro que não estamos dizendo que os textos jornalísticos antes transmitiam as informações apenas através da decodificação.

Como vimos, a inferência faz parte do processo comunicativo e o texto jornalístico sempre foi e sempre será pragmático por natureza, ou seja, vai depender de conteúdos contextuais e processamentos inferenciais para ser satisfatoriamente compreendido pelo leitor. Nesse momento surge o protagonista de toda esta tese: o significado implícito. Voltando ao exemplo (21) ao dizer ‘war’, muito já está implicado.

Dado o caminho trilhado pelo jornalismo tendo em vista a busca pela objetividade e imparcialidade, parece haver uma confusão entre significado implícito e ideologia e/ou angulação da mensagem jornalística. Uma coisa é o implícito e a outra é o que se faz com ele; uma coisa é o implícito enquanto complemento pragmático do significado, outro é o uso ideológico que se faz dele. Essa confusão pode gerar o risco de empalidecer a riqueza do uso da linguagem natural e empobrecer as abordagens.

No entanto, esses aspectos não constituem os dois lados de uma mesma moeda, mas dois fenômenos característicos do discurso jornalístico. Para dar um exemplo dessa confusão, citamos Marques de Melo (1985), para quem os conteúdos implícitos são sinônimos de posturas ideológicas escondidas, aspecto denominado por ele como ‘atitudes de ambiguidade’. Contudo, a ambiguidade



não está necessariamente agarrada a questões de natureza ideológica. Inúmeros outros conteúdos podem ser veiculados ao se lançar mão desse fenômeno.

Considerando-se essa perspectiva, além do fato de o discurso jornalístico tratar de inúmeros temas e assuntos – estando, portanto, envolvido em uma complexa rede de significações –, torna-se interessante investigar aspectos relacionados ao componente semântico da linguagem natural e suas especificidades quando empregado para fins comunicacionais específicos.

Embora tácita, é comum a todos os falantes de uma língua a concordância com o fato de que as palavras têm uma significação constante e basicamente estável. Contudo, a constante preocupação, especialmente no jornalismo, em escolher a palavra certa, em ser preciso, em soar como verdadeiro, não permitir interpretações desnecessárias e/ou falsas, remete-nos, por um lado, à impressionante e vasta, mas, por outro, teórica e metodologicamente perigosa, natureza pragmática do discurso jornalístico.

Tendo em vista as considerações acima, acreditamos ter coberto e demonstrado as três propriedades – do jornalístico, do comunicacional e do linguístico – que garantem a natureza pragmática desse discurso. Dessa forma, a propriedade do jornalístico, como vimos, não depende da noção de ideologia, mas dos objetivos para os quais o texto jornalístico é escrito e à luz dos quais a informação é selecionada e por fim redigida. A do comunicacional fundamenta-se, basicamente, no fato da sua existência tendo em vista um interlocutor; por fim, a do linguístico refere-se às considerações a respeito da redação propriamente dita do discurso e as discussões sobre implícitos, objetividade, entre as demais categorias citadas.

Dado que o jornal é o meio através do qual eventos das mais diferentes naturezas são compilados e transmitidos como forma de informação, pois dado o seu compromisso social, deve cobrir as inúmeras facetas que constituem e interessam à coletividade, é importante citarmos Hall (2001) quando esse destaca outra propriedade do discurso jornalístico, qual seja, a de ser veículo de inúmeros outros discursos. Vimos que a propriedade de um discurso ser definido como ‘jornalístico’, neste trabalho, está ligada não a questões ideológicas, mas ligada a aspectos de conteúdo e linguagem que caracterizam as diferentes áreas. Dos vários tipos de discursos veiculados pelo jornal um será considerado em maiores detalhes, a saber, trataremos do discurso político veiculado pelo discurso jornalístico.

O texto jornalístico diariamente chega às pessoas através de inúmeros veículos de massa – jornal, revistas, Internet, etc. –, tratando dos mais variados assuntos. Como vimos, estamos num período marcado pelo que os teóricos do jornalismo definem como jornalismo interpretativo: mais do que apresentar os fatos, os jornalistas devem apresentá-los interpretados de forma objetiva para os leitores, para que eles tirem suas próprias conclusões a partir dos fatos.

Trata-se, portanto, de fragmento do uso da linguagem natural que está envolvido em uma intensa e complexa rede de informações que, por sua vez, se expressa em uma impressionante rede de significações. Assim, a compreensão de um enunciado – seja o de uma notícia ou um título – não

depende somente do conhecimento do léxico e das regras da língua através da qual tais mensagens estão sendo veiculadas.

O discurso jornalístico resgata e apresenta fatos da realidade que são considerados de interesse público. Os fatos que o jornal apresenta, na verdade, são um recorte da realidade, mas não qualquer recorte. Os teóricos do jornalismo afirmam que devem ser trazidos fatos que chamem a atenção do leitor, ou por serem uma completa novidade (mas não a ponto de não provocar, digamos por ora, eco algum no receptor) ou porque irão influenciar na vida das pessoas.

Após arrolarmos esses aspectos a fim de ilustrarmos a presença e a importância de conteúdos implícitos, é ainda interessante que, quando o assunto é o tratamento dessa forma de comunicação, conforme explicado por Mena Barreto (2003), isso ainda é feito através de abordagens que contemplam a tradição, ou seja, a base ainda é a teoria dos códigos. Pouquíssimo se fala em significado implícito e seu papel crucial para e na comunicação; esse, muitas vezes, ao invés de ser visto como um complemento importante para o sucesso do ato comunicacional, ainda é visto como editorialização das notícias (MENA BARRETO, 2003). Outro aspecto para o qual a autora chama a atenção é para o fato de não haver investigações, dessa perspectiva, que se preocupem em mostrar como há alteração do conhecimento de mundo dos receptores: os estudos tradicionais não contemplam, com raras exceções, como Chaparro (2004), uma comunicação cooperativa entre jornal e público. E é nessa lacuna que este trabalho se insere.

## (ii) O Discurso Político

A experiência é suficiente para sabermos que a política é uma constante na vida da sociedade. Contudo, sua interferência torna-se mais intensa e ostensiva ou em determinadas épocas ou devido a acontecimentos específicos. Por exemplo, durante campanhas eleitorais; através de debates entre os partidos ou entre os políticos a fim de defenderem pontos de vista e/ou obterem o apoio das massas.

Segundo Chauí (2001), a política pode ser entendida como uma solução para a necessidade do homem de expressar suas diferenças e conflitos; uma forma que possibilita o regulamento e o ordenamento de interesses antagônicos, permitindo que uma sociedade, internamente dividida, discuta, delibere e decida em comum para aprovar ou rejeitar ações.

Nessas condições, torna-se útil a descrição de política proposta por Pekonen (1991, apud TEITTINEM, 2005), como uma luta de poder simbólica, na qual **o partido vencedor é aquele cuja linguagem, palavras, termos e expressões simbólicas são dominantes uma vez que a realidade e o contexto tenham sido criados**. Sendo assim, embora mantida a noção de disputa, de certa forma, a política civilizou o homem, pois batalhas que antes se resolviam no plano físico passaram a ser travadas no plano linguístico/conceitual.

Na verdade, remonta aos gregos a ocupação com a política enquanto ato e enquanto objeto. Enquanto também objeto, paralelamente à política, os gregos ocupavam-se com a linguagem e, em especial, com a relação entre política e linguagem. Enquanto ato, porque, para eles, era importante, dado o conceito de democracia à luz do qual se organizavam, era-lhes fundamental saber expor suas

ideias. Conforme Citelli (1997, p.7), desde sua origem, a política, instanciada através do seu discurso “tem o objetivo de inflamar multidões, alterar pontos de vista, mudar conceitos pré-formados” e, para alcançar tal meta, como salienta Teittinem (2005), é fundamental a capacidade de impressionar através da comunicação verbal. E os gregos já estavam atentos a essa questão, como afirma Moses Finley (apud CITELLI, 1997, p. 7), pois, em se tratando de política, “ao homem grego cabia manejar com habilidade as formas de argumentação”. Temos o que se pode chamar de metaocupação.

Interessava – e hoje não é diferente – não apenas falar bem para obter a adesão, mudar pontos de vista, mas escrutinar as relações entre política e linguagem, bem como a importância desta no domínio daquela, dando início a uma tradição de estudos no âmbito da expressão verbal. Essa discussão alcança os dias de hoje de forma cada vez mais contundente dado o crescente poder e ampliação da mídia e dos estudos sobre comunicação, nas suas mais variadas facetas, por um lado, e do crescente impacto de questões políticas, por outro.

Como vimos, a linguagem pode ser analisada de um ponto de vista abstrato-formal, no qual a sua forma e/ou suas relações puramente sintático-estruturais e/ou semânticas são consideradas. Entretanto, esse mesmo sistema, conforme utilizado para fins específicos, apresenta potencialidades para tomar formas e assumir características possibilitando a representação e construção de discursos das mais diferenciadas naturezas para os mais diferentes propósitos. Sendo assim, denominaremos de ‘discurso político’ um determinado conjunto de manifestações linguísticas que encerram algumas propriedades intrínsecas particulares.

Numa proposta de organizar o escopo do termo ‘política’, Chauí (2001) apresenta três dimensões como eixos fundamentais: (i) o da ação dos governantes que detêm a autoridade para dirigir a coletividade organizada em Estado; (ii) o das ações da coletividade em apoio ou contrárias à autoridade governamental e mesmo à forma do Estado; e, finalmente, mas agora em um sentido negativo, (iii) o de uma conduta duvidosa por parte de alguns dos que praticam a política buscando a satisfação de interesses particulares dissimulados, os quais frequentemente são contrários aos interesses gerais do bem comum da sociedade. Não é preciso mencionar as inúmeras interlocuções e, portanto, diversas instanciações verbais que tais eixos comportam e/ou aos quais dão origem.

Trata-se, portanto, de um discurso com propósitos voltados à intervenção social a partir da manipulação de pontos de vista e do *status quo*, buscando ratificá-los e/ou alterá-los. Essa forma particular de comunicação verbal pode também ser identificada a partir de um léxico próprio que reúne os conceitos que norteiam e caracterizam a natureza da política, nas suas mais variadas orientações e, num nível mais específico, configura e reflete as propriedades daquele que fala e daquele a quem esse emissor se dirige.

Segundo Osakabe (2002), tais manifestações parecem seguir um certo tipo de regularidade, a qual ele subdividiu em **discurso de confronto** e **discurso de distensão**. O primeiro caracteriza-se por enunciados contra adversários concretos, em um momento específico, sobre questões específicas; trata-se de um discurso menos reflexivo e menos informativo, contudo, mais emotivo. O segundo

consiste em um texto cuja finalidade é a manutenção de uma situação vigente; criando um discurso que lança mão de elementos informativos, racionais e técnicos.

Por ser originado no debate e na polêmica, e por ter como objetivo a adesão a ideias, o discurso político tem na **persuasão** sua função e ferramenta principal (OSAKABE, 2002). A persuasão manifesta-se e se caracteriza, portanto, pela exposição de vários pontos de vista que serão objetos de deliberação até a adoção de um deles, não por decreto, mas devido a uma conclusão, fruto de um processo dialógico, cuja principal propriedade é justificar o que se diz (CRAWFORD, 2005). De acordo com Citelli (1997), os discursos de natureza persuasiva, por serem institucionais, são construídos para fazerem com que certas ideias sejam acolhidas e aceitas como verdadeiras.

Nesse momento, a argumentação, enquanto estratégia de orientação de formas de pensar que se provem justas – ou as mais plausíveis possíveis – de serem aceitas, mostra-se como um dos principais alicerces sobre o qual o discurso político se constrói e se sustenta, o qual, por sua vez, manifesta-se através do uso de argumentos – no caso da linguagem natural, trata-se de conjuntos de enunciados organizados de tal forma que alguns sirvam de suporte a outro(s).

“Argumento e debate só ocorrem quando as pessoas tentam ter a sua forma de interpretar o mundo aceita pelos outros”, diz Thomas Homer Dixon (apud CRAWFORD, 2005, p. 14). Portanto, dado que o objetivo final do discurso político é agir sobre o outro, através de recursos de natureza persuasiva, e que a argumentação consiste, como diz Ibaños (1989), numa montagem que privilegia as coisas boas a serem ditas, camuflando a apresentação daquelas que possam servir como meio de contra-argumentação, é crucial, salienta Osakabe (2002) prestar atenção à organização argumentativa do discurso político.

Em outras palavras, na política, é preciso justificar o que se diz – embora nem sempre tal prerrogativa seja observada. Sendo assim, essa análise da organização argumentativa envolve a percepção da relação o mais lógica possível entre as premissas e a conclusão. Contudo, dado que estamos na interface com a comunicação, vimos que, mais do que a estrutura válida dos rígidos argumentos da Lógica, interessa aquele raciocínio de natureza não-formal, identificado e reclamado pelos estudiosos da linguagem natural, ou seja, o que está em jogo é uma lógica que contempla, em especial, os conteúdos que constituem e ligam tais argumentos – internamente e em relação à situação comunicativa onde são empregados. É claro, como ressalta Crawford (2005), princípios fundamentais são sempre chamados, como, por exemplo, a não aceitação de contradições. A argumentação política é sem dúvida de natureza pragmática, pois os argumentos só fazem sentido tendo em vista o local/momento onde ocorrem.

Na obra **Tratado de Argumentação: a nova retórica**, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) chamam a atenção para o fato de que, quando se vai argumentar, antes de mais nada, é importante entrar em contato com o receptor e ter com ele uma linguagem em comum, pois, sem a adesão desse receptor, sem o que os autores chamam de consentimento, participação mental, não há como o ato comunicativo acontecer.

Esse receptor consiste no primitivo teórico denominado pelos autores de auditório, a saber, “conjunto daqueles que o orador<sup>48</sup> quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 22), cuja adesão é o primeiro objetivo a ser alcançado pelo emissor que se vale de um discurso argumentativo. Entretanto, essas relações emissor/receptor são mais complexas do que se pode pensar. Vejamos algumas dessas relações destacadas pelos autores que são, da mesma forma, as mais relevantes para o nosso trabalho. Primeiro, o receptor de um discurso, o auditório nos termos dos autores, não necessariamente coincide com a pessoa com a qual o emissor está em contato direto, nem com o conjunto de pessoas que tem na sua frente:

[...] o deputado que, no Parlamento inglês, deve dirigir-se ao presidente pode estar procurando convencer não só os que o ouvem, mas ainda a opinião pública de seu país [...] quem concede uma entrevista a um jornalista considera que seu auditório é constituído mais pelos leitores do jornal do que pela pessoa que está à sua frente. A dificuldade é ainda muito maior quando se trata do auditório do escritor, pois, na maioria dos casos, os leitores não podem ser determinados com exatidão (Op. cit., p. 21-22).

Nessas condições, o que resta ao emissor é supor e construir hipoteticamente as propriedades mais relevantes do auditório, muito embora esse auditório redunde em sujeitos concretos. Uma das consequências disso é a criação de auditórios denominados pelos autores de particulares:

cada meio poderia ser caracterizado por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar; tais concepções fazem parte da sua cultura e todo o orador que quer persuadir um auditório particular tem de se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhes são destinados [...] (Op. cit., p. 23).

A citação a seguir, mais uma vez, demonstra que, quando o que está em jogo é a língua enquanto veículo de comunicação, e não como objeto abstrato-formal, os aspectos extralinguísticos são de fundamental importância, pois a compreensão dos discursos vai além da decodificação e da compreensão semântica do dito, ela depende da interpretação do significado comunicacional.

Não se concebe o conhecimento do auditório independentemente do conhecimento dos meios suscetíveis de influenciá-lo. Isso porque o problema da natureza do auditório é ligado ao de seu condicionamento. Esse termo implica, acima de tudo, que se trata de fatores extrínsecos ao auditório [...] O importante, na argumentação, não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ele se dirige (Op. cit., p. 26).

Como é possível verificar, o emissor está limitado pelo seu próprio auditório. Contudo, segundo os autores, existem inúmeros aspectos que estão além de especificidades de auditórios particulares; eles lembram uma discussão clássica: o debate entre opinião e verdade. Vejamos, em especial, como isso afeta um dos aspectos básicos do discurso político, a saber, a persuasão. Até o momento, tomamos a noção de persuasão no sentido usual da palavra, a qual pode, perfeitamente, ser explicada através da noção de convencimento, como mostram, por exemplo, algumas definições de

---

<sup>48</sup> ‘Orador’ e ‘emissor’ são termos usados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002). Entretanto, para fins de uniformização dos termos deste trabalho, usaremos, ao invés de orador, emissor; ao invés de auditório, receptor.

‘persuasão’ apresentadas no dicionário Houaiss (2005) “levar ou convencer (alguém ou a si mesmo) a acreditar ou aceitar; convencer(-se); levar (alguém) a mudar de atitude; convencer.”. Entretanto, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) a persuasão é apenas uma das finalidades da argumentação, a outra é o convencimento – persuasão e convencimento, antes podendo ser tomados como sinônimos, agora funcionam como dois primitivos convencionalmente distintos. Ao se valerem da distinção clássica entre ‘verdade’ e ‘opinião’ eles apresentam uma diferenciação importante tendo em vista a natureza de estratégias de adesão: mesmo que ambas deem a vitória ao argumentador. Sendo assim, uma argumentação dita persuasiva estaria voltada para auditórios particulares; já a argumentação convincente seria aquela que deve obter a adesão de todo ser racional.

Nessa abordagem, o convencimento está diretamente relacionado ao raciocínio lógico, à razão, à verdade; depende de evidências fruto de provas objetivas e demonstrativas, na medida do possível, quando se trata de comunicação; apela para a inteligência e para aqueles aspectos que independem de propriedades particulares a quem tal argumentação é dirigida. Nesse sentido, os autores ligaram a convicção ao que eles denominaram de auditório universal<sup>49</sup>. Já a persuasão está relacionada às emoções, à vontade, sustenta-se a partir de argumentos com base na verossimilhança e na plausibilidade. Assim, o ato de convencer estaria voltado para atingir um “auditório universal”, uma vez que as conclusões decorreriam naturalmente das afirmações iniciais. Já o ato de persuadir estaria voltado para auditórios particulares, pois se caracteriza por ser um ato de natureza ideológica, subjetiva.

Geralmente, quando o discurso político dirige-se, mesmo que não exclusivamente, à sociedade, e quando assume um caráter mais propagandístico – em campanhas eleitorais, momentos políticos tensos, por exemplo –, os enunciados são elaborados a partir de conteúdos e apelos ligados a inúmeros recursos, que vão de argumentos e elementos lógicos, passando por aspectos emocionais e psicológicos. Percebe-se um vasto emprego de diversos recursos retóricos, repetições, apelo à tradição, crenças e valores; uso de autoridades e citações consagradas, tudo isso com o objetivo de fortalecer o discurso tendo em vista seu propósito comunicacional.

Muito da força dos enunciados do discurso político está na forma dos mesmos e nos vários conteúdos que daí podem ser depreendidos. No entanto, quando se pensa em argumentar em uma área com tantas implicações como a política, parece haver um uso especial do conteúdo implícito às especificidades oriundas do ato comunicacional, que se expressa na delicada e intensa atenção que é dada à construção do texto, à construção dos elementos que constituem a parte explícita do discurso, enfim, ao dito. As pessoas demonstram uma séria preocupação em evitarem ser mal interpretadas, ou seja, percebem que o dito tem repercussão em conteúdos outros que são ou podem ser depreendidos.

Tomemos, por exemplo, a polidez, propriedade imprescindível do discurso político. A política, mesmo consistindo numa alternativa à violência, ainda assim, caracteriza-se por uma natureza polêmica e combativa – nos mais variados graus –, o que pode enfraquecer o discurso, caso

---

<sup>49</sup> É claro que também esse primitivo não é não problemático, mas para os fins do nosso trabalho, tomaremos esse conceito voltando nossa atenção apenas para os aspectos mais gerais.

mostre-se, no dito, explicitamente ofensivo. Assim, uma arma largamente empregada pelos políticos, mas de forma, embora intuitiva, muito bem aplicada, é justamente a significação implícita. Dessa maneira, a polidez fica marcada na construção da estrutura proposicional, enquanto ficam, no nível dos conteúdos implícitos, os ataques e críticas. Sem dúvida, o discurso político caracteriza-se pela multiplicidade de possibilidades de transmissão de diversas camadas de conteúdos significativos.

Nessa perspectiva, podemos também mencionar alguns outros rótulos de cunho intuitivo que servem para descrever o discurso político, os quais demonstram a percepção de conteúdos proposicionais extras. Por exemplo: ‘indireto’, no sentido de que aquilo que o emissor realmente quis dizer, muitas vezes, não está explicitamente codificado na proposição; como ‘irônico’, o que acarreta, mais uma vez, a presença de conteúdos implícitos, só que, nesse caso, eles geralmente caracterizam-se pelo oposto do que foi afirmado no dito. Além disso, é um discurso marcado por uma retórica carregada de elementos que conferem ao discurso um cunho estilístico e até mesmo pedante, no sentido de haver uma grande preocupação com o domínio das regras e normas da argumentação, dado seu intuito de obter a adesão do receptor.

Vejamos agora, de forma mais detalhada, que aspectos caracterizam e potencializam as propriedades descritas acima. Costa (2013, p. 1) afirma que o discurso político, mais especificamente o debate eleitoral, distingue-se por uma riqueza retórica *sui generis* a ponto de reconhecer que o discurso político é provavelmente um dos tipos que mais explora e se vale “do processo de significação complexa em que o dito semântico se enriquece com os implícitos pragmáticos. [...] há o que se afirma e o que se subentende, sendo este último muito mais denso de significação do que o primeiro”. Para o autor, a mensagem política tem essas propriedades porque, enquanto a lei se firma sobre o que é afirmado literalmente, o subentendido não tem como ser totalmente identificado, justamente porque depende da interpretação e pode ser sempre questionado. Além disso, como bem lembra Costa (2013), e como vimos, no contexto político, não se podem correr riscos, ou seja, as pessoas são, ou deveriam ser, cuidadosas no que dizem, pois sempre há a possibilidade de terem que responder por suas palavras, ou seja, pelo seu dito. Entretanto, há um mundo de significados que são igualmente veiculados que, contudo, não exigem que o emissor responda por eles.

Os ditos, por vezes, são meros veículos de mensagens cuja força retórica depende não só dos implícitos aos quais dá origem, mas das escolhas que configuram tais ditos. Um exemplo disso, descrito e explicado pelo filósofo Giulian Baggini (2002), é a falsa dicotomia usada por Bush a fim de intimidar os países a aderirem à guerra que travaria em represália aos ataques às Torres Gêmeas. Em 20 de setembro de 2001, onze dias depois dos ataques, Bush, em entrevista declarou: “Toda nação, em toda e qualquer região, tem agora um decisão a tomar. Ou está conosco ou com os terroristas”.

Segundo a análise de Baggini, o enunciado de Bush trata-se de uma clara falsa dicotomia, pois o fato de um país não apoiar os EUA não significaria que estaria a favor dos terroristas – ou seja, havia sim uma terceira opção, manter-se neutro. Entretanto, o filósofo identifica um aspecto importante do uso dos ditos e dos implícitos, “como descrição dos fatos, a dicotomia é falsa; mas,

como descrição das intenções da América, elas enviaram uma mensagem clara”. Dessa forma, percebemos como o dito, no caso, inclusive uma falácia, pode ter uma força retórica tão expressiva a ponto de poder veicular da maneira mais poderosa possível uma intenção. Costa (2013) lembra que existe uma diferença entre competência gramatical e competência retórica e usa como exemplo o ex-presidente Lula. Para Costa (2013), Lula representa um excelente caso ilustrativo de exploração dos efeitos linguísticos de persuasão gerados pelos implícitos. Lula usa habilmente a expressividade da linguagem para se defender de críticas e atacar os que o atacam, nas palavras de Costa (2013, p.1, acréscimo nosso):

suas [de Lula] metáforas e implícitos pragmáticos são de uma enorme competência retórica. Aliás, muitos confundem a propriedade gramatical com a propriedade retórica. De fato, Lula comete muitas impropriedades se tomarmos como ponto de referência a forma padrão das gramáticas tradicionais. Visto pelo ângulo da expressividade, o discurso de Lula é altamente sofisticado e eficiente.

Vejamos agora alguns exemplos contemplando a discussão entre Democratas e Republicanos, ocorrida durante a eleição presidencial de 2000, a respeito da recontagem de votos no estado norte-americano da Flórida, a qual decidiria o futuro presidente – *locus* de investigação deste trabalho e situação de polêmica e de disputa acirradas, afinal, estava em jogo quem seria o próximo presidente da nação mais poderosa do mundo, aspecto que promove a geração e o uso do fenômeno que se está estudando. De acordo com Costa (2013, p.2), “sem o processo de capturar o significado que vai além do afirmado, pouco se entenderia do discurso político” – mas, como temos visto e como veremos, sem dúvida, isso vale igualmente para o discurso jurídico e, paradoxalmente, para o discurso jornalístico.

A Revista TIME foi um dos inúmeros veículos jornalísticos que acompanhou o debate entre Republicanos e Democratas a respeito da execução da recontagem dos votos da Flórida. Enquanto estes faziam de tudo para obtê-la, aqueles se esforçavam para obstruí-la. Vejamos duas declarações feitas pelo republicano James Baker, antigo Secretário de Estado, ao apoiar Bush:

(22) We’re one of the great nations on earth that transfers power peacefully<sup>50</sup>.

(23) If we keep going down the path we are on, then we just can’t sit on our hands, and we will be forced to do what might be in our best personal interest but not in the interest of our wonderful country<sup>51</sup>.

O enunciado (22) foi proferido quando Gore insistiu em garantir judicialmente a recontagem dos votos, ainda enquanto a recontagem mecânica oficial – porque a diferença entre os candidatos foi de menos de 1% na contagem oficial – estava em andamento, e inúmeras irregularidades estavam sendo encontradas. Aqui, dos vários aspectos que poderiam ser identificados, um dos conteúdos é o

<sup>50</sup> Time, 20/11/2000, p. 18.

<sup>51</sup> Time, 20/11/2000, p. 18.



de que os democratas não estão permitindo que a transferência de poder seja feita de forma pacífica, além disso, pode-se caracterizar tal implícito como uma crítica republicana à atitude dos seus rivais.

Já (23) ilustra uma certa vaguidade: somente aspectos contextuais podem esclarecer exatamente a respeito do que Baker está falando – especialmente tendo em vista a escolha de certas expressões, tais como ‘to keep going down the path we are on’, ‘to sit on one’s hand’. Um ato de fala óbvio é, sem dúvida, a ameaça. Caso algo seja levado adiante pelos democratas, eles, os republicanos, iriam tomar providências – caso os democratas insistissem em exigir a recontagem, o time de Bush iria, na questão específica, exigir a recontagem de votos em estados nos quais os democratas haviam ganhado, abrindo caminho para a possibilidade de que a disputa<sup>52</sup> acabasse na Câmara dos Deputados, que, por ter maioria republicana, daria a vitória a Bush de qualquer maneira.

Uma forma de identificarmos a riqueza, a complexidade de fenômenos, inclusive de naturezas diferentes, que constituem a comunicação linguística intencional, é através de elementos retóricos, como ‘one of the great nations on earth’, ‘our wonderful country’; o fato de certas afirmações terem sido feitas por determinadas pessoas atribui a tais ditos consequências diversificadas. No caso de (23), Baker tem poder para fazer o que promete – o que torna seu dito uma ameaça. Em (24), vemos elementos tanto de natureza da lógica *standard*, o condicional if... then, – se continuar com atitude x, tomaremos a atitude y; como da não-trivial, o que ele quer dizer através do condicional como um todo. Sem contar, a presença de uma falácia: se Gore continuar a forçar a contagem, eles não vão ficar parados; se Gore não continuar a forçar, eles vão parar. ( $p \rightarrow -q; -p \vdash q$ ). Esse aspecto será mais detalhadamente discutido ao longo do trabalho.

É claro que o discurso político é muito mais rico e complexo do que apenas os seus conteúdos implícitos. Ao colocarmos nossa atenção nessa propriedade, não estamos também reduzindo a sua complexidade e riqueza apenas aos implícitos, a forma é uma das armas mais fortes desse discurso. A máxima de McLuhan (1969), o meio é a mensagem, nunca foi tão atual quando tomamos o discurso político.

[...] “o meio é a mensagem”, **porque é o meio que configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas.** O conteúdo ou usos desses meios são tão diversos quão ineficazes na estruturação da forma das associações humanas. Na verdade, não deixa de ser bastante típico que o ‘conteúdo’ de qualquer meio nos cegue para a natureza desse mesmo meio (McLUHAN, 1969, p. 23, grifo nosso).

Assim, o fato de o discurso político (ou qualquer outro dentro de suas especificidades) cobrir uma ampla área de atuação e servir a diferentes propósitos – que vão desde os slogans publicitários em campanhas eleitorais até debates das mais variadas naturezas – interfere significativamente na sua configuração: constituição linguística e manifestação, o que o torna um *locus* tão interessante para a ilustração e avaliação do modelo teórico a ser desenvolvido neste trabalho.

Assim como fizemos com o discurso jornalístico, reduziremos metodologicamente o discurso político àquelas propriedades que constituem sua natureza pragmática. Antes de mais nada, sua

<sup>52</sup> Para entender melhor os problemas da eleição de 2000, ver seção 4.1.

propriedade **comunicacional** manifesta-se na interação que estabelece, engajando interlocutores para fins específicos, em situações pontuais, as quais caracterizam o contexto, o link com a realidade que está em jogo. Esse ato comunicativo pode ser inclusive empiricamente testado, afinal, revistas, jornais, folders, e vários outros veículos são utilizados para difundir ideias, esperando desse receptor uma resposta.

A propriedade do **político** aparece expressa através dos conceitos e ideias que definem a política, a saber, trata-se de um texto construído para ser polêmico, funcionando como uma resposta ou um ataque a concepções estabelecidas. Além do mais, a estrutura argumentativa contribui, aliada às funções e objetivos da política, para a persuasão, o convencimento e obtenção da adesão do interlocutor.

Por fim, a propriedade do **linguístico**, na existência de um léxico e uma gramática específicos do discurso político, garante que esse texto – conjunto de palavras e/ou sentenças que constituem o discurso – sempre caracterize um enunciado. Isso por que está em jogo o teor e o conteúdo das mensagens que se submetem e adaptam às situações comunicativas onde são empregadas – o que, por sua vez, ilustra a maleabilidade da linguagem natural. Sem falar na crucial necessidade de lançar mão de elementos contextuais – quem são os interlocutores, quais seus papéis no debate, etc. – a fim de identificar as ameaças, as críticas. Como foi possível observar, aqui também não empregamos a noção de ideologia para caracterizar o discurso político: seu caráter institucional, seus compromissos e objetivos, por um lado; seu léxico e construção, por outro; mostram-se suficientes para definir a propriedade política de tal discurso.

Dentro da parte linguística, vimos a importância dos conteúdos de significado. Os exemplos (22) e (23) permitem identificar propriedades do comunicacional. Através do estabelecimento de um ato comunicativo e da sua existência social concreta, identifica-se o emissor – James Baker, disse o que disse, num determinado momento, tendo emissores específicos em mente. Além disso, é possível resgatar quando e onde tal discurso foi proferido por ele, e quando e onde tal discurso foi publicado – ilustrando o que Osakabe (2002) denominou como discurso de confronto.

O discurso político é rico em efeitos expressivos, os quais contribuem para a construção do significado dos enunciados. Crawford (2005), ao referir-se em especial à argumentação política, diz que os argumentos só fazem sentido tendo em vista o local/momento onde ocorreram.

Como vimos, o discurso político é tecido a partir de uma série de elementos das mais variadas naturezas – linguística, lógica, retórica, etc. –, e de restrições situacionais. A fim de finalizarmos nossas evidências a respeito da natureza pragmática do discurso político, as não animadoras propriedades apontadas por Orwell e Pêcheux, de fato, são fatores que tornam o discurso político um dos mais interessantes exemplos da complexidade, da riqueza e da versatilidade da linguagem natural quando aplicada para fins comunicacionais.

Além disso, não é novidade que o discurso político tem uma natureza complexa e heterogênea, composta por inúmeras facetas – e, uma delas, sua constituição linguística, está longe de ser um dos aspectos menos problemáticos, muito pelo contrário. Além das propriedades que

arrolamos, outras nada elegantes nem animadoras têm sido identificadas quando esse tipo de discurso é objeto de estudo e reflexão.

Orwell (apud FARMER, 1999), por exemplo, tem uma visão bastante pessimista da linguagem usada na política como veículo de comunicação. Para ele, a “linguagem da política é desenhada para fazer mentiras soarem como verdadeiras e o assassinato como respeitável, e para dar uma aparência sólida ao vento” – tais aspectos caracterizam o que Orwell entende por contorção da linguagem<sup>53</sup>. Pêcheux (1981) segue a linha de Orwell, pois, ao salientar como finalidade última do discurso político o agir sobre o outro, entende que isso seja feito mascarando e justificando ações e ideias.

Tomemos agora, mais dois exemplos, de discurso político. O primeiro deles consiste no trecho abaixo, retirado da Revista TIME, de 20/11/2000, p. 31, quando Bill Clinton, naquele momento, ainda presidente dos EUA, faz uma declaração a respeito do impasse na Flórida.

(24) The American people have now spoken,” Bill Clinton declared, “but it’s going to take a while to determine exactly what they said.

Uma das características do discurso político consiste no generoso e amplo uso que faz de mensagens implícitas, usando como recurso para gerá-las, especialmente, figuras de linguagem e mensagens vagas. Isso o torna, sem dúvida, um discurso essencialmente pragmático e, naturalmente, dependente do fenômeno que estamos buscando identificar nesta seção, o qual tentaremos modelar no terceiro capítulo, a partir da construção do quadro teórico. Mencionamos anteriormente que iríamos tratar do discurso político já reduzido ao discurso jornalístico, e o trecho selecionado acima servirá para ilustrarmos essa questão.

Literalmente, Clinton disse que o povo falou, na verdade, é uma expressão metafórica para referir-se aos votos. Ao tratar o voto como fala do eleitor, ele está, por exemplo, tornando mais pessoalizado o processo de escolha, valorizando mais a decisão que irá expressar-se nas urnas: ou Bush ou Gore. Ao dizer que irá levar um tempo até saber o que ele disse, Clinton está falando a respeito de uma certa demora que envolverá o processo. Embora ele pudesse dizer o que disse de forma bem mais direta e objetiva, o impacto e os implícitos que o discurso gera seriam perdidos, os quais são fruto do emprego de uma retórica mais elaborada, com figuras de linguagem como a metonímia e o eufemismo.

As mensagens de James Baker, que estamos comentando aqui, foram dadas aos democratas justamente quando esses forçavam uma terceira recontagem, agora manual, dos votos da Flórida. O

---

<sup>53</sup> De fato, Orwell refere-se a um aspecto relacionado ao uso da linguagem natural. Como se sabe, a linguagem tem um caráter representacional, através do qual serve como forma de simbolizar a realidade, transformando-a e colocando-a sob a forma de conteúdos proposicionais. Nesse momento, em se tratando da linguagem para fins comunicativos, embora ela se caracterize por uma base estável de significação, a qual irá representar a realidade, há diferença entre expressões como ‘Ele roubou’ e ‘Ele tomou algo sem pedir’. Um mesmo ato está sendo apresentado, mas sob perspectivas diferentes. Dadas as implicações de cada enunciado, não se pode considerá-los sinônimos, embora refiram-se, de certa forma, a um mesmo ato.

trecho abaixo se refere ao momento em que Gore insistia, de tribunal em tribunal, em conseguir a autorização para uma recontagem.

- (25) To the American people he said, We're one of the great nations on earth that transfers power peacefully. That meant Gore is taking a crowbar to that tradition; how much damage are people willing to tolerate?

Como é possível observar, os enunciados de Baker são formais, polidos, e, de forma indireta, estão dizendo várias coisas. Em primeiro lugar, ele explicita que a transferência da presidência é um processo pacífico por tradição; ao usar a expressão 'tradition' ele reforça a importância do processo, pois algo que é tradicional geralmente tem propriedades positivas. Após ele, de forma polida, diz que Gore está comprometendo esse processo, mas diz isso usando um elemento de retórica, através da expressão 'taking a crowbar to that tradition'. 'Crowbar' é um pé-de-cabra, geralmente é um objeto associado ao uso de força bruta para invadir, violar para obter.

- (26) But Baker's coded message to the Democrats on Friday was already a threat. "If we keep going down the path we're on," he warned, "then we just can't sit on our hands, and we will be forced to do what might be in our best personal interest but not in the best interest of our wonderful country."

Através da expressão 'keep going down the path we're on', Baker refere-se à insistência de Gore em obter a recontagem manual dos votos da Flórida. Já através da expressão "we can't sit on our hands", ele quer dizer que os republicanos não irão ficar sem fazer nada, irão tomar alguma atitude. Na mensagem, há apenas palavras e as proposições que a constituem – e somente o significado das mesmas não é suficiente para otimizar a compreensão total do enunciado, na verdade, as afirmações são um tanto vagas e, de certa forma, obscuras. Dado que estamos partindo do pressuposto de uma comunicação racional, então podemos dizer que os Democratas entenderam a mensagem. O jornal fez mais do que apresentar a fala de Baker, mas comentou-a, explicitando os conteúdos implícitos, inclusive o ato de fala, de alerta – ou até mesmo de ameaça –, que a caracteriza. Não podemos desconsiderar que a publicação dos diálogos entre Democratas e Republicanos sugere que os leitores do jornal também têm condições de entender o que Baker quis dizer.

Por fim, não podemos deixar de mencionar o trabalho de Lakoff (1980/96-2006), que vem estudando a linguagem do discurso político partindo de uma abordagem enraizada na cognição, em especial, investigando o emprego metafórico da LN tendo em vista a capacidade de pensar. Nesse sentido, postula que a comunicação política funciona com base em frames. Dessa forma, as palavras não são empregadas tendo em vista seu sentido usual, adquirindo sentidos metafóricos. Segundo Costa (2008), é importante investigar a comunicação política no que tange à sua estrutura linguístico-conceitual, bem como as manifestações linguísticas através de slogans, frases feitas e declarações em que tanto a forma quanto o conteúdo interagem para gerar uma comunicação de impacto, a saber, que seja capaz de envolver as pessoas e levá-las a atos que variam de adesão ao apoio, incluindo o voto.

Essa sedução, da qual fala Costa (2013), já vem sendo objeto de estudos de Pinker (2008). Tanto na obra **Do que é Feito o Pensamento** (2008) quanto em palestra dada no **The Commonwealth Club of California**<sup>54</sup> (2008), o autor discute a retórica da política. Para ele, qualquer coisa concreta que os políticos dizem sobre política está fadada a ofender algum setor da população. Assim, a arte da retórica política consiste em dizer coisas vagas o suficiente a fim de que se possa ter o que o autor determina como ‘negabilidade plausível’ – ou seja, ao dizer algo, mesmo que isso possa gerar uma resistência em uma parte do eleitorado, ainda assim pode ser interpretado por outra parte de uma forma receptiva de tal maneira que seja favorável aos interesses dessa outra parte<sup>55</sup>. Finaliza Pinker (2008) dizendo que ao usarem as palavras, dentro da retórica do discurso político, eles – políticos e inclusive a mídia – optam por aquelas que irão evocar também respostas emocionais. Dessa forma, os exemplos ilustram de maneira esclarecedora a seguinte constatação de Costa (2013, p. 3): **“seja como for, na política muito se afirma, mais se implica e, mais ainda, joga-se o jogo da linguagem da sedução”**. Esses aspectos mais tarde serão revisitados por este trabalho através das noções, em especial, de inferência e da máxima de McLuhan (1969), a saber, o meio é a mensagem.

### (iii) O Discurso Jurídico

Chegamos, enfim, ao terceiro discurso, o jurídico. Assim como fizemos com os demais, ele será caracterizado a partir da propriedade **comunicacional, jurídica e linguística**. Portanto, será descrito e tratado como jurídico a partir de aspectos ligados ao seu uso, e não àqueles ligados à ideologia. Como vimos, ao inaugurar o estudo de discursos de natureza pragmática abordando o slogan político à luz de modelos inferenciais tipo implicaturas, Costa (1984) já alertava para os perigos de uma caracterização via ideologia. Para ele, tal conceito é perigosa e demasiadamente vago, por isso sugeriu uma nova forma de recorte metodológico, a qual já temos seguido para os discursos anteriormente abordados e manteremos para este. Entretanto, dada a história das reflexões sobre o discurso jurídico, a fim de caracterizá-lo como sendo um objeto perfeitamente tratável através da Pragmática, iremos oportunamente acrescentar a esta seção um breve levantamento histórico-teórico mostrando o caminho trilhado por uma linha de filósofos do Direito. Antes de mais nada, iniciaremos definindo discurso jurídico.

Kwarciniński (2003) entende que, para construir uma definição para o discurso jurídico, em primeiro lugar, é preciso considerar um aspecto: aproximar uma forma distinta de linguagem da lei. O autor denomina tal relação de ‘discurso jurídico’, argumentando que ela captura justa e adequadamente as várias relações entre o uso da linguagem e o campo do Direito.

<sup>54</sup> PINKER, Steven. Political Rhetoric, Explained. Comunicação pessoal em palestra dada em 12/0/2008, no The Commonwealth Club of California, San Francisco (CA). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DS4xVcko9qw>>. Acesso em 20 de jun. 2012.

<sup>55</sup> Isso, conforme veremos, vai ao encontro dos trabalhos de Sperber e Wilson (1995) ao trazerem a noção de relevância para um indivíduo e de implicaturas fracas.

Nessas condições, o discurso jurídico consiste em um tipo específico de uso da linguagem que se apoia fortemente no papel de tais enunciados dentro de uma situação comunicativa que, por sua vez, é indissociável de seu contexto social. Embora o autor traga o contexto de forma a considerar as questões sociais, perigosamente flertando com a ideologia, ele captura bem o recorte proposto por Costa (1984), segundo o qual a propriedade do jurídico é definida pela área em que a linguagem é usada, tendo em vista os elementos extralinguísticos. Ou seja, a questão temática é um dos critérios para a identificação da natureza dos discursos, sem a necessidade da metafísica da ideologia.

Um aspecto muito importante, e perfeitamente compreensível, é que, em qualquer trabalho que trate sobre o discurso jurídico, independentemente do aspecto que será discutido – dada a riqueza e complexidade de suas subáreas –, na grande maioria das vezes, destaca-se, antes de mais nada, a estreitíssima relação entre Direito e linguagem natural. O desembargador Dr. José Renato Nalini, ao prefaciar o livro de Gabriel Chalita (2012), abre seu texto igualmente nessa direção, declarando que o

**Direito é uma produção textual.** Assenta-se na palavra, instrumento imprescindível a quem pretenda exercer a profissão jurídica. ‘Com palavras governamos homens’, dizia Disraeli. [...] com palavras podemos libertar ou encarcerar, restaurar patrimônios ou consolidar perdas, convencer de um acerto ou de se contrário. [...] Serve a convencer, a persuadir, a seduzir. (NALINI, 2012 apud CHALITA, 2012, p. 13, grifo nosso).

Como é possível observar, Disraeli reconhece o que na Linguística/Pragmática é tratado como atos de fala, ou seja, através da linguagem realizam-se ações. Trösborg (2012), ao discutir a linguagem do discurso jurídico, abre seu trabalho para refletir sobre a performance do discurso jurídico ressaltando a importância da linguagem **para e no** Direito, afirmando que “a lei não existiria sem a linguagem”. A Stanford Encyclopedia (2012) inicia a discussão sobre o discurso jurídico declarando que “**o uso da linguagem é crucial para qualquer sistema legal** – tanto no que diz respeito aos legisladores que fazem as leis quanto às cortes que empregam a linguagem para determinarem e justificarem as condições de suas decisões (tradução nossa)”.

Ou seja, não há como falar em Direito sem mencionar explicitamente o compromisso com a palavra, sem reconhecer que ela exerce um papel determinante, e que um mesmo fato pode ser avaliado sob diferentes ângulos. Qualquer comprometimento com a palavra, especialmente em áreas que dela se valem, seja para estudá-la, como foi o caso da Filosofia, seja para verificar como ela pode comunicar, acarreta compromissos com questões e consequências semânticas ligadas a ela quando usada para fins específicos. Ou seja, o Direito, assim como tantas outras áreas, não pôde, nem pode fugir dessas questões – deve, inclusive, enfrentar questões de natureza pragmática.

Muitos dos questionamentos envolvendo o uso da linguagem natural nasceram a partir de considerações do uso da linguagem no Direito, ou seja, essas discussões contemplavam os efeitos da significação em linguagem natural para fins jurídicos. Como vimos, questões ligadas à complexidade da significação em linguagem natural, por sua vez, já eram temas acalorados na Filosofia da Linguagem, na Comunicação, posteriormente, na Linguística, e, ultimamente, em uma das subáreas

da Linguística, a saber, a Pragmática. Já no que diz respeito ao Direito, embrionariamente, esses debates relativos à linguagem, à significação e ao Direito, propriamente dito, remontam, já de forma mais sistematizada, aos trabalhos de Jeremy Bentham, no final do século XVIII.

O interesse pelo uso da linguagem e pela significação em linguagem natural faz parte do desenvolvimento da forma de se pensar e fazer o próprio Direito. Esse tipo de uso da linguagem foi, de início, objeto de interesse dos filósofos do Direito os quais, por sua vez, foram buscar, especialmente na Filosofia da Linguagem, mas também na Filosofia da Mente e, inclusive, na Metafísica, ferramentas para pensá-la, entendê-la e sistematizá-la – como forma de pensar, entender e organizar o próprio Direito (STANFORD ENCYCLOPEDIA<sup>56</sup>, 2010).

Os filósofos do Direito perceberam que, por vezes, não ficavam claros quais problemas eram típicos da linguagem e quais eram típicos do Direito propriamente dito. E, como mostra o resgate histórico-teórico feito pela Stanford Encyclopedia (2012), as fontes usadas pelos teóricos e filósofos do Direito para procurarem refletir sobre essas questões foram as mesmas das quais os linguistas beberam para investigar a linguagem natural, seu uso e os efeitos que o uso gerava na significação, a interferência do contexto de produção de tal discurso, e, por fim, os efeitos para aqueles envolvidos e que dependem desse uso.

Como vimos na seção 2.1, os linguistas buscaram exorcizar de propriedades metafísicas a significação em linguagem natural, procurando, ao sistematizar o estudo do significado linguístico, separá-lo da dependência subjetiva quando na cabeça dos falantes – sem que isso significasse excluir a mente do falante, no caso, a sua intenção, como inaugurado por Grice (1967). De certa forma, o mesmo tentaram fazer os filósofos do Direito, em especial, Jeremy Bentham, que foi quem compreendeu que a necessidade de sistematizar o seu estudo [do Direito] passava pela necessidade de entender aspectos da significação em linguagem natural como elementos relevantes para que uma investigação de natureza mais rigorosa a respeito do próprio Direito pudesse ser levada a termo.

Neste momento, é importante ressaltar que a relação discurso político e discurso jurídico é um dos pontos que abre os estudos publicados pela Stanford Encyclopedia (2010) a respeito da linguagem no sistema jurídico. E, como veremos, o discurso político e o discurso jurídico podem se confundir. Costa (2008, 2012) quando estuda a complexidade argumentativa e inferencial do discurso político o faz atribuindo essas mesmas propriedades ao discurso jurídico – tanto é que denomina tal discurso de, ou seja, discurso político/jurídico (DPJ).

Faremos a partir de agora uma breve apresentação das preocupações linguísticas de filósofos do Direito. Segundo essa perspectiva, “tentativas sistemáticas de usar insights sobre a linguagem para resolver problemas de filosofia do Direito são recentes, e são um traço distintivo da moderna jurisprudência em língua inglesa” (STANFORD ENCYCLOPEDIA, 2010, tradução nossa). Assim, o interesse sobre as especificidades do uso da linguagem não foi exclusividade dos linguistas nem dos filósofos da linguagem, mas também o foi, e ainda o é, dos filósofos do Direito. Cada vez mais se

---

<sup>56</sup> Todos os textos oriundos da Stanford Encyclopedia são traduções da autora desta tese e, portanto, de sua responsabilidade.

percebe uma proliferação de estudos sobre a significação no Direito, envolvendo estudos de natureza Semiótica e, em especial, ultimamente, Pragmática, para tanto, destacamos os trabalhos de Dascal e Wróblewski (1988), Dascal e Wróblewski (1991), inclusive o de Azuelos-Atias (2010), aplicando a teoria da Relevância.

Uma breve retomada histórica mostra as contribuições de teóricos clássicos, preocupados com os estudos sobre a linguagem jurídica, tais como o já mencionado Bentham, influente filósofo e jurista vanguardista do Direito do século XVIII, e como Hart, importante filósofo do Direito do século XX, em especial nos anos de 1950 e 1960. Enquanto este retoma as reflexões de autores fundamentais na filosofia da linguagem, a saber, aquelas desenvolvidas por Wittgenstein e por Austin, aquele pode ser considerado o percussor de tais discussões, sendo responsável por propor uma teoria radicalmente empirista do significado e do uso das palavras, além de sugerir o abandono do que ele considerou uma mitologia sem sentido dos direitos e deveres naturais, optando por uma perspectiva mais sensível, palpável, para explicar a natureza da lei.

Segundo Bentham, atos linguísticos deveriam ser considerados fenômenos empíricos mais respeitáveis para explicar a natureza da lei – daí a importância de estudá-los e de fazê-lo a partir, como já foi dito, do significado e do uso das palavras. Tais atos, ao ver de Bentham, tornaram-se elementos essenciais da sua teoria do Direito, segundo a qual a linguagem se tornava a base de uma inovadora abordagem da lei como a expressão da vontade de uma comunidade política. Para Bentham (apud STANFORD ENCYCLOPEDIA, 2010, tradução nossa):

Uma lei pode ser definida como a reunião de signos declarativos da vontade concebida ou adotada por um soberano em um estado, no que diz respeito à conduta a ser observada em certo caso por uma certa pessoa ou classe de pessoas, que no caso em questão são ou supõe-se que sejam sujeitos a seu poder.

Na citação acima vemos como, para Bentham, a lei é, de certa forma, determinada pela relação lei vs. indivíduo. Embora ele tenha uma percepção correta dos fenômenos, o teórico ainda enfrentava problemas de fronteira para identificá-los e descrevê-los. Lembramos que estamos apresentando essas questões a fim de ratificar como apropriada uma abordagem de natureza pragmática para o discurso jurídico, uma vez que a sistematização da sua linguagem foi, originalmente, pensada dentro da filosofia da linguagem, uma das maiores responsáveis pelos estudos de natureza pragmática da linguagem natural. Questões como ‘intenção comunicativa’ e ‘contexto’ são elementos inegáveis que permearam as reflexões e observações de Bentham, entre tantos outros.

Por fim, um dos aspectos mais importantes da sua forma de pensar, que, mais uma vez, justifica, por ora historicamente, a abordagem que propomos, refere-se ao fato de que Bentham define a própria lei como uma reunião específica de signos. Para ele, uma lei é um enunciado, e a filosofia do direito é uma forma de filosofia da linguagem. Dada essa perspectiva, ele entende como sendo do teórico do direito a tarefa linguística de definir termos do discurso jurídico (STANFORD ENCYCLOPEDIA, 2012).



Bentham é considerado o apogeu do uso da filosofia da linguagem na filosofia do Direito. A teoria do significado e uso das palavras, proposta por ele, nessas condições, antecipou várias tendências da filosofia da linguagem do século XX – incluindo as noções de contexto propostas por Frege e Wittgenstein e algumas abordagens dos positivistas lógicos, além do desenvolvimento da teoria dos Atos de Fala (STANFORD ENCYCLOPEDIA, 2012).

Seguindo nessa perspectiva inaugurada por Bentham, porém já com mais ferramentas, Hart pôde ir além dela. Ele retificou alguns aspectos e avançou em outros. É claro que, de lá para cá, especialmente no que diz respeito a modelos teóricos, muitas coisas mudaram e evoluíram – tanto no Direito como na Linguística. Outros teóricos e abordagens entraram em cena discutindo a relação linguagem e direito e suas incríveis e complexas implicações. Contudo, o ponto que queremos defender permanece: o discurso jurídico pode sim ser investigado de uma perspectiva pragmática – em especial, a partir da inferência. Aspecto que, por si só, por ora, ratifica e justifica este estudo.

Para nossos propósitos, mostrar a questão intencional e contextual da lei, a definição de lei proposta pela Stanford Encyclopedia (2012) é-nos suficiente. “A lei é uma regulamentação sistemática da vida de uma comunidade através de padrões que ligam os membros dessa comunidade e suas instituições (tradução nossa)”. Embora Bentham tenha contribuído enormemente para o avanço dos estudos sobre linguagem, significação e Direito, ele ainda pensava na lei como um agrupamento de signos. A partir dessa perspectiva, podemos dizer que, Bentham se preocupava com o dito, com o significado explícito, mas parecia entender que o contexto interferia na estabilidade do significado – ou seja, há outros elementos interferindo na significação. John Austin, que foi discípulo de Bentham, concordava com ele a respeito da existência de regras do Direito que não estão expostas linguisticamente – por exemplo, a lei como significação da vontade (leis enquanto comandos tácitos do soberano).

Uma outra razão para se afirmar que a lei não é apenas um conjunto de signos é fruto de um fato intrínseco e geral sobre a comunicação: um ato comunicativo consiste no uso de um agrupamento de signos para algum efeito. Assim, quando uma autoridade legislativa usa a linguagem para fazer uma lei, a lei resultante – sua existência e conteúdo – são determinados pelo efeito legal que a lei atribui àquele uso específico das palavras (STANFORD ENCYCLOPEDIA, 2012). Ou seja, a questão do uso particular para fins particulares está sempre em evidência enquanto critério para pensar a comunicação e o uso da linguagem no Direito.

Como vimos, as palavras adquirem significados específicos dentro de contextos específicos. Vejamos um exemplo elementar, mas altamente ilustrativo no Direito. Embora os termos ‘roubo’ e ‘furto’ possam e são, muitas vezes, usados como sinônimos no dia a dia, dentro da linguagem do Direito, eles têm significados pré-determinados e diferentes. Enquanto furto é definido como a subtração de algo sem o uso da violência, o roubo já caracteriza essa subtração a partir de grave ameaça e violência, incidindo inclusive penas diferentes, esta sendo mais grave do que aquela. Não podem, portanto, ser tomados um pelo outro, sob pena de se cometer uma injustiça, atenuando-se e/ou asseverando-se uma sentença. Nesse sentido, voltamos, de certa forma, à questão holismo x

molecularismo discutida na seção 2.1, o exemplo apresentado também serve para ratificar a proposta de Quine sobre a determinação de significado dentro de um modelo teórico.

Fundamental, portanto, para a determinação do significado e da interpretação do discurso jurídico são o contexto de uso e as considerações avaliativas. Ou seja, novamente entram na equação a dependência contextual e a de aspectos relacionados aos interlocutores, aos usuários – seja a relação advogado-advogado, advogado-juiz. Não apenas os termos técnicos no Direito passam a ser objeto de discussão e interpretação, ainda lá atrás com Bentham. Isso, de fato, dentro do Direito, levanta igualmente a questão a respeito da dependência do efeito da linguagem legal em contextos específicos, aspecto que é uma instância de um problema geral da comunicação, o qual levou os filósofos da linguagem a abordá-la através da distinção entre Semântica e Pragmática.

Embora o debate a respeito do papel do contexto como um dos elementos de decisão ainda seja grande, aspecto discutido por Dascal e Wróbleski (1988) e Marmor (2008), algo fica claro: a linguagem jurídica depende de contexto para ter seus propósitos estabelecidos. Isso mostra mais um aspecto: as leis, além de dependerem de contextos, dependem de referências a fatos sociais. Daí a necessidade de executar raciocínios avaliativos.

Outro aspecto ressaltado pela Stanford Encyclopedia refere-se à vaguidade na linguagem e no Direito – especialmente no que tange à elaboração das leis. Há leis cuja enunciação pode se precisar, por exemplo, sobre limite de velocidade. Já outras, por exemplo, relacionadas à noção de direção segura, apresentam problemas para a filosofia do Direito, os quais já foram abordados pelos filósofos da linguagem e da lógica. Novamente, a questão da interpretação aparece. Aplicar uma pena a um limite preciso de velocidade que foi desrespeitado é diferente do que julgar se alguém está dirigindo de forma segura. Além do fato de o significado do uso legal de uma expressão ser diferente do significado em uso comum/ordinário, há outro problema gerado pela linguagem vaga, a saber, passa a ser necessária a aplicação de expressões avaliativas abstratas do responsável pelo julgamento.

Um exemplo disso é a controversa questão da leitura cédula de perfuração e dos votos ausentes da eleição presidencial. Estabelece-se o voto nesse tipo de cédula usando um aparelho para perfurar o local marcado: uma elipse de perfuração. Assim, em uma leitura mecânica, considera-se como um voto válido para um candidato quando, após a perfuração, o pedaço de papel é totalmente removido. Dado que, na eleição presidencial americana de 2000, muitas máquinas não estavam funcionando de forma adequada, os pedacinhos de papel (denominados *chads*) nem sempre eram removidos completamente. Alguns ficavam presos por um dos lados, por dois, e, por vezes, até por três lados; em outros casos criava-se uma espécie de bolha no papel – ficava claro para quem o voto foi, mas não se contava o voto, pois o pedaço de papel não tinha sido retirado. Houve muitas discussões a respeito da legitimidade do voto, o que acabou interferindo no resultado.

O professor adjunto da Universidade de Minnesota George C. Christie (1994) entende a propriedade da vaguidade da LN como um dos seus atributos mais inescapáveis<sup>57</sup>. A imprecisão, diz

---

<sup>57</sup> A vaguidade uma das propriedades mais discutidas por Russell, segundo Ribeiro (2005).

ele, é uma das queixas mais frequentes dos advogados quando eles se referem uma das suas ferramentas de trabalho mais importantes, a saber, as palavras. Mesmo assim, o autor considera o fenômeno da vaguidade não como um impedimento, mas como um elemento indispensável na regulação da conduta humana através das regras jurídicas. A vaguidade da linguagem natural frequentemente permite que a lei exerça tantas das suas funções sociais tendo em vista o efeito da linguagem sobre os processos judiciais; em outras palavras, a vaguidade da linguagem afeta a lei.

Quando se fala em discurso jurídico, dois aspectos são frequentemente mencionados: a questão da interpretação, dos problemas para se estabelecer o que uma lei quer dizer, e como aplicá-la; tarefa que não é nada fácil. Makodia (2007) caracteriza a complexidade do discurso jurídico ao dizer que é conhecido por sua obscuridade, no que diz respeito à interpretação tendo em vista à identificação da intenção comunicativa; considerado igualmente complexo no que se refere aos seus aspectos sintáticos e escolhas lexicais, mais uma vez voltamos à questão da interpretação.

A seguir, arrolamos algumas observações feitas por Makodia (2007) no que tange aos paradoxos de significação da linguagem tendo em vista o seu emprego no Direito. Através delas é possível demonstrar como, nesse tipo de discurso, em especial, o uso da linguagem é complexo – aspecto que vai além das questões sintáticas, mas é através delas que esses problemas são construídos.

No que tange à aprovação ou desaprovação de um ponto em uma corte ou quando os advogados dedicam-se a reclamar os direitos de seus clientes, observa-se que **eles não deixam nenhuma pedra sem ser virada para interpretar ou mal interpretar as palavras escritas na lei**. Isso ocorre justamente devido à ambígua e obscura linguagem dos Direito (MAKODIA, 2007, p. 6, tradução nossa, grifo nosso).

Outra evidência de que a linguagem do Direito baseia-se em inferências pode ser ilustrada por outra declaração de Makodia (2007) quando ele alerta para a importância de somente elementos – informações – relevantes deverem ser citados em um julgamento. Segundo o autor, elementos irrelevantes certamente darão origem a desentendimentos ou a obscuridades. Para ele, esse tipo de circunstância deixa portas abertas para contradições<sup>58</sup>.

Segundo Magri (2005), sobre a questão da atribuição de significado na linguagem jurídica, o que ocorre é que, para ele, ao apropriar-se da “[...] gramática de determinada língua natural, o discurso jurídico irá conferir ‘juridicidade’ a seus termos, transportando-os para o universo jurídico, onde recebem significação própria e passam a pertencer a esse universo” (MAGRI, 2005, p. 2). Mais uma vez, ratifica-se Quine.

Trösborg (2012), por sua vez, alerta para o fato de a linguagem jurídica executar atos de fala: “quando uma declaração é adequadamente feita (e somente nesses casos) muda o mundo”. Ao contrário de vários outros autores que discutem questões mais de natureza interpretativa, a autora arrola o que, segundo ela, seriam algumas das propriedades lexicais e sintáticas mais importantes da

<sup>58</sup> Para maiores detalhes a respeito da natureza lexical, sintática e dos problemas semânticos e pragmáticos oriundos da linguagem do Direito, ver Trösborg (2012) e o próprio Makordia (2007).

linguagem jurídica. Nesse sentido, a linguagem jurídica caracteriza-se por elementos sintáticos e lexicais que lhe são específicos, a saber, um grande emprego de estruturas de estilo muito arcaico, que, para ela, desafiam os princípios da escrita moderna. Uma das consequências dessa característica consiste no considerável aumento de tempo para a leitura e interpretação de tais textos. Danet (1985, apud TRÖSBORG, 2012) aponta algumas das principais características do registro jurídico: termos técnicos, termos<sup>59</sup> comuns com significados incomuns, expressões arcaicas, termos formais, entre outros – e aqui vemos a TR atuando, uma vez que, a dificuldade da interpretação já inicia na própria decodificação, demandando um alto custo cognitivo<sup>60</sup>.

Dados os aspectos levantados acima, podemos listar algumas considerações. É, portanto, possível caracterizá-lo à luz das três propriedades que garantem sua natureza pragmática. É sim **comunicacional**, tem uma existência concreta e ele pode alterar qualquer estado de coisas que lhe seja objeto de discussão. Manifesta-se entre interlocutores em um tempo e espaço específicos daí sua existência concreta que lhe permite inclusive ser testado empiricamente, é altamente dependente de contexto e depende de interpretações.

As questões de sua natureza linguística propriamente ditas são ilustradas a partir de vários aspectos. Tem seu vocabulário e gramática próprios e é sensível às consequências que o emprego de um termo por outro pode trazer. Por fim, a propriedade do jurídico reside em aspectos ligados a conceitos e ideias que lhe são específicos, à sua estrutura argumentativa, e ao emprego de inúmeros recursos retóricos a fim de satisfazer a necessidade de persuasão. Podemos, portanto, verificar que se trata de um discurso altamente relacionado e dependente da necessidade de inferências e interpretações, afinal, sob um mesmo aspecto, dois grupos podem ser declarados vencedores, à luz do emprego de argumentos e da necessidade de inferências diferentes. Alguns casos importantes referem-se, como veremos, à disputa eleitoral entre Gore e Bush no que tange, por exemplo, à recontagem manual dos votos em alguns condados do estado da Flórida. Saindo da questão da dependência de contexto como um dos critérios para a determinação da natureza pragmática do discurso jurídico, iremos a partir de agora, estudar alguns aspectos relacionados a questões ligadas à natureza argumentativa desse discurso, especialmente, a fim de identificar seus aspectos inferenciais.

Nalini (2012 a partir de CHALITA, 2012) destaca a natureza persuasiva do discurso jurídico. Como ele mesmo declara, **mais do que informar, através da linguagem jurídica, convence-se, persuade-se e seduz-se**. Para o autor, é a natureza persuasiva da palavra que torna o seu estudo tão importante para o Direito. E que, para nós, torna-o mais importante, pois, dado que, por envolver sempre uma forma dialógica, entre tantos aspectos, exige dos interlocutores uma capacidade de gerar persuasão, seus enunciados devem ter força para levar um juiz, por exemplo, à adesão, a uma decisão, a um gesto.

---

<sup>59</sup> Como veremos, Levinson (2000) propõe, através das heurísticas, uma espécie de explicação para esse fenômeno, a partir da noção de implicatura conversacional generalizada; por outro lado, Wilson (2003, e Wilson e Carston (2007) apresentam outra proposta através da Pragmática Lexical, à luz da noção de relevância.

<sup>60</sup> E, se essa confusão tem algum motivo, estamos no terreno da intenção – aspecto problematizado por Costa (2008, apud MOTTA DAVI, 2008).

Sendo assim, conforme prevê nossa proposta, ou seja, essa necessidade exige do discurso um poder de persuasão cuja fonte não se esgota nos ditos, mas também depende e ganha força nos conteúdos implícitos que se apresentam sob a forma de implicaturas. Falar em Direito é falar em argumentação e em persuasão. Contudo, não se pode tomá-los como sinônimos<sup>61</sup>. Apresentaremos, portanto, algumas questões ligadas aos aspectos inferenciais do discurso jurídico, a saber, aquelas ligadas à linguagem jurídica propriamente dita.

Segundo Chalita (2012), a manifestação mais fundamental e antiga do discurso jurídico ocorre através de debates, especialmente entre promotores e advogados. Para ele, justamente devido à força e importância do debate, o Direito pode ser concebido como uma ciência da argumentação. Que fique claro que se pode pensar isso não porque o Direito estude a argumentação propriamente dita, mas pelo intenso emprego e visceral dependência que tem de tal prática. Afinal, como declara Ramos (2010, p. 12, grifo nosso), “**o sistema da ciência do Direito orienta-se pela lógica clássica e o confronto entre verdade e falsidade, por isso submete-se ao princípio lógico da não-contradição**”. Vejamos, contudo, de que forma a argumentação tem sido vista e aplicada no discurso jurídico, qual o papel da persuasão nesse processo e os vários recursos que são/podem ser aplicados.

Grosso modo, quando se pensa em argumentação, está se pensando no estabelecimento de um ponto de vista sobre outro(s). Além disso, quando se fala em argumentação não se pode não pensar em Aristóteles, em Sócrates, na dialética, na retórica e nos sofistas. A questão é identificar, de forma adequada, seus papéis no desenvolvimento e na caracterização do que se denominava, na Grécia antiga, o bem falar.

De fato, a retórica teve início nas cidades-estados da Grécia do século V a. C., em especial, devido a disputas sobre propriedade, as quais exigiam debates sobre os direitos de concorrentes individuais – ou seja, teve uma origem de natureza essencialmente jurídica (REBOUL, 2004). Naquela época, não existiam advogados, mas as pessoas precisavam ter suas causas defendidas. Um discípulo de Empédocles chamado Córax, e seu próprio discípulo, Tísias, foram os primeiros a compilar uma ferramenta para os que defendiam tais causas, tratava-se, segundo Reboul (2004, p. 2), de uma espécie de arte oratória, “coletânea de preceitos práticos que continham exemplos para uso das pessoas que recorressem à justiça”. Quem fazia essa defesa eram os logógrafos, uma espécie de escrivão, que redigiam as queixas das pessoas e as liam nos tribunais.

Os retores, com seu senso agudo de publicidade, ofereceram aos litigantes e aos logógrafos um instrumento de persuasão que afirmavam ser invencível, capaz de convencer qualquer pessoa de qualquer coisa. **Sua retórica não argumentava a partir do verdadeiro, mas a partir do verossímil (eikos). [...] De fato, se no âmbito judiciário se conhecesse a verdade, não haveria mais âmbito judiciário**, e os tribunais se reduziram a câmaras de registro. Mas o problema, tanto para nós quanto para os gregos, é que **as más causas precisam dos melhores advogados, pois, quanto pior a causa, maior o recurso à retórica**. Ora, em vez de se constrangerem, os primeiros retores se gabavam de ganhar as causas menos defensáveis [...]. (REBOUL, 2004, p. 2-3).

<sup>61</sup> Esse aspecto é extremamente interessante, pois vem ao encontro da proposta de Costa (2005), desenvolvida por Strey (2011) e Pail (2012), em trazer a emoção como elemento que interfere no processamento informação, tratando-a ponto de vista da retórica inferencial.

Com Górgias, teve início a retórica literária, mas foi com os sofistas, especialmente em Atenas, que ela se tornou a arte do uso persuasivo do discurso – era prática comum as pessoas se reunirem nas praças para debater os mais variados assuntos. A fim de impulsionar e potencializar a capacidade argumentativa, cujo propósito era vencer um debate, um grupo, denominado de sofistas, dedicava-se a ensinar a arte de persuadir, fornecendo técnicas argumentativas que pouco se preocupavam com a validade ou verdade do que se dizia. Naquele período, argumentar era sinônimo de falar bem. Embora voltado às questões da persuasão, diferentemente dos sofistas:

Aristóteles ensinava a persuadir tanto pelo sentimento como pela prova, a intenção é que comandava o uso da palavra. Aristóteles colocava a Retórica a serviço do verdadeiro e do justo e a definia como um ‘instrumento de opinião’ em que o orador recorria a ela para persuadir um auditório, havia um empenho em interessar, impressionar, convencer e, em seguida, levar à ação. Aristóteles percebeu que a honestidade e a justiça eram argumentos bons para conquistar a adesão de um auditório. (NOGUEIRA, 2007).

De acordo com Reboul (2004), Aristóteles sistematizou a retórica identificando-lhe quatro fases: (i) a invenção (*heurésis*), momento em que o orador parte em busca dos argumentos e meios de persuasão – sempre, é claro, relacionados ao conteúdo do seu discurso; (ii) a disposição (*táxis*), ou ordenação dos argumentos fruto da organização interna do discurso; (iii) a elocução (*lexis*), que envolve aspectos relacionados ao estilo da redação do discurso; e, por fim, (iv) a ação (*hypocrisis*), que diz respeito a aspectos como efeitos de voz, mímicas e gestos articulados em um discurso. Como podemos verificar a linguagem é contextualizada e preparada em seus vários níveis para ser eficiente tendo em vista os propósitos comunicacionais<sup>62</sup>.

Contudo, quando o propósito maior do emprego da Retórica passou a ser apenas ganhar um debate em detrimento da própria verdade, ela passou a ser considerada como um mero conjunto de recursos de expressão. De fato, explica Reboul (2004), o emprego persuasivo da linguagem permitia que se aceitassem provas não totalmente convincentes, opções razoavelmente aceitáveis. Com isso, o

termo ‘retórica’ adquiriu com o tempo também um sentido pejorativo, sublinhando o carácter superficial ou manipulador de um discurso (veja-se a desconfiança relativa ao discurso político) – curiosamente, já Sócrates e Platão, entre outros, haviam acusado a retórica de desprezo pela verdade, uma vez que a retórica se definia como o meio de persuadir / convencer um auditório por meio da palavra. A retórica viria a suscitar também em Quintiliano alguma preocupação quanto à questão da honestidade do discurso (GIL, 2005, p.70).

Ainda no que tange à relação retórica e verdade, Reboul (2004) lembra que, muitas vezes, certas hipóteses são aceitas não porque correspondem à verdade, mas devido à verossimilhança do que é dito. Assim, é possível que uma forma de expressão que carregue uma mentira possa prevalecer sobre aquela que carrega a verdade. E é quando se refere a esse aspecto que Reboul (2004) traz os campos jurídico e político como especial exemplo onde, dado que não se sabe ao certo

---

<sup>62</sup> Conforme veremos mais tarde, esses aspectos podem ser tratados à luz do que Costa (2005a) estabelece como condições iniciais de um troca, sem contar suas considerações a respeito das inferências linguísticas.

a resposta a algo, o debate, que pode ser inclusive contraditório, geralmente vai depender do que ele chamou de procedimentos de decisão, ou seja, o emprego de recursos retóricos para fins argumentativos e persuasivos: “cada um deles [advogados, políticos] defende sua causa sendo tão persuasivo quanto possível, e contribui assim para uma decisão que não lhe pertence, que incumbe um terceiro: o juiz” (REBOUL, 2004, p. XXI).

Como bem pontuam Carneiro, Severo e Éler (1999), a Retórica consiste basicamente, por um lado, na teoria da argumentação, e, por outro, na oratória. Enquanto aquela tem um caráter claramente racional, empregando, como bem lembra Bellenger (1987), procedimentos da lógica, da dedução, da análise e da síntese, e do silogismo regular, esta está vinculada à emoção. No entanto, “essas duas ‘faces’ da retórica são bastante indissociáveis, como comprovou Aristóteles, cujo grande mérito foi a unificação racional e emocional da persuasão” (CARNEIRO, SEVERO e ÉLER, 1999, p. 73-74).

Macagno e Walton (2013), através do artigo **The Argumentative Uses of Emotive Language**, defendem, baseando-se na tradição Aristotélica e na tradição dialética latina, que o emprego da linguagem, de certas palavras em especial, pode disparar, igualmente, juízos de valor quando estas são usadas a fim de apresentar uma realidade: “a linguagem emotiva é uma estratégia retórica e dialética particular cuja característica distintiva é a persuasão através das emoções” (MACAGNO; WALTON, 2013, p. 1)<sup>63</sup>.

A fim de ilustrar que a escolha de uma palavra em detrimento de outra pode afetar a descrição da realidade e afetar o conhecimento que alguém possa ter a respeito de um estado de coisas, Macagno e Walton (2013) sugerem o emprego metafórico da linguagem ordinária como uma forma de cobrir fatos ameaçadores. Um exemplo disso é o uso da palavra ‘peacekpper’ para fazer referência à míssil. Algo atroz como um míssil, comentam os autores, fica reduzido a algo familiar, o que lhe confere uma avaliação, senão positiva, ao menos, neutralizada.

Outro caso é o dos eufemismos, que escondem eventos negativos sob nomes, rótulos positivos. Um exemplo disso é a nomeação de bomba de nêutron como ‘arma de enriquecimento radioativo’. Isso evitaria que a maioria das pessoas entendesse o conceito, e, portanto, não seja capaz de fazer nenhuma decisão racional sobre isso. Como veremos na seção 3.6, Costa (2012) defende que estava mais do que na hora de se revisitar a dicotomia razão/emoção, e estabelecer uma interface entre inferência e emoção a fim de se descrever com mais propriedade a comunicação inferencial<sup>64</sup>.

Seja como for, de acordo com Nogueira (2012), **a persuasão consiste no ato de influenciar, cujo objetivo é impor um ponto de vista através da razão, da imaginação ou da emoção.** Contudo, a autora chama a atenção para um aspecto que não pode ser, de forma alguma, esquecido: **a**

<sup>63</sup> Contudo, Macagno e Walton (2013, p. 14) dizem que “não está claro como as emoções, julgamentos de valor e a classificação da realidade estão conectados, e como eles podem ser instrumentos dialéticos e persuasivos. Cremos que Strey (2011) e Costa (2012) trazem contribuições nesse sentido através da Teoria do Diálogo.

<sup>64</sup> Strey (2011) inaugura, de certa forma, esse estudo através de sua dissertação de mestrado; Pail (2012) igualmente discute, tendo em vista o emprego de palavras, alguns aspectos referentes às emoções.

**persuasão não apenas influencia, ela também informa; claro, não com uma opinião neutra, mas provocando sempre a adesão.** Nas belas palavras de Bellenger (1987, p. 8), a persuasão:

torna-se, então, uma prática de comunicação ‘calculada’ em função de um resultado. Ela se enquadra no pensamento estratégico, leva em conta as vulnerabilidades do outro, ao mesmo tempo em que pensa e administra seu próprio arsenal de meios. Abastece-se no armazém da retórica, muito bem fornido por diferentes correntes, desde os sofistas, Aristóteles e os mestres da arte retórica. Recorre à ‘psicologia das profundezas’, que a informa sobre os sistemas de defesa do eu, os processos de identificação, a teoria das emoções, o jogo dos desejos e das necessidades, ou as molas da ansiedade (BELLENGER, 1987, p. 8).

Esses aspectos negativos da retórica permaneceram por muito tempo. Contudo, foi com o advento do cientificismo que o caráter negativo da retórica passou a ser insuportável, o que acabou levando a uma volta à proposta inicial de Aristóteles. Explica Ramos:

No campo jurídico, sob influência da Teoria Positivista de Augusto Comte, a linguagem passa a ser vista como instrumento de demonstração e as evidências se tornam essenciais. Na tentativa de igualar-se às demais ciências naturais, **o Direito assume a Lógica Dedutiva como norteadora; o que implicou uma restrição do próprio conceito de Direito, por afastá-lo da retórica** (RAMOS, 2010, p. 16- 17, grifo nosso).

Contudo, afastá-lo [o Direito] da Retórica, dada a natureza persuasiva do discurso jurídico, mostrou-se impensável. Ramos (2010, p. 17) mostra uma das alternativas a que se chegou.

Em face da constatação de que não havia condições – sem ônus para a própria essência do Direito – de resumi-lo a uma única lógica, uma das formas que surgiu para atribuir cientificidade ao Direito foi a ampliação do campo da Lógica Jurídica (a qual seria uma junção dos raciocínios retórico e argumentativo) (RAMOS, 2010, p. 17).

A partir da década de 1970, a Nova Retórica, proposta por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, traz abordagens argumentativas com foco maior na adesão do auditório, na forma como esse adere à argumentação; assim, apenas a validade dos raciocínios, no sentido da Lógica clássica, não se mostrava suficiente na decisão pela atenção e adesão de um auditório. Segundo Ndzienluk (2000, p. 1), a Nova Retórica:

é uma obra consagrada à argumentação e possui vinculação à tradição da retórica e da dialética gregas, conseqüentemente uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos pois o "saber persuadir e convencer" foi menosprezado depois de Descartes, pelos lógicos e teóricos do conhecimento. (NDZIELUK, 2000, p. 1)

Perelman e Tyteca apresentaram como único propósito do tratado versar “sobre recursos discursivos para se obter a adesão dos espíritos: apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada [...] (apud NDZIELUK, 2000, p. 1)”. Para Ndzienluk (2000), os autores também salientaram elementos muito importantes, a saber: a eficácia da argumentação reside não apenas no preparo dos advogados, mas na complexidade de raciocínios, na totalidade do discurso e na interação entre os argumentos.



Perelman e Tyteca (2004) têm o mérito de ter compilado e descrito uma verdadeira enormidade de tipos de argumentos e de técnicas argumentativas, recursos linguísticos das mais variadas ordens. Contudo, embora nem tenha sido seu propósito, um aspecto altamente rico do discurso jurídico não foi abordado de forma descritivamente relevante, referimo-nos a um uso extremamente sofisticado da linguagem natural, a saber, os seus implícitos apreendidos via inferência. É claro que reconhecemos que o trabalho dos autores é infinitamente mais rico do que resenhamos aqui. Entretanto, trazemos essa questão, pois, a seguir, apresentaremos algumas considerações sobre o uso da linguagem natural, em especial no que tange à inferência e ao discurso jurídico.

Como vimos, o Direito está intimamente ligado à argumentação. É claro que – com mais ou menos intensidade – a Lógica clássica oferece ao Direito, e a qualquer área, e à própria comunicação, subsídios para persuadir – afinal, está-se falando a respeito de inferências necessárias, cuja conclusão herda a verdade das premissas. E, como vimos, no Direito, nada aconteceria sem o uso da linguagem natural. Prova de que o discurso jurídico pode valer-se da linguagem natural empregando-a em um nível apurado e puramente em conformidade com a Lógica clássica dedutiva reside na afirmação de Costa (1984, p. 37) que identifica e descreve essa propriedade:

O que ocorre, aqui, é que a linguagem natural possui uma base lógica indiscutível que se pode observar em qualquer silogismo bem formado. Essa base lógica, entretanto, está numa relação de indeterminação com as variações significativas do contexto. É através dessa relação da sentença com o contexto que o enunciado se adapta em sua ocorrência às exigências comunicacionais (COSTA, 1984, p.37).

Entretanto, como temos visto nesta seção exaustivamente, são aspectos como a questão dialógica do discurso jurídico, sua alta dependência de contexto, e a necessidade de diferentes perspectivas para um mesmo fato que acabam fazendo com que a lógica dedutiva não seja suficiente para dar conta de inúmeras questões argumentativas envolvidas no Direito. Vejamos um exemplo oferecido por Chalita (2011, p. 18) retirado da obra de William Dichel, intitulada, **Primal Fear**, de um diálogo entre um advogado e seu interlocutor discutindo a respeito da inocência ou não de um réu.

**Advogado** – O sistema judicial não quer saber se o réu é culpado ou inocente. Eu também não. Todo réu, independente do que fez, merece a melhor defesa que possa ter.

**Interlocutor** – O que você acha da verdade?

**Advogado** – Verdade? Que verdade?

**Interlocutor** – Não sei quantas verdades há. Não achas que há só uma? Qual é a correta?

**Advogado** – Só há uma verdade. A minha versão. Aquela que crio na mente dos doze indivíduos do júri. Se quiser, pode chamar isso de ilusão da verdade.

A última fala do advogado da citação acima ilustra muito o debate entre Bush e Gore. De certa forma, é isso o que republicanos e democratas disputavam em relação às várias facetas do debate, por exemplo, da recontagem dos votos, da anulação dos votos vindos do exterior, etc. Voltando à questão da argumentação, Costa (1984, p. 37) descreve cirurgicamente o que ocorre:

“Essa base lógica, entretanto, está numa relação de indeterminação com as variações significativas do contexto. É através dessa relação da sentença com o contexto que o enunciado se adapta em sua ocorrência às exigências comunicacionais”.

Assim, essa exigência comunicacional acaba interferindo em como os enunciados são construídos. Afinal, deseja-se obter a adesão do outro. No caso do debate entre republicanos e democratas, estava-se, sob um mesmo fato, buscando-se justificar interpretações diferentes. Descartes (apud CHALITA, 2011, p. 84) preocupado com as questões sobre a verdade, especialmente em contextos de debates, dizia que “todas as vezes que dois homens formulam sobre a mesma coisa um juízo contrário, é certo que os dois se enganam”. Chalita (2011, p. 85) completa dizendo que “os debates estão voltados não para atingir o conhecimento de uma verdade, mas para convencer um auditório”. Assim, por exemplo, é um problema quando uma lei manda recontar votos em uma determinada circunstância ou a excluir votos devido a inadequações em seus preenchimentos, e, embora essa circunstância seja o caso, há advogados que julgam correto, razoável, pedir a um tribunal que tal recontagem seja suspensa ou que tais votos sejam validados. Nesse momento, as exigências comunicacionais acabam não apenas afetando a interpretação de algo, mas inclusive a formulação dos enunciados que o descrevem e explicam.

Chalita (2011) lembra muito bem que, ao contrário de outros discursos, o jurídico – e isso também é válido para o político – cuja natureza é persuasiva, embora, muitas vezes, se pretenda dar um caráter universal à conclusão que se obtém –, caracterizam-se por serem discursos com auditórios, na maioria das vezes, particulares. Assim, conclui o autor, em um tribunal, os discursos não buscam uma verdade absoluta, mas o debate está voltado para a defesa de uma tese. E, em muitos casos, é altamente comum que um orador tenha que persuadir um auditório heterogêneo.

Sem dúvida, há muito mais a ser dito e explorado a respeito da riqueza e complexidade do discurso jurídico. Contudo, o que nos interessa para fins deste trabalho, temos já arrolado. Trazemos novamente as três perspectivas à luz das quais pretendemos caracterizar o discurso jurídico, reduzindo-o metodologicamente às propriedades que lhe conferem uma natureza pragmática. Do ponto de vista do **jurídico**, vimos que é expresso através de ideias, conceitos, etc. construídos e determinados dentro da área. No que tange ao **comunicacional**, executa uma infinidade de atos de fala, os quais têm um impacto definitivo na configuração de um estado de coisas qualquer e do mundo propriamente dito. E, por fim, do **linguístico**, vimos que, além de um vocabulário próprio, caracteriza por valer-se da linguagem a fim de informar, argumentar e persuadir. Sem contar a sua impressionante dependência de elementos contextuais, o que o torna dependente de inferências – e não apenas daquelas determinadas pela Lógica clássica.

Costa (2012), ao discutir a riqueza do discurso jurídico, no que tange às suas propriedades argumentativas, aborda-o, tendo em vista o uso da linguagem natural, como sendo complexo em sua natureza. Para ele, esse discurso caracteriza-se pela presença de argumentos em linguagem natural em seu uso cotidiano. A grande questão refere-se ao fato de que esses argumentos envolvem o que Costa (2013) denominou de “inferências multiformes”. Como vimos, uma inferência consiste na

passagem de premissas para a conclusão. O que ocorre nesse discurso é que essas inferências, ou seja, essas passagens, podem ser de diferentes naturezas: dedutivas, indutivas, abduativas, semânticas, pragmáticas, não-triviais, etc. Tais inferências podem ser obtidas por processos variados e simultâneos, e terem diferentes fontes. Além disso, mais uma vez, a máxima de McLuhan (1969, p. 23) “o meio é a mensagem”, se faz ouvir, pois a forma do discurso tem igualmente importância e influência não só sobre o seu conteúdo, mas também sobre o seu resultado argumentativo. Afinal, como já explicou Costa (2013), a complexidade dos argumentos multiformes, que são igualmente empregados no discurso jurídico, além dos aspectos ligados à validade ou invalidade de tais argumentos, entram em jogo também sua correção, relevância e efeitos retóricos.

### 2.3 LÓGICA, COMUNICAÇÃO, INFERÊNCIA, E A METATEORIA DAS INTERFACES

Como vimos nas seções anteriores, a natureza flexível e complexa da linguagem natural permite que ela seja usada para expressar desde os mais elegantes e impecáveis silogismos até para corromper debates. Vimos que, embora dotada de uma base lógica irretocável e operante, a linguagem permite inúmeros outros tipos de empregos em contextos de debates argumentativos. Vimos também que, nessas derivações, além das premissas dadas, outros fatores como o conteúdo das enunciações, elementos contextuais e comunicacionais, aspectos cognitivos e lógicos, inclusive aspectos de natureza emocional que se traduzem, entre outros, em aspectos retóricos, cooperam para o processamento de tais raciocínios.

Assim, embora se mantenha essa relação com a Lógica como base para as investigações sobre a inferência na linguagem natural, outras relações se mostram também importantes. A questão agora diz respeito a como abordar – descrever e explicar – tal fenômeno. Para tanto, antes de se pensar nos modelos, propriamente ditos, Costa (1984, 2002, 2005, 2007, 2009) tem reiteradamente chamado a atenção para a questão epistemológica e metodológica, iniciando o questionamento a respeito de como a Filosofia da Linguística trata a definição do objeto da Linguística. E, posteriormente, verificar o que a Filosofia da Ciência tem a dizer sobre isso.

Quando se pensa em estudar a linguagem natural, geralmente se diz que é ela o objeto da Linguística. A frase parece simples; a afirmação, verdadeira; o objeto aparentemente identificado – mas há muito mais em jogo do que se pensa. Afinal, ao longo do tempo, temos testemunhado a proposta e o desenvolvimento de inúmeras teorias para que se possa conhecer esse único objeto.

Por exemplo, de um ponto de vista interno, esse tratamento envolve as disciplinas da Linguística propriamente ditas. A Fonética/Fonologia trata dos sons; a Morfologia, da estrutura interna das palavras; a Sintaxe, a estrutura das sentenças; a Semântica, o sentido das proposições; e a Pragmática, o uso dos enunciados. De um ponto de vista externo, encontramos as várias teorias da linguística do texto, da análise do discurso, etc. E, para cada subárea, que trata de propriedades distintas, há várias linhas teóricas, igualmente diferentes entre si, procurando descrever e explicar tal objeto. Isso nos mostra que, embora a linguagem possa ser o único objeto da Linguística, de maneira alguma ele é único quanto à sua natureza.

Da necessidade dessas diversas linhas de investigação tendo em vista a **natureza multiforme da linguagem** – que inicia com sons desdobrando-se em frases, enunciados e, por fim, discursos com o mais alto teor retórico-persuasivo organizado de maneira argumentativamente sofisticada, inclusive falaciosa, mas que encanta e emociona – e a **heterogeneidade dos aspectos envolvidos para abordá-la** – fatores culturais, psicológicos, sociais, cognitivos, comunicacionais, etc. – segue-se que, embora a linguagem seja um fenômeno existente na realidade, ele não pode ser abordado como sendo único. Isso pode ser verificado a partir das inúmeras abordagens, das diversas naturezas de tais abordagens, e do fato de que, muitas vezes, produzem, inclusive, resultados radicalmente diferentes e distantes entre si. Strey (2011, p. 12), resume isso muito bem ao dizer que essas inúmeras teorias “falham em explicar a complexidade da linguagem natural”.

A Filosofia da Ciência propõe uma alternativa de tratamento através de uma postura epistemológica denominada de Perspectivismo (GIERI, 2006), segundo a qual, embora se reconheça a existência de uma realidade única de qualquer objeto, reconhece-se igualmente que ele não pode ser conhecido na sua totalidade, mas a partir de perspectivas, que é o que as várias disciplinas desenvolvidas, de certa forma, ratificam. Pode-se também perceber com isso que um fenômeno, quando tratado como objeto, não é anterior, ou pré-existente ao modelo teórico que se propõe a abordá-lo, mas intrateoricamente construído obedecendo à natureza de cada proposta.

Segundo Costa<sup>65</sup> (2013, comunicação pessoal), além da Linguística, várias outras áreas, conforme foram se desenvolvendo e avançando, viram-se igualmente comprometidas com a linguagem. Esse é caso da Psicologia, da Neurociência, da Computação, etc.: “estamos, na Linguística, em relação com outras áreas, quer queiramos ou não”. Para Costa, hoje faz mais sentido falarmos em ciências da linguagem dado o nível de evolução e de contribuição que essas outras áreas trouxeram para a compreensão da linguagem natural – ou seja, estamos trabalhando cada vez mais de forma interdisciplinar.

Poeppel (2004) fala, contudo, em dois tipos de interdisciplinaridade. A que é fruto de uma mera aproximação de áreas, ele denomina de interdisciplinaridade infrutífera, ou *cross-sterilization*. Por outro lado, a partir do momento em que as áreas podem encontrar formas de interagirem entre si, ou seja, a partir da possibilidade de uma construção de intersecções entre elas, tem-se o que o autor denomina de interdisciplinaridade frutífera, ou *cross-fertilization*. Nas palavras de Costa (2013), essa interdisciplinaridade infrutífera, ou mal feita, consiste em uma aproximação total entre áreas – é como se, por exemplo, a Linguística se ligasse totalmente à Neurociência. De fato, isso descaracterizaria ambas as áreas.

Para Costa (2013), uma interdisciplinaridade bem sucedida acontece quando a relação entre as áreas se dá através de interfaces, ou seja, pequenos trechos cujas respostas redundem em um maior conhecimento do objeto, mas que digam qual a contribuição de cada área participante. De fato, não se trata de nenhuma das áreas, mas de uma terceira, na qual o objeto é construído: nesse terceiro

---

<sup>65</sup> No IV Colloquium de Linguística (PUCRS), intitulado “Inferências Lógico-linguísticas”.

espaço, diz Costa (2012, p. 3) “não é nenhuma das duas interpretações, mas uma forma intermediária em que objetos teóricos são como mapas, dependentes da nossa cognição e dependentes da nossa realidade”.

Essa aproximação, portanto, não deve se dar no nível das teorias, simplesmente empregando o aparo conceitual de ambas, mas deve ser construída, tendo em vista a complexidade do objeto, contemplando sim os **fundamentos** das diferentes áreas que se aproximam a fim de identificar onde exatamente elas podem ser articuladas. Ou seja, uma postura Perspectivista assume e admite um objeto complexo, constrói-o intrateórica e interdisciplinarmente observando, inicialmente, os fundamentos das áreas articuladas. Segundo Costa (2007, p. 6), é nisso que consiste um objeto teórico: “um objeto em si mesmo é pressuposto pela teoria, em um compromisso ontológico articulado ao metodológico”.

Partindo-se do quadro apresentado acima, a fim de se executar essa manobra elegante e paradoxalmente delicada, robusta e complexa de ciência, assume-se, neste trabalho, a proposta metateórica e interdisciplinar desenvolvida por Costa (2007), que permitiria tal construção, a qual, embora há muito sendo gestada (2002, no prelo, 2005), consolida-se na Metateoria das Interfaces (COSTA, 2007).

Mas por que a inferência? Embora muito já se saiba sobre a inferência na Lógica, quando o que está em jogo são argumentos linguagem natural, como é possível obter de conteúdos codificados conteúdos implícitos, extraliterais, Costa (2002b) vê, na interface entre Lógica e Linguística um terreno fértil para estudar esses, e tantos outros, raciocínios que se faz em linguagem natural, não apenas quando se trata de argumentação para fins de persuasão. Mais especificamente, no interior da Linguística, Costa (2009, p. 7) acredita que “a Semântica e a Pragmática disputariam a questão da inferência em suas descrições do significado em linguagem natural”.

Costa (2002, no prelo) faz, portanto, uma observação metodologicamente importante para os avanços dos estudos do que não é dito, mas percebido. Segundo ele:

[...] nada impede que se fizesse a interface da Linguística com a Lógica e chamasse esse elemento implícito de uma **inferência gramatical**. A inferência tem uma propriedade geral que identifica a inferência lógica à gramatical, à semântica e à pragmática, a saber, que é algo derivado do dito, mas que não é feito do dito.

Dessa forma, a inferência, enquanto propriedade que descreve um raciocínio que passa do codificável levando para o não decodificável, torna-se valiosa para se estudar, na comunicação, também o processo que alavanca o conhecimento. Afinal, como Costa tem demonstrado, a linguagem serve para raciocinar e é importante que se avalie a validade de tais raciocínios – aspecto discutido desde Aristóteles –, e isso, completa o autor, pode ser feito a partir do tratamento da Linguística modelada via inferência.

Assim, a inferência, antes uma propriedade exclusiva da Lógica, pode ser usada como ferramenta para identificar fenômenos linguísticos – no caso deste trabalho – a implicatura, de Grice; a implicação contextual (ou inferência não-trivial), de Sperber e Wilson; e a ICG, de Levinson –,

desde que, segundo Costa (2002, no prelo), isso seja feito dentro de um contexto de interfaces – mostrando que a interface é muito mais profícua em termos da geração de esclarecimentos do que apenas a interdisciplinaridade. Na verdade, segundo Costa:

Pouco trabalho tem sido dedicado ao estudo do que não é decodificado. **Só recentemente, as pessoas começaram a de dar conta de que o estudo da inferência não entra no estudo da hermenêutica nem da interpretação, e não cai no estudo da Semiótica.** A Morfologia, a Fonologia, a Sintaxe adquiriam primazia na área da Linguística porque são disciplinas que descrevem o observável e a inferência vai além daquilo que é observável. [...] Assim, a Semântica foi postergada, uma vez que o significado não é observável. E a Pragmática foi a última disciplina a se desenvolver por tratar das relações de significado e seus usuários (COSTA, 2002b, p. 2).

Na Linguística, a inferência é algo que contrasta com a decodificação (COSTA, 2002b), parte-se do decodificado, mas chega-se a novas informações. Costa sugere que se lance mão da generalidade da inferência a fim de se reavaliar uma série de fenômenos linguísticos conhecidos, a saber, implicaturas, acarretamentos, pressuposições, etc. a partir desta propriedade da inferência: parte-se de **p** e se chega a **q**, mas através de processos de raciocínio, não através da decodificação. A seguir, recuperaremos alguns momentos histórico-teóricos mais significativos que reorientaram e promoveram grandes avanços para o tratamento dessa joia que é a inferência na e da comunicação.

Especialmente na seção sobre discurso jurídico, apresentamos a importância e os problemas que a argumentação via linguagem natural levantaram. Uma breve revisão histórica mostrou que a argumentação em linguagem natural é um instrumento elementar não só do Direito em geral, como comumente possa se pensar, mas de todos aqueles que dependem do uso que se faz dela. Vimos que havia questionamentos a respeito da real vitória em um debate: foi a razão ou a habilidade discursiva?

Remontando à época dos grandes debates da Grécia clássica e chegando até as discussões políticas e jurídicas dos dias de hoje, a linguagem natural é o veículo através do qual o embate se estabelece e, por vezes, se resolve. Embora naquela época Aristóteles tenha avançado enormemente para formalizar a Lógica, esta ainda dependia de certas palavras da linguagem natural, tais como ‘se’, ‘todo’, etc. Contudo, a possibilidade de se usar uma falácia do Modus Ponens como uma maneira eficiente de comunicação acarreta problemas para a Lógica. Foi com Leibniz que se deu início à Lógica simbólica moderna, a qual recebeu seu coroamento a partir dos trabalhos de Frege. Entretanto, os problemas, lá do início, que assombraram Aristóteles, também perturbaram Frege. Contudo, através do processo de matematização da Lógica desenvolvida por Frege, Russell, entre outros, foi possível localizar “as perplexidades na linguagem da comunicação que a fragilizavam de um ponto de vista lógico” (COSTA, 2005a, p. 107). Dessa forma, passou a ser possível identificar os elementos próprios da argumentação formal, os quais lhe davam “o ar da diferença em relação aos espontâneos argumentos cotidianos” (COSTA, 2009, p. 13).

Na Grécia antiga, havia dois tipos de debates, mas não no mesmo nível. Chamaremos um deles de metadebate. Em um nível, temos as pessoas argumentando em praças públicas, e, na figura dos sofistas, cada vez mais sacrificando as formas do bem raciocinar em função da vitória. Em outro,

aqui estaria o metadebate, havia pessoas avaliando essas formas de argumentação questionando a natureza e as leis que deveriam reger a racionalidade, ou seja, acerca das regras da estrutura formal do pensamento. Segundo Costa (2009, p. 132, grifo nosso), ao fundar a Lógica, Aristóteles “certamente estava confrontando **as formas práticas de raciocinar, em suas idiossincrasias cotidianas, e as formas teóricas de pensar, em suas normas de validação argumentativa**”. As formas práticas são as que Costa (2009, p. 132, grifo nosso) identifica como responsáveis por persuadir, convencer e emocionar, as quais, a seu ver, são capazes de, frente a “**um confronto natural de ideias em debate**” levarem “**alguém à vitória ou à derrota discursiva**”.

Em especial, no discurso jurídico, sempre houve uma relação complexa com a Retórica. Afinal, ela contribui ou prejudica a transparência do processo? Como vimos na seção anterior, em um arroubo positivista, o Direito tentou se livrar da argumentação que cada vez mais se envolvia com os recursos da Retórica, achando que tendo a Lógica Dedutiva como norteadora, poderia resolver certos conflitos. Acontece que, no Direito, as trocas conversacionais são reais. E, obviamente, vimos que essa operação onerou o Direito. Costa (2009) explica elegantemente por que o Direito não pode limitar-se ao uso único da Lógica Dedutiva. Diz o autor que isso se deve ao fato de o Direito estar relacionado à tensão entre as ‘formas práticas de raciocinar’, as quais eram vistas como suscetíveis às mazelas sofisticadas, e as ‘formas teóricas de pensar’, as quais estariam livres de qualquer interferência.

As primeiras ocorriam nos diálogos espontâneos da vida diária, persuadindo ou não, convencendo ou emocionando, levando à vitória ou à derrota discursiva, no confronto natural das ideias em debate; as segundas são de outra espécie, ainda que se assemelhem com as primeiras em suas formas. Elas não são tomadas como fazendo parte de qualquer realidade, não são usáveis e não se supõe que possam persuadir, emocionar, ou levar alguém a vitórias ou derrotas em confrontos comunicativos. Elas estão noutra mundo, o das teorias, em que tudo o que conta é a descrição de formas lógicas a serviço da avaliação da validade ou não dos argumentos e as provas para demonstrá-lo. Evidentemente, as primeiras, formas concretas de debater, representam o grande estímulo metodológico para as segundas, formas abstratas de sistematizar as leis que deveriam subjazer aos debates reais se a racionalidade devesse ser preservada (COSTA, 2009, p. 132).

Ou seja, uma coisa é investigar os argumentos que efetivamente se usa, outra é achar que essas formas abstratas sejam suficientes. Acontece que o propósito do segundo conjunto é outro. Uma coisa é extrair a nocividade das estratégias sofisticadas, contudo, isso não exclui automaticamente outros elementos importantes da argumentação em linguagem natural. Podemos dizer que o fato de o Direito ter entendido que precisava dos raciocínios retóricos para desenvolver adequadamente seus argumentos é prova de que a lógica da linguagem natural é mais rica, complexa e sim útil. A questão agora diz respeito à abordagem que se dará a esse fenômeno.

Segundo Costa (2009, p. 134-135), Platão foi um dos que analisou corretamente o problema, pois o filósofo “julgava haver uma diferença crucial entre a reflexão filosófica dos argumentos e o treinamento de retórica argumentativa com finalidades de persuasão. [...] Platão [...] oscila entre o que seria uma boa ou má retórica, ou arte de persuadir como palavras”. Embora sempre crítico aos

sofistas, Aristóteles dedicava-se à investigação das propriedades da argumentação em que a conclusão de um argumento era necessária. Contudo, não fez vistas grossas àquilo que encontrava, pelo contrário, ele acreditava que um uso apropriado da retórica traria sim benefícios ao processo argumentativo, tornando-a objeto de investigação científica.

De fato, ainda que se distinguisse a Gramática, a Lógica ou a Dialética e a Retórica, e que as primeiras fossem mais preocupadas com os aspectos abstratos de verdade e conhecimento do mundo, sendo a última intimamente ligada aos usos do argumento, como Aristóteles nos diz, nas refutações sofísticas, **tratava-se, ainda, de saber como era possível uma argumentação ao mesmo tempo falsa e eficiente** (COSTA, 2009, p.135, grifo nosso).

Entretanto, os avanços no estudo da Lógica tiveram em efeito contrário. Quanto mais se conhecia sobre a Lógica, mais as especificidades da lógica da linguagem natural ficavam evidentes, por um lado, e mais iam sendo classificadas como defeitos lógicos, por outro. Como consequência disso, embora os estudos sobre aspectos da linguagem fossem avançando, a lógica da linguagem foi ora sendo excluída, ora sendo adiada. Nas palavras de Costa (2009, p. 133, grifo nosso), por muito tempo os “estudos detiveram-se em aspectos superficiais das línguas, principalmente a questão das origens e famílias linguísticas, **sem que a natureza lógico-semântico-cognitiva de como o raciocínio se expressa através da linguagem fosse abordada**”. Mas isso não ficou assim. Nesse sentido, Costa destaca o trabalho de Montague (1974) como, sem dúvida, um marco “no tratamento dos argumentos em linguagem natural, suas peculiaridades e suas relações entre validade, correção, persuasão e valor retórico” (COSTA, 2009, p.134).

A grande questão, desde o início das discussões, lá ainda com Aristóteles, sobre **lógica e linguagem natural**, por um lado, e **lógica da linguagem natural**, por outro, coloca a inferência como o elemento decisivo, pois a grande maioria dos desacordos entre a forma lógica de um argumento e a sua manifestação em argumentos dedutivos informais da linguagem natural se dá envolvendo inferências, as quais, enfatiza Costa (2009, p. 7) “têm papel garantido no processo do conhecimento, do raciocínio e da comunicação”. A respeito do rigor da lógica e das especificidades da linguagem natural, Costa (2012, p. 1481) afirma que as “questões interessantes surgem quando se confrontam tais esquemas lógicos com as estruturas informais dos argumentos em linguagem natural e aparecem discrepâncias inferenciais, sugerindo fortemente que o raciocínio dito prático não pode ser adequadamente descrito pelo Cálculo de Predicados”. Vejamos alguns exemplos.

(27) **Inferência Lógico-Dedutiva**

Se Al Gore é um homem, Gore é mortal.

Al Gore é um homem .

Logo, Al Gore é mortal.

(28) **Inferência Cognitiva**

Se isso é um título de eleitor, então é um documento.



(29) **Inferência Gramatical**

João votou em Gore, e Maria não.

No caso da inferência lógico-dedutiva (27), vemos que a regra do Modus Ponens é perfeitamente seguida, validando a passagem das premissas para a conclusão. No caso de (28), da inferência cognitiva, embora o raciocínio seja perfeitamente possível, temos uma situação paradoxalmente inválida, do ponto de vista lógico, mas válida do ponto de vista cognitivo, pois não há uma regra que permita a realização da inferência, mas sim o fato de as pessoas terem conhecimento de conteúdos – e não de regras – que autorizariam tal passagem. ‘Título de eleitor’ e ‘documento’ são superordenados – o cérebro opera de ‘título de eleitor’ para ‘documento’ não porque tenha uma regra dedutiva para isso, mas porque tem um determinado conteúdo armazenado que autoriza tal processamento. Em (29) temos o que a gramática tradicional trata como elipse, mas, em uma aproximação da Linguística com a Lógica, esse fenômeno pode ser tratado como uma inferência gramatical.

De acordo com Costa (2011, comunicação pessoal), uma inferência pode ser compreendida a partir de três perspectivas: (i) formal, segundo a qual a inferência é entendida como um argumento dedutivo cotidiano; (ii) cognitiva, segundo a qual a inferência consiste em uma operação mental de raciocínio; por fim, a (iii) sócio-comunicativa, a partir da qual a inferência se caracteriza por ser uma parte da interação entre interlocutores. Costa diferencia as inferências da Lógica daquelas fruto de processos cognitivos e comunicacionais, enquanto estas são consideradas **naturais**, aquelas são tratadas como sendo **formais**. As inferências naturais são descritas como sendo fortes ou fracas, plausíveis ou não, podendo, inclusive, ser canceladas; ao passo que as formais são consideradas necessárias, portanto, não-canceláveis. Contudo, seja como for, em todos os casos, temos algo que é derivado do dito, mas que não está no dito.

Há, contudo outros tipos de inferências, a saber, a indutiva e a abdutiva, as quais, segundo Pierce (apud CHIBENI, 1986), constituem uma classe de inferências ligadas à probabilidade. Diferentemente das inferências dedutivas, cuja propriedade é depender de um conjunto de regras pré-estabelecidas que levam a uma conclusão necessária (inferência necessária), que, por sua vez, não pode ser cancelada; a inferência indutiva não tem regras pré-estabelecidas, muito menos a precisão da inferência dedutiva no que tange à necessidade da conclusão. Trata-se de inferências cuja conclusão é apenas provável, sendo, portanto, imprecisa. As premissas funcionam como evidências que podem mais fortemente ou não sustentar uma conclusão (inferência probabilística). Embora seja uma inferência racional, as avaliações que se podem fazer das conclusões obtidas por indução têm base probabilística, e, dependendo da força das premissas, a conclusão pode ser mais forte ou menos forte. Na verdade, a avaliação das inferências indutivas se dá, segundo Pail (2010), de forma escalar: <certo, quase certo, probabilisticamente forte, provável, possível>.

(30) Geralmente, militares votam em republicanos. John é um militar, pode ser que John vote em Bush, que é um candidato do partido Republicano.

Ou seja, não há uma regra que diga que necessariamente militares votem em republicanos, apenas uma certa tendência. Outra inferência que trata, segundo Pierce, sobre probabilidade, mas que tem uma característica especial, é a do tipo **abdutiva**, cuja principal propriedade é sua natureza hipotética – a qual também é conhecida como inferência da melhor explicação para um fenômeno. Em outras palavras, através de uma inferência abdutiva, escolhe-se uma determinada hipótese, em detrimento de outras, a fim de se dar uma certa coerência para informações que aparentemente parecem incongruentes. Segundo Pierce (apud CHIBENI, 1996, p. 2), uma inferência abdutiva seria algo mais ou menos com a seguinte forma:

- (31) O fato surpreendente, C, é observado. Mas se A fosse verdade, C seria um fato natural. Logo, há razões para suspeitar que A seja verdade.

Ou seja, dada observação de um determinado fenômeno, a saber, a comunicação através de conteúdos implícitos, a melhor explicação seria (C). No caso da Teoria das Implicaturas, Grice apresentou uma sugestão para explicar como é possível que uma proposição possa veicular mais conteúdo do que aquele transmitido pelo dito: para ele, a comunicação envolve mais do que o dito, mas vale-se de inferências – processos através dos quais tais conteúdos extraliterais são capturados, aos quais ele chamou de implicatura.

Além disso, é característico desse tipo de inferência o aumento do conhecimento, dado que permite a elaboração de novas teorias. Conforme esclarece Chibeni (1996, p. 2, grifo nosso), “percebe-se imediatamente que, em contraste com os argumentos dedutivos, a **conclusão não segue logicamente das premissas e depende de seu conteúdo**. E que, em contraste com os argumentos indutivos, ela não necessariamente consiste na extensão uniforme da evidência”. Por fim, as inferências abdutivas, ao contrário das demais, não podem ser corroboradas nem refutadas por experimentos.

Costa (2008) destaca como uma das expressivas contribuições de Aristóteles a classificação de diferentes tipos de processamentos: (i) o lógico, relacionado ao processo de concluir necessariamente; (ii) o dialético, voltado para o questionar e o responder; e, por fim, (iii) o retórico, orientado para o persuadir e convencer. Contudo, seja em que processamento for, seja que tipo de inferência for, Costa (2008) destaca como de significativa importância a identificação de uma característica fundamental da inferência, a sua natureza propriamente dita: a passagem de um conjunto de suposições assumidas (premissas) para um resultado que decorre de tal conjunto (conclusão). Vejamos outros exemplos, agora ambos envolvendo o Modus Ponens, mas, para um deles, embora a passagem das premissas para conclusão envolva a lógica, esta apenas não é suficiente para descrever e explicar a obtenção da conclusão.

Quando se fala em inferência, é natural associá-la àquela descrita e tratada pela lógica dedutiva. Na lógica tradicional, a **inferência** dedutiva trivial é, como vimos, **regulada através de regras**, garantindo a validade do argumento.

- (32a) Se o irmão de Bush ajudá-lo, ele irá vencer a eleição.  
O irmão de Bush ajudou-o.  
 Ele venceu a eleição.

A aplicação da regra do Modus Ponens garante e valida a passagem das premissas para a conclusão. Na verdade, a investigação dessa possibilidade da linguagem identificou questões linguísticas que se mostraram relevantes para a determinação de processos inferenciais, levando à construção de modelos que estudassem a relação Lógica/Linguística – envolvendo propriedades semânticas – para argumentos válidos. Sperber e Wilson (1995), tendo em vista a configuração da TR como uma teoria da comunicação, descreveram outro tipo de inferências, a saber, as não-demonstrativas. Ao contrário das abduativas, para as quais há uma possibilidade de corroboração, através de experimentos, nesse caso, as inferências, por funcionarem como a base de suposições, podem apenas ser confirmadas, jamais provadas.

É justamente devido ao funcionamento baseado em suposições que se pode explicar por que a comunicação pode falar. Contudo, como veremos, seguindo o raciocínio de Costa, na comunicação, executamos inúmeras inferências e de várias naturezas. Como o exemplo (32a) ilustra, a linguagem natural pode ser veículo para raciocínios rigorosos e consagradamente descritos pelas regras dedutivas, o que corrobora a indiscutível base lógica da linguagem natural. Os lógicos trabalham com sistemas *fechados*; assim, para que um determinado processamento ocorra, necessariamente todas as proposições usadas como premissas devem estar explicitamente manifestas e devem se submeter às regras de derivação da Lógica (GIVÓN, 1982). No entanto, consideremos o exemplo a seguir:

- (32b) Se um irmão de Bush ajudá-lo, ele irá vencer a eleição.  
Jeb ajudou Bush.  
 Ele venceu a eleição.

A conclusão de (32b), ao contrário da de (32a), não é trivial, ou seja, não está prevista nas premissas nem pode ser obtida a partir dos procedimentos previstos pela Lógica *standard*. Para a lógica, o fato de a premissa ‘Jeb é irmão de Bush’ não estar explícita desqualifica a validade do argumento, especialmente por ter sido recuperada e trazida para a derivação por outros recursos – de natureza extralinguística, no caso, em especial, ela é obtida a partir do conhecimento enciclopédico, o que dá sustentação à interpretação semântica. Contudo, para a comunicação diária, trata-se de um passo plausível e natural, no que diz respeito ao raciocínio executado e efeitos de economia<sup>66</sup> na comunicação. Verifica-se uma espécie de lógica do conteúdo, cujo processamento parece entrar em confronto com a lógica, cuja atenção está voltada à forma dos argumentos. Além disso: “a questão que diz respeito à produção de novas informações, por exemplo, só pode ser resolvida por uma teoria pragmática já que, desde Pierce (1987) e Wittgenstein I (1921), sabe-se que a lógica não pode expressar informações novas, somente tautologias ou contradições” (Costa, 1984, 41-42).

<sup>66</sup> Tal aspecto será posteriormente tratado a partir da relação custo/benefício proposta por Sperber e Wilson (1995).

Na linguagem natural, envolvendo argumentos informais, há outros caminhos, ou seja, outros tipos de inferências, o que acarreta divergências sérias entre elas, as inferências práticas (32b), e as clássicas inferências lógicas (32a). E essa não obviedade é justamente o que se busca na comunicação: a troca de informações e a interpretação de enunciados deveriam trazer informações novas, e, como se sabe, a conclusão de uma inferência clássica já está contida nas premissas. No momento em que a base lógica e semântica da proposição interage com o contexto, há uma espécie de acomodação do significado da proposição à exigência comunicativa através da geração de conteúdos implícitos. Vejamos outro exemplo.

- (33) A – Em quem John vai votar?  
 B – Ele vai seguir a tradição da família, afinal, é militar.  
 C – John é militar, mas vai votar em Gore.

Em (33), apesar da sua resposta, B quer dizer que, John irá votar em Bush. Já a resposta de C diz que John é militar e que vai votar em Gore, contudo, permite também que o receptor infira que, ao contrário do que era de se esperar, John não irá votar em Bush. Até a vírgula, ou seja, até a primeira informação, a primeira parte da oração coordenada, o ouvinte estaria autorizado a inferir que John irá votar em Bush, pois, o acesso à suposição da memória enciclopédica de que ‘Militares costumam votar em Republicanos’ permite tal derivação. Contudo, essa inferência é cancelada devido ao emprego do operador ‘mas’ mais a segunda informação.

Os exemplos acima mostram o que Costa (2008) vem afirmando e demonstrando através de uma série de trabalhos desenvolvidos à luz do Programa de Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural: o conceito de inferência é extremamente relevante e metodologicamente útil para modelar o fenômeno comunicação em termos da significação implícita. Os exemplos que trouxemos acima ilustram as duas noções de inferência com as quais Costa (2008) inicia a sistematização do conceito. Uma que ele chama de inferência no **sentido estrito**, ou seja, aquela relacionada com a lógica e com a semântica: **o processo de passagem de premissas para uma conclusão, em uma estrutura de argumento, se dá a partir de regras**. A segunda é a inferência no **sentido amplo**, ou seja, aquela de natureza pragmática, nesse caso, inferência muitas vezes é o termo sinônimo usado para raciocínio – Costa (2009) também chamou essa **inferência de cognitiva**, pois a passagem das premissas para a conclusão depende do conhecimento que se tem a respeito de um conteúdo.

Preparando a sua proposta sobre a Metateoria das Interfaces como alternativa de abordagem da inferência a partir de um tratamento do significado como objeto complexo, obedecendo a uma postura Perspectivista, Costa (2009) explica de que forma as abordagens meramente disciplinares falharam.

Dos tempos clássicos às suas vertentes modernas, a história da Retórica não teve o mesmo reconhecimento filosófico e científico da Lógica. Afinal, **a investigação de limitações linguísticas da racionalidade em que a verdade nem sempre está presente e os efeitos retóricos se impõem** não pode ter o mesmo status dos estudos de argumentos dedicados ao conhecimento científico. Seja como for, o impacto da Retórica sobre a contemporaneidade é indiscutível [...] **a racionalidade evolui e as formas novas de**

**pensar não podem ser excluídas pelas normatizações platônicas do projeto logicista** (COSTA, 2009, p. 135-136).

A fim de dar conta dos argumentos em linguagem natural, a Lógica tem, como uma de suas vertentes, a Lógica Informal. Esse ramo da Lógica, diz Costa (2009), embora não se oponha à Lógica Clássica, entende que os argumentos típicos não são relevantes para a realidade uma vez que, na vida prática, argumentamos de forma bem mais complexa. Bem, a questão é o que fazer com essas particularidades da lógica da linguagem natural, da argumentação em linguagem natural, que não interessam à Lógica Clássica, que foram rejeitadas pelo Direito, mas, como vimos, sem sucesso, tendo que ser novamente reconsideradas como essenciais para o sucesso da prática dos tribunais, como vimos na seção 2.2, pois se mostram cruciais para a persuasão?

Lepore (2000) apresenta-nos essa questão de uma maneira muito esclarecedora, nominando alguns dos contextos em que se pode verificar a necessidade de uma lógica da linguagem natural, representada através de argumentos práticos, dependentes de inferências não previstas pela lógica, mas fundamentais para a comunicação. Diz ele:

Argumentos aparecem inesperadamente e a todo o momento em conversações, debates políticos, palestras, editoriais, tiras cômicas, romances, programas de televisão, textos sagrados, filmes, grafites, pôsteres, na internet, etc. Geralmente, quando argumentamos com as pessoas, nós tentamos, em determinado momento, persuadi-las. As formas de persuasão são várias (LEPORE, 2000, p. 5).

Tendo esse quadro em perspectiva, a partir de agora, apresentaremos as propostas de abordagem para o fenômeno, culminando com a perspectiva teórica que iremos adotar, a saber, a Metateoria das Interfaces, desenvolvida por Jorge Campos da Costa (2007), publicada na obra **Innovation and Interdisciplinarity in the University/ Inovação e Interdisciplinaridade na Universidade** – embora o autor já venha há muito defendendo essa proposta.

Como vimos, neste trabalho estamos lidando com a lógica da linguagem natural, de um ponto de vista inferencial, ou seja, investigando a natureza e o papel da inferência na comunicação prática. De acordo com Costa (2007, p. 21) “em sua expressão moderna, há um século, a Lógica tornou-se uma disciplina estritamente formal, dado o enorme esforço para que a inferência garantida por regras não se confundisse com o raciocínio do ponto de vista puramente psicológico ou linguístico”. Além disso, é importante lembrar que, na comunicação, as inferências podem ser não-monotônicas e canceláveis, exatamente o oposto das inferências da lógica dedutiva *standard*.

Costa (2007) propõe a Metateoria das Interfaces justamente por entender a premência de se estudar a forma como raciocinamos com a linguagem cotidiana, mas de forma ontológica, epistemológica e metodologicamente consistente. Ele levanta, portanto, as seguintes questões, esclarecendo-as.

como é que, em certos aspectos, pensamos de acordo com as bases lógicas e, em outros, violamos as regras da inferência dedutiva válida, sem parecermos irracionais? Se o raciocínio prático, sustentado pela linguagem cotidiana, não estivesse sustentado por alguma base lógica, então nossa conexão comunicativa com os outros, e mesmo a nossa consistência interna ficariam completamente abaladas. Evidentemente, podemos e somos,

frequentemente, irrazoáveis, mas, com certeza, não sempre. Em outras palavras, fugindo dos preconceitos, não precisamos ser irracionais para sermos humanos. A capacidade de apreender verdades de verdades via linguagem, através da inferência linguística, é tomada como uma das mais específicas das propriedades da espécie. E, se isso é assim, se a natureza nos dotou de tal condição que nos permite a comunicação, o debate, o argumento, é porque, privilegia alguma forma de racionalidade lógica, ainda que nessa expressão o substantivo não se esgote no adjetivo (COSTA, 2007, p. 367).

Costa (2007) reconhece, portanto, a importância de se estudar a lógica da linguagem uma interface com a Lógica, afinal ele mesmo declara que somos dotados de racionalidade, precisamos dela e a usamos, afinal, reconhecemos contradições, por exemplo. Embora a comunicação não dependa exclusivamente disso, muito pelo contrário; sua riqueza, sua complexidade e sua sofisticação vão além das inferências puramente lógicas. Para ele:

se há uma interface plausível e desejável da Linguística com áreas formais, tudo começa com a Lógica Clássica, em especial com as linguagens do Cálculo Proposicional e de Predicados, com operadores complementares. Paralelamente, uma importante questão que surge diz respeito ao potencial de aplicação de tais investigações inter/intradisciplinares. Sem dúvida, parece que a inferência lógico-linguística, o argumento em sua validade formal e em sua razoabilidade comunicativa são objetos de grande relevância para áreas como a política, a jurídica, a cognitiva e a computacional (COSTA, 2007b, p. 367).

A Metateoria das Interfaces, apresentada por Costa (2007b), tem orientado uma importante quantidade de trabalhos dentro do Programa de Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural. Para apresentá-la, Costa introduz a relação entre linguagem natural e três importantes processamentos humanos. Após, mostrar a evolução dos estudos, demonstra, em um trabalho posterior, o problema de abordagens puramente disciplinares. Na sequência, organizaremos e localizaremos as investigações da inferência dentro da sua proposta, justificando-a a partir da organização metodológica para fins de construção do objeto e do potencial de aplicação.

A linguagem humana é uma ferramenta de indiscutível riqueza e de utilidade sem comparações. Contudo, a sua heterogeneidade pode levar a confusões a seu respeito no momento em que se vai estudá-la. Costa (2007a) identifica a linguagem natural como inseparável de três processamentos humanos: o conhecer, o pensar e o comunicar – embora mais adiante, ele acrescente o sentir. Ela é reconhecidamente – isso já diziam Platão e Aristóteles – o instrumento de acesso “(i) às relações de representação e conhecimento da realidade, (ii) aos processos inferenciais de argumentação e (iii) ao relacionamento social” (COSTA, 2007, p. 361).

Como vimos anteriormente, Costa (2008) diz que, por muito tempo, a Linguística dedicou-se a estudos mais superficiais sobre a linguagem, em especial, investigando as famílias das línguas. A primeira grande sistematização da Linguística foi inaugurada por Saussure (1916). Finalmente, com ele, a ciência da linguagem ganhou um objeto intrateoricamente construído, a saber, a *langue*, privilegiando o caráter social da língua. Não é à toa que, inicialmente, a Linguística tivesse sido localizada no interior das ciências sociais; com Saussure (1916), ela estava enraizada na Psicologia Social, com Bloomfield (1935), na Psicologia Comportamental. E, como pontua Costa (2008), a

lógica da linguagem foi sequer cogitada como preocupação teórica. Nesse momento, a Linguística estava ancorada nas ciências sociais.

Quase uma década mais tarde, Noam Chomsky (1957) colocou a Linguística dentro da Psicologia Cognitiva, localizando-a, portanto, dentro das ciências cognitivas. Nessa perspectiva, a linguagem caracteriza-se por ser uma propriedade do cérebro/mente de natureza inata. Com Chomsky, os aspectos comunicacionais e os formais da linguagem foram mais uma vez adiados, pois ele colocou no centro da sua proposta a autonomia da Sintaxe, cujo objetivo era determinar uma Gramática Universal. Contudo, ao inserir a Linguística dentro das ciências formais, Montague (1974) não só realoca, mais uma vez, a Linguística, mas finalmente defende-se uma investigação da linguagem humana a partir da sua propriedade lógico-inferencial.

Ao levantar os procedimentos metodológicos de Saussure, Chomsky e Montague, Costa (2007) quer mostrar de que forma a Linguística passou a ser desenvolvida dentro de um projeto moderno de ciência, a saber, aquele que contempla uma definição de método e objeto que poderá ser intrateoricamente descrito e explicado, mas que estabelece os fundamentos que permitirão que esses dois movimentos sejam adequadamente executados a fim de se trazer esclarecimentos sobre o objeto estudado. Segundo ele, esses três grandes nomes da e para a Linguística localizaram dois princípios fundamentais em suas práticas científicas, a saber, a Linguística passou a estar inserida em uma área de relações interdisciplinares, quais sejam, Linguística e Comunicação, Linguística e Cognição e Linguística e Lógica, o que acarretou a construção de um objeto cujas propriedades são determinadas justamente por essas relações interdisciplinares.

A linguagem, lembra Costa (2007a), pode ser analisada a partir de uma perspectiva externa, na sua generalidade e amplitude, e de uma perspectiva interna, tendo em vista os seus elementos constituintes. Assim, externamente falando, a linguagem envolve aspectos cognitivos, formais, sociais e culturais. Por outro lado, é possível desmembrá-la em aspectos constituintes, tais como, os fonológicos, os morfológicos, os lexicais, os sintáticos, os semânticos e os pragmáticos. Essas propriedades constituiriam as disciplinas da Linguística. Contudo, Costa (2002b) destaca que:

Pouco trabalho tem sido dedicado ao estudo do que não é decodificado. Só recentemente, as pessoas começaram a se dar conta de que o estudo da inferência não entra no estudo da hermenêutica nem da interpretação, e não cai no estudo da Semiótica. A Morfologia, a Fonologia, a Sintaxe adquiriam primazia na área da Linguística porque são disciplinas que descrevem o observável e a inferência vai além daquilo que é observável. [...] Assim, a Semântica foi postergada, uma vez que o significado não é observável. E a Pragmática foi a última disciplina a se desenvolver por tratar das relações de significado e seus usuários.

Dado um objeto de tamanha complexidade, seja ele a linguagem natural ou qualquer outro, Costa (2007a) alerta para o seguinte aspecto:

Só se aborda a generalidade do fenômeno, interdisciplinarmente, e só se descreve sua constituição interna, intradisciplinarmente. Vê-la apenas por um ângulo é deixar de compreendê-la em sua heterogeneidade essencial; vê-la sempre como um todo é não apreendê-la em suas homogeneidades intrínsecas (COSTA, 2007a, p. 367).

Dessa forma, segundo a Metateoria das Interfaces, no que tange à linguagem natural, as interfaces externas são constituídas a partir das relações interdisciplinares, a saber, Comunicação, Cognição e Lógica. Já as interfaces internas são construídas a partir das áreas que constituem a Linguística, a saber, as suas disciplinas, também chamadas por Costa de subteorias, quais sejam, a Fonética/Fonologia, a Morfologia, a Lexicologia, a Sintaxe, a Semântica e a Pragmática; são essas, portanto, as relações intradisciplinares.

O grande avanço dessa proposta metateórica, ao ver de Costa, caracteriza-se pelo fato de que, anteriormente, os estudos levavam apenas em conta as questões disciplinares. Segundo ele, uma construção dessa envergadura consiste em uma estratégia, “que descreve e explica como funcionam os dois conjuntos de relações e que **supera o aparente conflito entre as descrições específicas e as explicações gerais**, no presente caso, ao nível da linguagem” (COSTA 2007, p. 363, grifo nosso). Outro argumento de Costa para justificar a construção de tais interfaces trata exatamente da necessidade de compatibilizar o que se afirma sobre um mesmo objeto, pois, é estranho que o que uma área externa diga seja inconsistente com o que outra afirma:

Dado o que se diz da linguagem no âmbito da comunicação externa, parece impróprio pensar-se que se diga algo inconsistente com o que uma investigação sobre a linguagem no cérebro descreve. Da mesma forma, parece implausível que as linguagens artificiais da computação sejam totalmente estranhas à nossa, quando aquelas foram inspiradas por esta. Já que a aproximação é, então, inevitável, trata-se de construir interfaces produtivas (COSTA, 2007, p. 364).

Um dos riscos de se recorrer somente à intradisciplinaridade foi apontado por Costa (2008), quando ele mostra uma abordagem da inferência do raciocínio prático feito dentro da Lógica, sob o rótulo de Lógica Informal. Como o próprio autor observa, da era clássica até agora, sem dúvida, o reconhecimento filosófico e científico dado à Lógica é imensamente maior do que aquele dado à Retórica uma vez que “a investigação de limitações linguísticas da racionalidade em que a verdade nem sempre está presente e os efeitos retóricos se impõem não pode ter o mesmo status dos estudos de argumentos dedicados ao conhecimento científico” (COSTA 2008, p. 135). Contudo, a importância da Retórica é indiscutível, e tem várias funções comunicacionais, o que, por exemplo, o próprio Direito sentiu diretamente ao tentar erradicá-la – e depois quando sentiu a necessidade de buscar formas de voltar atrás.

A Lógica conseguiu empurrar para fora de suas fronteiras as especificidades da lógica da linguagem natural na sua riqueza inferencial, contudo, não para longe dela. Assim, dentro da própria Lógica, Costa destaca trabalhos como o de Toulmin (1958), **Usos de Argumento**, como precursores que advogam a favor da necessidade de se investigar a natureza e as propriedades dos argumentos do cotidiano, “impropriamente abandonados pela tradição logicista”, insiste Costa (2008, p. 135). Abriu-se, portanto, espaço para o desenvolvimento do que ficou conhecido como Lógica Informal.

Ao reconhecer que os argumentos silogísticos típicos não são relevantes para a vida prática, uma vez que nela a argumentação é mais complexa e rica, a Lógica Informal apresenta-se como um



ramo da Lógica, constituindo-se como uma alternativa à visão clássica. Essa é, segundo Costa (2008, p. 136), a proposta de Johnson e Blair (2000), para quem a Lógica Informal, enquanto ramo da Lógica Clássica, tem a tarefa de “desenvolver, de maneira não formal, padrões, critérios, procedimentos para a análise, interpretação, avaliação e construção de argumentos no discurso cotidiano”.

Entretanto, a fim de defender abordagens via interfaces, e criticar propostas de cunho unicamente disciplinar, Costa (2008, p. 138) salienta com estranheza a seguinte situação: como pode uma Lógica Informal que, embora dê conta de aspectos importantes da racionalidade, os quais foram colocados à margem das investigações pelos logicista,

tenha como área de estudo argumentos da linguagem cotidiana, objeto especializado da Linguística como disciplina específica? E mais. Como evitar que uma Teoria da Comunicação também se dedicasse aos mesmos argumentos se estão em jogo leis da comunicação política, de massas, etc.? E não se poderia dizer o mesmo de uma Psicologia Cognitiva, para a qual argumentos são estruturas inferenciais do cérebro/mente das pessoas? (COSTA, 2008, p. 138).

Tomemos os exemplos abaixo.

- (34) John pegou o título de eleitor e saiu.  $p \wedge q$   
 (35) John saiu e pegou o título de eleitor.  $q \wedge p$

Estudando o  $\wedge$  do Cálculo Proposicional e o ‘e’ da linguagem natural temos a seguinte situação. No Cálculo, a propriedade da comutatividade,  $p \wedge q$  e  $q \wedge p$  são equivalentes. Acontece que, como vimos, na comunicação, essa equivalência não é o caso. A ordem parece interferir no significado do todo. Temos conteúdos extras que só podem ser obtidos supondo inferências, esses conteúdos vão além do caráter veritativo-funcional do  $\wedge$  lógico: o significado do todo é o significado das partes mais algo. Um desses “algos” é a questão da ordem em que os eventos ocorreram. Além disso, como bem lembra Costa (2006), é o conhecimento enciclopédico quem dá sustentação à interpretação semântica.

Assim, podemos ter as seguintes consequências interpretativas a partir da possibilidade de interpretar o ‘e’, da nossa linguagem como o ‘ $\wedge$ ’ Lógico. Além dessa interpretação acrescem-se (i) implicaturas griceanas convencionais de ordem temporal e (ii) implicaturas griceanas conversacionais fruto do respeito à máxima de relação. Isso porque em (34) é possível interpretar que John foi votar, e em (35) que ele foi buscar o título, e sem buscarmos no nosso conhecimento prévio que títulos de eleitor são documentos, então podemos inferir que ele saiu para buscar um documento. E, se acrescentarmos as suposições de que se está perto de um período de eleições, que essa eleição é nos EUA, de que nos EUA votar não é obrigatório, podemos inferir, a partir de (35), que John pretende votar. Aqui a questão das interfaces mostra-se ainda mais desejável. E, nesse sentido, Costa (2008) argumenta:

Se supomos, por exemplo, que o raciocínio cotidiano é constituído nos argumentos por inferências de diversas fontes e formatos, então seria interessante que evidências da Lógica Informal pudessem ser integradas às evidências da Linguística, da Teoria da Comunicação e da Psicologia Cognitiva, etc. Mas isso já não é uma realidade antiga? Não

exatamente. Ocorre que uma coisa é oferecer os resultados de uma disciplina subservientemente em relação à outra. Outra coisa é construir objetos de investigação na interface, de tal maneira que ambas, ou mais, disciplinas fossem beneficiárias dos resultados (COSTA, 2008, p. 138-139).

Ele demonstra que a grande vantagem das interfaces é que, além de se estar lidando com um fenômeno que é comum, que foi identificado por diferentes perspectivas, o ganho não é unilateral, os esclarecimentos enriquecem ambas as áreas, ao invés de privilegiar uma de tal forma que os achados não façam sentido para a outra. O romper disciplinar, por exemplo, no caso de uma Lógica Informal dentro de uma Lógica Formal para uma abordagem que contempla a linguagem natural naquilo que a torna útil em várias instâncias, abre a possibilidade para uma compreensão geral do uso da linguagem. Explica Costa (2012):

O ônus de uma subteoria qualquer que se pretenda autônoma sem compromissos com suas relações intradisciplinares é pesado. Nada garantiria a consistência disciplinar, ou seja, a relação de cada disciplina interna e a teoria geral, o descritivismo de cada subárea ficaria vazio, no sentido de que o fenômeno mais amplo, no caso a linguagem, restaria inexplicado e se perderia o interesse de princípios de economia metodológica em que se poderiam descrever e explicar com recursos formais análogos ambas as subteorias (COSTA, 2012).

Assim, no que diz respeito à argumentação em linguagem natural, considerando-se uma abordagem exclusivamente dentro da Lógica Informal, os achados não contribuem para que se compreenda o raciocínio que, mesmo envolvendo elementos lógicos, gera outros conteúdos que recortam e adequam o uso que se faz da linguagem para um fim específico de forma eficiente e poderosa. Isso só se obtém, segundo Costa (2008, p. 139), através “de uma interface lógico-linguístico-comunicativa, em que não há a distinção de uma nova disciplina, mas a aproximação de outras”.

Essa possibilidade da construção de interfaces interdisciplinares com um novo objeto gera o que Costa (2007) denomina de interdisciplinaridade forte; ao contrário da interdisciplinaridade fraca, cuja característica é justamente a ausência desse novo objeto. Assim, Costa (2007) chega ao primeiro cerne da Teoria de Interface: a ligação entre as teorias, Linguística, Cognição, Lógica, etc., constituem as interfaces externas, ou seja, estão ligadas interdisciplinarmente; já a ligação entre as subteorias, a saber, fonologia, morfologia, lexicologia, sintaxe, semântica e pragmática, estão ligadas intradisciplinarmente.

No caso dos exemplos acima, se fosse só uma análise disciplinar, Lógica Informal dentro da Lógica Formal, pouco se poderia usufruir dos achados para a própria Lógica. Já com uma ligação interdisciplinar Linguística/Lógica, contemplando apenas a semântica, teríamos um conjunto de fenômenos já bem recortados e definidos, que diriam muito a respeito da lógica da linguagem natural para fins de Linguística e Lógica, tendo em vista a significação implícita em linguagem natural. Por outro lado, embora belos outros fenômenos tenham sido identificados, eles ficariam sem tratamento, restando-lhes a exclusão sem que pudessem ser investigados.

Uma construção que rompa com a exclusividade Lógica/Semântica, mas que inclua externamente a Comunicação e a Cognição e internamente a Pragmática em interface com a Linguística, por um lado, e com a Semântica, por outro, permitiria, além de dar conta das inferências monotônicas e não canceláveis, justamente investigar a riqueza argumentativa constituída exatamente por inferências não monotônicas e canceláveis. Explicamos como a lógica da linguagem funciona na Comunicação e descrevemos seus fenômenos através, por exemplo, de implicaturas – construindo-se, portanto, um objeto novo, a inferência lógico-linguística dentro de um quadro em que se obtêm esclarecimentos sobre como funciona a argumentação na complexidade das necessidades comunicacionais.

O que tem sido apresentado como problema no mau sentido é justamente o que queremos todos saber. Como é que raciocinamos com a linguagem cotidiana? Como é que, em certos aspectos, pensamos de acordo com as bases lógicas e, em outros, violamos as regras da inferência dedutiva válida, sem parecermos irracionais? (COSTA, 2007, p. 367).

A outra base importante da Metateoria das Interfaces consiste justamente no que lhe garante não ser uma abordagem disciplinar recauchutada, Costa (2007) denomina-a de potencial de aplicação. As investigações inter/intradisciplinares a respeito da inferência lógico-linguística devem ser relevantes para áreas como política, jurídica, cognitiva, computacional, jornalística, etc. Essas inferências Costa (2009) denominou de multiformes, devido às suas diferentes naturezas, inter-relações dentro das trocas comunicacionais e fontes. Assim, da interface Linguística com a Lógica, desde a dedução mais elementar e rigorosa, a partir do Cálculo Proposicional e de Predicados, até induções, abduções, sem contar as fontes de natureza especificamente linguística. Nesse caso, Costa arrola as seguintes:

- a) **Fonético-fonológicas:** envolvendo ênfases, paronomásias, etc.  
Ex.: De ‘John votou em GORE (ênfase – *input* paralinguístico)’ infere-se que não foi em Bush – ou em qualquer outro candidato que John votou.
- b) **Morfológicas:** envolvendo os mais diferentes prefixos, sufixos e infixos, etc.  
Ex.: De ‘Gore recomeçou a campanha’ infere-se que ele já havia começado.
- c) **Lexicais:** envolvendo o emprego de um termo por outro.  
Ex.: De ‘Gore veio da audiência’ infere-se que ele estava lá.
- d) **Sintáticas:** envolvendo escolhas entre voz passiva e ativa, paráfrases, etc.  
Ex.: De ‘John comprou um livro de Jack’ infere-se que Jack vendeu um livro para John.
- e) **Semânticas:** envolvendo acarretamentos, pressuposições, etc.  
Ex.: De ‘John votou em Gore’ infere-se que John votou em alguém.
- f) **Pragmáticas:** implicaturas convencionais, conversacionais, escalares, inferências não-triviais (implicações contextuais), etc.  
Ex.: De ‘John é militar, mas não é republicano’ infere-se que militares são republicanos.

Como é possível observar, além das inferências lógicas, conforme as interfaces vão sendo consideradas, vários tipos de inferência passam a ser identificados e descritos. Assim, de um ponto de vista comunicacional, quer um argumento se sustente por ter validade formal, quer o faça por ser comunicativamente razoável, precisa poder ser descrito e explicado de tal forma que isso traga contribuições para o que se conhece sobre linguagem, cognição, lógica e comunicação. E esse potencial de aplicação será investigado aqui nos discursos jornalístico, político e jurídico, o que permite trazer alguns esclarecimentos sobre a Comunicação e o uso que faz do fenômeno da inferência. Dessa forma, a complexidade e heterogeneidade do fenômeno vão sendo identificadas e apresentadas, permitindo que se justifique a importância dessa nova forma de pensar metodológica proposta pela Metateoria das Interfaces.

### **Considerações Finais**

Como foi possível verificar, a significação em linguagem natural é um dos aspectos que mais têm interessado, preocupado e, de fato, se mostrado relevante para o ser humano em muitos aspectos do que lhe diz respeito: como ele compreende o mundo, como ele se compreende; como fala, conhece e atua sobre esse mundo. Vimos que a questão metodológica tem, cada vez mais, se mostrado o cerne que interfere no avanço das investigações, e essa tensão entre o objeto real e construído é um dos aspectos que ora impede, ora motiva – e até trava – os avanços.

Essa importância da significação, em especial, da inferência, mostra-se na sua forma mais rica quando abordamos os três discursos, a saber, o jornalístico, o político e o jurídico. As trocas conversacionais, os contextos particulares onde elas acontecem têm inúmeras consequências para o ser humano. O uso da inferência e do significado implícito faz da comunicação mais do que informação para lá e informação para cá. Tomamos decisões, agimos, recortamos e melhoramos nosso conhecimento de mundo para muito mais e muito além do que o conhecer. Vimos igualmente que os discursos não precisam ser abordados de um ponto de vista puramente ideológico para que o fenômeno da significação implícita possa ser tratado como um dos aspectos que os caracteriza.

Além disso, ao investigar cada um dos discursos, vemos que as questões que serão abordadas através do construto que pretendemos elaborar ecoam desde os gregos, tanto do ponto de vista da correção dos raciocínios e dos argumentos quanto do ponto de vista da persuasão. Sem contar, é claro, que aqueles que se propuseram pensar e identificar as propriedades de tais discursos, mesmo que por caminhos diferentes, acabavam se deparando com as questões inerentes à linguagem natural e à significação e acabavam bebendo, muitas vezes, das mesmas fontes.

Por fim, apresentamos, seguindo o caminho proposto por Costa (2008) a complexidade do fenômeno da inferência devido à riqueza da linguagem natural e papel dessas inferências na comunicação. Para justificar a proposta que iremos defender, neste capítulo trouxemos as bases que desencadearam discussões de natureza metodológica que justificam a adoção da Metateoria das Interfaces Internas e Externas conforme proposta por Costa (2007). Assim, terminamos adotando a ideia de significado enquanto fenômeno complexo, cuja abordagem deve ser interna e externamente

construída à luz da noção de interfaces. Dessa forma, é possível estudar a significação em linguagem natural contemplando as belezas do raciocínio lógico tal como proposto e defendido pelos lógicos, identificar a riqueza da linguagem modelada através também da noção de inferência, sem que a perda dessa lógica estável seja considerada um preço a se pagar.

### 3 MODELOS INFERENCIALISTAS

#### Considerações Iniciais

Neste capítulo apresentaremos os modelos que irão compor o construto que iremos usar para identificar a riqueza dos implícitos no debate entre Gore e Bush na eleição presidencial de 2000. Os modelos básicos são: a Teoria das Implicaturas (TIG), desenvolvida por Paul Grice (1975); a Teoria da Relevância (TR), proposta por Dan Sperber e Deidre Wilson (1986, 1995); e a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (TICG), de Levinson (2000). Inicialmente, será mostrado o núcleo de cada teoria, bem como seus críticos. Dada a importância de alguns conceitos e críticas à TIG, apresentaremos a extensão proposta por Costa (1984), cuja proposta era fortalecer o modelo griceano, formando a TIG/TIGA. Após, apresentaremos a Teoria da Conectividade Não-Trivial (COSTA, 2002, no prelo, 2005a).

Embora o autor a tenha proposto a TCNT como um modelo alternativo<sup>67</sup>, muitos mestrandos e doutorandos do PPLN o têm usado como uma proposta mais elementar, a fim de não se perder a riqueza descritiva que os modelos anteriores oferecem. Por fim, também introduziremos a Teoria do Diálogo (TD), igualmente desenvolvida por Costa (2012), a fim de que, ao ser articulada com a TCNT, gerando, a TCNT/TD, possa constituir uma forma de abordar, à luz de uma perspectiva de interfaces, a significação em linguagem natural, de um ponto de vista da inferência e da intenção, de forma mais rica – na condição de um objeto complexo intrateoricamente construído, observando as propostas mais recentes de comportamento metodológico dentro da ciência, contemplando, por exemplo, Poeppel (2004) e Gieri (2006). Dessa forma, o construto consiste na seguinte articulação: TIG/TIGA-TR-TICG-TCNT/TD. E, como veremos, apesar de algumas questões que ainda disparam discussões importantes no nível dos fundamentos, a articulação é perfeitamente possível, especialmente porque todos os modelos tratam da noção de significado implícito à luz da inferência.

#### 3.1 A TEORIA DAS IMPLICATURAS DE GRICE (TIG)

Como vimos, na grande maioria dos atos comunicacionais, o significado semântico de uma sentença *S* qualquer não é suficiente e não justifica sozinho o sucesso de uma troca conversacional. Geralmente, transmite-se mais do que conteúdos ditos. Se, por um lado, nenhum conteúdo explícito é codificado e acrescido a ela, por outro, não se pode, negar que conteúdos são acrescidos a *S*, tornando-a suficiente na medida. A questão é como tratar isso.

As preocupações centrais de Grice – a comunicação, a intenção e o significado – serviram como alavanca fundamental para a evolução dos estudos sobre a significação em LN. São dois os artigos de Grice que tiveram grande impacto no reencaminhamento dos estudos. Em **Meaning** (1957)<sup>68</sup>, o teórico trata da comunicação inferencial – sugerindo-a como alternativa para abordagens

<sup>67</sup> Menna Barreto (2003) inclusive emprega a TCNT como alternativa para o tratamento das ICGs.

<sup>68</sup> Nesse artigo, Grice dedica-se ao desenvolvimento de uma teoria da significação que descreva e explique como uma proposição pode significar além daquilo que está dito, do que está linguisticamente expresso. Para tanto,

cujas explicações dependiam totalmente da noção de código – e do papel da intencionalidade. Ao sistematizar a distinção entre dizer linguisticamente e implicar contextualmente, Grice distinguiu dois tipos de significação: **a natural** e a **não-natural**. Enquanto no primeiro caso infere-se o significado das sentenças por acarretamento, no segundo isso é impossível, pois uma determinação mais precisa do significado depende igualmente (i) da intenção do falante ao proferir uma sentença, (ii) de um contexto (linguístico ou outro, diz o teórico) e (iii) de uma ação consciente do ouvinte, qual seja, a de executar o processamento necessário para obter, a partir do significado semântico da sentença, o significado comunicacional, aquele efetivamente pretendido através dela.

Ao tratar da intencionalidade, Grice viu-se envolvido com o não-dito. Por exemplo, qualquer indivíduo sabe o significado das palavras da sentença “Não adianta mais”. No entanto, somente o conhecimento semântico não é suficiente para que se possa saber exatamente o significado exato pretendido, pois não está codificado. Contudo, pode ser capturado, daí poder supô-lo como estando implícito. Entretanto, sem um contexto e sem a intenção do falante, a equação que nos permitiria capturar esse conteúdo extra, que nos leva à compreensão, fica incompleta.

Sendo assim, o melhor que se pode fazer é conjecturar, levantar algumas hipóteses sobre o que o interlocutor quis dizer com o que disse. Contudo, na comunicação, as pessoas procuram situar contextualmente suas falas, desejam que suas intenções sejam reconhecidas – e, de fato, isso ocorre com impressionante regularidade. Dessa forma, a simples conjectura passa a ser um processo construído pelo emissor a fim de colaborar para a captura da interpretação pretendida: as pessoas, quando estão se comunicando, chegam às interpretações pretendidas pelos emissores. Na comunicação, apesar de uma certa imprecisão, os interlocutores entendem-se: o ouvinte entende o que o falante disse e o que quis dizer com o que disse.

Grice destaca, portanto, que esses implícitos não são fruto de mera interpretação pessoal dos ouvintes, mas podem ser objetivamente derivados. Se não se supuser que tais conteúdos existam, de certa forma, não se pode explicar como a comunicação funciona; como eles não estão codificados e não são mero fruto da imaginação ou interpretação pessoal dos receptores, então é possível supor que haja uma espécie de raciocínio, que se caracteriza por certas propriedades comuns.

Assim, embora o mundo da comunicação se dê, sem dúvida, através do percebido, não deixa de estender-se para além dele. Isso não quer dizer que Grice tenha se ocupado de todos os implícitos – até porque seria impossível tratar uma categoria que, por hipótese, pode ser indeterminada –, mas restringiu seu escopo àqueles conteúdos que fazem interface com o dito, com aquilo que é percebido. Levinson (1983, p. 38), arrolou alguns desses implícitos que caracterizariam o conteúdo comunicacional de um enunciado: (i) as condições-de-verdade ou acarretamentos, (ii) implicaturas

---

distingue a **significação natural da significação não-natural**. Um exemplo de significado natural seria ‘Aquelas nuvens negras significam chuva’, já o significado-nn é equivalente à noção de **comunicação intencional** (LEVINSON, 1983). Assim, a ideia principal é a de que ao enunciar x, F significou-nn p. Em outras palavras: F intencionou que o enunciado de x produzisse algum efeito em R (ouvinte/receptor) através do reconhecimento dessa intenção por parte de R. Dessa forma, Grice dá conta do fato de que, sem a existência de uma intenção por parte do falante, não há significado-nn por acaso.

convencionais, (iii) pressuposições, (iv) condições de adequação, (v) implicaturas conversacionais particularizadas, (vi) implicaturas conversacionais generalizadas, (vii) inferências baseadas na estrutura conversacional.

No artigo **Logic and Conversation** (1967/1975), Grice apresenta a proposta de um sistema conceitual que permite descrever e explicar a significação implícita contemplando tal interface. Para ele, isso só é possível se se considerar algo que, na sua opinião, foi, por muito tempo, negligenciado enquanto objeto teórico, a saber, as condições que governam a conversação<sup>69</sup>. Essa suposição é fundamental para Grice, pois é a partir dela que ele introduz e desenvolve os princípios que sustentam a sua teoria da conversação.

O autor retoma as questões tratadas no **Meaning**, a respeito da intenção comunicativa do falante, ao dizer que a linguagem é usada para propósitos comunicacionais, o significado dos enunciados é influenciado. Assim, tais condições, ou regras, seriam as responsáveis por licenciar e excluir certos movimentos conversacionais, auxiliando os interlocutores durante o percurso da troca comunicacional. Dessa forma, o conteúdo implícito pode ser calculado, mesmo que não obedecendo às regras da lógica clássica. E, em podendo ser calculado, esse implícito deixa de ser algo que dependa exclusivamente da interpretação subjetiva de um ou de cada ouvinte particular, o que lhe confere certa objetividade.

Tais regras constituem o que Grice denominou de Princípio da Cooperação (PC<sup>70</sup>), definido da seguinte forma: “Faça sua contribuição conversacional da maneira como ela é exigida, no estágio em que a conversa se encontra, segundo o propósito ou direção aceitos”. **O PC constitui, em última instância, uma proposta alternativa para o tratamento da intenção comunicativa.** Vejamos a situação abaixo, sugerida por Grice:

Suponha que A e B estejam conversando sobre um amigo comum C que está, atualmente, trabalhando num banco. A pergunta a B como C está se dando em seu emprego, a o que B responde: ‘Oh, muito bem, eu acho, ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso’.

Através do exemplo, Grice distinguiu formas de significação implícita, articulou a importância e o papel do contexto<sup>71</sup> tendo em vista a determinação do significado e expôs o sistema conceitual da teoria. Para tanto, apresentou também duas formas distintas de significação: o **dito**, significado expresso em termos literais ou como **proposição em seu valor semântico** (sujeito a uma

---

<sup>69</sup> Embora diga que as regras que governam a conversação possam ter sido apreendidas concomitantemente ao processo de aquisição da linguagem, Grice não desenvolve explanatoriamente essa tese. Esse aspecto da TIG torna-se, nas mãos de Sperber e Wilson, uma das fontes principais da crítica a partir da qual eles desenvolvem seu modelo, especialmente no que tange à adoção da Psicologia Cognitiva como uma das bases da proposta.

<sup>70</sup> No modelo, tal princípio não é fruto de dedução, nem de observação. Nessas condições, o PC surge como um princípio de natureza abdutiva, como uma hipótese de trabalho – Costa (2002, comunicação pessoal). Segundo Sperber e Wilson (1995), um dos problemas do PC, enquanto primitivo teórico, consiste na ausência de esclarecimentos a respeito da sua natureza.

<sup>71</sup> Como veremos, a noção de contexto, na TIG, tem um papel descritivo importante, mas Grice não a definiu nem descreveu de que forma ela atuaria no processo de obtenção do conjunto de implícitos tratados por ele.



análise via Semântica das Condições-de-Verdade ou via uma semântica convencional *default*, pois pode ter seu valor verdade – V ou F – determinado); e o **implicado**, que consiste no significado derivado a partir do contexto da conversação, o qual é apreendido pelo receptor através de um raciocínio objetivo, uma espécie de lógica da linguagem, o qual, por sua vez, constitui parte integrante do processo que promove o sucesso comunicacional, ou seja, a compreensão.

Analisando o exemplo: a partir do dito – das palavras efetivamente proferidas pelo falante – o ouvinte pode compreender que A disse que: (i) C está bem e (ii) ainda não foi preso. Há, contudo, outro significado, que, embora não esteja codificado, pode ser apreendido, trata-se da **intenção** de B. A obtenção dessa camada extra de significado depende da compreensão, por parte de A, do que B quis dizer com o que disse – para tanto, é preciso que A compreenda a **intenção** de B. A intenção em Grice caracteriza-se por ser uma significação extra que não aparece explicitamente expressa no enunciado, mas que pode ser daí apreendida. A existência e a importância desse conteúdo implícito estão garantidas pelo fato de que, sem ele, a resposta de B torna-se inconsistente. Assim, além de **dizer** algo em (i) e (ii), o falante também **sugeriu/implicou** algo em (iii) que C poderia ter sido preso dado o seu caráter, por exemplo.

**Grice alerta para a existência de um contexto que deve ser previamente conhecido pelos interlocutores a fim de viabilizar a compreensão da intenção do falante ao proferir um enunciado.** Tal contexto poderia ser descrito da seguinte forma: C é do tipo de pessoa que, dadas as condições do local no qual trabalha, poderia ceder a certas pressões e fazer algo que o levasse à prisão<sup>72</sup>. O objetivo de Grice ao cunhar o termo ‘implicatura’ era diferenciar aquilo que é dito, expresso pelas condições-de-verdade das expressões, das inferências pragmáticas; e, para tanto, organizou-as em dois grandes grupos de inferências não-condicionais de verdade.

O primeiro grupo encerra as **implicaturas convencionais**, as quais decorrem<sup>73</sup> diretamente do significado convencional das palavras – do conteúdo semântico das mesmas. Quando o falante diz algo, o sentido desse enunciado está relacionado ao significado literal das palavras e das sentenças. No caso de tal enunciado carregar uma implicatura convencional, o seu significado não pode ser determinado apenas pelo que é dito literalmente, mas também pelo o que é **convencionalmente implicado pelo léxico**. Vejamos o exemplo abaixo, através dos conectores ‘e’ e ‘mas’:

- (1) Gore é democrata e é honesto<sup>74</sup>.
- (2) Gore é democrata, mas é honesto.

<sup>72</sup> Grice trabalha com uma noção de contexto como conhecimento mútuo o que, conforme Sperber e Wilson (1986) demonstraram, além de vários outros autores antes deles, não pode ser assumida de forma não problemática.

<sup>73</sup> Isso não significa dizer que o significado se esgota na sentença, nem que ele pode ser emparelhado com o significado literal das palavras. Ele **se segue** do significado convencional delas. Conforme o próprio Grice declara: “em alguns casos, o significado convencional das palavras usadas determinará o que é implicado, além de determinar o que é dito” (Grice, 1989, p. 25).

<sup>74</sup> Nada impede que o ‘e’ seja pragmaticamente tratado como um ‘mas’. Nesse caso, a explicação para o exemplo (2) seria a mesma que para (1). No entanto, dado que estamos considerando o valor semântico convencional do conector ‘e’, eliminamos a possível confusão.

Ambas as sentenças possuem as mesmas condições-de-verdade. As duas dizem que Gore é democrata e que é honesto. No entanto, somente (2) veicula uma informação extra. Assim: está dito (i) que Gore é democrata e (ii) que é honesto, mas não está dito (iii) que, pelo fato de ser democrata, não devesse ser honesto; que os democratas não são honestos. Apesar de (iii) não estar explicitamente expresso, está implicado através do significado convencional da conjunção ‘mas’, constituindo a implicatura convencional que se pode depreender do enunciado – cuja origem está na força da palavra<sup>75</sup>.

A relação entre as duas orações ligadas por esse conetivo poderá ser estabelecida e percebida em qualquer contexto, além de não afetar as condições-de-verdade da sentença. A compreensão desse tipo de implicatura não gera maiores problemas para os interlocutores, uma vez que a intuição linguística dos mesmos, sobre convenções linguísticas das palavras, mostra-se suficiente para a compreensão do enunciado que carrega e depende desse tipo de implicatura.

Já o significado implícito não-convencional foi dividido por Grice em **conversacionalmente implicado** e **não-conversacionalmente implicado**. Este é derivado a partir de máximas estéticas, sociais e morais, das quais “Seja polido” seria um exemplo; no entanto, o teórico não traz maiores detalhes sobre esse tipo de significação. Já o significado **conversacionalmente implicado** (calculado com base nas máximas ditas conversacionais) constitui o cerne da sua teoria da comunicação, cujo objetivo é estudar como as pessoas **usam** a linguagem.

As implicaturas conversacionais estão conectadas a certas características gerais do discurso e dão origem a inferências que não provêm do significado do que está dito, não decorrem do significado literal das palavras. As máximas<sup>76</sup> constituem tais características gerais do discurso que direcionam os interlocutores nas trocas conversacionais.

Dessa forma, a mensagem linguística é tratada pelos interlocutores tendo em vista as normas que constituem o PC, independentemente da maneira como os interlocutores se comportam em relação às regras<sup>77</sup>. Isso mostra que a obtenção dos implícitos não depende de interpretações

<sup>75</sup>Segundo Jaszczolt (2011, apud VARGAS, 2012, p. 21), “a única razão para Grice ter postulado que esse significado é pragmático, e não semântico, foi o fato de que não é possível traduzir o significado das expressões que supostamente estão ligadas a implicaturas convencionalizadas na metalinguagem da lógica de primeira ordem (um componente indispensável da semântica veritativo-condicional)”. Como veremos, Costa (2005) reanaliza tal conteúdo como uma IS (inferência semântica) ao discutir, através da TCNT, a interface Semântica/Pragmática.

<sup>76</sup>No que tange à fonte das máximas do comportamento conversacional, Grice sugere que elas, de fato, não são convenções arbitrárias, mas antes se prestam para descrever meios racionais de orientação de trocas cooperativas. Se isso é verdade, é de se esperar que elas governem igualmente aspectos do comportamento não-linguístico, e de fato, parece que isso também ocorre. Suponha que A e B estejam consertando um carro. Se a máxima da qualidade for interpretada como o convite a se produzir atos sinceros, B estaria em desacordo com essa máxima caso A lhe pedisse óleo de freio e ele lhe desse gasolina. Da mesma forma, B falharia em respeitar a máxima da quantidade se A lhe pedisse quatro parafusos e B lhe desse, voluntariamente, apenas um ou trezentos. Através desses exemplos, Grice sugere que as máximas derivam de considerações gerais de racionalidade aplicáveis a todos os tipos de trocas cooperativas, e, se isso é verdade, elas devem ter uma aplicação de caráter universal, pelo menos até onde outras restrições (específicas de cultura para cultura) sobre interações permitem. **A razão para o interesse linguístico nas máximas é porque elas geram inferências que se estendem para além do conteúdo semântico das sentenças enunciadas** (LEVINSON, 1983, p. 103).

<sup>77</sup>Conforme observa Levinson (1983), Grice se refere não ao fato de que as pessoas sempre aderem a essas máximas em um nível superficial, mas antes ele atenta para o fato de que sempre que possível as pessoas irão interpretar os enunciados de acordo com as máximas, pelo menos, em algum nível.

subjetivas dos ouvintes – há algo que orienta o receptor para capturá-las. É claro que há a interferência do ouvinte, afinal é ele quem identifica tais conteúdos, contudo, ainda assim, de certa forma, tais significados extraliterais podem ser considerados estáveis à medida que seriam orientados a partir do respeito ou da violação a tais regras tendo em vista o contexto onde são gerados, tendo como meta fundamental a manutenção do PC. Vejamos, a seguir, o sistema conceitual desenvolvido por Grice segundo o qual é possível descrever a geração de conteúdos extraliterais tipo implicatura conversacional.

### **Teoria das Implicaturas de Grice**

**Princípio da Cooperação:** faça a sua contribuição conversacional conforme o exigido, no estágio em que se encontra a conversação, de acordo com o propósito ou direção da mesma.

#### **I Categoria da Quantidade**

1ª Máxima - Faça a sua contribuição tão informativa quanto o exigido (para o propósito da conversação)

2ª Máxima - Não faça sua contribuição mais informativa do que o exigido

#### **II Categoria da Qualidade**

Supermáxima - Diga somente o que você sabe

1ª Máxima - Não diga o que considerar falso

2ª Máxima - Não diga algo que não possa assumir como sabendo

#### **III Categoria da Relação**

Máxima - Seja relevante

#### **VI Categoria de Modo**

Supermáxima - Seja claro

1ª Máxima - Evite obscuridade

2ª Máxima - Evite ambiguidade

3ª Máxima - Seja breve (evite prolixidade)

4ª Máxima - Seja ordenado

O PC e as categorias constituem uma maneira de identificar aquela classe de implícitos que se destaca por completar pragmaticamente o sentido do dito. Para Levinson (1983), o papel das máximas é o de especificar o que os interlocutores têm que fazer a fim de conversarem de forma cooperativa, racional e maximamente eficiente: devem falar sincera, relevante e claramente, enquanto fornecem informações suficientes.

Segundo a categoria da Quantidade, qualquer ato comunicativo deve ser informativo. Já a de Qualidade pressupõe que, quando as pessoas estão conversando, elas estejam dizendo algo em que acreditam. Mesmo que A ou B estejam mentindo, para que a comunicação ocorra, é preciso que **haja, pelo menos, a suposição** de que os interlocutores estejam falando a verdade. O ‘verdadeiro’, em Grice, consiste não na mentira propriamente dita, ou na ausência dela, mas no fato de que as pessoas devem pressupor que seu interlocutor está dizendo coisas que fazem parte de sua crença, caso contrário, a continuação da conversação, mais do que prejudicada, ficaria comprometida. A

categoria de Relação pede que a conversação esteja de acordo com um tópico comum aos interlocutores. Por fim, a categoria de Modo considera aspectos específicos da estrutura do significado (LEVINSON, 1983).

O significado conversacionalmente implicado – **implicaturas conversacionais** – pode ser de dois tipos: **generalizadas** ou **particularizadas**. A implicatura conversacional é dita **generalizada** quando surge mesmo sem a existência de um contexto particular ou sem a necessidade de um cenário especial. Segundo Jaszcolt (2011, apud VARGAS, 2012, p. 22), “nesses casos, o ouvinte chega à intenção do falante por uma espécie de atalho, porque o significado está tão convencionalizado na língua cujas convenções criam um caminho mais curto para o reconhecimento de intenções”.

Se alguém diz “Achei um título de eleitor”, está implicando que o título em questão não é seu. A utilização do artigo indeterminado ‘um’ mostra que não há relação entre o falante e a coisa à qual se refere, caso contrário, seria de se esperar que ele expressasse isso de outro modo. Por não exigirem um contexto especial para serem desencadeadas e por terem uma relação direta com as palavras utilizadas, as implicaturas generalizadas podem, muitas vezes, ser confundidas com as implicaturas convencionais.

Por não serem derivadas de regras pragmáticas como as máximas, as implicaturas convencionais são inferências que estão simples e diretamente vinculadas, por convenção, a itens lexicais específicos, afinal, elas são derivadas a partir da intuição linguística que os indivíduos têm a respeito dos itens lexicais. O fato de Grice não ter apresentado muitos exemplos dessa classe foi usado como argumento para negar a existência desse tipo de implicaturas e para sugerir que elas fossem reduzidas a outros fenômenos tais como: acarretamento, implicatura conversacional e pressuposição. Levinson (1983) opõe-se a essa redução usando o contraste entre os pronomes Tu/Vous.

- (3) Tu es le professeur.
- (4) Vous êtes le professeur.

O uso dos pronomes, apesar de não alterar as condições-de-verdade em ambos os casos, expressa a diferença das relações sociais entre falante e ouvinte. ‘Tu’ corresponde ao pronome de segunda pessoa do singular; e ‘Vous’, ao de segunda pessoa do plural. Todavia, quando eles são empregados em relação a um único interlocutor, convencionalmente, mas não veritativo-condicionalmente, indicam que o ouvinte está socialmente distante ou é socialmente superior ao falante. Essas implicaturas, não precisam ser calculadas: ninguém tem que efetuar nenhum cálculo para saber por que ‘Vous’ é mais formal do que ‘Tu’: essa distinção é fruto do conhecimento convencional do idioma. Suponhamos, agora, que A esteja tentando convencer B a dar-lhe cola em uma prova, e B se recuse a fazê-lo. Irritado, pergunta:

- (5) Vous êtes le professeur?

É óbvio que não há entre os interlocutores uma diferença social, afinal, são colegas de aula. Logo, não há nada que obrigue A a tratar B por ‘Vous’. Se A o fez é porque está querendo implicar algo, como por exemplo: ‘Por acaso você é o professor para ter tantos pudores em relação à honestidade em provas?’, o que constitui um exemplo de implicatura conversacional generalizada. Há, portanto, espaço para as implicaturas convencionais, elas não necessariamente se confundem com as implicaturas conversacionais generalizadas, e, portanto, a visão reducionista é um equívoco.

Mesmo que tais observações ainda não sejam suficientes para diferenciar os dois tipos de implicaturas de forma definitiva, e mesmo que o próprio Grice tenha declarado a dificuldade de estabelecer uma distinção nítida, só o fato de ser possível fazer tal distinção mostra que não há por que excluir a categoria nem reduzir uma a outra. As implicaturas conversacionais generalizadas não são fruto de convenções linguísticas sobre as palavras, mas sim de convenções linguísticas gerais. Veremos mais detalhadamente as implicaturas conversacionais generalizadas na seção 3.3 quando apresentarmos a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, através da qual Levinson (2000) procura dar conta dos implícitos fruto do que ele determinou de interpretações preferenciais (interpretações *default*) que são obtidas a partir de convenções que existem nas línguas (não no léxico).

A implicatura conversacional **particularizada**, classe à qual Grice dedicou-se quase que exclusivamente, caracteriza-se por depender de contexto e explorar as máximas, sendo transmitida através da enunciação de uma proposição **p** em uma ocasião específica em virtude de características próprias do contexto. Apenas a enunciação de **p** não é suficiente para garantir a transmissão da implicatura, é preciso levar em consideração o contexto<sup>78</sup> e a inter-relação entre as propriedades do enunciado e a do contexto (GRICE, 1989).

Geralmente, as implicaturas particularizadas dão origem a ironias, tautologias e metáforas. Suponhamos o diálogo abaixo:

- (6) A: Bush venceu legalmente a eleição.  
B: Sim, e dois mais dois são cinco.

O caso em (6) ilustra uma ironia. A resposta de B é uma afirmação deliberadamente falsa, violando a primeira máxima de Qualidade. Ao comparar a legalidade da vitória de Bush a algo evidentemente falso, B pode estar implicando conversacionalmente que a vitória de Bush é também falsa. As implicaturas conversacionais conectam-se às características gerais do discurso, ou seja, às máximas, e podem ser geradas basicamente de duas maneiras: através do respeito ou violação das regras.

F diz que **p** implica conversacionalmente que **q** se, e se somente se: (i) presume-se que F esteja observando as máximas, ou pelo menos (no caso das violações) o PC; (ii) para manter tal suposição, deve-se supor que F pense que **q**; (iii) F pensa que tanto F como o receptor R sabem mutuamente que R é capaz de calcular que, para preservar a suposição em (i), **q** é necessário.

<sup>78</sup> Uma das questões mais importantes e controversas gira, justamente, em torno da modelagem teórica do contexto, conforme veremos mais adiante.

No entanto, independentemente da maneira como esses conteúdos extraliterais são gerados, há algo que não pode estar sendo desrespeitado: o PC. Para Grice, obter uma implicatura conversacional é calcular o que deve ser assumido a fim de se preservar a suposição de que o Princípio de Cooperação está sendo observado. Para tanto, o teórico apresenta ainda três tipos de situações nas quais as implicaturas<sup>79</sup> podem surgir tendo em vista a relação entre os interlocutores à luz do Princípio de Cooperação: (i) a máxima não é violada, ou não há como verificar se isso ocorreu; (ii) uma máxima é violada, mas a sua violação é explicada pelo fato de outra máxima ter sido preferivelmente preservada, (iii) uma máxima é violada a fim de que, através da implicatura conversacional à qual dá origem, surja uma figura de linguagem.

**Situação I** - Nenhuma máxima é violada<sup>80</sup>

- (7) A: Ainda não votei.  
B: Tem uma seção eleitoral há dois minutos daqui.

Em (7), A aceita a afirmação de B como resposta, segundo a qual há uma seção eleitoral por perto, pois acredita que B esteja querendo implicar que ela ainda deve estar aberta e, portanto, A pode votar.

**Situação II** - Uma máxima é violada para que outra não o seja

Se o falante encontrar-se em posição de ter que deliberadamente violar uma máxima, deverá escolher, ou espera-se que escolha, aquela que não acarrete a violação do PC. Segundo Grice, os interlocutores parecem se preocupar em poupar a máxima que pressupõem como a mais importante para o sucesso daquela troca comunicacional. A máxima da Qualidade, por exemplo, quando confrontada com a máxima da Quantidade, parece apresentar um caráter mais relevante.

- (8) A: Quais são as últimas novidades sobre a discussão entre Bush e Gore a respeito da recontagem manual dos votos ?  
B: Acho melhor você acessar o site da CNN.

O exemplo mostra a infração da máxima de Quantidade, uma vez que a resposta não é tão informativa quanto requerido. No entanto, A pode supor que B respondeu dessa forma para implicar que não tem condições de fazê-lo de outra maneira. Parece ser mais adequado quebrar com a Quantidade para não dar ao interlocutor respostas que violariam a máxima da Qualidade (oferecer respostas falsas) e, assim, correr o risco de violar o PC: ser menos informativo parece ser melhor do que mentir.

<sup>79</sup> Quanto mais evidente, menos cancelável e mais próxima do dito (COSTA, 2002, comunicação verbal).

<sup>80</sup> Neste caso, Grice diz que, pelo menos aparentemente, as máximas não estão sendo violadas. Na verdade, o que ele quer dizer é que A e B, ao estarem dialogando, não estão considerando nenhuma implicatura por violação. É, antes, o respeito ao PC que está gerando significações extralinguísticas (COSTA, 1984).

É importante salientar que as implicaturas que apresentamos não precisam ser necessariamente essas, nem que são as únicas possíveis. Como veremos mais adiante, ao tratarmos das propriedades das implicaturas, a implicatura que surge a partir de um diálogo pode variar de acordo com o contexto e com a intenção do emissor, ela não está presa às palavras – embora isso não signifique que as pessoas possam interpretar o que querem, reforçamos: há critérios, e só se eles variam – por exemplo, o contexto – as implicaturas também podem, então, variar. Isso diz respeito às implicaturas conversacionais particularizadas, com apenas uma exceção, a relacionada à categoria de Modo. No entanto, é bom ressaltar que o **que nos interessa aqui é como descrever e explicar a obtenção de q a partir do proferimento de p, e não saber exatamente o que q significa.**

**Situação III** – Violação de uma máxima para a obtenção de implicatura conversacional (normalmente casos que caracterizam a geração de figuras de linguagem)

## 1 Abandono da Categoria da Quantidade

### 1.1 Por falta de informação

- (9) A: O que tu achas da briga entre Bush e Gore?  
B: Guerra é guerra.

B violou a máxima da Quantidade ao responder a pergunta de A através de uma tautologia, pois a informação é obviamente redundante. No entanto, isso permite a B implicar, por exemplo, que o impasse entre os candidatos é muito complexo e que, para vencer, qualquer ato está justificado; vale tudo.

### 1.2 Por excesso de informação

- (10) A: Quem propôs a teoria que você está usando no seu trabalho?  
B: Foi Herbert Paul Grice, um filósofo que pertenceu ao grupo dos chamados Filósofos da Mente. Ele desenvolveu a ideia de que a linguagem natural, para fins comunicacionais, caracteriza-se por observar uma lógica de natureza não-trivial, porém, defendeu a tese de que essa lógica não precisa ser incompatível com a lógica clássica.

B violou a máxima da Quantidade, afinal, sua resposta é muito mais informativa do que o requerido. B pode estar querendo implicar ser um grande conhecedor da obra e das ideias de Paul Grice, salientando seu conhecimento sobre temas como Filosofia, Lógica, Comunicação, etc.

## 2 Abandono da Categoria da Qualidade

### 2.1 Abandono da primeira máxima – “Não diga o que considerar falso”

- (11) A: Quantos anos você acha que tem a Barbara Bush?  
B: Todos.

Tanto A quanto B sabem que, mesmo que não se possa dizer exatamente quantos anos alguém tem, ainda assim, há uma margem dentro da qual a idade de uma pessoa pode variar. Ao

afirmar algo em que ele não acredita, B pode estar implicando, de forma irônica, que Barbara Bush é ou parece ser muito velha.

- (12) A: O que você acha do Bush?  
B: É uma máquina de fazer votos.

A resposta de B, em (12), dá origem a uma metáfora e a uma ironia. A metáfora geralmente surge a partir da violação da categoria de Qualidade: tanto A como B sabem que ninguém é, nem pode ser, uma máquina, e muito menos do tipo que faz votos. Para que o ato comunicacional funcione, A precisa buscar uma implicatura, assim, supõe que B quis implicar que Bush recebeu um grande número de votos. Há também a geração de uma ironia dado o que se sabe a respeito da desonestidade de Bush, especialmente a respeito dos vários votos que surpreendentemente apareceram para ele durante a recontagem das cédulas da eleição presidencial de 2000. Assim, é possível que B esteja implicando que Bush não obteve de forma honesta parte dos votos que recebeu.

## 2.2 Abandono da segunda máxima – Não diga algo para o qual não tiver evidências adequadas

- (13) A: O que você acha que Bush fez depois que Gore disse que não iria mais conceder?  
B: Foi bater no Jeb.

Nesse caso, A sabe que B não teria condições de provar o que disse. Todavia, a resposta de B não é vista por A como algo absurdo. Como o irmão de Bush, Jeb Bush, era o governador da Flórida na época da eleição, e a família Bush tem a tradição de ajudar-se quando o assunto é política, A pode supor que B quis implicar que Bush acabou culpando o irmão pela sua derrota.

## 3 Abandono da Categoria da Relação

### 3.1 Seja relevante

- (14) A: Quem você vai contratar para o cargo de chefia?  
B: Acho que precisamos de uma reforma nesse escritório, não achas?  
A: Eu perguntei quem você vai escolher!  
B: É, mas precisamos saber se temos dinheiro suficiente, você poderia se ver isso?

No exemplo acima, verifica-se que B deliberada e seguidamente quebra a máxima da relevância, implicando que não quer ou não pode tratar daquele assunto. Entretanto, é importante observar que, apesar da quebra da máxima em Relação ao que A está dizendo, B é relevante no que tange à sua primeira afirmação.

## 4 Abandono da Categoria de Modo

Refere-se à quebra da supermáxima “Seja claro”, o que pode ser feito de diferentes formas, dependendo das máximas violadas.



#### 4.1 Ambiguidade

- (15) A: O que os políticos mais defendem?  
B: Seus valores.

B valeu-se da polissemia que tem o termo ‘valor’ para responder a A, gerando uma ambiguidade. O termo, geralmente usado na política, pode referir-se àqueles aspectos que caracterizam o caráter de uma pessoa, como também a dinheiro. No entanto, dada a história de roubos de grandes somas por parte de políticos, B pode estar querendo implicar que os políticos defendem seus interesses financeiros.

#### 4.2 Obscuridade

Suponhamos que A ligue para B, e que este só pudesse responder àquela ligação caso estivesse sozinho, mas C está por perto.

- (16) A: Alô, sou eu. Você queria falar comigo?  
B: Alô? Não, não, meu senhor, aqui não é da companhia de gás. Tente verificar o número correto... Ora, não foi nada.

B está sendo deliberadamente obscuro (em relação a A, e não a C), implicando que não pode falar naquele momento. Assim, pode-se dizer que A entende que, se B não está louco, e está cooperando, deve estar querendo implicar que não pode falar naquele momento. Ao compreender isso, A entende a reação de B, e que a conversa deverá ser adiada, por exemplo.

#### 4.3 Falta de concisão

- (17) A: Disseram-me que te viram almoçando com alguém hoje.  
B: Ah, era o João, meu primo. Tu não te lembras dele? Filho mais velho do primeiro casamento do meu tio paterno. Nossa, fazia séculos que nós não nos víamos. Ele ligou para o meu escritório dizendo que estaria na cidade somente por algumas horas e que gostaria de conversar comigo, já que perdemos o contato há muito tempo. Ele estava com pressa. Ah, a Joana almoçou conosco também, por sinal gostou muito dele.

O exemplo mostra B dando inúmeras informações, não apenas a respeito da pessoa com quem almoçou. Através de todo esse discurso, B pode estar desejando implicar que A não tem razões para pensar ela o esteja traindo, por exemplo.

É possível sugerir que a 2ª máxima da Categoria da Quantidade (Não faça a sua contribuição mais informativa do que o exigido) e a 3ª máxima da Categoria de Modo (Seja breve) sejam redundantes. Levinson (1983) e Gazdar (1979) verificaram não ser o caso. Cada uma desempenha um papel distinto no modelo, e isso pode ser melhor visualizado quando elas são violadas. É preciso levar em consideração a relação quantidade de informação/tópico.

Se o falante viola a 2ª máxima da Quantidade estará oferecendo informações a mais, desejando implicar, como no exemplo (10), ser uma pessoa extremamente culta. Todavia, a violação

da 3ª máxima de Modo, ou seja, o emprego de uma expressão mais complexa, quando existe disponível uma mais simples, não se caracteriza como sendo uma atitude injustificada. Antes, implica que o excesso de informação é de alguma forma importante para o empreendimento conversacional. O falante, ao optar pela forma mais extensa, licencia o ouvinte atribuir ao seu enunciado uma leitura distinta daquela que faria caso a forma empregada fosse a menos extensa.

#### 4.4 Falta de ordem

- (18) A: Qual a nacionalidade da Edna?  
B: Eu não saber de onde ela ser.

A resposta de B viola intencionalmente regras sintáticas do português, pois deixa o verbo no infinitivo justamente em uma situação na qual ele deveria estar conjugado. Geralmente quem incorre neste tipo de erro são pessoas falantes de inglês quando estão aprendendo português. Dessa forma, B não apenas violou a categoria da Qualidade, pois afirmou algo falso, uma vez que sabia a origem de Edna, como utilizou um enunciado evidentemente fora do padrão sintático do português, quebrando a submáxima de Ordem, para implicar a origem dessa pessoa – mantendo, assim, o PC.

A fim de caracterizar as implicaturas conversacionais, Grice descreveu algumas propriedades para identificá-las e distingui-las das implicaturas convencionais, vejamos cada uma delas.

#### Calculabilidade

Essa é, sem dúvida, uma das mais importantes. Segundo Grice (1989, p. 31), a fim de que o ouvinte possa calcular uma implicatura **q**, é necessário que ele saiba, ou acredite que saiba:

- (i) o conteúdo convencional da sentença enunciada; mais a identidade de qualquer referência que possa estar envolvida;
- (ii) o Princípio de Cooperação e suas máximas;
- (iii) o contexto (linguístico ou outro qualquer) da sentença;
- (vi) algumas informações do conhecimento de mundo (por exemplo, que a sentença é abertamente falsa);
- (v) o fato (ou o suposto fato) de que todos os itens relevantes anteriores – (i)-(iv) – estão disponíveis a ambos os participantes e ambos os participantes os saibam ou os assumam como sendo o caso (em outras palavras, são conhecimento mútuo partilhado pelo falante e ouvinte).

Uma implicatura conversacional é, portanto, fruto de uma inferência feita pelo ouvinte a partir do significado literal, por um lado, e do PC e das máximas, por outro, à luz dos itens (i) - (v). O fato de que a implicatura só pode ser inferida através de um cálculo, viabiliza a construção de um argumento a fim de chegar a ela. Segundo Grice (1989, p. 31), é preciso que se possa calcular a presença de uma implicatura conversacional “mesmo que possa ser intuitivamente compreendida, a menos que a intuição possa ser substituída por um argumento, a implicatura (se presente) não contará como uma implicatura conversacional, será uma implicatura convencional”. O cálculo proposto por Grice seria basicamente constituído dos seguintes passos:

- 1 - A disse **p**.
- 2 - Não há motivos para pensar que A não esteja observando as máximas, ou pelo menos o Princípio da Cooperação.
- 3 - Para que A diga que **p** e esteja na verdade observando as máximas, ou pelo menos o PC, A deve pensar que **q**.
- 4 - A sabe (e sabe que B sabe) que é conhecimento mútuo que **q** deve ser suposto se A está sendo cooperativo.
- 5 - A não fez nada para evitar que eu, o receptor, pense **q**.
- 6 - Sendo assim, A pretende que eu pense que **q** e, ao dizer que **p**, implicou **q**.<sup>81</sup>

De acordo com Nunberg (1981), o fato de uma implicatura conversacional ter que ser calculável possibilita demonstrar que ela seria uma inferência razoável no contexto no qual o enunciado que a potencializa foi proferido, o que conseqüentemente ratifica a suposição de que não se trata de um significado convencional. Dada a possibilidade do cálculo como meio de obtenção da implicatura, então é possível também dar conta da suposição de que não se trata simplesmente de um significado aleatório e/ou pessoal, há algo de geral. Contudo, fazemos desde já uma ressalva: o fato de uma implicatura não ser fruto de uma interpretação pessoal não significa que questões particulares das pessoas não possam estar envolvidas e, inclusive, atuando quando o cálculo é feito. Contudo, isso não descaracteriza certo grau de objetividade, pois várias pessoas podem capturar a mesma implicatura – basta vermos a eficiência dos veículos de comunicação, por exemplo. Além disso, supõe-se que o raciocínio das pessoas seja comum à natureza humana. Veremos essa questão em detalhes quando tratarmos, mais adiante, da Teoria da Relevância.

### Cancelabilidade

Ao contrário das inferências dedutivas ou lógicas, cujas conclusões não são alteradas mesmo com o acréscimo de outras premissas – são não-monotônicas – as implicaturas, diz Grice, não são inferências carregadas pelas sentenças – como os acarretamentos são – elas são carregadas por enunciados. Além disso, a negação das implicaturas não gera contradições. O cancelamento de uma implicatura conversacional pode se dar (i) de forma explícita, através do acréscimo de uma oração; ou (ii) pelo próprio contexto. O cancelamento se dá tendo em vista a manutenção do PC. Essa propriedade é uma das mais importantes para a caracterização de inferências pragmáticas. As implicaturas, embora sejam importantes, não são necessárias a partir das premissas e do contexto.

(19a) Gore venceu as eleições em 20 estados, se não mais.

Para ser eleito presidente, nos Estados Unidos, um candidato precisa ter ao menos 271 votos no Colégio Eleitoral.

(19b) A: Será que Bush tem o número de votos necessários para ser o novo presidente?  
B: Ele somou os 271.

---

<sup>81</sup> Grice, 1989, p. 31. (tradução nossa)

No caso de (19a), o acréscimo de ‘se não mais’ cancela a implicatura de que Gore venceu em somente 20 estados. Já (19b) ilustra como aspectos relativos ao contexto podem cancelar uma implicatura. Nesse caso, não foi nenhum elemento, parte do conteúdo comunicado, o responsável pelo cancelamento da implicatura. No entanto, a resposta de B não nos permite inferir que Bush tem apenas os 271 votos.

Essa propriedade é inclusive referente às implicaturas conversacionais generalizadas. Retomando o exemplo anterior, alguém dizendo “Achei um título de eleitor” implicaria que o título não pertence ao falante. Contudo, essa implicatura poderia ser cancelada através do acréscimo de outra expressão “Achei um título de eleitor, mas, quando o vi, era o meu”.

### **Não-destacabilidade**

Essa propriedade<sup>82</sup> diz que a implicatura está ligada ao conteúdo semântico e não à forma linguística. Assim, mesmo trocando os termos de um determinado enunciado por outros sinônimos, é possível manter a implicatura: ela não pode ser destacada do enunciado pelo simples fato de se substituírem as palavras que o constituem por outras sinônimas. Suponhamos os seguintes comentários a respeito do resultado desastroso do teste de QI feito por Bush – teste obrigatório ao qual os presidentes americanos devem se submeter.

(20) Bush é um gênio.

(21) A cabeça de Bush é oca.

Embora os comentários em (21) e (22) constituam enunciados diferentes entre si, ambos implicam que Bush não é inteligente. Através de um efeito de ironia, no caso de (20), e de uma falsidade, no caso de (21), a implicatura que cada um dos enunciados carrega parece manter-se apesar do conteúdo convencional das palavras.

### **Indeterminabilidade**

Essa propriedade diz que uma expressão com um significado único pode dar origem a diferentes implicaturas. A apreensão exata da implicatura pode ser difícil, pois ela pode ser muito vaga e imprecisa: a implicatura pode referir-se a uma lista aberta de possibilidades.

(21) A: O que vocês acharam do nosso novo chefe?

---

<sup>82</sup> Essa propriedade não pode ser aplicada às implicaturas de Modo, uma vez que elas se originam exatamente a partir da maneira como as coisas foram ditas. Por exemplo, tomemos o seguinte diálogo entre A e B:

A: O que você acha da mulher do João?

B: É difícil achar uma boa mulher e uma mulher boa ao mesmo tempo, na mesma pessoa.

Verifica-se que B valeu-se da ambiguidade que o termo ‘boa’ tem em português para responder à pergunta de A. Colocar esse adjetivo após o substantivo, quando se trata de uma mulher, pode servir para implicar que ela é sensual. Assim, B implicou que a mulher do João é muito atraente. No entanto, se trocarmos a resposta de B por “Eu achei a mulher do João muito simpática”, por exemplo, a implicatura de que ela é atraente é perdida.

B: Novo demais.  
C: Cheira a leite.

Nem sempre é fácil precisar a implicatura. Em relação a B, ele pode ter implicado que o chefe é muito jovem, ou muito inovador nas tomadas de decisões, etc. Já C ilustra o caso das metáforas, situação na qual a indeterminabilidade é comum. Assim, C pode estar implicando que ele tem pouca idade, mas também poderia ser relativo à quantidade de experiência que ele possui na área. B viola a máxima da Quantidade e C viola a máxima da Qualidade. Muitas vezes, parece ser mais interessante, e desejável, a existência de um certo grau de indeterminação. Conforme constatam Sperber e Wilson (1991), **em certos casos, um enunciado pode ser muito mais informativo quanto menos determinável for**<sup>83</sup>.

É claro que é indiscutivelmente importante evitar que o ouvinte entretenha suposições equivocadas, dado que a comunicação depende da correção das suposições pretendidas e apreendidas. Entretanto, há também um outro aspecto: muitas vezes, a riqueza do enunciado e sua eficiência no ato comunicacional estão justamente na quantidade de implicaturas que ele dispara. Caso as implicaturas estivessem todas codificadas, fora o prejuízo da economia e rapidez que caracteriza a troca comunicacional, muito do impacto do enunciado corre o risco de ser perdido. Há vários discursos que se valem dessa propriedade de forma interessante tais como, o publicitário, o político, o jornalístico<sup>84</sup>, o jurídico, etc.

### **Não-convencionalidade**

Segundo essa propriedade, uma implicatura não é parte do significado convencional das expressões linguísticas. Somente após termos compreendido o significado literal do enunciado é que somos capazes de calcular a implicatura em um determinado contexto, o que a torna, de certa forma, externa ao sentido do enunciado.

- (23) O General Stefano Canzio foi convidado para almoçar na casa de uma senhora. Logo após o almoço, ela, considerando-se uma ótima pianista, resolveu tocar um pouco para o general. Ao terminar sua apresentação, perguntou a ele o que havia achado, o qual respondeu: Digo apenas que a senhora é a dona da casa e, portanto, pode fazer o que quer. (PALAZZI, 1995, p. 8).

Como é possível perceber, Canzio está implicando que ela não toca bem, embora não seja possível decodificar isso somente a partir de suas palavras. Na verdade, em momento algum ele usa qualquer termo ou expressão ligada àquilo que implicou.

Por não fazerem parte da força convencional das palavras, as implicaturas **não são veiculadas pelo dito**. Essa propriedade ratifica a ideia de que somente as condições-de-verdade ou uma semântica convencional *default* não são suficientes para a determinação da implicatura, uma vez

<sup>83</sup> A seguir, veremos que Sperber e Wilson (1995) tratam esse fenômeno através da noção de implicaturas fracas.

<sup>84</sup> Inicialmente os títulos, mas, como veremos, essa propriedade também caracteriza os textos propriamente ditos.

que o que é dito pode ser verdadeiro e o implicado falso: **as implicaturas não são determinadas pelo dito, mas pelo dizer o dito.**

(24) O Papa João Paulo II foi baleado.

Ao ouvir esse enunciado, que é verdadeiro, B poderia imaginar que o Papa tivesse morrido. No entanto, nada garante que essa implicatura seja verdadeira. O Papa foi baleado, e até ferido gravemente, no entanto, isso não necessariamente pode tê-lo levado à morte.

Nos Estados Unidos, ao contrário do Brasil, por exemplo, para um candidato ser eleito presidente, não basta ter obtido o maior número de votos populares, é preciso que tenha o maior número de votos no Colégio Eleitoral. Pois bem, num enunciado do tipo:

(25) Gore obteve mais votos nas urnas do que Bush.

pode levar um interlocutor que não saiba como funciona a eleição nos EUA a inferir que Gore venceu a eleição. Ou seja, o enunciado é verdadeiro, mas a implicatura falsa.

Esse é núcleo estrutural da TIG enquanto teoria ocupada em abordar os implícitos em linguagem natural, ilustrada com diálogos, tal como foi desenvolvida por Grice. Apresentamos os aspectos tomados por ele como os mais relevantes quando se pensa em explicar o comportamento linguístico (e não linguístico). Para tanto, Grice supôs um conjunto de regras responsáveis pelo governo da conversação e um cálculo de natureza inferencial, não-trivial, que procura simular o raciocínio envolvido na depreensão de conteúdos implícitos comunicados pelos enunciados. Esses conteúdos, denominados de implicaturas conversacionais, constituem, segundo Grice, aquela parte do significado que garante o dito nas situações comunicativas, o qual não está sujeito ao tratamento disponibilizado pela semântica das condições-de-verdade.

Já através das propriedades das implicaturas, Grice procurou oferecer mecanismos que não apenas permitam a identificação das implicaturas conversacionais, mas também que auxiliem a distingui-las das implicaturas do tipo convencional. A TIG mostrou-se uma abordagem inovadora e consistente para modelar o significado implícito na comunicação. O conceito de implicatura e a suposição de um cálculo informal deram-lhe condições para se tornar descritivamente operacional, o que contribuiu para torná-la um modelo a partir do qual se desenvolveram grande parte das investigações sobre pragmática.

Levinson (1983) arrola as principais contribuições da Teoria das Implicaturas para uma abordagem da significação implícita e, em última instância, para a Linguística. A TIG oferece explicações de caráter pragmaticamente funcional para fenômenos linguísticos, esclarecendo a relação entre tais fenômenos e as regras de conversação.

(26) A: Você viu a entrevista coletiva de Bush na CNN ontem ?  
B: Meus ouvidos não são lixeira.

Em (26), ao violar a máxima da Relação, B implica que, seja o que for que o Presidente tem a dizer, isso não tem valor algum para ele.

A teoria é capaz de abordar o gap existente entre o que é dito através do enunciado e aquilo que ele transmite. Explica, portanto, aquele significado que extrapola o significado literal das palavras explicitamente utilizadas, o qual foge ao tratamento disponibilizado pela semântica das condições-de-verdade.

- (27) A: Você sabe aonde o João foi?  
B: Qual é a cor do cavalo branco de Napoleão?

Em (27), B implica que a resposta para a pergunta de A é algo óbvio. **No entanto, é preciso prestar atenção, onde João foi exatamente não é de responsabilidade da Pragmática.**

A noção de implicatura tem a capacidade de efetuar uma série de simplificações na estrutura e no conteúdo das descrições semânticas. O conetivo *e*, por exemplo, comporta-se de diferentes maneiras nos enunciados abaixo.

- (28) Gore soube da vantagem de Bush e ligou para declarar sua derrota.                    *e* = e então  
(29) Gore é democrata e Bush é Republicano.    *e* =  $\wedge$

Em (28), o ‘*e*’ determina uma certa ordem para os acontecimentos. Não é o caso que Gore ligasse para declarar-se derrotado antes de saber da vantagem de Bush sobre ele. Já em (29), o significado do ‘*e*’ equivale ao do conetivo lógico, não interessando, portanto, a ordem na qual as partes aparecem. Dessa forma, não é necessário que sejam enumerados vários sentidos para um item, nem admitir, como desejava Wittgenstein, que a língua é um jogo no qual cada enunciado determina uma situação semântica.

A simplificação da semântica não é uma simples questão de redução de problemas relacionados ao léxico, mas também de tornar possível a adoção de uma semântica construída sobre princípios lógicos simples<sup>85</sup>. Isso demonstra que, se se levar em consideração esse tipo de implicações pragmáticas, aparentes diferenças entre lógica e linguagem natural tendem a desaparecer gradualmente.

A TIG é também capaz de dar conta dos efeitos pragmáticos surgidos devido ao uso de partículas de difícil tratamento semântico, tais como: ‘bem’, ‘mesmo’, ‘até’, etc. Assim como outras palavras, tais elementos exigem algum tipo de especificação em uma teoria do significado, cuja determinação, no entanto, parece só ser possível se se fizer referência a mecanismos pragmáticos, que, por sua vez, dão origem a implicaturas. Ilustremos esse aspecto através da suposta célebre frase dita por César ao ser atacado pelo seu – considerado – filho:

---

<sup>85</sup> Observa-se que essa noção é capaz de manter a homogeneidade da teoria semântica, como queria Levinson, e conservar a semântica formal, como desejava Grice, proporcionando, contudo, um avanço nos estudos sobre significação, dando conta daquele significado que, apesar de não ser explicitamente expresso, pode ser compreendido.

(30) Até tu, Brutus, meu filho?

Nesse caso, a partícula ‘até’ parece implicar que havia outras pessoas contra César, e que ele sabia disso, só não esperava encontrar Brutus entre elas.

A TIG oferece uma abordagem para o significado de contradições e tautologias. O segundo caso caracteriza-se pela obviedade do que é dito, não havendo, portanto, acréscimo de informações novas. (31), no entanto, pode sim ser comunicacionalmente relevante:

(31) O Bush é o Bush.

Dado o que se sabe dos atos corruptos e inadequados de George W. Bush, tal enunciado poderia implicar que se pode esperar qualquer coisa dele.

No que se refere à determinação do nível linguístico no qual se originam as implicaturas, Levinson pergunta: teriam elas origem (a) na estrutura de superfície, (b) na representação semântica ou (c) nas condições-de-verdade? Consideremos:

(32) ‘Talvez **p**’

(33) ‘Pode ser que **p**’

(34) ‘Possivelmente **p**’

Como é possível observar, embora (32), (33) e (34) tenham estruturas de superfície diferentes, geram a mesma implicatura: ‘pode ser que **p**’. Sendo assim, não é o caso supor que as implicaturas originam-se a partir da estrutura de superfície; elas não estão reduzidas aos termos <sup>86</sup>. Para avaliarmos se elas são determinadas pelas condições-de-verdade, consideremos (35) e (36).

(35) Ele perdeu.

**p**  
**v**

(36) Ele perdeu e, se ele perdeu, ele perdeu.

**p**  $\wedge$  (**p**  $\rightarrow$  **p**)  
**v** **v** **v** **v** **v**

Embora à luz de uma análise semântica, ambos tenham as mesmas condições-de-verdade, não há nada que obrigue os dois enunciados a implicarem as mesmas coisas. Na verdade, somente (36) implica ‘não há nada mais que possa ser feito’. As tautologias também ilustram tal fenômeno.

(37) Guerra é guerra.

(38) A água é molhada.

(39) Dois é igual a dois.

Por terem as mesmas condições-de-verdade, deveriam compartilhar as mesmas implicaturas, mas observa-se que isso não é o caso: somente (37) implica ‘vale tudo’. A comunicação parece

<sup>86</sup> Com exceção das implicaturas de Modo, que estão diretamente relacionadas com a estrutura de superfície.



localizar-se entre dois extremos: entre as tautologias e as contradições. Elas não são informativas, afinal, não há ganho de informação a partir do óbvio e do falso, a não ser que sejam usadas, como vimos, como meio para a geração de implicaturas.

Embora o próprio Grice tenha reconhecido o caráter informal da TIG, sem dúvida o modelo é dotado de uma capacidade descritivo-explanatória importante – mais descritiva do que explanatória, como veremos –, a qual pode ser manifesta e desenvolvida desde que os pontos frágeis possam ser tratados. Um dos teóricos mais preocupados em conferir à TIG o maior rigor formal possível foi Gazdar (1979). Baseando-se no trabalho de Horn (1984), que estuda a relação entre a necessidade dos emissores transmitirem mensagens e o princípio do menor esforço, Gazdar (1979)<sup>87</sup> reformulou a categoria da Quantidade, identificando dois tipos de implicaturas: as **escalares** e as **oracionais**.

As **implicaturas escalares** estão relacionadas a um conjunto de expressões linguísticas de uma mesma categoria gramatical, que podem ser organizadas em sequência, de acordo com o seu grau de informação ou força semântica. Formalmente, uma escala pode ser representada como um conjunto de predicados escalares, como em (40), ou em linguagem natural, como em (41).

(40)  $\langle e_1, e_2, e_3 \dots e_n \rangle$

(41)  $\langle \text{todos, muitos, alguns, poucos} \rangle$

Se uma sentença  $S$  contém um predicado  $e_1$  da escala pode ser representada como  $S(e_1)$ , e tem a propriedade de acarretar outra mais baixa na escala. Assim,  $S(e_1)$  acarreta  $S(e_2)$ , que, por sua vez, acarreta  $S(e_3)$  e assim por diante. Todavia, o inverso não é verdadeiro,  $S(e_3)$ , por exemplo, não acarreta  $S(e_2)$ . Levinson<sup>88</sup> (1983, p.113) sistematizou a regra de derivação de implicaturas da seguinte forma: “Dada uma escala de forma  $e_1, e_2, e_3 \dots e_n$ , se um falante afirma  $S(e_2)$ , então ele implica  $S(e_1)$ ; se ele afirma  $S(e_3)$ , ele implica  $\sim S(e_2)$  e  $\sim S(e_1)$ , ou seja, se ele afirma  $S(e_n)$ , então ele implica  $S(e_n - 1)$ ,  $S(e_n - 2)$  e assim por diante, até  $S(e_1)$ ”. Considerando a escala descrita por Levinson, vejamos as seguintes sentenças:

(42) Todos os americanos são contrários a Bush.

(43) Alguns americanos são contrários a Bush.

(44) Nem todos os americanos são contrários a Bush.

(45) Alguns americanos não são contrários a Bush.

A sentença (42) acarreta (43), e, por isso, se alguém afirma (43) implica, conversacionalmente (44) ou (45).

(42)  $\Rightarrow$  (43)

(43)  $\Rightarrow$  (44)/(45)

<sup>87</sup> Gazdar (1979) empregou grande esforço a fim de formalizar as categorias que constituem o PC.

<sup>88</sup> Levinson (1983) alerta ainda para a distinção feita por Gazdar (1979), dentro da classe das implicaturas escalares, entre as implicaturas potenciais e as reais.

As **implicaturas oracionais** baseiam-se na seguinte intuição: se uma sentença  $S_1$  que inclui uma outra  $p$ , e compromete o falante com  $p$ , é preterida por outra  $S_2$ , que não estabelece tal relação de comprometimento, então, afirmar  $S_2$  é implicar que  $p$  é possível ou não. Em outras palavras, o falante implica que não está em posição epistêmica para fazer a afirmação mais forte. Vejamos o que acontece se um falante prefere afirmar (46) ao invés de (47).

- (46) Eu sei que Bush mentiu.  
 (47) Eu acho que Bush mentiu.

Tanto (46) como (47) implicam que ‘é possível que Bush tenha mentido’ ( $\diamond q$ ). No entanto, ao escolher a forma mais fraca, o falante não está estabelecendo uma relação de compromisso com o enunciado, implicando não ter condições de assumir a forma mais forte. Outros exemplos, de implicatura escalar e oracional poderiam ser:

a) Escalar:

<sempre, frequentemente, às vezes>

- (48)  $p$  Bush sempre vence no Texas.  
 $q$  Às vezes, Bush vence no Texas.

$p \parallel - q$   
 $q +> \sim p$

b) Oracional:

<(é necessário que  $p$ ), (é possível que  $p$ )>

- (49)  $p$  É necessário que Bush seja detido.  
 $q$  É possível que Bush seja detido.

$p \parallel - q$   
 $q +> \sim p$

Teóricos como Horn (1972), Gazdar (1979) e Levinson (1983, 2000) valem-se desses exemplos como evidência para a suposição de que há na língua uma relação de natureza hierarquizada de itens, dado o seu grau de informatividade.

A potencialidade do modelo desenvolvido por Grice vai mais longe. O conceito de pressuposição tal como foi formulado por Frege (1982) e Russell (1905), e, mais tarde, trabalhado por Strawson (1950), não aparece em suas propriedades homogêneas e foi, por muito tempo, tratado somente à luz da Semântica<sup>89</sup>. Vários estudiosos dedicaram-se a localizar e definir o fenômeno da pressuposição linguística, dentre os quais podemos citar: Karttunen e Peters (1979), Wilson (1975), Kempson (1975), Stalnaker (1977), Gazdar (1979), Grice (1981), e Givón (1982). Esses teóricos

<sup>89</sup> Keenan (1971) foi um dos pioneiros a tentar identificar e distinguir propriedades semânticas e pragmáticas nesse tipo de fenômeno.

foram alguns dos que procuram desenvolver definições pragmáticas para a pressuposição, inaugurando uma nova fase nos estudos, através do abandono de um tratamento puramente semântico para o fenômeno.

Segundo Karttunen e Peters (1979), o rótulo ‘pressuposição’, na verdade, abriga fenômenos linguísticos multiformes. Os autores distinguem a pressuposição semântica (**p** pressupõe **q** se, e somente se, a verdade de **q** é necessária para que **p** possa ser verdadeiro ou falso) da pressuposição pragmática (que envolve a relação entre a declaração da sentença e o contexto no qual ela é proferida) e propõem um tratamento via TIG. Dessa forma, além de ser possível restringir teoricamente o fenômeno pressuposição, identificando suas propriedades semânticas e pragmáticas, é também possível ampliar a aplicabilidade da TIG. Karttunen e Peters (1979) acreditam que as pressuposições podem ser analisadas como implicaturas convencionais, conversacionais generalizadas e conversacionais particularizadas. Vejamos exemplos:

### **I - Pressuposições como Implicaturas Convencionais**

- (50) Buchanan quis apoiar Gore.  
 (51) Até Buchanan quis apoiar Gore.

(50) e (51) possuem as mesmas condições-de-verdade, independentemente do elemento ‘até’.  
 Todavia, somente (51) desencadeia as seguintes inferências:

- (52) a) Outras pessoas também apoiaram Gore.  
 b) Buchanan era uma das pessoas menos prováveis a apoiar Gore.

Observa-se que (52) não está dito, não está explicitamente expresso em (51), mas implicado. É importante salientar que essa implicatura não depende dos princípios conversacionais para ser inferida, segue-se apenas da significação da palavra ‘até’. Nada impede, portanto, que esse tipo de pressuposição seja tratada como uma implicatura convencional, pois pode ser explicada a partir de aspectos semânticos, sobre as condições-de-verdade; e pragmáticos, referentes à significação extraliteral do item lexical.

### **II - Pressuposições como Implicaturas Conversacionais Generalizadas**

Além dos itens lexicais, outros fatores podem explicar a geração de certas pressuposições: as condições-de-verdade, as condições preparatórias dos atos de fala e as convenções sobre o uso da linguagem.

- (53) Baker criticou Gore por ter feito o pedido de recontagem dos votos.

É possível dizer que (53) pressupõe (54):

- (54) Gore fez o pedido de recontagem dos votos.

A negação de (53), em (55), igualmente pressupõe (54).

(55) Baker não criticou Gore por ter feito o pedido de recontagem dos votos.

O fato da pressuposição não estar presa à sentença aproxima-a de uma das propriedades das implicaturas, a saber, a da não-destacabilidade.

(56) Baker criticou Gore por ter feito o pedido de recontagem dos votos, todavia, ele estava equivocado, pois quem fez tal pedido foi, na verdade, o presidente do Partido Republicano.

O exemplo em (56) mostra que há também outra propriedade que aproxima esse tipo de pressuposição do fenômeno das implicaturas conversacionais: como é possível perceber, a pressuposição, nesse caso, é perfeitamente cancelável.

O verbo ‘criticar’ parece precisar da satisfação de certas exigências, as quais podem ser entendidas como as propriedades preparatórias de ato de fala, como por exemplo: só é possível criticar alguém caso ele realmente tenha feito algo. Ao enunciar (53), o falante implica que sabe que Gore fez o pedido, caso contrário, teríamos um exemplo de desrespeito ao PC via categoria da Qualidade. Assim, a possibilidade de cancelamento e a não-destacabilidade desse tipo de inferência permitem, segundo os autores, tratar tal pressuposição como uma implicatura conversacional generalizada, dado que ela não depende de contexto, mas é gerada a partir de convenções linguísticas gerais.

### III - Pressuposições como Implicaturas Conversacionais Particularizadas

Esse caso pode ser ilustrado através dos condicionais contrafactuais. Karttunen e Peters (1979) identificam situações nas quais o que seria visto como uma pressuposição contrafactiva pode ser considerado uma implicatura conversacional particularizada, uma vez que esse tipo de inferência parece envolver: (i) o dito (suas condições-de-verdade), (ii) a situação particular na qual o enunciado foi feito (contexto) e (iii) as máximas griceanas de interação conversacional.

(57) Se Gore jogasse sujo, ele estaria no poder agora.

(58) Gore não está no poder.

Esse exemplo trata da relação entre a verdade e a falsidade das sentenças que compõem um condicional. Dada a natureza desse tipo de condicional, o ouvinte pode ser levado a crer que a oração antecedente é falsa. Assim, pareceria razoável que a pressuposição desse tipo de sentença fosse depreendida apenas das condições semânticas peculiares a esses condicionais. No entanto, verifica-se que há um comprometimento do falante com a falsidade da oração antecedente simplesmente porque a oração consequente é evidentemente falsa, Gore não está no poder, e o falante sabe disso.

O ouvinte está, portanto, autorizado a inferir, a partir de (57), que o falante implicou (58), ou seja, que Gore não está no poder. Isso se deve ao fato de ambos saberem que Gore não é o Presidente

dos Estados Unidos no momento da fala. A possibilidade de depreensão da implicatura segue-se do conhecimento do contexto, cuja presença é explicitada através do elemento indicial ‘agora’, daí a sugestão de considerá-la uma implicatura particularizada. Muitas vezes, o falante faz afirmações supondo que a informação necessária para a interpretação faz parte do conhecimento do (está acessível ao) ouvinte.

(59) Se Gore recebeu os votos da Flórida, a recontagem dirá.

Nesse exemplo, não há como decidir a implicatura sobre a verdade ou falsidade da sentença condicional, uma vez que a oração consequente não passa de uma especulação a respeito da eventual possibilidade de Gore ter recebido tais votos. Assim, o falante pode estar implicando:

(60) Ele pode ou não ter vencido.

A TIG exerceu e exerce um papel muito importante para os estudos pragmáticos. Seu impacto foi tão impressionante que, mesmo tendo sido primeiramente apresentada de maneira informal, sob a forma de reflexões e sugestões, a força e a originalidade das ideias de Grice impulsionaram as investigações não apenas da potencialidade do modelo, mas promoveram discussões críticas apontando diferentes caminhos.

Por um lado, e, claro, num primeiro momento, os esforços visaram formalizar a TIG a fim de fortalecer seu núcleo, permitindo que sua capacidade fosse explorada ao máximo. Dentre os teóricos que se dedicaram a essa tarefa citamos Levinson (1983), e seu estudo sobre figuras de linguagem; Gazdar (1969), através da formalização das máximas e, em especial, do desenvolvimento da noção de implicaturas escalares e oracionais; e Karttunen e Peters (1979), que ampliaram a capacidade da TIG ao mostrar que ela podia dar conta de aspectos problemáticos do fenômeno da pressuposição.

Encerramos a apresentação do núcleo estrutural da TIG, as suas contribuições para o estudo do significado a partir da sistematização da noção de intenção e inferência, bem como sua importância para abordagens de natureza pragmática, especialmente tendo em vista o estudo da interface Semântica/Pragmática para fins comunicacionais. Vimos, igualmente, a contribuição de alguns teóricos para o fortalecimento e ampliação da capacidade descritiva do modelo. Outra contribuição do modelo refere-se ao potencial descritivo forte para tratar de uma categoria de implícitos importante para a compreensão da comunicação: aqueles que dependem do dito. A fim de dar continuidade à apresentação do modelo que desencadeou uma abordagem consistente para a significação implícita, apresentaremos as contribuições de Costa (1984), através da sua dissertação de mestrado, **A Relevância da Pragmática na Pragmática da Relevância**.

Costa (1984), ao estudar o modelo griceano, percebeu que o núcleo da TIG poderia ser melhor sistematizado, permitindo a sua ampliação e fortalecimento. Foi nesse trabalho que ele apresentou o Modelo Ampliado da Teoria das Implicaturas de Grice (TIGA). Para tanto, Costa executa basicamente os seguintes movimentos: reanalisa o papel do contexto, amplia o cálculo griceano, a fim de tratar do contexto como parte integrante dele, revisita e reordena o papel da

máxima de Relevância, mostrando que ela, de fato, consiste em uma propriedade pragmática por excelência, sugerindo, portanto, sua reformulação funcional. Assim, o modelo ampliado, portanto, mais forte e consistente, irá contar não apenas com as reformulações propostas, em especial, por Gazdar (1979), Karttunen e Peters (1979), Dascal (1982) e Sperber e Wilson<sup>90</sup> (1982).

### 3.2 O MODELO DA TEORIA DAS IMPLICATURAS DE GRICE AMPLIADO (TIGA)

Nesta seção iremos apresentar os movimentos essenciais de Costa (1984) para propor o modelo ampliado. Primeiramente, veremos como ele reavaliou o papel do contexto e de que forma isso trouxe mais consistência para esse conceito no cálculo das implicaturas. Após, trataremos dos aspectos que, segundo Costa, justificam uma reanálise da noção de relevância, seu reposicionamento e função. Através dessas duas manobras, basicamente, Costa possibilitou, como ele mesmo diz, oferecer um tratamento que, embora ainda informal, fosse mais organizado e oferecesse um avanço.

Na verdade, como vimos, a TIG propriamente dita não foi especialmente desenvolvida para ser uma teoria pragmática. Contudo, dado o objetivo desse novo paradigma, que é o de explicar a variação do significado dos enunciados quando usados em contextos específicos, para fins específicos, a TIG apresenta-se como uma das melhores propostas. Afinal, um dos aspectos mais importantes e complexos relacionados à variação do significado é, sem dúvida, a questão da significação implícita, em especial, daquela fruto de inferências não modeláveis através da lógica padrão, mas sim de inferências não-triviais, oriundas da relação **enunciado-contexto**.

Nesse sentido, um dos maiores desafios para qualquer teoria pragmática é oferecer uma abordagem para o significado implícito, o que a obriga a ter que localizar da melhor forma – descritiva e explanatoriamente – o papel do contexto. Na TIG, vimos que as implicaturas conversacionais particularizadas dependem crucialmente dele. Para essa discussão, é importante reapresentarmos o exemplo clássico de Grice através do qual ele introduz a noção de implicatura conversacional, a fim de verificarmos como, para Grice, o contexto operaria na apreensão desses conteúdos extraliterais. Suponha que A e B estejam conversando sobre um amigo comum C que está, atualmente, trabalhando num banco. A pergunta a B como C está se dando em seu emprego, a o que B responde:

(61) Oh, muito bem, eu acho, ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso’.

De acordo com Grice, A deve se perguntar o que B quis dizer com o que disse, em especial, com a expressão “ainda não foi preso”. Se considerarmos apenas o conteúdo semântico da sentença, o significado circunscrito ao dito, o diálogo perde a lógica, a coerência. A explicação, segundo a TIG é porque o PC está sendo violado. Uma alternativa à violação do PC seria supor que há algo a mais

---

<sup>90</sup> Na verdade a noção de relevância recebeu outro tratamento de Sperber e Wilson, na obra **Relevance** (1986). Entretanto, eles procuraram desenvolver a noção tendo em vista o seu papel dentro de um modelo cognitivo, e nós estamos, neste trabalho, até o momento, manipulando com um modelo lógico.

sendo comunicado. Grice sugere também que A não fica conjecturando suposições absurdas sobre a resposta de B. Nas palavras de Grice, a resposta para o comportamento de A, “**está no contexto, clara e a priori**” (GRICE, 1991, p. 24, grifo nosso). **Para o teórico, o contexto é fundamental para a determinação e depreensão da implicatura justamente porque ele é algo conhecido previamente** e que deve ser **mutuamente** conhecido pelos interlocutores. Antes de apresentarmos a solução metodológica de Costa (1984), para aquele momento teórico, a qual foi posteriormente desenvolvida por Sperber e Wilson (1986, 1995), vejamos por que a proposta de resolver a questão do contexto emparelhando-o com a noção de conhecimento mútuo, tal como sugerido por Grice, não se sustenta.

Lewis (1969) e Shiffer (1972) tentaram contornar, sem sucesso, o problema que emerge da noção de contexto ao identificarem-na com a noção de conhecimento mútuo. Em primeiro lugar, se conhecimento mútuo for entendido como conhecimento compartilhado, tendo em vista a questão do código, temos o que Costa (1984) observou como um retorno às bases do estruturalismo saussuriano. O conhecimento ficaria reduzido ao código linguístico apenas e, como foi exaustivamente mostrado especialmente por Sperber e Wilson (1982), o código é um elemento, falando de modo geral, necessário, mas está longe de ser suficiente para a compreensão. Caso assim fosse, a Linguística não teria recorrido a outros elementos fora do código a fim de estudar o significado linguístico, por exemplo. O conhecimento mútuo é, portanto, mais do que a simples noção de código compartilhado por A e B. Nessa perspectiva, segundo Costa (1984, p. 36), “conhecimento mútuo enquanto contexto de um enunciado refere-se à interseção de base linguística e pragmática que permite a A e B reconhecerem-se em estado de comunicação, ou seja, compreenderem-se no que é dito e no que é inferido”.

Clark e Marshall (1981) são os criadores do modelo clássico de representação de conhecimento mútuo. De acordo com essa proposta, em uma situação de conhecimento mútuo, A sabe que B sabe que A sabe que B sabe *ad infinitum*. Vejamos aqui se seria possível modelar e identificar o papel do contexto, enquanto conhecimento mútuo, tal como foi sugerido por Grice. A hipótese do conhecimento mútuo impõe como condição uma certeza por parte dos interlocutores de que eles se encontram numa situação de mutualidade, especialmente tendo em vista as suposições contextuais necessárias para a interpretação de um enunciado.

Segundo Sperber e Wilson (1982), supor que os interlocutores se encontram em uma situação de conhecimento mútuo exige que eles tenham efetuado inúmeras checagens a respeito das coisas que sabem. Como os interlocutores podem, de fato, distinguir entre o conhecimento que é mútuo daquele que não é mútuo? A adoção desse ponto de vista leva à conclusão de que, quando os seres humanos tentam se comunicar, estão visando algo que, na verdade, nunca poderão atingir – e é anterior à comunicação propriamente dita. Além disso, **o objetivo da comunicação é o aumento do conhecimento, pois, caso contrário, as coisas já deveriam ser sabidas para que pudessem ser entendidas.**

Para os autores, é inviável igualar conhecimento mútuo e contexto, porque o conhecimento mútuo não é condição nem suficiente nem necessária para pertencer ao contexto. Não é suficiente porque uma proposição pode ser mutuamente conhecida sem fazer parte do contexto, além disso, o contexto real, aquele efetivamente usado na compreensão de uma sentença, é bem menor do que o conhecimento mútuo. Suponhamos que, em uma sentença, apareça a expressão referencial ‘a seção eleitoral’. Tal expressão pode ser perfeitamente compreendida sem que intervenha o conhecimento mútuo que os interlocutores possam ter sobre as referências de diversos casos. Assim, uma proposição pode pertencer ao contexto sem ser mutuamente conhecida.

Suponhamos que, no momento mais crucial da indecisão sobre o número de votos na Flórida, A pense que Gore tenha perdido a eleição, e, a fim de provocar seu amigo, B, que é um democrata radical, diga:

- (62) A: Como vão as coisas no seu partido?  
B: Ótimas, ainda mais agora que Gore está quase ultrapassando Bush na Flórida.

A partir dessa resposta, A pode inferir que Gore não apenas não está fora da disputa, mas saber a respeito da virada na contagem dos votos. Há, portanto, uma informação que, embora não fosse mutuamente conhecida por ambos os interlocutores, não foi empecilho para que a compreensão ocorresse. Na verdade, foi justamente o entendimento que possibilitou o estabelecimento de uma situação de conhecimento mútuo, antes inexistente.

Outros aspectos que, segundo Sperber e Wilson (1982), problematizam a tentativa de emparelhamento entre contexto e conhecimento mútuo dizem respeito à relação do contexto (i) **com a questão do aumento do conhecimento e (ii) com o critério de seleção do contexto adequado para uma interpretação**. Percebe-se, assim, que tais noções, além de não serem equivalentes, desempenham um papel distinto e específico na compreensão de enunciados.

Para os autores, o aspecto central para qualquer teoria pragmática consiste em descrever como, para qualquer enunciado, o ouvinte encontra um contexto que o capacita a compreendê-lo adequadamente. Se o falante pretende que um enunciado seja interpretado de uma determinada maneira, **ele deve esperar que o ouvinte seja capaz de fornecer um contexto que permita a recuperação da interpretação desejada**. Qualquer desajuste entre o contexto pretendido pelo falante e aquele realmente usado pelo ouvinte pode resultar em problemas para a compreensão – essa é apenas uma parte do problema. Outra é mostrar efetivamente como esse contexto é selecionado, descrevendo, assim, como ocorre o desentendimento. Vejamos o seguinte exemplo:

- (63) A: Vamos à festa do partido hoje à noite?  
B: Tenho trabalhado muito na campanha ultimamente.

O cálculo, segundo Grice, seria:

A = o emissor

B = o receptor

**p = Tenho trabalhado muito na campanha ultimamente.**



C = contexto/conhecimento mútuo

(64) C {c<sub>1</sub>: quando B trabalha muito gosta de descansar }

(65) **Cálculo**

(a) A disse **p**.

(b) Não há motivos para pensar que A não esteja observando as máximas, ou pelo menos o princípio da cooperação.

(c) Para que A diga que **p** e esteja na verdade observando as máximas, ou pelo menos o PC, A deve pensar que **q**.

(d) A deve saber que é conhecimento mútuo que **q** deve ser suposto se A está sendo cooperativo.

(e) A não fez nada para evitar que eu, o receptor, pense **q**.

(f) Então, E disse **p** e implicou que **q**.

(66) **q** +> Não vou à festa.

Implicatura Conversacional Particularizada por quebra da máxima da Relevância

Se A acha/sabe que, quando B trabalha demais, gosta de distrair-se, então entenderá a resposta de B como sendo um sim, querendo dizer que irá à festa. No entanto, se A acha/sabe que, quando B trabalha demais, ele prefere descansar, então interpretará o enunciado de B como uma recusa ao convite. Cabe, portanto, a A buscar o contexto no qual tal enunciado fará o sentido realmente pretendido por B. Além disso, ao proferir tal enunciado, ao invés de um simples ‘sim’ ou ‘não’<sup>91</sup> – que, em última análise, seria mais simples e fácil –, B acredita que A tem condições de prever tal contexto. Contudo, não há nada, *a priori*, que faça com que A selecione um contexto no qual B, quando trabalha muito, goste de distrair-se. Como dar conta dessa possibilidade, de um ponto de vista explanatório, na TIG?

Há ainda outros problemas. Se o conhecimento mútuo é necessário para a comunicação como é possível estabelecer a sua existência? De que forma, exatamente, o falante e o ouvinte distinguem entre conhecimento meramente compartilhado e conhecimento genuinamente mútuo?

Assim, um dos problemas para a teoria de Grice (1975), segundo Sperber e Wilson (1982, 1986, 1995), consiste no tratamento da noção de contexto como algo mutuamente conhecido pelos interlocutores *in advance*, algo de que a compreensão de enunciados irá depender. **Como trabalhar com a obtenção de conhecimento novo, a partir das inferências que dão origem às implicaturas, se se depende de uma noção fixa e *a priori*?** Além disso, dada a possibilidade de haver mais de um contexto, como o ouvinte seleciona aquele pretendido pelo falante? São essas, entre outras questões, que motivaram Sperber e Wilson a desenvolver a Teoria da Relevância.

Vimos que o cálculo griceano depende da noção de contexto, afinal, o significado extraliteral, a implicatura inferida, é fruto da relação que o ouvinte pode fazer entre o enunciado e o contexto. É dentro dele que o ouvinte, segundo Costa (1984), julga o que o falante quis transmitir além do

<sup>91</sup> A resposta indireta de B consiste simultaneamente numa recusa ao convite e na explicação da recusa, poupando, assim, o ouvinte de perder tempo especulando as razões que estariam por trás de tal recusa (SPERBER; WILSON, 1991).

conteúdo literal. A fim de tornar a noção de contexto algo mais operacional, mais estreitamente ligado à questão proposicional, Costa (1984) retoma o trabalho de Bar-Hillel (1954), entre outros, sobre a natureza do contexto.

Bar-Hillel (1954), através do artigo **Expressões Indiciais**, foi um dos primeiros a apontar para a importância do contexto na definição do conteúdo proposicional de uma sentença, visto que este se manifesta através do que o teórico denominou de ‘expressões indiciais’. Através delas, desenvolveu uma forma de avaliar o papel do contexto para a determinação da referência de uma sentença. Considere (67), (68) e (69):

- (67) O gelo flutua sobre a água.
- (68) Está chovendo.
- (69) Estou com fome.

Bar-Hillel verificou que sentenças como (67), denominadas assertivas, podem ser avaliadas como verdadeiras ou falsas sem que informações contextuais sejam necessárias. A verdade dessas sentenças pode ser obtida a partir do que se conhece sobre o mundo, das experiências que temos com ele. Há, porém, aquelas que não podem ser compreendidas sem que informações contextuais sejam consideradas. São ilustrativos, para tanto, os exemplos (68) e (69), os quais foram denominados sentenças indiciais. A fim de que seu valor verdade seja determinado, é preciso fazer um levantamento de certas informações. Para (68), é preciso saber o **tempo** e o **lugar** no qual estava chovendo; já a compreensão de (69) envolve mais elementos contextuais, depende de sabermos **quem** é o produtor de tal sentença e **quando** ela foi proferida.

Segundo Bar-Hillel, só é possível a atribuição de valor-verdade a uma sentença indicial desde que seja levado em consideração o par ordenado **sentença/ocorrência-contexto**. Através dessa forma de modelar a questão do contexto, o teórico deu o primeiro grande passo para a definição do objeto da pragmática, pois caracterizou e sistematizou, de maneira clara, a importância do contexto para a interpretação semântica. Isso, por sua vez, também contribuiu para ratificar a necessidade de se articular pragmática e semântica das condições-de-verdade (em especial, no que tange à noção de base estável de significação).

Um aspecto muito importante para este trabalho, no qual Costa (1984) baseou sua solução, que se utiliza de uma das maiores contribuições de Bar-Hillel (1954), diz respeito à definição da noção de ‘contexto’ como **“descrições de contexto”**. Essa operação permitiu que **este pudesse ser tomado como entidade linguística, viabilizando a formação, junto com a sentença, de um par ordenado de elementos de mesma natureza** (COSTA, 1984).

Para uma teoria funcionar, diz Costa (1984), é preciso que os seus componentes tenham a mesma natureza. Ao definir o contexto como ‘descrições de contexto’ Bar-Hillel mostra ter percebido a importância desse aspecto – a, ao adotar essa proposta, Costa (1984) mostra reconhecer isso. Algumas propostas de abordagem desenvolvidas para esse conceito mostram que ele traz em si elementos heterogêneos. Um bom exemplo para ilustrar essa declaração pode ser a definição de

contexto proposta por Kaplan (apud COSTA, 1984), o qual tentou reunir dentro do conceito de contexto para uma abordagem de semântica formal uma ‘quíntupla ordenada’. Assim, contexto é igual ao **agente** de *c*, à **audiência** de *c*, ao **tempo** de *c* ao **lugar** de *c*, ao **mundo** de *c*. Não há como colocar dentro de uma teoria elementos tão diferentes entre si.

Um contexto qualquer pode ser transformado em um conjunto indeterminado de sentenças. Mas como foi discutido, parece que operamos apenas com algumas sentenças, as quais são as mais importantes para a apreensão do conteúdo implícito, e que, por sua vez, podem ser determinadas. Dessa forma, o contexto com o qual operaremos será formado apenas por um subconjunto de proposições. Tal conjunto constitui uma função que, ao ser emparelhada com o enunciado, permitirá ao destinatário inferir o conteúdo total transmitido pelo remetente.

Costa (1984), portanto, a fim de enfrentar a dificuldade metodológica da noção de contexto, opta, como ele próprio declara, por um conceito de contexto, de conhecimento contextual, que será constituído por sentenças referentes a proposições mutuamente conhecidas ou facilmente aceitas. Dessa forma, para fins da TIGA, cai a noção de contexto como conhecimento de mútuo. O contexto passa a ser constituído por “um conjunto indeterminado de sentenças mutuamente conhecidas, contudo, na apreensão de uma implicatura, apenas algumas são relevantes, necessárias e determináveis” (COSTA, 1984, p. 150). Dessa forma, Costa<sup>92</sup> diz que fará sempre uso de um subconjunto de sentenças do contexto, exatamente as indispensáveis para o cálculo de uma implicatura.

O contexto *C* será transformado em descrições de contexto, sob a forma de sentenças declarativas. Dessa forma, a proposição **p** e o contexto *C*, elementos envolvidos no cálculo inferencial, terão a mesma natureza; e, ao serem processados, darão origem a certas conclusões, igualmente de natureza proposicional. Essas conclusões seriam o conteúdo a mais que, em última instância, constitui as implicaturas. Embora na TIGA, como o próprio Costa afirma, a noção de contexto ainda tenha um tratamento informal, ela já aparece de forma mais organizada, localizada e funcionando dentro do cálculo griceano. Como observa Prado:

quanto à noção de contexto dada por Costa (1984), é importante observar que este autor a trata, sobretudo, no nível linguístico, parcialmente conhecimento mútuo, parcialmente novas informações, um par ordenado com a sentença, um conjunto de proposições para que seja linguisticamente representável (PRADO, 2008, p. 75).

Falta agora explicar como tais proposições e só elas são as escolhidas para a apreensão de implicaturas. Como bem observaram Sperber e Wilson (1982, 1986, 1995), e conforme ratificado por Carston (2004), a TIG não explica como o contexto é selecionado. É nesse momento que é preciso discutir a reformulação da relevância no modelo proposto por Costa – no qual a relevância é alçada à máxima geral do modelo propriamente dito. Contudo, como veremos, é apenas com a Teoria da

---

<sup>92</sup> É importante ressaltar que o conceito é definido de uma forma um tanto elástica, tendo em vista que é o tipo de função que ele representa o que realmente interessa. Trabalhos posteriores poderão restringi-lo e formalizá-lo adequadamente (COSTA, 1984, p. 150).

Relevância, em 1986, que a explicação da seleção do contexto chega à maturidade, embora Costa oriente e organize a discussão já em 1984.

Adiantando um pouco a discussão da obra **Relevance: Communication and Cognition**, Sperber e Wilson (1986) apresentam outras propostas que procuraram contornar tal problema, mas que, por sua vez, acabaram gerando outras dificuldades. Os autores dizem que alguns pragmaticistas **enfraqueceram a noção de conhecimento mútuo**, sugerindo que, na verdade, o conhecimento mútuo não é uma realidade, mas um ideal perseguido pelas pessoas, uma vez que elas desejam, sempre que possível, evitar incompreensões.

Um bom exemplo disso são os procedimentos legais. Nesse tipo de situação, os interlocutores esforçam-se para estabelecer um ambiente de conhecimento mútuo entre as partes envolvidas. Pode-se dizer que há uma espécie de simulação do que seria uma situação de conhecimento mútuo, mas ela, ainda assim, terá seu alcance limitado por fatores como disponibilidade de tempo, relevância das informações, etc.

Uma outra proposta para manter a hipótese do conhecimento baseou-se na suposição de que, **em certas circunstâncias, falante e ouvinte assumem que estão num estado de conhecimento mútuo, mesmo que sua existência não possa ser estabelecida de forma conclusiva.**

Essas propostas não dão conta de um outro problema. Todas elas levam a crer que o contexto é algo que pré-existe ao ato comunicativo, é dado *a priori*. Mesmo que o conhecimento mútuo seja definido como uma classe potencial de contextos para serem usados na interpretação dos enunciados, novamente, não há nada que explique como um contexto é selecionado, nem que descreva qual o seu papel exato na compreensão. Até que não saibamos como essas duas operações acontecem, a crença de que os contextos devam ser restringidos ao conhecimento mútuo não tem justificativa, além do fato de seguirem o Modelo de Código.

Enfim, quanto ao contexto e ao cálculo, na TIGA, o contexto passa a ser constituído por um conjunto indeterminado de sentenças, em que, no e para o cálculo das implicaturas, apenas algumas se tornam de fato necessárias, ou relevantes. De acordo com Costa (1984, 2008), **na verdade, o cálculo de forma alguma consiste no, nem procura representar o, raciocínio efetivamente realizado pelas pessoas durante a conversação, a comunicação. De fato, o cálculo é um construto teórico, uma solução lógica tendo em vista a tentativa de se modelar a identificação e captura de conteúdos extraliterais carregados pelos enunciados. Assim, o cálculo serve apenas como proposta cujo objetivo é mostrar que, embora a linguagem natural siga uma lógica, ela não corresponde àquelas dos modelos formais.**

Voltando ao contexto, vimos também que é desse subconjunto, não do conhecimento mútuo total, que o ouvinte lança mão ao interpretar enunciados que dependem de tais elementos contextuais. Por fim, vimos a importância da natureza proposicional de tais sentenças – em especial, devido ao trabalho de Bar-Hillel – e da necessidade de um par ordenado de mesma natureza, daí tratar o contexto, esse subconjunto, como descrições de contexto.

A partir de agora, apresentaremos a outra parte da investigação de Costa, a saber, o trabalho que desenvolveu procurando identificar o papel da noção de relevância no modelo. Iniciaremos, entretanto, mostrando que o próprio Grice já advertia a respeito da complexidade do conceito.

Sob a categoria da Relação, eu coloco uma única máxima, a saber, “Seja relevante”. Embora a própria máxima seja concisa, a sua reformulação oculta um número de problemas que me manteriam muito ocupado: existiriam **questões sobre diferentes tipos e focos de relevância, como eles mudariam ao longo de uma troca conversacional, como dar conta do fato de que os conteúdos de uma conversação possam ser legitimamente trocados**, e assim por diante. Eu acho o tratamento de tais questões extremamente difícil, e espero voltar a elas em um próximo trabalho (GRICE, 1991, p. 27, tradução e grifo nosso).

Grice, ao apontar os problemas que precisavam ser contornados a fim de se elaborar uma definição mais satisfatória e objetiva da noção de relevância, justificou sua atitude em adiar a busca de tal solução. De certa forma, podemos arriscar dizer que nem Grice tinha como especificar a natureza dessa máxima, embora ela possa ter sob o seu escopo explicações para questões extremamente importantes, tais como as destacadas em negrito na citação. Um exemplo poderia ser o seguinte:

- (70) A: Que tal a decisão da Suprema Corte?  
B: Quem venceu o Super Ball?

Dada a explícita violação da máxima da Relação, ou seja, da relevância, através de uma resposta claramente irrelevante de B, A pode inferir que B está implicando “não quero falar sobre o assunto”.

Vejam os de que forma alguns críticos de Grice comportaram-se ao se confrontarem com essa supermáxima. Gazdar apenas ressalta a importância do conceito e salienta as dificuldades que ele origina, o que, segundo o autor, pode ser explicado devido à “inexistência de teorias significativas que permitam o tratamento adequado da noção de relevância dentro de uma teoria pragmática” (GAZDAR, 1979, p. 45).

Kempson (1975) considerou a categoria da Relação e a da Qualidade como as responsáveis pelo poder explanatório<sup>93</sup> do Princípio da Cooperação. Por entender que a manutenção de um tópico na conversação pode estar na dependência de um julgamento de relevância entre dois enunciados, a autora reformula a máxima, valendo-se da noção de acarretamento, a qual restringiria a noção de relevância. Kempson (1975) também acredita na possibilidade de se investigar a relevância tendo em vista **relações entre enunciado e evento** ou **entre enunciado e enunciado**. Além disso, quanto à **acentuação** dos enunciados, tal noção pode ser considerada intraenunciativa, por estabelecer uma relação entre a forma do enunciado e seu conteúdo semântico. Todavia, apesar de tais importantes

---

<sup>93</sup> Contudo, igualmente, o PC ainda continuava solto dentro da cabeça, afinal, não há nenhum compromisso cognitivo assumido.

considerações, “**Kempson não demonstra estar buscando desenvolver uma análise que tenha consequências teóricas sobre a teoria**” (COSTA, 1984, p. 115).

A fim de dar conta do problema, Costa diz que merece destaque o trabalho de Dascal, para quem, “a noção de relevância não engloba relações homogêneas, exigindo, por isso, um tratamento mais rigoroso que permitia diferenciá-la em suas formas de manifestação no fenômeno da implicação conversacional” (DASCAL, 1982, p. 107). O teórico constatou que, quando há violação da máxima de relevância, vários níveis de julgamentos passam a ser efetuados pelo ouvinte. Tais julgamentos caracterizam-se por serem de naturezas diferentes, podem ser **semânticos**, quando relacionados com o significado; ou **pragmáticos**, quando se referem ao ato comunicativo. A fim de ilustrar esses aspectos, Dascal vale-se do exemplo clássico de Grice. Suponha que A e B estejam conversando sobre um amigo comum C que está, atualmente, trabalhando num banco.

(71) A: Como C está em seu emprego?

B: Oh, muito bem, eu acho, ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso.

Assim, quando o ouvinte identifica a irrelevância da resposta, tendo em vista o tópico da conversação, temos o primeiro julgamento: (i) A **verifica a quebra da máxima da relevância**. A partir de (i), ele **passa a buscar a implicatura**, pois acredita que seu interlocutor está observando o princípio de cooperação, sugerindo, assim, que C é desonesto. Isso lhe permite elaborar o segundo juízo de relevância, o qual diz respeito à (ii) **relevância da implicatura**. O terceiro julgamento, o qual, ao contrário de (i) e (ii), que são semânticos, (iii) é de natureza pragmática e está relacionado com o fato de A ver que **a implicatura cumpre um papel dentro do ato comunicativo, dado que contém elementos pertinentes para a conversação**.

Dos que enfrentaram a complexidade do conceito de relevância, foi Dascal quem se preocupou em demonstrar a heterogeneidade das relações que ele abrange. No entanto, o teórico não procurou generalizar sobre o conceito, pois, tal como está descrito, não pode ser sistematizado dentro da teoria. A manifestação de Levinson (1983) a respeito foi tímida, restringindo-se ao reconhecimento de que a noção de relevância potencialmente poderia identificar, e diferenciar, os inúmeros fenômenos que parecem recair sob o escopo do conceito de implicatura conversacional. Ao analisar esses trabalhos, Costa conclui que nenhum oferece contribuições no sentido de desenvolver o conceito de forma mais específica nem localizam o seu papel dentro de uma teoria pragmática. E é justamente isso o que ele persegue.

Contudo, tomando como base as observações desses estudiosos, Costa (1984) procurou desenvolver o conceito de relevância localizando-o numa nova posição dentro do modelo. Ao analisar o papel da relevância e a sua função nos mais diversos casos, Costa encontrou evidências para sugerir que ela não abrange fenômenos de natureza homogênea, uma vez que, por manifestar-se em vários níveis, não apenas como máxima da categoria de Relação, comporta-se de diferentes maneiras no ato comunicacional, e, portanto, dentro do modelo. Tendo isso em vista, está justificada a opção por localizar a relevância não como uma máxima, mas como uma propriedade ligada ao

princípio de cooperação. A fim de obter subsídios que lhe permitam revisitar e núcleo teórico do modelo, Costa (i) analisa e discute o comportamento e função da relevância nos mais diversos casos de implicaturas e (ii) propõe uma reformulação de caráter funcional do conceito a fim de ampliá-lo.

Para tanto, realiza um estudo abordando a relevância a partir de três perspectivas, a saber, como: (i) Supermáxima da Categoria de Relação; (ii) Supermáxima Geral nas Implicaturas Conversacionais do Tipo *Standard* e (iii) Supermáxima Geral nos Casos de Implicatura Conversacional por Quebra de Máximas.

Ao tomar a relevância como máxima de Relação, Costa verificou que, nas trocas conversacionais, ela gera implicaturas tanto por quebra como por respeito às máximas ou ao PC, **dando origem a julgamentos de relevância que acomodam o implicado ao dito nos mais diversos níveis**. Ele sistematiza suas conclusões como segue.

- (a) Relevância como relação entre conteúdo do enunciado e o ato comunicativo.
- (b) Relevância como conexão entre enunciado-tópico, o que pode originar mudanças no tópico da conversação. Trata-se de uma conexão semântica entre o conteúdo dos enunciados.
- (c) Relevância como conteúdo dos enunciados de A e B dentro do mesmo tópico ou do princípio de cooperação.
- (d) Relevância como relação necessária entre as partes de um mesmo enunciado. Trata-se de relevância intraenunciativa, a partir da relação entre o conteúdo semântico das partes de um enunciado.
- (e) Relevância como relação entre a forma da expressão e o dito: a relevância se estabelece a partir da relação necessária entre a acentuação de um enunciado e seu conteúdo.

Nos casos em que a relevância é tomada como supermáxima da categoria de Relação, **a implicatura surge para harmonizar relações entre as várias funções do jogo comunicativo**. Acreditando que a relevância parece se comportar de forma diferente em casos de implicaturas conversacionais do tipo *standard* e por quebra, Costa efetua uma análise separada de cada caso. Assim, a fim de generalizar sobre o comportamento da relevância no caso de implicaturas conversacionais do tipo *standard*, ele estuda cada uma das categorias do sistema griceano, e verifica que o cerne da questão consiste no tipo de informação que o interlocutor oferece: é ela a informação mais relevante possível?

Assim sendo, Costa percebe que, no caso de uma implicatura conversacional *standard*, mesmo que não haja quebra explícita de nenhuma máxima, o falante parece autorizar a implicatura mediante um juízo de relevância máxima em cada categoria de cooperação **“nos casos de implicatura conversacional *standard*, a implicatura acrescenta-se ao dito para torná-lo o mais relevante possível”** (COSTA, 1984, p.96).

Vejamos como fica a relevância como Supermáxima Geral nos casos de implicatura conversacional por quebra de máximas. Antes de mais nada, cabe lembrar que a quebra de máximas

não significa violação do Princípio de Cooperação, pelo contrário, é justamente por procurar salvaguardar o PC que o falante opta pela quebra. Assim, o falante licencia o ouvinte a buscar uma inferência que permita compreender o que ele (falante) quis transmitir através daquele proferimento: **“nesses casos, o falante faz das máximas um veículo de suas ideias e cabe ao ouvinte depreendê-las para que a conversação satisfaça aos dois”** (COSTA, 1984, p. 125).

Verifica-se que, quando ocorre quebra de máximas, o enunciado utilizado por B **problematiza o dito**. Vejamos, segundo Costa, alguns fenômenos que podem resultar de quebra de máximas em cada categoria:

- (i) Categoria da Quantidade – o dito pode ser pouco informativo
- (ii) Categoria da Qualidade – o dito pode ser algo evidentemente falso
- (iii) Categoria da Relação – o dito pode estar fora do tópico
- (vi) Categoria de Modo – o dito pode não ser claro

Devido à possibilidade de problematização do dito, o ouvinte precisa, ao considerar esse fenômeno, posicionar-se perante o enunciado do falante. Como na proposta de Grice, o respeito ao PC deve ser sempre o objetivo último dos interlocutores, então resta ao ouvinte considerar que as violações do falante são deliberadas. No entanto, **apesar de, à primeira vista, as quebras parecerem tornar a participação do falante pouco relevante para a conversação, na verdade elas servem para que o ouvinte perceba que ele (falante) tornou-se relevante justamente pelo que implicou, valendo-se das transgressões.**

**Nas implicaturas conversacionais por quebra de máxima, o que ocorre é que o dito está a serviço do implicado.** As quebras nada mais são do que uma forma de irrelevância pragmática para que o ouvinte busque a implicatura, que é o aspecto central da significação pretendida nesses casos. (...) **nos casos de implicaturas conversacionais por quebra de máxima, a implicatura é a relevância pragmática do dito** (COSTA, 1984, p. 128-129, grifo nosso).

Feitas essas observações, Costa reformula o modelo, reordenando-o tendo em vista as seguintes considerações. Como demonstrado por ele, a noção de relevância não abrange fenômenos de natureza homogênea, mas caracteriza-se por estabelecer uma relação articuladora em todos os níveis de cooperação. Assim, a recuperação das implicaturas segue-se de julgamentos de relevância mediante relações como as apresentadas abaixo:

- (a) entre componentes do dito (dito-dito)
- (b) entre o dito e o tópico
- (c) entre o dito e o ato comunicativo
- (d) entre o dito e o implicado
- (e) entre o implicado e o tópico
- (f) entre o implicado e o ato comunicativo

Dado esse caráter multiforme e onipresente da relevância, Costa entende ser melhor tratá-la como uma propriedade do fenômeno de cooperação conversacional do que como uma simples máxima, ao nível das demais: **“a relevância é a propriedade pragmática por excelência”**



(COSTA, 1984, p.99). A análise do comportamento da relevância nos diversos contextos e níveis apresentados permite Costa afirmar que as próprias máximas caracterizam-se por serem fenômenos de naturezas distintas. Assim:

- (i) **Máxima da Quantidade:** relação mais relevante entre o dito e a expectativa informacional do ouvinte.
- (ii) **Máxima da Qualidade:** relação mais relevante entre o dito e o falante.
- (iii) **Máxima da Relação:** relação mais relevante entre o dito e o tópico.
- (vi) **Máxima de Modo:** relação mais relevante entre a forma e o conteúdo semântico do dito.

Com base nessas considerações, Costa propõe o reordenamento das máximas. Para ele, deve-se tratar a **relevância como uma função pragmática** que indica a relação entre os componentes do ato comunicativo. Assim, sugere que ela seja alçada à condição de uma supermáxima ligada diretamente ao princípio geral de cooperação: **“Seja o mais relevante possível”**.

A máxima da relevância, localizada sob o escopo da categoria da relação, tal como elaborada por Grice, aponta para a conexão necessária entre dito e tópico. Nessas condições, a máxima refere-se apenas à forma mais explícita ou à estrutura mais superficial da relevância. Agora, contudo, é importante diferenciar a máxima propriamente dita, da supermáxima ligada ao princípio geral de cooperação, segundo o qual se deve buscar a máxima relevância possível. Com isso, Costa insere a relevância no cálculo.

**Quadro 1** – Cálculos Grice/TIG (1975) e Costa/TIGA (1984)

Cálculo conforme Grice (TIG)	Cálculo conforme Costa (TIGA) (um exemplo)
1 - A disse <b>p</b> . 2 - Não há motivos para pensar que A não esteja observando as máximas, ou pelo menos o princípio da cooperação. 3 - Para que A diga que <b>p</b> e esteja na verdade observando as máximas, ou pelo menos o PC, A deve pensar que <b>q</b> . 4 - A deve saber que é conhecimento mútuo que <b>q</b> deve ser suposto se A está sendo cooperativo. 5 - A não fez nada para evitar que eu, o receptor, pense <b>q</b> . 6 - Sendo assim, A pretende que eu pense que <b>q</b> e, ao dizer que <b>p</b> , implicou <b>q</b> <sup>94</sup> .	A = emissor B = receptor <b>p = Enunciado</b> C = suposições contextuais q <sub>1</sub> +> Implicatura 1 - A afirmou <b>p</b> . 2 - A afirmou algo aparentemente falso. 3 - A, ainda assim, deve estar cooperando. 4 - A sabe que B sabe C {c <sub>1</sub> , c <sub>n</sub> }. 5 - A <b>só será relevante</b> afirmando <b>p</b> se pretender que B pense Q <sub>1</sub> . 6 - A não fez nada para evitar que B pense q <sub>1</sub> . 7 - Sendo assim, A afirmou <b>p</b> e implicou q <sub>1</sub> .

**Fonte:** a autora.

<sup>94</sup> Grice, 1989, p. 31. (tradução nossa)

Há, portanto, uma lacuna na categoria de Relação, e duas alternativas: ou se exclui tal categoria, dado que a relevância já está garantida pela supermáxima, ou se mantém a categoria, supondo-se que ela ainda tenha um papel a efetuar dentro do sistema. Costa opta por mantê-la, pois como já disse e demonstrou, há diferentes tipos de relações de relevância. Sugere, então, que ela seja preenchida pela máxima “Seja adequado”. Para o teórico essa manobra é possível por permite:

- (i) diferenciar a função “Seja adequado” ao nível enunciado-dito, da função “Seja o mais relevante possível” ao nível do ato comunicativo.
- (ii) conservar a categoria de Relação, para não permitir a confusão em casos de quebra de relevância ao nível do dito para gerar implicatura, e casos de não cooperação ao nível da maior relevância comunicativa.
- (iii) evitar, quanto ao uso do rótulo ‘adequação’ a ambiguidade do lexema ‘relevância’.

Apesar dessa breve resenha, é foi possível observar como Costa, no seu trabalho de 1984, rearticulou a posição e o papel da noção de relevância dentro do modelo griceano, tornando-a mais forte e abrangente, pois agora está subordinada ao Princípio da Cooperação. Ele demonstrou, portanto, que ela atua nos diversos níveis conversacionais, harmonizando e acomodando as relações entre o dito e o implicado, ao dizer que, seja qual for o tipo de implicatura gerada, a implicatura a ser selecionada pelo ouvinte é aquela a partir da qual o falante queria torna-se o mais relevante possível. Ao transformar a máxima em uma megamáxima, Costa (1984) supõe que o falante sempre estaria se orientando por ela, daí também poder afirmar que tal megamáxima orientaria as demais, afinal, um falante, em qualquer troca, sabe que não deve fazer sua contribuição mais/menos informativa do que o requerido (categoria da Quantidade), não deve dizer algo que saiba ou considere falso (categoria da Qualidade) e deve evitar ser ambíguo e obscuro (categoria de Modo). Após reavaliar o papel da relevância no modelo de Grice, Costa sistematiza as inferências através do seguinte quadro.

### **Inferências Pragmáticas (não-ditos) Tipos de Implicaturas**

#### **Quanto à natureza pragmática**

- 1 - Convencionais: relação dito-léxico
- 2 - Conversacionais: relação dito-contexto-princípio da cooperação

#### **Quanto ao tipo de causa**

- A - *Standard*: respeito às máximas
- B - Quebra: violação das máximas

#### **Quanto ao tipo de contexto**

- A - Generalizada: contexto geral (regras linguísticas)
- B - Particularizadas: contexto particular (regras comunicacionais)

Por fim, Costa (1984) organiza o modelo ampliado, reconsiderando o papel da relevância, conforme segue.

## MODELO DE GRICE AMPLIADO

### Esquema Informal Princípio da Cooperação Regras Gerais da Conversação

**Supermáxima Geral** - Seja o mais relevante possível.

#### I – Categoria da Quantidade

**1ª Máxima** - Faça a sua contribuição tão informativa quanto o exigido (para o propósito da conversação)

**2ª Máxima** - Não faça sua contribuição mais informativa do que o exigido

#### II – Categoria da Qualidade

**Supermáxima** - Diga somente o que você sabe

**1ª Máxima** - Não diga o que considerar falso

**2ª Máxima** - Não diga algo que não possa assumir como sabendo

#### III – Categoria da Relação

**Máxima** - Só diga algo adequado ao assunto da conversação

#### VI – Categoria de Modo

**Supermáxima** - Seja claro

**1ª Máxima** - Evite obscuridade

**2ª Máxima** - Evite ambiguidade

**3ª Máxima** - Seja breve (evite prolixidade)

**4ª Máxima** - Seja ordenado

Costa (1984. p. 133) chama o seu modelo ampliado informal por considerar que o modelo original também apresenta tal propriedade. Para ele, “Grice quis implicar com sua explícita informalidade, os problemas que existem para que a lógica *standard* sistematize as inferências do tipo implicatura conversacional”.

Apesar das críticas, poucas foram as que não se limitaram apenas a fazer sugestões com o objetivo de fortalecer o núcleo estrutural do modelo griceano. Sperber e Wilson (1986/1995), na sua obra **Relevance: Communication and Cognition**, consolidaram suas observações a ponto de acabarem gerando uma nova proposta teórica. Essas críticas giram em torno não só do potencial descritivo da teoria, para o qual apresentam uma alternativa. Embora metodologicamente interessante, ela se mostra, em alguns aspectos, informacionalmente mais pobre. Contudo, e é esse aspecto que realmente irá nos interessar aqui, essa proposta é altamente relevante e importante – por causa das suas considerações no nível explanatório.

A relevância, no trabalho de Costa, embora esteja diretamente subordinada ao PC, o modelo de Grice, mesmo mais forte, continua tendo o PC como uma entidade solta na cabeça das pessoas: não há conexão com nenhum modelo de natureza cognitiva. Dessa forma, mantém-se a crítica de Sperber e Wilson a respeito da falta de plausibilidade cognitiva. É nesse espaço que a adoção da TR torna-se tão importante. Ela vem trazer o suporte explanatório que faltava, e o faz de maneira psicologicamente mais interessante, ou seja, traz a explicação na interface com as ciências

cognitivas. Além disso, a adoção da TR, além de dar conta de como a seleção de contexto é feita bem como do tipo de cálculo e da natureza da inferência envolvidos – também mexe no estabelecimento da interface externa, a saber, com a comunicação. A seguir, veremos a Teoria da Relevância, um modelo que, embora tenha suas bases na TIG, criticou-a quanto à debilidade do seu caráter explanatório, e acabou buscando na Lógica e na Psicologia elementos para uma abordagem da interpretação comunicativa fundamentada na cognição.

Nesta seção, procuramos apresentar as contribuições da TIG para o estudo do significado e como ela realmente sustenta a importância desempenhada por abordagens de natureza pragmática como disciplinas auxiliares da semântica. Vimos também que a alteração de alguns pontos frágeis capacitou-a para descrever e explicar o significado implícito, carregado por enunciados da linguagem natural, e a compreensão dos mesmos: não apenas por que se tornou logicamente mais consistente, através de Gazdar (1979); mas também porque está agora mais abrangente e potencialmente mais explicativa, através de Karttunen e Peters (1979), Sperber e Wilson (1982) e Costa (1984).

### 3.3 TEORIA DA RELEVÂNCIA (TR)

A Teoria da Relevância<sup>95</sup>, desenvolvida por Dan Sperber e Deidre Wilson, apesar de ter sua origem na problematização feita pelos autores a certos aspectos do modelo griceano, especialmente do ponto de vista explanatório, observa as linhas centrais das reflexões de Grice no que tange ao papel e à importância da inferência e da intenção. Dessa forma, apesar de parecer um tanto diferente da TIG, que lhe serviu como ponto de partida, os modelos, como defenderemos, não precisam ser considerados incompatíveis entre si, uma vez que, ao articularmos as teorias, a TR, que será apresentada a partir de agora, garantirá parte do suporte explanatório do aparato teórico que estamos buscando construir – sem contar com a contribuição, em vários aspectos também, no nível descritivo.

Como vimos, Grice abriu um novo caminho para o estudo da comunicação humana – verbal e não-verbal – ao dizer que esse fenômeno está pautado na expressão e no reconhecimento de intenções<sup>96</sup>. As suas propostas tiveram também grande impacto no desenvolvimento da Pragmática, enquanto teoria da interpretação dos enunciados.

Uma pragmática inferencial deve dar conta de como um ouvinte captura o significado pretendido pelo falante a partir da evidência fornecida, dado que, na maioria das vezes, o significado dos enunciados vai além daquele conteúdo codificado; esse conteúdo a mais, por sua vez, constitui justamente o elemento que acaba sustentando a racionalidade do ato comunicacional. Grice sugeriu um modelo de comunicação que tem na cooperação a sua propriedade mais elementar. Assim, na conversação, os interlocutores sempre buscariam respeitar o PC, obedecendo ou não às máximas, quando necessário. Como consequência disso, os enunciados geram certas expectativas que guiam o

<sup>95</sup> Todas as traduções – literais e livres – são de responsabilidade da autora desta tese.

<sup>96</sup> Agora não mais como um objeto psicológico subjetivo, mas como um construto teórico objetivo. A intenção vai ter igualmente um papel fundamental na TR, onde é concebida como um estado psicológico cujo conteúdo (pensamentos, desejos, atitudes ou crenças) deve ser mentalmente representado.

ouvinte do significado da sentença em direção ao significado do falante, o qual é apreendido através de um cálculo supostamente informal, modelado por Grice como a regra que orienta o ouvinte a inferir aquilo que o falante quis comunicar. Contudo, para Sperber e Wilson, o modelo inferencial de Grice:

**precisa de um trabalho radical a fim de tornar-se explanatório.** Uma resposta psicologicamente realista deve ser dada a questões como: Qual informação compartilhada é explorada na comunicação? Que formas de inferência são usadas? O que é a relevância e como ela é alcançada? Que papel a busca pela relevância desempenha na comunicação? (SPERBER e WILSON, 1995, p. 38).

A TR foi construída não só para dar conta das fragilidades e lacunas da TIG, seu objetivo é mais ambicioso: dar conta do processo comunicacional como um todo<sup>97</sup>. E isso só pode ser obtido, dizem os autores, a partir de uma abordagem construída sobre bases explanatórias psicologicamente plausíveis. Os autores partem, portanto, da seguinte suposição: os seres humanos estão engajados numa atividade que se estende por toda a sua vida, qual seja, a de derivar informações do seu ambiente, construindo a melhor representação mental possível de tais eventos. Nessas condições, aproximar a TR da Psicologia Cognitiva foi um passo importante para a construção de um objeto dentro das ciências naturais. Esse tratamento explanatoriamente adequado da compreensão de enunciados deve, então, contemplar a maneira como a **informação é representada e como é inferencialmente processada na mente.**

Dada a forma como a TR foi concebida, a comunicação é vista como um dos fenômenos relacionados e dependentes dessa tendência geral e natural do homem de enriquecer suas suposições sobre o mundo, representando-as e representando-o cognitivamente. Por basear-se na transmissão de informações, a comunicação consiste numa das formas mais importantes que o ser humano dispõe de acessar e interagir com essa representação. Para Sperber e Wilson, uma teoria com compromissos cognitivos pressupõe que a comunicação esteja a serviço de um objetivo que não se encerre nela mesma: mais importante ainda é entender como, através do ato comunicacional, suposições novas afetam a representação que as pessoas já têm de um estado de coisas.

Para os autores da TR, se a questão é o tratamento da comunicação humana, parece natural – e até óbvio – desenvolver o modelo construindo uma interface com as ciências naturais<sup>98</sup>, oportunizando uma explicação cognitivamente realística da forma como as pessoas se compreendem. Através desse movimento, eles procuram suprir a plausibilidade explicativa que faltava ao modelo griceano tendo em vista a abordagem da forma como os ouvintes chegam à recuperação, por exemplo, do conteúdo proposicional explícito, da força ilocucionária<sup>99</sup> e, obviamente, dos implícitos,

<sup>97</sup> Desde os gregos até a Semiótica moderna, a comunicação tem sido basicamente tratada à luz de um único modelo, denominado de Modelo de Códigos.

<sup>98</sup> Ao considerar a cognição, os autores envolvem-se com aquelas representações que permitem o mapeamento entre mente e cérebro. Nessa perspectiva, as propriedades mentais são tratadas como sendo biológicas na sua natureza.

<sup>99</sup> Somente a partir de aspectos contextuais, e através de processos pragmáticos, é possível decidir se o enunciado ‘Você vai votar’ deve ser tomado como uma (i) pergunta, (ii) uma declaração ou (iii) uma ordem. Dessa forma, (i), (ii), e (iii) caracterizam algumas possibilidades de força ilocucionária que um enunciado pode expressar, ou seja, da intenção de uso do enunciado por parte do emissor.

uma vez que isso exige um envolvimento com a descrição de como esse fenômeno se dá na cabeça – leia-se cérebro/mente – das pessoas<sup>100</sup>, daí a naturalização do objeto.

A TR ocupa-se com a **descrição e explicação da natureza do processo inferencial<sup>101</sup> envolvido da comunicação, através do qual as pessoas partem de suposições e chegam a suposições** (SPERBER; WILSON, 1995). Por apresentar-se como uma teoria geral da comunicação, ao tratar da comunicação verbal, a TR acaba trazendo contribuições para a interface Semântica/Pragmática, dado o papel da linguagem natural na comunicação humana. O modelo deve dar conta de um diálogo como abaixo:

- (1) A: Você vai votar em Gore?  
B: Odeio pagar impostos.

que, à primeira vista, poderia parecer absurdo, mas é perfeitamente possível num contexto em que outro candidato, no caso, Bush, tenha desenvolvido fortemente sua campanha com base na redução dos impostos. B implica, portanto, que não irá votar em Gore, e sim em Bush. Isso, de certa forma, Grice fez através da noção de implicatura conversacional na TIG – no caso, temos uma implicatura conversacional particularizada por quebra da máxima de Relação. No entanto, para os autores, é preciso mostrar como essa, e não qualquer outra, interpretação foi a selecionada, e como esse, e não qualquer outro, contexto foi construído. Ao falar apenas no respeito ao PC, fica a questão: qual a natureza do PC? Daí a crítica ao poder explanatório da TIG.

Um modelo pragmático deve também contemplar, por exemplo, situações como a que segue: após ter ouvido as redes jornalísticas declararem Gore como o vencedor das eleições, uma pessoa fica sabendo que elas retrataram tal declaração, apontando agora Bush como o vencedor. Dada a contradição, o indivíduo tende a buscar informações que a solucionem, afinal, ele tinha como suposição aceita – e, portanto, assumida como verdadeira – a de que a vitória era de Gore. O ser humano parece ter uma tendência a resolver contradições. É claro que não é a contradição o que move o ser humano, mas, se a sua solução for interessante, no sentido de enriquecer suas suposições sobre mundo, não importa o que o indivíduo fará com essa informação, então ele procurará resolvê-la.

Vejam os mais detalhadamente alguns aspectos da TIG discutidos por Sperber e Wilson. Como já mencionamos várias vezes, a primeira crítica volta-se à carência explicativa do modelo griceano no que toca a esclarecimentos a respeito da natureza do PC e das máximas (SMITH; WILSON, 1992). O problema é que Grice apresentou-os como condições essenciais para a comunicação, mas não foi além de sugerir a possibilidade de que essas regras que governam a

---

<sup>100</sup> É importante ressaltar que o modelo não corresponde a nada na realidade. Seu objetivo é servir como uma construção análoga ao objeto que está descrevendo, no caso, as inferências espontâneas efetuadas pelas pessoas na comunicação diária.

<sup>101</sup> A inferência é tratada como uma propriedade do cérebro/mente, este, por sua vez, construído como um objeto físico, de maneira monista.

conversação tenham sido apreendidas concomitantemente ao processo de aquisição da linguagem<sup>102</sup>. Embora Grice tenha sido criticado ao falar em regras do ato comunicacional, Costa (2007, p. 2) lembra que “não é possível nem inimaginável, segundo ele [Grice], que um ato comunicativo pudesse ser totalmente livre, a ponto de falante e ouvinte perderem o controle do próprio jogo”.

O autor da TIG também deixou não-especificadas as definições dos termos cruciais que constituem a parte descritiva do modelo, tais como: ‘relevância’, ‘brevidade’, ‘informação requerida’, ‘propósitos de troca’, etc. (WILSON e SPERBER, 1991). Sperber e Wilson discutem a suposição feita por Grice, e sustentada por autores como Kempson (1975) e Horn (1985), de que algumas máximas teriam um papel mais expressivo do que outras, como é seria o caso da máxima da Qualidade. Horn chegou a sugerir que sem ela, todo o aparato teórico que sustenta questões referentes à conversação e implicaturas entraria em colapso. Contudo, embora a intuição de Horn a respeito do papel da verdade para a comunicação proceda, e, como veremos, será contemplada na TR, a abordagem dessa questão no modelo de Sperber e Wilson, especialmente por ser, via máxima, será questionada.

Ao adotarem a teoria inferencial griceana, Sperber e Wilson obviamente identificam-se com a refutação do Modelo de Códigos como descritivamente adequado para dar conta da comunicação. Afinal, Grice e Lewis (este último que também se dedicou ao estudo da inferência para a compreensão) apresentaram a teoria inferencial como uma alternativa para a substituição do Modelo de Códigos. No entanto, os autores da TR optam por não excluir o papel do Modelo de Códigos, sugerindo uma abordagem alternativa, pois alegam que a comunicação, na verdade, engloba ambos os processos: código e inferência convivem harmônica e complementarmente na TR.

Sperber e Wilson também discutiram a maneira como Grice modelou o processo através do qual os enunciados dariam origem a uma expectativa que orienta a interpretação, uma vez que os autores não acreditam que tal processo tenha algo a ver com o PC e/ou com as máximas – ou seja, com qualquer tipo de norma. Os autores questionam a necessidade de supor uma hierarquia na importância das máximas por um motivo mais forte ainda: para eles as máximas e o PC não existem – não sendo, portanto, teoricamente necessários para modelar a geração de conteúdos extras. Eles querem uma abordagem que não dependa de “um sistema baseado em regras ou máximas, mas [que] se constrói e se desenvolve a partir de um princípio cognitivo geral” (SMITH; WILSON, 1992, p. 4).

Sperber e Wilson também questionaram o fato de Grice ter se dedicado quase que exclusivamente ao aspecto implícito da comunicação, deixando o conteúdo explícito relegado a um segundo plano. O dito, na TR, recebe uma atenção especial: os autores dedicaram-se à investigação de como a desambiguação, a atribuição de referência, por um lado, e processos pragmáticos, por outro, contribuem para o enriquecimento de complementação do dito<sup>103</sup> (nos termos de Grice) –

---

<sup>102</sup> Cabe ressaltar, contudo, que, na época em que Grice desenvolveu o seu modelo, não eram expressivos os avanços e pesquisas sobre aspectos da cognição humana.

<sup>103</sup> É a partir disso que os autores desenvolvem a noção de explicatura.

daquele conteúdo suscetível às condições-de-verdade – e não diretamente para a obtenção do implicado.

O ser humano está exposto a várias informações e é objeto para o qual vários estímulos são produzidos. Esses estímulos podem ser intencionalmente enviados de um ser humano a outro – uma mensagem num processo comunicacional –; ou serem simplesmente coisas que estão no mundo e podem ou não chamar a atenção do indivíduo. Por exemplo, Sherlock Holmes prestava atenção a coisas (um enunciado, de uma imagem, de um som, etc.) que, mesmo estando também disponíveis a outras pessoas, interessavam somente a ele, pois eram relevantes a ele, ou que faziam mais sentido ao detetive inglês do que aos demais. Como, então, tratar de uma comunicação considerada nesses moldes?

Para Sperber e Wilson, a comunicação, dentre tantos outros processos inerentes aos seres humanos, está diretamente relacionada a e é regulada por uma propriedade que caracteriza a natureza da cognição humana. Tal propriedade acaba sendo explorada pelas pessoas também quando engajadas no reconhecimento da intenção e na identificação do significado do falante. Essa propriedade foi batizada através do rótulo Relevância. Segundo os autores, a Relevância é uma propriedade potencial não apenas de enunciados e de outros fenômenos observáveis, mas também de pensamentos, lembranças e conclusões de inferências.

Nesse sentido, quando se fala em relevância, não mais se está tratando de uma máxima, que faz parte do sistema descritivo do modelo – passível de ser obedecida, violada ou explorada –, mas sim de um aspecto próprio e geral da cognição humana: **“os processos cognitivos humanos são voltados para o alcance do maior efeito cognitivo possível pelo menos esforço de processamento possível”** (SPERBER; WILSON, 1995, p. vii).

Um dos processos cognitivos aos quais os autores se referem seriam os processos pragmáticos, responsáveis pelo preenchimento do gap entre as representações semânticas das sentenças e a interpretação dos enunciados, em um contexto, os quais, dirigidos pela relevância, permitiriam a recuperação não de qualquer interpretação compatível com a representação semântica, uma vez que várias interpretações podem ser admitidas, mas daquela efetivamente pretendida pelo falante, a qual seria, em última instância, a única que valeria o esforço feito pelo ouvinte. **A tese básica da TR é a de que as expectativas de relevância, originadas a partir dos enunciados, são por si só precisas e preditivas o suficiente para guiarem o receptor ao significado do falante, daí a possibilidade de abrir mão das máximas e do PC griceanos.**

Sperber e Wilson não discordam de Grice a respeito da importância de um contexto para uma abordagem pragmática. Na TR, o contexto<sup>104</sup> tem um papel especial, pois os autores centraram seus esforços a fim de determinarem a natureza e de descreverem o papel efetivamente exercido por ele. No entanto, segundo os autores, o fato de Grice não ter esclarecido como as informações contextuais

---

<sup>104</sup> Este contexto psicológico consiste no conjunto de informações que vão sendo consideradas relevantes para o entendimento do que está querendo ser comunicado e que vai aumentando progressivamente ao longo da conversação (SPERBER; WILSON, 1995).



são selecionadas e usadas em uma derivação impede que a TIG possa se apresentar como um modelo explanatoriamente adequado; aliás, como vimos, a TIG está, de certa forma, envolvida com os problemas gerados pela hipótese do conhecimento mútuo, afinal, o modelo toma a noção de contexto como algo previamente fixado e já conhecido.

Para Grice, a implicatura caracteriza-se por ser aquele conteúdo implícito, obtido através de um cálculo informal, que justifica o dizer o dito: as implicaturas partem do dito tendo em vista a observação do PC. Esse implícito é recuperado não por mera interpretação ou em função unicamente do conhecimento linguístico, mas por uma derivação mais organizada, garantindo a troca comunicacional. Vimos que Sperber e Wilson, ao elevarem a relevância a um princípio cognitivo geral, dizem que os estímulos serão relevantes contanto que tragam benefícios cognitivos pelo menor esforço. Assim, eles revisitam a noção de implicatura conversacional.

A implicatura, esse significado que garante o sucesso de um ato comunicacional, desdobra-se em duas partes. A primeira delas consiste nas **premissas implicadas**, que correspondem ao conjunto de suposições que o emissor seleciona do seu conjunto de representações de mundo, que já tem estocado, em relação às quais irá processar o enunciado a ser interpretado. A segunda parte consiste nas **conclusões implicadas**, informações fruto da interpretação daquele enunciado naquele conjunto específico de premissas, as quais encerram e garantem a compreensão do enunciado. Ambas são obtidas inferencialmente.

Essas suposições derivadas da informação nova e das premissas implicadas foram denominadas pelos autores de **implicações contextuais**. Assim, quanto mais implicações contextuais um enunciado gerar, mais relevante ele será – desde que envolva o menor esforço de processamento –, pois mais benefícios cognitivos, ou seja, mais relações serão estabelecidas com a representação de mundo do indivíduo – voltaremos a essa questão.

Uma outra crítica feita pelos autores da TR à TIG está relacionada às formas de inferência envolvidas na operação normal das máximas. Segundo Sperber e Wilson, a inferência é a chave para dar conta da compreensão, especialmente daquela que tem no implícito a sua maior contribuição, daí a importância de se investigar os processos de pensamento. Se, como parece plausível, são inferências não-demonstrativas que estão envolvidas, como a operação ocorre? Embora as máximas tenham sido removidas da descrição que fundamenta a explicação do sistema interpretativo griceano, e o cálculo proposto por Grice contestado, a questão do processo inferencial permanece e, na TR, será um dos aspectos aos quais os autores irão dedicar uma atenção especial.

Se trabalhar com a intenção acarreta um envolvimento com o implícito, que foi modelado através da noção de inferência não-trivial, no caso de Grice, tipo implicatura, então não se pode negar que o tratamento do aspecto inferencial da comunicação acarreta um envolvimento com questões a respeito do raciocínio. Wilson e Sperber (1991) divergem das opiniões de teóricos como Brown e Yule (1983), Beaugrande e Dressler (1981) e Levinson (1983) quando estes afirmam que, embora as pessoas até possam raciocinar conforme previsto pela lógica *standard*, os raciocínios envolvidos na comunicação e para a compreensão no dia-a-dia caracterizam-se por serem fruto de

um processo por demais obscuro e solto. Sperber e Wilson acreditam que a posição dos autores citados leva à conclusão – fortemente questionada na TR – de que é possível ignorar qualquer elemento de raciocínio dedutivo nos ‘soltos’ e ‘imperfeitos’ processos envolvidos na interpretação de enunciados (WILSON; SPERBER, 1991).

Sperber e Wilson concordam com Grice quando este diz que a comunicação é alcançada a partir de processos inferenciais, no entanto eles divergem com o autor da TIG no que se refere ao processo que potencializa a obtenção de tais implícitos: para Grice, elas são fruto de um cálculo supostamente informal, já Sperber e Wilson não veem por que não tratar desse processo via dedução – mesmo que as inferências sejam não-triviais. Para eles, é justamente essa a ferramenta que permite que inferências não-triviais possam ser obtidas bem como serem as mesmas para um dado contexto C, evitando, assim, que a interpretação tenha um caráter puramente subjetivo, e atribuindo um certo rigor e precisão às derivações.

Na TR, Sperber e Wilson apresentam descritiva e detalhadamente o que seria uma sugestão para o cálculo griceano. Os autores acreditam que a dedução permite não só tratar de maneira mais organizada o processo de apreensão de inferências espontâneas – não-demonstrativas –, como também tem um apelo psicológico mais plausível tendo em vista certos aspectos cognitivos intrínsecos à compreensão humana. Na conversação do dia-a-dia, os interlocutores não procuram esgotar todas as inferências lógicas possíveis sob o escopo da dedução, afinal, dadas duas premissas ‘p’ e ‘q’, por exemplo, várias conclusões podem ser derivadas, tais como: ‘p’ e ‘p’, ‘p’ e ‘q’, ‘q’ e ‘q’, ‘p’ ou ‘p’, ‘p’ ou ‘q’, ‘q’ e ‘q’, e assim indefinidamente (COSTA, 1984).

Se, por um lado, os indivíduos não verificam todas as possibilidades de cálculo para chegar às suas conclusões, e, no entanto, chegam a algumas (até porque, para o cálculo dedutivo, na Lógica formal, essas possibilidades podem ser infinitas); por outro, não se perdem numa interpretação que exija uma inferência não-demonstrativa – então o processo comunicativo, ao mesmo tempo em que é rápido, eficiente e finito, não se caracteriza como solto e aleatório. Além disso, por exemplo, as pessoas detectam e procuram resolver contradições, estranham tautologias, etc.

E é esse um dos aspectos singulares mais inovadores e fortes do modelo, a apresentação do que os autores denominaram de **mecanismo dedutivo humano**: uma abordagem para a inferência espontânea (não-demonstrativa) que, ao mesmo tempo em que não se submete às rígidas regras da lógica, parece ter no raciocínio dedutivo a sua essência, daí a sugestão do uso da lógica dedutiva para modelar o processo interpretativo:

nós verdadeiramente acreditamos que a inferência não-demonstrativa desempenha um papel crucial na interpretação de enunciados. Nós também acreditamos que o raciocínio dedutivo tem uma contribuição crucial para o processo inferencial não-demonstrativo espontaneamente usado na interpretação de enunciados (SPERBER; WILSON, 1991, 377).

Nesse sentido, a lógica entra no modelo como um instrumento auxiliar, garantindo recursos para o desenvolvimento de uma forma de descrever, mesmo que em parte, como a cognição dirigiria

e restringiria a seleção de uma interpretação. O cálculo inferencial não-demonstrativo consiste em processo espontaneamente realizado pelos indivíduos durante a interpretação dos enunciados na comunicação diária: os seres humanos selecionam, das inúmeras interpretações pragmáticas possíveis (compatíveis com a decodificação), daí a ligação com o dito e, portanto, com a Linguística, aquela mais adequada para o sucesso do ato comunicativo.

Os autores acreditam que tal restrição seja de natureza cognitiva, operacionalizada e potencializada pelo raciocínio dedutivo que caracteriza o dispositivo dedutivo humano, o qual, por sua vez, é orientado pela relevância. De acordo com a TR, os seres humanos são dispositivos eficientes de processamento de informação. Nessas condições, a eficiência é definida em relação a um objetivo e avaliada como um balanço entre a noção de custo e aquilo que foi adquirido. A relevância, enquanto princípio cognitivo, é abordada dentro de dois limites: o custo de processamento e a obtenção de benefícios cognitivos.

Segundo os autores, de uma forma mais geral, é possível dizer que comunicamos pensamentos, suposições ou informações. Na TR, **pensamentos** consistem em representações conceituais (em oposição a representações sensoriais ou estados emocionais); as **suposições** consistem nos pensamentos quando tratados por um indivíduo como representações do mundo real (em oposição à ficção, desejos ou representações de representações – metarrepresentações). Sperber e Wilson usam o termo ‘informação’ de forma bem abrangente: informação não se refere somente a fatos, mas também a toda suposição duvidosa e falsa apresentada como factual<sup>105</sup>. **A suposição caracteriza-se por ser um conjunto estruturado de conceitos que constituem a representação que o indivíduo tem sobre o mundo real.** E é o conjunto formado por tais representações que é alterado em cada processamento relevante. Sendo assim, tanto as premissas quanto as conclusões implicadas são, portanto, suposições.

As suposições que o indivíduo tem representadas na memória é uma das fontes de premissas para o mecanismo dedutivo, mais especificamente, trata-se da fonte do contexto no qual os novos estímulos recebidos serão processados. O acesso a essas informações é livre, o que permite supor o processo inferencial não-demonstrativo como tendo a propriedade de ser global<sup>106</sup>, pois se caracteriza pelo livre acesso a qualquer informação conceitualmente representada na memória. Outra fonte de premissas são as informações que o indivíduo percebe e/ou recebe; e é justamente a integração e articulação das informações novas com as já armazenadas que caracterizam a natureza e determinam a função do mecanismo dedutivo, produzindo as implicações contextuais.

É expressiva a amplitude da fonte das suposições que servem como premissas para a dedução não-trivial, o processo através do qual se obtêm as inferências não-demonstrativas válidas (a compreensão), o qual foi modelado como ocorrendo através de dois estágios distintos: o da formação

---

<sup>105</sup> Essa manobra terá um papel fundamental para a explicação de como a comunicação pode falhar, bem como para dar conta do fato de que as pessoas podem não só ter certezas diferentes sobre as coisas como é justamente isso que lhes permite alterar o conjunto de suposições que têm sobre o mundo.

<sup>106</sup> Ao contrário dos processos locais, que se caracterizam por serem livres de contexto ou sensíveis a um conjunto restrito e pré-determinado de informações contextuais.

e o da confirmação de hipóteses. A formação consiste num processo criativo de raciocínio analógico, no qual ocorre a associação de ideias e deduções. Já a confirmação depende do quanto as hipóteses se ajustam ao conhecimento e às evidências. Como não há regras não-demonstrativas de inferência – como contraparte das regras da lógica *standard* – que permitam derivar de um conjunto de premissas um conjunto válido de conclusões, na comunicação as conclusões não podem ser demonstradas, apenas confirmadas. Uma primeira consequência disso é a possibilidade de haver falhas na comunicação: “é possível que o receptor falhe em decodificar ou deduzir a intenção do emissor” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 65).

A plausibilidade cognitiva da TR vem da adoção da Teoria da Modularidade da Mente, desenvolvida por Jerry Fodor (1983), segundo a qual o cérebro é tratado como especializado para a recepção de estímulos. A recepção consiste nos processos de *input* (ou perceptuais), cuja função é efetuar a decodificação dos sinais recebidos. Para Sperber e Wilson, qualquer estímulo externo ou representação interna pode servir como *input* para processos cognitivos: um enunciado linguístico, uma imagem, um som são estímulos. Ao serem capturados, são decodificados e processados pelas áreas responsáveis.

Assim, mesmo que um estímulo seja constituído de informações de diferentes naturezas – imagem, som e linguagem verbal –, cada informação, ao ser recebida, é decomposta e analisada pelo respectivo módulo e transformada no que Fodor chamou de linguagem do pensamento ou linguagem conceitual. Esse processo caracteriza-se pela conversão de sinais especializados em sinais representacionais, os quais constituem o tipo de material com o qual o cérebro pode operar – há, portanto, uma homogeneização dos estímulos internos quando representados no cérebro. Cada módulo é específico para um tipo de estímulo, não sendo possível reduzir um a outro. Além disso, são capsulados, não havendo interligação entre eles.

A decodificação linguística é tanto para Sperber e Wilson quanto para Fodor modular. Apesar de assumirem a teoria da modularidade fodoriana, Sperber e Wilson (1995) não compartilham com ele a crença de que haja um módulo específico responsável pelas inferências, para eles tais derivações seriam fruto da aplicação dos processos centrais de pensamento, que se caracterizam por serem processos de inferências não-especializados: a inferência prática, não-demonstrativa, seria uma das propriedades desses sistemas. Na comunicação, há um processo sofisticado de seleção de informações, que seria executado por tais sistemas. Seria justamente a não-especialização dos sistemas centrais que permite a conexão e obtenção de informações dos diferentes módulos de *input* para um processamento. Em outras palavras: os sistemas centrais de pensamento são, para Sperber e Wilson, o recurso que tem acesso a tais informações de cada módulo e que executa a integração entre essas informações, potencializando a execução da inferência.

Um dos aspectos que, segundo Fodor, impede a modelagem dos processos centrais consiste na expressiva discrepância entre o conhecimento que se tem da operação dos processos perceptuais em relação ao que se sabe sobre o funcionamento dos processos centrais, responsáveis pela integração das informações derivadas dos processos perceptuais e pela execução das tarefas

inferenciais (SPERBER; WILSON, 1995). Para Fodor, quanto mais global um processo, menos é possível modelá-lo. E, devido ao fato de a compreensão verbal ter a propriedade de ser global, ela é fruto dos sistemas centrais, e, portanto, não apta para ser modelada.

Segundo Fodor, é ainda inviável metodologicamente modelar a inferência prática envolvida na compreensão diária; para ele, a natureza desse processamento é semelhante ao da teorização científica, na qual, além de também haver a formação e confirmação de hipóteses, igualmente há o envolvimento de um processo global – possibilidade ampla de acesso a informações contextuais. Na verdade, o que Fodor faz é apresentar a teorização científica como modelo dos processos centrais. Todavia, Sperber e Wilson contra-argumentam.

Em primeiro lugar, enquanto o processo de avaliar e confirmar hipóteses de uma teoria científica pode levar anos, e demandar uma ampla série de evidências, a formação e confirmação de hipóteses para a compreensão de enunciados envolvem um processo quase que instantâneo, dependendo fundamentalmente do critério da acessibilidade das suposições, o quão acessíveis elas são ao receptor da mensagem – responsável pelo processamento – para a execução de tal tarefa. Além disso, os dados para a compreensão vêm de uma fonte em que todas as informações, devido ao desejo que as pessoas têm de se fazerem entender, estão já disponibilizadas: o estímulo já é oferecido pelo emissor de tal forma que possa ser reconhecido pelo receptor, otimizando, assim, o processamento por parte deste.

Para Sperber e Wilson, a camada inferencial da compreensão verbal consiste na aplicação dos processos centrais de pensamento ao *output* do módulo de decodificação linguística, e eles acreditam na possibilidade de tal modelagem. Os autores vão além: “o estudo da compreensão inferencial pode (may) trazer alguma luz sobre os processos de pensamento” (SPERBER; WILSON 1987, p. 701).

A TR inaugura, portanto, uma tradição de investigações de natureza cognitiva na Pragmática, contemplando a consistência da Lógica como instrumental. Temos então, um modelo com fundamentos de natureza lógico-cognitivos: se, por um lado, insiste na propriedade dos sistemas formais para o tratamento de questões da linguagem – das inferências não-triviais –; por outro, contempla questões referentes à forma como as pessoas representam e processam informações –, acreditando que essa maneira de modelar a comunicação possa igualmente contribuir para o avanço da elucidação dos sistemas centrais de pensamento. Vejamos, a seguir, o núcleo teórico da TR.

### (i) Comunicação

Segundo Sperber e Wilson, uma abordagem adequada da comunicação deve responder a duas questões fundamentais: o que é comunicado e como a comunicação é alcançada. A resposta para a primeira questão é: comunicamos **suposições factuais** – suposições tratadas pelos indivíduos como representações do mundo real. A fim de responderem à segunda questão, os autores precisaram analisar a adequação de um dos modelos que, desde Aristóteles até à Semiótica moderna, vem sendo

usado como a base de qualquer proposta teórica que se dedique a estudar o fenômeno comunicacional, qual seja, o Modelo de Códigos<sup>107</sup>.

De acordo com essa proposta, a comunicação é alcançada a partir da codificação e decodificação de uma mensagem. Essa forma de abordagem é fruto da crença de que as línguas são códigos – sistema que emparelha mensagens com sinais – e que esses códigos têm a propriedade de associar os pensamentos a sons (no caso da modalidade escrita, a letras). Assumir tal modelo, compromete-nos em aceitar que os conteúdos transmitidos, os pensamentos pretendidos pelo emissor, estão totalmente codificados na estrutura do enunciado. A abordagem via códigos não deixa de ter um valor importante para o tratamento da comunicação, pois mostra uma hipótese de trabalho explanatoriamente adequada, afinal, não se pode negar que as pessoas transmitem seus pensamentos através de enunciados.

Todavia, Grice, através da sua teoria inferencial, mostrou que a comunicação não consiste basicamente na codificação e decodificação de mensagens. Ao modelar a comunicação como um processo no qual o emissor oferece evidência para uma inferência – a ser executada pelo ouvinte – da sua presente intenção de comunicar algo, a propriedade descritiva do Modelo de Códigos passou a ser questionada de forma contundente.

Um outro pilar do Modelo de Códigos para tratar da comunicação consiste na necessidade de que os interlocutores se encontrem numa situação de conhecimento mútuo para se compreenderem – como vimos, até mesmo Grice, embora inovador, não escapou da necessidade da existência de um contexto mutuamente conhecido pelos interlocutores para que a compreensão ocorresse. No entanto, ao tomar a noção de conhecimento mútuo como necessária para a compreensão, o modelo acaba bloqueando explicações para a forma como o conhecimento avança, afinal, se aquilo que é preciso para a compreensão deve ser previamente conhecido e por ambos os interlocutores, como então gerar o novo?

Embora o Modelo de Códigos suponha que a comunicação, através do emprego código, permita a associação direta de pensamentos a sons (no caso da fala) e a letras (no caso da escrita), não se pode negar que há uma lacuna entre a representação semântica dos enunciados, recuperada por processos gramaticais de decodificação, até o pensamento transmitido por tal representação – e isso o Modelo de Códigos não tem como tratar de forma descritivamente adequada.

Abordagens pragmáticas que procuram dar conta desse aspecto, mas que tendem ao tratamento da representação semântica, ficam restritas ao conteúdo explícito, ao absolutamente literal. Como tratar, por exemplo, de enunciados irônicos, cuja interpretação correta, muitas vezes, consiste justamente no oposto do que foi dito. Caso houvesse uma marca sintática para a ironia, até seria possível tratá-la via Modelo de Código, pois ela observaria a exigência dessa alternativa teórica. Contudo, não há para a ironia uma marca sintática, como há, por exemplo, para a negação.

---

<sup>107</sup> O mecanismo de decodificação foi originalmente proposto Shannon e Weaver (1949) tendo em vista a comunicação de máquinas. Mais tarde, foi adotado e adaptado para a Linguística por Jakobson e Halle (1956) e Jakobson (1961), e extensamente analisado por Eco (1968, 1975, 1984).

Vejamos como o Modelo de Códigos daria conta do diálogo entre Bush e Gore – reconstruído em (2) abaixo –, quando este, que já havia telefonado para Bush reconhecendo ter perdido a eleição, entra novamente em contato com o seu adversário, informando-lhe ter mudado de ideia ao saber que a diferença de votos entre eles garantiria uma recontagem que poderia levá-lo à vitória. Como explicar o fato de Bush ter entendido que Gore estava voltando atrás na desistência da vitória, aplicando a metodologia do Modelo de Códigos ao enunciado de Gore?

- (2) **Gore:** As you may have noticed, things have changed, the state of Florida is too close to call.  
**Bush:** Let me make sure I understand, you are calling me back to retract your concession.

Como é possível observar, somente a partir da decodificação não é possível descrever como o receptor interpreta o enunciado. No entanto, não se pode negar que os enunciados veiculam de maneira bem sucedida o pensamento do emissor. Nesse momento a suposição de Grice e Lewis – a de que a comunicação é alcançada através da produção e interpretação de evidências – torna-se fundamental para o tratamento do fenômeno comunicacional – no entanto, não se pode negar que parte dessa evidência é fruto de decodificação. Por isso, Sperber e Wilson optam por não descartar o código, pelo contrário, procuram identificar descritivamente o papel desse recurso para depois sugerirem como os processos gramaticais são articulados aos processos pragmáticos. Através da TR, os autores buscam construir uma abordagem descritiva e explanatoriamente mais plausível para o fenômeno da comunicação.

O diálogo em (2) também ilustra a lacuna entre a representação semântica do enunciado de Gore e o pensamento que ele transmitiu: não é possível dizer que Gore codificou que estava retratando sua concessão. A decodificação do enunciado não é suficiente para que se possa explicar o fato de Bush ter compreendido que Gore estava voltando atrás na sua decisão, ou, ao menos, ter recuperado em primeiro lugar essa interpretação – e não qualquer outra que poderia ser igualmente compatível com o dito.

Além disso, como explicar que Bush recuperou exatamente o que Gore queira comunicar, afinal, eles não estavam numa situação de conhecimento mútuo. Foi justamente no curso da comunicação que eles chegaram a essa situação, e, ao atingi-la, uma nova suposição, uma nova informação, foi adquirida por Bush, a qual, por sua vez, teve um impacto sobre a representação de mundo que ele entretinha naquele momento: a de ser o presidente eleito (e outra, de segunda ordem, a de que estava certo disso). Numa abordagem via código, para explicar como Bush interpreta o enunciado de Gore, tal como foi pretendido por este, é preciso supor que Bush soubesse que Gore tinha mudando de ideia. É claro que uma certa dose de conhecimento mútuo é importante, e até mesmo necessária, afinal, a certificação de que se está tratando do mesmo tópico durante o processo comunicativo é fundamental para oportunizar o sucesso da troca conversacional, o problema é que a forma como essa exigência foi modelada dentro da abordagem via código é psicologicamente implausível.

Apesar de explanatoriamente consolidado, o Modelo de Códigos mostrou-se descritivamente inadequado para tratar da interpretação de enunciados na comunicação prática. Além disso, ele também não contempla questões como, por exemplo, por que as pessoas se comunicam, o que ocorre depois da comunicação. O modelo inferencial de Grice ofereceu respostas a vários problemas enfrentados pela abordagem consagrada. Através da noção de implicatura e de processo inferencial, Grice mostrou a insuficiência da decodificação para a compreensão: raramente a intenção está expressa na estrutura do enunciado.

O diálogo em (2) mostra, contudo, que o próprio Grice acaba enfrentando problemas de natureza descritiva (e explanatória) se questionado a respeito do por que exatamente aquela implicatura foi recuperada. Como já dissemos, a TIG depende, de uma certa forma, de uma noção de contexto fixa e *a priori*, portanto, Grice não tem como explicar como Bush capturou a informação pretendida por Gore, concluindo precisamente o que este queria dizer. Como dar conta da recuperação do conteúdo proposicional explícito a partir da palavra ‘things’, e da implicatura? E como explicar o fato de Gore ter usado uma expressão mais complexa para dizer o que queria dizer, quando o idioma oferece possibilidades sintaticamente mais simples? Ele poderia dizer que estava voltando atrás quanto à concessão, e pronto. Caso, por exemplo, o conjunto de fatos aos quais a expressão ‘things’ fosse diferente, provavelmente a conclusão à qual Bush chegaria seria diferente.

A comunicação é um processo que envolve dois mecanismos processadores de informação. Um dos mecanismos modifica o ambiente físico do outro. Como resultado, o segundo mecanismo constrói representações **similares** às representações já armazenadas no primeiro mecanismo. [...] A questão é: como estímulos físicos trazem a similaridade das representações exigida quando não há qualquer semelhança entre os estímulos (por exemplo, padrões sonoros) por um lado, e as representações às quais correspondem por outro? (SPERBER; WILSON, 1995, p. 1, grifo nosso).

Assim, ao invés de dizer que os enunciados transmitem os pensamentos, é preferível dizer que eles, quando decodificados pelo receptor, fornecem elementos que permitirão a esse receptor construir representações análogas às pretendidas pelo emissor. O enunciado passa a ser tratado como evidência que, ao modificar o ambiente físico do receptor, leva-o, após a decodificação, a construir inferencialmente a intenção do emissor.

O Modelo de Códigos supõe, através da codificação/decodificação, uma espécie de transmissão de pensamentos de A para B. Apesar de falar em transmissão de ideias, pensamentos, etc., o modelo não se compromete com nenhuma habilidade comunicativa ou cognitiva. Sperber e Wilson, por um lado, exteriorizam o processo comunicacional ao tratar da comunicação como uma modificação do ambiente físico do receptor por parte do emissor através da produção e recepção de um estímulo. Por outro, ao abordarem questões como racionalidade, representação cognitiva de informações e seu papel na comunicação tendo em vista processamento de informações, inferências não-triviais, etc., os autores procuram oferecer uma descrição e explicação psicologicamente plausíveis dos processos cognitivos – processos mentais – envolvidos na interpretação dos



enunciados tanto do ponto de vista do emissor, na produção, quanto do ponto de vista do receptor, na compreensão.

Embora Grice tenha proposto o modelo inferencial como uma alternativa para o de códigos, Sperber e Wilson salientam que, apesar das limitações do modelo tradicional, é um equívoco simplesmente substituir um pelo outro, apresentado uma proposta menos radical. Devido à longa tradição da abordagem via código, a tendência dos estudos foi tomar o modelo inferencial como uma extensão do Modelo de Códigos<sup>108</sup>, ao invés de procurarem localizar e compatibilizar o papel da inferência na comunicação. Há teóricos como Searle que, a fim de manter a hegemonia do modelo vigente, procuraram mostrar que, embora a forma de comunicação puramente inferencial, sem o uso da linguagem natural, exista, ela, além de muito rara, consiste em uma forma demasiadamente simples (SPERBER e WILSON, 1995).

Por um lado Searle tem razão, a substituição de um modelo pelo outro não é o caminho, uma vez que a comunicação que envolve código é substancial. Embora Sperber e Wilson também compartilhem dessa visão, salientam que há um lugar mais significativo do que aquele sugerido por Searle para o modelo inferencial no tratamento da comunicação humana pelas seguintes razões. Em primeiro lugar, casos que não encontram explicação no Modelo de Códigos, recebem um tratamento adequado dentro de uma abordagem inferencial. Por exemplo, A pergunta para B se ele vai viajar no final de semana, e B mostra-lhe a carteira vazia. Mostrar uma carteira vazia não significa necessariamente que uma pessoa não irá viajar. Em segundo lugar, embora casos como esse não sejam “importantes como exemplos da interação humana, são importantes como evidência [...] e desde que a comunicação puramente inferencial existe, o modelo inferencial é adequado por si só para dar conta de **pelo menos algumas formas de comunicação**” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 26).

Os autores não fazem, portanto, apologia a nenhum dos modelos. Pelo contrário, procuram desenvolver uma teoria geral na qual tanto a codificação/decodificação quanto a inferência tenham seu papel e autonomia, sem necessariamente dissociá-las. Após, dedicam-se a verificar aspectos da comunicação verbal, não mais concebida como paradigma da comunicação humana, embora, concordem eles, a mais empregada e que permite formas de interação na qual o ouvinte possa identificar a intenção do comunicador de forma mais precisa.

Segundo Sperber e Wilson são justamente as propriedades de cada uma dessas formas de comunicação e a adequada interação entre elas que conferem à comunicação verbal uma riqueza e eficiência especiais. Afinal, supor que as intenções possam ser ou sejam codificadas às últimas consequências com todas as suas especificidades e detalhes é incompatível com a rapidez e agilidade do processo comunicacional. Além disso, dada a possibilidade e até utilidade da vaguidade na comunicação, as suposições não precisam ser assumidas como sendo todas comunicadas da mesma

---

<sup>108</sup> Assim, corre-se o risco de tratar os processos inferenciais, fruto dos sistemas centrais, como se fossem uma espécie de algoritmo, o que é incompatível com a adoção desses sistemas (SPERBER; WILSON, 1995).

forma. Uma coisa é responder ‘sim’ à pergunta ‘Bush foi desonesto?’, outra é responder com um enunciado do tipo ‘Ele venceu à tradição dos Bush’.

Assim, embora a codificação e decodificação linguísticas estejam envolvidas na comunicação, há outro processo, outra habilidade: a inferência. Nesse caso, ao contrário da decodificação, toma-se um conjunto de premissas como *input* e produz-se um *output* que se segue logicamente ou é, pelo menos garantido, pelas premissas. Enquanto processos gramaticais recuperam a representação semântica do enunciado, o preenchimento da lacuna entre essa representação e o pensamento do emissor é feita através dos **processos pragmáticos, que trabalham inferencialmente com suposições** – lançando mão de aspectos contextuais. Em outras palavras, as informações codificadas são agora estímulos<sup>109</sup> que servem como *input* para um processo inferencial não-demonstrativo. Somente então será produzida a interpretação que levará ao significado do falante e, portanto, à compreensão.

Dada a necessidade de processos inferenciais pragmáticos para chegar à interpretação pretendida pelo emissor, o *output* da decodificação passa a ser tratado pela audiência como uma evidência da intenção do comunicador, tornando “**o processo de codificação e decodificação subserviente ao processo inferencial griceano**”, dizem Sperber e Wilson (1995, p. 27).

Um detalhe, os autores não tratam da noção de informação de maneira extensionalista, mas internacionalista, pois ela não precisa estar necessariamente relacionada a fatos no sentido de terem de corresponder a algo no mundo. O modelo de Sperber e Wilson permite calcular as inferências executadas pelo receptor a partir um conjunto qualquer de proposições. Se elas são verdadeiras ou falsas, tudo vai depender do modelo em relação ao qual elas serão cotejadas.

Por exemplo, se A diz para B, que está com muitas dívidas, que ele ganhou na loteria, mesmo que isso seja falso, B irá derivar uma série de informações a partir disso. O modelo está preocupado em modelar o raciocínio executado por B e as derivações às quais irá chegar, procurando verificar a obtenção de efeitos cognitivos e o impacto que essa informação produzirá em B. Se B ganhou ou não na loteria é irrelevante. Os autores definem efeito cognitivo como o tipo de resultado trazido por uma suposição nova recebida e processada a fim de que ela seja considerada relevante para o sistema, a qual provoca alteração daquela representação de mundo que o indivíduo possui.

Eles distinguem duas formas de transmissão de informações: a partir de evidência direta ou através de evidência indireta. A evidência direta não é considerada comunicação propriamente dita, pois qualquer coisa ou estado de coisas pode ser meio para transmitir informações. Assim, nem toda

---

<sup>109</sup> Grice e Strawson usam o termo ‘enunciado’ para referirem-se não somente aos enunciados linguísticos, ou enunciados codificados, mas a qualquer modificação do ambiente físico designado pelo comunicador para ser percebido por uma audiência e usado como evidência para a intenção do comunicador. Os autores temem que o uso desse termo possa abrir um precedente de que o comportamento comunicativo se dê apenas, ou preferencialmente, através de enunciados linguísticos, e, portanto, seja, por isso, tomado como paradigma do comportamento comunicativo geral. Assim, para manterem-se fiéis à proposta psicológica de seu modelo, eles adotam, da psicologia, o termo ‘estímulo’, o qual encerra em si qualquer modificação do ambiente físico que se pretenda que seja percebido. Portanto, **um enunciado no sentido usual é um caso especial de estímulo** (SPERBER; WILSON, 1995).

a informação considerada transmitida pode ser tratada como fazendo parte de um processo comunicacional tal como Sperber e Wilson o consideram.

Vejamos um exemplo de evidência direta. Suponhamos que A queira comunicar a B que tem uma cópia da obra **Relevance** autografada pelos autores. Tudo o que A precisa fazer é mostrar o livro a B. Suponhamos agora que A tenha perdido o livro, mas queira dizer a B que tinha uma cópia autografada. Nessas condições, a única coisa que A pode fazer para informar isso a B é oferecer uma evidência direta, só que agora não mais dos autógrafos – o que nessas condições é impossível –, mas da sua atual intenção de informá-lo a respeito. O enunciado em (3) ilustra esse tipo de evidência – por ser constituído da linguagem natural, manifesta-se sob a forma de um estímulo linguístico. Assim, o que A pode fazer é dizer:

(3) Eu tinha uma cópia autografada da obra **Relevance**.

O enunciado em (3) é o resultado da intenção atual de A de informar B de que teve tal livro; tornando-se, à luz dessa abordagem, uma **evidência direta da intenção** – ou evidência indireta. É essa segunda maneira de informar que é considerada pelos autores comunicação uma vez que envolve uma intenção aberta, explícita. Contudo, se A quiser mostrar que tem tal livro, transmitindo isso de forma que sua intenção de fazê-lo não seja compartilhada entre ele e seu interlocutor, como se fosse acidental (por exemplo, deixando o livro aberto na página onde estão os autógrafos, ou dizendo em voz alta, como se estivesse falando consigo mesmo, mas de forma que A pudesse ouvir, ‘Onde está a minha cópia autografada do **Relevance**?’), tal comportamento não é considerado por Sperber e Wilson como uma forma de comunicação – e, note-se, que em ambos os casos, no final das contas, o receptor teria a informação desejada pelo emissor. Essa informação, inclusive, poderia impactar a representação de mundo desse receptor.

Sperber e Wilson, ao desenvolverem uma abordagem cognitiva para a comunicação, enfatizam como aspectos centrais à **atenção** e aos **processos de pensamento**, considerados pelos autores como sendo diretamente relacionados à informação relevante, permitem que esta gere os efeitos cognitivos. Assim, para haver comunicação é preciso que o emissor produza algum estímulo que chame a atenção do receptor – alterando perceptivelmente o ambiente físico do seu interlocutor –, e que, através desse estímulo, ele queira **intencionalmente** comunicar seu pensamento, transmitir essa informação, de forma que ambos tenham consciência disso: “comunicar é chamar a atenção de alguém, daí que comunicar é implicar que a informação comunicada é relevante” (SPERBER; WILSON, 1987, p.697).

É o fato de o emissor ter a intenção de se comunicar e o fato de essa intenção ser capturada pelo receptor através de inferências que constituem e caracterizam os dois polos que orientam a delimitação da ideia de comunicação com a qual os autores irão trabalhar. Trata-se, por um lado, de uma **comunicação inferencial** porque **a audiência infere a intenção do comunicador a partir da evidência dada para aquele propósito**. E, por outro, de uma **comunicação ostensiva**, pois **o emissor deve manifestar abertamente, ou seja, ostensivamente, a sua intenção de comunicar-se**.

A TR caracteriza-se, portanto, como um modelo ostensivo-inferencial de comunicação que se fundamenta na cognição humana a fim de descrever e explicar a produção e a interpretação de enunciados.

Assim, dado que qualquer estado de coisas pode transmitir uma quantidade indeterminada de informações, e, dado que os autores restringiram a noção comunicação à ostensivo-inferencial, então, ao comunicar-se através de um enunciado – ou de qualquer outro tipo de estímulo –, o emissor está envolvido, na verdade, com duas intenções distintas: a **intenção de informativa**, que consiste na intenção de informar o receptor a respeito de algo; e a **intenção comunicativa**, que consiste na intenção de informar o receptor a respeito da sua intenção informativa. A intenção comunicativa consiste, dessa forma, numa intenção de segunda ordem. Sperber e Wilson defendem a importância de se supor duas camadas de intenções e a necessidade de satisfazê-las ambas: para a comunicação ser bem sucedida não basta o ouvinte reconhecer o significado linguístico do enunciado, é preciso que ele igualmente infira o significado do falante a partir do enunciado.

A descrição da comunicação em termos de intenções e inferências é, de certa forma, lugar comum. Como falantes pretendemos que nossos ouvintes reconheçam nossa intenção de informar-lhes um estado de coisas qualquer. Como ouvintes, tentamos reconhecer o que é que o falante pretende nos informar (SPERBER e WILSON, 1987, p. 699).

Uma abordagem cognitivamente plausível da comunicação, sob esse ponto de vista, deve exigir que sejam contempladas e enfrentadas as particularidades dos indivíduos.

- (4) A: Já votaste?  
B: Trabalhei até tarde ontem.

Através do significado do enunciado, só é possível recuperar a intenção informativa, mas não a comunicativa. O exemplo ilustra duas possibilidades de interpretação, especialmente no contexto norte-americano, em que o voto é optativo. Se A supõe e/ou tem no seu conjunto de representações de mundo que B faz questão de votar sempre, então irá interpretar a resposta como um não, mas que irá fazê-lo mais tarde. Se, no entanto, A supõe e/ou tem no seu conjunto de representações de mundo que B só vota quando lhe é conveniente, então A irá interpretar o enunciado como uma resposta negativa. Verifica-se, portanto, que a interpretação efetiva do enunciado irá depender de informações contextuais específicas que B acredita que A possa suprir a fim de compreender não só o que ele disse, mas o que ele quis dizer com o que disse. Por que B não disse simplesmente não ou sim? A TR também tem explicação para isso, conforme veremos mais adiante.

Como vimos, Sperber e Wilson trabalham com a suposição de que os seres humanos tendem naturalmente a representar o mundo no qual vivem, e isso é um elemento crucial dentro do modelo. Os autores concordam que, embora a noção de conhecimento mútuo seja empiricamente inadequada, a verdade é que o processo comunicativo, além de gerar informação compartilhada, de certa forma, também depende de uma certa quantidade dela para que possa ser considerado bem-sucedido. A fim de dar conta dessa necessidade, evitando os problemas gerados pela adoção da hipótese do

conhecimento mútuo, e contemplando a necessidade de um contexto que tenha um papel dinâmico – o qual é suprido pelos ouvintes durante o processo de interpretação dos enunciados –, os autores apresentam duas noções: **ambiente cognitivo** e **manifestabilidade**.

Supor que as pessoas têm uma representação do mundo, por vezes, semelhante, é até plausível, mas isso está muito longe de se trabalhar com a noção de que elas tenham a mesma representação. Assim, a fim de oferecer uma abordagem que respeite empiricamente aspectos envolvidos na comunicação, os quais são, por si só, teoricamente problemáticos, o modelo precisa encontrar uma forma de operar com isso. Dizem os autores:

Todos os humanos vivem no mesmo mundo. Todos estamos envolvidos numa atividade que perdura por toda a vida, a de derivar informações de um ambiente comum e construir a melhor representação mental possível do mesmo. Nós não construímos a mesma representação por causa das diferenças nos nossos ambientes físicos específicos por um lado, e das nossas habilidades cognitivas por outro. Habilidades perceptuais variam em eficiência de um indivíduo para outro. Habilidades inferenciais também variam, e não só em eficiência. As pessoas falam línguas diferentes, elas dominam conceitos diferentes<sup>110</sup>; como resultado, elas constroem representações diferentes e fazem inferências diferentes (SPERBER; WILSON, 1995, p. 38).

As diferenças que caracterizam e influenciam na representação de mundo do ser humano são extremamente variadas. Cada indivíduo tem representado e em constante manutenção um conjunto de informações. No entanto, é bom ressaltarmos um detalhe, o que varia são as representações e uso das habilidades, aquilo que é específico do cérebro/mente é, potencialmente, o mesmo para todos. Tomemos o exemplo abaixo:

(5) A e B estão visitando Nova Iorque e, ao passarem em frente ao Guggenheim, A diz: ‘Que museu fascinante’. B, que até aquele momento não havia reconhecido aquele prédio como sendo um museu, responde: ‘É um museu bem diferente mesmo!’.

Em (5), embora A e B estejam numa situação na qual ambos possam ver o mesmo objeto – pois compartilham o mesmo ambiente físico –, não são obrigados a fazê-lo. Assim, mesmo que as pessoas compartilhem o mesmo ambiente físico, elas ainda teriam **ambientes cognitivos** diferentes – ou seja, embora ambos possam ver o prédio, um deles pode efetivamente enxergá-lo enquanto o outro não, conseqüentemente, isso faz com que um tenha feito uma representação que o outro não fez. Até o momento da troca conversacional, a suposição de que aquele prédio era um museu, não era conhecimento comum a ambos. Foi justamente no curso da comunicação que a suposição tornou-se conhecida, sendo inserida e aceita num conjunto de suposições: a suposição, embora manifesta a ambos, só havia sido representada por A, e, portanto, até a comunicação dessa suposição, os ambientes cognitivos de A e B eram diferentes.

A visão é uma forma de habilidade cognitiva, assim, o que é visível para um indivíduo é uma função o seu ambiente físico e das suas habilidades visuais. No entanto, embora os autores estejam

---

<sup>110</sup> Um exemplo disso pode ser a necessidade de se ter o maior número de votos populares para que alguém seja eleito.

comprometidos com habilidades cognitivas, uma delas é especial na sua teoria, qual seja, aquela relacionada à forma **como as pessoas partem de suposições e chegam a suposições**, ou seja, **a cognição conceitual**. Isso quer dizer que, da mesma forma que fenômenos visíveis estão para a cognição visual, fatos manifestos estão para a cognição conceitual. Nesse momento, as noções fundamentais que irão permitir a eliminação da hipótese do conhecimento mútuo e a adoção de uma noção de contexto dinâmica e *a posteriori* são as de manifestabilidade e de ambiente cognitivo, definidas como (SPERBER; WILSON, 1995, p. 39):

#### **Fato manifesto**

Um fato é **manifesto** para um indivíduo se, e somente se, ele é capaz de representá-lo mentalmente e aceitar tal representação como verdadeira ou provavelmente verdadeira.

#### **Ambiente Cognitivo**

Um **ambiente cognitivo** é o conjunto de fatos que são manifestos a um indivíduo.

Ser manifesto é ser perceptível ou inferível. No caso, do exemplo em (5), o museu era perceptível para B, e, por isso, mesmo não tendo sido percebido, pode ser considerado manifesto. A suposição ‘Gore nunca discutiu com Platão sobre política’, mesmo nunca tendo sido pensada antes, pode ser caracterizada como estando manifesta para as pessoas que possuem informações sobre Gore e Platão. Cada indivíduo possui, então, um ambiente cognitivo total, que se caracteriza por ser um conjunto de fatos que estão manifestos a ele, pois ele pode percebê-los ou inferi-los. O ambiente cognitivo total de um indivíduo consiste na função do seu ambiente físico e das suas habilidades cognitivas.

A noção de manifestabilidade não só está relacionada a fatos, mas a todas as suposições, variando em graus. Mesmo suposições falsas, em relação a um modelo, ao mundo, no caso, podem fazer parte do ambiente cognitivo de um indivíduo, uma vez que tudo vai depender da forma como ela foi representada. Segundo os autores, uma suposição está manifesta em um ambiente cognitivo se o ambiente fornece evidência suficiente para sua adoção. Como nós sabemos, suposições erradas podem possuir boas evidências que as sustentam: “de um ponto de vista cognitivo, suposições erradas podem ser indistinguíveis de conhecimento factual assim como ilusões óticas podem ser indistinguíveis para a visão” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 39).

As pessoas têm o seu ambiente cognitivo em constante processo de ampliação, e elas se valem dessas suposições já armazenadas a fim de derivar outras. Dessa forma, quando algo é percebido, algumas suposições tornam-se mais **acessíveis** do que outras para promover da forma mais eficiente possível a derivação das novas informações, tudo vai depender do fenômeno que fez com que tais suposições fossem selecionadas – **a acessibilidade está, portanto, diretamente relacionada à relevância**.

Por exemplo, se A diz ‘Estou indo’ para B num horário em que geralmente A sai para ir ao trabalho, via de regra, para B, a proposição de que A foi trabalhar estará fortemente manifesta;

menos manifesta está a de que A vai de carro para o trabalho; e menos manifesta ainda está a de que irá fugir com alguém. A proposição mais manifesta irá depender então de evidências que sejam salientes e conclusivas. A mesma suposição pode tornar manifesta diferentes suposições para pessoas diferentes. Suponhamos a situação abaixo, na qual A, B e C estão conversando e os três conhecem D.

- (6) A – Eu comprei o livro **O Retrato de Dorian Grey**, de Oscar Wilde.  
 B – D adora esse autor.  
 C – Hoje é o último dia para eu devolver os livros na biblioteca!

O exemplo acima serve para ilustrar a possibilidade de uma suposição levar as pessoas a tornarem manifestas suposições diferentes. A partir enunciado de A, como diríamos pré-teoricamente, B e C lembraram-se de coisas diferentes. Pós-teoria podemos dizer que o enunciado de A, ao se tornar mutuamente manifesto a B e C, passando a fazer parte do ambiente cognitivo mútuo dos três envolvidos, devido às particularidades de cada um deles, diferentes suposições tornaram-se manifestas. Embora B e C entretenham a mesma suposição sobre D, a suposição de que D gosta de Oscar Wilde, e embora ela seja acessível para ambos, para B ela está mais acessível do que para C. A poderia, inclusive, não saber que D gostava de tal livro, e passou a sabê-lo no curso da troca comunicacional.

Numa situação comunicativa, os indivíduos se valem de seus ambientes cognitivos, no entanto, devido à constante atividade de derivação e representação de informações, cada pessoa possui um conjunto de suposições extremamente amplo, com graus de acessibilidade diferentes, sempre sendo aumentado. No entanto, por motivos óbvios da própria agilidade do processo interpretativo e do curto tempo no qual ele acontece, o indivíduo não lança mão e/ou analisa todas as informações que entretém, afinal, elas são muito mais numerosas do que ele efetivamente precisa para a comunicação diária – daí a importância da noção de acessibilidade.

Na verdade, para a comunicação e interpretação de enunciados, o indivíduo irá usar parte desse ambiente cognitivo total. Sendo assim, **numa troca conversacional serão acionadas, tornadas mais acessíveis aquelas suposições que estiverem relacionadas ao estímulo que foi oferecido**. Dada a necessidade de interação entre os interlocutores, quando eles se encontram numa situação de troca conversacional, haverá uma certa intersecção entre os ambientes cognitivos de cada indivíduo, gerando o que os autores denominaram de **ambiente cognitivo mútuo**. No entanto, segundo Sperber e Wilson (1995), dizer que as pessoas compartilham um ambiente cognitivo não implica que elas façam as mesmas suposições, apenas que são capazes de fazê-lo. Assim, em um ambiente cognitivo mútuo, qualquer suposição manifesta está **mutualmente manifesta**.

Embora as noções de manifestabilidade mútua e ambiente cognitivo mútuo sejam mais fracas, são mais plausíveis e mais operacionais. Ser manifesto é mais fraco do que ser sabido, um fato pode ser manifesto sem ser sabido, ou seja, o indivíduo pode vir a chegar àquela suposição. Tradicionalmente, ‘saber’ significa ter uma representação mental de algo; já na TR, quando se diz que um indivíduo sabe um fato, não se está implicando que ele alguma vez representou-o

mentalmente, mas que pode fazê-lo. As pessoas, dizem Sperber e Wilson, não somente têm o conhecimento que têm, mas também o conhecimento que eles são capazes de deduzir do conhecimento que têm. Expressões do senso comum tipo ‘Eu nunca pensei nisso antes’, ‘Eu não me dei conta disso antes’ podem ser teoricamente traduzidas por ‘Eu nunca representei isso antes’.

Um outro fator importante está relacionado à noção de verdade: diferentemente do conhecimento, as suposições não precisam ser verdadeiras. Aquilo que as pessoas deduzem do conhecimento, geralmente é assumido por elas. No entanto, aquelas conclusões, às quais as pessoas chegam, a partir de deduções fruto de inferências não-triviais, não são assumidas pelas pessoas da mesma forma, uma vez que, como veremos, as suposições podem ser entretidas com diferentes graus de certeza, pois podem ser oriundas de diferentes fontes.

Ao contrário dos modelos tradicionais, Sperber e Wilson tratam da comunicação não como algo que não pode falhar: se o ouvinte não constrói o contexto pretendido pelo emissor, há um sério risco de a comunicação não acontecer. Segundo os autores, ela depende de um certo grau de coordenação entre os interlocutores. Dizem os autores:

**Fica a cargo do comunicador fazer as suposições corretas sobre os códigos e informações contextuais a que a audiência terá acesso e os quais provavelmente irá usar no processo de compreensão. A responsabilidade de evitar desentendimentos também é do falante**, então tudo o que o ouvinte deve fazer é seguir em frente e usar qualquer código e informação contextual que lhe estiver mais à mão (SPERBER; WILSON, 1995, p. 43, grifo nosso).

Voltando ao exemplo (5): para poder comunicar-se com B, A não precisou partir de uma certeza indiscutível de que B supunha que aquele prédio era um museu. Ao proferir seu enunciado, pareceu ser suficiente para A ter, ao menos, a confiança de que B seria capaz de identificar o prédio como tal: de que essa suposição seria manifesta em seu ambiente cognitivo no momento em que se tornar necessário. Assim, para que a comunicação seja bem-sucedida, pode-se dizer que o **falante faz suposições sobre o ambiente cognitivo de seu interlocutor**.

Um ambiente cognitivo mútuo é aumentado quando uma proposição torna-se manifesta para ambos, emissor e receptor. Assim, declarar que uma suposição é mutualmente manifesta corresponde a uma declaração sobre ambientes cognitivos, e não sobre processos e estados mentais. Isso significa que, na comunicação, um emissor não transmite pensamentos, não muda os pensamentos da sua audiência. Na verdade, o que ele faz é produzir um estímulo ostensivo, modificando o ambiente cognitivo do receptor a fim de que este, por sua vez, interprete perceptiva e inferencialmente a fala do emissor, através do conhecimento que tem.

A partir do momento que A conhece o ambiente cognitivo de um indivíduo – o que é o caso quando o ambiente cognitivo é mútuo – A pode inferir quais suposições B provavelmente entretém e como uma mudança nesse ambiente pode afetar o curso dos seus pensamentos [de B]. Isso permite afetar os pensamentos de uma pessoa de forma parcialmente previsível através da modificação do seu ambiente cognitivo (SPERBER; WILSON, 1987, p. 700, acréscimo nosso).



Esse conhecimento que o receptor tem, e que usará para a interpretação, consiste nas suposições que caracterizam o contexto – construto psicológico – do qual ele seleciona algumas proposições que, por sua vez, constituirão as premissas em relação às quais o estímulo novo será interpretado. Uma questão importante é: quais dessas suposições serão efetivamente feitas pelo ouvinte na comunicação?

O processamento de informações nessa teoria está diretamente relacionado ao alcance dos objetivos. No entanto, psicologicamente falando, o objetivo último da cognição humana, mais do que chegar a um novo estado fixo, é constante melhora e ampliação do conhecimento que o indivíduo tem do mundo. A relevância, enquanto conceito teórico tomado como uma propriedade da cognição humana, vai orientar a seleção e o aproveitamento das informações, fazendo com que o resultado de qualquer esforço de processamento redunde no maior aumento de conhecimento pelo menor esforço, ou nas palavras de Sperber e Wilson: o objetivo último da cognição humana é o de maximizar a relevância das informações processadas.

A comunicação na TR depende de um trabalho em conjunto dos participantes, cada um com seu respectivo papel. No entanto, ela pode ser considerada um único e mesmo processo visto de pontos de vista diferentes: o do comunicador, responsável pela ostensão, e a da audiência, responsável pela inferência.

A ostensão é uma propriedade fundamental para Sperber e Wilson, pois é através dela que uma informação será manifesta a fim de poder ser considerada efetivamente comunicada. Qualquer pedido de atenção por parte do emissor – qualquer ato de ostensão – traz consigo e transmite ao interlocutor uma presunção, **uma garantia**, de relevância. Segundo Carston (2011), **a ostensão funciona como uma espécie de garantia implícita de que o estímulo é o mais relevante que o emissor poderia ter produzido, dada a sua competência e seu propósito, merecendo, por hipótese, ser processado**. A ostensão fornece, portanto, duas camadas de informação: a primeira é da informação salientada; a segunda informa que a primeira camada foi intencionalmente salientada. Dessa forma, os autores, redefiniram as duas camadas de informações a partir das noções de ambiente cognitivo e mutualidade.

#### **Intenção<sup>111</sup> informativa**

A intenção de tornar manifesto ou mais manifesto para a audiência um conjunto {I} de suposições.

#### **Intenção comunicativa**

A intenção de tornar mutuamente manifesta para a audiência e para o comunicador que o comunicador tem tal intenção informativa.

---

<sup>111</sup> Segundo Silveira e Feltes (2002, p. 39), para Sperber e Wilson (1986, 1995), “a intenção é um estado psicológico, e o seu conteúdo deve ser mentalmente representado, o que significa que o comunicador deve ter na mente a representação de um conjunto de suposições que ele pretende tornar manifesto ou mais manifesto para o ouvinte”.

Uma informação altera o ambiente cognitivo de uma audiência, enquanto que a comunicação dessa informação altera os ambientes cognitivos da audiência e do comunicador. Assim, uma das razões que faz com que os interlocutores envolvam-se na e com a comunicação ostensiva é porque ela, além de ajudar no reconhecimento da intenção informativa, contribui para focar a atenção da audiência na informação relevante, tornando-a mutuamente manifesta, ou seja, parte do ambiente cognitivo tanto do comunicado quanto da audiência.

Segundo Sperber e Wilson, embora a manifestabilidade mútua tenha pouca importância cognitiva, ela tem uma importância social e interpessoal decisiva, uma vez que é justamente através do reconhecimento da intenção comunicativa e a sua consequência, qual seja, o estabelecimento de mutualidade dos ambientes cognitivos dos interlocutores, que é desencadeada uma **mudança nas suas possibilidades de interação – e, em particular, nas suas possibilidades de comunicação futura** (SPERBER e WILSON, 1995). Na comunicação ostensivo-inferencial, um aspecto muito importante consiste no impacto que as informações irão causar no ambiente cognitivo do receptor, uma vez que é isso o máximo que o emissor pode fazer.

Vejamos agora a questão referente ao grau de manifestabilidade das suposições. Se elas podem ser tornadas manifestas em diferentes graus, então isso significa que a comunicação em si é igualmente uma questão de graus. Tomemos os exemplos abaixo:

- (7) A – Você jura dizer a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade?  
B – Sim.
- (8) O comediante Giannino Antona Traversi passeava com o seu cachorro, um magnífico São Bernardo, quando uma senhora que passava por eles disse em voz alta: – Que belo animal! Logo após, em voz baixa, mas que pôde ser ouvida por Traversi, ela comentou: ‘Mais bonito que o dono’. Imperturbável, o comediante respondeu: ‘Senhora, não conheço seu dono, e sinto não poder fazer-lhe o mesmo elogio.’ (PALAZZI, 1995).

Segundo Sperber e Wilson, quando um emissor manifesta fortemente sua intenção informativa, a fim de tornar alguma suposição fortemente manifesta, então aquela suposição pode ser considerada fortemente comunicada. E isso é ilustrado pelo diálogo em (7). No entanto, em (8), a mulher parece que não tinha o objetivo de tornar a sua intenção mutuamente manifesta, pois falou baixo, mas, paradoxalmente, ao que tudo indica, alto o suficiente para que ele ouvisse. Dessa forma, pode-se dizer que ela queria que o comediante soubesse, mas não queria deixar claro que queria que ele soubesse do que ela pensava sobre ele. Temos aqui um caso em que, embora a intenção informativa estivesse clara, a comunicativa não estava. Já o comediante deixou bem claras tanto sua intenção informativa quando comunicativa. Ele deixou manifesta a suposição e também deixou manifesta a intenção de tornar mutuamente manifesta aquela suposição.

Há situações nas quais o emissor quer comunicar, ou seja, tornar manifesta simultaneamente uma série de suposições. Nesses casos, dizem os autores, cada uma das suposições está fracamente manifesta, e, portanto, fracamente comunicada. Por exemplo, quando uma jornalista americana pediu a Simone de Beauvoir para falar sucintamente sobre a questão feminina, esta respondeu-lhe:

(9) Não se nasce mulher, torna-se uma.

Seria uma tarefa extremamente difícil e inútil tentar codificar todas as suposições que são, embora fracamente manifestas, autorizadas, através da fala da escritora francesa. Uma ressalva: o fato de uma suposição ser fracamente manifesta não tem nada a ver com a sua importância. Isso, na verdade, ilustra uma das propriedades mais importantes da linguagem natural para fins comunicacionais, e, ao mesmo tempo, um dos maiores problemas para qualquer abordagem que trate da linguagem, para esses fins, mas privilegiando apenas a representação semântica e a decodificação: a vaguidade da comunicação.

Nos casos de comunicação forte, o comunicador pode ter expectativas consideravelmente precisas sobre os pensamentos que a audiência irá, na verdade, entreter. Nas formas de comunicação fraca, o comunicador simplesmente pode esperar orientar os pensamentos da audiência em uma certa direção. Frequentemente, na interação humana, a comunicação fraca parece ser suficiente e preferível às formas fortes (SPERBER; WILSON, 1995, p. 60).

A comunicação que depende do reconhecimento de intenções e do cálculo de inferências parece ser preferível àquela que depende da explicitação de todos os conteúdos. Ao contrário do que tem sido suposto, a comunicação não se reduz à transmissão de coisas certas, há um espaço substancial para as vagas. Além disso, é preciso dissociar falta de precisão como sinônimo de falta de racionalidade; se esse fosse o caso, a própria publicidade estaria negativamente comprometida, as frases célebres, as frases de efeito, como as usadas em campanhas políticas, etc.

Uma das vantagens da comunicação verbal é que ela gera a forma mais forte de comunicação; ela permite que o ouvinte identifique precisamente a intenção do falante sobre o conteúdo explícito do seu enunciado em uma candidata única e fortemente manifesta, sem alternativas que valham a pena serem consideradas. Por outro lado, **o que está implícito na comunicação verbal, está fracamente comunicado**: o ouvinte pode frequentemente preencher parte da intenção informativa do emissor através da formação de várias suposições similares, mas não idênticas (SPERBER; WILSON, 1995, p. 60).

Após apresentar os aspectos ligados à comunicação, à luz da TR, em especial, a partir do desenvolvimento dos questionamentos feitos à TIG, em especial, das noções de intenção e de inferência, veremos como os autores procuram modelar o cálculo de depreensão dos implícitos.

#### (ii) Inferência: o Mecanismo Dedutivo

Através da TR, Sperber e Wilson se propõem a modelar o **processo inferencial envolvido na compreensão de enunciados** enquanto uma das propriedades dos sistemas centrais responsável pela interpretação imediata e espontânea desses enunciados no ato comunicacional. A questão é mostrar como é possível entender não apenas o que o comunicador disse, mas, em especial, o que quis dizer com o que disse.

A TR, ao apresentar-se como uma tentativa de analisar o processo de compreensão, avançando na relação entre lógica e cognição, procurar dar conta das habilidades inferenciais

envolvidas na comunicação – bem como da natureza das mesmas –, as quais, sugerem os autores, seriam efetuadas através do chamado mecanismo dedutivo. Através da construção desse instrumento, os autores procuram oferecer uma proposta de modelagem para o processamento instantâneo e espontâneo das informações. Ele é o local onde as informações recebidas através dos sistemas de *input* – traduzidas, então, para uma linguagem conceitual – são integradas, através dos sistemas centrais de pensamento, com as informações já contidas na memória do receptor – já de natureza conceitual –, a fim de derivar, via processos inferenciais, apenas aquelas informações consideradas relevantes.

Na literatura sobre interpretação de enunciados em linguagem natural, explica-se a compreensão como um processo de raciocínio, e um dos processos que caracterizam o raciocínio é a inferência. No entanto, na Lógica, o papel da inferência é demonstrar explicitamente as relações formais entre premissas e conclusões. Dessa forma, é imprescindível que ela seja modelada como um processo local, ou seja, só pode valer-se de premissas de um certo domínio – não podendo ser sensível a contextos e/ou variações contextuais. Na comunicação, contudo, o processo inferencial, para fins interpretativos, é considerado global, pois não se limita ao uso das premissas disponíveis (sejam elas fruto de percepção auditiva ou de premissas fixas e previamente selecionadas), mas de qualquer informação conceitualmente representada na memória – que já faz parte do conjunto de informações que o indivíduo possui, constituindo a sua representação conceitual do mundo. Silveira e Feltes (2002) alertam para o fato de que, de um modo geral, as suposições que são fortalecidas pela percepção tendem a ser mantidas.

A partir do momento em que uma afirmação recebe o apoio de evidências, ela deixa de ser apenas uma declaração para constituir a conclusão de um argumento. A questão é como tratar cognitivamente a relação entre as premissas e a conclusão. O significado implícito é fruto de inferências; há, contudo, vários tipos de inferências. Levinson (1983) lembra que, através da noção de implicatura, Grice permitiu diferenciar esse tipo de implícito pragmático, de outros tipos, como a implicação material, o acarretamento, e a implicação lógica (ou consequência lógica), que são inferências derivadas do conteúdo lógico ou semântico das proposições.

De acordo com Grice, uma implicatura irá contar como conversacional se, e somente se, for obtida através de um raciocínio, de uma espécie de cálculo. Caso esse significado a mais não seja fruto de um argumento, dependendo apenas da intuição linguística do receptor, deve, então, ser considerado um caso de implicatura convencional. Dado que as implicaturas conversacionais não são, portanto, puras afirmações, mas conteúdos derivados a partir de um enunciado tendo em vista um contexto no qual são proferidos e da observação de regras conversacionais, elas consistem, portanto, na conclusão de um argumento. O problema agora é desenvolver uma sugestão de modelagem do raciocínio que leva o receptor de um enunciado qualquer à implicatura.

Uma das críticas mais fortes de Sperber e Wilson a Grice refere-se ao fato de ele, embora ter atribuído a propriedade da calculabilidade como crucial para o reconhecimento de implicaturas conversacionais, ter deixado inespecificada a natureza do cálculo que constitui o processo inferencial

através do qual elas são obtidas. Para Sperber e Wilson (1995), a TIG mais parece uma forma de sistematizar o que eles denominaram de “argumento lógico truncado<sup>112</sup>”, o qual é utilizado por um ouvinte quando este se vê obrigado a selecionar uma determinada interpretação para um enunciado, em detrimento a outras interpretações.

Entretanto, a questão central para os autores continua não especificada: o que rege todo esse processamento? Afinal, segundo eles, um dos problemas da implicatura é que a sua identificação, tal como formulada por Grice, não deixa de ser *ex post facto*: é possível demonstrar como ela foi derivada a partir daquele conjunto de premissas, mas não há nada na TIG que explique como e por que justamente aquele conjunto de informações foi selecionado como contexto, nem por que outras implicaturas, também possíveis, não foram derivadas e/ou escolhidas. Por exemplo, somente a partir da resposta de B, não é possível saber se B já votou ou não, tudo vai depender do contexto escolhido por A.

- (10) A: Você já votou?  
B: A seção é perto daqui.

Apesar das implicaturas consistirem, como dizem Sperber e Wilson (1991), num caso paradigmático das inferências envolvidas na compreensão verbal, e serem, de fato, de natureza não-trivial, pouco progresso foi feito tendo em vista a especificação da natureza exata do processo inferencial através do qual elas são calculadas.

A inferência é um processo através do qual uma suposição é aceita como verdadeira ou provavelmente verdadeira com base na força da verdade ou da verdade provável de outras suposições. A inferência demonstrativa, tal como estudada na Lógica, caracteriza-se pela aplicação de regras dedutivas a um conjunto de premissas, procurando avaliar a validade de argumentos. Uma vez que o objetivo da lógica *standard* é puramente formal, e desde que as conclusões derivadas consistam em implicações lógicas daquele conjunto de premissas, então as derivações podem se seguir indefinidamente.

Sperber e Wilson chamam a atenção para um erro metodológico frequente nos estudos sobre pragmática que procuram usar a Lógica como instrumento: assume-se que, se, para inferência demonstrativa, a aplicação de regras dedutivas gera todas as implicações possíveis, a partir do conjunto de premissas, então, para a inferência não-demonstrativa, a aplicação de regras de inferência dedutivas não-triviais geraria o conjunto de conclusões não-demonstrativas. É

---

<sup>112</sup> Segundo os autores, o falante, ao proferir um enunciado qualquer, pretendeu uma determinada interpretação X. A fim de justificar a escolha de tal interpretação, o argumento utilizado pelos interlocutores seria baseado em julgamentos como: esta é a única interpretação possível, a única que pode ser verdade, a única que faz sentido. A suposição por trás desse argumento, é a de que os falantes estabelecem, para si próprios, certos padrões de verdade, informatividade, compreensibilidade, etc., e somente tentam comunicar informações que vão ao encontro desses padrões. Assim como os falantes sistematicamente observam tais padrões, e os ouvintes esperam que eles o façam, uma ampla gama de interpretações linguisticamente possíveis para um dado enunciado pode ser inferencialmente abandonada, e a tarefa de comunicação e compreensão torna-se facilitada.

problemático querer supor a existência de um conjunto de regras de inferência dedutivas não-triviais só porque a tendência do processamento humano é de informações de natureza não-trivial.

Dado que as inferências não-demonstrativas caracterizam e perpassam a comunicação, e a comunicação é tratada como dependente de intenções, então não se pode pensar que uma das propriedades das regras de inferência não-demonstrativa seria a de gerar todas as conclusões possíveis para fins comunicacionais, tendo em vista a compreensão de enunciados, e identificar o papel que esse processamento exerce na comunicação. O objetivo aqui é modelar como ocorre a **escolha de uma conclusão dentre várias**, a qual corresponda à interpretação pretendida. Ao contrário da inferência trivial, a inferência não-trivial tem como objetivo levar o receptor à compreensão do que foi dito pelo emissor, promovendo uma maior e melhor aproximação entre o que A diz e o que B infere – não se pode confundir a estrutura linguística do enunciado através da qual se traduz a intenção – o significado implicado – com a intenção propriamente dita, lembremos das propriedades das implicaturas e do fato de que armazenamos e inferimos suposições e não sentenças.

A função de aplicação de regras inferenciais é garantir a validade das inferências. Assim, a aplicação das regras dedutivas à inferência demonstrativa garante que, se as premissas forem verdadeiras, a conclusão também o será. No entanto, na comunicação, as pessoas não fazem inferências para fins demonstrativos, o objetivo é outro – a compreensão –, e vimos que a vaguidade é uma das propriedades da comunicação humana. Assim, embora as regras de inferências interpretativas não possam dar a mesma garantia de verdade, elas podem sustentar a conclusão, é por isso que, para esse tipo de processamento, não se fala em demonstração, mas em confirmação e em aproximação.

A obtenção de conclusões não-demonstrativas válidas (não no sentido *standard* da palavra) foi modelada como um processo de duas etapas: a formação e a confirmação de hipóteses. A formação de hipóteses consiste num processo analógico e criativo através do qual as premissas para a inferência não-demonstrativa são trazidas à memória do mecanismo dedutivo. Já a confirmação dessas hipóteses consiste na derivação das conclusões, através de processos lógicos governados por regras inferenciais. Dessa forma: as regras de confirmação, ao serem aplicadas, atribuem um determinado grau de confirmação às suposições (conclusões) com base nas evidências (premissas).

No entanto, Sperber e Wilson alertam: embora os seres humanos tenham um desempenho muito bom no raciocínio não-demonstrativo, e embora seja tentadora a ideia de que isso se deva às regras lógicas que restringem a confirmação das suposições, o fato de não se saber quase nada a respeito dessas regras, leva-os a tratar a questão da confirmação mais como algo decorrente de restrições de natureza cognitiva aplicadas à formação de hipóteses, do que restrições lógicas aplicadas à confirmação dessas hipóteses.

A inferência espontânea não-demonstrativa humana não é, em última instância, um processo lógico. A formação de hipóteses **envolve o uso de regras dedutivas, mas não é totalmente governada por elas**; a confirmação de hipóteses é um fenômeno cognitivo

não-lógico: é um subproduto da forma como as suposições são processadas, dedutivamente ou de outra forma (SPERBER; WILSON, 1995, p. 69, grifo nosso).

Por ‘crenças’, nesse modelo, entendem-se as descrições do mundo que um indivíduo entretém e assume como verdadeiras, mesmo que elas não sejam explicitamente manifestas através de expressões linguísticas. De fato, essas crenças são obtidas a partir de dois processos fundamentais: ou são fruto de uma inferência, ou são fruto de uma experiência cognitiva não-conceitual.

O fato de a dedução estar tradicionalmente ligada à demonstração, na lógica dedutiva *standard*, pode levar à suposição de que existe uma incompatibilidade irremediável entre a dedução e a inferência não-demonstrativa. Dado que esse tipo de inferência, de certa forma, é garantido pelas premissas, embora ela não siga exatamente as regras dedutivas da lógica *standard* – não sendo possível afirmar que essa relação seja garantida pela noção lógica de validade –, critérios como eficiência/ineficiência, sucesso/insucesso podem muito bem ser suficientes para descrever, na comunicação, a relação entre as suposições e as evidências das quais são derivadas: “as restrições sobre os sistemas conceituais humanos podem ser tais que somente hipóteses espontaneamente construídas são aquelas que, se falsas, muito provavelmente serão contraditas por crenças fixadas” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 69).

O fato de haver uma relação entre as premissas e as conclusões, de a manutenção da verdade ser importante para a conversação, etc., esses são alguns dos aspectos que levaram Sperber e Wilson a supor que, embora a inferência não-demonstrativa não consista em uma dedução, não significa que ela não possa ser modelada de maneira dedutiva. Para os autores, o raciocínio dedutivo desempenha um papel fundamental na compreensão – apesar da expressiva lista de teóricos que não aceitam tal possibilidade e que acabam usando isso a fim de se conformarem com a impossibilidade de modelar a natureza dos processos inferenciais envolvidos na interpretação prática.

Uma coisa é dizer que o raciocínio na compreensão é dedutivo, outra é dizer que ele pode ser modelado pela dedução. Da mesma forma como é importante para teorias pragmáticas mostrarem a relação entre o dito e o implícito, contemplando uma interface com a Semântica, é fundamental que elas abordem de forma mais consistente o processo inferencial não-demonstrativo, especialmente se se trata de teorias nas quais a relevância tenha um papel decisivo: “uma forma de se alcançar relevância consiste em oferecer ao ouvinte evidência que tenha alguma suposição relacionada a ela” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 70).

Segundo Sperber e Wilson, uma abordagem adequada da inferência não-demonstrativa pode contribuir com esclarecimentos a respeito do papel da relevância na comunicação e na cognição tendo em vista os aspectos envolvidos: (a) na construção e conformação de hipóteses, (b) no que significa dizer que a representação de mundo foi modificada e aperfeiçoada, e na relação entre (a) e (b).

Como vimos, os sistemas centrais integram e comparam as representações conceituais derivadas dos sistemas de *input* e da memória. Devido ao fato de que essas representações, ao serem

processadas numa inferência, entrarem em relação de implicação e contradição com outras representações, e poderem ser submetidas a regras dedutivas, então elas devem ter, entre outras especificidades, propriedades lógicas, as quais constituem a **forma lógica**<sup>113</sup> da representação conceitual.

Dada a relação lógica/verdade, para poder fazer parte de operações lógicas formais, uma representação será considerada uma forma lógica se puder receber a atribuição de um valor-verdade (V ou F), isso significa que ela deve estar semanticamente completa para poder representar um estado de coisas, em um mundo possível ou real, cuja existência garantiria o valor da representação como verdadeira completa (SPERBER; WILSON, 1995). Esse tipo de representação é dita **proposicional**. Nesse sentido, uma forma lógica não semanticamente completa é **não-proposicional** – ou seja: é sintaticamente completa sem ser completamente proposicional. Segundo Sperber e Wilson, para fins de um processamento inferencial cognitivo, uma estrutura conceitual pode ser bem formada e, ainda assim, ser submetida a um processamento lógico. Retornemos ao diálogo entre Bush e Gore, em especial, ao enunciado de Gore e aos elementos ‘you’ e ‘things’ usados por ele.

(11) **Gore:** As you may have noticed, things have changed, the state of Florida is too close to call.

Em (11), há elementos que não correspondem a conceitos definidos, mas a espaços não ocupados, caracterizando uma forma lógica não-proposicional. Apesar disso, (11) tem propriedades lógicas, pois, por exemplo, contradiz (12) e implica (13).

(12) As no one may have noticed nothing has changed, the state of Florida is too close to call.

(13) As someone may have noticed something has changed, the state of Florida is too close to call.

Formas lógicas incompletas têm, segundo os autores, um papel importante na cognição, pois, podem ser armazenadas na memória conceitual como esquemas de suposições e podem ser completadas em suposições desenvolvidas a partir de informações contextuais. Sperber e Wilson defendem que o sentido de uma sentença é frequentemente constituído por forma lógica incompleta: quando uma sentença em linguagem natural é enunciada, o sistema de *input* linguístico decodifica-a automaticamente em sua forma lógica, pois o emissor espera que o ouvinte a complete até a forma proposicional inteira que o emissor pretendia transmitir.

O fato de Gore ter se dirigido a Bush através desse enunciado pode ser tomado como uma evidência de que ele acreditava que Bush poderia preencher a lacuna ocupada pelo termo ‘things’ com informações contextuais a respeito dos acontecimentos relacionados às eleições. Essa situação ilustra o que foi discutido anteriormente a respeito da crença do emissor de que o receptor tem condições de acessar as suposições necessárias para o preenchimento das lacunas e derivação da intenção comunicativa.

---

<sup>113</sup> Uma forma lógica é uma forma bem formada, um conjunto estruturado de constituintes, os quais são submetidos a operações lógicas determinadas pela sua estrutura (SPERBER; WILSON, 1995).



De acordo com Sperber e Wilson, apesar da importância das formas lógicas não-proposicionais no processamento de informações, especialmente tendo em vista estágios intermediários de processamento, somente formas completas, ditas proposicionais, representam um determinado estado de coisas, e, portanto, somente essas formas constituem o conhecimento enciclopédico – a representação de mundo como um todo – que os indivíduos entretêm, o qual, por sua vez, é resultado da forma como mente constrói e armazena as representações.

Todavia, é preciso diferenciar o processo executado pela mente para construir e armazenar formas lógicas daquele usado para representar e processar as representações. Uma forma proposicional pode estar armazenada como a descrição de estado real de coisas, como a descrição de um estado desejável de coisas ou como uma tradução, um resumo de uma outra representação. Atitudes proposicionais consistem na expressão linguística na representação de crenças. Assim, as representações podem também ser entretidas como objetos de diferentes atitudes proposicionais. Por exemplo:

- (14) Que Gore vá a Suprema Corte Federal lutar pela recotagem manual.  
 (15) Eu gostaria que Gore fosse à Suprema Corte Federal lutar pela recotagem manual.

O enunciado em (14) é um exemplo de atitude de crença expressa de forma sintática através do emprego do verbo no modo subjuntivo. Já (15) ilustra uma expressão lexical da crença, através do verbo ‘gostaria’. A questão agora não é mais apenas a suposição, mas a relação entre ela e a atitude proposicional, e as consequências disso não só para a natureza da memória enciclopédica, mas também para as inferências não-demonstrativas.

Por **suposição factual** os autores entendem aquela representação tratada pelo indivíduo como constituindo uma descrição verdadeira do mundo atual, ou seja, como fato. No entanto, ela não precisa ser explicitamente assumida para ser considerada como tal, a mente pode assumir um fato sem assumir uma suposição explícita sobre o fato que representa. Essa seria a explicação que, através da TR, podemos dar para a noção encerrada na expressão ‘Como eu nunca pensei nisso antes’. Dessa forma, os autores definem uma certa metalinguagem da mente, pois as pessoas não apenas entretêm representações, mas pensam sobre elas.

É, portanto, possível não apenas entreter a crença de que **P**, mas alguém representar para si mesmo o fato de que ele acredita que **P**, ou que outra pessoa acredita que **P**, ou que alguém acredita que outra pessoa acredita que **P**, e assim por diante. A crença<sup>114</sup> ou a suposição de que **P** pode então ser tratada de duas formas diferentes: ou como a suposição factual básica **P**, ou como a suposição factual **Eu acredito que P** (SPERBER; WILSON, 1995, p. 74).

A representação de mundo é tomada como um estoque de suposições factuais, algumas básicas, outras expressando atitudes encaixadas em representações proposicionais e não-

<sup>114</sup> Embora haja outras atitudes proposicionais, desejar que P, duvidar que P, arrepende-se de que P, pretender que P, temer que P, etc., os autores preferem marcar a crença de que P como o único caso de uma atitude marcada que tenha, na memória, uma estocagem especial. As outras atitudes desempenhariam um papel cognitivo sendo tratadas como uma forma de suposição factual.

proposicionais. Segundo os autores, as suposições factuais são o domínio por excelência dos processos inferenciais não-demonstrativos<sup>115</sup>. Cada suposição recém-adquirida é combinada com outras suposições já armazenadas a fim de serem submetidas a processos inferenciais cujo objetivo é, através daquele conteúdo obtido através da derivação, modificar e aprimorar a representação como um todo que o indivíduo tem sobre o mundo.

Como vimos, as suposições factuais consistem em descrições do mundo tomadas pelos indivíduos como verdadeiras. No entanto, não se trata de uma decisão absoluta entre o verdadeiro e o falso; na cognição, essas suposições são entretidas pelos indivíduos com maior ou menor grau de confiança, mais ou menos prováveis de serem verdadeiras. E isso não só reflete a representação de mundo do indivíduo como permite que ele, através de processos inferenciais, enriqueça e torne mais precisa sua representação. **Quanto mais confiança temos em uma representação, mais a consideramos verdadeira, e, se tal representação corresponde de fato à realidade, no caso de tomadas de decisão, mais estaremos, ao assumir aquela suposição e ao descartar as demais, fazendo a escolha certa.**

A adequação de nossa representação de mundo depende não apenas das suposições que entretemos, mas também do grau de confiança que temos nelas: uma representação adequada do mundo é aquela na qual há uma boa combinação entre as suposições que consideramos bem confirmadas e aquelas que realmente são bem confirmadas (SPERBER; WILSON, 1995, p. 76).

Assim, a constante **manipulação do conhecimento de mundo** dos indivíduos – da sua representação de mundo – **pode ser alcançada, não apenas através da adição de novas suposições a esse conjunto, mas também através de uma alteração nos graus de confiança que temos nas suposições**. Sperber e Wilson adotam uma visão de natureza funcional para modelar o que eles entendem por confirmação de uma suposição como sendo provavelmente verdadeira.

Dessa forma, ao invés de trabalharem com a atribuição de um valor de confirmação, eles trabalham com a noção de força das suposições, a qual consiste no resultado da história de como ela é processada e é emparelhada à noção de acessibilidade: **quanto mais uma suposição é processada, mais acessível ela é, mais fácil de ser lembrada, portanto, mais forte**. Em outras palavras: a força de uma suposição é medida através da sua acessibilidade. Podemos identificar isso através do par abaixo: (16) é mais fácil de ser acessado do que (17).

(16) George W. Bush foi eleito de forma suspeita.

(17) O 43º presidente americano foi eleito de forma suspeita.

---

<sup>115</sup> Quando uma representação é armazenada não como uma suposição factual mas sendo encaixada sob uma expressão de atitude, ela é frequentemente processada conscientemente, de forma não-espontânea (SPERBER; WILSON, 1995, p. 75). Como o objetivo dos autores é o tratamento das inferências espontâneas, embora as inferências envolvendo atitudes também estejam ligadas à relevância e sejam igualmente fruto de processos inferenciais, os autores acreditam que o tratamento das inferências não-espontâneas seja um pré-requisito para o tratamento de todas as formas de inferências humana, incluindo a comunicação inferencial.

Como vimos, a TR procura dar conta também das especificidades dos ambientes cognitivos dos indivíduos. **As pessoas podem adquirir suposições de diferentes maneiras o que consequentemente afeta a força das mesmas.** Elas podem ser adquiridas através de experiência perceptual; através de outra pessoa, através de dedução. Por exemplo: alguém pode saber que seu time ganhou um jogo através do barulho de fogos de artifício que são estourados após jogos; pode, ao passar de carro por um jornal exposto, ver uma foto e/ou ler uma manchete.

Na TR, as fontes das suposições factuais exercem influência no grau de probabilidade de verdade das suposições.

- a) **percepção:** os mecanismos perceptuais atribuem a um estímulo sensorio uma identificação conceptual;
- b) **decodificação linguística:** através de mecanismos de *input* linguístico, é atribuída uma forma lógica a um tipo particular de estímulo sensorio;
- c) **suposições ou esquemas de suposições:** formas lógicas, que estão contidas na memória conceptual humana, ao lado de um amplo repertório de suposições; podem ser completadas para fornecer formas proposicionais no formato apropriado para suposições factuais;
- d) **deduções:** as suposições disponíveis correspondem a um certo esquema, e esquemas relacionados são usados para derivar suposições adicionais como conclusões de um processo dedutivo.

Uma suposição factual pode ser adquirida através de mais de uma das fontes apresentadas, as quais podem ser combinadas ao dar origem a uma ou mais suposições. Assim, alguém pode, ao ouvir um enunciado de uma sentença, representá-la foneticamente através do estímulo auditivo (*input* perceptual) e processá-la a fim de representá-la conceitualmente, numa forma lógica, através da decodificação linguística; e, a partir dessa representação conceitual, que consiste na forma proposicional do enunciado, pode fazer inferências sobre ela e derivar conclusões adicionais. Sendo assim:

[...] suposições baseadas na experiência perceptual tendem a ser muito fortes; suposições baseadas na aceitação da palavra de alguém têm uma força equivalente à confiança [do receptor] na palavra do falante; a força das suposições obtidas através dedução dependem da força das premissas a partir das quais foram derivadas (SPERBER; WILSON, 1995, p. 77).

Tendo em vista a aquisição de novas informações e o aprimoramento da representação de mundo: a força de uma suposição irá aumentar sempre que essa suposição for útil ao processamento de novas informações e será reduzida sempre que dificultar o processamento de novas informações.

Os autores tratam as variações de forças não como um objeto nem como o *output* de uma computação lógica especial, mas sim como subprodutos de vários processos cognitivos, sejam eles dedutivos ou não-dedutivos, e, por isso, não precisam ser representados na mente a fim de existirem. No entanto, embora não seja necessário, nada impede que tais propriedades funcionais das representações possam igualmente ser representadas, uma vez que as pessoas parecem ter intuições

sobre a acessibilidade das diferentes suposições, chegando, por vezes, a expressá-las. Tomemos a representação em (18) e vejamos algumas formas de expressão da força em (19) e (20):

- (18) Gore venceu a eleição na Flórida
- (19) Eu tenho quase certeza de que Gore venceu a eleição na Flórida.
- (20) Parece mais provável que Gore tenha vencido a eleição na Flórida.

Segundo os autores, isso é possível porque as pessoas assumem que há uma relação entre as suposições que entretêm e a probabilidade de serem verdadeiras:

nós confiamos nos nossos mecanismos cognitivos para fortalecer ou enfraquecer as suposições de forma que seja epistemologicamente correta [...]. Como resultado, intuições sobre a força das nossas suposições são expressas como intuições sobre o seu grau de confirmação. Tais intuições são suposições sobre suposições (SPERBER; WILSON, 1995, p. 78).

O papel cognitivo dessas suposições é importante: elas permitem a solução de contradições através do cálculo de qual suposição é mais provável de ser verdadeira. Assim, a representação do grau de confirmação de uma suposição consiste numa outra suposição. A comparação da força de suposições pode servir como evidência para o fato de que a força, conceito psicológico aplicado a suposições, deva ser tratada como sendo qualitativa.

O sucesso da inferência não-demonstrativa pode ser explicado como restrições sobre a formação e sobre a exploração das suposições. Repetindo: **o grau inicial de força das suposições depende, em primeiro lugar, da maneira como as suposições são adquiridas e representadas, e depois da história de processamento das mesmas.** As **suposições factuais** são **adquiridas** através de **quatro fontes**: (i) percepção, (ii) decodificação linguística, (iii) suposições e esquemas de suposições armazenadas na memória e (iv) dedução: “a suposição de que a pragmática deve ser baseada ou na dedução ou em sistemas inferenciais não-demonstrativos, ou que a adoção de um tipo de sistema deve inevitavelmente levar à rejeição do outro, parece-nos infundada” (SPERBER; WILSON, 1991, p. 380). Assim, as suposições adquiridas a partir da experiência perceptual tendem a ser muito fortes; já as baseadas na palavra de alguém tem sua força proporcional à confiança que se tem no falante; por fim, a força das suposições que se obtêm por dedução depende da força das premissas a partir das quais foram obtidas.

Um dos objetivos fundamentais de Sperber e Wilson ao construírem a TR foi o de investigar a inferência envolvida na compreensão. No artigo **Inference and Implicature** (1991), eles compilam os argumentos de vários pragmaticistas a respeito da modelagem da interpretação de enunciados através do raciocínio dedutivo. Embora os teóricos tenham orientações teóricas diferentes e usem argumentos diferentes, todos parecem chegar à mesma conclusão: a de que o raciocínio dedutivo não serve para modelar a inferência não-demonstrativa. Alguns autores, como Brown e Yule (1983), até admitem que a dedução desempenhe um papel, mas dada a vaguidade e a raridade dos processos na

interpretação, para eles, essa linha de modelagem da inferência espontânea pode perfeitamente ser abandonada.

Como vimos, um sistema dedutivo trivial caracteriza-se pela aplicação de um conjunto de regras a um conjunto de premissas e por derivar daí todas as conclusões válidas, chamadas de implicações lógicas – relações sintáticas, fruto da aplicação das regras que, por sua vez, são sensíveis apenas às propriedades formais das suposições, e não às semânticas. Para fins interpretativos, além da importância das propriedades semânticas das suposições, os autores reconhecem a necessidade de se assumir regras natureza dedutiva. Através do argumento para a adoção desse ponto de vista, os autores pretendem fortalecer a suposição de que a mente humana está sim equipada com e aplica um conjunto de regras dedutivas ao processamento da informação. Eles sustentam essa hipótese da seguinte maneira.

Antes de mais nada, cabe lembrar que estamos contemplando representações conceituais como premissas envolvidas no processamento de informações, e que essas representações constituem a representação de mundo que os indivíduos têm, a qual, por sua vez, está em constante aprimoramento. Assim, a suposição de que a mente humana está equipada com um sistema dedutivo é importante do ponto de vista da armazenagem das informações. As implicações lógicas de um dado conjunto de premissas não precisam ser armazenadas separadamente, as regras dedutivas, quando aplicadas a esse conjunto, permitem a recuperação de todas as suposições deriváveis por esse meio. Isso garante uma grande economia na estocagem das suposições.

Suponhamos agora o exemplo: A foi morar nos Estados Unidos durante o período da eleição, e ficou sabendo que, apesar de Buchanan ter concorrido com Gore e Bush, ele tem uma discordância especial com o candidato republicano. Num determinado momento, ele fica sabendo que Buchanan deu uma entrevista a uma rede de TV defendendo o direito de Gore a uma segunda recontagem, mesmo que a recontagem oficial já tenha sido realizada. Embora a entrevista de Buchanan não prove demonstrativamente sua rivalidade com Bush, ela serve como informação que confirma a crença de A a respeito dos problemas entre os dois políticos. A adoção de um sistema dedutivo além de servir como ferramenta para monitorar as consequências de se adicionar suposições novas a uma representação de mundo, também auxilia na precisão das conclusões derivadas, e, portanto, dessa representação como um todo. Disso segue-se uma explicação para uma tendência natural do ser humano: as pessoas não toleram inconsistências. Através da aplicação de um sistema dedutivo às suposições, é possível identificar e desfazer imprecisões e contradições, por exemplo.

Segundo Sperber e Wilson (1995), a dedução tem outras grandes vantagens: dos sistemas lógicos disponíveis é o mais explícito e mais desenvolvido, além de caracterizar-se por uma operação que tende à preservação da verdade. Cabe lembrar que, ao contrário da lógica, que trata de suposições já com o valor verdade absoluto atribuído – que só pode ser V ou F –, vimos que, na comunicação, as suposições, dependendo da forma como foram adquiridas, podem variar na sua força. E isso será, mais adiante, fundamental para a modelagem das inferências não-demonstrativas: a noção de preservação da verdade continua valendo, só que será modelada de outra forma.

As suposições com as quais o mecanismo dedutivo opera são formadas por conceitos. Um conceito tem duas funções complementares: (i) além de consistir num endereço na memória, como se fosse um verbete sob o qual vários tipos de informações podem ser recuperadas; (ii) ele também aparece como um constituinte de uma forma lógica. Assim, quando o endereço de um certo conceito aparece numa forma lógica que está sendo processada, é dado acesso a vários tipos de informações armazenadas na memória sob aquele endereço.

Três tipos de informações caracterizam os conceitos, as quais influenciam na derivação de inferências quando essas suposições entram no mecanismo dedutivo. Assim, se o endereço é a forma do conceito, essas informações relacionadas a ele constituem o conteúdo do conceito, as quais recaem sob três categorias: lógica, enciclopédia e lexical.

A **entrada lógica**, então, consiste num conjunto de regras dedutivas que estão ligadas aos conceitos que, ao ser aplicado às formas lógicas das proposições, executa sobre elas operações lógicas. O sistema interpretativo humano, no caso da inferência espontânea, estaria, segundo Sperber e Wilson, equipado apenas com regras de eliminação, consideradas por eles mais plausíveis tendo em vista o tipo de fenômeno a ser modelado. Os autores assumem-nas como sendo realmente interpretativas, pois vão além das propriedades puramente formais das suposições uma vez que o conteúdo das mesmas influencia no resultado da derivação.

A **entrada enciclopédica** consiste num conjunto de informações sobre a extensão e/ou denotação do conceito, no conjunto de objetos, eventos e/ou propriedades que instanciam tal conceito. Por exemplo, a entrada enciclopédica para ‘Al Gore’ consiste no conjunto de suposições sobre ele; a de ‘voto’ contém as suposições sobre votos, e a de ‘vencer’, no conjunto de suposições sobre vitória. É importante ressaltar que o conjunto de suposições que os indivíduos entretêm a respeito de um mesmo conceito pode variar: as informações que um brasileiro tem sobre Gore são diferentes daquelas que um americano tem, que, por sua vez, são diferentes daquelas que um colega de partido do candidato tem, que são diferentes das que tem um cientista político, etc. – embora algumas possam ser semelhantes.

Então, além das suposições factuais, **a entrada enciclopédica pode ser constituída por suposições estereotípicas**: supõe-se que as pessoas tendam a guardar, a ter expectativas a respeito das informações sobre um determinado objeto ou evento. Assim, se A diz para B que vai viajar, B não vai imaginar que A vai para a Lua. Ao contrário da entrada lógica, que é constituída por um conjunto finito de regras que permanece constante através do tempo, e de falante para falante, a entrada enciclopédica é aberta, à medida que novas suposições estão constantemente sendo acrescentadas a ela, o que faz com essa entrada varie de falante para falante.

Todo o quadro da psicologia cognitiva corrente está apoiado numa distinção entre representação e computação, a partir da qual a nossa distinção entre suposições enciclopédicas e regras dedutivas é um caso especial. A informação nas entradas enciclopédicas é representacional: consiste em um conjunto de suposições que pode ser submetido às regras dedutivas. A informação nas entradas lógicas, ao contrário, é computacional: consiste em um conjunto de regras dedutivas que são aplicadas às

suposições nas quais os conceitos aparecem associados (SPERBER; WILSON, 1995, p. 89).

A **entrada lexical**<sup>116</sup> de um conceito contém as informações a respeito da contraparte em linguagem natural do item lexical – palavra ou sintagma – usado para expressar um determinado conceito. Sperber e Wilson (1995), para a TR, assumem uma gramática gerativa, assim, fazem parte do conjunto de informações sobre o item lexical que expressa o conceito aspectos referentes à sua categoria sintática, as suas possibilidades de coocorrência, sua estrutura fonológica, etc. Tomemos a suposição:

- (21) ‘Gore é casado’  $C_g$   
 ‘Gore não é solteiro’ – Informação lógica  
 Refere ao conjunto dos casados – Informação enciclopédica  
 single, celibe, célibataire, etc. – Informação lexical

Segundo os autores, o significado de uma palavra é dado através de conceitos associados – ou seja, é obtido através das entradas lógica, enciclopédica e lexical. No entanto, dado que certos conceitos podem ter entradas<sup>117</sup> lógicas vazias, como os nomes próprios; e, para evitar que as definições sejam reduzidas somente à entrada enciclopédica, os autores adotam uma semântica lexical – desenvolvida por Fodor. Segundo essa abordagem, o significado das palavras não pode ser definido em termos de, ou ser decomposto em, conceitos mais primitivos. Apesar de algumas palavras poderem ser tratadas sob a forma de primitivos, tais como mãe (progenitor feminino) e solteiro (não-casado), uma grande quantidade de outros conceitos não estão sujeitos a essa operação, tais como ‘calor’ e ‘leão’, por exemplo.

Sperber e Wilson querem abordar a inferência não-demonstrativa de forma a mostrar como, apesar de se tratar de uma inferência global – pois lança mão de premissas além do domínio pré-fixado para construir o contexto –, ela pode ser modelada de maneira mais explícita. Os autores querem mostrar que é possível tratá-la como **dedutiva, mas não-demonstrativa: ou seja, a partir de suposições chega-se a outras suposições**. Na lógica *standard*, as premissas, as regras dedutivas e a ordem na qual a derivação é executada já são *a priori* determinadas. Nesses casos, nenhuma suposição extra na posição de premissa é levada em consideração. Na inferência espontânea, para fins interpretativos, embora os autores acreditem no papel da dedução, não acreditam que seja

<sup>116</sup> O fato de os conceitos terem entradas de natureza lógica e lexical garante um ponto de contato entre os processos de *input* e centrais, entre sistema de *input* linguístico e as regras dedutivas do sistema conceitual central. A recuperação do conteúdo de um enunciado envolve a habilidade de identificar as palavras individuais que ele contém, recuperar os conceitos, e aplicar as regras dedutivas ligadas às suas entradas lógicas (SPERBER; WILSON, 1995, p. 90).

<sup>117</sup> A diferença entre **endereço** e **entrada** é prática e respectivamente uma diferença entre forma e conteúdo: **enquanto o endereço é aquilo que efetivamente aparece na forma lógica da proposição, as entradas expressam o conteúdo lógico, enciclopédico e lexical do conceito**. Dada as diferentes naturezas dos conceitos, é possível que eles apresentem entradas vazias. Para conceitos como o conetivo ‘e’, que não têm extensão, não existe uma entrada enciclopédica. No caso de nomes próprios, como vimos, é possível que tenham a entrada lógica vazia. Além disso, há conceitos que têm essas duas entradas, mas que não são lexicalizados, esse é o caso do conceito ‘saúde’, em inglês.

possível supor como presentes todas as premissas, especialmente porque a inferência fica por conta do receptor da mensagem, pois é ele quem constrói o contexto. Se o papel do receptor fosse apenas o de calcular a implicação contextual, isso um autômato puramente lógico faria. Há uma outra participação importante.

Em primeiro lugar, vimos que as informações para a inferência são fornecidas pelo emissor, o qual toma por base uma relação de ambiente cognitivo mútuo: ele supõe que o receptor será capaz de calcular a intenção comunicativa a partir da intenção informativa. O mecanismo dedutivo proposto por Sperber e Wilson consiste naquele ‘equipamento’ cognitivo, através do qual os autores abordam como o receptor calcula a inferência. Apenas lembrando: a grande maioria das teorias pragmáticas, apesar de suporem uma espécie de derivação lógica informal, devido às dificuldades para modelar a inferência, acabam por caracterizá-la como algo extremamente solto ou relegá-la às intuições do usuário.

Assim, através do mecanismo dedutivo e da noção de relevância, Sperber e Wilson (1995, p. 94) querem: “oferecer um esquema geral de um sistema de dedução formal com o objetivo de modelar o sistema usado pelos seres humanos na inferência espontânea e, em particular, na compreensão normal de enunciados”. A fim de darem respaldo à sua investigação, comparam-na à pretensão da gramática gerativa chomskiana, que procura descrever e explicar como, através de um pequeno conjunto de regras e princípios, os seres humanos produzem e entendem todas as sentenças de uma língua sem que, para isso, seja necessário fazer alusão às intuições dos usuários.

Antes de, finalmente, tratarmos do mecanismo dedutivo propriamente dito, iremos apresentar o argumento desenvolvido por Sperber e Wilson no artigo **Inference and Implicature** (1991), no qual eles apresentam e discutem a impropriedade e a implausibilidade explicativa do cálculo de implicaturas tal como foi proposto por Grice no artigo **Logic and Conversation** (1975).

(22) Cálculo para a derivação das implicaturas conversacionais (Grice, 1975).

- (a) A disse **p**.
- (b) Não há motivos para pensar que A não esteja observando as máximas, ou pelo menos o princípio da cooperação.
- (c) Para que A diga que **p** e esteja na verdade observando as máximas, ou pelo menos o PC, A deve pensar que **q**.
- (d) A deve saber que é conhecimento mútuo que **q** deve ser suposto se A está sendo cooperativo.
- (e) A não fez nada para evitar que eu, o receptor, pense **q**.
- (f) Então, A disse **p** e implicou que **q**.

Vejamos, através do diálogo abaixo, como ficaria o cálculo, segundo Grice:

- (23) (a) A: Os votos à distância, dos quais Bush depende, são válidos?  
 (b) B: Os votos foram postados dia 7/11/2000.

Através da sua resposta, em (23b), o falante, no caso B, pode querer implicar que sim, os votos são válidos. Vejamos em (25) como o cálculo sugerido por Grice descreveria a conclusão à



qual B, o ouvinte, chegou, tendo em vista o contexto, considerado como conhecimento mútuo necessário, em (25).

A = o emissor

B = o receptor

**p = Os votos foram postados dia 7/11/2000.**

(24) C       $c_1$  – Os votos são considerados válidos quando postados no dia da eleição.  
                $c_2$  – O dia 7/11/2000 foi o dia eleição.

(25) (a) A disse **p**.  
 (b) Não há motivos para pensar que A não esteja observando as máximas, ou pelo menos o PC.  
 (c) Para que A diga que **p** e esteja na verdade observando as máximas, ou pelo menos o PC, A deve pensar que **q**.  
 (d) A deve saber que é conhecimento mútuo que **q** deve ser suposto se A está sendo cooperativo.  
 (e) A não fez nada para evitar que eu, o receptor, pense **q**.  
 (f) Então, A disse **p** e implicou que **q**.

(26) **q** +> Sim, os votos são válidos.  
 (Implicatura Conversacional Particularizada – quebra da máxima da categoria de Relação)

Objetivamente falando, a implicatura conversacional obtida em (26) não pode ser deduzida apenas do enunciado de B. Caso isso fosse verdade, não seria o caso de uma implicatura tipo conversacional, mas sim do tipo convencional, fruto do conhecimento linguístico dos interlocutores. Além disso, como o próprio Grice salientou, a verdade de uma implicatura conversacional não é condição para a verdade do dito – o dito pode ser verdadeiro e a implicatura falsa –, o que torna mais improvável que a implicatura conversacional seja efetivamente derivável apenas do conteúdo do enunciado.

Surge, então, um outro problema: embora a implicatura (26) seja perfeitamente possível – e no caso, a esperada, pois as eleições americanas, efetivamente ocorreram no dia 7 de novembro de 2000, suponhamos que a eleição tenha ocorrido no dia 6/11/2000, ou que o interlocutor de B estivesse mal informado sobre a data, por esquecimento, por exemplo. Teríamos então um novo contexto, em relação ao qual a resposta de B seria interpretada, como em (27), portanto, a implicatura obtida por A, a partir da resposta de B, seria outra, conforme em (28):

(27) C       $c_1$  – Os votos são considerados válidos quando forem postados no dia da eleição  
                $c_2$  – O dia 6/11/2000 foi o dia eleição.

(28) **q** +> Não, os votos não são válidos.  
 (Implicatura Conversacional Particularizada por quebra da máxima da Categoria de Relação)

Dado que Grice depende da noção de conhecimento prévio para o cálculo da depreensão das implicaturas, como explicar a possibilidade de o interlocutor de B ter outro conjunto de suposições

prévias como contexto? Seria possível dizer que a cláusula em (d) resolveria o problema. As suposições contextuais são supridas pelo ouvinte. Ao substituírem a noção de conhecimento mútuo/compartilhado pela noção de ambiente cognitivo, os autores passaram a defender a ideia de que o máximo que o falante pode fazer é supor que o receptor terá condições de suprir as suposições necessárias para a derivação. Todavia, vimos que, embora isso seja o mais comum, é possível que as pessoas usem suposições que as levem a conclusões diferentes daquelas pretendidas pelo falante. Afinal, mal-entendidos entre as pessoas são não só apenas comuns, mas também perfeitamente retificáveis.

De acordo com Sperber e Wilson, embora Grice tenha proposto um cálculo, ele o apresentou de maneira informal – leia-se, não contemplando exatamente o papel do raciocínio dedutivo –, daí os autores entenderem que o cálculo griceano estava mais para uma espécie de sistema informal que busca, a partir de um conjunto de regras e de algumas premissas, derivar certas conclusões. No entanto, se tomarmos (23), e verificarmos que tal diálogo pode dar origem a outras conclusões, contraditórias entre si, então é preciso mais: é preciso explicar algo que, embora seja fundamental para o processo de compreensão espontânea, tem sido repetidamente negligenciado pelos pragmaticistas, e mais, trata-se de algo que, segundo os autores, pode compatibilizar a inferência não-demonstrativa e o raciocínio dedutivo. Lembram Sperber e Wilson: “a construção de uma derivação lógica em um sistema informal é uma questão de decidir qual combinação de regras e de premissas serão escolhidas, quais regras serão aplicadas, e daí quais as conclusões que serão obtidas” (1995, p. 93).

Além de chamarem a atenção para o fato de que é preciso mostrar como as premissas apropriadas são selecionadas, como as conclusões potenciais são avaliadas, os autores levantam outra questão bem mais complexa. Dado que a TIG prevê, sob a categoria de Modo, que as pessoas devam responder de forma breve, como explicar por que o falante não respondeu simplesmente ‘sim’ ou ‘não’.

Como vimos, Sperber e Wilson adotam a teoria de Fodor, segundo a qual as inferências não-demonstrativas, ao invés de serem obtidas através de regras igualmente não-demonstrativas, na verdade, são obtidas através de um processo de formação e confirmação de hipóteses. Assim, o ouvinte de (23), A, no caso, deveria formar as hipóteses em (24) ou (27) e depois confirmá-las ou não. Vejamos, a partir de agora, como funcionaria o mecanismo dedutivo propriamente dito.

Cabe lembrar que os autores pretendem dar conta de como as inferências não-demonstrativas são executadas, e isso envolve questões como a escolha dessas premissas, as regras de derivação e a solução de inconsistências a fim de que a representação de mundo, ou seja, que o estoque de suposições factuais esteja em constante atualização: “as melhores trazidas pelas informações novas são fruto do trabalho executado através do mecanismo dedutivo” (SPERBER; WILSON, 1995, p.104).

Sperber e Wilson discutem como o cálculo griceano dá conta da derivação do conteúdo da implicatura. Segundo eles, dado que não é possível mostrar como tal conteúdo surge, embora apareça

no passo (c) do cálculo, não se pode dizer que ele seja dedutível de (a) e (b). Embora a implicatura seja ratificada em (g), para os autores, o que importa é identificar quais as proposições envolvidas e como são trabalhadas pelos interlocutores tendo em vista a recuperação de (c): “uma teoria pragmática adequada deve igualmente oferecer um método de recuperação do conteúdo das implicaturas propriamente ditas [(c)]” (SPERBER e WILSON, 1992, p. 378, acréscimo nosso).

O **mecanismo dedutivo** pode ser descrito basicamente como uma ferramenta cognitiva provida de uma memória e da habilidade de ler, escrever e apagar formas lógicas; comparar suas propriedades formais; armazená-las na sua memória e acessar as regras dedutivas contidas nas entradas lógicas dos conceitos. O processamento dedutivo espontâneo ocorre da seguinte maneira. Num primeiro momento, um conjunto de suposições, tratado como as teses iniciais a partir das quais as derivações seria feitas, é colocado na memória do mecanismo. Depois, o mecanismo lê cada uma das suposições, acessa as entradas lógicas de cada um dos seus conceitos constituintes, aplica qualquer regra adequada à descrição estrutural daquela suposição e escreve o resultado da derivação na sua memória como uma tese derivada. O processo se aplica a todas as teses iniciais e derivadas até que nenhuma dedução seja mais possível.

Além disso, o sistema monitora redundâncias e contradições no caminho da derivação. Antes de escrever a suposição na sua memória, o mecanismo verifica se aquela suposição ou a sua negação já está contida na memória. Se a suposição já consta na memória, o sistema executa duas operações: (i) além de não escrever aquela suposição novamente, (ii) ele marca as teses e as regras dedutivas usadas na derivação daquela suposição a fim de que esse processo não seja repetido. Já no caso de uma contradição – da negação de uma suposição já estocada – o mecanismo suspende o processamento dedutivo até que a contradição seja resolvida.

Dois aspectos devem ser considerados. Para a lógica, o que interessa em um processamento é a obtenção da completude, ou seja, a partir da aplicação de um sistema de regras a um conjunto de suposições iniciais, interessa obter um conjunto infinito de conclusões perfeitamente possíveis, tornando válido o argumento. Outro aspecto importante a respeito do processo dedutivo consiste no fato de que não é possível a obtenção de conclusões falsas a partir de premissas verdadeiras.

Assim, embora o raciocínio do dia-a-dia não seja exatamente uma instanciação perfeita das operações lógicas, ele também não pode ser considerado como sendo totalmente dissociado da lógica, afinal caótico ele não é. Cognitivamente, é preciso modelar derivações que em um determinado momento são suspensas, mas cujo objetivo é manter essa relação de verdade. Não se trata, no entanto, de uma verdade por correspondência, mas sim por coerência entre as descrições – é preciso haver uma certa consistência de proposições para proposições.

Há operações que, embora sejam logicamente perfeitas, são cognitivamente bloqueadas. Por exemplo. De uma suposição **p** qualquer é possível obter uma série de conclusões que, no entanto, não teriam relevância cognitiva. Assim de **p** podemos ter as seguintes implicações lógicas:

- (29)            **p**            Suposição inicial  
 (a)            **p e p**

- (b) **p** ou **q**  
 (c) não (não **p**)  
 (d) (se (não **p**) então **q**)  
 (e) (se **q** então **p**)
- (30) Gore perdeu.  
 (a) Gore perdeu e Gore perdeu.  
 (b) Gore perdeu ou a Flórida é um ótimo lugar para passar as férias.  
 (c) Não é verdade que Gore não tenha perdido.  
 (d) Se Gore não perdeu, então a Flórida exporta bananas.  
 (e) Se a Flórida está no caminho dos tornados, então Gore perdeu.

Embora perfeitamente possíveis do ponto de vista lógico, as conclusões em (30), para fins comunicacionais, são cognitivamente estranhas. Além disso, as regras usadas nessas derivações são as Regras de Introdução, as quais são rejeitadas por Sperber e Wilson quando o objetivo é caracterizar as regras que constituem o mecanismo dedutivo. Vejamos alguns problemas levantados pelos autores.

Por ‘Regra de Introdução’ os autores entendem qualquer regra cuja suposição de *output* contenha todos os conceitos contidos na suposição de *input* e pelo menos um conceito a mais. Tais como as representadas abaixo:

**Regra da introdução de ‘E’**

*Input:* (i) **p**  
 (ii) **q**  
*Output:* (**p** e **q**)

**Regra da Introdução do ‘Ou’**

*Input:* (i) **p**  
*Output:* (**q** ou **q**)

**Regra da Dupla Negação**

*Input:* (i) **p**  
*Output:* (não (não **p**))

Segundo Sperber e Wilson, as Regras de Introdução jamais são usadas no processamento espontâneo de informações. Em primeiro lugar, elas são consideradas triviais, pois, além de deixarem inalterado o conteúdo das suposições iniciais de *input*, derivam conclusões com material conceitual arbitrário a mais, o que vai de encontro à noção de relevância, segundo a qual, a mente trabalha buscando, pelo menor custo de processamento, mais informações. Sendo assim, as regras de introdução não analisam nem explicam o conteúdo das suposições de *input*, e por isso não podem ser consideradas interpretativas.

Sperber e Wilson trabalham com a hipótese de que o mecanismo dedutivo humano somente tem acesso a regras de eliminação, pois elas produzem o que eles denominaram de conclusões **não-triviais**, definida da seguinte maneira.

**Implicação lógica não-trivial**

Um conjunto de suposições **p** logicamente e não-trivialmente implica uma suposição **q** se, e somente se, quando **p** é o conjunto de teses iniciais em uma derivação envolvendo só regras de eliminação, **q** pertence ao conjunto de teses finais (SPERBER; WILSON, 1995, p. 97).

O mecanismo dedutivo humano consiste num sistema que se caracteriza por explicar o conteúdo de qualquer conjunto de suposições submetidas a ele; e a implicação lógica não-trivial,

fruto do processamento espontâneo de informações, executado por esse sistema, tem um papel cognitivo fundamental.

Sperber e Wilson constataram que a tendência nas pesquisas em Psicologia é a de adotar as Regras de Introdução como sendo necessárias, especialmente porque a grande maioria dos estudos que têm sido efetuados contemplam raciocínios conscientes, os quais envolvem tarefas específicas, tais como a avaliação da validade de argumentos (tarefa finita), deixando de lado a inferência espontânea (tarefa aberta). Vejamos um exemplo de argumento que reforça a sugestão da necessidade de regras de introdução envolvendo um argumento que toma uma conjunção como antecedente de um condicional.

(31)

(a) Se Bush e Gore têm menos de 1% de diferença na contagem dos votos e a Flórida é um estado que exige por lei a recontagem de votos, então o resultado não será conhecido no prazo esperado.

(b) Bush e Gore têm menos de 1% de diferença na contagem dos votos

(c) a Flórida é um estado que exige por lei a recontagem de votos.

(32) O resultado não será conhecido no prazo esperado.

A derivação de (32) parece exigir que o mecanismo dedutivo de Sperber e Wilson adote uma regra de introdução – expressa na premissa (d), conforme apresentado abaixo.

(33)

(a) Se Bush e Gore têm menos de 1% de diferença na contagem dos votos, e a Flórida é um estado que exige por lei a recontagem de votos, então o resultado não será conhecido no prazo esperado.

(b) Bush e Gore têm menos de 1% de diferença na contagem dos votos.

(c) A Flórida é um estado que exige por lei a recontagem de votos.

(d) Bush e Gore têm menos de 1% de diferença na contagem dos votos e a Flórida é um estado que exige por lei a recontagem de votos.

(34) O resultado não será conhecido no prazo esperado.

No entanto, os autores colocam como condição para adotar essa proposta a necessidade de se mostrar que não há alternativa para a regra de Introdução do ‘E’, e que essa alternativa é psicologicamente imotivada e implausível. No que se refere a uma regra alternativa, os autores citam a regra do Modus Ponens Conjuntivo para substituir a regra da Introdução do ‘E’.

#### **Modus Ponens Conjuntivo [MPC]**

(a) *Input:* (i) (se p e q) então r  
(ii) p

*Output:* (se q então r)

(b) *Input:* (i) (se p e q) então r  
(ii) q

*Output:* (se p então r)

Sperber e Wilson assumem que uma versão dessa regra está ligada à entrada lógica do conetivo ‘e’, e, a partir da aplicação da regra, tem-se:

(35)

(a) Se Bush e Gore têm menos de 1% de diferença na contagem dos votos, e a Flórida é um estado que exige por lei a recontagem de votos, então o resultado não será conhecido no prazo esperado. [Premissa]

(b) Bush e Gore têm menos de 1% de diferença na contagem dos votos. [Premissa]

(b') Se a Flórida é um estado que exige por lei a recontagem de votos, então o resultado não será conhecido no prazo esperado. [De (a) e (b) pelo MPC]

**(c) a Flórida é um estado que exige por lei a recontagem de votos [Premissa]**

(36) O resultado não será conhecido no prazo esperado. [De (b') e (c) por Modus Ponens]

Falta agora verificar se essa regra tem apelo psicológico. E tem. Segundo Sperber e Wilson, Rips (1983), através de evidências experimentais, não apenas corroborou o fato de que os indivíduos se valem dessa regra, como ela se mostra mais acessível até do que o próprio Modus Ponens. Os autores apresentam também exemplos usando o conetivo 'ou' como regra alternativa ao Modus Ponens Disjuntivo, e chegam à seguinte conclusão:

Quando um item de informação é apresentado na forma de um condicional complexo com uma conjunção ou uma disjunção no antecedente, as chances de encontrar o antecedente conjuntivo ou disjuntivo completo armazenado como tal na memória são obviamente muito menores do que encontrar apenas um disjuntivo ou conjuntivo. O que as regras do Modus Ponens Conjuntivo e Disjuntivo fazem é permitirem inferências obtidas com base em um conjunto ou um disjuntivo, do que com base na exigência do suprimento do antecedente conjuntivo ou disjuntivo como um todo. Elas aumentam as chances de a informação presente interagir com a representação de mundo individual existente potencializando a obtenção de novas conclusões (SPERBER; WILSON, 1995, p. 100).

Para atividades que exigem tarefas de raciocínio específicas, tais como a avaliação da validade de argumentos, os psicólogos, apesar de reconhecerem o problema da reaplicação gerado pelas regras de introdução, preferem mantê-las, especialmente quando se trata de implicações triviais. No entanto, Sperber e Wilson, além de estarem ocupados apenas com as implicações não-triviais, não acreditam que seja necessário supor que sejam usadas, nessas ocasiões, regras dedutivas diferentes.

Na verdade, para fins de raciocínio, e apesar da busca de uma abordagem dedutiva para a inferência não-trivial, eles não acreditam que mesmo a tarefa de avaliação da validade dos argumentos dependa exclusivamente de derivação direta. Para os autores, essa condição pode ser contornada se se considerar o mecanismo dedutivo como incompleto. Tal propriedade é vista por eles como algo positivo, como uma vantagem dos processamentos cognitivos. Há conclusões que não são diretamente obtidas a partir da aplicação das regras do mecanismo a um conjunto de premissas. Para tanto, os autores supõem que o mecanismo funciona tendo como complemento procedimentos não-dedutivos quando a derivação parece insuficiente. Embora não seja possível, somente através de regras de eliminação, demonstrar a validade de argumentos como:

- (37) (a) Gore venceu na Flórida.  
(b) Bush venceu na Califórnia.

- (38) Gore venceu na Flórida e Bush venceu na Califórnia.  
 (39) Gore é democrata.  
 (40) Gore é democrata ou Gore é republicano.

e, se não se deseja lançar mão das regras de introdução, uma forma de verificar a validade é através do monitoramento de contradições. Para tanto, é preciso mostrar a inconsistência, para um argumento válido, em se afirmar as premissas, ao mesmo tempo, em que se nega a conclusão. Por exemplo, se (37ab) e a negação de (38) fossem as teses iniciais de uma derivação, o mecanismo dedutivo revelaria as inconsistências, determinando que, na verdade, (35ab) acarreta (36).

Os autores estabelecem o escopo dentro do qual o mecanismo opera ao determinarem e excluírem dois extremos: se, por um lado, nem toda a inferência dedutiva deve ser abordada considerando-se apenas o emprego de regras dedutivas; por outro, eles acreditam que:

o sistema de regras dedutivo é um mecanismo extremamente eficiente para reduzir o número de suposições que devem ser armazenadas separadamente na memória, para acessar as conclusões de argumentos, para obter conclusões de informação conceitual recentemente adquirida e para aumentar o impacto dessa informação na representação de mundo conceitual (SPERBER; WILSON, 1995, p. 103).

Os autores sugerem uma mistura de habilidades dedutivas humanas. A hipótese deles é a de que, quando o mecanismo recebe um conjunto de suposições, considerando-se as limitações comuns de memória e atenção, o mecanismo direta e automaticamente calcula, como parte do seu procedimento regular, o conjunto completo de implicações não-triviais definido pelas suas regras dedutivas. Implicações triviais, pelo contrário, não são diretamente calculadas. Os procedimentos para acessar e verificar a validade de implicações triviais – menos naturais, mais demorados e sujeitos a vários tipos de erros – são muito diferentes dos procedimentos automáticos envolvidos na derivação das implicações não-triviais.

A função do **mecanismo dedutivo – usado no processamento espontâneo de informações** – é a de analisar e manipular o conteúdo conceitual das suposições, a qual, por sua vez, é executada pelas regras de eliminação ligadas às entradas lógicas dos conceitos. A tese dos autores é a de que, em circunstâncias normais, o processamento dedutivo de uma suposição envolve a computação de suas implicações não-triviais, nunca das triviais, até porque os procedimentos empregados não são, por hipótese, aqueles usados no processamento espontâneo da informação.

Entretanto, Costa (2004) e Ibaños (2008) posicionam-se contrariamente à exclusão das regras eliminação como caracterizadoras do mecanismo dedutivo humano. Dado que, segundo Costa (2004), os processos inferenciais devem contemplar as interfaces onde são realizados, não há por que excluir tais regras. É claro que, como demonstraram Sperber e Wilson (1995), as regras de introdução podem gerar uma infinidade de inferências desnecessárias. Contudo, em se tratando de inferências pragmáticas, a introdução do  $\Lambda$  pode gerar inferências de ordem dos acontecimentos, o que pode ser relevante em um determinado contexto. Vejamos o exemplo abaixo.

- (41) João foi ao banco. (p)  
 (42) João pegou o dinheiro. (q)

Se as proposições forem arranjadas como  $p \wedge q$  – João foi ao banco e retirou o dinheiro – essa a ordem em particular gera comunicacionalmente uma implicatura de que ele fez uma retirada. Já se as proposições forem arranjadas como  $q \wedge p$  – João retirou o dinheiro e foi ao banco –, então a implicatura de que João depositou o dinheiro. **Dessa forma, amplia-se a gama de inferências a partir da aplicação das regras a dedução natural, ampliando, naturalmente, o potencial do mecanismo dedutivo.**

Quando uma suposição é processada em um contexto de outras suposições, ainda assim, somente as implicações não-triviais são computadas, uma vez que, segundo os autores, as implicações triviais não têm papel no processo de interpretação. Além disso, embora as pessoas sejam capazes de calcular as implicações triviais a partir de um conjunto de premissas, são as implicações não-triviais que, se relevantes, enriquecem a representação de mundo de um indivíduo, uma vez que ampliam esse estoque de suposições factuais.

Como vimos, a memória do mecanismo dedutivo é o lugar onde as informações são processadas: as suposições são aí colocadas e, as regras lógicas ligadas aos conceitos que constituem as suposições os cálculos são acessadas. Embora essas suposições possam vir de fontes diferentes – podem entrar na memória do mecanismo dedutivo a partir da percepção, da decodificação linguística ou da memória enciclopédica, ou até mesmo como resultado de um processo dedutivo – há uma diferença. As suposições derivadas das entradas enciclopédicas são tratadas como informações velhas, já as suposições derivadas dos sistemas de *input* – de decodificação linguística ou da percepção – são tratadas como novas, tornando-se velhas no curso do processamento.

O interesse dos autores é naquelas suposições geradas a partir da relação de informação nova – em especial oriundas de *input* linguístico – sobre as informações já existentes na representação de mundo do indivíduo. Segundo eles, de certa forma, é possível mapear a ampliação da representação de mundo, ou seja, a forma como essas suposições novas exercem um impacto sobre o estoque de suposições factuais, através dos cálculos efetuados pelo mecanismo.

Sperber e Wilson elegeram como objeto de estudo os “efeitos de deduções nos quais um conjunto de teses iniciais colocado na memória do mecanismo dedutivo pode ser dividido em dois subconjuntos, **P** e **C**, onde **P** possa ser pensado como informação nova, e **C** como informação velha” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 107). Os autores denominaram a união desses dois conjuntos **P** e **C**, tomados como premissas, de **contextualização de P em um contexto C**, pois entendem que é através dessa operação que são produzidas novas conclusões não deriváveis apenas nem de P nem de C separados. A essas conclusões, foco da atenção da TR, os autores chamaram de **implicações contextuais** (SPERBER; WILSON, 1995, p. 107).

### **Implicação Contextual**

Um conjunto de suposições **P** implica contextualmente uma suposição Q



em um contexto C se, e somente se,:

- (i) a união de **P** e **C** não-trivialmente implica Q;
- (ii) **P** não implica não-trivialmente Q;
- (iii) **C** não implica não-trivialmente Q.

Considera-se a implicação contextual uma informação nova justamente porque ela: (a) não pode ser derivada apenas de C, do conjunto de suposições já existentes; (b) não pode ser implicada analítica nem sinteticamente somente de P, que consiste o conjunto de informações novas. A implicação contextual é o fruto da **síntese da informação velha e da nova: resultado da interação entre as duas**.

Sperber e Wilson privilegiam a noção de implicação contextual para o tratamento da compreensão por vários motivos. Em primeiro lugar, embora a união de informação nova em um contexto de representação de mundo traga também implicações analíticas e sintéticas, essas não têm uma propriedade fundamental: elas são independentes de contexto<sup>118</sup>. Ou seja, elas não interagem com o contexto, apenas são acrescentadas a ele, e é “especialmente em termos de implicações contextuais que o efeito do contexto na interpretação de um enunciado e o raciocínio para o processamento da informação mais em um contexto do que em outro deve ser visto” (SPERBER e WILSON, 1995, p. 108).

Assim, a função do mecanismo dedutivo é derivar espontânea, automática e inconscientemente as implicações contextuais de qualquer informação apresentada como nova em um contexto de informações velhas. E é nesse sentido que os autores passam a definir relevância: quanto mais a informação nova produz efeitos tipo implicação contextual, mais estará afetando a representação de mundo do indivíduo.

A TR é uma teoria cognitiva da comunicação, assim, a comunicação está a serviço da cognição, que, por sua vez, caracteriza-se, entre tantos outros aspectos, pelo aumento do conhecimento – as pessoas interagem tendo em vista ganho cognitivo, ou seja, uma alteração e melhora da representação conceitual que têm do mundo. Vimos também que a inferência tem um papel fundamental nesse processo, mas que, para fins comunicacionais, ela tem propriedades um pouco diferentes. Em primeiro lugar, de um ponto de vista psicológico, a inferência não-demonstrativa é abordada através de um processo de formação e confirmação de hipóteses, e, mais

---

<sup>118</sup> Enquanto as **regras analíticas** caracterizam-se por tomar uma única suposição como *input* – esse é caso da regra de Eliminação do ‘E’ –, as **regras sintéticas** tomam como *input* duas suposições separadas – a regra do *Modus Ponens*, por exemplo: que toma um condicional como suposição e seu antecedente como *input*. No caso da **implicação analítica** diz-se que um conjunto de suposições **p** analiticamente implica uma suposição **q** se, e somente, se **q** for uma das teses finais em uma dedução na qual as teses iniciais são **p**, e à qual somente regras analíticas foram aplicadas. Nesse sentido, dado um conjunto de suposições iniciais ao qual somente regras analíticas são aplicadas, a conclusão obtida será ela mesma: **toda suposição analiticamente implica si mesma**. Já para a **implicação sintética**, diz-se que um conjunto de suposições **p** sinteticamente implica uma suposição **q** se e somente se **q** for uma das teses finais em uma dedução na qual as teses iniciais são **p**, e **q** não é uma implicação analítica de **p**. Nessas condições, uma implicação sintética é o resultado de uma derivação na qual pelo menos uma regra sintética foi aplicada.

do que demonstrar, **a função das inferências é a de fortalecer, eliminar e acrescentar suposições ao repertório de suposições que os indivíduos já possuem.**

Um aspecto importante a respeito da constituição do repertório de suposições que os indivíduos têm sobre o mundo está diretamente relacionado com a fonte das mesmas, com a forma através da qual foram adquiridas: assim como pode haver variação na forma como os indivíduos adquirem as suposições, elas também podem apresentar valores diferentes, o chamado valor de confirmação, o qual, de um ponto de vista funcional, foi tratado pelos autores como força das suposições, medida em termos de acessibilidade.

Na lógica, tratam-se as premissas como tendo apenas dois valores: o verdadeiro e o falso. No entanto, na comunicação, as suposições que entram como premissas no mecanismo dedutivo para as derivações são, como dizem os autores, crenças, as quais variam em força. A questão agora é verificar a interferência e a inter-relação entre a força das suposições e como isso afeta a força da conclusão. Em uma inferência não-trivial, a conclusão herda uma força que é decorrente da força das premissas. A noção ‘não-trivial’ está relacionada com a força das crenças e não com verdades e falsidades. A TR então consiste numa tentativa de abordar a parte lógica da cognição relacionada com a dedução; e a parte cognitiva, com as crenças. O mecanismo cognitivo é parcialmente lógico, pois as crenças, as premissas, são cognitivas e têm, ao invés de valores finitos, uma propriedade como a ‘força’, que se caracteriza por ser uma noção qualitativa, e não quantitativa.

A dedução, fruto da relação entre P e C, na memória do mecanismo dedutivo, após a aplicação das regras de eliminação, é denominada pelos autores de **efeito contextual**. Como vimos, o objetivo da comunicação, considerada de um ponto de vista cognitivo, é a modificação e o desenvolvimento da representação de mundo que as pessoas entretêm. Todavia, não se trata de qualquer modificação, até porque, se fosse assim, a própria noção de relevância seria irrelevante. Dessa forma, é preciso que a contextualização de P em C não gere: (i) obviedades – simples duplicação de informações que já fazem parte da memória enciclopédica; (ii) inconsistências – implicações que contradigam suposições já tomadas como certas; e/ou (iii) informações que não tenham nenhuma relação com a informação já presente.

Sperber e Wilson destacam dois efeitos contextuais da contextualização de P em C, além do acréscimo de suposições: a informação nova pode servir como evidência para a favor de alguma suposição e então servir para fortalecê-la, ou fornecer evidência contra uma determinada suposição, e então servir para eliminá-la. A questão agora é verificar como a força das suposições afeta a força da conclusão em uma dedução não-trivial: em uma inferência não-trivial a conclusão herda uma força que é decorrente da força das premissas.

São tais efeitos contextuais, enquanto fruto do processamento de informação nova num contexto de suposições velhas, que alteram as crenças anteriores dos indivíduos, fazendo com que, através das suposições resultantes, consideradas relevantes, eles possam modificar seu conhecimento de mundo. Como vimos, a função do mecanismo dedutivo é, basicamente, analisar e valer-se do conteúdo conceitual das suposições, a fim de derivar implicações que, por sua vez, são obtidas

através de um cálculo não-trivial. Vimos também que as suposições que são colocadas na memória do mecanismo dedutivo podem ser de origens diversas o que acaba interferindo e/ou influenciando na força das suposições de entrada, e, conseqüentemente, na força das implicações contextuais. Cabe ressaltar que o que efetivamente importa para Sperber e Wilson é investigar o efeito que a informação nova tem sobre a informação velha.

Uma informação é considerada relevante se interage com o conjunto existente de suposições entretido pelos indivíduos, o contexto, ampliando e modificando-o. Na TR, essa melhora do contexto é medida através da produção de efeitos contextuais – que consistem numa dedução baseada na união de informação nova **P** e de informação velha **C**, ou seja, na contextualização de **P** em **C**. No entanto, ressaltam Sperber e Wilson, o simples fato de haver a modificação não é suficiente para que ela seja considerada relevante e, portanto, resulte em uma melhora de tal conjunto: “a adição de informação nova que meramente duplica informação velha não conta como uma melhora; nem informação nova que não tem nenhuma relação com a informação velha” (SPERBER e WILSON, 1995, p. 109).

Essas operações estão diretamente relacionadas com uma das propriedades das suposições: ao serem escritas na memória do mecanismo dedutivo, elas apresentam graus de força, o processamento executado pelo mecanismo afeta a força daquelas usadas como teses iniciais e como teses finais das deduções realizadas. A fim de ilustrarmos e analisarmos as diferentes possibilidades de efeitos contextuais, iremos lançar mão do conturbado momento em que Bush e Gore encontravam-se criticamente próximos em número de votos, o que acabou levando as agências de notícias a divulgarem informações de forma caótica e até contraditória. Ressaltamos que não estamos preocupados em explicar o fenômeno das eleições, mas usá-lo como veículo para a verificação da plausibilidade cognitiva da TR para abordar inferências.

Suponhamos um assessor de Bush, acompanhando as últimas notícias sobre a situação da contagem dos votos para Bush e Gore, na Flórida. Dado que os candidatos encontravam-se muito próximos, e a Flórida é um dos estados que estipula, por lei, uma recontagem de votos caso a diferença entre os candidatos seja muito pequena, então esse assessor pensa:

(43a) Se a diferença for menor do que 1%, haverá recontagem.

Como está acompanhando os resultados através de todas as fontes possíveis, em um determinado momento ele vê/ouve a Secretária de Estado, Katherine Harris, anunciar um resultado que redundava na seguinte informação:

(43b) A diferença foi menor do que 1%.

(43c) Haverá recontagem.

O exemplo acima ilustra um caso de implicação contextual: uma suposição nova interpretada num contexto de suposição velha, sob a forma de uma implicação sintética. A suposição (43c), fruto da dedução na qual a suposição inicial (43a), que constitui o contexto – a informação velha – e a

informação nova (43b), só pode ser obtida a partir da relação entre (43a) e (43b), e não a partir de qualquer uma delas sozinha. (43a) e (43b) caracterizam-se, portanto, como as premissas de um processo dedutivo, as quais implicam contextualmente (43c). Segundo os autores, uma informação nova é considerada relevante sempre que, em qualquer contexto na qual for interpretada, produzir implicações contextuais. E quanto mais implicações contextuais produzir, mais relevante será.

Como já foi dito anteriormente, as suposições que um indivíduo tem sobre o mundo podem variar na sua força, uma vez que, ao obter evidências, a favor ou contra elas, a credibilidade que as pessoas têm sobre tais suposições pode variar. Esse é um dos aspectos que caracteriza a manipulação e o melhoramento do conjunto de suposições que os indivíduos têm sobre a sua representação de mundo. Assim, o exemplo a seguir ilustra casos nos quais uma informação nova afeta a força de suposições já existentes – a força de suposições velhas – já armazenadas e assumidas como suposições factuais. Suponhamos agora que esse assessor de Bush, enquanto acompanhava a contagem, percebia que, embora Bush estivesse na frente, os votos a favor de Gore começavam a ficar cada vez mais frequentes, e, antes da conclusão da contagem, formulasse a seguinte hipótese:

(44a) A diferença será menor do que 1%.

Passado algum tempo, ele vê a Secretária de Estado, Katherine Harris anunciar que:

(44b) A diferença é menor do que 1%.

No caso, a hipótese formulada pelo assessor em (44a) consiste na informação que é fortalecida ou confirmada pela informação nova em (44b). Dessa maneira, a informação nova é relevante em um contexto contendo a suposição (44a), justamente porque ela fortalece uma suposição já existente. Portanto, uma informação nova é relevante em qualquer contexto no qual ela fortaleça uma suposição já existente, e, quanto mais suposições forem fortalecidas, mais relevante tal suposição nova será.

Como dizem Sperber e Wilson, dado que se trata de um modelo cognitivo, a força das suposições não é obtida pelo mecanismo dedutivo através da computação de valores quantitativos de confirmação. Na verdade, os autores preferem falar na atribuição de valores como ‘certo’, ‘muito forte’, ‘forte’, ‘fraco’, etc., os quais são afetados pelas regras dedutivas empregadas na sua derivação. Isso permite que, durante o processamento, os valores das suposições sejam alterados, e, com isso, sejam promovidos, através dos novos valores, a adequação e o ajustamento da representação de mundo resultante.

Vejamus outro exemplo. Mesmo que Bush vença na contagem, uma diferença pequena, por se tratar da Flórida, desencadeia uma recontagem que pode ser vantajosa para Gore. Dada a incerteza na contagem dos votos e os desencontros de informações, um assessor de Bush formula a seguinte hipótese:

(45a) A diferença não é menor que 1%.

No entanto, momentos depois, a contagem é terminada e a Secretária de Estado anuncia:

(45b) A diferença é menor que 1%.

A situação em (45ab) ilustra casos nos quais uma suposição atinge relevância não por fortalecer uma suposição já existente, mas sim porque a contradiz, eliminando-a. Esse tipo de relevância é igualmente fundamental para a melhora e o ajuste da representação de mundo. Em casos nos quais a suposição nova contradiz a velha, o valor das suposições, ou seja, a sua força, passa a ser o valor decisivo: não se pode esquecer que a forma através da qual uma suposição é adquirida exerce influência sobre a sua força.

Na situação analisada, dada a maneira conturbada através da qual a informação a respeito da obtenção do valor da diferença de votos foi formulada, e dada a forma como a informação nova foi anunciada, a saber, pela autoridade máxima no que se refere ao anúncio oficial da contagem, então a informação nova (45b), considerada como sendo mais forte, contradiz e elimina a suposição velha, (45a) – consiste numa evidência conclusiva contra a suposição velha. Julgamentos de relevância, nesses casos, seguem os anteriores: uma informação nova será relevante em qualquer contexto no qual ela contradiz, levando à eliminação de uma suposição já existente; da mesma forma, quanto mais suposições eliminar, e quanto mais fortes são as suposições eliminadas, mais forte será a suposição nova que desencadeou o processo.

Os exemplos ilustraram três formas que caracterizam uma informação nova como sendo relevante em um contexto se suposições já existentes, ou seja, caracterizam três tipos de efeitos contextuais. A informação nova pode, ao combinar-se com o contexto: produzir implicações contextuais, fortalecer suposições existentes, e contradizer e eliminar suposições existentes. Quanto mais efeitos contextuais uma informação nova produzir, mais relevante será. Suponhamos o assessor de Bush, acompanhando os problemas da votação na Flórida e, considerando a situação, pensa:

(46a) Se houver recontagem na Flórida, a declaração de que Bush é o presidente deverá ser suspensa.

Após um tempo, o assessor vê a Secretária de Estado, Katherine Harris, anunciar que:

(46b) Haverá recontagem na Flórida.

No entanto, suponhamos que o assessor tivesse visto a Secretária de Estado anunciar:

(46c) Haverá recontagem na Flórida e a democracia está ameaçada.

A questão a ser considerada aqui é a seguinte: tanto (46b) como (46c), se usados como premissas, numa implicação sintética, tendo (46a) como contexto, levarão à implicação contextual em (46d):

(46d) A declaração de que Bush é o presidente será suspensa.

Dizem os autores, se as comparações de relevância dependessem apenas dos efeitos contextuais, não há como explicar a diferença entre (46b) e (46c). No entanto, intuitivamente, e é isso que os autores desejam modelar, há sim uma diferença. Dado o contexto em (46a), é inegável que (46b) exige menos esforço cognitivo de processamento tendo em vista a apreensão da implicação contextual do que (46c).

Dado o contexto em (47a-g) abaixo formado através das seguintes suposições com os seus respectivos valores de confirmação, e as suposições novas em (48) e (49), vejamos, como elas afetam o contexto, produzindo uma nova representação de mundo.

- |      |  |               |
|------|--|---------------|
| (47) | (a) Nader recebeu mais votos que Buchanan  | [certa]       |
|      | (b) Buchanan recebeu mais votos que Browne | [certa]       |
|      | (c) Browne recebeu mais votos que Gore     | [certa]       |
|      | (d) Nader recebeu mais votos que J. Harris | [certa]       |
|      | (e) Buchanan recebeu mais votos que Bush   | [forte]       |
|      | (f) Bush recebeu mais votos que Gore       | [muito forte] |
|      | (g) Bush recebeu mais votos que J.Harris   | [forte]       |
- (48) Bush recebeu mais votos que Gore.  
 (49) Bush recebeu mais votos que Nader

Como é possível verificar, dado que as informações em (48) e (49) são tratadas como certas, então é possível dizer que a suposição em (47e) foi eliminada, e a suposição em (47f) passou de muito forte para certa. O novo contexto é:

- |      |  |         |
|------|--|---------|
| (50) | (a) Nader recebeu mais votos que Buchanan  | [certa] |
|      | (b) Buchanan recebeu mais votos que Browne | [certa] |
|      | (c) Browne recebeu mais votos que Gore     | [certa] |
|      | (d) Nader recebeu mais votos que J. Harris | [certa] |
|      | (e) [eliminada]                            | ∅       |
|      | (f) Bush recebeu mais votos que Gore       | [certa] |
|      | (g) Bush recebeu mais votos que J.Harris   | [forte] |

Segundo Sperber e Wilson, além de cada premissa consistir em um argumento, em uma evidência, para a conclusão, a sua força, caso a premissa seja efetivamente usada em uma derivação, influencia na força da conclusão. Vejamos como isso fica tendo em vista o tipo de regra aplicada. É preciso acrescentar que essas operações podem ser consideradas possíveis, pois, segundo os autores, o mecanismo dedutivo é dotado com a capacidade de manipular os graus de força: reproduzindo-os, aumentando-os ou diminuindo-os.

Caso a suposição seja fruto de uma implicação analítica, a conclusão herda a força da premissa. No entanto, há três possibilidades caso trate-se da aplicação de uma regra sintética:

- (i) se ambas as premissas são certas, a conclusão será certa.
- (ii) se uma das premissas é certa e a outra não, a conclusão herda a força da mais fraca.
- (iii) se nenhuma das premissas é certa, a força da conclusão é menor do que a força da premissa mais fraca.

Já no caso de derivações que envolvem a aplicação de mais de uma regra, temos:

- (i) quando todas as premissas efetivamente usadas forem certas, a conclusão também será certa.
- (ii) quando todas as premissas exceto uma forem certas, a conclusão herda a força da premissa menos que certa.
- (iii) quando mais de uma premissa for menos que certa, a conclusão é mais fraca do que a premissa mais fraca.
- (iv) conclusões herdadas de várias premissas fracas herdam o valor que é muito fraco ou vago.

Segundo os autores, os graus de força herdados são sempre limites mais baixos. Embora pareça estranha essa forma de atribuição de valores, os autores lembram: a lógica aqui é um instrumento, o objetivo é construir um modelo que dê conta do sistema cognitivo. Por isso, a inabilidade do modelo para derivar precisamente o grau de força de várias suposições não certas não constitui um problema.

A implicação contextual, de acordo com Sperber e Wilson, na verdade, caracteriza-se por ser um caso especial de fortalecimento contextual, que pode ocorrer de duas formas distintas. No caso de fortalecimento dependente, a força da conclusão depende não somente da força das premissas novas, no caso não depende somente de **P**, mas também das suposições do contexto **C**: embora **P** afete, ele não determina completamente o valor da implicação contextual. Vejamos a seguinte situação: o conjunto de premissas em (51a-b)

- (51a) Se a diferença entre os votos de Bush e Gore foi menor do que 1%, haverá recontagem.
- (51b) A diferença entre os votos de Bush e Gore foi menor do que 1%.

Como é possível observar, (51a-b) implica sinteticamente (52):

- (52) Haverá recontagem.
- (53) (a) Se os condados de Dade, Broward e Palm Beach já entregaram os seus resultados, haverá recontagem.  
(b) Dade já entregou os seus resultados.  
(c) Broward já entregou os seus resultados.  
(d) Palm Beach já entregou os seus resultados.
- (54) Haverá recontagem.

Força herdada por (52) a partir de (51a-b) = S1

Força herdada por (52) a partir de (53a-d) = S2

Força herdada por (52) a partir da união de (51a-b) e (53a-d) = S3

Segundo Sperber e Wilson, a força de S3 deve ser necessariamente maior do que S1 e S2 (a menos que S1 e S2 sejam certos, pois, no caso, S3 seria certo também e não haveria por que levantar essa questão), e, conseqüentemente, mesmo que não saibamos qual entre S1 e S2 tem o valor menor, a conclusão em (52) deve herdar, da união entre (51a-b) e (53), uma força maior do herdaria de cada uma delas independentemente. Em primeiro lugar, não importa se S1 é maior do que S2 ou vice-versa, pois, de qualquer forma, um deles consistirá no limite menor para S3: se S3 for menor do que

qualquer um deles, não irá refletir a quantidade de força que receberá de cada um. Em segundo lugar, se S3 fosse simplesmente igual a S1 ou igual a S2, independentemente do conjunto mais forte, ou seja, se S3 meramente refletir a quantidade de força que um dos conjuntos trouxe à sua conclusão comum, S3 estaria falhando em refletir o papel que a força do outro conjunto de premissas, de forma independente, traz. Dessa forma, S3 deveria ser maior do que S1 e do que S2. Isso significa que a conclusão deve herdar a força da união de (53a-d) e de (51a-b) um grau de força maior daquele que herda (53a-d) e de (51a-b) separados, ou seja, independentemente.

Como vimos, ser relevante é uma propriedade que garante, no caso das suposições, que elas trarão, durante o seu processamento – momento no qual são contextualizadas e calculadas através de regras dedutivas –, efeitos contextuais. No entanto, é bom lembrar, as suposições geradas a partir da contextualização de **P** em **C** não têm de fato importância caso elas não provoquem uma alteração do contexto. Tal alteração pode consistir: “no apagamento de suposições do contexto, a modificação da força das suposições do contexto, ou a derivação de implicações contextuais” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 117).

Um outro aspecto importante da comunicação verbal ressaltado pelos autores refere-se ao papel do receptor e à forma como ele aceita uma suposição como sendo verdadeira ou provavelmente verdadeira. É claro que o emissor tem um papel fundamental, afinal, se o que ele realmente quer é ser compreendido, é ele quem constrói o enunciado para que o receptor possa, guiado pela relevância – enquanto princípio cognitivo –, executar a sua tarefa, qual seja, a de encontrar as suposições que o emissor está garantido como verdadeiras: “o ouvinte que chegou a uma interpretação adequadamente relevante pode estar confiante de que aquela é a interpretação que o falante pretendia transmitir.” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 116). Assim, no caso uma suposição mostrar-se relevante da maneira esperada, ela será também fortalecida se o ouvinte considera o emissor como confiável.

O texto desta seção apresentou de forma resumida e objetiva, respeitando as propriedades da teoria e os objetivos deste trabalho – que serão cumpridos mais adiante –, um panorama das habilidades inferenciais envolvidas na derivação de diferentes efeitos cognitivos, já relacionando-os com a relevância enquanto princípio cognitivo. Dado que estamos trabalhando utilizando os discursos político e jurídico, divulgados pelos meios de comunicação jornalísticos, os quais têm um alcance mundial, para nós foi importante mostrar as propriedades do mecanismo dedutivo destacando, mesmo que repetidas vezes, a relação inferência/efeitos contextuais/representação de mundo. Afinal, trata-se de algo comum à natureza da cognição humana, não de línguas e culturas particulares.

Na seção a seguir, apresentaremos, definindo ‘relevância’ não só como um princípio cognitivo, mas também comunicativo, o processo de seleção de suposições já representadas que servirão como contexto para as derivações. Isso que dizer que a seguir, apresentaremos de maneira mais objetiva a noção de relevância operando e alimentando, assim, o mecanismo dedutivo para as derivações.



### (iii) Relevância

Segundo os autores, se se deseja compreender a relevância como conceito teórico e usá-lo para explicar o processo de compreensão de enunciados, uma das formas é caracterizá-la em termos de efeitos contextuais, afinal, a interpretação na TR envolve verificar de que forma uma suposição contribui para a alteração e precisão da representação de mundo que as pessoas têm. Como vimos, durante o processo de compreensão, executado através do processamento de informações pelo mecanismo dedutivo, um conjunto de suposições é selecionado, em uma determinada ordem e, ao entrar em uma relação de implicação sintética com a informação nova, são obtidos efeitos contextuais, suposições que não poderiam ser obtidas somente através da informação nova, **P**, nem somente através do contexto, **C**.

Esses efeitos contextuais, que podem ser do tipo implicação contextual, fortalecimento de suposições e contradições, só podem ser considerados à medida que interagem e alteram o contexto em relação ao qual são interpretados. Segundo Sperber e Wilson, interpretar um enunciado consiste em calcular as consequências dos efeitos contextuais dessa suposição no contexto. Contudo, para cada processamento de informação nova, o receptor não irá usar todo o seu conhecimento, mas parte dele. Assim, apenas um conjunto de suposições é colocado na memória do mecanismo dedutivo. Antes de terem sido utilizadas para uma derivação, sob a forma de implicação sintética, essas suposições podem jamais terem sido colocadas juntas; e depois de terem sido utilizadas para o processo interpretativo, são dissolvidas enquanto conjunto, podendo ser esquecidas, armazenadas em locais separados da memória e jamais serem reunidas de novo.

Dois aspectos, para fins de processamento cognitivo da informação, devem ser levados em consideração. As suposições são escritas na memória do mecanismo dedutivo em um determinado momento, que pode, como vimos, ser único. Deve/pode também ser única a sequência na qual essas suposições são dispostas. Assim, os autores procuram dar conta do fato de que uma suposição, que foi obtida através de um processamento **1**, pode ser usada como contexto para um processamento **2**, e assim por diante.

A noção de relevância, para ter utilidade enquanto conceito teórico, não pode ser definida a partir do vocábulo ‘relevância’, apesar de ele poder nos dar uma ideia do tipo de propriedade que se pretende capturar: não é através da semântica da palavra que se pode obter o conceito teórico da psicologia científica, dizem Sperber e Wilson. Segundo os autores, as pessoas têm intuições de relevância, afinal elas têm a capacidade de distinguir consistentemente informação relevante de irrelevante, ou em alguns casos informação mais relevante de menos relevante. Uma das formas de se poder fazer isso é através da definição de relevância a partir da noção de efeito contextual: a existência de efeitos contextuais em uma derivação é uma condição necessária para a relevância e quanto mais efeitos contextuais, maior a relevância.

As intuições de relevância são relativas a contextos: uma suposição pode ser mais relevante num contexto do que em outro. O problema é que não há como controlar exatamente o contexto, afinal, como ele é responsabilidade do ouvinte, uma vez que o emissor só pode supor que o ouvinte

irá construir algo parecido com o contexto necessário para aquela interpretação, não há como saber que contexto o ouvinte tem em mente a fim de interpretá-la.

Dessa forma, o simples fato de uma suposição nova **P** ser levada à atenção de um ouvinte para ser interpretada em um contexto **C** não significa que ela será relevante naquele contexto – não se pode esquecer que uma suposição por si só não pode ser julgada como sendo ou não relevante, ou seja, como produzindo qualquer tipo de efeito contextual. Por exemplo, dada a situação entre Bush e Gore, logo após o telefonema que este deu dizendo que não iria conceder, mas lutar pela possibilidade de ainda ser eleito, pode-se ter uma ideia das suposições que Bush teria em mente naquele momento; suponhamos, nesse caso, que o chefe de estratégias da campanha de Bush, Karl Rove, dirija-se a ele e lhe dê as seguintes informações em (55), (56) e (57):

- (55) Gore é Democrata.
- (56) Gore não irá conceder.
- (57) Gore irá conceder.

Analisemos agora as suposições acima em termos de efeitos contextuais. As três ilustram tipos diferentes de irrelevância: (55) mostra a total desconexão entre o que foi dito e o contexto em relação ao qual será interpretada; (56) ilustra a trivialidade e (57) a contradição. No primeiro caso, a irrelevância segue-se do fato de não haver nenhuma suposição no contexto com a qual a suposição em (55) possa se combinar seja para produzir implicações contextuais seja para fortalecer qualquer outra suposição já presente no contexto. No caso de (56), não há implicações contextuais, pois qualquer suposição que ela pudesse produzir **nesse contexto** já foi produzida. Além disso, o fato de ela ser tratada como certa faz com que nem sua força possa ser alterada, no caso, aumentada. Em (57) a irrelevância é fruto da contradição entre a suposição explicitamente expressa em relação àquela(s) já aceitas e representadas, que constituem parte da memória enciclopédica, qual seja, o fato de que o próprio Gore disse a Bush que não iria conceder. Nessa situação, (57) é apagada da memória.

No entanto, Sperber e Wilson chamam a atenção para o seguinte aspecto: apesar de haver situações nas quais uma suposição possa falhar em produzir efeitos contextuais, o fato de alguém optar por expressar uma suposição irrelevante pode ser altamente relevante. Ou seja, embora a suposição seja irrelevante, o comportamento pode não sê-lo. Por exemplo, Karl Rove pode ter dito (56) a fim de implicar que Bush deve preparar-se para uma batalha complexa; pode ter dito (55) querendo implicar que os Democratas são problemáticos, e que a atitude de Gore não deveria surpreender Bush, etc. Aqui é possível verificarmos o fato de que uma suposição pode implicar fracamente várias outras, além do fato de que várias suposições, que antes não haviam sido efetivamente construídas, apesar de serem apenas virtualmente possíveis, em um determinado momento, foram de fato reconstruídas.

- (58) A: Você sabe em quem John pretende votar?  
B: Ele mora na Califórnia, mas nasceu e foi criado no Texas, além disso, é filho de militar.

A resposta de B parece irrelevante à primeira vista. No entanto, em um determinado contexto, ela poderia não apenas ser justificada como ser relevante, ou seja, produzir efeitos contextuais. Esse contexto, que deve ser suprido pelo ouvinte, foi, ao menos, ou de certa forma, previsto pelo falante como sendo algo que o ouvinte pudesse construir. Assim, caso o ouvinte seja capaz de suprir as premissas em (59), ou seja, o contexto, pode derivar a implicação contextual (60).

- (61) (a) A Califórnia é um estado que geralmente vota em Democratas.  
 (b) O Texas é um estado que geralmente vota em Republicanos.  
 (c) Os militares têm a tendência a votar em Republicanos.  
 (d) Gore é o candidato Democrata.  
 (e) Bush é o candidato Republicano.
- (60) John vai votar em Bush.

Segundo Sperber e Wilson, a produção de efeitos contextuais não é apenas uma condição necessária para a relevância, mas também suficiente. Há uma relação muito próxima entre o fato de um ouvinte perceber a existência de relevância de uma suposição e a possibilidade de ele derivar implicações contextuais dessa suposição: quem não é capaz de fornecer as suposições em (59) não é capaz de ver a relevância da resposta de B – para aquele contexto. Daí os autores apresentam sua definição de relevância (SPERBER; WILSON, 1995, p. 122):

### **Relevância**

Uma suposição é relevante em um contexto se e somente se tiver algum efeito contextual naquele contexto.

Ou seja, para que uma suposição seja relevante ela deve conectar-se, de alguma forma, com o contexto. Apesar da definição acima, os autores concordam que a relevância de uma suposição pode variar e que os julgamentos de relevância entre os indivíduos também variam. Os autores consideram importante analisar essa questão não apenas do ponto de vista da existência ou da ausência de relevância, para eles trata-se mais de uma noção de **graus de relevância**. Para tanto é preciso discutir dois aspectos: como os graus de relevância são determinados e como é selecionado o contexto em relação ao qual a suposição é interpretada.

Como vimos, uma suposição qualquer pode gerar efeitos contextuais, os quais a caracterizam como sendo relevante em um determinado contexto. No entanto, os autores sugerem que esse conceito também seja avaliando de uma perspectiva de ‘produtividade’, tendo em vista relações custo/benefício na obtenção de determinado efeito contextual. A relação custo/benefício deve ser considerada sob dois aspectos, quais sejam, os resultados de uma operação, o *output*; e o custo do processamento, o *input*: quanto maior o efeito, mais produtivo; quanto menor o custo para a produção do mesmo efeito, mais produtivo.

Como estamos tratando da mente, em especial, de processos mentais envolvidos na produção de efeitos contextuais, podemos substituir a palavra ‘produtivo’ por ‘esforço’, afinal, o

processamento de informações exige um certo gasto de energia. Assim, outro aspecto envolvido na obtenção de efeitos contextuais para fins de avaliação de graus de relevância é a noção de esforço de processamento. Nesse sentido, os autores afirmam que a relevância é um conceito de natureza comparativa; e que a avaliação da relevância é uma questão de equilíbrio entre *input* e *output*: efeitos contextuais em relação a esforço de processamento. Dessa forma, os autores redefinem a noção de relevância da seguinte maneira (SPERBER; WILSON, 1995, p. 125):

**Relevância**

**Condição estendida 1:** uma suposição é relevante em um contexto contanto que seus efeitos contextuais nesse contexto sejam grandes.

**Condição estendida 2:** uma suposição é relevante em um contexto contanto que o esforço exigido para processá-la nesse contexto seja pequeno.

Assim, quanto mais efeitos contextuais, mais relevante é uma suposição; quanto menos esforço de processamento, mais relevante é a suposição. No entanto, grandes esforços nem sempre são sinônimo de irrelevância, contanto que o aumento de esforço venha compensado por mais efeitos contextuais. Para ilustrarmos esse aspecto utilizaremos um exemplo construído pelos autores<sup>119</sup>. Dado um contexto constituído das seguintes suposições (61a-c):

- (61) (a) Pessoas que vão se casar deveriam consultar um médico sobre possíveis riscos hereditários para seus filhos.
- (b) Duas pessoas que têm Talassemia deveriam ser aconselhadas a não ter filhos.
- (c) Susan tem Talassemia.

Considerem-se os efeitos contextuais que as suposições (62) e (63), ambas, por hipótese, igualmente fortes, teriam no contexto apresentado:

- (62) Susan, que tem Talassemia, vai casar-se com Bill.
- (63) Bill, que tem Talassemia, vai casar-se com Susan.

Dado que tanto (62) como (63) têm efeitos contextuais em (61), afinal, ambas têm a seguinte implicação contextual:

- (64) Susan e Bill deveriam consultar um médico sobre possíveis riscos hereditários para seus filhos.

então, são relevantes em (61), dada a definição estendida. Contudo, nesse contexto, ressaltam os autores, (63) é mais relevante do que (62), uma vez que só ela permite gerar uma suposição a mais, a saber,

- (64) Susan e Bill deveriam ser aconselhados a não ter filhos.

---

<sup>119</sup> Os autores fazem questão de salientar que se trata de um exemplo artificial, uma vez que eles reconhecem que os contextos usados para fins ilustrativos são muito menores e mais arbitrários do que aqueles usados na vida real.

Através desse exemplo, os autores querem demonstrar a importância de um esforço a mais tendo em vista a derivação de mais suposições. No entanto, é claro que as pessoas não sentem esse esforço; na verdade, a mente humana está mais voltada para questões de esforços de processamento a serem evitados do que em relação àqueles que efetivamente resultam em efeitos contextuais (SPERBER; WILSON, 1995). Dessa forma, os autores podem descartar o tratamento do esforço de processamento que resulta do fato de que uma suposição contextual foi obtida. Se esse for o caso, então é possível dizer que (62) e (63) envolvem o mesmo esforço de processamento, dado aquele mesmo contexto; no entanto, dado que (63) tem mais efeitos contextuais, então, é mais relevante.

A fim de ilustrar como a relevância relativa é afetada pelo esforço de processamento, os autores oferecem o seguinte caso, ainda contemplando o contexto em (61). Dadas as suposições abaixo,

(63) Bill, que tem Talassemia, vai casar-se com Susan.

(65) Bill, que sofre de Talassemia, vai se casar com Susan, e em 1967 foi um grande ano para os vinhos franceses.

ao serem processadas em (61), percebe-se que, embora ambas produzam os mesmos efeitos contextuais, a informação extra em (65) é completamente não relacionada ao contexto, não produzindo, como já vimos, efeito contextual qualquer. Por fazer parte da suposição, ela é processada, exigindo, portanto, um certo esforço cognitivo, afinal, ela introduz mais material conceitual, regras de dedutivas e procedimentos de relação entre os conceitos. Devido à definição de relevância, (66) é menos relevante, pois dá origem a efeitos contextuais iguais aos de (64) por mais custo, ou (64) dá origem a efeitos contextuais iguais pelo menor custo de processamento.

É claro que é possível construir formas para medir o esforço de processamento envolvido na derivação de suposições. Se se pensar apenas pelo lado quantitativo, em autômatos, por exemplo, a adoção do critério de mudança no valor de confirmação seria uma alternativa. No entanto, no que se refere à avaliação dos efeitos contextuais alcançados pela mente humana, é preciso lembrar que o modelo optou por valores de confirmação não quantitativos, impossibilitando a sua determinação (SPERBER; WILSON, 1995). Já a avaliação no caso do esforço de processamento exigido para obter tais efeitos também é problemática, pois não se sabe a que operações elementares os complexos processos de pensamento estão reduzidos; embora seja possível saber que a duração de um processo mental não é o melhor critério para a indicação de custo, afinal, dizem os autores, o tempo gasto em alta concentração mental envolve mais esforço do que o mesmo tempo gasto em divagações.

Os problemas envolvidos na medição de efeitos contextuais e esforço de processamento são, é claro, de forma alguma específicos à Teoria da Relevância ou à pragmática. Eles afetam a Psicologia como um todo. Contudo, para a Teoria da Relevância, esses problemas tomam uma forma mais específica. Dentro da Teoria da Relevância, o problema não é tanto o de avaliar, externamente, os efeitos contextuais e o esforço de processamento, mas o de descrever como a mente avalia, internamente, seus próprios alcances e esforços, e decide como resultado perseguir seus esforços ou realocá-los em diferentes direções (SPERBER; WILSON, 1995, p. 130).

Dessa forma, embora a questão de esforço e de efeitos cognitivos possa ser abordada sob a forma de reações e mudanças físico-químicas, assim como movimentos musculares, e a mente, de fato, possa avaliar seus próprios esforços e efeitos através de tal critério, os autores optam por não empregá-lo. Já que os efeitos contextuais e esforço de processamento foram tratados como processos mentais de dimensão não-representacional, isso acaba tornando o modelo plausível, pois as pessoas não fazem julgamentos absolutos, o que indica que tais aspectos, mesmo que não possam ser avaliados pelos indivíduos de forma absoluta e consciente, são, de fato, conceitualmente representados. O critério para essa afirmação está na representação sob a forma de julgamentos comparativos, os quais são, por sua vez, intuitivos; embora o parâmetro físico-químico pudesse ser adotado.

Tais julgamentos envolvem intuições de dois tipos: retrospectivas e prospectivas. No primeiro caso, diz respeito àqueles efeitos já obtidos e esforços já feitos. No segundo caso, trata-se daquelas intuições sobre o esforço que uma tarefa exigiria em relação aos efeitos que daí se pode obter. Segundo os autores, há formas de prever qual informação terá o maior efeito contextual: suposições mais fortes têm efeitos contextuais maiores. Seja como for, os interlocutores devem, portanto, ser capazes de prever, pelo menos, de certa maneira, a que estímulos um receptor tende a prestar atenção, quais suposições contextuais ele provavelmente irá usar para processar tais estímulos, e a que conclusões ele provavelmente irá chegar (WILSON, 2003).

A mesma coisa pode ser dita em relação ao esforço de processamento. O processamento de um conjunto de suposições em dois contextos, sendo um maior do que o outro, envolve, no caso do maior, mais esforço – mais conceitos, mais regras envolvidas, etc. “As pessoas valem-se dessas habilidades comparativas na tentativa de maximizar a relevância da informação que elas processam” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 131).

Um fator muito importante para a TR, enquanto modelo da inferência não-trivial, consiste justamente na forma como ela se propõe a abordar questões individuais:

É extremamente improvável que a importância relativa de efeito e esforço permaneça constante em todas as circunstâncias e indivíduos. Por exemplo, mudanças na atenção podem muito bem alterar a disposição de incorrer em um certo esforço de processamento: em certas vezes, a esperança de chegar a um dado nível de efeito contextual será suficiente, e em outras vezes, não. Então, algumas pessoas são geralmente mais atentas, e tudo o que é relevante para elas será mais relevante do que para pessoas mais lentas. **Falantes que não estão conscientes da disposição de seus ouvintes em relação à questão arriscam exigir deles muito mais esforço ou fornecer a eles muito poucos efeitos contextuais** (SPERBER; WILSON, 1995, p. 131, grifo nosso).

Especialmente no jornalismo, a questão da quantidade de informação oferecida ao receptor, no caso, os leitores, é fundamental para o sucesso da transmissão da informação bem como do veículo de comunicação propriamente dito. Como vimos, na TR, o contexto é tratado como um construto psicológico, usado para o processamento de novas suposições, momento em que os efeitos contextuais são obtidos, que consiste num subconjunto das suposições selecionado pelo indivíduo.

Assim, embora estejamos buscando um modelo geral do processamento de inferências não-triviais, questões particulares dos indivíduos não podem, nem precisam, deixar de serem contempladas.

A questão crucial a respeito de como é feita a seleção do contexto é, por si só, um desafio para a TR, especialmente quando ela deve, além disso, ser explanatoriamente forte a fim de contestar e refutar a hipótese lugar-comum que caracteriza as abordagens pragmáticas, a saber, a de que existe somente um contexto disponível ao indivíduo, e que esse contexto, além de não ser algo que passível de ser escolhido pelos receptores de uma mensagem, é também dado *a priori*. Como vimos, segundo essa hipótese, assume-se que a suposição explicitamente expressa através de um enunciado combina-se com um contexto já presente na mente do ouvinte, já no início do ato conversacional.

Vimos que, pragmaticamente, um enunciado pode receber várias interpretações **q**, tudo depende da relação da proposição **P** com um contexto **C**. Questões referentes a como esse contexto **C** é obtido, por que aquele e não outro, e como é possível essa construção, devem ser contempladas. Antes de mais nada, contudo, é preciso discutir o que ‘contexto’ é na TR.

Na maioria dos estudos que dependem da noção de contexto para a interpretação, supõe-se que a interpretação ocorra da seguinte maneira: primeiro o contexto é determinado; depois o processo interpretativo é iniciado e a relevância é acessada. Segundo Sperber e Wilson, essa ordem está mais para a seguinte sequência: antes de tudo, é preciso que as pessoas ao menos esperem que a suposição que está sendo transmitida pelo emissor seja relevante; daí tentarem selecionar um contexto que irá justificar tal expectativa.

Os autores definem ‘contexto’ como um construto psicológico constituído de um subconjunto de suposições sobre o mundo, as quais interferem na interpretação de um enunciado. Tal subconjunto é construído pelo receptor de uma mensagem a fim de interpretá-la. Contudo, vimos que as pessoas caracterizam-se por estarem constantemente ampliando e refinando esse conjunto maior de suposições. Assim, há uma vasta gama de fatores que determinam a gama de contextos possíveis para a interpretação: (i) conteúdos da memória do mecanismo dedutivo; (ii) conteúdos da memória de curto prazo – para propósitos gerais; (iii) conteúdos da memória enciclopédica; além das informações que podem ser imediatamente tomadas do ambiente físico. Por exemplo:

- (66) A: Em quem o John votou?  
B: Ele é militar.

John está usando roupas militares.

- (67a) A: Em quem o John vai votar?  
B: Olha a roupa dele.

Em (66), percebemos que a informação de B sobre a profissão de John, expressa na palavra ‘militar’, foi suficiente para B buscar na sua memória enciclopédica (ou na de curto prazo, caso eles estivessem tratando de um assunto relacionado ao fato de militares, geralmente votarem em republicanos). Vejamos como fica o caso em (67a).

B não deixou explicitamente dito, ao menos através de *input* linguístico, através de sua resposta em quem John irá votar. Contudo, caso A tenha disponível na memória do seu mecanismo dedutivo um conjunto de suposições como:

- C      $c_1$  – É época de eleições presidenciais.  
        $c_2$  – Gore e Bush são os concorrentes com mais chances de vencer.

e traga para dentro dessa memória a informação contextual obtida através do ambiente físico:

- $c_3$  – John está usando roupa de militar.

e, a partir do conceito ‘militar’, busque na sua memória enciclopédica a informação de que:

- $c_4$  – Militares votam em republicanos.

e, a partir do conceito ‘republicano’, recupere a informação de que

- $c_5$  – Bush é o candidato republicano.

então, A pode concluir que:

- (67b) John irá votar em Bush.

Embora B não saiba por que A perguntou aquilo, suponhamos um caso em que A tivesse algum objetivo, alguma curiosidade, para saber em quem John vai votar; digamos que essa informação seja relevante para A de alguma maneira. Por exemplo, suponhamos um caso em que A tivesse acesso a evidências que o levassem a formular a seguinte hipótese:

- (67c) John não irá votar em Bush.

que, no entanto, é uma suposição fraca; mas que ele a trouxesse, mesmo assim, para a memória do mecanismo dedutivo. Temos, então, uma contradição entre (67b) e (67c). Contudo, como vimos, o mecanismo dedutivo está programado para dar conta de contradições. Assim, a informação nova é relevante nessa situação, uma vez que ela vem para resolver uma contradição: ao enfraquecer e eliminar a suposição velha, reajusta a representação de mundo do indivíduo.

Não podemos esquecer que, na TR, o contexto não é tratado como um conjunto heteromórfico, embora seja formado por um conjunto imensamente amplo de diferentes tipos de informações: **dado que a TR trabalha com um objeto de natureza proposicional, o contexto deve então ter as mesmas propriedades para poder, através do mecanismo dedutivo – via sistemas centrais –, interagir com a informação nova, permitindo a derivação de efeitos contextuais que posteriormente interajam com o contexto alterando-o e refinando-o** (SPERBER; WILSON, 1995).



Temos já uma representação de mundo armazenada que pode ser, a qualquer momento, utilizada para inferências. Sem **P**, a proposição, informação nova, não há comunicação; sem **C** não há inferência, pois tudo ficará no nível da decodificação. O grande problema das teorias sobre significação, que a TR quer sanar, é que elas, além de considerarem o contexto como algo dado *a priori* – ao invés de construído online –, tomam-no como um conceito que, embora explique a interpretação, não mostra descritivamente como essa relação entre **P** e **C** ocorre.

Como vimos, embora não exista a necessidade de conhecimento mútuo para a compreensão, não podemos ir ao outro extremo. Contudo, é preciso assumir um certo conjunto de aspectos que sejam, de certa forma, mútuos, colaborando para que as pessoas tenham um mínimo de condições para se compreenderem, tais como: que dominem, não necessariamente da mesma forma, um mesmo código<sup>120</sup>; e que tenham certas crenças e certas suposições em comum. Como Sperber e Wilson (1995) dizem, se não há interação alguma com suposições entretidas pelo indivíduo, essa suposição não é relevante; puro custo, sem benefício.

Dado que estamos tratando de inferências não-triviais, vimos que é bem mais plausível psicologicamente tratar o contexto como sendo construído ao longo do processo interpretativo. Contudo, um contexto é fruto de um conjunto imenso de informações, podendo incluir todo o conhecimento enciclopédico do indivíduo para a interpretação de uma informação nova. Nessas condições, dizem os autores, se o contexto incluísse todo o conhecimento enciclopédico do ouvinte, virtualmente qualquer informação nova que um falante oferecesse seria relevante, uma vez que teria algum efeito contextual. Acontece que a relevância é medida também em termos de esforço, e o necessário para a obtenção de tais efeitos seria muito grande, sem mencionar o tempo que tal processamento exigiria.

Ao assumir que o contexto é construído *a posteriori*, os autores devem dar conta do fato de que, nem sempre um contexto pode ser o melhor para a interpretação, fazendo-se necessária a sua extensão: “não há nada na natureza do contexto que exclua a possibilidade de que a formação do contexto esteja sujeita a revisões durante o processo interpretativo, ao longo do processo de compreensão” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 137). Portanto, a questão agora se volta para a seleção de um contexto.

A partir do momento em que se cogita a possibilidade de seleção e de extensão de contextos, de um ponto de vista cognitivo, a TR prevê como fonte de suposições formadoras de contextos possíveis: a memória de curto-prazo, a memória enciclopédica, o ambiente físico; e, como fonte de contexto mais acessível, as suposições que estão na memória do mecanismo dedutivo, as que acabaram de ser processadas, as quais, por serem mais facilmente acessíveis, exigem menos esforço.

O fato de, quando duas pessoas estarem conversando sobre algo e, de repente, uma delas querer mudar de assunto, ela anuncia e enuncia isso de forma explícita, algo do tipo “Mudando de

---

<sup>120</sup> A Revista TIME é lida por várias pessoas no mundo inteiro, e nem todos são falantes de inglês como língua nativa, há várias pessoas que aprenderam o inglês e o dominam em diferentes níveis, o que não impede que acompanhem o debate.

assunto”, ou o tradicional “Mudando de saco para mala”. Isso pode servir como evidência para que as suposições que estão na memória do mecanismo dedutivo pareçam ser as primeiras a terem que ser abandonadas a fim de formar um novo contexto para a interpretação de outra informação. É como se o emissor quisesse que o receptor não dispusesse daquelas suposições como contexto para o processamento das informações que ele vai trazer a seguir.

As pessoas começam um processamento de informação nova com aquelas suposições da memória do mecanismo dedutivo. Após todas as implicações não-triviais terem sido efetuadas, os fortalecimentos feitos – caso não seja encontrada nenhuma contradição –, no final dessa rotina, a memória do mecanismo dedutivo contém todas as premissas originais, agora, fortalecidas, as conclusões novas. Aquelas suposições não usadas são apagadas da memória ou enviadas para a memória de curto-prazo, de onde podem ser recuperadas. Isso ocorre quando há a necessidade de expansão do contexto para a continuidade do processo de compreensão. Aquelas suposições que ficaram na memória do mecanismo, constituem o contexto imediato no qual o próximo item de informação pode ser dedutivamente processado (SPERBER; WILSON, 1995).

O conjunto de contextos acessíveis é, portanto, parcialmente ordenado pela relação de inclusão. Essa relação formal tem uma contraparte psicológica: **a ordem de inclusão corresponde à ordem de acessibilidade**. O contexto mínimo inicial é imediatamente dado; contextos que incluem somente o contexto inicial como uma subparte podem ser acessados em um passo e são, portanto, os contextos mais acessíveis, contextos que incluem um contexto inicial e um passo de extensão como subpartes podem ser acessados em dois passos e são, portanto, os contextos próximos mais acessíveis, etc. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 142).

Esse contexto imediato consiste naquele contexto inicial<sup>121</sup>, que pode ser estendido em diferentes direções. Algumas formas de extensão citadas por Sperber e Wilson são: (a) a busca de suposições na memória de curto-prazo; (b) a adição de entradas enciclopédicas de conceitos presentes no contexto ou na suposição sendo processada; e (c) a adição de informação do ambiente imediatamente observável. Além disso, é importante lembrar que, assim como anafóricos buscam informações no discurso anterior, o emprego de dêiticos ajuda na busca de informações ambientais e sua adição ao contexto.

Os autores acham implausível que, ao se lançar mão de informações da memória enciclopédica, elas venham para o mecanismo dedutivo sob a forma de suposições individuais, por isso Sperber e Wilson se valem da noção de *chunk*, para dar conta do fato de que, na memória enciclopédica, as informações estão armazenadas sob a forma de unidades que contêm um determinado conjunto de elementos. Além do mais, não só cada *chunk* pode variar, dentro de um determinado escopo, quanto às informações que têm vinculadas, como não são todas acessíveis ao mesmo tempo ou a qualquer momento; daí a importância do que os autores denominaram de passos de acessibilidade, ou seja, a entrada enciclopédica de um conceito torna-se acessível quando ele aparece numa suposição que já tenha sido processada.

<sup>121</sup> De certa forma, pode ser emparelhado com a noção de condições iniciais, desenvolvida por Costa (2005).

Como vimos, a construção do contexto para um processamento pode ser formado, a qualquer momento, por conteúdos de várias fontes: da memória do mecanismo dedutivo, da memória de curto-prazo, da memória enciclopédica, e do ambiente físico perceptível. Contudo, isso não determina nem garante um único contexto, muito menos o contexto mais adequado para a interpretação. A seleção de um contexto é determinada pela busca de relevância.

Ao final de cada processo dedutivo, o indivíduo tem ao seu dispor um conjunto particular de contextos acessíveis. Esse conjunto é parcialmente ordenado: cada contexto (desconsiderando-se o contexto inicial) contém um ou mais contextos menores, e cada contexto (desconsiderando-se o contexto máximo) está contido em um ou mais contextos maiores. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 142).

Na tradição pragmática, tal propriedade é acessada em função de um contexto já escolhido; acontece, dizem os autores, que, mais do que preocupadas com o simples acesso de relevância, as pessoas estão interessadas em processar as informações tão produtivamente quanto possível a fim de obterem, de cada novo item, os melhores e maiores efeitos contextuais possíveis ao menos custo de processamento. Tomemos o exemplo abaixo:

- (68) A: Você vai votar em Bush?  
B: Sou democrata<sup>122</sup>.

Vimos que a obtenção de relevância é importante na interpretação. As pessoas não se dedicam a acessar a relevância de uma informação nova pelo simples fato de ela ter efeitos contextuais. A obtenção de relevância não é o objetivo do processo e compreensão, mas um meio para um fim maior, a maximização da informação que está sendo processada. Assim, a partir de (68) mais do que a informação de que B não irá votar em Bush, maximizando a resposta oferecida por ele, A pode também inferir, por exemplo, que ele [B] não votará em qualquer candidato que seja republicano.

A relevância de uma proposição aumenta com o número de implicações contextuais que ela produz e diminui à medida que a quantidade de processamento necessário para obtê-las aumenta. **Maximizar a relevância de uma proposição é, portanto, uma questão de acessar tão rapidamente quanto possível um contexto no qual ela irá produzir o máximo de implicações contextuais como retorno a um esforço de processamento disponível.** As proposições mais relevantes serão aquelas que produzirem uma ampla gama de implicações contextuais em um pequeno contexto imediatamente acessível (WILSON; SPERBER, 1991, 383, grifo nosso).

Segundo os autores, o receptor vai processar a informação assumindo que o emissor foi o mais relevante possível. Mais do que a relevância, o objetivo de maximizá-la é a chave para a cognição. Veremos a partir de agora não apenas a repercussão de um contexto como construto psicológico para uma teoria pragmática que procura investigar a comunicação de um ponto de vista lógico – dada a relação **P + C** e a obtenção, via regras não-triviais, de **q**, e do ponto de vista cognitivo

<sup>122</sup> E se ele estivesse sendo irônico? Outra interpretação completamente diferente.

– quanto à noção de crença enquanto força das suposições; mas também o papel da relevância influenciando na forma como o contexto é construído e selecionado.

Apresentamos inúmeros argumentos sobre como e por que a noção de conhecimento mútuo foi substituída pelas noções de manifestabilidade mútua das suposições e de ambientes cognitivos como alternativas para o tratamento das interpretações individuais a partir de um mesmo estímulo. Dessa forma, o estímulo ostensivo interfere na construção das suposições que tornam as informações mais manifestas para os participantes, ou seja, o emissor é também responsável pela maximização da obtenção de efeitos contextuais: **a maneira escolhida de apresentar um estímulo – de torná-lo mutuamente manifesto – influencia o emissor na construção do contexto mais acessível para interpretá-lo.**

De modo geral, o Princípio da Relevância permite explicar como uma suposição contextual é selecionada na interpretação de enunciados, considerando uma suposição otimamente processada num contexto – ela permite a obtenção de maiores efeitos contextuais ao menor custo de processamento. Contudo, uma informação em si não é relevante, antes, porém, ela foi definida em relação ao contexto: uma suposição era considerada relevante em um contexto à medida que seus efeitos sejam amplos e o custo de processamento seja pequeno naquele contexto – modificando crenças ou suposições naquele contexto ao menor custo de processamento. Contudo, o fato é que o contexto não é um sistema cognitivo, e esses efeitos e custos só o são em relação a alguém. Daí a revisão dessa noção para outra, agora contemplando os indivíduos. Não se pode esquecer que a noção de esforço é fundamental, e, agora, ela se aplica não apenas ao processamento de uma suposição em um contexto, mas também ao acesso desse contexto, incluindo a necessidade de extensões. Além disso, como mais tarde reconheceram os autores da TR, através do princípio cognitivo da relevância, é possível “**até certo ponto, predizer e manipular estados mentais de outros**” (WILSON e SPERBER, 2002, p. 225, grifo nosso).

Um outro aspecto a ser considerado quanto à decisão dos autores de estenderem a noção de contexto para indivíduo está baseada no fato de que o seu modelo, a TR, trata especialmente de sistemas cognitivos os quais se caracterizam por buscar conhecimentos com os quais possam operar, e não crenças falsas; os autores incorporam, portanto, um traço epistêmico à definição de Relevância para um indivíduo. As pessoas, ou os sistemas cognitivos, lançam mão dos efeitos contextuais como forma de refinar sua representação de mundo – alterar suas crenças –, daí a denominação de efeito cognitivo positivo. O objetivo das pessoas é obter o melhor contexto possível para processar otimamente a informação, que significa, em outras palavras, encontrar o contexto que melhor equilibre esforço e efeito. A relevância ótima consiste na seleção e construção do contexto inicial mais produtivo possível que permita a derivação do maior número de efeitos contextuais ao menor custo de processamento possível.

Dado que, como vimos, uma suposição em si mesma não é relevante, dessa forma, a noção de relevância foi revisitada através da noção de **Relevância para um indivíduo**<sup>123</sup>, a qual está calcada em duas condições: uma suposição é relevante para um indivíduo à medida que os efeitos cognitivos positivos alcançados, quando ela é otimamente processada, são amplos; e à medida que o esforço requerido para alcançar esses efeitos cognitivos positivos é pequeno. Nessas condições, a seleção de um contexto para obtenção de relevância ótima vai estar diretamente relacionada e dependente de aspectos como: a organização da memória enciclopédica do indivíduo, as suas habilidades perceptuais e cognitivas; tudo isso à luz da relevância.

Como vimos, os autores deixaram de tratar da relevância como uma propriedade de suposições. Contudo, eles ressaltam que, por um lado, os ouvintes não capturam simplesmente a suposição expressa por um enunciado, os indivíduos simplesmente não apreendem suposições de seus ambientes; processos cognitivos complexos estão frequentemente sendo executados. Por outro lado, os comunicadores também não oferecem suposições para seus receptores:

tudo o que um falante ou qualquer tipo de comunicador pode fazer é apresentar **um estímulo, esperando que a percepção do mesmo, por parte de membros da audiência, irá levar à modificação do ambiente cognitivo [da audiência] disparando processos cognitivos**. Para a audiência, um estímulo é inicialmente apenas um fenômeno dentre outros: ou seja, apenas um traço perceptível do ambiente físico. Ele se torna identificável como um estímulo somente quando é reconhecido como um **fenômeno preparado para alcançar efeitos cognitivos** (SPERBER; WILSON, 1995, p. 150, acréscimo nosso, grifo nosso).

Sendo assim, as pessoas parecem direcionar a sua atenção para um estímulo, e não para outro(s), e, ao fazê-lo, procuram processá-lo de forma a maximizar a sua relevância. Nessas condições, a relevância também passa a ser uma propriedade, não só de suposições na mente, mas também de fenômenos quando localizados em certos ambientes, a qual vai levar à construção de suposições.

Contudo, como vimos, segundo os autores, na verdade, o que ocorre na comunicação é uma emissão de estímulos, e não de suposições; por ‘estímulo’ os autores entendem um fenômeno qualquer que tenha propósito de levar à obtenção de efeitos cognitivos. Dessa forma, um indivíduo qualquer, ao utilizar um estímulo, embora possa, através dele, tornar manifesto um grande número de suposições, não garante que ele tenha efetivamente construído qualquer uma das suposições. Tomemos, por exemplo, o caso de uma mensagem extraordinária a ser veiculada pela televisão, no momento em que o resultado das eleições já havia sido confirmado. Ao ver a chamada para tal mensagem na televisão, dado esse ambiente cognitivo, é muito mais provável que o receptor faça as suposições em (69) e (70), do que a em (71).

(69) Há uma notícia extraordinária na televisão sobre as eleições

(70) Há algo de incomum acontecendo nas eleições.

<sup>123</sup> Podemos dizer que, no caso do discurso jornalístico, trata-se de grupos de indivíduos tomados como tendo uma propriedade em comum a partir da qual pode considerar a informação veicula relevante.

(71) A televisão está funcionando.

Nos termos da TR, isso se deve ao fato de (70) ser uma implicação contextual de (69); (70) maximiza a relevância de (69), enquanto o processamento de (71), por outro lado, envolve um custo alto e inútil para que tal suposição possa, nesse ambiente cognitivo, produzir efeitos cognitivos.

Caso as suposições tornadas manifestas por um estímulo qualquer não resultem na construção de suposições, tal estímulo já é descartado ainda no nível perceptual. Há, portanto, uma espécie de filtro para os fenômenos. Assim, a exclusão de alguns fenômenos e o automático desvio da atenção de tais fenômenos são tomados pelos autores como uma espécie de mecanismo heurístico voltado para a maximização da eficiência cognitiva: os mecanismos perceptuais e a saliência perceptual são orientados para a relevância. Contudo, os autores lembram que, no caso dos estímulos, a questão do esforço cognitivo, além de exigir acesso ao contexto, no processamento da suposição no contexto, requer também empenho na construção conceitual da suposição.

No entanto, no que tange ao aspecto epistêmico que os autores querem contemplar, mais uma vez eles se voltam para o processador de informações, e caracterizam a relevância de um fenômeno para um indivíduo à medida que a relevância é atingida quando otimamente processada. Além disso, o emissor tem um papel muito importante na produção de estímulos que, ao alterarem o ambiente cognitivo do receptor, possam ser otimamente processados: o emissor deve produzir um estímulo que, quando otimamente processado, **leve exatamente aos efeitos pretendidos**<sup>124</sup>. Dado o tipo de comunicação que estão supondo, os estímulos que interessam, segundo a teoria, são aqueles que tornam **mutuamente manifesta a intenção informativa**, ou seja, o estímulo deve ser **ostensivo** e deve satisfazer duas condições: (i) atrair a atenção da audiência e (ii) focalizar as intenções do emissor. Observando tais condições, os enunciados verbais<sup>125</sup> também se constituem em estímulos ostensivos do tipo codificado. Estímulos não-codificados podem ser um movimento corporal, um barulho, etc.

Contudo, mais do que focalizar a intenção do emissor, um estímulo ostensivo deve revelá-la. Isso é possível porque, segundo os autores, os estímulos têm uma propriedade muito importante, a de, ao serem emitidos, virem com uma **garantia de relevância**. Isso significa que o emissor, ao produzir um estímulo e pedir a atenção do receptor, sugere que o enunciado é relevante o suficiente para **merecer sua atenção** – o estímulo deve ser **manifesto e relevante o suficiente para levar ao processamento ótimo**. Isso desencadeia o que os autores denominaram de expectativa de Relevância, a qual é alcançada no momento em que a intenção informativa do emissor é reconhecida.

A escolha do estímulo por parte do emissor é fundamental para a comunicação; e o melhor estímulo que ele pode escolher é aquele que, ao ser processado, exija o menor custo para o máximo

<sup>124</sup> A expressão “Atirei no que vi e acertei no que não vi” expressa, de certa maneira, o fato de que alguém pode pretender, através de um estímulo, produzir certos efeitos e acabar produzindo outros completamente diferentes do que visava ou por serem melhores ou por serem completamente inusitados.

<sup>125</sup> Se não forem considerados estímulos, se forem orais, são tratados como ruídos; se forem escritos, não passam de marcas em papel; o que os torna irrelevantes.

de efeitos. O receptor deve, portanto, ao menos, supor que o emissor realmente escolheu o estímulo mais relevante, caso contrário, ele pode abrir mão da sua parte no processo comunicacional.

A partir do momento em que o emissor quer tornar mutuamente manifesto para o ouvinte que a escolha do estímulo oferecido foi a mais relevante possível, a fim de revelar sua intenção, então temos o que os autores denominaram de **Presunção de Relevância Ótima**. “Um ato de comunicação ostensiva automaticamente comunica uma presunção de relevância” (SPERBER e WILSON, 1995, p. 156). Isso significa que o que é comunicado é do interesse do receptor e que o estímulo é relevante o suficiente para receber a atenção do receptor – “nenhuma garantia mais fraca irá servir” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 153).

Um bom exemplo disso é o telefonema que Gore deu a Bush no momento em que a Flórida passou a apresentar resultados que o favoreciam. O telefonema foi o estímulo oferecido por Gore ao seu adversário; Bush supôs que esse ato de ostensão era relevante para ele, uma vez que sua atenção foi requerida. Um ato de ostensão consiste num pedido por atenção, sugerindo que o estímulo é de interesse do receptor, valendo a pena, portanto, que ele faça esforço cognitivo.

Assim, a Presunção de Relevância Ótima caracteriza-se pelo: (i) conjunto de suposições {I}, que o emissor pretende tornar manifesto ao receptor, é relevante o suficiente para merecer que a audiência processe o estímulo ostensivo; (ii) estímulo ostensivo ser o mais relevante que o emissor poderia ter usado para comunicar {I}. Daí os autores constroem o:

#### **Princípio da Relevância:**

Todo o ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria Relevância ótima.

O corolário do Princípio é:

- (i) ele se aplica a todas as formas de comunicação.
- (ii) os indivíduos cujo ambiente cognitivo o comunicador está tentado modificar são os destinatários do ato de comunicação.
- (iii) ele não garante que a comunicação, apesar de tudo, seja sempre bem-sucedida.

A questão final agora é verificar como a TR explica a comunicação ostensivo-inferencial, uma vez que não basta dizer que a obtenção de feitos cognitivos é regulada pela relevância, é preciso mostrar descritivamente como isso acontece. Como vimos, segundo o Princípio da Relevância, um ato de comunicação ostensiva carrega uma garantia de relevância ótima. Segundo Wilson e Sperber (2002, p. 260), a presunção de relevância ótima licencia um procedimento particular de compreensão, conforme a orientação abaixo:

- (i) siga o caminho de menor esforço no cálculo de efeitos cognitivos: teste hipóteses interpretativas (desambiguação, resolução de referentes, ajustes lexicais, implicaturas, etc.) em ordem de acessibilidade.
- (ii) pare quando as expectativas de relevância forem satisfeitas.

Nesse sentido, segundo Sperber e Wilson (2002, grifo nosso), **se um falante quer que seu enunciado seja o mais fácil possível de ser interpretado, deve cuidar para formulá-lo (dentro**

**dos limites de suas habilidades e preferências) de tal forma que a primeira interpretação que satisfizer as expectativas de relevância do ouvinte seja justamente aquela que ele pretendeu expressar** – tal aspecto permite igualmente explicar os desentendimentos.

Mesmo assim, não há como garantir que o enunciado será otimamente relevante para o receptor. Além do mais, sabemos que um enunciado pode dar origem a várias interpretações, todas, ou algumas delas, podem ser candidatas à interpretação pretendida. Segundo os autores, o Princípio da Relevância é importante, mas a garantia da recuperação da interpretação pretendida necessita de mais um aspecto, o qual eles chamaram de **critério de consistência com o Princípio da Relevância**.

Como vimos, ao produzir um estímulo ostensivo, um comunicador está procurando observar a satisfação de duas intenções: a intenção informativa, ao tornar manifesto à sua audiência um conjunto de suposições {I}; e a intenção comunicativa, ou seja, fazer com que a intenção informativa seja mutuamente manifesta. A partir do momento em que está mutuamente manifesto para emissor e receptor que aquele tem uma intenção informativa, o próximo passo para o reconhecimento da intenção informativa do comunicador é a identificação do conjunto de suposições {I}.

Segundo os autores, dada uma interpretação específica pretendida, um enunciado será considerado consistente com o Princípio da Relevância quando um comunicador esperar que ele seja otimamente relevante para o receptor: que ele atinja um conjunto adequado de efeitos contextuais tão economicamente quanto possível. Através do exemplo abaixo, queremos ilustrar o fato de que qualquer enunciado pode ter no mínimo mais de uma interpretação consistente com o Princípio da Relevância. A e B estão falando a respeito da eleição de Bush e do fato de muitos votos para ele, sob a forma de sufrágios eleitorais, terem surgido em alguns condados.

- (72) A: Você acha que Bush venceu de verdade?  
B: Ele fez muitos votos.

Há duas interpretações para a sentença de B:

- (73a) Ele recebeu mais votos.  
(73b) Ele forjou votos.

A questão é, embora ambas as interpretações sejam possíveis, uma delas foi pretendida pelo emissor, obviamente, num modelo baseado nas noções de efeito/custo, a mais acessível cognitivamente. A interpretação mais acessível será a primeira a ter testada sua consistência com o Princípio da Relevância. Assim, supondo que B seja um democrata indignado com o resultado, e queira que (73b) seja recuperada, então ele deverá fazer algo para excluir (73a), uma vez que esta seria a interpretação preferencial, pois é preciso mais esforço cognitivo para chegar até (73b) em primeiro lugar, por isso, apelar para a ironia, no tom de voz, por exemplo, ou enfatizar o verbo ‘fez’ pode ser uma alternativa.



Segundo Sperber e Wilson (1995), uma ironia envolve a expressão implícita de uma atitude que, geralmente, é de desaprovação e de rejeição. O falante, segundo os autores, dissocia-se da opinião que ecoa da sua fala, indicando que não compartilha da mesma.

(74) Bush é um brilhante estrategista político.

A partir de (74), caso estejamos tratando de uma ironia, embora, pelo conteúdo do enunciado pareça que o falante esteja declarando sua crença – e que acredita nessa crença – de que Bush seja um brilhante estrategista político, de fato ele crê exatamente no oposto do que declara, no oposto da opinião declarada.

As interpretações possíveis são, portanto, após construídas, testadas em relação ao Princípio da Relevância, através do critério de consistência com o Princípio da Relevância. Caso uma interpretação, embora testada pelo receptor, seja escolhida, mas não corresponda com a pretendida pelo emissor, uma das alternativas pode ser a de que ele não produziu o estímulo que pudesse guiar, da melhor forma possível, o seu receptor. Na verdade, o papel da consistência com o Princípio da Relevância é garantir que **a primeira interpretação testada e considerada consistente com o Princípio da Relevância seja a única interpretação consistente com o Princípio da Relevância** (WILSON; SPERBER, 1991, p. 591). Lembremo-nos de que essa primeira interpretação considerada consistente pode perfeitamente ser fruto de extensões de contexto.

Vejam como fica a recuperação de implicaturas no modelo da TR. A recuperação de implicaturas de um enunciado pode ser feita em relação às expectativas manifestas do emissor tendo em vista o alcance de relevância ótima. Contudo, um falante pode dar uma informação a um receptor, sabendo que essa informação será relevante para ele, sem, no entanto, ter a menor ideia sobre em que consiste essa relevância. Suponhamos A perguntando para B, na noite do dia 7/11/2000, a respeito do número de votos para Bush e Gore:

(75) A: Como estão os resultados?  
B: Gore está com x votos, e Bush com y.

Acontece que, o emissor não sabe em que contexto a informação será processada nem quais efeitos contextuais se pode obter. Nessas condições, dizem os autores, uma resposta como a de B não carrega nenhuma implicatura. A intenção informativa do emissor ao dar a resposta apenas torna manifesta que os resultados são aqueles.

Antes de mais nada, é importante dizer que, na TR, a noção de implicatura foi fracionada em premissas implicadas e conclusões implicadas. O primeiro grupo é formado por aquelas suposições necessárias para o cálculo dedutivo a fim de se alcançar conclusões, que, por sua vez, devem ser supridas pelo receptor, podendo ser recuperadas de várias fontes. O que torna possível a identificação dessas premissas como implicaturas é o fato de elas, além de serem facilmente manifestas, dada a sua acessibilidade, levarem a uma interpretação consistente com Princípio da Relevância. Além do mais,

seu papel não é o de revelar os efeitos contextuais, uma vez que essa identificação serve como condição para a obtenção de quaisquer efeitos contextuais. Já as conclusões implicadas, obtidas por dedução, consistem nos efeitos cognitivos alcançados.

A partir do exemplo abaixo, iremos ver como os autores organizam a relação entre premissas e conclusões implicadas; como, dada uma resposta indireta e a derivação de uma série de informações, é possível verificar que nem todas, embora possíveis, dado o PR, podem ser consideradas manifestas com a mesma força.

- (76) A: Você votaria em Bush?  
 B: eu não votaria em nenhum republicano.  
 q +> Não votaria em Bush.

Embora não diretamente, é possível dizer que a resposta de B é satisfatória se se supuser que ele quer dizer que “Não votaria em Bush.” – repetida em (78). Em (76), ao contrário de (77), o emissor, no caso B, tem sim expectativas manifestas de que seu enunciado será relevante; a questão é como A chegou a essa inferência, e como ter certeza de que ela é a mais relevante por ser consistente com o Princípio da Relevância.

Assim, apesar de não responder diretamente, B dá uma pista para A: este deve buscar na sua memória enciclopédica informações sobre republicanos. Uma dessas informações será usada como premissa implicada, recuperada e trazida para a memória do mecanismo dedutivo a fim de, juntamente com o dito de B, (76B), gerar a implicação contextual, no caso, a conclusão implicada em (78).

- (77) Bush é republicano. (premissa implicada)  
 (78) B não votaria em Bush. (conclusão implicada)

Dado que, em circunstâncias normais, B não esperaria que seu enunciado fosse relevante, a menos que quisesse tornar manifesta tal resposta, pode-se tomar como certo que, através dele, ficou mutuamente manifesto que a sua resposta implícita é intencional: é sim uma implicatura do enunciado. Como foi possível observar, o emissor espera que o receptor supra tais premissas, pois são elas que levam à interpretação pretendida pelo emissor; em sendo consistentes com o Princípio da Relevância, além de serem manifestamente as premissas mais acessíveis para a derivação. A premissa implicada é formada pela proposição expressa (76B), mais a informação contextual, cujo resultado é a conclusão implicada.

É também importante ressaltar o papel da configuração da resposta de B. Suponhamos que A pensasse que Bush é democrata, a resposta em (76B) tem a mesma potencialidade de desconfirmar essa suposição quanto uma resposta na qual B afirmasse que Bush é republicano. Suponhamos também que A suspeitasse que Bush fosse republicano, (76B) iria fortalecer a suposição de que ele é realmente republicano.

Contudo, se (78) consistisse em todos os efeitos contextuais que B quisesse que fossem recuperados por A, então, por que não responder através de um enunciado como o que segue, que envolveria menos esforço de processamento por parte de A.

(79) Eu não votaria em Bush.

Dado o Princípio da Relevância, deve haver uma forma de justificar a resposta indireta de B como sendo mais interessante do que a outra candidata em (79). Voltemos às implicaturas: segundo os autores, elas são meramente tornadas manifestas através de um ato de comunicação, podendo variar em força dessa manifestabilidade. Algumas delas são tão fortemente manifestas que o receptor mal pode evitar a recuperação das mesmas; por outro lado, algumas podem ter sido mais fracamente manifestas.

Como foi visto, informações foram acessadas da entrada enciclopédica de ‘republicanos’, contudo nada impede que o receptor possa recuperar outras informações, tais como outros nomes de políticos republicanos, e derivar a conclusão de que B também não votaria neles. Assim, é possível considerar que A adicionasse as premissas (80) e (81) e derivasse as conclusões (82) e (83):

- (80) James Baker é republicano.
- (81) Jeb Bush é republicano.
- (82) B não votaria em James Baker.
- (83) B não votaria em Jeb Bush.

Nada impede também que A construa a premissa em (84), a qual é suficientemente plausível dado o ambiente cognitivo mútuo estabelecido entre os dois interlocutores, e obtivesse a conclusão em (85), que também terá efeitos contextuais:

- (84) Pessoas que não votam em republicanos são favoráveis a mudanças políticas.
- (85) B é favorável a mudanças políticas.

Como é possível observar, a resposta direta em (79) jamais abriria a possibilidade de outras interpretações como o faz a resposta indireta em (76B). É claro que as suposições de (80) a (85) não são implicaturas de (76B), contudo, a extensão de contextos permite que (76B) potencialize outras implicações contextuais, justificando o esforço de processamento extra envolvido na extensão do contexto. É claro, portanto, que B não pretendeu que A realizasse esses processamentos adicionais: (i) o de adicionar premissas (80), (81) e (84), (ii) e o de derivar conclusões (82), (83) e (84).

Embora a intenção de B tornada mutuamente manifesta permita tornar manifestas algumas suposições, isso não significa que B pretendeu-as todas manifestas, especialmente da mesma forma que as em (77) e (78). Assim, do fato de B produzir evidência conclusiva de que se recusa a votar em Bush não se pode afirmar que a evidência de que B não votaria em Jeb Bush foi manifesta com a mesma força, embora, na verdade, possa ser considerada como sendo fracamente manifesta.

Outra extensão de contexto. Suponhamos que A considere que valha a pena o esforço de recuperar a premissa implicada em (86) e derivar, juntamente, com (76B) a conclusão em (77):

- (86) Pessoas que não votariam em republicanos querem que outros partidos assumam o poder.
- (87) B quer que outros partidos assumam o poder político.

(87) e (88) trazem à tona outra questão. Embora seja muito difícil que B quisesse que A fizesse tais inferências, a resposta em (76B), mais extensões de contexto – note-se que as derivações anteriores passam a fazer parte do contexto, para dentro do qual a premissa implicada é trazida a fim de derivar as conclusões. Trata-se da relação implicatura e sua força, e da relação do encorajamento dado pelo emissor e das implicaturas efetivamente derivadas. Nesse caso, quanto elas são responsabilidade do emissor e quanto são o receptor?

Quanto maior a manifestabilidade mútua da intenção de tornar manifesta uma suposição qualquer, mais fortemente essa suposição é comunicada. Mais fortes são as possíveis implicaturas que determinam completamente as premissas e conclusões que devem verdadeiramente ser supridas se a interpretação for para ser consistente com o Princípio da Relevância, pelas quais o emissor assume total responsabilidade (SPERBER; WILSON, 1995, p. 199).

No caso do exemplo acima, a citação refere-se às premissas e conclusões apresentadas de (80) a (85), as quais o ouvinte é encorajado a suprir. Já no caso de premissas e conclusões como as em (86) e (87), o encorajamento dado pelo emissor pode ser considerado mais fraco; quanto maior a gama de possibilidades dentre as quais o receptor pode escolher, mais fracas serão as implicaturas; a ponto de implicaturas (tanto premissas como conclusões implicadas) passarem a ser supridas exclusivamente pelo receptor, sem encorajamento algum do emissor. Esse é o caso que ilustra a frase do senso comum que diz: “De onde tu tiraste isso?”.

Sem dúvida, quanto mais fracas as implicaturas, menor a confiança que o receptor pode ter de que as premissas e conclusões que ele supre irão refletir os pensamentos do emissor [...]. Entretanto, as pessoas podem entreter diferentes pensamentos e virem a ter diferentes crenças com base no mesmo ambiente cognitivo. O objetivo da comunicação em geral é antes aumentar a mutualidade de ambientes cognitivos do que garantir a duplicação de pensamentos (SPERBER; WILSON, 1995, p. 200).

No nosso exemplo podemos então caracterizar as suposições implicadas como:

- (i) fortemente implicadas, claramente pretendidas pelo emissor e recuperadas por A, a saber, (77) e (78).
- (ii) fracamente implicadas, certamente menos pretendidas por B, e mais da responsabilidade de A, a saber, (80) a (85).
- (iii) não comunicadas através do enunciado de B, por serem exclusivamente mais da responsabilidade do receptor, a saber, (86) e (87).

Uma das críticas mais importantes de Sperber e Wilson a Grice consiste na “negligência” às propriedades do dito. Segundo os autores, o dito, o conteúdo explícito, também é enriquecido inferencialmente. Tem-se, portanto, “uma combinação de traços conceituais decodificados

linguisticamente e inferidos contextualmente” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 182). Esse conteúdo intermediário entre o dito e as conclusões implicadas – que não são as premissas implicadas – os autores denominaram de **explicatura**<sup>126</sup>.

Nesse nível, várias operações pragmáticas são realizadas, tais como, atribuição de referência, desambiguação, resolução de referentes, interpretação de linguagem metafórica, identificação da atitude proposicional, entre outros processos pragmáticos. Nesse sentido, a explicatura enquadra-se num nível intermediário entre a decodificação linguística e a implicação contextual.

Sperber e Wilson, (1986/1995) e Carston (1988) identificam três níveis representacionais:

- (i) da **forma lógica**, na dependência da decodificação linguística.
- (ii) da **explicatura**, em que a forma lógica é desenvolvida através de processos inferenciais de natureza pragmática.
- (iii) da **implicatura**, que parte da explicatura para a construção de inferências pragmáticas.

Vejamos o exemplo abaixo:

(88) Ele pegou a cédula e preencheu.

O exemplo acima ilustra, por exemplo, a necessidade de atribuição de referência para o pronome ‘ele’, além do enriquecimento da forma proposicional com o preenchimento da elipse através da expressão [a cédula]. O nível da forma lógica seria algo do tipo:

(89) Pegou (ele, cédula)  $\wedge$  preencheu ( $\emptyset$ ,  $\emptyset$ ).

Em que o primeiro lugar do predicado de ‘preencheu’ seria para ‘ele’ e o outro para ‘cédula’

(90) A: Como ele recebeu a notícia?  
B: Ele foi para lá fazer o discurso de concessão.

Segundo Sperber e Wilson (1995), o receptor de uma mensagem deve selecionar a representação semântica a fim de que, através dos enriquecimentos pragmáticos necessários, seja obtida uma forma proposicional única, pretendida para o enunciado, para daí fazer a apreensão dos demais conteúdos implícitos. No caso de (88) e (90B), é preciso que sejam atribuídas as referências para expressões como ‘ele’, ‘lá’; saber sobre que tipo de concessão trata o discurso, essas coisas. Já a resposta de B implicando ‘Ele não recebeu bem a notícia’, ou qualquer coisa do gênero, mostra que, ao contrário das demais informações, esta não é fruto do desenvolvimento da forma lógica da sentença, mas fruto da relação entre informação contextual e a forma proposicional completa.

Como é possível observar, nesse nível intermediário, toma-se a forma lógica do enunciado e acrescentam-se informações contextuais a fim de se obter uma forma proposicional completa. Quanto mais elementos para serem decodificados constituírem o enunciado, mais explícita é considerada a suposição. E, para tanto, é fundamental o conhecimento de informações contextuais. Uma forma

---

<sup>126</sup> Na verdade, segundo a TR, não é o dito, mas a explicatura, esse dito enriquecido, a base para os raciocínios inferenciais.

lógica é uma fórmula bem-formada, que consiste em um conjunto estruturado de constituintes que sofrem operações lógicas formais determinadas pela sua estrutura; ela se transforma em proposicional quando completada semanticamente, podendo ser capaz de ser verdadeira ou falsa.

Daí os autores geraram a noção de **explicatura**, segundo a qual uma suposição comunicada por um enunciado é explícita se, e somente se, ela for o desenvolvimento de uma forma lógica. Vejamos, agora, alguns exemplos, além da atribuição de referência.

- (91) A: Como está Bush após receber a notícia da Suprema Corte dos EUA?  
B: Parece um menino que finalmente recebeu seu presente favorito.

Podemos desenvolver o enunciado da resposta de B da seguinte forma.

- (92) [Bush] parece um menino que finalmente recebeu seu presente favorito [a vitória do seu processo contra Gore que lhe garantiu a vitória para presidente dos Estados Unidos].

Há também, na resposta de B, uma metáfora, cuja determinação se dá no nível da explicatura. Para tanto, é preciso que o receptor faça uma relação entre os traços semânticos que caracterizam um menino na condição de receber algo que deseja muito e as características de Bush naquele momento. Daí podemos verificar que B, através do enunciado, quis deixar um conjunto de suposições {I} mutuamente manifesto para ele e seu receptor. A tarefa de A será a de, após decodificar o enunciado, fazer as atribuições de referência, identificar a metáfora, recuperar as premissas implicadas, as suposições que constituem o contexto, para daí então inferir a implicatura, a qual, poderia ser, ‘Ficou muito feliz, mas de uma forma infantil’. Daí, também permitindo que o receptor infira que, por exemplo, dada a resposta indireta e o tipo de expressão escolhida, Bush não agiu de forma adulta, querendo que seu receptor perceba a sua atitude proposicional de crítica a Bush.

Na TR, as implicaturas convencionais e as generalizadas são tratadas no nível da explicatura, como aspectos determinados pragmaticamente. Retomemos o exemplo do capítulo anterior a respeito do conetivo ‘e’:

- (93a) Gore desistiu e lutou.  
(93b) Gore lutou e desistiu.

Segundo Sperber e Wilson, o aspecto temporal deve ser decidido no nível da explicatura para que depois as inferências tipo implicações contextuais possam ser, então, obtidas. Um aspecto importante sobre as atitudes proposicionais, ao nível da explicatura, refere-se ao fato de o processo de enriquecimento não necessariamente limitar-se à recuperação da proposição expressa pelo enunciado, há outras suposições que também podem ser obtidas, e isso se dá através do encaixamento do enunciado em uma descrição de alto-nível da atitude do falante em relação à proposição que expressou. Tomemos o enunciado abaixo, supondo que tenha sido dito por Gore, após ele ter recebido os últimos resultados da Flórida:

(94) Vou fazer o discurso de desistência.

Podemos supor que a intenção de Gore, ao enunciar, (94) pode ser a e comunicar as seguintes descrições de alto-nível:

(95a) O falante acredita que tem que fazer o discurso de desistência.

(95b) O falante lastima que tenha que fazer o discurso de desistência.

Somente a partir da forma linguística de (94) não fica evidente a atitude do falante de crença ou de lástima – o que poderia, contudo, ser recuperado através do tom de voz do falante, por exemplo, intencional ou não. No entanto, tal atitude pode estar linguisticamente marcada, através de um advérbio sentencial ou de um verbo performativo, respectivamente:

(96) Lamentavelmente, vou fazer o discurso de desistência.

(97) Lamento que tenha que fazer o discurso de desistência.

Como dissemos, a possibilidade e a acessibilidade de informações contextuais, por um lado, e a atitude do emissor a respeito do que ele supõe como sendo as informações contextuais às quais o receptor tem acesso, por outro, interferem na configuração do enunciado. Assim, tanto (98) quanto (99) podem expressar no nível da explicatura a mesma proposição, contudo, (98), por ser mais explícita, exige menos domínio de informações contextualmente inferidas.

(98) É daqui a pouco lá.

(99) O discurso de desistência da eleição presidencial de Gore será daqui a trinta minutos, no War Memorial.

Deixemos, por ora, o nível proposicional a fim de estudarmos algumas questões, à luz da TR, mas agora em especial sobre o léxico. Ao contrário do que se pensa, as palavras não têm um significado estável (YUS, 2013). Várias áreas de abordagem inferencial e não-inferencial têm se dedicado a estudar essa propriedade das palavras. A Pragmática Lexical, dentro da perspectiva da TR, é a área que “explora a aplicação da distinção semântica/pragmática no nível das palavras individuais e locuções, ao invés de sentenças” (WILSON, CARSTON, 2007, p.1) – um “conceito comunicado pelo uso de uma palavra geralmente difere daquele codificado” (WILSON, 2003, p. 274).

Interessa, mais especificadamente, o estudo do significado codificado/denotado de uma palavra e seu papel para a contribuição do estabelecimento do significado pretendido pelo falante quando usada em enunciados. Nesse sentido, para Wilson e Carston (2007), os significados das palavras são, com frequência, pragmaticamente ajustados ao contexto no qual são usados, de tal forma que sua contribuição para a proposição expressa é diferente de seus sentidos lexicalmente codificados.

Esses ajustes podem ocorrer, basicamente, através dos seguintes processos: do **estreitamento** (**narrowing**), da **aproximação**<sup>127</sup> e da **extensão metafórica** vistas como variedades da **ampliação** (**broadening**). Segundo Wilson (2003), embora esses processos venham sendo estudados separadamente, tanto em abordagens pragmáticas quanto filosóficas, é possível sugerir um tratamento único à luz da TR. Antes, contudo, vejamos brevemente cada uma das propostas.

O **estreitamento** foi analisado como uma interpretação *default* por Levinson (2000), governada pela Heurística I (da informatividade)<sup>128</sup>. Já a **aproximação** foi tratada como um tipo de vaguidade aproximada (LEWIS, 1983; LASERSHOHN, 1999), o problema é que essa proposta não explica como a aproximação pode ser determinada, especialmente quando ela parece mudar ao longo de uma troca conversacional – nas palavras de Wilson (2003, p. 279), “é preciso acomodar em uma abordagem como o padrão apropriado de precisão é determinado”. E, por fim, a **extensão metafórica** é comumente vista como um caso de violação de máxima, a da Qualidade, resultando em uma implicatura, conforme Grice (1975). Para eles, tais aspectos podem ser tratados como **diferentes resultados de um único processo interpretativo, o qual afina a interpretação de quase qualquer palavra**. Segundo as autoras:

Essa abordagem totalmente unificada rejeita a distinção tradicional entre sentido literal e sentido figurado e sugere que a aproximação, a hipérbole e a metáfora não são tipos naturais distintos, que requerem mecanismos interpretativos diferentes, mas envolvem exatamente os mesmos processos interpretativos usados para enunciados literais (WILSON; CARSTON, 2007, p. 2).

Na sua proposta, Wilson (2003) e Wilson e Carston (2007), com base nos trabalhos de Barsalou (1983), pretendem unificar o tratamento para tais fenômenos através da Teoria dos Conceitos *ad hoc*. Conceitos *ad hoc* não são linguisticamente dados, nem são necessariamente armazenados no léxico, mas são construções pragmáticas, online, fruto das expectativas de relevância dos interlocutores em contextos específicos.

Assim, cada processo interpretativo cria um conceito *ad hoc* apropriado, ou um sentido, adequando-o para cada ocorrência específica. Tal conceito é fruto da interação entre (i) conceitos codificados, (ii) informação contextual e (iii) expectativas pragmáticas ou princípios (WILSON, CARSTON, 2007). Dentro da proposta da TR, essa construção *ad hoc* cria diferentes perspectivas estreitando ou ampliando (aproximação e extensão metafórica) o significado codificado dos termos. Dessa forma, os conceitos podem ser mais específicos ou mais gerais do que o conceito codificado

<sup>127</sup> Ou afrouxamento (*loosening*).

<sup>128</sup> Dado que pode haver vários graus de estreitamento, a heurística, embora até possa dar conta, não consegue explicar os diferentes graus. Além disso, esclarece Wilson (2003), Barsalou (1987), através de evidências experimentais, mostrou que há casos em que o estreitamento depende de contexto. O próprio Levinson (2000, p. 118), como aponta Wilson (2003) reconhece que pode haver dependência de contexto para as implicaturas I, mas, mesmo assim, sustenta que “até um nível suficiente de abstração [as inferências *default* (ICGs)] podem ser tratadas como interpretações preferidas através de contextos e, inclusive, através de línguas”. Outro problema apontado por Wilson (2003) é o de que Levinson trata somente do estreitamento, quando ampliações também podem se comportar como *defaults* – e o autor não diz nada a respeito de eleger os estreitamentos como *default*.



propriamente dito. Abordagens mais radicais dessa proposta unificada, dizem Wilson e Carston (2007),

argumentam que não apenas o estreitamento a ampliação envolvem os mesmos mecanismo interpretativos, mas também que existe um continuum de casos de ampliação, variando do uso do sentido literal mais restrito, passando pela aproximação e outras formas de afrouxamento até casos de linguagem figurada, tais como hipérboles e metáforas, sem uma fronteira clara entre eles. Essa abordagem unificada rejeita a distinção tradicional entre o significado literal e o significado figurado e alega que a aproximação, a hipérbole e a metáfora não são tipos naturais distintos, exigindo diferentes processos interpretativos, mas envolvem exatamente os mesmos processos interpretativos são usados para enunciados ordinários, literais (WILSON; CARSTON, 2007, p. 2).

Assim, as autoras pretendem tratar o fenômeno voltando sua atenção para a **natureza dos processos cognitivos envolvidos**, ao invés de ficarem comparando abordagens pragmáticas alternativas anteriormente propostas. Para Wilson e Carston (2007, p. 2-3, grifo nosso), “**o estreitamento e a ampliação lexical são genuinamente processos inferenciais, e uma abordagem inferencial da pragmática lexical é preferível a uma abordagem não-inferencial**” – como, por exemplo, as abordagens puramente associativas ou aquelas baseadas no conexionismo.

A intenção é mostrar que “a ampliação e o estreitamento são processos flexíveis e altamente dependentes de contexto que não podem ser adequadamente tratados dentro de regras tipo códigos” (WILSON; CARSTON, 2007, p.3). Contudo, embora propostas anteriores tratem de processos pragmáticos que sejam aplicados espontânea, automática e inconscientemente a fim de ajustar a interpretação de virtualmente qualquer palavra, Wilson (2003, p. 277) já abria mão dessa proposta a fim de construir uma abordagem que seja “consistente com a visão de que algumas palavras são estritamente definidas e frouxamente usadas, enquanto outras têm um significado mais amplo e vago que acabam sendo restringidos durante o uso”. Daí a importância da noção de relevância a fim de explicar essa espécie de acomodação do significado. Segundo Wilson e Sperber (2005, p. 239-240, grifo nosso):

**[...] a restrição lexical é muito mais flexível e dependente de contexto do que permite a apelação à implicatura generalizada ou a interpretações *default*. Barsalou (1987, 1992) pesquisa um conjunto de evidência experimental que mostra que mesmo delimitações “estereotípicas” de termos como pássaro, animal, mobília, comida, etc. variam de acordo com situações, indivíduos e tempos e são fortemente afetadas pelo contexto discursivo e pelas considerações de relevância [...]. De acordo com Barsalou, o processo de construção de conceitos *ad hoc* é afetado por um conjunto de fatores, incluindo contexto, acessibilidade de suposições enciclopédicas e considerações de relevância.**

Um outro aspecto importante ressaltado por Barsalou (1983 apud VANIN, 2012) refere-se ao fato de que essas categorias *ad hoc* não existem *a priori*, pois são, como diz a citação acima, fatores determinados, como os objetivos dos interlocutores e os aspectos que orientam a interação como um todo, e que, em última instância, constituem tais categorias.

Conforme veremos, através da TCNT/TD, ao contrário do que a TR prevê para o tratamento das restrições lexicais como sendo fruto de aspectos pragmáticos, o direcionamento, a escolha do

significado de um termo para um determinado uso pode sim ser especificado dentro da semântica. Tudo depende de como a semântica é construída dentro do modelo. Outra manobra, e não no sentido pejorativo do termo, metodológica, pois, como Costa insistentemente reforça, é na construção dos modelos que as propriedades são alocadas, elas não dependem da observação – embora aspectos relativos à intuição possam e devam ser preservados. Após essa breve ressalva, continuemos com a apresentação da proposta da pragmática lexical.

O **estreitamento lexical** envolve, segundo as autoras, o uso de uma palavra para veicular um significado mais específico do que aquele codificado, com uma denotação [linguisticamente mais específica] mais restrita – selecionando um subconjunto de itens que recaem dentro de um conceito codificado. Assim, segundo Wilson (2003), o efeito de um estreitamento é o de enfatizar uma subparte da denotação linguisticamente codificada. Exemplos clássicos discutidos na literatura filosófica são os verbos ‘abrir’ e ‘cortar’ (WILSON; CARSTON, 2007, p. 4).

(100a) **cortar** a grama/o cabelo de alguém/um bolo/ o dedo/um baralho/...

(100b) **abrir** as cortinas/a boca/um livro/ uma garrafa/uma estrada/uma conta...

Pode haver vários tipos de graus, em diferentes direções. Vejamos os casos a seguir de estreitamento.

(101a) Eu não vou **beber** hoje à noite.

(101b) Comprar uma casa é fácil se você tem **dinheiro**.

(101c) Churchill era um **homem**.

É somente em circunstâncias específicas que se pode determinar o que o falante quer exatamente dizer. Em (101a), o falante pode querer dizer que não pode ‘beber líquidos’ em geral, pois tem um exame médico para realizar; que não vai tomar uma certa ‘bebida alcóolica’, ou que não ‘beberá uma significativa quantidade de álcool’. Como destacam Wilson e Carston (2007), cada uma das possibilidades interpretativas é altamente dependente de contexto, afinal, cada uma veicula uma interpretação cada vez mais restringida. Já no caso de (101b), considerando-se uma interpretação literal, a afirmação é absurdamente falsa, pois pode dar a entender que qualquer quantia de dinheiro seria suficiente. De acordo com as autoras, o estreitamento tem como resultado a produção de um sentido, e, portanto, uma interpretação mais plausível, informativa e relevante, segundo a qual se alega que comprar uma casa é fácil para quem tiver uma quantidade de dinheiro razoável.

Por fim (102c), o último exemplo, ilustra bem a questão dos diferentes graus e como eles levam para diferentes direções interpretativas. Assim, em uma determinada situação, o falante pode estar querendo dizer que Churchill era um homem típico ou um homem ideal. Seja como for, pode inclusive haver uma variação quanto à dependência do contexto para a determinação do conteúdo previsto pelo emissor. Para tanto, o que interessa, segundo as autoras, é investigar o que dispara os processos de estreitamento, quais direções tomam e quando tais processos param.

O outro processo de ajuste é o da **ampliação lexical**. Essa forma de ajuste envolve o uso de uma palavra a fim de veicular um significado mais geral do que o codificado, com uma consequente

expansão da denotação linguisticamente especificada. Dentro da categoria de **ampliação** (broadening), recaem alguns casos particulares, chamados de subvariedades, tais como a aproximação, a categoria estendida, a hipérbole e a metáfora, cuja diferença se deve especialmente em relação ao grau para o qual a denotação linguisticamente codificada é expandida.

A **aproximação** consiste no caso de uma palavra, com um sentido relativamente estrito ser marginalmente expandido para incluir detalhes que originalmente recaem fora da denotação linguisticamente especificada do termo. Wilson (2003) diz que o uso frouxo de um número, termos geométricos e termos definidos negativamente podem ser exemplos desse tipo de fenômeno.

(102a) Essa injeção é **indolor**. [quase sem dor]

(102b) Esta garrafa está **vazia**. [quase vazia]

Nesses casos, os conceitos parecem realmente estenderem-se para tomarem propriedades que recaem fora dos conceitos codificados. No primeiro caso, em (102a), uma injeção jamais é indolor, o que ocorre é que a dor, no caso, é tão suportável que, perto da dor que se possa sentir, a que realmente se sente é praticamente inexistente. Em (102b), no caso da palavra ‘vazia’, que tem um sentido relativamente restrito, a interpretação pode levar uma aproximação, por exemplo, o falante quer dizer que a garrafa, ainda que tenha um pouco de líquido, essa quantia é insuficiente para que ela seja mantida, por exemplo, em se tratando de um descarte para reciclagem (WILSON, CARSTON, 2007). A **hipérbole** é outro caso de ampliação, mas que envolve um grau muito maior de ampliação e, como dizem as autoras, caracteriza um maior distanciamento do significado codificado. Vejamos os exemplos.

Voltando aos casos acima, ao usar hiperbolicamente (102b), o falante, por exemplo, pai de um adolescente, pode querer dizer, ao ver que a garrafa de uma bebida alcóolica, o filho bebeu demais. Como é possível verificar, dizem as autoras, o que muda para que um termo deixe de ser usado de forma literal, para ser ampliado a ponto de se tornar, além de uma aproximação, uma hipérbole, consiste no fato de que esses sentidos seguem mudando obedecendo a um continuum entre tais sentidos, sem que fronteiras claras possam ser traçadas.

A **metáfora** consiste em outra forma de ampliação, mais longe ainda do significado codificado, ou seja, englobando mais traços de significação. Nesses casos, a necessidade de conhecimento enciclopédico passa a ser mais necessário. Vejamos um exemplo.

(103) Bush está **afiando suas garras** para a audiência.

Segundo Wilson e Carston (2007, p. 5) “a categoria de eventos que literalmente envolve ‘afiar as garras’ pode ser estendida para incluir outros eventos que têm a entrada enciclopédica de ‘preparação para o ataque’”. No caso do exemplo, dado que Bush está lutando na justiça para derrubar um pedido de Gore para a recontagem manual, poder-se-ia pensar que ele está se preparando para não deixar que aconteça o que ele não quer, que está se preparando com outras teses,

etc. Esse tipo de metáfora, segundo as autoras, caracteriza-se por ser, nas suas, palavras, “relativamente convencional”, pois pode ser interpretada de acordo com uma série de linhas pré-estabelecidas e razoavelmente bem conhecidas – embora demandando pouco custo de processamento, produz efeitos relativamente limitados, porém previsíveis. Mesmo assim, a autoras reconhecem o que chamam de metáforas inovadoras, que permitem – e até exigem – uma latitude maior de interpretação. Elas, de fato, podem exigir mais esforço de processamento maior da memória ou da imaginação, produzindo efeitos mais ricos.

A fim de mostrar como é problemático supor linhas divisórias entre a ampliação, Wilson e Carston (2007) trazem um exemplo que ilustra de forma mais clara, fornecendo e fortalecendo a evidência para a proposta de unificação de tratamento, a saber, caso de continuidade que vai do uso literal, passando pela aproximação, hipérbole e metáfora.

(104a) A atitude de Bush para vencer a eleição me **fez vomitar**.

A partir de (104a), pode ser que o falante de fato tenha vomitado (interpretação literal), que tenha chegado muito perto de vomitar (interpretação aproximada – aqui, segundo Wilson e Carston (2007), não importa se o falante esteve muito próximo do ato de vomitar), que a atitude o tenha feito ficar fisicamente enjoado (uso hiperbólico), ou que a atitude o tenha induzido a um desconforto mental (uso metafórico).

No que tange à ampliação (broadening), as autoras ainda tratam de outro fenômeno, a saber, a extensão de categoria. A extensão se refere ao uso de nomes de marcas, tais como Gillette, Xerox, etc. para identificar lâminas de barbear e copiadoras, por exemplo – incluindo até itens de marcas menos salientes. Nomes próprios também recaem sob essa categoria.

(105a) Essa gilete é muito afiada.

(105b) Um novo Shakespeare parece estar surgindo.

(105c) O Iraque é o Vietnam desta geração.

No caso de (105c), as autoras dizem que ‘Vietnam’ pode ser entendido como veiculando um conceito *ad hoc* VIETNAM\*, o qual pode ser tratado como representando a categoria das intervenções militares desastrosas. Tais casos não podem ser tratados como aproximação, mas devem sê-lo como ampliações, pois, no caso, o Iraque pertenceria a uma categoria da qual o Vietnam é o membro mais saliente. Entretanto, as autoras reconhecem que esses processos têm algo em comum: “eles podem ambos ser analisados como o resultado de um único processo pragmático de ajuste lexical que resulta em uma categoria *ad hoc* cuja denotação é mais ampla do que o conceito lexicalmente codificado” (WILSON; CARSTON, 2007, p. 6).

Wilson e Carston (2007) identificaram, a partir dos experimentos realizados por Clark & Clark (1979), mais um fenômeno que recai sob o escopo da ampliação, a saber, os neologismos, a cunhagem de novas palavras. Segundo as autoras, os experimentos mostraram que verbos criados a

partir de substantivos, além do emprego de nomes próprios como verbos compostos ou como adjetivos, não são mais difíceis de serem compreendidos do que seus usos regulares – como é o caso de (105b).

(106a) Uma criança disse quando brincava com um cachorro: A Coca me lingou.

Em (106a), sabemos que existe um verbo, ‘lamber’, mas a criança usou o substantivo ‘língua’ como verbo, e conjugou-a no passado. Mas, para isso, é preciso que saiba o significado codificado da palavra, além de ter conhecimento prévio sobre práticas de cachorros, uma delas é lamber. Para o exemplo abaixo, podemos verificar que, para compreender (106b) e (106c) uma quantidade muito maior de conhecimento enciclopédico. No caso de (106b), é preciso saber como geralmente as pessoas vivem na cidade de São Francisco (atitude despreocupada, sempre realizando atividades de lazer, geralmente com boas condições financeiras).

(106b) They have a lifestyle which is very San Francisco./Eles têm um estilo de vida San Francisco.

O caso de (106c) trata-se de uma manchete no site da Forbes, publicada em 5/5/2011. Percebemos que as palavras são cunhadas a partir da união dos nomes próprios de dois presidentes americanos – Ronald Reagan e Barak Obama – e sabe-se que cada governo se caracteriza um tipo de ação econômica. A necessidade de conhecimento enciclopédico é maior ainda. Como é possível perceber houve a união do nome do presidente mais a palavra ‘economics’.

(106c) Regeanomics and Obamanomics

(106d) Giba neles<sup>129</sup>.

Por fim, um último caso de ajuste pragmático de uma palavra ou sintagma, em que não é o significado codificado que passa por tal ajuste, mas o significado pragmático quando sob o escopo de operadores, tais como: negação, condicionais, disjunção, disposições imperativas e interrogativas.

(107a) Nenhum adolescente é um santo.

(107b) Ou tu te tornas um ser humano ou deixas o grupo.

No caso de (107a), percebe-se, dizem Wilson e Carston (2007), que, se o significado codificado de ‘santo’ é interpretado como estando sob o escopo da negação, o falante pode ser entendido como se estivesse fazendo uma declaração trivial de que nenhum adolescente foi canonizado. Na verdade, o que ocorre é que se pode pensar que o falante está fazendo uma declaração mais plausível, informativa e relevante, assim ele está dizendo que nenhum adolescente recai sob o escopo do conceito *ad hoc* SANTO\* (pessoas de grande virtude). Nesse caso, é o significado ajustado, e não o significado codificado, que recai sob o escopo da negação. O mesmo ocorre com (107b), é o significado ajustado de SER HUMANO\* que recai sob o escopo do operador

---

<sup>129</sup> Expressão usada por Galvão Bueno quando narrava os jogos em que o jogador de vôlei Giba atuava.

de disjunção, pois, caso contrário, se fosse o significado linguisticamente codificado, o falante estaria afirmando algo falso, e, no caso, sem relevância alguma.

Segundo Wilson e Carston (2007, p. 8), uma abordagem unificada se justifica, porque é possível tratar “o estreitamento e a ampliação (incluindo casos metafóricos) como processos complementares, um restringindo e o outro expandindo a categoria denotada por um conceito linguisticamente codificado”. De acordo com essa proposta unificada, abordada via Teoria da Relevância, “a compreensão lexical envolve um processo de construção de um contexto *ad hoc*, baseado na informação prontamente acessível de entradas enciclopédicas de conceitos codificados e restringidos por expectativas de relevância” (WILSON; CARSTON, 2007, p. 8).

Segundo Wilson (2003), a TR se mostra uma importante alternativa para unificar a abordagem dos fenômenos da pragmática lexical acima apresentados, pois sugere que

processos de pragmática lexical são disparados pela busca pela relevância, seguem um caminho de menor esforço, operam através de um ajustamento mútuo de conteúdo explícito, contexto e efeitos cognitivos e param quando as expectativas de relevância levantadas pelo enunciado são satisfeitas (ou abandonadas) (WILSON, 2003, p. 283).

Assim, através de tal abordagem, entende-se o que dispara a necessidade de ajuste, pode-se explicar o que determina a direção dos processos de ajuste, como funciona o processamento e o que faz com que ele possa ser dado por encerrado. Dessa forma, além de se ter uma explicação, tendo em vista, em especial a cognição, pode-se dar conta de aspectos inferenciais da comunicação, ampliando a plausibilidade do potencial de aplicação, contemplando, por fim a complexidade do fenômeno tendo em vista sua construção em interfaces.

Nesta seção apresentamos a Teoria da Relevância já com os desenvolvimentos feitos pelos autores, na edição de 1995, e com os avanços da proposta a fim de contemplar a questão lexical. Esse modelo traz contribuições importantes para a interface externa, pois faz aproximação com a Comunicação, com a Psicologia Cognitiva e com a Lógica, fortalecendo a natureza explanatória do construto que estamos construindo. Além disso, optamos por mencionar a pragmática lexical, originada pela TR, pois, dado o construto e a discussão da interface interna Semântica/Pragmática, conforme veremos, queremos discutir e defender a abordagem que vamos adotar – e, para isso, é preciso primeiramente verificar como, em cada um dos modelos do construto, essa interface é considerada.

### 3.4 TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS (TICG)

Nesta seção iremos apresentar a proposta desenvolvida por Levinson (2000) a fim de investigar uma parte da significação. Em Grice (1975), conhecida como implicatura conversacional generalizada; por Sperber e Wilson (1986, 1995), esse fenômeno está sob o escopo do que os autores delimitaram como explicaturas – na TR esse fenômeno também engloba as implicaturas convencionais. A interface Semântica/Pragmática começa a ficar problemática, o que acarreta problemas quanto aos fenômenos que ficariam sob a responsabilidade de cada área.

Seja como for, ao desenvolver a Teoria das Implicaturas, nas belas palavras de Jaszczolt (2013, p.1), Grice, “a figura fundadora da tradição na qual o significado de um enunciado é analisado em termos da intenção do falante”, ofereceu uma alternativa para o Modelo de Códigos propondo uma abordagem para aspectos da comunicação verbal que toma como base o reconhecimento de intenções – as quais, embora identificáveis, não eram obtidas a partir de processos de decodificação, mas sim inferenciais –, denominando-as de implicaturas. Além das convencionais, Grice identificou implicaturas conversacionais e subdividiu-as em dois tipos as particularizadas (doravante ICPs ou IPs) e as generalizadas (doravante ICGs). Grice dedicou grande parte do seu trabalho para desenvolver as implicaturas conversacionais particularizadas. Entretanto, embora quase não tenha aprofundando suas considerações sobre as generalizadas, ressaltou sua importância:

Essas são as que me parecem mais controversas e, ao mesmo tempo, mais valiosas para propósitos filosóficos<sup>130</sup>, porque elas serão implicaturas que não serão carregadas (nas mesmas condições) por qualquer enunciado de uma certa forma, embora, como com todas as implicaturas, elas não sejam representadas como parte do significado convencional das palavras ou das formas em questão (GRICE, 1981, p. 185 apud LEVINSON, 2000, p. 18).

Levinson, teórico fortemente influenciado pelo programa griceano, diz que, embora Grice não tenha oferecido mais detalhes, sua intenção para determinar cada tipo de implicatura conversacional é clara. Como um neo-griceano típico, dedicou-se a desenvolver o trabalho de Grice. Nesse caso, Levinson (2000, p. 16) sistematizou a distinção desejada pelo filósofo apresentando, através do que ele define como uma formulação informal para diferenciar as ICPs e as ICGs e isolar o fenômeno que lhe interessa.

- (i) Uma implicatura **i**, a partir de um enunciado **U**, é **particularizada** se, e somente se, **U** implicar **i** somente em virtude de suposições contextuais específicas que não seriam invariavelmente nem mesmo normalmente obtidas.
- (ii) Uma implicatura **i** é **generalizada** se, e somente se, **U** implicar **i**, a não ser que suposições contextuais específicas não usuais a detenham.

A diferenciação é feita basicamente a partir da forma de obtenção de cada uma das implicaturas tendo em vista, em especial, o papel de informações contextuais. Enquanto as implicaturas conversacionais **particularizadas** são capturadas em virtude de **traços especiais do contexto**, as **generalizadas** aparecem justamente na **ausência de circunstâncias especiais** – mantendo-se invariáveis mesmo com alteração contextual específica, mas dependendo de convenções sobre o uso da linguagem e sendo tipicamente associadas à proposição expressa. Vejamos o exemplo apresentado por Levinson a fim de ilustrar a natureza e o comportamento das ICGs.

---

<sup>130</sup> É importante lembrar que o trabalho de Grice estava primeiramente voltado para questões filosóficas, e não propriamente linguísticas e comunicacionais no sentido mais específico do termo.

**Situação 1**

A: Que horas são?  
 B: Alguns convidados saíram.  
 ICP: Deve ser tarde.  
 ICG: Nem todos os convidados já saíram.

**Situação 2**

A: Onde está João?  
 B: Alguns convidados saíram.  
 ICP: Talvez João já tenha saído.  
 ICG: Nem todos os convidados já saíram.

Como é possível verificar nos exemplos acima, com a mudança de situação, mudou o contexto, e, portanto, a implicatura conversacional particularizada, ao passo que a inferência generalizada permaneceu a mesma. Levinson, portanto, enfatiza a existência de uma inferência compartilhada em ambas as situações – desde que não exista um contexto específico. Vejamos isso com outro exemplo.

- (1) A: Todos os condados já fecharam as suas apurações?  
 B: Alguns deles ainda estão contando os votos.  
 ICP – A apuração vai demorar mais do que o previsto.  
 ICG – Nem todos os condados fecharam as suas apurações.
- (2) A: Todos os juízes da Suprema Corte já podem apresentar seus votos?  
 B: Alguns deles ainda estão deliberando.  
 ICP – É possível que as coisas comecem a ficar feias para Gore.  
 ICG – Nem todos os juízes já deliberaram.

Mais uma vez, enquanto a ICP mudou, pois depende do contexto específico da pergunta de A, a ICG manteve-se a mesma. ‘Alguns’ gerou a implicatura ‘nem todos’. É esse, portanto, o tipo de fenômeno que interessa ao autor: a inferência, segundo Levinson, que se destaca por sua prevalência, e falta de saliência, por um lado, mas que a tem a mais próxima conexão com uma análise linguística, por outro. Para Levinson, alguém poderia argumentar que ‘não todos’ faz parte de ‘alguns’. Contudo, a compatibilidade semântica da proposição ‘**Alguns, mas não todos, x são G**’ parece excluir tal possibilidade de interpretação. Tanto na **Situação 1** como em (1) parece haver, inclusive, uma quebra da máxima de relevância da categoria griceana de Relação, ou, como proposto por Costa (1984), uma quebra da categoria de Adequação, igualmente sob a máxima de Relação. Seja como for, há uma discrepância aparente entre os tópicos, cuja coerência é resgatada via implicatura, descrita por Costa, como vimos, como a relevância pragmática do dito.

Mesmo com tais evidências, o fenômeno das ICGs griceanas deu e dá origem a muitas controvérsias, especialmente no que diz respeito à sua sustentabilidade teórica, a ponto de muitos chegarem a questionar a validade de supô-la, sugerindo, especialmente, sua redução a outros fenômenos. Em **Pragmatics** (1983), Levinson já demonstrava sua preocupação com as implicaturas conversacionais generalizadas. Desde lá, ele se manifestava contrário à eliminação das ICGs via redução a outros fenômenos, tais como acarretamentos ou às próprias implicaturas convencionais.



Naquele primeiro momento, ele se opôs à redução das ICG às implicaturas convencionais, quando mostrou a diferença entre o uso dos pronomes ‘tous’ e ‘vous’<sup>131</sup> no que tange ao estabelecimento de relações hierárquicas entre os interlocutores, argumentando que não eram apenas as palavras em si que geravam as implicaturas, mas também o conhecimento a respeito do **uso da linguagem**. Assim, embora não fosse tão fácil distinguir as implicaturas convencionais das conversacionais generalizadas, como o próprio Levinson reconheceu, a possibilidade da diferenciação já era suficiente para indicar fenômenos distintos, ambos igualmente importantes para uma teoria do significado<sup>132</sup>.

Com o desenvolvimento da Teoria da Relevância, sugeriu-se tratar as ICGs à luz da noção do *speaker meaning*, ou seja, outra tentativa de redução das ICGs, mas agora às ICPs, através do Princípio da Relevância. Ainda à luz da TR, outra proposta foi a de reduzir as implicaturas conversacionais generalizadas às explicaturas (CARSTON, 1988). No caso das explicaturas, Levinson (2000) contra-argumenta alegando que elas, na verdade, consistem no enriquecimento das proposições, e que os enunciados, embora tenham somente uma explicatura, podem ter várias implicaturas conversacionais generalizadas. O autor também identifica outra tendência reducionista nas versões estendidas da semântica discursiva através dos trabalhos de van Kuppevelt (1996) e Scharten (1997)<sup>133</sup>.

Para Levinson (2000, p. 1), estudar o significado, na perspectiva da TICG, é voltar a atenção para “uma subparte especial do significado do enunciado, a penumbra pragmática que está intimamente próxima do significado da sentença”. Tradicionalmente, diferencia-se o **significado da sentença**, ou o **significado da sentença-tipo** (*sentence meaning/sentence type-meaning*), objeto da Semântica; do **significado do enunciado-ocorrência** (*speaker meaning/utterance-token meaning*), objeto da Pragmática –, e, como o próprio Levinson comenta, nível de maior preocupação da maior parte do trabalho desenvolvido em pragmática. Para ele, essa subparte especial seria um terceiro nível, intermediário, ao qual ele chamou de **significado do enunciado-tipo** (*utterance-type meaning*), o qual encerra as interpretações preferenciais. Levinson rejeita, portanto, qualquer proposta reducionista.

Ele entende ter identificado nas ICGs um significado, um conteúdo, que é derivado do uso de enunciados e cuja geração não depende nem de um contexto específico, por um lado, e nem da necessidade de qualquer tipo de cálculo de natureza mental, por outro; parecendo bastar o conhecimento de convenções sobre as línguas: “são inferências padrão, nas quais podem ser

<sup>131</sup> Conforme apresentado na seção 3.1 deste capítulo.

<sup>132</sup> Enquanto as convencionais eram fruto de inferências a partir do léxico, as conversacionais generalizadas surgem, como dito, a partir de convenções a respeito de como as pessoas usam a língua.

<sup>133</sup> Seja como for, Levinson diz que as ICGs não serão facilmente reduzidas, seja para o significado da sentença, ou o significado da sentença-tipo (*sentence meaning/sentence type-meaning*), seja para o significado do falante, ou significado do enunciado-ocorrência (*speaker meaning/utterance token-meaning*), pois elas influenciam ambas as fronteiras, a gramática e semântica, por um lado, e o significado do falante, por outro, no caso, a pragmática. Como veremos, essa forma de entender o fenômeno tem profundas e importantes consequências quando a questão é a interface entre Semântica e Pragmática.

reconhecidas nossas intuições sobre uma interpretação preferencial” (PRADO, 2008, p. 108). Nesse sentido, as ICGs estão em uma relação mais próxima com um conjunto estável de regras de formação e construção que constituem o sistema gramatical. Levinson acredita que o valor da TICG está na investigação da natureza estável e generalizada de tais inferências.

Para ele, o estudo da interpretação *default*, ou preferencial/preferida, poderá favorecer a compreensão de uma ampla gama de fenômenos interpretativos – não coberta pelas outras teorias de natureza pragmática. Levinson (2000, p. 21) define como ‘interpretação preferida’ “uma tendência sistemática de ler uma expressão de uma forma determinada – quando a tentação aparece é aí que a TICG pode contribuir para uma análise linguística”, afirma. Ele destaca que, através da TICG, está abordando um fenômeno frequentemente negligenciado, para o qual ele crê estar oferecendo um tratamento mais efetivo, embora menos pretencioso em relação aos que existem, a saber, as propostas de natureza cognitiva, como é o caso, especialmente, da TR.

Como se sabe, a TR parte da proposta de Grice, desenvolvendo uma pragmática profundamente enraizada na psicologia cognitiva. Para Sperber e Wilson, na recuperação do significado de falante, estão envolvidos aspectos da cognição humana, a qual é regida por um princípio inato de Relevância. A fim de marcar sua diferença metodológica, em especial da TR, Levinson (2000, p. 379) ratifica: “deixe-me enfatizar: esta não é uma teoria geral sobre a natureza da comunicação”, dizendo que suas pretensões são menos ousadas do que as de Sperber e Wilson, a quem acusa de querer reduzir todos os tipos de inferência pragmática a um megaprincípio de tal forma amplo, do qual todos os fatos pragmáticos se seguem, da mesma forma que também se seguem fatos sobre a atenção humana, memória, etc. Ao atribuir um papel maior a implicaturas particularizadas, como fazem as propostas à luz da TR, Levinson acredita que se está abandonando um estudo mais rigoroso sobre o significado linguístico, que é a proposta da sua TICG, para muito além do estudo da linguagem. Nesse sentido, a proposta de Levinson caracteriza-se por uma teoria da comunicação mais linguística do que filosófica como a de Grice, e praticamente não psicológica como a de Sperber e Wilson, mas não totalmente, pois ele considera a inferência.

Enquanto a TICG volta sua atenção a enunciados linguísticos, para a TR, qualquer tipo de estímulo – sons, imagens, etc. – pode ser considerado, desde que venha como uma presunção de relevância ótima. Assim, segundo o autor, a proposta de Sperber e Wilson explica muito, mas descreve pouco a respeito da significação, pois, para ele, a análise vai muito além do estudo da linguagem propriamente dita. Para Levinson, isso é um problema, pois, se se supõe que o significado do falante somente seja disparado a partir de contextos específicos, ele acredita que ficam deixados de lado muitos tipos de inferências que também seriam de natureza pragmática, mas que se caracterizam por uma certa sistematicidade e regularidade, no caso, o grupo que envolve as ICGs.

Assim, ao contrário da proposta de Sperber e Wilson, sua teoria não se pretende uma teoria da competência pragmática humana, mas uma abordagem de uma área relativamente menor da inferência pragmática, cuja contribuição maior é para **esclarecimentos sobre o funcionamento da própria linguagem** e, conseqüentemente, apenas para a comunicação linguística. Através do

exemplo abaixo, Levinson procura ilustrar esses significados fruto de, no seu ponto de vista, convenções culturais, mas que são derivados a partir das estruturas gramaticais.

(3) Isto estará pronto logo.

A expressão ‘isto’ pode referir-se a qualquer coisa, contanto que não seja um adulto humano; ‘estará’ especifica uma série infinita de espaços de tempo no futuro; ‘pronto’ pode ser ‘terminado’, ‘resolvido’ (Supondo uma pergunta do tipo: “Quando o processo terminará”), ‘contado’ (Falta muito para terminar a contagem dos votos?), etc.; e ‘logo’ pode receber vários valores diferentes: o de servir uma refeição é muito diferente daquele do término de uma tese de doutorado. Contudo, diz Levinson: “em cada um desses diferentes contextos ‘Isto estará pronto logo’ tem sua interpretação aparentemente determinada de forma apropriada sem esforço para nós” (2000, p. 4).

Dessa forma, ao asseverar que a sua teoria não se pretende um modelo geral de comunicação, mas sim de uma pequena área da pragmática, Levinson entende a abordagem das ICGs apenas como uma peça a mais na teoria do significado, abrindo mão de qualquer compromisso com as ciências cognitivas, ou seja, com mecanismos subjacentes que constituem um aspecto fundamental da cognição humana ou com aspectos relacionados à essência da comunicação humana. Por fim, Levinson não acredita que o modelo de Sperber e Wilson possa oferecer uma abordagem para o fenômeno discutido por ele, justamente porque as inferências em questão são relativamente invariantes em relação a mudanças no contexto e nas suposições de background, apesar de serem canceláveis.

Isso, contudo, não constitui um empecilho, ao ver de Levinson, para que um dos aspectos fundamentais da TICG seja o interesse pela capacidade inferencial humana. Segundo o autor, o papel importante da inferência localiza-se, na sua proposta, na relação entre a velocidade através da qual são formados os sons fonológicos discretos, ou seja, a codificação, e outros aspectos da produção na comunicação humana, a saber, da compreensão. Dado que a formação dos sons seria quatro vezes mais lenta, o autor supõe que deva haver alguma compensação para a eficiência na comunicação.

Dada uma coincidência de interesses entre falante e ouvinte – o desejo do falante por economia e a necessidade do ouvinte por informação suficiente –, a comunicação é tratada como um jogo de coordenação de sentido, algo já descrito pelo próprio Grice (1967), diz Levinson. Para o autor, é através da realização de inferências que se daria tal coordenação, através da compensação em velocidade, oportunizando que as pessoas se expressem precisando usar menos palavras, o que vem ao encontro da percepção griceana de que “o falante está tentando encontrar um meio econômico para evocar ideias específicas no receptor, sabendo que o receptor tem exatamente essa expectativa” (LEVINSON, 2000, p. 6).

A fim de desenvolver essa questão, Levinson (2000, p. 6) vê como uma possível solução considerar que “não apenas o conteúdo, mas também as propriedades metalinguísticas de um enunciado (a sua forma) carreguem a mensagem – ou que se encontre uma forma de dar carona ao significado em cima do significado”. Daí ele supor a geração de conteúdos como fruto de inferências

livres de contextos particulares de tal forma que um significado possa carregar outro através do uso da forma, da estrutura, e do padrão de escolhas dentro do enunciado para sinalizar a informação extra, além do significado dos seus constituintes. O que Levinson quer dizer é que, dada a forma como um enunciado é construído, e dadas as convenções culturais que especificam uma língua em particular e sua disposição apropriada, é possível encontrar uma compreensão que seja comum.

Para Levinson, o papel geral desempenhado pela Pragmática em tal cenário é fundamentalmente diferente daquele descrito nos manuais (incluindo o dele próprio, de 1983, na obra **Pragmatics**). Segundo o autor, não há um esquema do tipo que mapeie estruturas sintáticas em estruturas semânticas, as quais, elas próprias, representem proposições completas, que, por sua vez, são o *input* para a Pragmática, que produz inferências adicionais ou restrições sobre o significado.

Em vez disso, ele acredita que seja mais provável que processos pragmáticos desempenhem um papel crucial nas regras de correspondência que mapeiam estruturas sintáticas em representações semânticas e, novamente, mapeiem as representações semânticas em pensamentos comunicados ou significados e enunciados. Assim, segundo o autor, há momentos precoces no processamento de um enunciado onde a informação da sentença ou proposicional para a inferência simplesmente ainda não está disponível.

Em outras palavras, Levinson (2000, p. 8) acredita que “a resolução pragmática é crucial para a interpretação semântica ou para a determinação da estrutura semântica: ninguém discute o papel da dêixis aqui, mas existem muitos outros aspectos de resolução pragmática que variam da determinação da referência anafórica até a atribuição de escopo”. Para o autor, essa é uma das razões pela qual a proposta de Sperber e Wilson não pode ser psicolinguisticamente plausível, ou pelo menos não para os momentos mais iniciais desse tipo de processamento.

Ao propor tal abordagem, Levinson sugere que se revise o que até então se entende a respeito da interface Semântica/Pragmática<sup>134</sup>. Costa (2005) explica melhor: para Levinson (2000), esse terceiro nível, aquele da interpretação preferencial, não está no nível do convencional semântico, *sentence type-meaning*, nem na ocorrência específica pragmática, o *utterance token-meaning*, mas nesse terceiro nível intermediário, o *utterance type-meaning*, que consiste no resultado de uma certa generalização na forma como se usa a linguagem, o que caracterizaria uma instância pragmática mais fortemente associada à semântica – embora, como lembra Costa (2005), tal fenômeno não represente o objeto de uma pragmática mais típica.

Segundo Costa (2005), Levinson não caracteriza o significado *default* como uma inferência exatamente pragmática, nem exatamente semântica; contudo, o fato de ela ser derivada a partir da estrutura dos enunciados aproxima-a, na sua proposta, mais da semântica. Assim, esse terceiro nível consiste em uma inferência pragmática que não está submetida às intenções do falante, tendo em vista contextos particulares, mas às expectativas gerais sobre como a linguagem normalmente é

---

<sup>134</sup> Levinson tem sido criticado por pragmaticistas, psicolinguistas e pesquisadores da inteligência artificial, os quais não aceitam que esse terceiro nível, ou nível intermediário, a saber, as ICGs, entre o significado literal e as inferências particularizadas – Costa (2002, no prelo, 2005) critica o nível, não o fenômeno.

utilizada. Nessas condições, tal inferência está conectada a uma estrutura linguística – o que interferiria na interface.

Assim, dada a configuração da sua proposta, a teoria geral do significado que Levinson irá propor é radicalmente diferente do que se conhece daquela que serviu como ponto de partida do qual a pragmática griceana começou e se desenvolveu. Para ele, a distinção entre Semântica e Pragmática foi construída e baseada a partir da distinção entre significado da sentença e significado do enunciado, com o *output* da Semântica servindo como *input* para a Pragmática.

A proposta do autor é a seguinte: é preciso parar de pensar na distinção em termos de níveis de representação. Em vez disso, ele acredita que se deve pensar em semântica e pragmática como sendo processos constituintes em que cada um oferece suas próprias e específicas contribuições a um único nível de representação. O que os diferiria, segundo Levinson, é que cada processo mantém as propriedades do tipo ao qual pertence, daí é que se seguiria e se manteria a diferença entre semântica e pragmática. Se essa inversão das suposições, ou seja, da perspectiva teórica aceita se mostrar desejável, a seu ver:

então há progresso na área da Pragmática, envolvendo a teoria da interpretação preferencial. Pode ser um pré-requisito para um progresso em Semântica, pois finalmente será possível usar princípios pragmáticos bem estabelecidos para auxiliar a desvendar qual conteúdo é efetivamente codificado em lexemas e construções em outras línguas, os quais estamos muito inclinados a assumirmos como padrões universais (LEVINSON 2000, p. xix).

Para o autor, um escrutínio metalinguístico de uma forma de enunciado, por parte do receptor, parece suficiente para ampliar o conteúdo dos enunciados e aliviar a pressão do congestionamento da codificação. Levinson acredita **que a especificação pragmática** (*pragmatic resolution*) **é crucial antes mesmo da interpretação semântica ou da atribuição da estrutura semântica**. Ou seja, a partir da escolha de forma e de conteúdo dos enunciados, é possível identificar o fenômeno em questão.

Dessa forma, a identificação de tal fenômeno pode ser obtida a partir de instruções que orientariam o processamento das informações, as quais ele denominou heurísticas, que seriam as responsáveis por ampliar o conteúdo de um enunciado. Levinson tenta argumentar que as heurísticas, uma espécie de força interpretativa orientadora, devem ser poderosas o suficiente para gerarem as interpretações preferenciais sem muito cálculo dos aspectos relacionados às intenções dos falantes, ao conhecimento enciclopédico do tópico, ou cálculos de outros processos mentais.

Cada heurística irá “ao mesmo tempo, restringir o enriquecimento de tal forma que a mensagem como um todo possa ser corretamente recuperada, guiando (ou coordenando) a relação entre o sinal escolhido e a mensagem recuperável” (LEVINSON, 2000, p. 31) – regulando, portanto, os aspectos pragmáticos do enunciado a ser formulado. Levinson faz questão de ressaltar que, de forma alguma, as heurísticas representam qualquer tipo de norma ou regra de conduta, pois, como ele mesmo já destacou, não há qualquer vínculo com qualquer princípio de natureza cognitiva, apenas uma espécie de método, por assim dizer, que motivaria as normas de comportamento. Dessa forma,

não se pode esperar que suas heurísticas tenham algum respaldo em qualquer tipo de interface que torne o modelo explicativo. Mesmo assim, é através delas que Levinson pretende dar conta do problema da velocidade entre a articulação fonológica humana e a compreensão propriamente dita.

Cada uma das heurísticas amplia o conteúdo comunicativo do que é dito, pela medida sugerida por Bar-Hillel e Carnap (1952): cada heurística permite ao ouvinte de uma mensagem excluir várias situações que são de fato compatíveis com o conteúdo da mensagem codificada. Tomadas juntas, o conjunto de heurísticas serve para multiplicar o conteúdo informativo de qualquer mensagem em um acordo tácito entre os comunicadores de que tais heurísticas podem ser assumidas como funcionando, a não ser que haja indicações ao contrário. Ao mesmo tempo em que as heurísticas restringem o escopo das pretendidas extensões das expressões, elas significativamente restringem o espaço de procura das intenções<sup>135</sup> do falante e assim ajudam na recuperação da intenção (LEVINSON, 2000, p. 31).

Em outras palavras, é a escolha da forma do enunciado e de seu conteúdo, em conformidade com princípios perfeitamente gerais, que dispara as ICGs. Não se pode, contudo, dizer que não há definitivamente uma dependência contextual, até porque o contexto para Levinson tem outro escopo e natureza. Em sua dissertação de mestrado, Prado (2008) estudou o papel e a natureza do contexto na TIG/TIGA, TR e na TICG, e estabeleceu o que seria contexto para o modelo de Levinson:

o contexto aqui presente corresponde à noção implícita na teoria: é um conhecimento linguístico, combinado com fatos mutuamente assumidos, seja como conhecimento compartilhado, seja como asserções aceitas. O contexto na TICG é um elemento recuperado nos enunciados pelas regras heurísticas que permitem inferências de natureza generalizada, as ICGs, que, por sua vez, captam nossas intuições sobre interpretações preferenciais (PRADO, 2008, p. 121).

Mais adiante na sua dissertação, Prado (2008) afirma que as inferências oriundas de interpretações preferenciais estão impressas na estrutura dos enunciados; não se devem, portanto, a contextos de enunciados. É, assim, que, segundo ela, torna-se possível lançar mão da noção de contexto sem recair na redução às implicaturas conversacionais particularizadas. Esse contexto, diz Prado (2008, p. 122), é geral e é “fundamentado nas expectativas do ouvinte de como a língua é usada”.

Segundo Levinson, existe uma relação entre as três heurísticas e as máximas griceanas conversacionais, para tanto, o autor, ao invés de considerar as máximas como normas ou regras de comportamento conversacional, trata-as como heurísticas inferenciais que motivariam tais normas de comportamento. Daí, então, a possibilidade de modelar as inferências *default*. Contudo, diz Levinson, não são todas as máximas que estariam envolvidas na geração de implicaturas conversacionais generalizadas. Tais inferências, as ICGs, obtidas a partir de uma noção mútua de coordenação tácita, através de heurísticas específicas, consistem em um tipo **especial de mecanismo pragmático que gera inferência canceláveis e *default***, e têm a força de suposições fortes. Elas

---

<sup>135</sup> Enfatize-se que é, no mínimo, estranho que Levinson tão veementemente exclua a cognição e dependa de forma tão próxima da noção de intenção para o funcionamento de seu modelo.

pertencem a uma ampla terceira camada do significado, um meio caminho entre o significado da sentença e o significado do falante, chamado de significado do enunciado-tipo, no qual tipos de formas linguísticas aparecem como sendo leituras, interpretações preferenciais. Em sua obra, o autor traz inúmeros exemplos de tais interpretações – segundo Costa (2005), numa espécie de flerte com o realismo científico –, a fim de demonstrar a existência real de uma classe ampla de interpretações preferidas que tem uma sistematicidade dentro e através das línguas e cuja regularidade as torna uma frequente fonte de recursos para a gramaticalização<sup>136</sup>.

Levinson reconhece ter proposto apenas três princípios, retirando-os apenas de Grice – as duas submáximas da categoria da Quantidade e duas submáximas da categoria de Modo. Para ele, as demais categorias ou desempenham papéis secundários, como é o caso da categoria de Qualidade, ou geram outros tipos de implicaturas, como é o caso da categoria da Relevância, que foi excluída, pois não gera implicaturas generalizadas, apenas particularizadas. Vejamos a relação entre as heurísticas de Levinson e as máximas griceanas sistematizada por Maruenda (2003-2004, p. 5).

**Quadro 2** – Heurísticas de Levinson (2000) e Máximas de Grice (1975)

<b>Heurística Q</b> O que não é dito, não é.	<b>1ª Máxima da Quantidade</b> Faça sua contribuição tão informativa quanto o requerido.
<b>Heurística I</b> O que é expresso simplesmente é estereotipicamente exemplificado.	<b>2ª Máxima da Quantidade</b> Não faça sua contribuição mais informativa do que o requerido.
<b>Heurística M</b> O que é dito de forma anormal, não é normal.	<b>1ª Máxima de Modo</b> Evite obscuridade de expressão. <b>4ª Máxima de Modo</b> Não seja prolixo.

**Fonte:** Maruenda (2003-2004, p. 5)

Assim, dado que existe uma arbitrariedade quanto ao número de princípios que podem ser supostos, afinal, como ele mesmo aponta, as propostas variam de um (no caso de Sperber e Wilson) a dez ou mais (no caso de LEECH, 1993), para Levinson, interessa a menor quantidade de princípios possível que dê conta do maior número de fenômenos possível, e é justamente isso o que ele consegue através da sua opção. Vejamos cada heurística.

### **Heurística Q – O que não é dito, não é.**

Essa heurística, também chamada de Princípio Q, prevê que, quando um enunciado contém uma expressão tirada de um conjunto de expressões alternantes contrastantes, assume-se que a preferência por uma determinada expressão descreve uma situação em que o falante não está em posição de assumir uma expressão mais forte. A heurística, diz Levinson, licencia inferências, que

<sup>136</sup> Costa (2002, no prelo) em comunicação pessoal.

excluem um número de vários estados de coisas, o que caracteriza um aumento na carga informacional do que foi dito sobre algo. Ela depende de forma crucial de contrastes salientes claramente estabelecidos. Tomemos a asserção abaixo.

(4) Tem um título de eleitor sobre a mesa redonda.

Segundo Levinson, ao se afirmar (4), há algumas inferências que podem ser derivadas, ou, como ele diz, licenciadas, a saber:

- a. Não tem uma carteira de identidade sobre a mesa redonda.
- b. Não tem um título de capitalização sobre a mesa.

Assim, dado que essas inferências excluem uma grande quantidade de informações, elas acabam potencializando um aumento considerável da carga informacional do que foi efetivamente dito. Levinson reconhece a grande falta de especificidade dessa heurística, mas é justamente isso que, para ele, permite que ela seja eficiente: “Se a heurística não é restritiva, então é claro que qualquer coisa que não for especificada não será o caso, e assim essa heurística seria poderosa o suficiente para inibir alguém de dizer qualquer coisa (por medo de ter que acabar listando tudo o que possa ser o caso)” (LEVINSON, 2000, p. 32).

Essa heurística, mais ou menos transparente em relação à primeira máxima griceana de Quantidade: faça sua contribuição tão informativa quanto requerida, gera “inferências a partir do uso de uma expressão supondo que o falante não pretendeu empregar outra expressão contrastante, no geral, informacionalmente mais forte” (LEVINSON, 2000, p. 75). Segundo Levinson, é por isso que ela depende de forma crucial de contrastes salientes claramente estabelecidos.

De fato, quando Grice empregou a primeira máxima da Quantidade tinha como propósito dar conta de implicaturas derivadas do uso da disjunção e do condicional tendo em vista o desconhecimento do valor verdade dos constituintes. Contudo, Horn (1972) e Gazdar (1979), ao buscarem uma formalização mais consistente para o sistema de Grice, desenvolveram o que Levinson (1983) chamou de doutrina *standard*, a noção de escalas, identificando, a partir desse conceito, implicaturas escalares e oracionais. Dessa forma, a noção fundamental que sustenta essa classe de implicaturas é, no caso das implicaturas escalares, a de um conjunto de contraste, no caso, de expressões linguísticas em contraste saliente, que, embora organizado em uma ordem linear de informação, ou força semântica, difere em informatividade. Num conjunto qualquer, a afirmação do elemento mais baixo na escala implica que o emissor não escolheu deliberadamente o elemento mais forte, caso contrário, poderia tê-lo feito. Segundo o Princípio Q, falante e ouvinte comportam-se da seguinte forma.

**Máxima do falante:** não forneça um enunciado que seja informacionalmente mais fraco do que seu conhecimento de mundo, a não que, ao fornecer uma informação mais forte, faça com que você vá contra o princípio da informatividade.



**Corolário do ouvinte:** considere que o falante proferiu o enunciado mais forte de maneira a ser consistente com o que ele sabe.

É o corolário do ouvinte que irá levar às implicaturas Q – sejam elas escalares ou oracionais. Vejamos, através do exemplo abaixo, dada a escala <todos, alguns>, as implicaturas que podem ser obtidas, tanto as conversacionais particularizadas (ICPs) como as generalizadas (ICGs):

- (5) A: Que horas são?  
 B: Alguns já saíram.  
 ICP – Deve ser tarde./ O discurso vai ser longo./ etc.  
 ICG – Nem todos saíram.

Dada a adição de um contexto como o discurso de posse de Bush, por exemplo, várias implicaturas particularizadas podem ser derivadas. Contudo, independentemente do contexto, a afirmação de ‘alguns’ implica que ‘nem todos’. Tanto esse é o caso de se tratar tal fenômeno como uma implicatura que, diz Levinson, ela pode ser perfeitamente cancelável, conforme o exemplo abaixo:

- (6) Alguns já saíram, na verdade todos.

Já as implicaturas oracionais derivam de contrastes entre expressões em que uma acarreta a sentença encaixada enquanto a outra não. Vejamos um exemplo a partir do uso do condicional. Esse tipo de conector pode ser empregado para enunciar algo que se opõe ao uso de construções mais fortes.

- (7) Se Gore vencer na Flórida, é o novo presidente.  
**Implicatura Q** +> Pode ser que Gore não vença na Flórida.

Tanto as implicaturas escalares como as oracionais consistem naquele tipo de implicaturas baseadas e dependentes do que Levinson denominou de alternativas salientes. Contudo, a Heurística Q – parafraseada como “O que você não diz não é o caso” – tem a seguinte restrição: **dados conjuntos de alternados, use aquele (especialmente o mais fraco) que implique a inaplicabilidade de outro (especialmente se se trata de uma alternativa compatível mais forte)**. Nesse sentido, essas implicaturas apresentam, segundo o autor, duas características especiais: (i) são metalinguísticas (e paradigmáticas) no sentido de que o que é implicado refere-se essencialmente àquilo que poderia ter sido dito e não o foi (i.e. um conjunto de alternativas linguísticas em oposição paradigmática); e (ii) são proposições negativas, o que é implicado é uma suposição de que tal e tal não é o caso.

A propriedade mais relevante desse tipo de implicatura consiste no seguinte fato: escolher e usar em um enunciado uma expressão mais fraca implica que o falante não está na posição de afirmar, no caso, uma expressão mais forte. Vejamos outros exemplos.

- a) Escalar: <alguns, todos>  
 ‘alguns’  
**Implicatura Q** +> não todos.
- b) Oracional: <desde que (já que) p, q; se p, q>  
 ‘se p, então q’  
**Implicatura Q** +> ‘p é incerto’
- c) Verbos/escalas não acarretadoras: <conseguir, tentar>  
 ‘tentar’  
**Implicatura Q** +> ‘não conseguir’
- d) Cores/conjuntos não acarretadores: { amarelo, vermelho, azul }  
 ‘amarelo’  
**Implicatura Q** +> ‘não vermelho, não azul, etc.’

A seguir, detalharemos alguns dos elementos mais comuns disparadores de ICGs tipo Q, arrolando de forma objetiva e ilustrativa tais triggers.

### Implicaturas Escalares

Como vimos, as implicaturas escalares clássicas derivam da estrutura do vocabulário, cuja escolha entre alternativas contrastantes marca a força da informação.

#### (i) Escala de Acarretamentos

Segundo Horn (1972), uma escala de acarretamento pode ser tratada como um conjunto ordenado de expressões  $\langle x_1, x_2, \dots, x_i, x_j, \dots, x_n \rangle$ , tal que S, uma sentença simples, e  $x_i > x_j$ ,  $Sx_i$  tem um valor de informação mais forte do que  $x_j$ . Nessas condições, tais implicaturas surgem, em uma determinada escala, quando uma expressão é selecionada, assim todos os antecedentes dessa escala são negativamente implicados, e todas as expressões que se seguem, ou seja, que estão abaixo de tal termo, são positivamente acarretadas. A regra que Levinson (1983, p. 165) propõe para a derivação das implicaturas escalares é:

dada qualquer escala na forma  $\langle e_1, e_2, e_3 \dots e_n \rangle$ , se um falante diz  $A(e_2)$ , então ele veicula a implicatura de que  $\sim A(e_1)$ ; se ele diz  $A(e_3)$ , então ele veicula a implicatura de que  $\sim A(e_2)$  e  $\sim A(e_1)$ ; e de forma geral, se ele diz que  $A(e_n)$ , então ele veicula a implicatura de que  $(A(e_{n-1}))$ ,  $\sim (A(e_{n-2}))$ , etc., até  $\sim A(e_1)$ .

A fim de demonstrar que as inferências escalares são, de fato, implicaturas griceanas, Levinson (1983, p. 167) propõe o seguinte argumento.

- (i) F disse **p**.
- (ii) Há uma expressão **q**, mais informativa que **p** (e, portanto, **q** acarreta **p**), que poderia ser desejável como contribuição para os presentes fins do intercâmbio (e, aqui, talvez haja uma referência implícita à máxima da relevância).
- (iii) **q** tem, grosso modo, a mesma brevidade de **p**; portanto, F não disse **p** em vez de **q** simplesmente para ser breve (isto é, para conformar-se à categoria de modo).

- (iv) Se F soubesse que **q** é válido, mas, não obstante, enunciasse **p**, ele estaria infringindo a injunção de tornar sua contribuição tão informativa quanto necessário, portanto, F deve querer que eu, o destinatário, infira que F sabe que não é o caso ( $S \sim q$ ) ou, pelo menos, que não é o caso ( $\sim Sq$ ).

Dessa forma, o cálculo acima descreve o processo que garantiria a racionalidade das escalas. A seguir, algumas das escalas clássicas constituídas de elementos da mesma classe gramatical:

**Quantificadores:** <todos, a maioria, muitos, alguns>

**Conetivos:** <e, ou>

**Modais:** <necessariamente, possivelmente>

**Advérbios:** <sempre, frequentemente, às vezes, raramente, quase nunca, nunca>

**Graus dos adjetivos:** <quente, morno>

**Verbos:** <saber, acreditar, achar>; <amar, gostar>

**Numerais:** <um, dois, três, quatro>

De acordo com Horn, essas expressões induzem implicaturas Q: a asserção de um termo mais baixo na escala (para a direita) implica que o falante não está em posição de asserir um termo mais alto na escala – pois, caso isso fosse possível, pelo Princípio Q, o falante deveria afirmá-lo. Segundo Levinson (2000, p. 79) “o acarretamento semântico de mão única que ranqueia tais conjuntos garante, é claro, que os termos posicionados à esquerda são informacionalmente mais ricos do que os posicionados à direita”.

Levinson destaca também que, em qualquer escala, para que ela funcione, os itens devem ser o que ele denomina salientes em sua oposição, ou seja, precisam ser da mesma classe gramatical, do mesmo dialeto e registro e lexicalizados no mesmo nível<sup>137</sup>. Em segundo lugar, os termos devem pertencer ao mesmo campo semântico e versar sobre as mesmas relações semânticas.

Vejam agora o que ocorre quando se usa a negação: ela inverte a escala. Segundo Horn, há uma metarregra que dá conta das expressões que introduzem termos negativos – para qualquer escala no formato  $\langle x_1, x_2, \dots, x_n \rangle$ , haverá uma escala correspondente do tipo  $\langle \sim x_1, \sim x_2, \dots, \sim x_n \rangle$ , por exemplo: <todos, alguns> - <nenhum, não todos>. Exemplificando.

- (8) Alguns votos foram contados.  
**Implicatura Q** +> Nem todos os votos foram contados.
- (9) Todos os votos foram contados.  
**Implicatura Q** +>  $\emptyset$  (Não gera implicatura escalar).
- (10) Nem todos os votos foram contados.  
**Implicatura Q** +> Alguns votos foram contados.
- (11) Nenhum voto foi contado.  
**Implicatura Q** +>  $\emptyset$  (Não gera implicatura escalar).

<sup>137</sup> Excluem-se casos como uma escala do tipo <se, e somente se; se>, pois o ‘se, e somente se’ pertence a um registro especial, e não consiste em um monolexema como o ‘se’.

Segundo Horn (1972, 1985, 1989) e Hirshberg (1985), as implicaturas escalares são bloqueadas na negação. Levinson (2000) discorda dessa suposição, pois observa que a implicatura de ‘alguns’ não é compartilhada por sua contraparte negativa. Tais escalas, positivas e negativas, são importantes, segundo Levinson, pois, ao contrário dos autores que assumem que a negação bloqueia a projeção de implicaturas, ele afirma que, a negação, através das escalas, simplesmente inverte a escala, fazendo com que, dessa forma, as escalas negativas levem a implicaturas que são diferentes das implicaturas derivadas das positivas.

### (ii) Escala de números

Segundo Horn (1972), os números, quando empregados na conversação, também podem gerar implicaturas. Em alguns casos, podem implicar o limite inferior ‘pelo menos n’ ou o limite superior ‘mais n’. Segundo Horn, é o contexto que determinará a escolha a ser feita. Antes de continuarmos, é importante retomar a noção de contexto, desenvolvida por Prado (2008) para a TICG, no que tange à interpretação preferencial. Assim, quando a questão refere-se ao uso de números, o contexto, no sentido apresentado acima, entra como um regulador para a derivação das implicaturas. Segundo, Schwertner (2012, p. 33) “Tanto a semântica como a pragmática dependem de certa forma do contexto: a pragmática depende do julgamento do ouvinte a respeito do contexto, e a semântica depende do contexto para determinar as condições-de-verdade de certas proposições”<sup>138</sup>. Vejamos o exemplo abaixo:

- (12) A: Gore ganhou em três estados?  
 B<sub>1</sub>: Sim, (de fato) ganhou em quatro.  
 B<sub>2</sub>: Não, ele ganhou em quatro.

Isso demonstra que, como proposto pela teoria, a geração de implicaturas escalares, a partir de números, é problemática, pois pode funcionar em alguns contextos e em outros não.

### (iii) Escalas com morfemas e palavras de função

- <o, um>  
 (13) Eu vi João falando com um presidente.  
**Implicatura Q +>** Não é o presidente dos Estados Unidos.
- <presente, passado>  
 (14) Ele fazia campanha para Bush.  
**Implicatura Q +>** Ele não faz mais campanha para Bush.

Além dos casos apresentados acima, Levinson arrola casos de **contrastes do tipo Q, em que considera outros tipos de oposição lexical**. Trata-se, agora, de implicaturas Q geradas a partir de conjuntos lexicais ou campos semânticos que não seguem a escala de Horn propriamente dita, a saber, afirmar o mais fraco implica não poder afirmar o mais forte. Assim, as implicaturas são

<sup>138</sup> Daí Levinson querer rever a interface ao dizer que a semântica depende da pragmática. Na verdade, depender de contexto não significa depender de contexto particular. Costa traz essas inferências todas para a semântica, deixando para a pragmática aquelas que dependem de contextos particulares. Daí Costa (2005) chamar essas inferências de semânticas e tratá-las como pertencentes ao dito implícito – conforme veremos ao abordarmos a Teoria do Diálogo.

geradas a partir da estrutura do léxico, ao invés de qualquer conhecimento auxiliar sobre um contexto específico. Isso pode dar à implicatura um caráter generalizado. Vejamos alguns exemplos. Quanto a verbos como ‘tentar’ e ‘conseguir’, não se pode afirmar que haja entre eles um critério de acarretamento tipo escala de Horn. Embora tais verbos possam ser colocados em uma relação de escala, não se pode dizer que um acarrete o outro.

<tentar, conseguir>

(15) Gore tentou ligar para Bush.

**Implicatura Q** +> Gore não conseguiu ligar para Bush.

O fato de não ser possível oferecer informações, ao se afirmar o sucesso de algo, é possível assumir a implicatura da falha. A criação de uma escala de matiz de cores pode ser outro exemplo:

<branco, amarelo, verde, azul, vermelho>

(16) A cor do botton dos democratas é azul.

**Implicatura Q** +> A cor do botton dos democratas não é azul e branco, mas predominantemente azul.

Segundo Levinson (2000), Hirschberg propôs escalas que apresentam implicaturas interessantes, nas quais a afirmação de uma expressão da escala implica a negação de outra. Nas escalas de Hirscheberg, dado que haja qualquer possibilidade de ordem parcial, é possível fazer com que um conjunto de expressões constitua uma escala, desde que haja a possibilidade de se identificar qualquer relação de ordenação definida entre elas, em um modo contextualmente saliente. Suponhamos uma escala por prestígio, conforme a seguinte.

<Barack Obama, Bill Clinton>

(17) A: Você conseguiu ver o Obama na convenção dos democratas?

B: Eu vi o Clinton.

**Implicatura Q** +> Não vi Obama.

Hirscheber notou também que quaisquer conjuntos de expressões podem se comportar como uma escala.

(18) A: Você fala espanhol?

B: Falo inglês.

**Implicatura Q** +> Não falo espanhol.

Segundo Levinson, as **implicaturas oracionais** estão relacionadas, desde Grice (1989), com o conhecimento epistêmico – especialmente a partir dos estudos desenvolvidos pelo filósofo envolvendo os conectivos lógicos, com principal atenção às disjunções e aos condicionais. Nesse sentido, Gazdar (1979) foi um dos grandes responsáveis pelo avanço de uma forma diferente para obter tais inferências ao sugerir que, assim como acontece com as implicaturas escalares, nas quais a inferência é gerada em expressões alternativas opostas, neste caso, a natureza é estrutural. Voltando para Levinson (2000), muitos verbos vêm aos pares de um determinado tipo. O exemplo que ele dá

para tanto é o par ‘saber e acreditar’. Saber que  $\phi$  acarreta  $\phi$ , mas acreditar que  $\phi$  não acarreta  $\phi$  ou  $\sim \phi$ . Tomemos as sentenças abaixo:

- (19) a. Gore sabe que não haverá uma recontagem.  
b. Gore acredita que não haverá uma recontagem.

**Implicatura Q+>** Gore pode saber ou não que não haverá uma recontagem.

Vejamos. Se o falante sabe que uma sentença **p** é verdadeira, então ele estaria violando a máxima da Quantidade (o Princípio Q, de Levinson) se usasse (19b), daí ser possível afirmar que (19b) implica que o falante, ao usá-la, não está em posição de afirmar a sentença mais forte (19a). Há, contudo, aqueles que preferem tratar as implicaturas oracionais como escalares. O argumento de Levinson, contrário a essa proposta, é o seguinte. É claro que expressões pares como <saber, acreditar> podem dar origem a escalas de Horn e, portanto, gerarem implicaturas escalares. Entretanto, para Levinson, trata-se de fenômenos distintos. Em ‘Bush acredita que Gore desistiu, tomando a escala <saber, acreditar>, temos como implicatura escalar a inferência ‘(O falante sabe que) não é o caso que Bush saiba que Gore cedeu’. Tal implicatura é compatível com o fato do falante saber que Gore não irá desistir.

Contudo, a implicatura oracional de ‘Bush acredita que Gore desistiu é ‘Dado o que o falante sabe, Gore desistiu ou não desistiu. Portanto, a implicatura oracional indica incerteza epistêmica sobre a verdade das sentenças embutidas, não o conhecimento (ou a crença) do falante a respeito da negação da sentença principal, como nas implicaturas escalares de mesma construção. Segundo Levinson, a classe de verbos relevantes que dão origem a implicaturas oracionais inclui a maioria dos verbos de atitudes proposicionais (a menos que, como ‘saber’ e ‘dar-se conta’, eles acarretem a verdade ou falsidade de seu complemento) e a maioria dos verbos dicendi (novamente, a menos que ‘revelar’, ‘divulgar’ e ‘admitir’ que acarretam a verdade ou falsidade de seus complementos). Levinson termina a seção sobre implicatura escalares reconhecendo ainda ser um campo problemático e, desde Gazdar, pouco investigado. Contudo, Levinson procura garantir o espaço de cada tipo, ao invés de ceder à redução.

### **Heurística I – O que é simplesmente descrito é estereotipicamente exemplificado**

A heurística I está relacionada à segunda máxima da Quantidade: Não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário. A proposta fundamental é a de que se espera que o emissor não precise dizer o que pode ser tomado como já sabido, garantido como já assumido. Segundo Levinson essa heurística:

prediz que, ao se oferecer o mínimo de especificações, obtêm-se interpretações estereotípicas ou maximamente informativas. Expressões breves e simples encorajam, por essa heurística, uma tendência a se selecionar a melhor interpretação para a exemplificação mais estereotípica e mais explanatória (LEVINSON, 2000, p. 37).

Exemplificando. Dada a asserção abaixo:

- (20) Tem um título de eleitor sobre a mesa redonda.

por essa heurística, algumas inferências podem ser licenciadas, tais como:

- (21) a. O título de eleitor é do tipo comum, retangular, com predominância da cor verde, etc.  
 b. O título de eleitor está diretamente apoiado sobre a mesa redonda.  
 c. O título de eleitor está posicionado na horizontal, não na vertical.

Levinson considera essa heurística extremamente poderosa, pois permite que o receptor valha-se de todos os tipos de conhecimento sobre um domínio, ou tópico, a fim de produzir uma interpretação rica a partir de uma descrição mínima. Embora Levinson acredite que o valor informacional teórico dessa heurística possa ser comparado a frames ou a estruturas de dados *default*, ele alerta para o fato de que tal recurso pode gerar problemas.

O autor explica isso através do seguinte exemplo – em uma breve nota. Tomemos um esquema, daqueles usados em IA, mais ou menos do tipo: Se *x* é um Bush, e a família Bush é reconhecidamente corrupta, então pode-se supor que *x* é corrupto. Levinson, no entanto, defende a importância de tal heurística, mesmo reconhecendo que ela possa gerar inferências potencialmente perigosas, pois elas podem estar erradas. Contudo, ele acredita que, se se assumir uma convenção comunicacional tácita [entre os interlocutores], ela descartaria afirmações que se mostrassem problemáticas ou inconsistentes a partir do, ou em relação ao, que foi dito – ou seja, se houver um aviso explícito contrário, oriundo de tal convenção, o perigo seria removido.

Devido à força dessa heurística, Levinson considera prudente a criação de outra que lhe seja complementar, permitindo que o emissor cancele suposições que se seguiriam de uma heurística na qual a descrição normal levasse à situação normal. Se o que é simplesmente descrito pode ser assumido como estereotipicamente exemplificado, então o que é descrito de forma marcada ou não usual deveria ser tomado como contraste em relação à exemplificação estereotípica ou normal. Em outras palavras, se o enunciado é construído usando formas simples e não marcadas, isso indica que a situação descrita tem todas as propriedades estereotípicas esperadas.

A Heurística I funciona como uma espécie de instrução que orienta o receptor a encontrar uma interpretação que satisfaça certos requisitos. Essas inferências introduzem relações semânticas ausentes no dito. Dessa forma, podem servir para remodelar a proposição expressa – ao contrário da implicatura Q, cuja característica é introduzir uma barreira negativa dentro de um campo semântico. Nas inferências I, cada expressão pode ter um sentido e uma denotação mais restrita. Levinson (2000, p. 119) caracteriza as implicaturas I através das seguintes propriedades:

- i. São inferências para interpretações mais específicas: o que é implicado é uma especialização do que é dito.
- ii. A inferência tem um caráter positivo: a extensão do que é implicado é um subconjunto próprio da extensão do que é dito, a extensão sendo positivamente restrita (não como no caso das implicaturas escalares, que são geradas via complementariedade).

- iii. A inferência é tipicamente guiada por suposições estereotípicas, expressar tais suposições seria mais redundante e oneroso, e, possivelmente, (no caso de eufemismos) socialmente não desejável.
- iv. A inferência não faz referência essencial a algo que possa ter sido dito e não o foi.

Esse princípio foi tratado por Levinson e Atlas (1981) como Princípio da Informatividade – daí Heurística I.

**Máxima do falante – a máxima da Minimização:** diga o mínimo necessário, ou seja, produza a menor informação linguística suficiente a fim de atingir seu objetivo comunicacional.

**Corolário do ouvinte – a regra do enriquecimento:** amplie o conteúdo informacional do enunciado do falante, encontrando a interpretação mais específica, até que você julgue ter encontrado o aspecto pretendido pelo falante, a menos que o falante tenha quebrado a máxima de minimização usando uma expressão marcada ou prolixa<sup>139</sup>.

Segundo Haiman (1985, p. 150, apud LEVINSON, 2000, p. 113) “existe uma tendência poderosa nas línguas para se empregar a expressão reduzida ao que é familiar e previsível”. Ou seja, expressões breves e simples estimulam, segundo essa heurística, e direcionam a seleção da melhor forma para interpretar algo, tendo em vista a exemplificação mais estereotípica, mais explanatória; daí a possibilidade de subordinar a ela um grande número de tendências interpretativas.

- (22) Bush fez mais votos.  
**Implicatura I** +> recebeu mais votos.

Embora a interpretação tipo implicatura conversacional particularizada de que ele tenha forjado votos não seja impossível, contudo, segundo essa heurística, se o falante optou pela expressão mais simples, é porque deseja a interpretação *default*. Levinson afirma que existe um grande conjunto de evidências para a preferência do falante por especificações mínimas. Vejamos alguns casos mais comuns usados pelo autor para ilustrar a proposta dessa heurística.

**a) Estreitamento de generalidade**

- (23) O livro de Gore é bom.  
**Implicatura I** +> o livro que ele está lendo, que ele escreveu, etc.

- (24) gerente  
**Implicatura I** +> masculino

**b) Fortalecimento do condicional para bicondicional**

- (25) Se você votar, receberá um certificado.  
**Implicatura I** +> Se, e somente se, você votar, receberá um certificado.

---

<sup>139</sup> Segundo Levinson (1995, p. 104, grifo nosso), “a expressão marcada é muito ampla, cobrindo **prolixidade formal, expressões infrequentes ou aquelas de formação não usual**”.



Embora usando um condicional simples do tipo ‘se, então’, o que o falante quer estabelecer é uma bicondição. Ao contrário do condicional, o antecedente pode ser falso, e, ainda assim, o conseqüente pode ser verdadeiro.

**c) Fortalecimento de negações**

(26) Bush não aprova a recontagem.

**Implicatura I** +> Bush desaprova a recontagem.

Segundo Levinson, é possível considerar que o emissor de (26) queira implicar que ‘Bush desaprova a recontagem’. Contudo, essa implicatura pode ser perfeitamente cancelada: ‘Bush não aprova nem desaprova a recontagem’.

(27) Bush não acredita que haverá recontagem.

**Implicatura I** +> Bush acredita que não haverá recontagem.

Levinson (1995 apud HORN 1989) já alterava para o fato de que declarações negativas são informacionalmente fracas, pois da asserção de que x não é F, o receptor é deixado no escuro a respeito do fato de se x é ou não G ou H, etc.

**d) Enriquecimento de conjunções pela suposição de sequência temporal ou causalidade**

(28) O eleitor perfurou o cartão e marcou seu voto.

**Implicatura I** +> p então q, p causou q, O eleitor pretendeu que p (perfurar o cartão) causasse q (a indicação da sua intenção de voto).

**e) Suposição de que sujeitos juntos realizaram uma ação**

(29) John and Mary foram votar.

**Implicatura I** +> foram juntos

**f) Preferência por correferência local**

(30) João foi votar, mas ele esqueceu o título de eleitor.

**Implicatura I** +> João = ele

**g) Busca por antecedentes locais – inferência ponte**

(31) A manifestação contra a recontagem foi tumultuada. Muitas pessoas foram presas.

**Implicatura I** (ponte) +> pessoas que participaram da manifestação.

No exemplo abaixo, vemos duas implicaturas I sendo obtidas a partir da mesma asserção, uma devido ao condicional; a outra devido ao anafórico. Ambas ilustram os casos anteriores b e f respectivamente.

(32) Se Gore receber mais votos no Colégio Eleitoral, então ele é eleito presidente.

**Implicatura I** +> Se, e somente se, receber mais votos no CE, é eleito presidente.

**Implicatura I** +> a interpretação preferencial para o anafórico ‘ele’ é Gore.

**Heurística M - o que é dito de forma anormal, não é normal; mensagem marcada indica situação marcada.**

A outra máxima griceana incorporada ao modelo da TICG é a de Modo, cuja ordem geral é: “Seja claro”; em especial à primeira submáxima “Evite obscuridade de expressão”, e à quarta “Evite prolixidade”. Essa heurística dá conta da seguinte situação: evita-se o uso de uma forma mais simples, porque a segunda heurística licenciaria suposições que o emissor não deseja encorajar. Em outras palavras, a terceira heurística exclui interpretações, justamente aquelas suposições estereotípicas que seriam licenciadas através de expressões não marcadas.

Levinson declara que existe uma espécie de oposição implícita ou relação parasítica entre as heurísticas: (i) o que é dito simplesmente, brevemente, através de uma maneira não marcada seleciona uma interpretação estereotípica; (ii), se, ao contrário uma expressão marcada é usada, sugere-se com isso que a interpretação estereotípica deve ser evitada. Vejamos alguns exemplos.

- (33) O título de eleitor está sobre a mesa arredondada.  
**Implicatura M** +> A mesa não é exatamente redonda.
- (34) O título de eleitor está em algum lugar sobre a mesa redonda.  
**Implicatura M** +> O título não está facilmente visível sobre a mesa.

Para o autor, tal condição torna essa heurística complementar à anterior: expressões marcadas selecionam o complemento de extensões estereotípicas que seriam sugeridas através do uso de formas correspondentes não marcadas, caso elas tivessem sido usadas. Em outras palavras: se o enunciado é construído usando formas marcadas, prolixas, isso sinaliza que a situação descrita não é usual ou tem propósitos especiais. Vejamos alguns exemplos considerados prototípicos por Levinson.

No primeiro caso, Levinson traz casos ligados aos efeitos pragmáticos da dupla negação. Em (35a), vemos a sugestão estereotípica da probabilidade de algo; já em (35b), vemos o emprego de uma forma menos simples e mais prolixa, implicando, assim, que a probabilidade de algo é menor do que se pensa, é, portanto, mais remota.

- (35) a. É possível que os resultados sejam apresentados com atraso.  
**Heurística I** +> “É estereotipicamente provável a probabilidade n”
- b. Não é impossível que os resultados sejam apresentados com atraso.  
**Heurística M** +> “É muito menos possível do que n”

Os exemplos abaixo apresentam situações em que perífrases alternativas são usadas.

- (36) a. Bush fez mais votos.  
**Heurística I** +> “Ele recebeu um número maior de votos da população”;  
 forma estereotípica
- b. Bush fez votos aparecerem.  
**Heurística M** +> “Ele acrescentou votos para si que não foram depositados por eleitores”;  
 forma indireta, não estereotípica.

Há ainda os casos em que paráfrases elaboradas são empregadas.

- (37) Barbara Bush, em meio à turbulência, derramou uma lágrima pelo seu filho.  
**Heurística M** +> Barbara não chorou exatamente.

Por fim, Levinson destaca um caso importante envolvendo a oposição de expressões marcadas e não marcadas a fim de demonstrar uma diferença na interpretação que relaciona pronomes (que levam a suposições de correferência local) e sintagmas nominais completos (que resistem à suposição de correferência local).

- (38) Bush entrou na sala de audiência, e o homem se calou.  
**Heurística M** +> ‘o homem’ denota outra pessoa que não Bush.

Segundo Levinson, a opção pelo pronome ‘ele’, ao invés de um sintagma nominal, levaria à interpretação Bush, e não outro homem. A geração de implicaturas M pode também ocorrer quando o falante opta por termos mais formais em detrimento a estruturas mais simples.

- (39) a. Bush foi entrevistado na sua casa.  
**Heurística I** +> uma casa típica
- b. Bush foi entrevistado na sua mansão.  
**Heurística M** +> foi entrevistado em uma casa enorme e luxuosa

Em inglês, especificamente, há uma construção que, dada a presença ou não do artigo definido ‘the’, gera implicaturas conversacionais generalizadas diferentes. A ausência do artigo em expressões como ‘go to church’, ‘go to university’, ‘go to hospital’ dá a ideia de que se realiza uma determinada atividade em tais locais com regularidade. Já o acréscimo o artigo cancela a ideia estereotípica de regularidade.

- (40) a. Bush went to university.  
**Heurística I** +> foi à universidade para atividade estereotípica regular.  
 para estudar lá, para dar uma aula lá, etc.
- b. Bush went to the university.  
**Heurística M** +> foi à universidade, mas não para estudar, por exemplo,  
 para dar uma palestra.

A seguir, discutiremos a respeito da **interação entre as Implicaturas Q, M e I e o Problema da Projeção**. Como é possível observar, as heurísticas, por um lado, permitem o abandono de inúmeras interpretações compatíveis com a mensagem codificada, estreitando a gama de possíveis interpretações; por outro, aumentam a carga informacional da mensagem. A fim de que esse sistema funcione, é preciso que haja um acordo tácito entre os interlocutores de que, até evidência contrária, as heurísticas podem ser assumidas.

Assim, ao mesmo tempo em que reduzem a busca por informações, permitem que os receptores otimizem o problema lógico de recuperação de intenções do emissor. A questão, a partir de agora, é ver como essas heurísticas operam a fim de permitirem a identificação de implicaturas conversacionais tipo **generalizadas**, ou seja, como essas heurísticas efetivamente são interessantes enquanto princípios inferenciais de conhecimento prévio (background inferential principles).

As implicaturas serão generalizadas, ou seja, terão o status de interpretação preferida, segundo Levinson (2000), porque as heurísticas são entendidas como sendo gerais em força, permitindo a eficiência comunicativa. De acordo com o autor, onde ICGs aparecerem, elas serão sistematicamente resolvidas a partir de um conjunto de prioridades, no nível do gênero,  $Q > M > I$  (Leia-se '>' como 'anula inconsistência'). No nível da espécie, 'Q – oracional > Q – escalar'. Levinson reconhece que diferentes modos de geração das ICGs podem dar origem a implicaturas inconsistentes, fenômeno que ele denominou de Problema da Projeção. Contudo, embora reconheça a complexidade do problema, ele não o considera tão intratável como possa parecer.

Segundo Levinson, o aparecimento de ICGs inconsistentes é resolvido através do que ele denominou de um conjunto ordenado de prioridades<sup>140</sup>. Assim, as implicaturas que surgirem a partir da heurística Q serão preferidas àquelas originadas a partir da heurística M, que, por sua vez, terão preferência em relação às da heurística I. No caso das implicaturas originadas a partir de Q, a ordem de preferência é, em primeiro lugar, as oracionais, e, depois, as escalares. Essas ordens, diz o autor, parecem dar conta de interpretações preferidas quando duas ou mais inferências, inconsistentes entre si, são geradas.

Segundo Levinson, é preciso utilizar recursos da própria linguagem a fim de indicar que suposições ricas, estereotípicas e normais sobre o mundo não são o caso – e é isso que, para o autor, determina a ordem Q e M antes da obtenção de I. Acontece que as heurísticas Q e M, na sua essência, levam a uma inferência metalinguística em contraste com a I. Entretanto, Q e M diferem no tipo de contraste linguístico do qual dependem: Q depende de conjuntos de elementos alternantes, similares em forma, mas com conteúdo semântico contrastante, ao passo que M depende de conjuntos de elementos alternantes que contrastam em forma, mas não herdam conteúdo semântico<sup>141</sup>. Já as implicaturas geradas a partir de I baseiam-se em suposições estereotípicas sobre o mundo.

Para distinguir as implicaturas Q e M, Levinson usa a expressão 'inferência negativa', pois as inferências Q e M são essencialmente, não incidentalmente, negativas, porque aquilo que está sendo implicado é que o falante está evitando uma forma de expressão mais forte Q ou uma expressão mais simples M, e dessa forma indicando que não está em posição de usar tais expressões. Levinson explica isso de um ponto de vista psicológico propondo o seguinte: o receptor de uma mensagem que dê margem a implicaturas do tipo Q e M pode ser levado a acreditar que o falante não sabe se a

<sup>140</sup> O mecanismo de projeção discutido por Gazdar recebe, no modelo de Levinson, um certo refinamento.

<sup>141</sup> As implicaturas M parecem induzir a negação exatamente do tipo de interpretação mais forte que o Princípio I encoraja. As inferências I geralmente aparecem através de formas reduzidas, as quais estão fora do escopo do Princípio Q.

sentença relevante com tais expressões alternativas é verdadeira, ou se aquelas expressões, se empregadas, acabariam transmitindo uma falsidade.

Por tais motivos, Levinson diz que as implicaturas Q e M são metalinguísticas no sentido que elas só podem ser recuperadas por referência a qualquer outra coisa que poderia ter sido dita, mas não foi. Nesse sentido, existe uma referência metalinguística para conjuntos salientes de alternados, mas de diferentes tipos: (i) no caso de Q, trata-se de conjuntos informacionalmente ordenados; e (ii) no caso de M, trata-se de conjuntos de sinônimos que diferem quando à forma marcada. Já no que diz respeito às implicaturas I, as quais não têm uma base metalinguística, mas são inferências diretas de expressões não marcadas sem contrastes alternantes fortes para interpretações, elas são frequentemente estereotípicas e informacionalmente ricas (Levinson, 2000, p. 40-41). Por fim, Q, M e I diferem entre si quanto à força, interagindo, portanto, de uma forma específica: inferências Q têm prioridade sobre as inferências inconsistentes de outros tipos, e inferências M sobre inferências I. Utilizaremos, a seguir, exemplos do próprio Levinson (2000, p. 153-154) a fim de demonstrar como funciona essa relação entre as heurísticas e suas derivações tendo em vista o emprego de algumas expressões.

(41) João foi para a biblioteca ou trabalhou no seu livro.

**Implicatura-Q Escalar** +> João não realizou ambas as atividades ao mesmo tempo.

**Implicatura-Q Oracional** +> Eu não sei se João foi para a biblioteca ou se ele trabalhou no seu livro.

Não há implicatura I de **p** ou de **q** (porque as implicaturas Q bloqueiam as implicaturas I).

Não há implicatura M de **p** ou de **q** (porque as implicaturas Q bloqueiam as implicaturas M).

(42) João foi para a biblioteca e trabalhou no seu livro.

**Implicatura I** +> João foi primeiro para a biblioteca e, então, trabalhou no seu livro.

Não há implicatura Q de **p** e de **q**, porque o 'e' é o membro mais forte da escala <e, ou>

Não há implicatura M, pois não há forma marcada.

(43) João foi para a biblioteca e, além disso, trabalhou no seu livro.

**Implicatura M** +> contraste com a ideia de fazer as duas atividades independentemente.

Vejamos alguns outros exemplos com modais. Contudo, dado que em inglês existem mais termos que marcam a força das expressões, manteremos os exemplos em inglês.

(44) a. You **may/can** use the car.

**Implicatura Escalar-Q** +> It's not the case that you **must** use the car.

**Implicatura I** +> I offer you the use of the car.

(44) b. You are **allowed** to use the car.

**Implicatura M** +> contraste com a implicatura I, por exemplo, este não é o caso de uma oferta, mas o caso de declaração de um fato (Implicaturas M cancelam Implicaturas I).

**Implicatura-Q Escalar** +> It's not the case that you are **obliged** to use the car. (Implicaturas M não cancelam implicaturas Q).

Vejamos o comportamento das implicaturas e seu cancelamento tendo em vista a negação.

- (45) a. Nem todas as garotas gostam de esportes.  
**Implicatura-Q Escalar** +> Algumas das garotas gostam de esportes.  
 A derivação da implicatura escalar acima está relacionada à metaescala negativa <não-  
 alguns, nenhum, não-todos>.
- (45) b. Eu não acredito que todas as garotas gostem de esportes.  
**Implicatura I** +> Eu acredito que nem todas as garotas gostem de esportes.  
**Implicatura-Q Escalar** +> Eu acredito que algumas garotas gostem de esportes.
- (45) c. Não é improvável que todas as garotas gostem de esportes.  
**Implicatura M** +> É um pouco menos do que provável que todas as garotas gostem  
 de esportes.

Por fim, Levinson arrola implicaturas, e verifica seus comportamentos, a partir de conjuntos de preposições e artigos.

- (46) a. Eu comprei um bom romance. Eu falei com um autor sobre isso.  
**Implicatura-Q Escalar** +> Eu falei com alguém que não o autor de tal romance.

Aqui Levinson está dado um exemplo considerando o aspecto da não unicidade implicada por uma escala de Horn do tipo <o, um>.

- (46) b. Eu comprei um bom romance. Eu falei com o autor sobre isso.  
**Implicatura I**+> Eu falei com o autor de tal romance.

A interface Semântica/Pragmática em Levinson é um pouco diferente daquela de Grice e de Sperber e Wilson. Para ele, a concepção tradicional de que a Semântica fornece dados para a Pragmática está equivocada. Gazdar (1979) e o próprio Levinson (1983) já adotavam essa postura. Vejamos isso através do exemplo abaixo:

- (47) A: A Secretária de Estado já confirmou os resultados?  
 B: Ainda não confirmou **ou** vêm problemas por aí.  
**p V q**

Pela tabela-verdade do conetivo ‘V’ (exclusivo), no caso de um dos disjuntos ser verdadeiro o todo também o é. Contudo, de um ponto de vista comunicacional, trata-se de um enunciado problemático. O receptor quer uma única resposta, mas o falante acaba oferecendo duas alternativas, sem precisar nenhuma delas. Acontece que, como vimos, essa forma de enunciação sugere que o emissor não tem condições de dar uma única resposta, não tem certeza da resposta: não sabe se é **p** ou se é **q**: caso soubesse diria uma delas apenas, **p** ou **q**, conforme o caso.

Vimos que, em linguagem natural, enunciar uma proposição empregando o conetivo ‘V’ parece indicar a indefinição do valor-verdade: ao empregá-lo, o falante demonstra não comprometer-se, ou não poder se comprometer, com o que afirmou. E isso não consiste em um fenômeno de ordem linguística, afinal, não há marca sintática que possa ser responsável por atribuir, que possa atribuir, a algo a propriedade da indeterminação.

Falar algo empregando o ‘V’, se se tem certeza a respeito de qual disjuncto é o caso, torna o enunciado irrelevante, não informativo. A semântica pode, no máximo, arrolar em que condições tal proposição é verdadeira ou falsa, mas não pode decidir sobre sua verdade ou falsidade enquanto enunciado. É somente o contexto comunicacional que pode determinar o valor-verdade definitivo, ou seja, somente aspectos de natureza pragmática podem tornar o enunciado relevante e informativo.

Nessas condições, vislumbra-se o desenvolvimento dessa semântica, desde que ela não seja autônoma em relação à pragmática, uma vez que, como a linguagem natural possui um caráter essencialmente pragmático, as informações contextuais para a determinação do significado seriam fornecidas por uma teoria dessa mesma natureza. Através de (47), Levinson procurou demonstrar que aspectos pragmáticos, às vezes, são fundamentais para a determinação das condições-de-verdade de uma a sentença (para a representação semântica desejada para a sentença). Teóricos como Gazdar (1979) e Levinson (1983) já haviam percebido que especificações contextuais constituem um *input* necessário para um componente semântico. Contudo, **a posição de Levinson (2000) é a de que, na verdade, são as implicaturas conversacionais generalizadas, e não o contexto, que irão desempenhar o papel necessário para o estabelecimento das condições-de-verdade.**

A mudança na relação interface Semântica/Pragmática consiste basicamente no seguinte. A partir do momento em que as implicaturas conversacionais generalizadas desempenham um papel sobre a determinação da proposição semântica a fim de que ela tenha a especificação das suas condições-de-verdade, então, ao contrário da tradição, em Levinson, é a semântica das condições-de-verdade que depende de uma Pragmática. Ele altera a ordem na qual o *output* da semântica era o *input* da pragmática.

Em suma: Levinson criticou o Princípio da Relevância e decidiu tratar de um tipo de implicatura que independa desse princípio e de aspectos contextuais, revisitando a interface Semântica/Pragmática e supondo as heurísticas como critérios para a identificação do tipo de fenômeno em questão: um conteúdo que é fruto de uma inferência não-monotônica e cancelável. Esse conteúdo é fruto de **convenções gerais que fazem parte do conhecimento semântico das pessoas.**

Antes de continuarmos, vejamos de forma mais detalhada, do ponto de vista da natureza da inferência, as propriedades da interpretação *default*. Segundo Levinson, embora as ICGs sejam inferências *default*, ou seja, embora apareçam, caso não haja nada que as contrarie, também podem desaparecer caso haja algo que cause tal efeito. Vejamos:

(48) **Asserção:** O condado contou alguns votos.

**Implicatura *default*:** O condado não contou todos os votos.

**Cancelamento da implicatura *default*:** O condado contou alguns votos. Na verdade, contou todos.

Como é possível verificar, uma ICG parece ser gerada por um sistema de raciocínio que é cancelável, pois ela deixa de ser o caso se uma inferência ou argumento em tal sistema puder cancelá-la pelo advento de adição de outras premissas. Essa propriedade torna o argumento não

monotônico. Por monotonicidade entenda-se uma função que não permite que as partes de um argumento percam seu significado durante a derivação, mesmo com o acréscimo de outras informações.

A cancelabilidade não é aplicada de forma aleatória, especialmente devido aos inúmeros fenômenos semânticos que podem ser derivados a partir de um enunciado qualquer. A fim de dar conta dessa propriedade das ICGs, a saber, identificar as condições que fazem as ICGs serem descartadas, Levinson lança mão do que ficou conhecido como Gazdar's Bucket. Gazdar (1979), entre outros, propuseram que o conteúdo comunicativo de um enunciado deveria ser considerado um conjunto ordenado de n-aspectos: acarretamentos, implicaturas de vários tipos, pressuposições, etc. Ele propôs que se tratasse o processo de atualização do conteúdo comunicativo de um enunciado como um enriquecimento ordenado do seu background com acarretamentos, implicaturas, e pressuposições de tal enunciado.

Assumindo o Gazdar's Bucket, Levinson acredita que se possa ajudar a identificar a forma através da qual os enunciados podem presumir suposições de background e a forma através da qual a sua força comunicativa é consistente nas mudanças de contexto. Assim, seria possível presumir um background proibido e mudá-lo, removendo tal proibição. Dada, portanto, uma asserção, seus conteúdos serão acrescidos e colocados em uma base comum (Gazdar's Bucket) que reuniria todos os fatos assumidos mutuamente seja porque são de conhecimento comum, seja porque tenham sido asseridos e aceitos. Tais conteúdos seriam acrescidos dada uma ordem, contanto que cada incremento seja consistente com o conteúdo do recipiente.

- (49) Ordem de incremento da informação:
- a. Acarretamentos
  - b. ICG (Q)
    - i. Oracional
    - ii. Escalar
  - c. ICG (M)
  - d. ICG (I)

Vamos ao exemplo a seguir.

- (50) **Asserção:** Alguns republicanos, de fato todos, são corruptos.  
**Acarretamento** ||- todos os republicanos são corruptos.  
**Implicatura-Q Escalar** +> nem todos os republicanos são corruptos.

O acarretamento é acrescido ao recipiente, ao Gazdar's Bucket, antes da implicatura, a qual, ao ser adicionada, mostra-se inconsistente com a asserção, sendo, portanto, cancelada. A exigência por consistência gera a necessidade de cancelamento – evitando sua adição ao recipiente.

Uma das propostas mais controversas que emergiu da TICGs refere-se à **releitura da interface entre semântica e pragmática**, por um lado, e para a Semântica propriamente dita por outro. Costa (2002, no prelo, 2005a) diz que a proposta de Levinson acaba levando a supor uma



Pragmática menos típica – isso gera igualmente alterações para a caracterização do dito e do implicado, se estamos tomando a relação clássica, geralmente a mais assumida, proposta por Grice.

Como observa Costa (2002, no prelo, 2005a), Grice considera uma semântica tipo condições-de-verdade. Já Sperber e Wilson não se dedicaram a uma discussão mais aprofundada a esse respeito. Na verdade, pode-se dizer que os teóricos, ao assumirem uma semântica linguística convencional, estão, de certa forma, assumindo a mesma interface, contudo, para eles, o que interessa é apenas, com o perdão pela redundância, uma semântica linguística convencional. Nesse caso, a interface clássica parece se manter. A distinção entre dito e implicado em Grice e Sperber e Wilson, por um lado, e Levinson, por outro, difere.

De acordo com Costa (2009, p. 12), Grice (1975) “usa ‘dito’ como o significado expresso pelo enunciado em termos literais ou, em outras palavras, como a proposição em seu valor semântico”. Sperber e Wilson não se debruçaram sobre tal questão, mas parecem assumir também o dito dessa forma. De acordo com Grice, a determinação total do dito depende da satisfação de três pré-condições: (i) identificar expressões referenciais, (ii) determinar dêiticos, e (iii) desambiguar. Às pré-condições arroladas por Grice, Levinson acrescenta mais duas, a saber, (iv) desfazer elipses e (v) restringir generalidades. Dessa forma, estabelece-se uma interface Semântica/Pragmática<sup>142</sup>.

Acontece que Levinson (2000) adota uma outra perspectiva para o dito, o que afeta sua definição e seu papel como objeto da Semântica e, conseqüentemente seu comportamento no que tange à determinação e geração de fenômenos pragmáticos. Segundo Atlas e Levinson (1981, apud LEVINSON, 2000), devido ao fato de que dois enunciados com as mesmas condições-de-verdade podem ter implicatura distintas (‘Está feito’ e ‘Está feito e, se está feito, então está feito’), então, para os autores, o dito griceano deveria ser tratado de forma diferente: ele deveria ser relacionado ao nível da representação semântica ou da forma lógica – o dito deve ser tratado como sendo mais abstrato e indefinido. E, em sendo assim, as especificações dos fenômenos em (i), (ii) e (iii) seriam da responsabilidade de processos de natureza pragmática atuando na determinação das condições-de-verdade das proposições.

O dito, na TICG, consiste no conteúdo veritativo-funcional, no *output* da interpretação semântica – para Levinson, o conteúdo veritativo-funcional depende pragmaticamente de todas as espécies de inferências pragmáticas. O implicado incluiria todas as inferências pragmáticas que atuariam na determinação semântica. Resultado: temos uma proposta de pragmática que interfere na semântica, ou seja, existe interferência pragmática para a determinação do dito. Nas palavras de Levinson (2000, p. 166), “as implicaturas conversacionais generalizadas parecem desempenhar um papel na atribuição de conteúdo veritativo-funcional”.

---

<sup>142</sup>Para Levinson, independentemente de postura teórica, ele acredita que tentativas como o trabalho da inteligência artificial sob o rótulo de Pragmática Local (HOBBS et al, 1987), novas teorias semânticas como a Semântica Situacional (BARWISE e PERRY, 1983) e teorias de representação semântica tipo mudança de contexto, como a DRT proposta por Kamp (1981), inclusive, em certos aspectos a própria TR, todas sinalizam uma necessidade de se revisitar a arquitetura da teoria do significado, portanto, a interface Semântica/Pragmática.

Segundo Levinson (2000), não existe apenas uma semântica, ele distingue duas: semântica<sub>1</sub> e semântica<sub>2</sub>. A semântica<sub>1</sub> refere-se a processos que extraem um nível de representação semântica a partir da estrutura de superfície e do conteúdo lexical; a semântica<sub>2</sub> consiste naquele conjunto de procedimentos que operam sobre um nível de representação semântica mais rica para computar relações de sentido, relações de acarretamentos e de condições-de-verdade. Para o autor, o nível de representação extraído pela semântica<sub>1</sub> pode ser relativamente autônomo, mas até mesmo nesse nível devemos permitir que a pragmática resolva ambiguidades. Por outro lado, a semântica<sub>2</sub> computa sobre um nível de representação para o qual a pragmática contribua de maneira fundamental.

Levinson defende, portanto, que a semântica<sub>2</sub> seja essencialmente linguística, e não possa ser equacionada com estruturas conceituais ou com o pensamento em geral – e aqui ele ratifica sua oposição a Sperber e Wilson. Para ele, são as propriedades das representações da semântica<sub>2</sub> (não as da semântica<sub>1</sub>) que são descritas nos manuais de semântica. Dessa forma, o autor crê poder defender a não autonomia de tal nível em relação à pragmática. Assim como propôs dois níveis semânticos, a pragmática, segundo Levinson, também envolve mais do que um processo.

O autor da TICGs reconhece que a defesa de que a pragmática possa determinar as condições-de-verdade parece ser incompatível com o que vem sendo estudado, afinal, as implicaturas são, com frequência, parcialmente definidas em oposição às condições-de-verdade. Alguns estudiosos têm tratado essas inferências como outros fenômenos, a saber, como explicaturas, segundo Sperber e Wilson (1995); ou como implicaturas, segundo Bach (2006). Para Levinson, mudar a nomenclatura não muda o fenômeno, e, para ele, a melhor solução seria tratá-lo como ICGs e dizer que elas desempenham um papel na determinação das condições-de-verdade.

A fim de mostrar como essa nova interface funciona, tendo em vista sua perspectiva, ele diz que não pretende fazer uma reforma terminológica, pois as noções já conhecidas dão conta dos fenômenos. A inovação está justamente na forma como se pensam os processos e as operações sobre as representações, ao invés das representações propriamente ditas. Nessa proposta, as representações são tratadas como sendo entidades híbridas semântico-pragmáticas, “mas os processos que as constroem e as interpretam são possivelmente familiares à velha semântica e aos processos pragmáticos, **com a adição das interpretações *default***” (LEVINSON, 2000, p. 169, grifo nosso). A grande questão para Levinson é investigar até que ponto inferências pragmáticas gerais contribuem para o conteúdo proposicional. Levinson apresenta as seguintes razões a fim de defender a necessidade de tratar das ICGs:

- (i) Elas são predições claras sobre quais interpretações devem surgir em quais condições.
- (ii) É a natureza *default* das ICGs que faz com que elas estejam profundamente enraizadas na gramática (sintaxe) e na semântica – sendo difíceis de serem distinguidas do conteúdo codificado, além de exercerem pressão funcional sobre a sintaxe, o léxico e a semântica.
- (iii) Há falta de clareza no que tange ao papel das implicaturas conversacionais particularizadas na determinação do conteúdo proposicional.

A partir de agora serão apresentados alguns fenômenos que, segundo Levinson, demonstram a existência da intrusão da pragmática na semântica. Para ele, a geração e localização das ICGs exigem que se revise a interface Semântica/Pragmática – nesse sentido a consequência acaba sendo tal a ponto de se solicitar uma revisão da própria arquitetura da teoria do significado. Para o autor, é a abordagem das ICGs que permite isso, pois, a seu ver, ele pode mostrar que a determinação do dito depende de fatores pragmáticos e que o conteúdo das próprias ICGs pode cair sob o escopo dos operadores lógicos e de outros processos de composição semântica de nível mais alto.

### (i) Desambiguação

Quando se fala em desambiguação, é geralmente aceito o papel do conhecimento de mundo como fonte de solução. Contudo, Levinson acredita que parte dessa solução, antes atribuída ao conhecimento de mundo, pode ser resolvida através do que o autor chama de procedimentos griceanos, ou seja, implicaturas: o falante deve presumir que o ouvinte empregará o mesmo estereótipo saliente (apesar das probabilidades factuais) para selecionar o sentido. Vejamos um exemplo usado por Levinson.

(51) a. Ele adora cães indiscriminadamente; ele gosta [de alguns gatos] e cães.

(51) b. Ele gosta [de alguns gatos] e cães.

Interpretação: Ele gosta de gatos e cães (em geral).

**ICG:** Ele gosta de alguns, mas não de todos, os gatos.

(51) c. Ele gosta [de alguns [gatos e cães]].

Interpretação: Ele gosta de alguns gatos e de alguns cães.

**ICG:** Ele gosta de alguns, mas não de todos os gatos, e de alguns, mas não de todos os cães.

Supondo o último SN da sentença tendo a seguinte estrutura: [[alguns gatos] e cães], então, ‘Ele gosta de gatos.’ gera a implicatura escalar Q ‘Ele não gosta de todos os gatos.’. Tal interpretação é perfeitamente compatível com a primeira oração, que implica ‘Ele gosta de todos os cães.’ Contudo, dada a questão da ambiguidade, a sentença também pode ter o SN lido como [alguns [gatos e cães]], que pode ser interpretado como ‘Ele gosta de alguns gatos e ele gosta de alguns cães’. Daí, a implicatura conversacional generalizada – Escalar Q – ser ‘Ele gosta de alguns, mas não de todos os gatos, e de alguns, mas não de todos os cães’, que, contudo, seria inconsistente com a primeira oração em que se declara que ‘Ele adora cães indiscriminadamente’. Assim, a rejeição da análise sintática que dá origem à implicatura inconsistente faz com que o receptor possa chegar à interpretação correta, ou seja, que o receptor possa escolher o sintagma nominal correto.

Essa análise, segundo Levinson, corrobora o fato de que as ICGs são canceláveis. No exemplo apresentado, o autor demonstra como a sentença pode ser suficiente para cancelar uma interpretação em favor de outra. Contudo, ele não descarta que o contexto possa fazer esse papel, ou seja, que possa cancelar a implicatura. No exemplo, caso não houvesse a primeira oração, outros recursos estariam presentes ou acessíveis para serem consultados a fim de se optar pela ICG

apropriada. Seja como for, segundo Levinson, o receptor trabalha com a suposição de que o falante construiu seu enunciado de tal forma que a ICG apropriada pudesse ser identificada. E, dada a opção da preservação de implicaturas, um receptor irá geralmente escolher aquela que resolverá a ambiguidade.

Para Levinson, as ICGs participam da desambiguação de ambiguidades lexicais especialmente a partir da inferência-I para extensões estereotípicas – mais uma vez, segundo o autor, corroborando que não é a quantidade massiva de conhecimento de mundo que soluciona ambiguidades, mas implicaturas. Na asserção ‘Ele tomou outro drink’ o termo ‘drink’ será interpretado como sendo bebida alcóolica. Aqui, a inferência-I poderia ser cancelada com a adição de algo como ‘Ele gosta dessas versões de cerveja sem álcool’.

### (ii) Resolução de Indexicais

Pode-se supor uma espécie de consenso no que diz respeito ao fato de índices pragmáticos – ou parâmetros dêiticos – servirem de *input* para uma interpretação semântica. Contudo, embora Levinson reconheça essa possibilidade, ele acha discutível a suposição de que os índices não exijam solução inferencial, e, em especial, que a atribuição de valores indiciais não tenha nada a ver com as ICGs. Levinson levanta exemplos das dimensões mais clássicas da dêixis, a saber, lugar, pessoa e tempo a fim de ilustrar sua proposta.

#### a) Lugar

- (52) Algumas daquelas urnas estão lacradas; aquelas são para você, as outras são para o juiz.  
**Heurística Q** +> Algumas, mas não todas aquelas urnas estão lacradas, somente as lacradas são para você.

A expressão ‘algumas daquelas urnas’ é consistente com ‘todas aquelas urnas’, mas há uma ICG ‘algumas, mas não todas’ que a restringe. Assim, para Levinson, é o conjunto pragmaticamente delimitado, um subconjunto específico de urnas, que é introduzido como referente discursivo através de ‘algumas daquelas urnas’. Isso pode ser verificado pelo pronome demonstrativo ‘aquelas’ que é introduzido depois, o qual parece referir a um subgrupo das urnas. Isso torna a expressão anafórica e dêitica – e é através de uma ICG que se estabelecem as condições-de-verdade da expressão ‘aquelas são para você’, determinando, portanto, o subconjunto. Um outro exemplo envolvendo ainda lugar. Suponhamos Bush dizendo para seu assessor o seguinte:

- (53) Estou na sede do partido. Venha imediatamente para cá.  
**Heurística I** +> delimita ‘cá’ por resolução anafórica

Embora ‘cá’ seja essencialmente dêitico, há também uma relação anafórica com o antecedente ‘sede do partido’. Essa relação anafórica é uma ICG gerada pela inferência-I. Em outras palavras: ‘cá’ é essencialmente indexical, mas anaforicamente restrito (pela ICG).

**(b) Pessoa**

Segundo Levinson, a dêixis de pessoa pode ser considerada imune a resoluções pragmáticas, mas ele não acredita ser esse o caso, pois até mesmo o pronome ‘eu’ pode não ser atribuído ao falante em uma situação de discurso indireto, quando a fala de outro é citada. Digamos que Daley estivesse falando com alguns assessores sobre a recontagem e dissesse.

- (54) Alguns de vocês sabem da novidade, eu não estou falando com vocês, estou falando com vocês.

**Heurística Q** +> delimita ‘com vocês’ como ‘alguns de vocês, mas não todos’.

No caso do inglês, quando o falante usa ‘you’, pode ser que ele esteja se referindo a uma pessoa ou a várias, mas há outras situações, por exemplo, ele pode estar se referindo a partes às quais o falante sequer refere, ou até mesmo a um subgrupo de partes à qual o falante previamente se referiu.

**(c) Tempo**

- (55) Eu costumava acompanhar as eleições.

**Heurística Q** +> eu não acompanho mais

Usar uma estrutura do tipo ‘eu costumava V’, em que ‘V’ é um verbo qualquer, irá implicar ‘não mais V’ em oposição ao presente simples, embora não haja inconsistência entre essas duas formas, o que pode ser visto em um exemplo como ‘Eu costumava acompanhar as eleições, de fato, eu ainda as acompanho’.

- (56) A Suprema Corte irá se pronunciar na quinta.

**Heurística Q** +> implica ‘não amanhã’ quando amanhã não é quinta

No caso, quinta-feira dito na quarta-feira irá Q-implicar ‘não amanhã’, porque dizer ‘amanhã’ seria uma expressão mais informativa que não seria usada (há muitas quintas, mas somente um amanhã, dado o hoje).

A partir dos exemplos arrolados, Levinson acredita que pode concluir que os dêiticos temporais são especialmente permeados por mecanismos griceanos, pois a precisão da referência temporal é geralmente feita através de oposições em relação a outras expressões que não foram usadas – ou seja, através de implicaturas do tipo Q e M.

**(iii) Identificação de Referência**

Segundo Levinson (2000, p. 180), uma referência pode falhar em duas situações:

- i) casos em que não há nada no domínio do discurso que satisfaça o conteúdo descritivo da expressão referencial. Para Russell (1905), nessas circunstâncias, as sentenças eram consideradas falsas; já para Strawson (1950), não havia condições para determinar a verdade ou falsidade das sentenças.

- ii) casos em que existiam mais de uma entidade no domínio do discurso (ou mais de um referente discursivo, no sentido de KARTTUNEN, 1976) que satisfaça o conteúdo descritivo – casos com ambiguidade referencial.

Ambos os casos são críticos para o estabelecimento do dito: “nós mal podemos ter certeza de qual proposição está sendo expressa se não temos certeza quais argumentos um predicado denota” diz Levinson (2000, p. 180). Para ele, as ICGs desempenham um papel na determinação da referência anafórica e não anafórica. Primeiramente, vejamos casos de referência anafórica. O autor parte da afirmação, já defendida, de que fatores pragmáticos estão envolvidos na resolução da anáfora discursiva. Expressões anafóricas são geralmente menos prolixas e semanticamente mais gerais do que a expressão com que o referente é introduzido pela primeira vez. Para Levinson, isso é resultado da atuação de inferências-I.

Se se deseja estabelecer uma correferência, é preciso fazer com que a expressão que refere seja curta ou semanticamente geral. Levinson (2000, p. 180) até apresenta algo que seria o corolário do ouvinte: “De uma forma referencial mínima, semanticamente geral, escolha a interpretação que maximize a interpretação”, a qual, no caso, continua o autor, geralmente equivale a uma preferência para correferência local. Vejamos alguns exemplos.

- (57) Bush veio e ele sentou.  
**Heurística I** +> preferência por referência local (Bush = ele)
- (58) Bush veio, e o homem sentou.  
**Heurística M** +> preferência por referência disjunta (Bush ≠ o homem)
- (59) Bush votou nele.  
**Heurística Q** +> preferência por referência disjunta (Bush ≠ nele)

No caso de (57), como forma de retomada, houve preferência por uma expressão mais longa ‘o homem’, ao invés de ‘ele’, como em (58). Segundo Levinson, a opção pela expressão mais longa parece sugerir que a interpretação preferida é a referência local – ou seja, implica que o falante quer evitar a interpretação natural associada. E é a Heurística M que parece gerar essa outra preferência interpretativa, fazendo com que ‘Bush’ e ‘o homem’ não sejam correferentes, mas identificados como indivíduos diferentes.

Por fim, Levinson explica (59) rejeitando a proposta de Reinhart (1983), para quem a referência disjuntiva seria fruto de uma interpretação via Heurística-M. Para o próprio Levinson, o fato de falhar a correferência é fruto da aplicação da Heurística-Q. Segundo ele, dada a escolha entre a coindexação na forma reflexiva e o pronome livre, o uso parece privilegiar a interpretação disjuntiva, em que ‘nele’ não está relacionado a ‘Bush’, devido a uma metaescala tipo Horn <pronome reflexivo, pronome não reflexivo>. Lembremo-nos de que  $Q > I > M$ .

Levinson atribui às inferências-I e M a solução de questões relacionadas à determinação de referentes. Segundo o autor, as inferências-I parecem ser responsáveis pelo que Levinson chama de

‘inferências-ponte’, responsáveis pela legitimação da interface para a melhor interpretação. Vejamos alguns casos.

- (60) a. A máquina de perfuração falhou. O ferro estava corroído.  
**Heurística I** +> O ferro do qual a máquina era feito estava corroído.
- (60) b. A máquina de perfuração falhou. Um parafuso de ferro estava corroído.  
**Heurística I** +> Um parafuso de ferro da máquina estava corroído.

Nos casos arrolados acima, para que a asserção faça sentido, parece ser necessário que o receptor suponha que a máquina seja feita de ferro. Acontece que ele só precisa fazer tal suposição a fim de estabelecer uma coerência entre as duas orações. Assim, a suposição de que existe uma relação causal exige uma suposição de que a máquina era feita de ferro. Essa inferência parece ser sustentada por uma submáxima do Princípio I, a saber, ‘Não diga o que pode ser inferido’ – o que está de acordo com nossas expectativas estereotípicas a respeito dos tipos de materiais dos quais uma máquina é feita.

- (61) Cada máquina precisa ter seu perfurador calibrado.  
**Heurística I** +> Cada máquina precisa ter o perfurador que pertence à máquina calibrado.

No caso acima, também Levinson traz a Heurística-I para mostrar que expressões definidas, agindo como variáveis sob o escopo de quantificação explícita, podem exigir sustentação pragmática: deve ser feita uma suposição a respeito de máquinas e o fato de que eles precisam, cada uma, de um perfurador. Esses aspectos levam Levinson (2000, p. 183) a afirmar que a forma geral da inferência-I, nos casos acima, é a seguinte: “dada uma descrição definida com nenhum antecedente óbvio, faça a suposição mínima que levará à melhor (maximamente informativa) interpretação (geralmente, que ‘o x’ seja parte do, ou associado ao ‘o y’ previamente mencionado)”.

Segundo Levinson, a resolução anafórica é orientada por inferências-I e M. Nesses casos, pronomes anafóricos estão relacionados aos antecedentes das expressões referenciais por meio de implicaturas – nem que isso ocorra parcialmente. Se se tomar o princípio da composicionalidade da referência (MARTIN, 1987, apud LEVINSON, 2000), então as extensões da expressão máxima não podem ser determinadas sem que também o sejam as extensões de cada expressão constituinte, as quais, por sua vez, parecem depender de implicaturas. Para Levinson, mais um argumento a favor da sua tese de que, sem elementos pragmáticos, não se pode obter as condições-de-verdade das sentenças.

Para o autor da TICG, tradicionalmente, adota-se a seguinte visão: é preciso que se distinga a referência que é determinada por implicaturas da referência pura, ou seja, da referência semântica. Vejamos.

- (62) O homem que recebeu mais votos foi eleito.

Teóricos seguindo Russell (1905) diriam que, em um contexto em que o homem não tenha recebido mais votos, a frase deveria ser falsa; segundo Strawson (1950) não haveria como atribuir valor verdade a ela. Seja como for, a referência quanto àquele indivíduo não foi satisfeita. Mas, se o objetivo é fazer efetivamente a referência, isso significa que é possível que a intenção de referir não coincida com o referido. A discussão gira em torno da determinação da referência: ela é feita a partir da linguagem ou a partir da intenção das pessoas?

Autores que seguem a proposta de Kripke (1977) solucionam a questão tratando a distinção entre referência e atributo como correspondente à distinção Semântica e Pragmática. Para Levinson, a referência deve ser tratada como um caso de ambiguidade veritativo-funcional, porque as condições semânticas são geralmente enriquecidas por aspectos pragmáticos que são prioridade para a determinação das condições-de-verdade.

#### (iv) Desenvolvimento de Elipses

Assim como na anáfora, na elipse, a interpretação do não-dito é fruto da recuperação de inferências griceanas. Neste caso, Levinson atribui à Heurística I e à máxima de Relevância a apropriada interpretação.

- (63) Quem veio?  
**Relevância e Heurística I** +> Gore <veio><sup>143</sup>

Mas a Heurística Q também pode exercer um papel.

- (64) A: Qual partido fez 261 votos?  
**Heurística Q** +> ‘Que partido fez 261, e-não-mais-do-que-261, votos?’  
 B: O democrata <fez 261, e-não-mais-do-que-261, votos>.

Outro aspecto interessante a respeito do exemplo acima refere-se ao fato de a interpretação de constituinte elíptico carregar a implicatura do antecedente. Assim, se o predicado da asserção de A carregar uma implicatura escalar, a elipse de B sobre o mesmo predicado comporta-se da mesma forma, ou seja, carrega tal implicatura.

Em muitos locais estruturais, a elipse é fundamentalmente linguística, ou seja, sua recuperação é obtida a partir de processos governados por regras. Dessa forma, a recuperação do conteúdo elidido é tratada como sendo guiada por princípios sintáticos e semânticos. Valendo-se de um exemplo proposto por Barton (1988), Levinson (2000) pretende demonstrar que a determinação de conteúdos de certas estruturas, para a recuperação proposicional, está necessariamente associada a raciocínios complexos mais do que apenas à aplicação de regras orientadas por princípios – nós o adaptamos a seguir.

- (65) A: Jeb não visita mais George W.  
 B: Rancor antigo.

---

<sup>143</sup> Representa o predicado que está elíptico.



Segundo Levinson, a resposta de B pode ser usada como evidência para mostrar que a recuperação da proposição expressa depende de inferências griceanas. Embora o autor reconheça que há muito a ser investigado, ele acredita que se pode afirmar que a pragmática está sim envolvida na recuperação de material elíptico, o qual deve ser então semanticamente interpretado, entretanto, em tal ponto, parece que outro processamento pragmático deve ser realizado para a recuperação de implicaturas do material elíptico.

Assim, embora Levinson (2000, p. 395, acréscimo nosso) reconheça que tenha desenvolvido pouco a respeito da elipse, ele “acredita que [seu argumento] seja suficiente para afirmar que, onde a sintaxe não é capaz de resolver os constituintes que faltam, a interpretação-I parece ser suficiente a fim de garantir a máxima coesão e coerência”.

#### (v) **Restrição de Generalidades**<sup>144</sup>

Valendo-se do trabalho de Ruhl (1989), Levinson (2000) introduz o corolário a partir do qual irá propor o tratamento das generalidades através da noção de interpretação preferencial. Tal corolário postula que muitas expressões da linguagem natural são maximamente gerais ao ponto de flertar com a vacuidade. Para Levinson (2000, p. 184), “aspectos antes tratados como ambiguidade (pela Pragmática Radical, por exemplo) podem ser melhor abordados como **generalidade + implicaturas**”.

Acreditamos que uma declaração atribuída a Margareth Thatcher captura a percepção descrita pelo corolário. Asseriu a Dama de Ferro: “Nunca minta deliberadamente. Mas, às vezes, convém ser evasivo”. Esse enunciado demonstra o que Grice já afirmava: somos responsáveis pelo que dizemos, a interpretação pertence ao outro. A fim de desenvolver seu argumento sobre a restrição de generalidades, Levinson arrola alguns exemplos:

(66) Vai levar um tempo para consertar esse carro.

(67) a. A bandeira é branca.  
b. A bandeira da Inglaterra é branca.  
c. Se a bandeira é branca, então não pode ser azul.

(68) João é alto.

Analisando os casos acima, Levinson comenta que, sem restrições de natureza pragmática, interpretações equivocadas podem ser geradas. Em (66), os próprios Sperber e Wilson (1986, apud LEVINSON, 2000) reconhecem a fronteira com a tautologia. Os exemplos (67a), (67b) e (67c) mostram um fenômeno interessante: se (67a) significa apenas que ‘a bandeira é pelo menos

---

<sup>144</sup> Nunca minta deliberadamente. Mas, às vezes, convém ser evasivo. (Margareth Thatcher)

parcialmente branca’, então (67b) será verdadeira, mas grosseiramente enganosa; por sua vez, (67c) será falso.

No caso de (68), que trata do uso de um adjetivo, podemos verificar o que foi postulado por Sadock (1981, apud LEVINSON, 2000): **considerando uma situação extrema, não é totalmente implausível sugerir que adjetivos que descrevem grau apenas prediquem a respeito das entidades sobre as quais eles têm tal propriedade relevante, mas a um determinado (não especificado) grau.** Em (68), o conteúdo da asserção pode ser, mais ou menos, algo do tipo ‘João tem altura’. Contudo, a verdade de (68) é determinada em relação a alguma categoria implícita à qual João é atribuído (alto para uma criança de sete anos de idade não é alto para um jogador de basquete).

Nessas condições, Levinson sugere que as ICGs sejam tomadas como determinantes para a restrição das generalidades. Ele atribui essa função às inferências Q e I. Segundo o autor, elas desempenham um papel restritivo – restrição-Q e restrição-I – na mudança semântica. Vejamos alguns exemplos:

- (69) a. Eu comi alguns biscoitos.  
+> não comi todos eles (Restrição-Q)
- (69) b. É uma cidade grande.  
+> não é enorme (Restrição-Q)
- (69) c. Ele tomou um drink.  
+> bebida alcóolica (Restrição-I)
- (69) d. Esta é uma faca de pão.  
+> para cortar o pão (Restrição-I)
- (69) e. Esta é uma faca de aço.  
+> feita de aço (Restrição-I)

Através dos exemplos, Levinson acredita ter demonstrado que, se restrições pragmáticas não forem levadas em consideração, então a proposição expressa por muitas sentenças serão gerais ao ponto da vacuidade. Um último, mas importante, exemplo.

- (70) Larry’s book is about negation.

Segundo Levinson, a determinação da proposição expressa depende de restrições pragmáticas sobre a generalidade associada ao possessivo. O possessivo codifica que existe alguma relação entre Larry e o livro, mas, para Levinson, é da responsabilidade de uma inferência guiada por princípios griceanos, por um lado, e por informações contextuais, por outro, a determinação do tipo, do conteúdo da relação – há, portanto, sim espaço para inferências griceanas. Para o autor, parece haver evidências para se assumir a interferência da Pragmática para o estabelecimento das condições-de-

verdade, ou seja, para a determinação semântica. Assim, no que tange à especificação do significado de algumas expressões, segundo Levinson, as ICGs têm um papel sistemático na restrição de generalidades.

#### (vi) Construções Intrusivas

Temos visto que, para Levinson, o dito griceano é determinado por implicaturas conversacionais generalizadas. Para ele, além dos casos até agora arrolados e demonstrados, há uma outra categoria de construções que podem servir como exemplos irrefutáveis de que as implicaturas contribuem para o estabelecimento das condições-de-verdade. De fato, sem as implicaturas, Levinson acredita que as condições-de-verdade erradas podem acabar sendo determinadas. Os casos que ilustram bem essa situação, ao ver do autor, são que ele denominou **construções intrusivas**, as quais possuem a seguinte propriedade: as condições-de-verdade do todo dependem, parcialmente, das implicaturas das partes.

#### a) Comparativos

Trata-se de casos em que A e B, na estrutura ‘A é melhor do que B’, são semanticamente semelhantes, mas pragmaticamente diferentes. Ou seja, sentenças na forma ‘A é melhor do que B’ serão anômalas, de fato, contraditórias (necessariamente falsas), a menos que a proposição expressa por A seja distinta daquela expressa por B. Logicamente falando, ‘p e q’ e ‘q e p’, são equivalentes, pois o ‘e’ é equivalente ao da lógica, ou seja, é equivalente ao conetivo veritativo-funcional ‘ $\wedge$ ’. Assim, ‘p  $\wedge$  q’ ser equivalente a ‘q  $\wedge$  p’ pode ser considerado necessariamente falso. E, nessas condições, a asserção não faria o menor sentido. Vejamos isso em um exemplo, em que a suposição de uma interpretação preferida acabaria com o problema.

(71) Dirigir e beber três cervejas é melhor do que beber três cervejas e dirigir.

O exemplo acima tem justamente a forma ‘p  $\wedge$  q é melhor do que q  $\wedge$  p’, e, ao contrário de ser falsa, parece ser verdadeiro. Segundo Levinson, o que faz a forma acima não ser contraditória é exatamente a inferência ‘e então’ a partir do ‘e’, resultando em: ‘p e então q é melhor do que q e então p’. Essa proposição pode, sem problemas, ser aceita como verdadeira. Contudo, se a inferência ‘e então’ é de natureza pragmática, então a avaliação desse tipo de comparativo envolve a intrusão pragmática: as condições-de-verdade de toda a construção são calculadas levando em consideração as implicaturas das partes. Para Levinson, trata-se de uma implicatura-I. Após identificar a existência do fenômeno, em um segundo momento, Levinson se propõe a verificar a generalidade do mesmo.

Vejamos o caso das implicaturas escalares (implicatura-Q) em construções comparativas. Mais uma vez, o autor mostra que uma análise puramente semântica levaria a interpretações contraditórias, ou, em casos em que não há contradição, a plausibilidade da asserção é fruto do fortalecimento de uma interpretação a partir de uma implicatura escalar.

- (72) Você deve sair da bolsa. Eu sei que você já perdeu muito, mas uma **grande**<sup>1</sup> perda é melhor do que uma perda grande e possivelmente enorme.  
**Heurística-Q**<sup>1</sup> +> não enorme.

Na asserção acima, dada uma escala <grande, enorme> é possível supor que ‘grande’ implica-Q ‘não enorme’. Contudo, ‘não enorme’ é semanticamente compatível com ‘enorme’. Assim, a sentença só pode ser verdadeira se se supuser a implicatura-Q sendo usada para fortalecer a primeira oração. Vejamos agora um caso de implicatura-M.

- (73) Você precisa treinar mais duro: correr, correr e correr é melhor do que correr.

Vimos que ‘correr, correr e correr’ tem as mesmas condições-de-verdade do que ‘correr’ (B), assim, é somente através da suposição de uma implicatura que as duas orações podem ser consideradas diferentes e, portanto, significar algo. Segundo Levinson, a intrusão pragmática em construções “A é melhor do que B” determina que, embora equivalentes semanticamente, pragmaticamente elas se tornam distintas. Mesmo assim, o autor reconhece que se trata de casos restritos.

#### **b) Condicional**

De acordo com Levinson, embora não exista uma análise semântica adequada para o condicional em linguagem natural, essa construção oferece uma das evidências mais fortes para a intrusão pragmática. Contudo, as análises parecem concordar com esta análise: “‘se A, então B’ é verdadeiro se, e somente se, cada número de possibilidades em que A pode ser verdadeiro constitui, ou carrega, uma possibilidade de B ser verdadeiro” (KAMP, 1981, p. 11 apud LEVINSON, 2000, p. 205). A partir dessa perspectiva, o autor analisa alguns casos nos quais, embora a semântica prediga uma falsidade, a intuição, mesmo assim, declara uma verdade plausível. Os exemplos mais claros envolvem implicaturas-Q.

- (74) Se o presidente vem, às vezes, para a reunião de departamento, não é suficiente; ele deveria vir sempre.

Segundo Levinson, se um receptor se sente tentado a consentir com a verdade desse tipo de condicional, é porque se está interpretando a asserção de tal forma que o antecedente está sendo fortalecido por uma implicatura-Q: ‘às vezes’ deve ser interpretado como ‘às vezes, e não sempre’. Sem supor a implicatura, não há como consentir com o consequente. Vejamos outro exemplo.

- (75) Se você ganha 40 mil e não tem capital, você não pode comprar uma casa em Palo Alto.  
 ‘40 mil’ pela Heurística-Q +> ‘40 mil e não mais’.

Levinson (2000, p. 206) explica isso da seguinte forma: “porque nossas intuições de que a sentença é verdadeira são muito claras, parece evidente que as condições-de-verdade do todo

dependem de se levar em consideração as implicaturas do antecedente”. Há, contudo, casos em que implicaturas-I e M são responsáveis por acomodar a interpretação.

- (76a) Se você tem um bebê e se casa, então o bebê é, estritamente falando, ilegítimo.  
 (76b) Se Bill e Penny forem de carro para Chicago, eles podem discutir sociolinguística no carro por horas.
- (77a) Se o livro de João é bom, ele passará a ter estabilidade.  
 (77b) Se o livro de João é bom, eu não vou devolvê-lo tão cedo.

Nesses casos, temos uma implicatura-I atuando na interpretação. Em (76a), a intrusão da implicatura-I se dá somente se o ‘e’ for interpretado como ‘e então’. Em (76b), a implicatura-I é que eles viajarão ‘juntos’: a predicação de dois agentes geralmente carrega essa implicatura. Em (77a), a implicatura-I é que ‘o livro foi escrito por João’. No caso de (77b), a implicatura-I é a de que ‘o livro que João emprestou’. Vejamos, por fim, um caso de implicatura-I e implicatura-M.

- (78) Se ele causou a morte de Marlene, então ele será acusado de homicídio culposo; se ele a matou, ele será acusado de homicídio doloso.

Segundo Levinson, o que poderia ser tratado como uma contradição aparece como uma verdade intuitiva. Isso pode ser abordado dessa forma, pois ele entende que se pode supor uma implicatura-M no que tange à avaliação de todo o condicional. No caso de (78), o causativo perifrástico ‘causar a morte de’ sugere causação indireta, ou não intencional, por referência à implicatura-I complementar a partir do uso do causativo lexical menos prolixo ‘matar’, que sugere causação intencional ou direta.

Contudo, continua o autor, assumindo que homicídio culposo e homicídio doloso são acusações inconsistentes entre si, os dois condicionais no exemplo acima, deveriam ser contraditórios entre si, porque os dois antecedentes com condições semânticas idênticas são emparelhados com consequentes inconsistentes. Mas, intuitivamente, a asserção é perfeitamente consistente. O que faz com que essa acomodação seja possível, ou seja, que os problemas de inconsistência e contradição desapareçam são as intrusões pragmáticas. Assim, nas palavras de Levinson, o problema evapora se a implicatura-M (da causação indireta) do primeiro antecedente e a implicatura-I (da causação direta) do segundo antecedente desempenharem um papel da avaliação/determinação das condições-de-verdade de cada condicional.

- (79) Se é um caminho longo até a tua casa, nós podemos ir; mas se é um caminho longo, longo, talvez não consigamos.

O exemplo acima mostra, de forma isolada, a implicatura-M. Assim, se se aceita que a duplicação do termo ‘longo’ não é uma modificação semântica, então ‘longo, longo’ simplesmente sugere, ou M-implica, uma distância maior do que apenas ‘longe’. Nesse caso, (79) seria

contraditória se não se considerasse a implicatura-M, cujo papel é fortalecer o antecedente do segundo condicional.

### c) Disjunção

Tomemos o seguinte exemplo (WILSON, 1975, p. 151 apud LEVINSON, 2000, p. 209).

(80) Ou ela casou e teve um filho, ou ela teve um filho e casou, mas eu não sei qual.

Segundo Levinson, a asserção da ignorância falante a respeito das duas possibilidades será inconsistente e anômala com a disjunção de cada disjunto que tem o mesmo conteúdo semântico. Para o autor, a inconsistência é de natureza pragmática, ao invés de ser semântica. Ele explica isso através do paradoxo de Moore: o falante está afirmando ‘p ou p e eu não sei que p’. Para Levinson, isso é resolvido através da suposição de uma implicatura-I do conector ‘e’, a saber, ‘e então’. Essa intrusão pragmática fortalece a disjunção, tornando-a plausível e aceita pelas nossas intuições.

(81) Se você acredita no álibi fraco dele, então ele não pode ser responsável por todos os crimes. Mas uma coisa é certa: ou ele cometeu alguns dos crimes ou ele cometeu alguns e possivelmente todos os crimes. Eu não sei qual.

Segundo Levinson, se ‘alguns’ tem o conteúdo semântico ‘pelo menos alguns’, e somente Q-implica ‘não todos’, então ‘alguns e possivelmente todos’ seria uma interpretação aproximada do conteúdo semântico. Mais uma vez, só se pode contar com a ausência intuitiva do paradoxo de Moore se a implicatura-Q desempenhar um papel da determinação das condições-de-verdade.

Seja como for, Levinson acredita que, apesar das controvérsias, um melhor tratamento semântico, que eliminasse a necessidade da suposição da intrusão pragmática via melhor interpretação através de implicaturas conversacionais generalizadas, há sim espaço para uma abordagem em que elementos pragmáticos determinem as condições-de-verdade a fim de estabelecer a interpretação apropriada. Para ele, por ora, um tratamento em termos de intrusões de ICGs *default* prediz que leituras fortalecidas por implicaturas devem estar disponíveis para interpretações cooperativas<sup>145</sup>.

Com foi possível observar, a fim de dar conta de um aspecto da significação, que foi primeiramente delineado por Grice como implicatura conversacional generalizada, Levinson desenvolveu a TICG. A partir dessa perspectiva, a de interpretação *default*, o autor identifica e arrola uma quantidade de casos de fenômenos ligados à inferência e à significação – desde o comportamento de adjetivos e artigos até operadores e tempos verbais. Uma das grandes vantagens refere-se à quantidade de recursos que se pode verificar que estão disponíveis aos falantes,

<sup>145</sup> Há, contudo, propostas para tratar o que seria uma interpretação *default*, via ICG, como se fosse um desrespeito a máximas, optando por tratar tais conteúdos como ICP. Para maiores detalhes, ver a discussão proposta por Levinson (2000) a respeito de casos envolvendo números, em especial, no capítulo três da obra *Presumptive Meanings*.

corroborando a beleza, a versatilidade e a impressionante potencialidade da linguagem natural quando o assunto é comunicação.

Contudo, a proposta, embora descritivamente rica, explanatoriamente acaba deixando esses fenômenos perdidos na comunicação, pois algo deve gerá-los e geri-los. Além disso, mesmo com todas as suas contribuições, outro problema refere-se, agora de um ponto de vista metodológico, às consequências de se propor uma abordagem que, além de explanatoriamente fraca, acaba interferindo em um aspecto da tradição que, em muito, tem contribuído para várias elucidações sobre a linguagem natural, a saber, a configuração da interface Semântica/Pragmática. Contudo, como veremos oportunamente, Costa (2005a) defende a noção de uma significação *default*, com base em Levinson. Dias (2010), como veremos, usa tal noção a fim de englobar aqueles conteúdos que Costa (2005) propõe que sejam tratados como ISs, ou seja, como inferências semânticas.

A seguir, apresentaremos o que de certa forma seria o último modelo e, depois, sua extensão, a saber, a Teoria da Conectividade Não-trivial e a Teoria do Diálogo. Propostas que, segundo seu autor, Costa (2002, no prelo, 2003, 2005a, 2012), além de levantarem problemas deixados pelos modelos anteriores, sem, é claro, de reconhecer seus méritos, procuram oferecer soluções tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, envolvendo aspectos referentes aos fundamentos, arquitetura conceitual e potencial de aplicação.

### 3.5 A TEORIA DA CONECTIVIDADE NÃO-TRIVIAL (TCNT)

Através de vários estudos desenvolvidos pelo Programa de Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural, desde a década de 1990, Costa vem incentivando as investigações sobre a lógica da linguagem natural a partir da noção de inferência. Em um primeiro momento, Costa (1984) levantou os problemas da TIG e propôs a TIGA; agora, após fazer um levantamento detalhado das dificuldades enfrentadas pela Teoria das Implicaturas (Grice 1975), pela Teoria da Relevância (Sperber e Wilson, 1986, 1995), e pela Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (Levinson, 2000), Costa (2002 no prelo; 2005a, p. 119) propõe a Teoria da Conectividade Não-Trivial como “uma construção teórica alternativa àqueles modelos que se pretende mais resistente aos contraexemplos apresentados tanto no nível dos fundamentos quanto da arquitetura conceitual e do potencial de aplicação<sup>146</sup>”, modelando a conversação, em especial seus aspectos inferenciais, na interface da semântica com a pragmática. Iremos, nesta seção, mostrar como Costa chega à TCNT e, posteriormente, até a TD – que é um desenvolvimento do que havia sido proposto na TCNT. Iniciaremos com a apresentação da arquitetura conceitual da TCNT para, aos poucos, mostrarmos as discussões e percepções de Costa que motivaram tal modelo e o desdobramento para a TD.

---

<sup>146</sup> Ao invés, contudo, de usá-la como alternativa, embora seja perfeitamente possível, a TCNT, devido à Metateoria das Interfaces Internas e Externas, será empregada para fortalecer a questão explanatória, por um lado, e descritiva, como veremos, por outro. Tanto isso é possível que, embora Menna Barreto (2003) tenha usado o modelo como uma alternativa, após a apresentação da Metateoria das Interfaces, em especial, a partir de 2007, autores como Strey (2011), Pail (2012), e Dias (2012), fazem uma articulação entre os modelos.

Costa (2002, no prelo, 2005a) acredita que, para estudar a comunicação humana, em especial, suas propriedades inferenciais, é preciso, metodologicamente, aproveitar o que já se tem disponível sim; mas, da mesma forma, metodologicamente é preciso visitar os fundamentos dos modelos. E o faz avançando através de uma espécie de passo para trás – o que de forma alguma configura um retrocesso, mas um movimento de revisitação crítica aos importantes avanços já alcançados. O autor inicia, assim, essa revisão a partir da investigação de certos princípios. Vejamos. Embora reconheça a importância da Hipótese Inatista chomskiana, do Princípio de Cooperação griceano, e do Princípio da Relevância, de Sperber e Wilson, inclusive das heurísticas de Levinson, ele acredita que esses já configuram princípios que tratam de níveis avançados quando se pensa em abordar a comunicação humana e a significação em LN, mais especificamente, tendo em vista a noção de inferência no que tange à generalidade que se pretende dar à proposta.

Aspectos ligados à racionalidade são, para Costa (2002, no prelo, 2005a), um passo teórico de investigação mais adiantado sobre o fenômeno comunicacional. Para ele, essa postura faz com que se deixe de considerar questões mais elementares, as quais, ao seu ver, sustentariam de forma mais apropriada qualquer abordagem sobre a comunicação. Assim, dentro de tal perspectiva, a primeira questão que Costa considera importante, e que é posta de lado quando as abordagens partem da racionalidade, refere-se a algo mais elementar, a saber, a motivação para a comunicação. O autor entende que, antes de mais nada, é preciso considerar a comunicação como sendo primeiramente natural, a qual deve ser vista antes como uma tendência humana, para só depois, então, ser avaliada social e culturalmente.

Assim, para ele, assumir que o ser humano, conforme propõe Chomsky, seja dotado de uma capacidade inata para a linguagem sem que se postule algo anterior a isso, que daria conta do por que as pessoas compartilhariam essa linguagem, cria uma lacuna metodológica. Costa acredita na necessidade de se supor algo mais geral e básico e propõe como hipótese de sustentação algo que ele chamou de uma tendência inata para a conectividade, mas de natureza não-trivial, que daria conta, a seu ver, da comunicação humana básica.

Para Costa, então, antes de se assumir o Inatismo, o Princípio da Relevância, e até mesmo do Princípio da Cooperação, especialmente porque os dois últimos falam da comunicação racional, é preciso supor mais fundamental ainda, cuja propriedade seria, antes de mais nada, a de estimular um comportamento comunicativo. Costa (2002, no prelo) pretende, assim, tratar a comunicação humana linguística como um fenômeno de ordem natural – anterior ao próprio inatismo chomskiano, antes mesmo de ser um fenômeno racional, social e cultural. O autor inicia, portanto, a apresentação da sua proposta, a TCNT, através do princípio da Conectividade Não-Trivial.

Segundo Costa, a conectividade consiste em uma necessidade irracional instintiva que caracteriza a raiz da comunicação animal como um todo – da qual a humana é apenas uma parte ou instância. Dessa forma, a conectividade<sup>147</sup> passa a referir a uma espécie de mecanismo comunicativo

---

<sup>147</sup> Assim como Sperber e Wilson (1986, 1995) fizeram com o termo ‘relevância’, Costa (2002, 2005) faz com o termo ‘conectividade’ – parte do significado intuitivo para chegar a uma denominação teórica.



não-linguístico que antecede, em termos explanatórios, e intrateóricos, à própria linguagem humana. Através de tal hipótese de sustentação, Costa entende

estar supondo uma direção cognitiva do cérebro/mente para a conexão comunicativa, entre outras formas de conexão como, por exemplo, a própria relação físico/sexual [...] seria estranho que outras formas variadas de comunicação natural aparecessem entre animais e que a forma humana não tivesse uma base cognitiva para isso, caracterizando-se toda a organização social da linguagem como puramente contingente e fortuita na evolução (COSTA, 2005a, 119).

Em outras palavras, Costa acha estranho que o ser humano tenha uma capacidade inata para a linguagem, como é assumido pelo próprio Chomsky, sem que tenha, anteriormente, uma vocação natural para compartilhar tal linguagem. Assim, o **Princípio da Conectividade Não-Trivial** caracteriza-se por se expressar através da linguagem humana e por representar compromissos informativos não-redundantes e criativos, a partir da suposição de que no cérebro/mente há uma base cognitiva para essa conexão humana comunicativa especial<sup>148</sup>.

Ao contrário dos animais, a conectividade no ser humano caracteriza-se por ser uma conexão **não** puramente automática (mecânica), nem previsível; mas interativa e criativa, pois, como explica Viégas-Faria (2003), trata-se de uma conectividade que se atualiza a cada vez em contextos diversos. É por isso que, segundo Costa (2002, no prelo), o Princípio da Relevância já seria uma derivação de outro princípio. Para haver eficiência na comunicação, ou seja, antes de haver algo que dirija a comunicação racional é preciso algo que a estabeleça<sup>149</sup>.

Nesse sentido, para assumir uma conectividade que, no ser humano, expressa-se através da linguagem natural e de forma não-mecânica e não-redundante, mas criativa e informativa, Costa propõe o segundo princípio que constitui os fundamentos das TCNT, a saber, o **princípio de que a linguagem humana é essencialmente sintaxe (forma), semântica (conteúdo) e pragmática (usabilidade)**. Para o autor, assumir a sintaxe é a garantia de que o significado está sendo estudado em relação à linguagem natural; já os processos semânticos, na TCNT, são assumidos como inatos, e não categorias semânticas. Entretanto, embora Costa aceite, conforme proposto por Chomsky (1986, 1995), que a linguagem humana possui uma faculdade especializada no cérebro-mente, a qual se expressa por uma gramática universal, para ele

diferentemente, assume-se, que tal gramática universal tem uma propriedade sintático-semântico-pragmática, em que o caráter da estrutura é sua potencialidade representacional e usabilidade. Não se coloca a restrição de que uma semântica mais ampla se expresse no mesmo módulo especializado; da mesma forma, a condição de instanciação pelo uso deve, em seu sentido, envolver outros módulos<sup>150</sup> (COSTA, 2005a, p. 120).

<sup>148</sup> Assume-se, portanto, que essa tendência seja inata do ser humano, fruto da evolução do cérebro humano em relação a outros animais.

<sup>149</sup> Costa (2005a) levantou uma quantidade de contraexemplos demonstrando a impossibilidade de a relevância ser o princípio mais geral através da discussão sobre a conversa amorosa, o próprio jornalismo figura nessa lista.

<sup>150</sup> Aqui é possível verificar a diferença entre as propostas de Chomsky (com a total autonomia da Sintaxe, em especial, em relação à Semântica) e de Montague (para quem a Semântica prevalecia sobre a Sintaxe).

Como Costa sempre afirma, a adequação metodológica deve ser anterior às evidências empíricas, algo bem diferente do que é praticado por Levinson (2000) quando este deseja defender suas propostas – basicamente através de um exaustivo levantamento de exemplos e casos. Costa (2005a), portanto, desenvolve seu programa tratando a natureza de tal gramática como sendo fruto de uma suposição abdutiva, que não depende de evidências empíricas sobre induções experimentais ou deduções formais. Para ele, assumir essa gramática permite que se explique de forma mais adequada **“as propriedades essenciais da linguagem humana e sua manifestação não-necessária, mas historicamente fundamental na intersecção das diversas línguas”** (COSTA, 2005a, p. 120; grifo nosso).

A partir dos dois princípios acima, Costa, considerando a questão dos contextos socioculturais, parte da questão da linguagem e se dirige, mais especificamente, para o tratamento dos aspectos envolvendo as línguas, a fim de determinar o terceiro princípio, o da **Interatividade Comunicativa**. Nesse sentido, a tendência para a conectividade pode ser verificada a partir das formas de organização social na construção de códigos comunicativos, das suas regras de uso e na sua manifestação histórica: ou seja, a partir das diversas línguas. A interatividade<sup>151</sup>:

pode ser caracterizada como uma consequência da sociabilidade natural mais a natureza do social, ou seja, da natureza da linguagem enquanto propriedade genética para a expressão das línguas enquanto construções sociais. [...] Os princípios sintáticos, semânticos e pragmáticos universais enraizados na genética sustentam as variações de parâmetros sociais que desigualam as línguas (COSTA, 2005, p. 120).

É à luz desse princípio que Costa define, metodologicamente, o que ele tomará como Semântica e Pragmática, aspecto que, inclusive, afetará, mais adiante, a discussão sobre as propriedades da interface entre esses níveis, envolvendo inclusive o próprio Levinson<sup>152</sup> (2000) e a localização das suas ICGs. Assim, dado que a TCNT é construída na interface com a comunicação, Costa (2005, p. 120, grifo nosso) propõe uma **Semântica Linguística**, a ser tratada como **“o conjunto de conceitos sistemáticos capaz de representar a base convencional, independente de contexto específico, para a interatividade”**. Já, a **Pragmática**, para ele, nesse modelo, **“pode ser modelada para dar conta da dinamicidade contextual própria dos tipos variados de situações”**.

É também conforme esse princípio que Costa diferencia as formas escrita e falada de código, além de estabelecer os três fundamentos básicos segundo os quais se pode avaliar a natureza interativa dessas modalidades. Enquanto a fala parece ser mais dinâmica, a escrita aparenta ser mais estática, embora ambas sejam caracterizadas pelos mesmos fundamentos, a saber, informatividade, veracidade e objetividade ou economia. Para Costa, ao contrário da fala, que parece obedecer a tais propriedades de maneira mais flexível, devido à sua dinamicidade, a interatividade da escrita observa esses aspectos de forma mais rigorosa.

<sup>151</sup> A interatividade, na TCNT, exige que, por exemplo, na afirmação o ouvinte faça um comentário.

<sup>152</sup> Ao contrário do modelo de Levinson, na TCNT a pragmática não entra como constitutiva da semântica, mas sim como sendo sustentada por ela.

Pela presença dos interlocutores no ato comunicativo da fala, a adequação é rápida, o custo de retificação é baixo e, conseqüentemente, a fala pode ser instável quanto à quantidade e qualidade da informação, maior ou menor veracidade ou plausibilidade do que se afirma e mais ou menos redundante sem maior prejuízo da economia comunicativa (COSTA, 2005a, p. 121).

Viégas-Faria (2003) ressalta que esse princípio, além de tratar das questões sintáticas e semânticas das línguas, está ligado a aspectos relacionados à relevância, tal como foi definida por Sperber e Wilson (1995), enquanto propriedade cognitiva que regula o fator informacional das trocas conversacionais entre interlocutores.

Quando propôs as alterações no modelo griceano, no trabalho de 1984, vimos que Costa mexeu nas noções de contexto e relevância. Quanto ao contexto, tratou-o adotando a proposta de Bar-Hillel (1957). A partir daquele momento, o contexto seria tratado como **descrições de contexto**, ou seja, deixaria de ser uma noção metafísica para ser operacionalizada de tal forma que pudesse ser tratada como entidade linguística, formando junto com a sentença um par ordenado de elementos de mesma natureza. Assim, prevalecendo o movimento metodológico e, à luz da proposta de Bar-Hillel, o **contexto**, na TCNT, é definido enquanto **função de atribuição informativa sobre alguma proposição**, consistindo em “qualquer peça informativa que funcione na interface com o papel do suporte particularizador variável que permite a interpretação de enunciados” (COSTA, 2005a, p. 124, grifo nosso).

Sempre privilegiando as decisões metodológicas<sup>153</sup>, Costa, embora contemplando a proposta de Grice, recortou o significado e sua obtenção de forma a simplificar a determinação das noções de decodificação e inferência e, obviamente, a delinear a configuração da interface Semântica/Pragmática – o que, de certa forma, acabou discutindo, inclusive, aquela proposta por Levinson (2000). Para Costa, o dito é o significado veiculado pela proposição explícita – aquele associado à proposição pelo conjunto potencial semântico convencional, e obtido pela decodificação –; já o implicado consiste no significado decorrente de inferências implícitas, obviamente, obtido pelo processamento inferencial. Entretanto, Costa, embora como Levinson, identifique e aceite as ICGs, por exemplo, ele modela a obtenção de conteúdo pela decodificação e pela inferência conforme apresentado abaixo – redefinindo o papel e a natureza das ICGs, como veremos. Assim, segundo Costa (2005a, p. 124), temos:

### **Decodificação**

- (i) Conteúdo proposicional explicitado na sentença.

### **Inferência**

- (i) **Semântica**: conteúdo associado pela rede significativa.
- (ii) **Pragmática**: conteúdo obtido pela relação da proposição com um contexto específico.

<sup>153</sup> O que faz, segundo Costa (2002, em comunicação pessoal), que uma abordagem seja metodologicamente determinada sem que o modelo construído seja uma mera invenção é o fato de tais modelos estarem, de certa forma, ligados às teorias do senso comum. Para o autor, as teorias científicas, além de permitirem o avanço do conhecimento, resgatam as intuições tradicionais, resgatam o senso comum.

Costa demonstra que sua abordagem segue Grice e explica a distribuição dos conteúdos:

[...] se se quiser traduzir pela fórmula clássica de Grice, distinguir-se-á o dito, das implicaturas convencionais, incluindo as generalizadas, e das particularizadas. **A novidade, nesse ponto, é considerar a distinção entre convencional, propriamente, e generalizadas, aberta por Grice, no interior da semântica linguística, em interface com a comunicação.** (COSTA, 2005a, p. 124, grifo nosso, grifo nosso).

Uma das grandes questões que tem interessado, encantado e orientado as investigações sobre os implícitos, a comunicação, intenções dos falantes, etc., é o fato surpreendente de que a comunicação de fato funcione, em especial, no que diz respeito à seleção do contexto adequado para a interpretação, como bem declararam Sperber e Wilson (1995). Costa considera a questão do processo comunicativo, mas o faz incluindo aspectos antes tomados como pressupostos e, portanto, pouco ou nada diretamente abordados, revisitando, por outro lado, fatores muito discutidos. Por exemplo, ele passa a considerar como os interlocutores se entendem não apenas no que diz respeito ao processo, mas indo além, incluindo o início e o fim da troca conversacional. Nesse sentido, o autor, além de reanalisar aspectos relacionados à inter-relação entre os interlocutores, nessa perspectiva, apresenta o seu tratamento do que denominou de competência semântica e pragmática.

Emprestando as noções de ‘condições iniciais’ e ‘condições finais’ da Teoria do Caos, Costa especifica o processo comunicacional como um conjunto de determinações que tem objetivos específicos, o qual é dominado pelos interlocutores. Nesse sentido, ele diz que os indivíduos se caracterizam por competências de natureza semântica e de natureza pragmática no que tange às trocas comunicacionais. Segundo Costa, a competência semântica linguística, na interface com a comunicação, consiste no conjunto potencial de propriedades lexicais, proposicionais e discursivas adquirido pelo indivíduo, do qual cada unidade semântica é uma restrição – identificada na TCNT como a noção de tópico, o qual, em termos griceanos, determina aquilo sobre o que versa uma troca comunicacional qualquer, como o próprio Grice coloca, através do Princípio de Cooperação, o tópico é o que “dita a direção ou o propósito da troca conversacional”.

Contudo, o tópico, por sua vez, é também restringido através do que Costa denomina de formas específicas do contexto comunicacional, a saber, afirmações/comentários, perguntas/respostas, ordens/posicionamento, cumprimento/reação, etc. Tais formas constituem o que o autor entende por competência pragmática elementar. É nesse segundo nível que se encontra o que capacita os interlocutores a perceberem que qualquer troca comunicacional é estabelecida pelas condições iniciais determinantes (inclusive aspectos contextuais) e encaminhada a condições finais – às quais os interlocutores ficam submetidos. Segundo Costa (2002, no prelo), é problemático querer explicar a comunicação pelos resultados, é preciso considerar as condições iniciais – trabalha-se, portanto, com um mínimo de previsibilidade – daí, para Costa, a importância de assumir a Teoria do Caos. Para tanto, o autor traz como exemplo uma peça publicitária.

Um diálogo publicitário, por exemplo, ao construir um slogan do tipo (A) “Você já se livrou daquela dorzinha no braço na hora de secar a roupa?” restringe as condições iniciais a uma pergunta e a um tópico, no caso, secar a roupa. A condição final é, por

exemplo, vender a máquina Brastemp de secar. As implicaturas intermediárias, como (D) ‘com uma máquina de secar, você se livra da dor’ estão, nesse ponto, sujeitas a essas condições iniciais e finais para que sejam inferidas (COSTA, 2005a, p.125).

Como vimos, através da noção de condições iniciais e finais, é possível tratar de forma mais objetiva como os interlocutores não se perdem enquanto interagem comunicacionalmente – desengessando o processo via conhecimento prévio, mas contemplando o que cada indivíduo traz para a troca comunicacional. Sem contar que assim é possível tratar, até certo ponto, mais naturalmente a escolha descrita pela atuação do Princípio da Relevância.

Uma crítica que Costa faz às abordagens de compreensão refere-se ao fato de tratarem de maneira assimétrica a relação estrutural entre os interlocutores. Mais uma vez, privilegiando o aspecto metodológico, Costa entende que emissor e falante devem ser considerados não como entidades existentes, mas como funções a serem consideradas na estrutura da conversação, as quais devem ser descritas em suas atividades específicas.

Para tanto, o primeiro movimento feito por Costa foi tomar o diálogo como versão prototípica da conversação humana, daí por que denominá-lo de Unidade Básica de Comunicação, ou seja, como a unidade mais elementar onde a troca comunicacional ocorre. O segundo movimento refere-se ao fato de reconsiderar os papéis dos interlocutores. Os modelos clássicos que vêm estudando a conversação, em especial o processo inferencial que captura o extraliteral – que, segundo Costa, passou a merecer cada vez maior atenção a partir do enraizamento da Semântica e da Pragmática no interior das ciências cognitivas – têm oferecido um tratamento fundamentalmente assimétrico.

De acordo com Costa, tanto TIG, TR quanto TICG, qualquer um dos modelos, ao estudar uma troca entre A e B, dedica-se apenas à análise da resposta de B a A. Tomando um dos exemplos clássicos de Grice, Costa explica a assimetria.

- (1) A: Estou sem gasolina<sup>154</sup>.  
 B: Tem um posto na esquina.  
 q +> No posto, você pode por gasolina.

Grice analisa o exemplo acima dizendo que B, ao dizer o que diz, implica conversacionalmente q, ou seja, que A, no posto, pode por gasolina – uma vez que B está cooperando e, portanto, falando de acordo com o tópico. Essas abordagens privilegiam a inferência como processo que o ouvinte (de B em relação a A) executa – daí a assimetria. Através da TCNT, Costa revisita os elementos a serem analisados da seguinte forma.

Uma proposta mais simétrica consideraria que A e B estão numa relação comunicativa em que A restringe o ato inicial com uma observação que o diálogo e (I1<sup>155</sup>) implica a expectativa de um comentário sobre o tópico por parte de B. B, então, infere a implicatura (IA) e coopera, comentando sobre o posto e (I2) Q. A assume, na sequência, que B está cooperando e infere Q, caracterizando o entendimento (COSTA, 2005, p. 125).

<sup>154</sup> Segundo Sperber e Wilson (1995), a declaração de A, embora pareça uma afirmação, deveria ser tratada como uma pergunta. Eles acreditam que esse tratamento é possível devido a uma explicatura que seria carregada pelo enunciado (VIÉGAS-FARIA, 2003).

<sup>155</sup> Leia-se Inferência I.

Dessa forma, A e B estariam em um diálogo, envolvidos em uma unidade básica de comunicação, ambos contribuindo para o direcionamento da troca. Segundo Costa, A restringe o ato inicial com uma observação que abre o diálogo e implica a expectativa de resposta de B, a saber, nesse caso, mais especificamente, um comentário sobre o tópico – B pode perceber isso, pois, conforme a TCNT, o comentário de A estabelece as condições iniciais que irão orientar a troca comunicacional. Após a decodificação linguística, a partir da inferência semântica processada, B pode, então, finalmente, através de seu enunciado, cooperar. A, por sua vez, supondo que B está cooperando (e sendo otimamente relevante<sup>156</sup> tendo em vista suas capacidades e competências), pode, finalmente, inferir algo do tipo ‘você pode por gasolina no posto da esquina e resolver seu problema’, caracterizando, portanto, o entendimento de A, do enunciado de B, em seus significados dito e implicado, e, conseqüentemente, o significado total.

A partir desse novo recorte, retomemos a discussão a respeito do atomismo, holismo e molecularismo, agora, à luz da TCNT como uma resposta molecularista. Como vimos no segundo capítulo desta tese, apresentamos a discussão entre holistas e atomistas a respeito do significado em linguagem natural, e optamos pelo molecularismo, que caracteriza a determinação do significado a partir de pequenas redes. A TCNT apresenta-se como essa resposta de natureza molecularista.

Segundo Costa (2005a, p. 123), o modelo “não parte de uma concepção de significado enquanto propriedade da linguagem em si mesma”, mas desenvolve uma opção que tem na metodologia<sup>157</sup> seu aspecto norteador. Assim, como Costa (2005a, p. 123) “não assume a ideia de significado como entidade com tais e tais propriedades”, este, portanto, vai ser construído a partir da interface relevante. Nesse sentido, ao contrário de uma interface com a Lógica, em que a semântica assumida é a das condições-de-verdade e, portanto, tais condições, por serem estabelecidas *a priori*, explica Costa, esgotam todo o significado de uma proposição desde que esteja em jogo a inferência dedutiva.

No caso de uma interface com a comunicação, “a semântica/pragmática das línguas representam o significado parcial para que a adequação descritiva e explanatória da teoria seja alcançada” (COSTA, 2005a, p. 123). Dessa forma, o fenômeno da significação é tratado tanto no nível semântico quanto pragmático, mas, no primeiro caso, considerando-se a proposição livre de contexto particular, e, no segundo, a partir da suposição de um contexto mínimo. Assim, para Costa (2005a), o atomismo deixa de ser uma proposta adequada, pois, embora seja descritivamente necessário para tratar da composicionalidade, ele precisa estar acompanhado de uma função pragmática, sob pena de perder sua capacidade explanatória. Já, no caso do holismo, assumir que as

---

<sup>156</sup> Somente agora o Princípio da Relevância aparece. Não exatamente no início do processamento, conforme propõem Sperber e Wilson (1995).

<sup>157</sup> Segundo Costa (2002, no prelo), a maioria dos autores parte de um ponto de vista de que a linguagem tem certas propriedades, mas, para ele, o fato de ela ter tais propriedades não é razão suficiente para que uma teoria seja subdeterminada por esses dados, daí a importância de privilegiar a metodologia à metafísica na e para a construção de modelos.

expressões só teriam significado isoladamente é não assumir uma semântica convencional de base estável.

O molecularismo, que, dentro da TCNT, metodologicamente mostra-se sim como a melhor alternativa, para Costa, apresenta-se como uma posição desejável, pois contempla o aspecto variável do significado. Assim, independentemente de se assumi-lo (COSTA, 2005a, p. 123) “como atomismo enriquecido ou holismo restringido”, o molecularismo parece mais adequado à proposta de interface que o autor está construindo. Ao trazer para a TCNT a noção de condições iniciais, Costa procura dar uma resposta à questão atomismo/holismo, por um lado, e à questão da interface Semântica/Pragmática, por outro.

Anteriormente, apresentamos a Metateoria das Interfaces desenvolvida por Costa (2007). Vejamos agora, como isso afeta a Linguística e a interface Semântica/Pragmática. Para Costa, não basta investigar a linguagem apenas à luz de propriedades observáveis, pois isso compromete a abordagem do fenômeno sob investigação. Mais especificamente, ele aponta para os perigos de se descrever e explicar fenômenos sem se considerar a determinação prévia de compromissos metodológicos. No caso da Linguística, e conseqüentemente, para a Semântica,

[...] ao nível da natureza da cognição, trata-se de investigar a linguagem em suas fronteiras com outros supostos módulos, sob pena se ter uma teoria cognitiva *ad hoc* para a linguagem. [...] Quanto à **semântica**, seria estranho que, sendo ela modelada enquanto subteoria linguística, não tivesse necessária interface com a **sintaxe** assumida. Da mesma forma, já ao nível comunicativo, a interface com a **pragmática** se impõe, se é suposto o papel do contexto na abordagem da significação em fragmentos das línguas (COSTA, 2005a, p. 122).

Como vimos, para Costa, tomar a linguagem humana como objeto em si mesma, com propriedades concretas e descobríveis pela ciência, não é o que deve determinar a construção da uma teoria. Ele não toma o significado, enquanto fenômeno, como algo observável na perspectiva metodologicamente simplista do termo. Para Costa, de fato, uma teoria constrói uma arquitetura conceitual a partir do binômio ‘conhecimento comum’ mais a ‘história da disciplina’. E deve ser, como vimos, o estabelecimento de interfaces internas, para a descrição, e de interfaces externas, para a explicação, o aspecto principal que nortearia a construção de um modelo.

Explica Costa (2005a, p. 122): “como partimos da suposição de uma opção metodológica primeira, não se assume a ideia de significado como entidade com tais ou outras propriedades. Nessa perspectiva a noção de significado depende de como ela é construída na interface relevante”. Vimos que ele relaciona a semântica com a lógica, com as ciências cognitivas e com a comunicação. Para este trabalho será adotada uma semântica comunicativa, de base convencional, conforme proposto pelo próprio Costa, e verificadas as conseqüências para a Pragmática.

Na semântica comunicativa, a argumentação é apenas um tipo de processo. Afirmações, questionamentos, ordens e outras formas de interatividade são absolutamente comuns. É aqui que a semântica, já constituída ao nível das línguas, representa um conjunto de convenções ao nível do léxico, da proposição e do discurso mais amplo. Tal conjunto será dito semântico enquanto considerado contexto generalizado e livre de contexto particular (COSTA, 2002, p. 2, no prelo).

Essa semântica, continua Costa (2002, no prelo), faz interface com as áreas da comunicação tanto no aspecto cultural quanto no cognitivo. Assim, na interface com a comunicação, “a semântica linguística é formada por um conjunto de conceitos sistemáticos capazes de representar a base convencional, independente de contexto específico para a linguagem natural” (COSTA, 2002 apud MENNA BARRETO, 2003, p. 108). Na TCNT, portanto, **a semântica assumida é conceitual e tem como objeto o significado do dito e o significado *default***. Segundo Menna Barreto (2003), as pessoas lançam mão desse significado, pois elas

costumam usar as palavras de maneira preferencial, baseadas no conhecimento convencional da língua. [...], toda vez que vamos nos comunicar, no nível do uso, caímos sob a análise da pragmática, mas já temos um conhecimento da língua, do ponto de vista semântico. [...] a semântica, na interface com a comunicação, trata das condições de comunicabilidade (MENNA BARRETO, 2003, p. 108-109).

Temos reiteradamente chamado atenção para um dos aspectos que Costa mais privilegia, a saber, qualquer distinção e movimento teóricos, embora não possam deixar de contemplar o senso comum, de uma certa forma, devem ser metodológicos, e não simplesmente partir da observação direta do que acontece nas línguas. A Semântica, aqui, “depende de convenções gerais, dessa forma, ela sustentaria a base convencional sobre a qual a dinamicidade das línguas funciona”; já a Pragmática, que depende de contexto particular, lida com a dinamicidade do significado (MENNA BARRETO, 2003, p. 109).

Na disciplina de Semântica, quando apresentou a TCNT, Costa (2002, no prelo) definiu o contexto como “qualquer peça informativa que funciona na interface com o papel do suporte particularizador variável que permite a interpretação dos enunciados”. Esclareça-se que enunciados são tomados enquanto “ilustrações particulares de proposições ou, ainda, enquanto proposições contextualizadas” (apud MENNA BARRETO, 2003, p. 109). Assim, na interface com a Pragmática, dentro da TCNT, a Semântica já pressupõe que as frases tenham um significado na língua, independentemente de qualquer troca. “Quando a frase entra na interface, vem com o conteúdo, por hipótese, de conhecimento da língua, e, ao chegar na Pragmática, varia de acordo com o contexto particularizado” (MENNA BARRETO, 2003, p. 109).

Na modelagem com a interface lógica, o que está em jogo é apenas a argumentabilidade dedutiva e suas condições. Segundo Costa (2005a, p. 122), nessa perspectiva, “a evolução da interface levanta questões importantes ligadas, por exemplo, ao caráter lógico-linguístico da computação para a inteligência artificial ou para a própria linguagem da ciência em geral”. Além disso, quando a inferência e a cancelabilidade entram em jogo, essa semântica acaba sofrendo – se a construção levar também apenas em conta o aspecto observacional, pois até um significado semântico pode ser cancelado, na comunicação diária – justamente o que, para a lógica, em casos de contextos específicos é algo que não deveria ocorrer. Essa é uma das questões mais problemáticas para Levinson (2000), pois ele parte desse caráter observacional inclusive para mostrar que a Pragmática interfere na Semântica.



Contudo, se se privilegiar o caráter metodológico<sup>158</sup>, como Costa propõe, então o problema para o estabelecimento da interface desaparece, pois a cancelabilidade na Semântica desaparece. Ao contrário do que ocorre na TIG, por exemplo, que adota uma semântica das condições-de-verdade, na TCNT, a semântica é construída no modelo, ou seja, é metodologicamente determinada já no nível das línguas, representando um conjunto de convenções ao nível do léxico, da proposição e do discurso mais amplo.

Contudo, para ser chamado de semântico, ou para pertencer à semântica, tal conjunto será tratado como semântico quando considerado (i) contexto generalizado e (ii) livre de contexto particular. Pode-se observar que o problema gerado por Levinson (2000) desaparece, mas não o fenômeno das ICGs, muito menos a importância de tais implicaturas generalizadas. Assim, a noção de contexto específico particularizado é retirado da semântica e localizado no enunciado.

Nessa direção, o que se está dizendo é que a presença ou não de contextos específicos na determinação de significados é o que distingue a Pragmática da Semântica e, conseqüentemente, **a interface relevante entre as duas disciplinas será exatamente a forma de interação entre convenções generalizadas de proposições e particularizadas de enunciados** (COSTA, 2005a, p.122, grifo nosso).

A seguir, especificaremos as propriedades que caracterizam e determinam a interface Semântica e Pragmática na TCNT através de uma série de princípios propostos por Costa. O quadro abaixo foi retirado na disciplina Seminário de Semântica, ministrada por Costa no primeiro semestre de 2002, na PUCRS, quando ele construiu o modelo da TCNT desde seus fundamentos, até às críticas e aplicações. Trata-se de anotações do caderno da autora desta tese. Mais tarde, a teoria foi publicada em um artigo, a saber, **Comunicação e inferência em linguagem natural**, na revista Letras de Hoje, em março de 2005. A referência completa se encontra no referencial bibliográfico deste trabalho. A construção desta seção baseia-se no artigo, nas anotações do curso e em transcrições das aulas ministrada na época.

**Quadro 3** – Propriedades da Semântica e da Pragmática na TCNT

<b>Semântica</b>	<b>Pragmática</b>
Representacionalidade	Intencionalidade
Arbitrariedade So/Si – Semântica	Arbitrariedade O/Signo <sup>160</sup> – Pragmática
Inferência livre de contexto	Inferência dependente de contexto
Composicionalidade	Não-linearidade
Interface Si/Se/Pr <sup>159</sup>	Interface Se/Pr <sup>161</sup>
<i>Default</i> /Prototipicidade	Variabilidade/Instabilidade
Proposicionalidade	Contextualidade
Monotonicidade	Não-monotonicidade

**Fonte:** Costa (2002, no prelo).

<sup>158</sup> Segundo Costa, a delimitação de um objeto deve ser metodológica, e não metafísica.

<sup>159</sup> Sintaxe/Semântica/Pragmática

<sup>160</sup> Objeto/Signo

<sup>161</sup> Semântica/Pragmática

Antes de apresentarmos os aspectos específicos, é importante esclarecer que, para Costa (2002, no prelo), a distinção entre Semântica e Pragmática, fundamental e metodologicamente, é determinada pela presença ou não de contextos específicos tendo em vista o estabelecimento do significado. Isso quer dizer que, na interface, estão em jogo, influenciando-se mutuamente, por um lado, as convenções generalizadas das proposições, e, por outro, as interferências particulares dos enunciados. É importante esclarecer que a opção por não adotar uma relação com a Lógica **não desqualifica a abordagem para o estudo da argumentação e da inferência**. Essa questão será melhor e oportunamente discutida a partir do detalhamento das propriedades da interface Semântica/Pragmática. Como vimos, na TCNT, não se trata de uma semântica lógica, mas uma semântica convencional, relativa a processos ligados à atribuição de referência e à desambiguação. Vejamos, então.

Dizer que a linguagem se caracteriza pela **representacionalidade** significa que ela representa algo fora dela – as palavras representam coisas que não são elas mesmas. A linguagem pode referir-se, ou seja, pode representar o próprio significado. Essa propriedade está relacionada ao significado da sentença, ou seja, ao *sentence-meaning*. Segundo Costa, esse princípio corresponde, na pragmática, ao da **intencionalidade**, que está relacionado ao que o falante quer dizer com o que disse, no caso, com o significado do falante, que é expresso pelo *speaker-meaning*. Daí por que Costa diz que a semântica das condições-de-verdade não pode fazer interface com uma pragmática, uma vez que a intencionalidade está em outro nível – não há uma conexão direta nem natural entre condições-de verdade e intenção<sup>162</sup>.

Saussure determinou o princípio da **arbitrariedade** do signo linguístico – arbitrariedade semântica. A relação entre uma palavra e aquilo que ela representa não é motivada, mas arbitrária, convencional. Assim, por exemplo, a palavra ‘livro’ tem um significado conceitual que não se relaciona a nenhum livro em particular, mas a um protótipo. Costa propõe o estabelecimento de uma **arbitrariedade pragmática** entre um signo e o objeto referido. Tanto isso se segue que, se alguém disser que sua “vida é um livro aberto”, a interpretação preferencial de tal enunciado não será a de que a pessoa tem um diário que qualquer um pode ler, mas a de que não tem nada a esconder.

Quanto à **inferencialidade**, Costa diferencia a semântica da pragmática. Na **inferencialidade semântica**, não há necessidade de contexto para a interpretação. Por exemplo, ao dizer “Ganhei rosas”, existe a inferência de que rosas são flores – e não há necessidade de contexto para que se chegue a essa interpretação. Já na **inferencialidade pragmática**, há a necessidade de contexto. No enunciado “FHC seria o único que teria condições de ganhar de Lula”, a conclusão a que se pode chegar a partir do enunciado é a de que Lula vai ganhar a eleição, pois, pelo contexto, sabe-se que FHC não pode concorrer à eleição.

---

<sup>162</sup> Veremos isso mais adiante, quando Costa discute a proposta de Strawson de preencher a lacuna sobre a relação intencionalidade e significado, através de um tratamento especificamente lógico das condições de verdade das proposições” (*apud* COSTA, 2004b).

Antes de prosseguirmos é importante lembrarmos que a semântica adotada por Costa trabalha com o **significado default** (prototípico e convencional). Qualquer significado que extrapole o conteúdo semântico, convencional, por lançar mão de propriedades contextuais já deve ser tratado no terreno da pragmática. Contudo, segundo Costa, nenhum significado, nem mesmo o semântico, é imune a variações; assim, dada a forma como o modelo está sendo construído pelo autor, em tal proposta, não é na semântica que se estudam as variações.

Como vimos, pela **composicionalidade**, o significado de uma expressão é a função do significado das suas partes. Assim, embora a proposição “Gore desistiu em favor de Bush” seja composta a partir das mesmas palavras que “Bush desistiu em favor de Gore”, a ordem, interna aos constituintes, não é a mesma e isso interfere no significado de cada proposição. Assim, no caso da pragmática, Costa estabelece o princípio da **não-linearidade**. Dessa forma, nem sempre o significado total de uma proposição será composto pelo significado das suas partes. Esse é o caso das expressões idiomáticas: (a sentença explicativa sublinhada) “João arregaçou as mangas, pois o estavam atrapalhando” desfaz a interpretação da sequência linguística “Arregaçar as mangas” como expressão idiomática significando “iniciar algo”. De acordo com Costa, as expressões idiomáticas se tornaram rígidas, porque adquiriram um significado *default*, semântico – o que não impede uma interpretação composicional. Assim, por hipótese, na semântica, o significado das partes determina o valor do todo; na pragmática, essa linearidade não pode ser necessariamente assumida.

Outro aspecto extremamente importante refere-se às **interfaces**. Segundo Costa (2005a, p. 121, grifo nosso, acréscimo nosso), para a semântica é muito problemático não se assumir uma sintaxe, pois “seria estranho [para a semântica] que, sendo modelada enquanto subteoria linguística, **não tivesse necessária interface com a sintaxe assumida**” – **afinal sem sintaxe, não há linguagem**. A semântica estabelece uma interface com a sintaxe através da forma lógica, e não da forma gramatical, pois a forma lógica assumida é de natureza lógico-proposicional. **A semântica, por outro lado, também faz interface com a pragmática, mas aqui a semântica se caracteriza, como temos repetido, pelo significado default. Assim, na hipótese de Costa, a pragmática não faz interface com a sintaxe, nem com a lógica – tudo passa pela semântica.**

Outra propriedade da interface refere-se à característica de **prototipicidade**, natureza *default*, do significado na semântica; na pragmática, o significado se caracteriza pela **variabilidade**, pela **instabilidade**. De acordo com Costa, na semântica, parte-se do princípio de que há um significado *default* ou prototípico. Assim, antes do significado assumir um conteúdo fruto do uso, ele tem uma base estável – é por isso que Costa (2002, no prelo) defende que as expressões idiomáticas podem ter significados *default*. Para o autor, elas “são expressões cuja composicionalidade congelou-se em um *default* semântico”. Daí ser possível que “Arregaçar as mangas” signifique “iniciar algo”. Por outro lado, na pragmática, o significado pode variar a todo o momento, é dinâmico, daí o princípio da **instabilidade**, da **variabilidade**. Isso, segundo Viégas-Faria (2003), permite a criatividade. A autora explica:

Quanto mais criativos os usos do léxico e da sintaxe, tanto mais os significados vão estar se distanciando do significado *default*, estabelecendo-se linguisticamente transgressores, trazendo ao interlocutor o estranhamento que é típico da literatura [e, como veremos, de outros discursos] fruto de uma *poiesis*, pois no imbricamento da forma com o conteúdo encontram-se significados do subtexto – e alguns desses implícitos são passíveis de modelagem na interface da semântica com a pragmática [...]. (VIÉGAS-FARIA, 2003, p. 80, acréscimo nosso).

Como veremos, os discursos jornalístico, político e jurídico, em um momento ou em outro, para fins de persuasão, entre outros aspectos, também se valem de recursos linguísticos e de implícitos, especialmente aqueles disparados por transgressões e contextos particularizados.

Nesse sentido, o significado *default* está associado à proposição, mas não na semântica em interface com a lógica, cujo interesse refere-se apenas às condições-de-verdade, ou seja, à verificação sobre a verdade ou falsidade da proposição. Ao contrário da proposição semântica, que é uma entidade abstrata, o enunciado, segundo Costa, atualiza a proposição, levando em consideração as variáveis do contexto: para ele, essa condição está relacionada ao que ele denominou de condições de **comunicabilidade**. Como foi demonstrado, em especial, por Silveira e Feltes (2002), e apontado por Viégas-Faria (2003, p. 81), “a coesividade textual e discursiva, por exemplo, que, na maioria das vezes, é inferível, está na pragmática; e, na semântica lógica, permanecemos no nível da proposição”. Acontece que, na TCNT, assume-se uma semântica convencional argumentativa, cuja tarefa é dar conta dos conectores, da atribuição de referência (anáfora, por exemplo), desambiguação, etc., fenômenos que a tornam mais adequada para uma interface com a pragmática.

Enquanto a semântica dá conta desses fenômenos ligados à proposição, mas não diretamente àqueles das condições-de-verdade, a pragmática vai se valer dessa base estável a fim de modelar as variações de significado fruto da contextualização. É através da suposição da contextualidade **que a proposição, ao se atualizar como enunciado**, pode ter, na pragmática, através de um conjunto de critérios, a variabilidade descrita e explicada. **É nesse sentido que Costa vê a importância de se considerar que a semântica esteja sempre pressuposta na pragmática.**

Por fim, a última propriedade da interface, a saber, a **monotonicidade**, que se caracteriza por ser a propriedade de estabilidade dos argumentos semânticos. Nesse sentido, mesmo com o acréscimo de informações – de outras premissas, no caso –, não se pode cancelar a conclusão do argumento. Em outras palavras: o acréscimo de variações não altera a conclusão. Essa propriedade é relevante, contudo, para uma semântica em interface com a lógica – mas isso só é assim se, antes de se pensar metafisicamente, pensar-se metodologicamente. De acordo com Costa, na comunicação, nada está livre cancelamento. A pragmática, portanto, é, por natureza, não-monotônica, pois qualquer variação pode cancelar qualquer conclusão. Mas, mesmo assim, mesmo para mexer com qualquer aspecto do significado, permanece a necessidade de se assumir uma base semântica estável.

Entretanto, a questão da monotonicidade e não-monotonicidade em relação à cancelabilidade, na TCNT, tem um recorte metodológico mais rigoroso. Segundo Costa, na interface Se/Pr, dentro da TCNT, não se pode assumir monotonicidade, pois a modelagem é feita para abordar raciocínios em linguagem natural para fins comunicacionais. Até argumentos dedutivos podem ter a conclusão, para

fins comunicacionais, cancelada. Por exemplo, por hipótese, em um argumento do tipo Modus Ponens,  $P \rightarrow Q$ ,  $P \vdash Q$ , ao se assumir  $P$ ,  $Q$  seria uma conclusão necessária. Vejamos o raciocínio a seguir.

- (2) Todos os homens são honestos.  
Bush é homem.  
 Logo, Bush é honesto, contanto que valha a pena.

Como podemos observar, das premissas de (2), só se pode concluir que Bush é honesto. Mas, apesar do rigor desse tipo de raciocínio, nada impede que alguém faça tal cálculo, cancelando aquela que parecia uma conclusão necessária. Acontece que, na interface com a comunicação até esse tipo de inferência pode ser cancelada. A solução, segundo Costa (2005), está justamente na definição metodológica e, na TCNT, na modelagem adotada. Dessa forma, o autor propõe o seguinte: em uma interface entre a Semântica e a Lógica, o que interessa é a necessidade dos raciocínios. Para a comunicação, outros elementos estão em jogo, entre eles a adequação e os efeitos que o emissor quer produzir no receptor.

Costa (2005a) abre seu artigo, no qual apresenta a TCNT, mostrando como a flexibilidade da linguagem natural é fator decisivo para a geração de inúmeros efeitos de significação – aspectos que remontam aos trabalhos de Frege, de Russell, de Wittgenstein, e ao debate entre Russell e Strawson. Por isso que, na TCNT, “toda a inferência é cancelável, pela própria natureza flexível da linguagem para comunicação” (COSTA, 2005a, p. 128). Dito de outra forma: essas inferências são não-monotônicas, portanto, não-demonstrativas, ou seja, não triviais – o que significa que todo argumento, em linguagem natural, pode sofrer alterações.

Assim, ao contrário da tradição com Gazdar (1979), com o próprio Grice (1975) e até mesmo com Levinson (2000), para quem a interface com a pragmática seria a semântica das condições-de-verdade, cujo papel é basicamente a investigação do significado menos as condições-de-verdade, Costa (2002, no prelo), descarta tal possibilidade se o que está em jogo é a significação para fins comunicacionais. Para ele, uma semântica das condições-de-verdade não pode estar em interface direta com a pragmática. Tal semântica dedica-se à investigação da inferência para argumentos necessariamente válidos – o que, como temos visto, não é o caso, para a comunicação de uma maneira geral. Como o próprio Costa já vem falando desde 1984, a linguagem natural tem sim uma base lógica, **mas de forma alguma essa é toda a história.**

Assim, para Costa, tendo em vista o ponto de vista metodológico adotado, a cancelabilidade não será, portanto, primordialmente um critério para distinguir as inferências semânticas das inferências pragmáticas: enquanto as semânticas dependem de convenções gerais, as pragmáticas dependem de contextos particulares na modelagem dos processos inferenciais. O próprio Levinson tentou usar tal propriedade como o critério mais forte para tratar das IGCs como sendo pragmáticas, mas, como vimos, Costa não só as trouxe, de forma metodologicamente organizada, para dentro da

semântica, mas também mostrou de que forma há aspectos outros que as distinguem, como contextos particularizados.

Além disso, mais uma vez, devido ao fato de que, para Costa, a delimitação de um objeto deve ser metodológica, e não metafísica, na TCNT, ele constrói a inferência como não-cancelável na interface com a Lógica, pois é na Lógica que o foco deve estar na noção de necessidade. A monotonicidade é, portanto, estabelecida *a priori*. Por outro lado, na interface com a comunicação, dada a natureza flexível da linguagem natural, como já exaustivamente discutido por, e especialmente desde, Frege, além das contribuições de Russell e Strawson, e, mais contemporaneamente por Austin e Grice, Costa constrói a Semântica linguística como sendo cancelável.

Como vimos, a TCNT é construída a partir do **princípio da conectividade não-trivial**, que seria de base inata e caracteriza-se por ser constituído por estruturas fundamentais de natureza sintático-semântico-pragmática, as quais representariam a linguagem humana naquilo que ela teria de mais elementar. Em outras palavras, ao assumir o inatismo, Costa postula não apenas uma sintaxe universal, mas também uma semântica e uma pragmática universais; essa construção caracteriza a base inata do princípio que garante que esses níveis representem os fundamentos da comunicação como sendo natural e anterior a ser social – **o que, por sua vez, caracteriza interface entre o fenômeno linguístico e o cognitivo**. Segue-se daí o **princípio da interatividade**, que envolve os aspectos socioculturais das línguas particulares. É nesse segundo princípio que Costa (2002, no prelo) identifica **os princípios gerais da comunicabilidade**; e as **condições de comunicabilidade**, essas, por sua vez, ligadas aos três níveis, sintaxe, semântica e pragmática.

A noção de Comunicabilidade, na TCNT, é constituída pelos seguintes princípios: o da Retificabilidade, o da Dinamicidade e o da Economia, os quais são apresentados de forma mais detalhada na tese de Viégas-Faria (2003), que aqui resenhamos. O **Princípio da Retificabilidade** diz respeito à propriedade da cancelabilidade das implicaturas. O **Princípio da Dinamicidade** permite explicar como é possível, ao longo de uma troca conversacional, tendo em vista condições iniciais (CI<sup>163</sup>) de interatividade CII, uma expressão linguística ter atribuído um significado S1 o qual, com o desenrolar da conversação, passa a ter um significado S2, e mesmo, S3, S4,... Sn a partir de acordos que os interlocutores vão fazendo entre si, “negociando, para melhor entendimento entre si, todo um processo de significações modificadas” (VIÉGAS-FARIA, 2003, p. 90). Vejamos isso através do que ocorre com o significado da palavra ‘grande’, no exemplo a seguir, a partir de um diálogo que supostamente teria ocorrido entre o filósofo inglês Francis Bacon e a rainha Elizabete I, (PALAZZI, 1995, p. 19).

- (3) A rainha Elizabete I, maravilhada, comentou a respeito das pequenas dimensões da casa de Francis Bacon. ‘Senhora’ – responde ele – ‘a minha casa é grande o bastante para mim; é Vossa Majestade que é grande demais para a minha casa’.

---

<sup>163</sup> Condições Iniciais (CI)

No caso acima, vemos que o significado S1 de ‘grande’ não é o mesmo que o significado em S2. O primeiro quer dizer grande contemplando dimensões espaciais; o segundo, quer dizer grande no sentido de importância, ser ilustre e respeitável. Até porque, se se mantivesse o sentido S1, o qual é cancelado, mas não deixa ser possível, o filósofo estaria sendo grosseiro com a rainha – afinal, não há nada que impeça que se interprete ‘grande’ como significando gorda, por exemplo, o que poderia soar como uma ofensa – aspecto que não parece ser o caso. Viégas-Faria (2003) lembra que, se tal diálogo fosse avaliado à luz da TR, essa negociação e esse processo operam uma busca do que Sperber e Wilson denominaram de relevância ótima. Através desses dois princípios, podemos verificar como a comunicação em linguagem natural é **retificável** e **dinâmica**.

O terceiro princípio, o **Princípio da Economia**, é o que garante a objetividade ou diretividade das trocas conversacionais. De fato, ele se refere à forma e ao conteúdo, indo além, segundo Costa, daquilo que Grice denominou de categoria de Modo. Sobre esse princípio Viégas-Faria (2003, p. 90, grifo nosso) acrescenta:

O Princípio da Economia também faz parte do conjunto de princípios comunicacionais que advoga a TCNT em sua construção de uma semântica na interface com a pragmática. Uma vez que nessa interface o significado caracteriza-se pela indeterminação (**tanto que é necessariamente dinâmico e possivelmente retificado**), sabe-se que não estamos mais falando de linguagem (que tem a conectividade como princípio mais básico, de fundamentação nas ciências naturais), mas sim de línguas que têm a interatividade verbal como um princípio que explica o jogo comunicacional de expectativa e satisfação.

Segundo Costa, a relação expectativa/satisfação é de natureza necessariamente pragmática, pois faz parte de qualquer troca comunicacional. Tomemos mais uma anedota para ilustrar isso (PALAZZI, 1995, p. 6).

- (4) Voltaire escreveu a tragédia *Olímpia* em seis dias e enviou-a D’Alambert, para ser avaliada, com o seguinte comentário: ‘Esta tragédia foi feita em seis dias’. D’Alambert devolveu-a com as seguintes palavras: ‘O autor não deveria ter descansado no sétimo’.

O exemplo acima mostra que, quando se faz uma afirmação, implica-se pragmaticamente a expectativa de um comentário – o qual irá satisfazer pragmaticamente tal expectativa. Ao mesmo tempo, há a expectativa de que o comentário satisfaça semanticamente a expectativa suscitada pela afirmação, isto é, que a afirmação trate do tópico (conteúdo) referido. No caso do exemplo acima, vimos que apenas uma das expectativas foi satisfeita, embora, inclusive, o tópico tenha sido, de certa forma, mantido. O autor esperava um elogio, e não foi o que obteve. A necessidade de contexto particular aqui é inegável.

Segundo Viégas-Faria (2003), os três princípios gerais da comunicabilidade dependem, para sua validade teórica, do conceito molecularista de redes semânticas, pois elas fazem parte da noção de acessibilidade na memória, uma vez que o cérebro/mente encontra o(s) significado(s) particularizado(s) que se atualiza(m) pragmaticamente. De acordo com Viégas-Faria (2003), Costa opta pelas redes semânticas, pois elas são menores do que a noção de campo semântico – dentro das

teorias da psicolinguística, mas, contudo, são maiores do que tão somente, por exemplo, o conjunto de sinônimos e acepções de um vocábulo, aspecto que permite a inclusão de significados afins.

Usaremos como exemplo a palavra ‘grande’ da história em (4). Em rede semântica, será acessado na memória algo mais ou menos assim: o uso de ‘grande’ não inclui o uso de ‘médio’, embora, pela lógica, a noção de ‘grande’ inclua, por acarretamento, ‘médio’. Levinson (2000) trata, na TICGs, de significados colocados em escalas: para ele ‘médio’ está sempre incluído no significado de ‘grande’. Costa (2005a), através da TCNT, faz a seguinte objeção: se A diz ‘Esta casa é média’, e B comenta ‘Média não, ela é grande’, não se pode, como quer Levinson, que o significado ‘médio’ esteja incluído no significado do uso de ‘grande’, pois, por definição, ao usar ‘médio’, já se está partindo da negação de ‘grande’. Segundo Costa, a escolha do vocabulário diz muito, pois, na comunicação, ao selecionar um termo x em detrimento de y, o emissor permite que o receptor exclua da mensagem várias situações que são compatíveis com o conteúdo da mensagem codifica. Assim, “o uso informativo de uma expressão exclui de maneira negativa as outras expressões simplesmente porque a escolha significa que aquela era a pretendida, e não as outras” (MENNA BARRETO, 2003, p. 119). Ou seja, a escolha de um termo exclui a possibilidade de outros.

**Na TCNT, a sintaxe trata da sentença; a semântica, do léxico e da proposição; e a pragmática, do enunciado.** Segundo Costa, cada um dos três níveis caracteriza-se por condições comunicativas. Assim, a sintaxe fica a cargo das **condições de boa formação** da sentença; a semântica está relacionada à **informatividade não-trivial** (ligada às máximas griceanas da quantidade) e à **veracidade da proposição** (ligada às máximas griceanas da qualidade, contudo, contemplando a questão da verossimilhança e da plausibilidade, não necessariamente a da verdade); e a pragmática às **condições de adequação** (tendo em vista as demais informações disponíveis), **de plausibilidade e de objetividade** do enunciado (ligadas à categoria da Relação da TIG; à supermáxima conversacional da TIGA, ao princípio da relevância da TR). Segundo Viégas-Faria (2003, p. 93):

Como bem observaram S&W, se não há cooperação no sentido de Grice, não há comunicação – a não-cooperação seria uma falta de adequação, segundo Costa; seria uma não-resposta à expectativa de relevância ótima, segundo S&W; e não é tratável dentro da teoria das implicaturas conversacionais, pois viola o PC, princípio gerador da própria teoria. Note-se que, para a TCNT, os interlocutores não têm necessariamente compromisso com a informatividade relevante (por exemplo, pode-se “jogar conversa fora”). O compromisso fundamental é ser não-tautológico – que vale dizer que, quando alguém faz o uso de uma tautologia (Eu sou eu), esse uso é proposital e está necessariamente implicando um significado além do dito.

Essas condições são, para Costa, pressupostas para a competência comunicativa dos interlocutores. Nas suas palavras “Informa-se o assumido como veraz e de forma objetiva [e plausível]” (COSTA, 2005a, p. 129, acréscimo nosso). Embora Costa (2005a) valha-se da nomenclatura, e baseie-se no próprio Grice; a fim de empregar tais condições para modelar o aspecto social da comunicação humana, ele dá uma perspectiva um pouco diferente da proposta de Grice.



Assim, vejamos. No caso da sintaxe, as condições de boa formação se referem às regras de determinada língua. Quanto às condições semânticas, a informatividade é derivada das máximas de quantidade; e a veracidade, das máximas de qualidade. Contudo, nesse caso específico, Costa opta pelo termo ‘veracidade’ a fim de substituir o termo ‘verdade’ pelos seguintes motivos. Em primeiro lugar, ao usar tal termo, Costa diz estar enfraquecendo a questão da verdade na comunicação para fins de plausibilidade, pois, segundo ele, ao contrário da Lógica, em que, sem o estabelecimento das condições-de-verdade no sentido mais rígido, não há como inferir; na comunicação, as pessoas operam sem ser necessária essa certeza irrefutável. Afinal, na comunicação nem sempre temos como verificar a verdade absoluta do que nos dizem, ou do que dizemos, e, mesmo assim, nós nos comunicamos. Embora a condição de objetividade, que deriva da categoria de modo griceana, seja uma importante condição de comunicabilidade, a condição por excelência é, para ele, a adequação – a qual corresponde, em Grice, à máxima de relação; na TR, ao Princípio da Relevância; e, no modelo ampliado de Costa (1984), a TIGA, à supermáxima conversacional.

Quando se refere à informatividade, Costa modela-a empregando dois conceitos da lógica, o que, além dos aspectos apontados, também ratifica sua proposta de modelar a inferência como monotônica<sup>164</sup> – não-cancelável – na interface da semântica com a lógica e suas críticas ao Princípio da Relevância. Costa, avaliando as inferências em linguagem natural, em especial na interface com a comunicação, postula o que ele denominou de regra metacomunicativa: a pessoa é, antes de ser relevante, não-tautológica e não-contraditória. Em outras palavras, segundo Costa, há duas coisas que as pessoas não dizem: o absurdamente falso e o obviamente verdadeiro. Daí que, ao utilizar a linguagem natural para se comunicar, o ser humano o faz de maneira não-mecânica e não-redundante, mas criativa e informativa. Não pode haver não-redundância e não-contradição na comunicação, pois, na tautologia, está-se dizendo o necessariamente verdadeiro; e na contradição, o absolutamente falso – justamente as únicas formas de expressão da lógica.

Assim, ser trivial significa que a verdade é determinada *a priori*, ou seja, a conclusão já está nas premissas – além disso, significa também ser totalmente não informativo, se se pensa proposicionalmente –; mas, no caso de um enunciado, como vimos, uma tautologia pode ser usada comunicativa, informacional e criativamente. Ao contrário da informação lógica, que não pode, por hipótese, ter seu significado mudado, na linguagem natural, é possível, e até desejável, que o significado das proposições mude – ver exemplo (3) desta seção. Daí também Costa identificar a necessidade de assumir algo antes do conteúdo relevante na comunicação – como veremos em maiores detalhes quando apresentarmos as críticas de Costa à TR e à TICG. Por fim, daí também seguir-se a riqueza do implícito em LN, nas palavras de Costa (2002, no prelo), de ele ser tão rico e atrativo: afinal, ele é não-tautológico e pode ser cancelado.

---

<sup>164</sup> Para Costa (2002, no prelo), a distinção entre inferência monotônica e não-monotônica é metodológica, e não observável.

Costa critica o fato de as teorias da comunicação terem se dedicado, quase que exclusivamente, ao estudo da compreensão. Para ele, é preciso tratar simetricamente da compreensão e da produção. O autor lembra que tanto a TIG quanto a TR são teorias da compreensão.

Como vimos, Costa (2005a, p. 129) assume o diálogo como prototípico do ato comunicativo, denominando-o de Unidade Básica de Comunicação (UBC) “cujas características gerais poderiam ser estendidas para as demais formas” – daí a viabilidade de usar o modelo para avaliar os discursos jornalístico, político e jurídico. O diálogo é constituído, basicamente, de uma condição geral, a qual se dá ao nível do ato, da forma e ao nível do conteúdo significativo. A essa condição geral, a saber, **expectativa/satisfação**, Costa acrescenta eixos, os quais irão compor as condições de comunicabilidade, quais sejam, **contato/contato; afirmação/comentário, pergunta/resposta e pedido/posicionamento**.

Como vimos, de acordo com Costa, toda a comunicação antes de ser cultural, social, e até mesmo, racional, é primeiramente natural – devido ao princípio da conectividade. Dessa forma, Costa constrói uma oposição entre o real e o virtual a fim de incluir algo que, para ele, também faz parte da comunicação: **aquilo que poderia ter sido comunicado e não o foi**. Quando os indivíduos estão envolvidos em uma troca comunicacional, seus cérebros/mentes – assim como dois computadores em rede –, estão *a priori* prontos para a comunicação. Por terem uma linguagem em comum, a comunicação virtual está pronta. A comunicação real, por outro lado, seria, para Costa (2005a), uma instanciação da comunicação virtual: ela é a comunicação possível.

Costa (2005a) lembra que toda a ação do ouvinte já é uma reação. Assim, a primeira fala também sempre irá gerar uma implicatura. Por exemplo:

- a) uma declaração – gera uma implicatura de comentário.
- b) uma pergunta – gera uma implicatura de resposta.
- c) uma ordem (imperativo) – gera uma implicatura de ação.

Costa distingue a comunicação atual (presencial-dialógica) da comunicação à distância (pela TV, pelo jornal, rádio, etc.) – na comunicação a distância, o ouvinte é representado pelas massas. A diferença entre comunicação presencial e a distância está basicamente relacionada ao tópico: enquanto naquela, dado que o falante pode se tornar ouvinte e vice-versa, existe a condição virtual de se mexer no tópico, no caso da comunicação a distância, essa possibilidade não existe, pois é o meio que determina o tópico.

Para Costa, é o tópico que determina a natureza simétrica ou assimétrica: aquilo sobre o qual as pessoas fazem comentários. Segundo o autor, toda a comunicação envolve as seguintes condições de comunicação: (i) **domínio**, o assunto do qual se trata (o tópico); (ii) **modo**, ou seja, as formas de interatividade (afirmativo, interrogativo e o imperativo), e um (iii) **objetivo** (informar, ser informado, agir/persuadir). Costa diz que essas condições de comunicação – domínio, modo e objetivo – fazem parte do contexto da comunicação, estão presentes nas já mencionadas **condições iniciais**. Os enunciados, proferidos em tais condições instanciam a conversação – esta, por sua vez, ocorre em um

contexto real. O papel dessas condições, segundo Costa, é restringir o contexto situacional do diálogo, direcionando o ato comunicacional e, portanto, por hipótese, determinar a interpretação dos enunciados.

Por fim, vejamos como fica, na TCNT, a modelagem do cálculo inferencial. Dado que Costa (2002, no prelo) inova ao contemplar não apenas a inferência do ouvinte que recebe uma resposta, mas também a do falante que, para responder, teve que realizar uma inferência ao ser provocado. O refinamento proposto por Costa está na noção de satisfação. A modelagem do cálculo foi retirada da tese de Viégas-Faria (2003, p. 96; 111), conforme a tabela a seguir.

#### **Quadro 4 – Cálculo TCNT**

---

**Contexto situacional:** condições físicas do diálogo e o que está na memória dos interlocutores.

**Contexto comunicacional:** estar em estado de comunicação, condições iniciais da conversação, conforme determinadas pelo interlocutor A.

**Condições iniciais:**

Domínio =

Modo =

Objetivo =

**Interlocutores:** A e B

X = o dito de A

Y = o dito de B

Z = o que A inferiu a partir de Y

**PRIMEIRA FALA (Dito de A)**

(1) A disse X (contato, pergunta, pedido, afirmação).

(2) A implicou a expectativa de que Y (ou Y + Z) P-satisfaz X em todas as CC<sup>165</sup>.

(3) Y (ou Y + Z) deve P-satisfazer e S-satisfazer X em todas as CC.

**SEGUNDA FALA (Dito de B)**

(1) B disse Y.

(2) B implicou que Y P-satisfaz e S-satisfaz X em todas as CC.

(3) Y não S-satisfaz X (ou não P-satisfaz X) em todas as CC.

(4) Se B disse Y e implicou Z (por hipótese abduativa), então Y + Z P-satisfazem e S-satisfazem X em todas as CC.

(5) Y + Z P-satisfazem e S-satisfazem X em todas as CC.

(6) B disse Y e implicou Z.

---

**Fonte:** Viégas-Faria (2003)

Como é possível verificar, o cálculo contempla aspectos tratados por Grice e Sperber e Wilson – interlocutores, contexto, a necessidade de uma certa sobreposição de conhecimento. Contudo, pela adoção do molecularismo, o recorte é um pouco mais rico e descritivamente mais especificado, além disso, vemos que o cálculo contempla a produção, não apenas a compreensão.

---

<sup>165</sup> Leia-se condições de comunicação.

Vejamos, agora, alguns aspectos internos ao cálculo trazidos por Costa, em especial a questão referente à noção de satisfação. Segundo o autor, não P-satisfazer a expectativa do interlocutor pode ser considerado o mesmo que, em Grice, seria não cooperar. O interlocutor está, portanto, retirando-se da conversa, deixando de responder. Assim, ‘P-satisfazer’ significa ‘satisfazer pragmaticamente’, na condição de ato de fala, e ‘S-satisfazer’ significa ‘satisfazer semanticamente’, ou seja, tratar do conteúdo, referir ao tópico apresentado através do dito ou do dito + implicado (COSTA, 2002, no prelo).

Dado que, de acordo com a TCNT, considerando-se a interface linguística, a semântica está a serviço da pragmática, então a condição de comunicabilidade que deve prioritariamente ser satisfeita é a de adequação. É importante ressaltar que, na TCNT, a adequação, na posição de condição de comunicabilidade, consiste em uma adequação do contexto, o qual, por sua vez, é estabelecido pelo tópico das condições iniciais. Entretanto, considerando as condições iniciais, a conversação é previsível somente até certo ponto, pois ela pode mudar a qualquer momento, uma vez que as trocas comunicacionais não são programadas, não estamos em uma situação de comunicação entre máquinas – intenções podem mudar, por exemplo.

Por fim, antes das críticas feitas por Costa (2005a) à TR e à TICG, recapitularemos alguns aspectos referentes aos implícitos tendo em vista a determinação da interface metodologicamente construída. Como vimos, ao contrário de Sperber e Wilson, que tratam certas inferências como explicaturas, como sendo inferências de natureza pragmática, e, ao contrário de Levinson, que trata das implicaturas conversacionais generalizadas como sendo a pragmática – raciocínio *default* –, interferindo na semântica para só depois alimentar a pragmática novamente, Costa, por privilegiar a metodologia à metafísica, a modelagem aos dados, recorta a interface Semântica/Pragmática a partir da UBC, dos tipos de inferências e do contexto da seguinte forma. Na TCNT, a pragmática não entra como constitutiva da semântica, mas é sustentada pela semântica – haja vista a modelagem que faz da semântica.

O dito é descrito, como vimos, por uma semântica convencional e está enraizado, como diz o próprio Costa, na pragmática do contexto específico. Dessa forma, o autor desdobra as inferências em dois níveis, as convencionais, em termos de interpretação *default* – para ele o *default* é identificado em o que ele denomina de contexto zero –, ou inferências semânticas (IS); e as específicas, ou inferências pragmáticas (IP), a partir do papel exercido pelo contexto. A Semântica analisa, portanto, a proposição explícita, que constitui o dito, e o significado que o dito carrega pela convenção semântica das línguas, o qual também é obtido por inferência, mas sem a interferência de contexto particular – nessa categoria recaem as inferências griceana tipo implicaturas convencionais, ao nível do léxico, e as implicaturas conversacionais generalizadas de Levinson – ao nível da interpretação *default*. A pragmática, por sua vez, fica responsável pelo significado das inferências fruto da inter-relação de um enunciado em um contexto – tais inferências correspondem às famosas implicaturas conversacionais particularizadas em Grice, e às implicações contextuais em Sperber e Wilson.

A seguir, apresentamos as críticas e contraexemplos arrolados por Costa a fim de identificar as fragilidades dos modelos. Menna Barreto (2003) apresenta e aplica a TCNT conforme Costa (2005a) inicialmente propôs, ou seja, como uma alternativa. Nós, contudo, iremos tratá-la como parte do construto, algo licenciado pela Metateoria das Interfaces, especialmente tendo em vista os avanços no que tange à problematização metodológica do significado como algo complexo e construído dentro de interfaces externas e internas.

Na verdade, a teoria é fruto de uma profunda e detalhada investigação que Costa vem desenvolvendo a partir de questionamentos e levantamentos de problemas, em especial, para a Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1986/1995), e para a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, de Levinson (2000). Apresentaremos a seguir os problemas cruciais e as suas respectivas discussões para cada modelo, bem como as críticas empregando exemplos e contraexemplos propostos por Costa; aspectos que justificam a proposta e a adoção da TCNT.

A Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1995) caracteriza-se por um modelo robusto que procura modelar seu objeto, a comunicação humana, de um ponto de vista cognitivo. Trata-se de uma abordagem que procura dar conta de como a informação é mentalmente representada e de como é inferencialmente processada, e que tem nas noções de custo/benefício os aspectos que sustentam a noção de relevância. Nas palavras de Clark (2013), a TR procura investigar como pensamos e entendemos o mundo (cognição) e como transmitimos pensamentos e nos compreendemos (comunicação).

Assim, a teoria postula que, orientada por um princípio cognitivo de relevância, a cognição humana tende a otimizar o ato comunicativo, a saber, tende a oferecer/retirar de um estímulo o máximo de benefícios, traduzidos através da noção de efeito contextual, a partir do menor esforço de processamento. Dessa forma, em última instância, o que está em jogo é uma relação de economia e eficiência da informação processada.

Para descrever/explicar o objeto comunicação, assim construído, Sperber e Wilson organizaram um **modelo de comportamento racional complexo**, constituído de uma base inferencial não-trivial, que dirige e complementa um sistema de códigos sustentado pelo conhecimento mútuo entre os interlocutores. Dada a TR, o ato de comunicação ostensiva vem carregado por uma presunção de relevância ótima, [...], e **isso permite aos participantes do processo coordenarem suas inferências de modo a agirem em uma forma racional de compreensão** (COSTA, 2005a, p. 109, grifo nosso).

Como podemos verificar, em Sperber e Wilson, sendo a mente dirigida pela relevância, tomada como característica básica da cognição humana, então assume-se que, **nesse modelo, a cognição humana tem como marca forte a racionalidade**. A otimização das trocas comunicacionais, segundo a TR, fundamenta-se na busca de mais e melhores efeitos contextuais, sempre pelo menor custo de processamento. Nesse sentido, por hipótese, por mais efeitos contextuais, o interlocutor pagaria o preço de maior custo no processamento.

Contudo, apesar de o modelo ser reconhecido como “um dos mais influentes das últimas décadas” (COSTA, RAUEN, 2008, p. 6) e como “uma interessante e bem-sucedida abordagem sobre

a interface comunicação-cognição” (COSTA, 2008, p. 10), Costa (2002, no prelo 2005a, 2005b, 2008) vem arrolando e discutindo um conjunto de problemas que ele considera, de certa forma, decisivos para a TR. Segundo o autor, tais problemas são “dramáticos para a sua pretensão [da TR] de corresponder, ao mesmo tempo, às exigências de uma teoria rigorosa e **à intuição do que seja a comunicação humana em geral**” (Costa, 2005, p. 109, grifo nosso, acréscimo nosso).

Na TR, Sperber e Wilson (1986/1995) dizem estar construindo um modelo para dar conta da comunicação humana em geral. Bem, no artigo **A Teoria da Relevância e as Irrelevâncias da Vida Cotidiana**, Costa (2005) coloca uma lupa sobre esse objeto ‘comunicação humana em geral’ e procura identificar-lhe alguns aspectos. Costa, assim, volta-se para a investigação da “comunicação cotidiana” que, de forma alguma, deve ser vista como alheia ou não representativa da comunicação humana geral. E é justamente nesse olhar mais detalhado que o autor encontra aspectos que configuram ameaças à proposta de Sperber e Wilson. Costa (2005b, p. 162) identificou processos comunicativos que parecem:

desafiar a noção central de relevância, na perspectiva em que a TR a apresenta. Tais ilustrações, se bem sucedidas, deveriam merecer a atenção dos que se interessam pela TR e suas propriedades metatóricas, à medida que noções básicas como as de custo e benefício poderiam ser ameaçadas por uma indesejável heteromorfia. (COSTA, 2005b, p. 162).

Ou seja, Costa, ao lançar luz sobre a noção de relevância, descrita pela relação custo/benefício, agora em situações que também podem perfeitamente constituir a comunicação humana em geral, problematiza compromissos cognitivistas essenciais do modelo, ou seja, seus fundamentos. Assim, ele **não só questiona a noção mesma de relevância quanto à sua natureza e dimensão cognitiva (relação custo/benefício), como também a noção de relevância na sua dimensão social, ao considerar a importância e o papel de muitos processos comunicativos humanos que seriam tratados como irrelevantes**. Dessa forma, o autor questiona a possibilidade de a noção de relevância ser pretensamente adequada a diversas formas de comunicação. E, dado que a noção de relevância é medida, no sentido metafórico do termo, pelas noções de custo e benefício, essas são igualmente examinadas.

Assim, o primeiro aspecto problematizado por Costa (2008, p. 10-11) refere-se à racionalidade pressuposta pela TR, o que, segundo ele, está envolvido com três suposições metateóricas da proposta:

a evolução da cognição humana presume o princípio cognitivo da relevância; a modularidade massiva da mente favorece módulos inferenciais dedicados; e a racionalidade do processo comunicativo humano garante o processo de relevância enquanto relação ótima entre esforço de processamento e efeito cognitivo positivo (COSTA, 2008, p. 10-11).

Segundo Costa, parece que as explicações em geral favorecem essa racionalidade. Ao avaliar o cérebro/mente à luz dos *kluges* de Marcus (2008), ou seja, não como propõe a TR, mas enquanto um sistema absolutamente caótico, que evoluiu mais pela irracionalidade e pelas adaptações às

incongruências do que por qualquer motivo nobre e organizado – trata-se mais de um sistema do tipo ‘apesar de’ do que do tipo por ‘causa de’ – Costa (2008, p. 13) passa a questionar essas duas posições: “Como decidiríamos entre *Kluges* e Relevância, entre cérebro/mente relevante, como indício de desenho inteligente e como evolução ao acaso resultado das pressões imediatas?” e responde questionando essa posição dicotômica. Para ele, trata-se de extremos: “Se a relevância é tomada como tendência forte, seremos dirigidos por ela, sem alternativas; se o caos se impõe, então nada há o que possa garantir a racionalidade de qualquer opção” (COSTA, 2008, p. 13). Isso faz com que Costa sugira que ambos sejam aceitos como fazendo parte do comportamento humano: somos sim orientados pela relevância, mas sem dúvida suscetíveis a discrepâncias das mais variadas natureza no nosso processo comunicativo racional. Outro aspecto discutido por Costa refere-se à validade técnica do conceito de relevância, problema que o autor enuncia da seguinte forma:

Ainda que a noção de relevância seja proposta como um conceito técnico cuja conexão com o uso rotineiro é apenas de motivação intuitiva; ainda que se entenda tal uso técnico como de natureza qualitativa, comparativa – e não-formal, estatística ou probabilística; ainda que se entenda o conceito de relevância como uma propriedade de graus de relação entre custo e benefício, noções de uso familiar em diversas áreas, ainda assim considere-se a gravidade de cada um dos componentes absorverem diversos conceitos próximos, mas não idênticos e, além disso, indecidíveis porque inescapavelmente vagos (COSTA, 2005a, p. 110).

Investigando o que constituiria a noção de custo e de benefício, separadamente, Costa (2005a, p. 110) procurou identificar aspectos com os quais cada uma das noções poderia estar comprometida.

**Custo** pode envolver:

- processamento cognitivo, mental, neurofisiológico, etc.;
- processamento da linguagem verbal ao nível fonológico;
- idem ao nível sintático;
- idem ao nível semântico;
- idem ao nível pragmático;
- grau de acessibilidade de contextos;
- grau de acessibilidade de memória lexical;
- grau de calculabilidade de inferências dedutivas, indutivas, etc.;
- grau de percepção de ambiente cognitivo;
- nível de atenção requerida.

**Benefício** pode envolver:

- grau de importância quanto ao conteúdo/proposição;
- grau de adequação, de conexão, de interatividade;
- compreensão de implicaturas;
- implicação contextual;

- benefício retórico;
- benefício cultural;
- benefício moral;
- benefício psicológico.

Segundo Costa, para cada um dos itens arrolados, seria possível construir-se modelos de comunicação em que a noção de relevância, de acordo com a TR, poderia ser determinada ora por aspectos relacionados ao custo, ora por aspectos relacionados ao benefício; ou por um ou mais aspectos de cada. Essa heterogeneidade é suficiente para problematizar a validade técnica da teoria.

Outro escrutínio pelo qual passa a noção de relevância, nessa perspectiva, refere-se à comunicação humana. Segundo Costa, mesmo que a TR dê conta da comunicação ostensivo-inferencial, há processos comunicativos em que a relação mais benefício, menor custo, tal como proposta pelo modelo, parece não poder ser tratada. Antes de apresentarmos a discussão propriamente dita, revisemos o que dizem os princípios básicos que sustentam a arquitetura conceitual da TR (COSTA, 2008, p. 10).

### **Princípio Cognitivo da Relevância**

A comunicação humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância.

### **Princípio Comunicativo da Relevância**

Todo estímulo ostensivo (intenção informativa e comunicativa) comunica a presunção de sua própria relevância ótima – o estímulo é relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento da audiência e – é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador. O grau de relevância é diretamente proporcional à relação entre esforço de processamento e efeito cognitivo positivo. Em contextos idênticos, tanto menor o primeiro e tanto maior o segundo, mais relevante o estímulo.

Esse princípio não implica que os seres humanos sempre alcançam a relevância máxima, mas, ao contrário, significa que “a mente humana possui uma tendência a escolher os estímulos, a ativar o conjunto de informações mais relevantes e processá-las da maneira mais produtiva” (STREY, 2011, p. 20). Nesse sentido, por se tratar de um princípio, não se pode garantir, como dizer Sperber e Wilson (1995), que as pessoas sempre alcançam a relevância máxima nos processamentos que executam.

Segundo esse princípio, a cognição é orientada no sentido de maximizar a relação benefício cognitivo e custo de processamento. Para tanto, Costa (2005a) arrola sete situações que constroem o estabelecido pela noção de relevância: (i) o discurso amoroso, (ii) a conversa light, (iii) a cultura de massa, (iv) perguntas e respostas, (v) conversa telefônica, (vi) cumprimentos e contatos, e (vii) a navegação redundante.

De acordo com o autor, o **discurso amoroso** é altamente redundante, em especial, pelo eternamente repetido ‘Eu te amo’, cuja informação, continua ele, é a mesma em suas diversas ocorrências – não sugerindo benefício, apenas custo de processamento. Por outro lado, alerta Costa, não se pode dizer que se trata de um discurso puramente redundante, mesmo tendo um conteúdo



totalmente tautológico e efeitos contextuais previsíveis. Acontece que parece haver benefícios, um de ordem linguística e outro de ordem psicológica – daí a heteromorfia. Seja como for, Costa ressalta que os aspectos emocionais poderiam justificar opções inesperadas e não predizíveis pela teoria.

No caso da **conversa light**, Costa (2005b, p. 163) diz que o objetivo dos interlocutores é justamente “não se guiar por qualquer ideia de seriedade, de gravidade ou de opiniões comprometidas com a informação. São geralmente diálogos, em que comentários irresponsáveis se repetem com humor, sem peso na verdade [...] sem qualquer intenção de relevância ótima”. Para o autor, as pessoas se encontram em diversas situações justamente para conversarem sobre amenidades, a famosa conversa jogada fora. A questão aqui é a descontração, o que nada tem a ver com a tensão de extrair o máximo da conversa do outro. Por hipótese, diz Costa, o efeito contextual é mínimo e o custo é alto, mas, enfatiza ele, parece ser justamente isso o que as pessoas procuram. Contudo, esse alto custo de processamento seria compensado, continua o autor, pelo bem-estar, pela falta de stress, resultado benéfico da própria irrelevância – algo de forma alguma prevista por Sperber e Wilson, sugere Costa (2005b).

A **cultura de massa**, diz Eco (1993), caracteriza-se pela maior abrangência de pessoas. Trata-se, segundo Costa (2005b, p. 163), “da cultura absolutamente predominante em que jornais, revistas, rádio, cinema, TV, etc., polarizam a atenção das grandes massas, ocupando, vorazmente, todos os espaços que a informação elitizada, ou as manifestações populares poderiam pretender”. Segundo Costa, a cultura de massa é um problema para a TR no que tange ao binômio baixo custo x alto benefício. Em primeiro lugar, o autor ressalta a questão da impressionante repetição das informações, que são veiculadas várias vezes, por vários veículos. Uma mesma notícia aparece, no rádio, na TV, na internet e as pessoas as leem mesmo assim. Vê-se aqui a questão do custo sendo aumentado, mas não se vê que benefício poderia ser gerado por tal repetição.

Outro aspecto apontado por Costa refere-se ao público. De acordo com o autor, dado que a cultura de massa atinge um público altamente heterogêneo, o que exige o que Costa denominou de uma pasteurização da notícia, ou seja, um processo de torná-la mais comercial, isso envolveria uma preferência por informações triviais e, a seu ver, pouco complexas – e, pela noção de relevância, pela questão de aumento do benefício, seriam mais interessantes conteúdos mais informativos e complexos. Por outro lado, Costa chama também a atenção para o que ele denominou de “notícia pilulada”: ela diminuiria o custo, por certo, o que está de acordo com a relevância, mas há igualmente uma diminuição de benefício. Costa (2005b, p. 164) conclui dizendo que a noção de relevância está problematizada, pois parece haver uma “direção exclusiva da lei do menor esforço, ou do menor custo”. Para Costa, somente uma tendência à acomodação explicaria o fato de alguém passar muito tempo assistindo à televisão, por exemplo, com praticamente nenhum benefício, se comparado com a leitura de uma obra de outra natureza.

Por fim, Costa (2005b) levanta mais um problema: o sensacionalismo, o apelo ao emocional fácil, em condições em que isso não esteja relacionado nem à informação privilegiada, nem ao conhecimento de alto nível. A fim de tentar explicar essa relação, Costa (2005b) propõe usar a noção

de custo para diferenciar o processamento intelectual do emocional – embora o autor reconheça a necessidade de argumentos de natureza empírica para sustentar tal hipótese.

Outra situação refere-se a **perguntas e respostas**. Segundo Costa (2005b), perguntar e obter uma resposta é a forma mais econômica e eficiente de se obter informações relevantes, pois a pergunta tende a ser de baixo custo no que tange ao processamento; se bem feita, continua o autor, pode elicitar respostas compensadoras, ou seja, com alto benefício. Contudo, as pessoas, ao dialogarem, optam por falarem de si próprias ou por expressarem opiniões pessoais (COSTA, 2005b). Nessas condições, em que o que as pessoas parecem querer falar sobre si, a noção de relevância passa a ser desafiada, é um custo muito alto passar muito tempo ouvindo alguém que não dá chance ao outro de interagir em um diálogo – a não ser, é claro, que se trate de um ouvinte por excelência. Outro caso é o das **conversas telefônicas**. O telefone, sem dúvida, embora útil, é algo que gera muito custo – não apenas econômico, mas de tempo, com exceção, em certos casos, como no caso dos celulares para uso profissional (COSTA, 2005b). Mesmo assim, muitas conversas são sobre trivialidades, repetições – daí custo gerando pouco, ou nenhum, benefício informacional<sup>166</sup>.

O caso dos **cumprimentos e contatos** é igualmente desafiador para a noção de relevância. Nessas situações, as pessoas geralmente se valem de frases feitas, do tipo ‘Como vai?’, ‘Tudo bem?’ – em que, segundo Costa (2005b, p. 166), “não há em princípio nenhum conteúdo relevante a ser compreendido, a não ser a interatividade social, e as suas obrigações”. É claro que perguntas-clichê podem disparar conversas interessantes, mas, como Costa mesmo alerta, isso não é necessário. Até por que soaria estranho uma pessoa que responda detalhadamente a alguém que usou a pergunta “Tudo bem?”.

Por fim, Costa (2005b), discute a **navegação redundante na web**. Embora existam inimagináveis páginas, uma impressionante quantidade de conteúdo, e, em vários casos, de qualidade, o que geraria benefícios igualmente impressionantes, paradoxalmente, se se verificar o histórico de navegação de uma pessoa, percebe-se que as pessoas navegam pelos mesmos sites: a riqueza da web “é um verdadeiro desafio à ideia de que as pessoas são orientadas pela relevância (COSTA, 2005b, p. 166). Da mesma forma, e-mails, chats, blogs, etc., estão revelando a mesma coisa. Trata-se de uma comunicação pobre, repetitiva e com benefícios bastante limitados”. Ou seja, apesar dos aparentes e possíveis benefícios, as pessoas ainda parecem optar por baixos custos.

Costa conclui seu estudo reconhecendo que não há como negar que, mesmo para as irrelevâncias da vida cotidiana, deve haver alguma explicação. Para o autor, essa explicação está relacionada com o benefício. No caso do discurso amoroso, o benefício é de natureza emocional<sup>167</sup> e afetivo; na conversa light, o benefício está relacionado ao prazer, à descontração como uma espécie de compensação para as exigências funcionais e profissionais. Em se tratando da cultura de massa, Costa (2005b) acredita que a relevância desse tipo de cultura está no baixíssimo custo para a

<sup>166</sup> Mais irrelevante ainda seria conversa telefônica entre dois namorados em que um fica esperando que o outro desligue, repetindo interminavelmente “Desliga você primeiro”, “Não, primeiro você” *ad nauseum*.

<sup>167</sup> Um dos aspectos mais marginalizados dentro dos estudos da argumentação e da inferência, quando nos referimos a Sperber e Wilson, o qual passa a ter, como veremos na seção 3.6, um vislumbre de tratamento.

obtenção da informação, especialmente quando se trata de trivialidades e lazer. Já no caso da internet, a fim de identificar o papel da relevância, Costa alerta para a importância de se levar em consideração que o processamento inferencial para troca de links gera custo. Nesse sentido, em relação à TV, a navegação na internet exige mais envolvimento do indivíduo, portanto, mais custo, pois ele tem um papel mais ativo. Assim, se o indivíduo opta pelo custo, então, de uma forma ou de outra, tem compensação de benefícios.

Para Costa (2005b), os aspectos considerados indicam que as pessoas tendem a ser relevantes, o que, reconhece ele, não é totalmente inconsistente com a TR. Entretanto, ao contrário do que sugere o princípio comunicativo, parece que as pessoas tendem a ser dirigidas mais pelo baixo custo do que pela possibilidade de alto benefício. Portanto, Costa (2005b, p. 167) faz a seguinte avaliação:

Parece que a noção positiva de relevância, em que o benefício dirige o custo, funciona, primeiramente, quando as pessoas estão envolvidas com a produção profissional, com a objetividade funcional para gerar conhecimento. Tal atividade contrasta com a enorme tendência ao lazer, cujas propriedades são diferentes, dado que o aproveitamento afetivo, emocional, em que o prazer dirige o processo, caracteriza um outro tipo de benefício em que o custo baixo é uma das exigências fundamentais (COSTA, 2005b, p. 167).

Assim, Costa (2005b) fecha seu trabalho dizendo que, em certas circunstâncias, caso as noções de custo e benefício entrem em conflito, se não se trata de uma situação em que o que está em jogo é a informação objetiva – pois, segundo a TR, os efeitos caracterizam-se apenas como informativos –, a noção de relevância acaba sendo desafiada, pois, salvos esses casos, nas trivialidades, o peso do benefício emocional e a tendência à inércia parecem prevalecer.

A partir da TCNT, em especial, do princípio da conectividade não-trivial, a partir dos contraexemplos levantados, Costa pôde defender que, mais do que buscar de efeitos cognitivos, conforme postulado por Sperber e Wilson, através da Teoria da Relevância, as pessoas caracterizam-se por uma tendência natural para estarem conectadas, em comunicação. Afinal, como Costa procurou demonstrar, as pessoas estão constantemente mais envolvidas em situações em que as trocas são triviais e repetitivas do que em situações nas quais efeitos cognitivos são o que preferencialmente estimulam as trocas.

Através da TCNT, Costa igualmente levantou problemas para a teoria de Levinson (2000), embora considere a importância da proposta e seus méritos. Apresentaremos agora a crítica feita pelo autor aos fundamentos do modelo das implicaturas conversacionais generalizadas. Aqui retomaremos os aspectos mais elementares do modelo, apresentado na seção 3.4 a fim de expormos as considerações de Costa.

Levinson dedicou seu trabalho para desenvolver um aspecto pouco explorado por Grice, na Teoria das Implicaturas, a saber, as implicaturas conversacionais generalizadas – aquelas que são derivadas sem a necessidade de contexto específico, bastando o conhecimento de convenções sobre as línguas, ou seja, aquele fruto de uma certa generalização a respeito do uso da linguagem. Levinson, como vimos, ao contrário de Sperber e Wilson (1995), não ancorou sua proposta a nenhum

princípio de natureza cognitiva subjacente que pudesse ser a matriz desse tipo de implicaturas, embora, como Grice e Sperber e Wilson, ele adote a noção de inferência.

Outro aspecto da TICG é a reescritura da interface da semântica com a pragmática feita por Levinson quando desenvolveu sua noção de significação *default*, a saber, o significado tipo do enunciado (*utterance token-meaning*), sugerindo um terceiro nível de significação, rompendo com a tradição dicotômica significado da sentença/significado do falante. O autor propõe também que esse conteúdo, uma instância pragmática mais fortemente ligada à semântica, interfere na determinação semântica das proposições que, por sua vez, em um segundo momento, acaba sendo *input* para implícitos dependentes de contexto. Vimos ainda que, seguindo a proposta de Gazdar (1969), a interface entre pragmática era assumida como sendo com a semântica das condições-de-verdade.

Já no plano conceitual, Levinson estabelece três heurísticas a fim de descrever a geração das implicaturas conversacionais generalizadas.

**Heurística Q** – O que não é dito, não é.

**Heurística I** – O que é expresso simplesmente é estereotipicamente exemplificado.

**Heurística M** – O que é dito de forma anormal, não é normal.

As heurísticas Q e I foram desenvolvidas a partir da máxima griceana de Quantidade, já a heurística M é proposta a partir da máxima de Modo. Além das heurísticas permitirem a descrição das inferências, segundo Levinson, a relação entre elas pode ser usada para explicar por que algumas inferências são preteridas em relação a outras. Grice já previa isso ao dizer que, quando há um conflito de inferências, algumas parecem ser mais desejáveis do que outras. Por exemplo, segundo Grice, diante de uma inconsistência, entre violar a categoria da Quantidade e a categoria da Qualidade, parece ser melhor, para salvaguardar a cooperação, ser menos informativo a mentir. Levinson, nessa perspectiva, hierarquiza as inferências. Para ele, como também vimos, as inferências Q são prioritárias; sobrepondo-se às inferências M e I. Já entre essas outras, as inferências M se impõem sobre as I. Costa explica sucintamente:

Isso está relacionado ao fato de que (Q) e (M) são inferências essencialmente negativas em oposição à (I). (Q) parece corresponder à intenção de evitar algum comprometimento informacional **mais forte** e (M) parece significar a intenção de evitar a expressão **mais simples**. Tais propriedades sugerem que (Q) e (M) são geradores de inferências metalinguísticas à medida que só são recuperadas com referência ao que poderia ter sido dito e não foi. (COSTA, 2005a, p. 113).

Vejamos essas relações a partir de um exemplo proposto por Levinson, mas empregado por Costa.

(5) Cortez matou Montezuma.

A partir de (5), é I-implicado:

**IGC-I** +> Cortez provocou diretamente a morte de Montezuma.

Já uma enunciação como em (6) abaixo, terá outra implicatura *default*, mas agora do tipo M.

- (6) Cortez causou a morte de Montezuma.

Assim, a partir de (6), é M-implicado:

**IGC-M** +> Cortez provocou indiretamente a morte de Montezuma.

Supondo um caso de inconsistência entre I e M, temos (7):

- (7) Cortez causou a morte de Montezuma, ou matou-o ( $p \vee q$ ).

Em (7), a proposição  $p \vee q$  Q-implica que é possível que  $p$  ( $\Diamond p$ ) e que é possível que  $q$  ( $\Diamond q$ ), ou seja, Q implica que Cortez tenha assassinado diretamente Montezuma e, com isso, derrota a inferência M de p, a saber, que Cortez provocou a morte de Montezuma.

Nessa perspectiva, Levinson alega ter identificado em fenômeno com uma generalidade maior, inclusive do que aquele proposto pelo próprio Grice. Entretanto, Levinson usa isso para justificar uma reformulação da interface entre a Semântica e a Pragmática. Costa, mais uma vez, organiza a discussão, apresentando sucintamente os aspectos sobre os quais Levinson fundamenta sua argumentação a respeito das implicaturas conversacionais generalizadas.

Como vimos, as ICGs são um tipo de inferência não-monotônica, por serem canceláveis – o que o permite diferenciá-las dos acarretamentos semânticos. Embora de natureza pragmática, segundo Levinson, as ICGs estabelecem-se na fronteira com a Semântica, a ponto de serem, ao ver do autor, uma condição pragmática na constituição das condições-de-verdade da semântica, o que a torna uma espécie de inferência pré-semântica, daí a alteração da interface entre semântica e pragmática.

Após essa breve revisão do modelo das ICGs, apresentado na seção, vejamos as críticas e desafios que Costa levanta para a proposta de Levinson. A problematização elaborada por Costa (2005a) considera questões ligadas à filosofia da Linguística, à arquitetura teórica, que envolve aspectos da estrutura conceitual proposta, além de avaliações da análise dos enunciados.

O primeiro fator levantado por Costa (2005a, p. 114) refere-se ao fato de Levinson não ter “intenção de comprometer-se com qualquer princípio de espécie cognitiva subjacente à natureza da comunicação humana, mas ainda assim não vê problemas para que sua teoria da interpretação preferencial adquira a desejável generalidade”. Costa (2002, em comunicação pessoal) lembra que foi justamente nesse aspecto, o fato de não haver nenhum compromisso maior com a cognição, que Grice foi especialmente criticado por Sperber e Wilson. Contudo, Costa ressalta que Grice, ao contrário de Levinson, teve motivos distintos para tanto: enquanto, na época de Grice, as ciências cognitivas não tinham atingido a especialização de que gozam hoje, Levinson já é de um contexto em que muito se avançou e se sabe a respeito da cognição humana – sem contar que Grice estava voltado

para discussões dentro da Filosofia da Linguagem. Mas, é claro que, mesmo assim, as críticas sobre a plausibilidade do modelo griceano também são consistentes e procedem.

Para Costa, o grande problema de não se assumir compromisso com nenhum princípio cognitivo não é a desqualificação do valor da teoria, mas o impedimento de seja possível usufruir de um dos grandes avanços metodológicos, a saber, o estabelecimento de interfaces tanto internas, intradisciplinares, quanto externas, interdisciplinares. Segundo Costa (2005a, p. 115), o primeiro problema refere-se à interface interna: o fato de não ser possível distinguir a diferença entre a cognição semântica e a pragmática, a falta de tal compromisso gera um ônus que enfraquece a teoria, pois passa a ser possível “supor que a distinção entre as duas áreas, uma das pretendidas contribuições de Levinson, não tem justificativa cognitiva, sendo *ad hoc* apenas para os interesses descritivistas”. Dessa forma, continua Costa, fica sem explicação a diferença entre decodificar e inferir enquanto processos cognitivos complementares. Em outras palavras: a interface semântico-pragmática, na TICG, é puramente descritiva – sem qualquer valor explanatório.

Costa várias vezes reconhece a importância da TICG de Levinson, pois trouxe à discussão o papel das ICGs, do significado de natureza preferencial, ou significado *default*, para a Linguística. Contudo, segundo Menna Barreto (2003, p. 111, grifo nosso), Costa entende que **“o erro de Levinson foi o de determinar que tal nível fosse estudado na Pragmática”**. Na TCNT, e, portanto, no construto, esse nível será considerado, mas na Semântica. Como vimos, Costa igualmente criticou Levinson por determinar a monotonicidade das inferências a partir de uma perspectiva observacional, e não metodológica.

Assim sendo, à Semântica cabe analisar a proposição explícita, que constitui o dito, além do significado que este carrega pela convenção semântica da língua obtido por inferência, não estando presente no dito. **Tradicionalmente, essas inferências são, na concepção de Grice, as implicaturas convencionais, ao nível do léxico, e as implicaturas conversacionais generalizadas ao nível da interpretação *default*** (COSTA apud MENNA BARRETO, 2003, p. 111, grifo nosso).

Acontece que, embora Levinson discuta – e reformule – a interface entre Semântica/Pragmática, ele, segundo Costa (2002), não desenvolve nem a interface, nem a semântica, apenas a pragmática. Para Costa, não há justificativa para tratar as ICGs na pragmática, pois, uma vez que elas são caracterizadas como representações de convenções de natureza linguística, elas podem perfeitamente ser tratadas na Semântica, afinal, por hipótese, elas não deveriam ter relação com a intenção do falante.

Já no que tange à interface externa, outro problema: a interface entre a Linguística com a área interdisciplinar na qual está inserida também fica seriamente enfraquecida. Embora trate de inferências, ao abrir mão de compromissos cognitivos, a TICG acaba ficando sem critérios, sem ferramentas para “corroborar a relevância das suas distinções” (COSTA, 2005a, p. 115). Costa diz que o modelo fica ainda mais comprometido se se assume que o caráter explanatório depende de tais interfaces.

O recurso que Levinson usa para manter as ICGs na Pragmática é o critério da não-monotonicidade. Costa, entretanto, não entende tal noção como suficiente, uma vez que, na linguagem natural, tendo em vista a comunicação, qualquer tipo de inferência pode ser cancelada, inclusive acarretamentos semânticos: “João matou Pedro acarreta que Pedro morreu, mas Pedro não morreu porque sua obra fica entre nós”. **Dessa forma, dado que as ICGs podem ser tratadas na Semântica, Costa faz desaparecer a necessidade da dupla interface, sem perder o fenômeno.**

Costa ilustra essa crítica através das próprias heurísticas, sobre as quais todo o modelo de Levinson está sustentado, afinal, é delas que ele depende para descrever as ICGs. As questões levantadas por Costa referem-se à origem das heurísticas, não se pode saber se elas seriam inatas ou adquiridas. Segundo Costa, simplesmente propor que as heurísticas tenham como propósito explicar as inferências conversacionais generalizadas não é suficiente para um modelo teórico, nem para a própria plausibilidade das heurísticas para que possam cumprir o que prometem. Para Costa, Levinson fica extremamente vulnerável a qualquer pergunta a respeito da existência cognitiva das heurísticas.

A única garantia a que Levinson apela é a conexão das suas heurísticas com as máximas griceanas. Mas Grice se agarrava a um Princípio de Cooperação (PC), que, aliás, também não era interfacialmente justificado. Ou seja, **Levinson pede emprestada a sustentação descritiva de Grice, que, por sua vez, também está desancorada de maior enraizamento, o que leva a TICG ao colapso de uma inadequação explanatória mais forte.** (COSTA, 2005a, p. 115, grifo nosso).

Ou seja, Levinson se apoia justamente em um aspecto que igualmente já vem com problemas de sustentação – o que é, de fato, muito estranho. Costa continua analisando o modelo e encontra mais uma fragilidade. Agora o autor se refere ao fenômeno em si: às próprias implicaturas conversacionais generalizadas. Embora Costa não negue a importância dessas inferências, muito pelo contrário, ele as considera desejáveis e interessantes para um quadro geral do estudo da inferência linguística, ainda assim, questiona dar *status* de teoria a uma abordagem para algo tão restrito como as ICGs – sem contar que o modelo, como vimos, não tem respaldo nem cognitivo nem externo algum. Ainda sobre a questão da generalidade do modelo enquanto teoria, Costa (2005a, p. 115) esclarece mais: “talvez se pudesse pensar em uma teoria das inferências pragmáticas em geral, mas, nesse caso, Levinson deveria ter demonstrado a amplitude de sua arquitetura conceitual para as implicaturas particularizadas e outras, o que, lamentavelmente, não o fez”.

Costa reforça a sua crítica, não porque Levinson tratou apenas das ICGs, mas o que para ele é estranho, no nível dos fundamentos, é o seguinte: em nada contribui para um modelo ser chamado de proposta modesta, como faz Levinson, quando se deixa de fora aspectos tão decisivos para a sustentabilidade do mesmo. Isso não exige uma teoria de estabelecer seus fundamentos e interfaces para garantir a plausibilidade da proposta, de nada adianta descrever em detalhes fenômenos de cuja natureza não se pode dizer nada. Por fim, restringir uma teoria a um único fenômeno torna-a um tanto míope em relação a aspectos intrínsecos a ela e àqueles com os quais ele se relaciona.

Vejamos agora como Costa discute a arquitetura conceitual da TICG, ou seja, sobre a teoria e o seu objeto. Aqui o autor faz considerações a respeito das heurísticas propriamente ditas. Como

vimos, o objeto de Levinson são as ICGs. Ele as tratou de uma forma bem mais aprofundada do que o próprio Grice, atribuindo-lhes um escopo maior e de mais peso – basta ver que, a partir delas, ele reconfigura a própria interface entre semântica e pragmática. Por fim, vimos que Levinson traduz as máximas griceanas em suas heurísticas. A identificação das ICGs é sim uma grande contribuição. Contudo, o fato de Levinson lançar mão das máximas não foi sem custo aos fundamentos e, como mostra Costa, certamente também não o é no nível conceitual; para tanto, apresenta a discussão a partir da primeira heurística.

A Heurística Q, “O que não é dito não é”, corresponde à categoria griceana de Quantidade, que lê “Faça a sua contribuição tão informativa quanto o requerido”. Pois bem, Costa aponta para a questão fundamental, tanto para a máxima como para a heurística, a saber, a quantidade de informação. E chama atenção para a vaguidade da noção de **quantidade requerida**: embora ele reconheça que se trata de uma noção igualmente intuitiva, ela é uma noção vaga para fins teóricos. O era para Grice; e o é para Levinson. “Quem ou o quê determina o requerido?” pergunta Costa (2005a, p. 116). Vejamos o questionamento do autor.

Se a expectativa é a de que a heurística permita identificar a inferência do que não foi dito porque não o foi, obviamente ela licenciaria infinitas inferências. Uma proposição restringe, diríamos, um estado-de-coisas. Todos os outros estão livres. Levinson identifica isso, diga-se a bem da verdade, e reconhece que sua heurística só pode funcionar como uma inevitável restrição a um conjunto de alternativas salientes, ou em contraste (2005a, p. 116).

Assim, Costa sugere um refinamento da heurística, que leria “Para as relevantes alternativas salientes, o que não é dito, não é o caso”. Contudo, embora seja já uma forma para restringir as possibilidades, ainda assim, a falta de um compromisso cognitivo mantém a heurística apenas descritiva, não tendo nada que explique o que orientaria tal restrição relevante. Tomemos agora o exemplo abaixo, partindo da escala <todos, alguns>:

- (8) Alguns malotes de votos vieram do exterior.  
Q +> Nem todos vieram

Vimos na seção 3.1 que Gazdar, baseando-se em Horn, buscando fortalecer logicamente o núcleo teórico da TIG, apresentou as escalas como uma forma de dar conta das consequências interpretativas do emprego de um termo em detrimento a outro com base na força informacional do mesmo. Como é possível observar a partir do exemplo (8), não se pode tomar a expressão ‘não todos’ como tendo o mesmo significado de ‘alguns’, mas sim como uma implicatura, contudo, nada impede a plausibilidade de um enunciado como “Alguns malotes vieram do exterior, mas não todos”.

Vimos que Levinson não assume nenhum princípio cognitivo geral, além de depender de noções como conjuntos de alternativas em contraste. Então, qual a motivação da escala? Em consequência disso, nada impede que a escala seja aumentada, inserindo-se dois elementos intermediários entre ‘todos’ e ‘alguns’, a saber, <todos, a maioria, muitos, alguns>. Embora seja possível entender que, ao dizer ‘alguns vieram’ implique ‘não todos’, como fica a compreensão de



‘não muitos’ e ‘não a maioria’? Não dizer ‘todos’ significa ‘não todos’. Contudo, dizer ‘alguns vieram’ não impede uma implicatura do tipo ‘alguns não vieram’, a qual, por sua vez, é a mesma coisa que ‘nem todos vieram’, assim, esse aspecto não pode ser explicado via escala.

- (9) Gore tem 270 votos no Colégio Eleitoral.  
Q +> Gore não tem 271 votos no Colégio Eleitoral.

Tomemos agora uma escala como <duzentos e setenta e um, duzentos e setenta, duzentos e sessenta e nove, duzentos e sessenta e oito, duzentos e sessenta e sete>. Se um candidato tem 270 votos, então ele não tem 271, pois, se fosse assim, deveria ter sido dito. Contudo, 271 não é o número mais alto na escala. Dado o raciocínio, se dizer 270 implica não 271, então é perfeitamente possível supor que está implicando não 538 – a possibilidade da escala deveria ser predita na teoria. Além do mais, 270 acarreta 269, 268, até 1, inclusive, e paradoxalmente, zero. Mas é extremamente estranho dizer que ele tem 270 votos e também zero voto (COSTA, 2002, no prelo, 2005b).

O que motiva e justifica a seleção das escalas? Ou o que faz com que seja essa a restrição e não outra? O esforço de Levinson para evitar a proliferação das escalas a fim de identificar a inferência preferida, sem um respaldo mais forte, é extremamente arbitrária e não motivada. Dada a escala <certamente, possivelmente> e o exemplo abaixo, vejamos.

- (10) Possivelmente há uma forma de Gore conseguir a terceira recontagem manual.  
Q +> Não certamente

Como é possível observar, ‘possivelmente’ implica ‘não certamente’. Aqui também se percebe o mesmo problema de restrição de escalas e de arbitrariedade na sua construção. A escala pode ser expandida em <certamente, quase certamente, provavelmente, quase provavelmente, possivelmente>. Pelo modelo, ao assumir, dada a escala expandida, que o emissor estaria implicando ‘não quase certamente’, acabaria gerando uma inconsistência: o enunciado indica justamente o contrário. Ao dizer “Possivelmente há uma forma de Gore conseguir a terceira recontagem manual”, não se está querendo dizer ‘muito provavelmente’ ou que é ‘quase certo’. Outro exemplo. Digamos que a Secretária Katherine Harris anuncie:

- (11) Provavelmente o resultado saia hoje.

É pouco provável que ela esteja querendo dizer ‘não provavelmente’, pois, para fins comunicacionais, nos termos de Sperber e Wilson, seria muito custoso dada a interpretação preferida suposta por Levinson. Através desse recurso, Levinson pode mostrar como é possível evitar a proliferação de inferências licenciadas. Como vimos, é possível perceber, Costa questionou dois aspectos fundamentais para que as escalas funcionem: a origem delas e sua restrição. Conclui Costa (2005a, p. 116): “continuamos na arbitrariedade. Nada impede a proliferação das escalas”. Aliás, o problema parece mais sério se, como acrescenta Costa (2005a, p. 119, acréscimo nosso), a sua

avaliação está correta, “a escala não gera as implicaturas previstas e [há] casos em que as implicaturas não dependem das escalas”.

As heurísticas I e M também foram avaliadas por Costa. Vimos que Levinson associou a heurística I, “O que é expresso simplesmente é estereotipicamente exemplificado”, à segunda categoria griceana da Quantidade: “Não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário”. Um aspecto da crítica de Costa já foi mencionado quando ele discutiu a arquitetura conceitual, a saber, a vaguidade da noção de ‘quantidade requerida’ Vejamos agora a discussão com exemplos.

(12) O livro de João é bom.

Em (12) o receptor entenderia, pelo estereótipo, que se trata do livro que João leu, comprou, escreveu, emprestou. Contudo, tomemos uma outra proposição semelhante à (13):

(13) O livro de Sherlock Holmes é bom.

Pela Heurística I, tal como foi formulada por Levinson, o emissor deveria entender que o livro pertence a Sherlock Holmes ou foi escrito por ele – interpretação estereotípica. Na verdade, essa seria uma interpretação equivocada – é claro que alguém poderia sugerir que o emissor fala a respeito do personagem que escreveu um livro numa das histórias, mas nesse momento, já estamos em terrenos de contextos particulares. Contudo, se o objetivo é que o ouvinte entenda que Sherlock Holmes é a personagem, segundo a Heurística I, o receptor iria ser levado a uma compreensão errada, a não ser que outros elementos de conhecimento entrassem na equação. Esse exemplo também corrobora o fato de que, sem um princípio mais geral de natureza explanatória, alguns problemas de compreensão indesejados são gerados – e, pior, ficam sem receber tratamento.

Vejamos agora a Heurística M, que lê “O que é dito de modo anormal não é normal”, ligada à categoria de Modo griceana,. Tomemos os exemplos abaixo.

(14a) João parou o carro.

M +> parou usando o freio

(14b) João fez com que o carro parasse.

M+> parou de maneira não usual, indiretamente, pelo freio de mão, etc.

(14c) João veio e o homem sorriu.

M +> o homem é outra pessoa

Costa (2005a, p. 117) chama a atenção para um aspecto interessante que, nem o próprio Levinson, observa Costa, explicitou a respeito das heurísticas I e M: “elas parecem ser absolutamente semelhantes, embora invertidas, o que ficaria óbvio se se aceitasse que I fosse assim formulada: ‘O que é expresso de maneira normal é normal’”. Costa acredita que Levinson, ao formulá-las, estivesse relacionando as implicaturas I com conteúdo e as implicaturas M com a forma. Contudo, observa Costa (2005a, p. 117, grifo nosso), citando o próprio Levinson (2000, p. 37, grifo nosso): “mas a

verdade é que ele [Levinson], em I, usa a palavra ‘expressão’ para caracterizar a heurística em questão e reforça essa ideia em meio a sua definição, afirmando que ‘**breves e simples as expressões encorajam, por essa heurística, a selecionar melhor a interpretação**’”.

Ou seja, mesmo tentando fazer uma leitura caridosa da heurística I, ligando-a ao conteúdo, Costa demonstra que Levinson ligou-a à forma, o que o leva a afirmar que tanto I quanto M representam a categoria griceana de Modo. E continua:

a pretendida semelhança de (I) com a segunda de quantidade em Grice fica mais distante. **Isso enfraquece a proposta de Levinson** à medida que sugere que os casos pudessem caber em numa só heurística mais bem arranjada, algo do tipo ‘**O que é dito de forma direta implica a interpretação padrão; de forma desviada, a interpretação não padrão**’. (COSTA, 2005a, p. 118, grifo nosso).

Costa observa que Levinson provavelmente não interpretou os seus exemplos de forma simplificada e diz que o autor tem o ônus de justificar a necessidade de distinção entre elas, afinal, a Navalha de Ockham continua valendo. Vejamos agora mais alguns contraexemplos considerando casos em que se daria o que Levinson descreve como interpretação estereotípica. A fim de discutir a predição da Heurística I, Costa problematiza dois casos, a saber, o estreitamento de generalidades e o fortalecimento de negações. Vamos aos enunciados.

- (15a) O livro de Sherlock Holmes é bom.  
I +> Sherlock Holmes é uma personagem do livro.
- (15b) O livro dos Beatles é bom.  
I +> Beatles é o assunto do livro.

No caso de (15a), a implicatura, ou seja, a interpretação preferencial seria a de que Sherlock Holmes é uma personagem; já em (15b), a implicatura seria de que Beatles é o assunto do livro. Para Costa, não é tão óbvio assim que tais implicaturas necessariamente correspondam a interpretações estereotípicas; diz ele “das duas uma, ou a estereotipia está sendo perigosamente alargada, ou a predição de Levinson falha mais perigosamente ainda, dados os indícios anteriores que ameaçavam as heurísticas” (COSTA, 2005a, p. 118). Vejamos, agora as expressões com conteúdos negativos e suas respectivas implicaturas – as quais seriam, pela heurística, interpretações estereotípicas.

- (16a) Eu não maltrato adversários.  
I +> Eu trato bem adversários.
- (16b) Eu não desprezo a tecnologia.  
I +> Eu prezo a tecnologia.
- (16c) Eu não sou inimigo dos políticos.  
I +> Eu sou amigo dos políticos.
- (16d) Eu não acredito que Bush goste de Gore.  
I +> Eu acredito que Bush não goste de Gore.

Em todos os exemplos acima, Costa mostra que a interpretação estereotípica, prevista pela heurística I nem sempre é o caso. Costa diz que há exemplos que são bem abordados por essa heurística, mas eles acabam sendo inexpressivos. Por fim, ele avalia a heurística M. Para tanto, usa o seguinte contraste.

- (17a) O Brasil massacrou a Costa Rica.  
 (17b) O Brasil ganhou facilmente de 5x2.

Seja como for, diz Costa (2005a), tanto um como o outro teria como implicatura algo do tipo ‘O Brasil foi muito superior, não dando chance para o adversário’. Contudo, por hipótese, (17a) seria o que ele chama de “ilustrativamente um uso anormal” em relação a (17b). Costa faz novamente mais uma interpretação caridosa da proposta de Levinson, a saber, tratando (17a) como uma metáfora cristalizada – uma expressão normal. Daí Costa (2005a, p. 118, grifo nosso) pergunta: “Mas nesse ponto já não teríamos mais clareza sobre se a noção de normalidade é uma questão de frequência de uso, ou padrão de directude semântica. **As expressões idiomáticas seriam normais ou anormais na Heurística (M) da TICG?**” Mais uma vez, Costa aplica uma interpretação caridosa, supondo que o seu exemplo pudesse ser um tanto forte devido à convencionalidade das metáforas. Ele vale-se, portanto, de outro exemplo, muito similar ao do próprio Levinson.

- (18) Bill consertou o carro.

Costa questiona a respeito de qual seria a implicatura gerada pelo uso direto, a de que Bill consertou o carro ou a de que um mecânico o fez. Supondo que o estereótipo fosse o conserto realizado pelo mecânico, Costa termina perguntando se a expressão normal seria a aparentemente mais longa ‘levar o carro consertar’ ou a mais curta. Assim, tendo em vista os aspectos levantados sobre as escalas e os problemas apresentados a respeito do que seria (ou não) uma interpretação estereotipada, Costa (2005a, p. 119) conclui suas críticas, antes de apresentar o seu modelo, dizendo que “a estratégia das heurísticas de Levinson não parece nem necessária nem suficiente para a descrição do seu objeto”.

Para Costa (apud MENNA BARRETO, 2003) as heurísticas I e M são muito parecidas, parecem, na verdade, invertidas. Costa reconhece que, pela heurística I, Levinson tinha em mente a questão do conteúdo das mensagens, ao passo que, pela heurística M, pensava na forma. Mesmo assim, Costa sugere que Levinson poderia ter proposto apenas uma heurística, que daria conta dos aspectos previstos por ele através de I e M. Essa nova heurística leria “O que é dito de forma direta implica a interpretação padrão; de forma desviada, a interpretação não padrão”. Contudo, é importante salientar: essas observações de forma alguma questionam a importância nem a relevância do fenômeno, a saber, das implicaturas conversacionais generalizadas.

Mesmo que o próprio Levinson tenha procurado desenvolver um modelo que, embora parta dos insights de Grice, não assume a discussão clássica desencadeada pelo teórico – a qual deu origem

a todo o modelo, a saber, a noção de intenção do falante – a teoria das implicaturas conversacionais generalizadas não é incompatível com essa proposta.

Como vimos, Levinson abre sua obra dizendo que não quer qualquer comprometimento com teorias da cognição; contudo ele quer que as heurísticas tenham a generalidade e a força da universalidade, sem apresentar evidência para isso. Para ser universal é preciso ser inato, diz Costa (2002). A força das heurísticas vem justamente do amparo que Levinson busca na teoria de Grice, ao fazer conexão com as máximas, cuja generalidade é fruto do Princípio Cooperativo – o qual, como vimos na seção 3.1 deste capítulo, também carece de justificativas para a sua origem.

Assim, a partir do momento em que qualquer modelo abre mão de interfaces que promovam um caráter explanatório – nessas condições, até mesmo a interface Semântica/Pragmática fica sem motivação –, como é o caso de uma interface com as ciências cognitivas, tal modelo, embora não perca seu valor descritivo, não vai além disso. As descrições que a TIG e que TICG oferecem, se encerradas dentro da Linguística, oferecem esclarecimentos interessantes a respeito dos diferentes tipos de implícitos, no entanto, sem uma motivação explanatória isso tudo se perde.

Seguimos apresentando as considerações feitas por Costa envolvendo agora os contraexemplos, tanto na TR quanto na TIGC, mostrando, contudo, de que forma a TCNT, tal como foi configurada, tem como passar por eles. Como vimos, Costa (2005a, p. 125) mostrou que a noção de relevância, tal como formulada, enquanto “propriedade adquirida culturalmente no sentido de otimizar cognitivamente a troca de comunicação informativa”, não resiste a críticas, tais como o fato de procurar ser uma propriedade da comunicação geral, pois, embora dê conta da comunicação em contextos intelectualizados, é preciso reconhecer que eles não podem ser tomados como representativos da comunicação em geral. Na verdade, continua o autor, a comunicação relevante, mesmo restrita à natureza ostensivo-inferencial, pode perfeitamente caracterizar trocas que não envolvem compromissos com a dicotomia menor custo para maior benefício.

Para tanto, Costa cita o exemplo do diálogo amoroso que, embora altamente redundante e fraco, até mesmo nulo, em implicações contextuais cognitivas, ou seja, pobre em informações novas, pode ser ostensivo-inferencial; sem contar que trivializa a noção de benefício, pois ele está ligado à questão emocional, e não cognitiva – esta cerne da proposta de Sperber e Wilson. Isso sem contar que, segundo Costa, o que efetivamente caracterizaria a comunicação em geral, considerando o senso comum, é de fato a falta de relevância, ou seja, a redundância. Dessa forma, Costa demonstrou como o conceito de relevância não pode dar conta do escopo a que se propôs, a saber, a comunicação em geral, pois dá conta de apenas uma parte das trocas comunicacionais.

Há também o problema, igualmente apontado por Levinson, referente à discrepância entre explanação e descrição dentro da TR: sim, trata-se, sem dúvida, de um modelo explanatoriamente forte, mas descritivamente fraco, pois se perde a riqueza da diferenciação entre as implicaturas generalizadas e particularizadas, afinal, interessam apenas as inferências fruto de inter-relação da proposição nova com contexto – as não-triviais –, ou seja, as implicaturas particularizadas, na TR denominadas de implicações contextuais.

A fim de mostrar que a comunicação diária não tem aparentemente nenhum compromisso maior com a relevância, Costa vale-se de um exemplo proposto pelos próprios autores da TR (SPERBER; WILSON, 1986, p. 126, apud COSTA, 2005a, p. 126). E é através dele que Costa demonstra como a TCNT acaba passando sem problemas pelo contraexemplo.

**Contexto (A)** – Pessoas que se casam deveriam consultar um médico sobre possíveis riscos hereditários para seus filhos.

**Contexto (A')** – Duas pessoas que têm Talassemia deveriam ser advertidas a não terem filhos

**Contexto (A'')** – Susan tem Talassemia.

Consideremos as seguintes proposições:

(B) Susan, que tem Talassemia, vai se casar com Bill.

(C) Bill, que tem Talassemia, vai se casar com Susan.

Como vimos, segundo Sperber e Wilson, no contexto (A, A', A''), (C) é mais relevante do que B, pois, embora demandem o mesmo custo, somente (C) tem uma implicação a mais, a saber, (D) Susan e Bill deveriam ser advertidos a não terem filhos. Costa (2005a) concorda que o exemplo seja, como ele mesmo afirma, burocraticamente bem construído, afinal ilustra a proposta da TR, mas o faz supondo que a comunicação em geral funcione tal como previsto pela teoria – ela, ao ver de Costa, de fato, dá conta apenas de uma parte da comunicação. Assim, levantar a questão de que nem sempre, aliás, raramente, a comunicação funciona buscando uma eficiência com esse nível de precisão, Costa explora o exemplo, trazendo os seguintes aspectos. Primeiro, sugere que se suponha que, em uma conversa comum, (C) seja expresso linguisticamente de outra forma, por exemplo, como (C')

Bill, você se lembra, aquele cara que andou por aqui o ano passado, ficou um tempo e voltou, tornou-se nosso conhecido e foi embora, você se lembra, lembra sim, cara, tem uma doença, uma tal de Talassemia e vai casar com a Susan, vai sim, cara, tá ligado. E isso é problema, a galera tinha que avisar ela, cara, tinha sim, cara (COSTA, 2005a, p. 126).

Depois ele avalia (C') e mostra que, mesmo com o custo maior de processamento que a nova forma de expressão linguística exige, ainda assim, (C') tem a implicação (D) a mais do que o enxuto (B). Esse novo conteúdo, embora caracterize um custo maior de conversa irrelevante, ainda assim, tem mais benefício<sup>168</sup>. O próprio Costa, mais uma vez, sugere uma solução caridosa para a TR, a de que o benefício compensaria tal custo. Mas daí surge a questão a respeito do critério que identificaria o que de fato é custo e até onde ele compensa.

Vimos que a TCNT tem seus fundamentos nos princípios da conectividade e da interatividade. Dado que ambos são mais gerais, não precisam dar uma resposta para a questão a respeito de comunicação sem benefício, eles dão conta tanto de uma comunicação mais intelectualizada como de uma mais banal. A conectividade, aliás, inclusive faz mais; nas palavras de

---

<sup>168</sup> Que poderia ser tratado como uma forma de expressar intimidade, pois uma fala muito formal, embora com menos custo, poderia ser grosseira, por exemplo.

Costa (2005a, p. 127, grifo nosso) “**sem o princípio da conectividade, não se explicaria como é que a ostensão se justifica, antes de a relevância ser prevista**”.

Vejamos agora o exemplo-obstáculo que Costa coloca para a TICG resolver, e a posição da TCNT em relação a isso. As questões que o modelo de Levinson precisa responder são outras. A primeira refere-se ao fato de, como já foi discutido, não adotar nenhum princípio mais geral, cujo ônus é não ter adequação explanatória – justamente aquilo de que a TR é acusada, e, até certo ponto procede: princípios explanatórios fortes demais, como nesse caso, podem empobrecer descritivamente a abordagem.

Contudo, para Costa, o aspecto mais problemático refere-se àquela que, segundo ele, é a tese mais expressiva do modelo de Levinson, a saber, a revisão que o autor faz da interface entre Semântica e Pragmática. De acordo com tal revisão, a Pragmática passa a desempenhar um papel pré-semântico, lembramos que ele assume uma interface com a semântica das condições-de-verdade – e, como vimos, Costa diz que essa interface só é interessante para a Lógica. Para tanto, Levinson propõe que as ICGs, embora sejam inferências canceláveis, estariam ligadas a uma interpretação preferencial que, inicialmente, determinaria as condições-de-verdade de uma proposição. Dessa forma, segundo Costa (2005a), Levinson:

supõe uma distinção entre a inferência semântica não-cancelável, ou monotônica, e as inferências pragmáticas canceláveis, ou não-monotônicas, para **incluir, então, as ICGs como pragmáticas, diríamos de nível 1, em oposição às particularizadas, pragmáticas de nível 2**, seguindo, nesse aspecto, a tradição griceana. (COSTA 2005a, p. 127, grifo nosso).

Como é possível observar, essa revisão da interface acaba tendo um efeito contrário, trazendo menos contribuições. Como vimos, Levinson a constrói mais devido à observação, do que a qualquer outra coisa. O senso comum deve sim motivar uma proposta, mas não pode simplesmente ser travestido conceitualmente.

Vejamos como Costa trata essas questões na TCNT. Primeiramente, o autor não vê nessa nova interface algo positivo: “na TCNT, não se atribui vantagem metodológica a essa duplicidade de papel pragmático” (COSTA, 2005a, p. 127). Para ele, uma inferência deve ser construída com as propriedades relevantes para a interface. Assim, em uma interface com a Lógica, cujo interesse é a abordagem da inferência válida, pois o que importa é o caráter necessário da inferência, ela tem a propriedade da monotonicidade construída e estabelecida *a priori*, sendo aqui igualmente relevante uma interface com a semântica das condições-de-verdade.

Agora, tendo em vista a inferência para investigar a comunicação, alguns aspectos deixam de ser interessantes. Primeiro, cai a necessidade de uma interface com a semântica das condições-de-verdade, pois o que está em jogo não é mais a necessidade lógica da inferência, afinal, justamente por estar em interface com a comunicação, é preciso que se contemple a flexibilidade da linguagem natural. Tal semântica, embora metodologicamente construída como estável, na TCNT, “tem seu objeto modelado para a abordagem da linguagem natural com outras características determinadas por convenções e contextos particulares [...]” (COSTA, 2005a, p. 128).

Dessa forma, na TCNT a cancelabilidade que, para Levinson é tão importante, deixa de ser para Costa um critério de distinção entre Semântica e Pragmática. Na TCNT, as coisas são bem mais simples: **as inferências são identificadas e classificadas, em especial, a partir daquilo de que dependem para serem geradas, a saber, as semânticas dependem de convenções gerais, as pragmáticas dependem de contextos particulares.**

Se se pretende abordar o processo inferencial, as heurísticas, segundo a TCNT, deixam de ser necessárias devido aos contraexemplos apresentados e à ausência de um princípio que as regule, bem como devido a todas as consequências que se seguem disso, o que faz Costa dizer que elas não são nem necessárias nem suficientes para o objeto que descrevem. E, por fim, pois, na TCNT, a modelagem dessas inferências semânticas e pragmáticas é muito mais simples, não dependendo de níveis que se inter-relacionam e que dependem uns dos outros. Na TCNT, as inferências pragmáticas decorrem da relação com um contexto específico; já as inferências semânticas, por não dependerem de contextos particulares, são modeladas a partir de três situações, consistindo em: (i) convencionais, ao nível do léxico; (ii) acarretamentos, ao nível da proposição, e (iii) generalizadas, ao nível da interpretação *default* de estruturas léxicas e proposicionais. Ainda nas palavras do próprio Costa:

[...] o dito seria descrito pela semântica das convenções e enraizado na pragmática do contexto específico. As inferências, tipo implicação, poderiam ser desdobradas em cada um dos dois níveis, as convencionais, em termos de interpretação *default* ou semânticas (IS) e as específicas ou pragmáticas (IP), em termos da ação contextual (COSTA, 2005a, p. 129).

A seguir apresentaremos o cálculo proposto por Costa (2005a, p. 129-130) a fim de ilustrar como a TCNT modela a obtenção de implicatura conversacional particularizada e generalizada. Por fim, valendo-se desses exemplos, Costa estabelece outra diferença entre a TICG e a TCNT, agora quanto à derivação das implicaturas generalizadas. Vejamos como Costa modela a troca comunicacional acima a partir das duas respostas (B) e (B') considerando a interface Semântica/Comunicação. Iremos, enquanto apresentamos o exemplo de Costa, explicando-o, especialmente no que diz respeito ao tratamento das implicaturas que são disparadas pela fala que abre o diálogo.

- (A) Onde está João?
- (B) João está em casa.
- (B') Alguns já saíram.

Análise do dito e do implicado de (A):

- (A) **Dito:** em forma de pergunta, João está onde?
- (A) **IP:** gostaria de saber onde o João está (conteúdo) / expectativa de resposta (forma)

Como vimos, Costa defende que se analise não apenas a implicatura da resposta de (B) para (A), mas sugere que a fala que inicia a troca conversacional também dispara um processo inferencial e, portanto, implica algo. No caso de (A), temos uma IP que consiste no domínio, onde é estabelecido



o tópico, que corresponde, no exemplo, ao conteúdo. Além disso, temos também os aspectos que caracterizam a forma, o modo, no caso uma pergunta, e o objetivo, que é obter uma resposta, ou seja, é ser informado. Identificamos, portanto, o que Costa determina como sendo as condições iniciais do diálogo. Agora vejamos como o autor modela a resposta dada por (B), afinal, aquilo que será dito por ele será o que (A) usará para entender como a resposta dada por seu interlocutor pode ser tomada como uma resposta. Vejamos como ficam o dito e o implicado de (B):

- (A) **Dito:** João está em casa.  
 (B) **IP:** satisfação da expectativa em termos de forma e conteúdo (informação de forma objetiva e veraz)

Ao dizer ‘João está em casa’, (B) implica estar dando uma satisfação de resposta adequada à forma e ao conteúdo do enunciado que a disparou. E o faz oferecendo uma informação de forma objetiva e veraz, este último aspecto desejável na comunicação, como discutido desde Hintikka (1962) e conforme já apresentado. Vamos analisar agora uma outra possível resposta para (A), a saber, (B’), à luz da TCNT. Repetiremos (A) para fins de facilitar a leitura. A análise do dito de (A) se mantém conforme descrito acima. Vejamos como ficam as inferências a partir da interpretação de (B’).

- (A) Onde está João?  
 (B’) Alguns já saíram.

Análise do dito e do implicado de (B’)

- (B’) **Dito:** Alguns já saíram / Mais de um saiu (informação veraz, adequada e indireta)

Por ser indireta, (B’) pode gerar dois tipos de implicaturas, uma IP outra IS, segundo Costa.

- (B’) **IP:** João pode ter saído / satisfação da expectativa em termos de forma e conteúdo.  
**IS:** Nem todos saíram.

Essa IS consiste na inferência *default*, tratada como uma inferência semântica (IS). Vejamos agora como Costa modela o diálogo acima sob a forma das inferências de cada interlocutor ao ouvir o enunciado do outro: (B) ou (B’) ao ouvir (A), e (A) ao ouvir (B) ou (B’). Lembremo-nos de que, para Costa, na TCNT, o diálogo é analisado como uma relação simétrica, ao contrário das demais teorias que tratam da compreensão, levando em consideração apenas os aspectos relacionados à resposta de B para A, ou seja, não contemplam o fato de que A, ao falar, também gera no ouvinte, em (B), a necessidade de executar inferências para que a comunicação se estabeleça a contento: Costa trata não apenas da compreensão, mas também da produção, que é igualmente elemento fundamental para a compreensão.

**Quadro 5** – Exemplificação do Cálculo da TCNT na Interface

Cálculo na Interface Semântica/Comunicação	Modelagem da inferência
<p>(A) Onde está João?            (B) João está em casa.            (B') Alguns já saíram.</p> <p><b>Análise do dito e do implicado de (A)</b>            (A) <b>Dito:</b> em forma de pergunta, João está onde?            (A) <b>IP:</b> gostaria de saber onde o João está (conteúdo) / expectativa de resposta (forma)</p> <p><b>Análise do dito e do implicado de (B)</b>            (B) <b>Dito:</b> João está em casa.            (B) <b>IP:</b> satisfação da expectativa em termos de forma e conteúdo (informação de forma objetiva e veraz)</p> <p><b>Análise do dito e do implicado de (B')</b>            (B') <b>Dito:</b> Alguns já saíram / Mais de um saiu (informação veraz, adequada e indireta)            (B') <b>IP:</b> João pode ter saído / satisfação da expectativa em termos de forma e conteúdo.  <b>IS:</b> Nem todos saíram.</p>	<p><b>(B) inferindo</b>            1 (A) disse <b>p</b>.            2 (A) disse <b>p</b> em forma de pergunta.            3 <b>p</b> está de acordo com as condições comunicativas.            4 (A) implicou que gostaria de saber onde João está.            5 (A) implicou que tem expectativa de resposta.</p> <p><b>(A) Inferindo – (IP) de (B)</b>            1 (B) disse <b>p</b>.            2 (B) disse <b>p</b> em forma de resposta.            3 <b>p</b> está de acordo com as condições comunicativas.            4 (B) implicou que <b>p</b> satisfaz às expectativas de resposta em termos de forma e de conteúdo.</p> <p><b>(A) Inferindo – (IP) de (B')</b>            1 (B') disse <b>p</b>.            2 (B') disse <b>p</b> em forma de resposta.            3 <b>p</b> está de acordo com as condições comunicativas quanto à forma.            4 (B) implicou que <b>p</b> satisfaz à expectativa de resposta, mas foi pouco informativo em termos de forma e de conteúdo.            5 (B) disse <b>p</b> e implicou que João pode ter saído.            6 (B) disse <b>p</b> e satisfaz à expectativa da resposta quando à forma.</p>

**Fonte:** Costa (2005).

Costa, contudo, não coloca no cálculo a (IS) de (B'), ou seja, a implicatura 'nem todos'. Isso porque, na TCNT, inferências do tipo 'nem todos', ao contrário de Levinson, que as trata na pragmática pré-semântica, na TCNT são modeladas como sendo semânticas. Costa enumera três argumentos para tanto. O primeiro tem a ver com a distinção entre Semântica e Pragmática, a qual "é estabelecida pela presença de contexto particular de uso (enunciado) em oposição a conjunto de convenções linguísticas que determinam a proposição na interface com a Comunicação" (COSTA, 2005a, p. 131). Segundo Costa, a inferência em questão, a saber, a obtenção de 'nem todos' a partir de 'alguns' não depende de contexto particular, mas da rede de convenções gerais em que o termo 'alguns' se insere. Vimos que, para o autor, a noção de rede semântica é um recurso importante que oferece uma solução interessante para a discussão holismo x atomismo e para o problema das

escalas. Dessa forma, dentro da TCNT, Costa explica que ‘alguns’, assim como outros termos, tais como ‘todos’, ‘muitos’, ‘vários’, ‘quase todos’, etc. constituiriam o que ele denominou de suporte significativo para os quantificadores. Esse caso também serve para mostrar como funcionariam as redes.

O outro argumento de Costa refere-se à relação entre os termos ‘alguns’ e ‘nem todos’, segundo a qual, destaca-se ‘nem todos’ do significado convencional do termo ‘alguns’, conforme proposto por Levinson (2000). Para Costa, isso não se mostra apropriado, pois tal proposta dá a entender que essa relação parece ser o caso ainda em uma situação prévia ao uso particular. De acordo com Levinson, essa relação pode ser suposta porque faz parte da Pragmática, uma vez que, como vimos, pode ser cancelada. Entretanto, para Costa, isso já é diferente: “Como na TCNT, a inferência não-cancelável só aparece na interface Semântica/Lógica, onde, livre de contexto, ela é normatizada como monotônica, a justificativa de Levinson não se aplica” (COSTA, 2005a, p. 131). Isso prepara seu terceiro argumento.

Para o autor (COSTA, 2005a), embora ‘nem todos’ possa ser tratado como um significado nuclear de ‘alguns’, essa relação decorre de um tipo especial de cancelamento que, por sua vez, acaba afetando o uso da expressão.

Levinson argumenta que se ‘nem todos’ fizesse parte de ‘alguns’, então seria estranho dizer-se ‘alguns, mas nem todos saíram’. Mas, de fato, é estranho. Na primeira situação, o ‘mas’ é empregado para reforçar a ideia de ‘nem todos’, já que, logicamente, em seu núcleo semântico, ‘alguns’ não exclui a noção de ‘todos’; na segunda, o cancelamento hipotético do significado ‘nem todos’ representa praticamente, a retificação sobre o **uso** de ‘alguns’. Tanto é verdade que, pelo raciocínio de que ‘todos’ e ‘alguns’ semanticamente se reduzem ao seu núcleo semântico/lógico, a afirmação abaixo seria razoável ‘Todos saíram, portanto, alguns saíram’, o que não parece ser, **comunicativamente**, o caso. **Entende-se, mas não se usa** (COSTA, 2005a, p. 131, grifo nosso).

Assim, para Costa (2002, no prelo), o termo ‘alguns’ tem, na linguagem natural, um significado estável, atribuído antes mesmo do uso do termo. Dessa forma, é no uso que ‘alguns’ pode significar ‘não todos’ – momento em que o ‘alguns’ perde sua propriedade linguística sem deixar de ser inconsistente com o termo ‘todos’.

Vejam, a partir da pergunta ‘Tens horas?’ e de três diferentes respostas, outras situações que ilustram o cálculo que caracteriza a interface Semântica/Comunicação.

- (C) Tens horas?
- (D) São 23 horas.
- (D’) É tarde.
- (D’’) Tenho

- (C) **Dito:** em forma de pergunta, tens horas?
- (C) **IP:** gostaria de saber as horas / expectativa de resposta.

- (D) **Dito:** São 23 horas.
- (D) **IP:** satisfação da expectativa de resposta em termos de forma e conteúdo.

- (D') **Dito:** é tarde (informação veraz, adequada e indireta).  
 (D') **IP:** satisfação da expectativa de resposta.  
 (D') **IP:** está na hora de ir / satisfação da expectativa de resposta em termos de forma e conteúdo.

- (D'') **Dito:** tenho (informação veraz, inadequada e indireta).  
 (D'') **IP:** satisfação da expectativa de resposta em termos de forma.  
 (D'') **IP:** não satisfação da expectativa de resposta em termos de conteúdo.

A diferença entre (D) e (D'), por um lado, e (D''), por outro, é que essa resposta, embora satisfaça as condições de comunicação no que diz respeito à expectativa de resposta quanto à forma, não o faz em relação ao conteúdo. Em Grice, isso corresponderia a uma violação do Princípio de Cooperação, já segundo a TR, isso significa que a resposta não foi relevante, pois não permite a obtenção de implicações contextuais, ou seja, gera custo, mas não benefício.

Dessa forma, na TCNT, a riqueza descritiva da TICG não se perde; embora seja possível identificar uma grande quantidade de inferências semânticas, a interface permanece simplificada, pois o que, na TICG, tem mais a ver com a semântica fica sendo de responsabilidade da semântica, cujo gap entre as condições-de-verdade e a pragmática é preenchido por uma semântica convencional, que pode comprometer-se com esses aspectos. Além disso, não são propostas explicações que, embora dependam de princípios inatos, escapam dos casos de trocas específicas de contextos intelectualizados, que é o grande problema para a TR.

Vimos que Costa (2002, no prelo, 2005a) estabeleceu o diálogo como unidade básica da comunicação. Mais tarde, com o avanço das investigações, acaba desenvolvendo uma teoria específica para o diálogo, que tem na TCNT suas bases. A TD, que poderá ser devidamente articulada no construto através da Metateoria das Interfaces, desempenha um importante papel, conforme será mostrado, pois além do tratamento do diálogo e dos fenômenos comunicacionais – lógico-linguístico-inferenciais – também permite a integração de outros aspectos tradicional e milenarmente deixados de lado quando a questão é comunicação e argumentação, conforme veremos a seguir.

### 3.6 A TEORIA DO DIÁLOGO (TD)

Nesta seção iremos apresentar a Teoria do Diálogo. Veremos as suas principais propriedades e contribuições tendo em vista a construção do significado como objeto complexo, por um lado, e a forma como ela permite tornar mais rica a descrição do fenômeno da inferência, por outro. A Teoria do Diálogo, que pode ser considerada um desenvolvimento, e uma extensão da Teoria da Conectividade Não-Trivial, à luz da Metateoria das Interfaces, traz consistentes e generosos avanços para os estudos a respeito do papel e da natureza da inferência na comunicação humana dada a heterogeneidade dos fenômenos que caracterizam as trocas comunicacionais:

De acordo com Campos, uma abordagem interdisciplinar do diálogo é mais atraente dados os elementos heteromórficos envolvidos, linguísticos (fonéticos/prosódicos, morfológicos, lexicais, semânticos, sintáticos, pragmáticos, retóricos, argumentativos), intencionais (relacionados a sentimentos, política, economia, etc.), temporais (passado, presente, futuro, diacronia, sincronia), culturais, inferenciais (inferências dedutivas, indutivas e abduativas, acarretamentos, implicaturas), etc., em suma, uma miríade de variáveis que se entrecruzam, dirigem e afetam a conversação. (PAIL, 2012, p. 83).

A TD fará, portanto, parte do nosso construto, pois é a partir de considerações sobre o diálogo que Costa (2005a, 2012) traz para dentro de sua abordagem de interfaces fenômenos antes desconsiderados por propostas que envolvessem o raciocínio, como é o caso das inferências multiformes, das emoções e das fantasias. Sem contar aqueles aspectos arrolados por Pail (2012) ao estudar o papel dos palavrões. Para tanto, Costa propõe que se reconsidere o papel da Retórica, relendo-a à luz de McLuhan (1969), para, posteriormente, alocá-la como parte de uma Pragmática Inferencial a fim de identificar, descrevendo e explicando, através de ferramentas importantes, a geração de efeitos de significação para fins comunicacionais, argumentativos e persuasivos. Para tanto, avança no esclarecimento de questões relacionadas aos fundamentos lançados na TCNT, agora mais especificadamente descritos para fins do diálogo, a ponto de sugerir que o estudo do diálogo seja alçado de uma teoria do diálogo a um verdadeiro programa de investigação (COSTA, 2012).

Dessa forma, elementos dos discursos político e jurídico, do debate entre Gore (democrata) e Bush (republicanos), envolvendo as disputas entre advogados de ambas as partes, veiculados através de textos jornalísticos – inclusive certas intervenções dos próprios jornalistas, que, como veremos, desafiam as propriedades que, em tantos manuais, usam-se para descrever e caracterizar o discurso jornalístico – agora podem ser tratados, de forma mais rica, à luz da comunicação inferencial. Outro aspecto importante que nos licencia a tomar a TD para tratar do discurso jornalístico é porque este traz inúmeras citações e trechos de diálogos, de falas que foram trocadas entre interlocutores e reconstruídas no texto jornalístico, as quais são apresentadas aos leitores, inclusive, embora nem sempre, identificando implicaturas, como veremos no capítulo das análises. Sem contar, é claro, que o texto jornalístico não deixa de ser uma espécie de diálogo entre um jornal (emissor) e o leitor (receptor). O jornalista, afinal, conta com as capacidades de decodificação e de inferência de seu leitor – saiba conscientemente o jornalista disso ou não. Como vimos, estamos adotando um modelo que considera as inferências realizadas pelo receptor da mensagem inicial, não apenas aquelas a partir da resposta a essa mensagem inicial.

Costa (2005a, 2012) toma o diálogo como a unidade mais elementar da comunicação no que ele tem de mais típico, não na sua manifestação tópica propriamente dita, afinal, essa relação não está circunscrita a essas trocas pessoais entre interlocutores, mas considera que essa interação pode aparecer através de diferentes instâncias. Isso tudo fortalece o potencial da aplicação do modelo – algo, na visão do autor, altamente desejável – e que indica a força e o rigor de qualquer proposta que se pretenda eficiente.

Assim, a comunicação dialógica se caracterizaria, em última instância, por interlocutores humanos em presença ou via máquinas, podendo acontecer entre duas pessoas ou mais, ser presencial ou virtual, por linguagem verbal ou gestual, simétrica ou assimetricamente, em tempo real ou não<sup>169</sup> (COSTA, 2012). Tendo isso em vista, podemos considerar aqui interlocutores cujas interações são reconstruídas e transmitidas, no caso, através do discurso jornalístico, que, por sua vez, pode ser ele próprio um dos interlocutores em um processo dialógico assimétrico com o leitor.

Dessa forma, do ponto de vista da Metateoria das Interfaces, qualquer abordagem do diálogo que se pretenda interdisciplinar, na verdade, constitui-se em uma “base de investigação do significado linguístico na interface externa cognitivo-comunicativa e, na interna, sintático-semântico-pragmática, entre o léxico, a proposição e o enunciado” (COSTA, 2012, p. 1). Contudo, conforme veremos, podemos igualmente tratar a cédula de votação, um dos aspectos a serem analisados no próximo capítulo, como uma espécie de diálogo – de fato, interessa-nos a **comunicação inferencial, considerando-se as propriedades linguísticas como ponto de partida, mas entendendo que *inputs* de outras naturezas, como os perceptuais, também podem ser empregados como evidências das intenções dos emissores, dada a importância do não-verbal – aspecto operacionalizável pela TR e articulável pela Metateoria das Interfaces.**

Entretanto, antes de tratarmos da Teoria do Diálogo propriamente dita, bem como caracterizarmos mais detalhadamente o diálogo, suas funções e propriedades, em especial as linguísticas; mostraremos a importância de alguns princípios já apresentados na TCNT (2005b), agora revisitados nessa proposta mais elaborada, apresentada no artigo **Diálogo: Questões Interdisciplinares** (COSTA, 2012), mas que vem sendo desenvolvida por Costa ao longo dos anos através do Programa de Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural (PPLLN).

Como vimos, **o princípio da conectividade não-trivial** caracteriza a sustentação cognitiva da natureza do ser humano para se comunicar. Esse princípio “representa o suporte cognitivo que se enraíza em duas direções, a físico-químico-biológica, que dá conta da natureza da espécie humana no mundo animal, e a comunicativo-cultural, que dá conta da espécie humana no mundo social (COSTA, 2011, p. 8)” Através desse princípio, em especial no que tange à **conectividade**, Costa identifica e fundamenta, no mundo natural, a comunicação humana, pois o fenômeno comunicação não é privilégio do ser humano, os animais também se comunicam. Contudo, no caso da comunicação humana, o autor contempla uma forma que se vale das propriedades cognitivas intrínsecas e próprias do ser humano, daí ser tratada como **não-trivial**. Por fim, como vimos, é

---

<sup>169</sup> Segundo Costa (2012), assim como, conforme Chomsky, subjacente às línguas haveria uma gramática universal, subjacente ao diálogo, pode igualmente haver uma estrutura universal. Dessa forma, da mesma maneira que é possível dizer que as línguas são, de fato, a expressão de uma propriedade da cognição, em uma interface entre cognição e comunicação, os diálogos também poderiam ser tratados como variações de uma propriedade da comunicação enraizada na cognição humana.

também através desse princípio que Costa **modela a comunicação de tal forma que ela passa a ser natural, antes de ser racional, relevante, cooperativa e social.**

A TD assume a importância do diálogo na comunicação e baseia-se em fundamentos interdisciplinares. Ao fazer esse movimento, caracteriza-se como **uma construção teórica alternativa<sup>170</sup> aos modelos semântico-pragmáticos anteriores, pretendendo ser mais resistente a possíveis contraexemplos em relação à abordagem de emoções, intenções, inferências [e fantasias]** [...] as considerações feitas para a estrutura básica podem ser estendidas a todas as variações do diálogo, **o que torna a TD uma proposta inscrita em uma teoria geral da comunicação.** (STREY, 2011, p. 74, acréscimo nosso, grifo nosso).

Outro aspecto que particulariza a comunicação dialógica inferencial humana refere-se à **informatividade** – mas, para Costa (2012), em um sentido diferente do que normalmente se entende e se explica. Nas teorias clássicas sobre informação, em especial naquelas ligadas à matemática, que deram origem igualmente aos modelos de códigos, como o de Shannon e Weaver (1948), quando se pensa em informação, pensa-se em algo imprevisível, pois o previsível, por hipótese, já é conhecido.

Contudo, à luz de Floridi (2004), para Costa (2012), quando se pensa em **informação**, agora de um ponto de vista comunicacional, se está contemplando algo complexo, que **envolve várias áreas do conhecimento**. Trata-se, portanto, de um **objeto que deve ser construído interdisciplinarmente** – mais uma vez, ratificando a importância de uma abordagem por interfaces. Na abordagem tradicional, a imprevisibilidade é diretamente proporcional à quantidade de informação, em outras palavras, **quanto mais previsível algo, menos informativo é.**

Como vimos no segundo capítulo desta tese, tautologias e contradições podem ser informativas, mesmo que, logicamente, isso seja, por hipótese, impossível, dada a natureza das mesmas. Assim, algo necessariamente verdadeiro ou necessariamente falso seria, também por hipótese, previsível e, portanto, não pode ser relevante – **é na contingência que algo se revela informativo e relevante** (COSTA, 1984, 2012). Entretanto, Costa (2012) afirma que, na comunicação, **coisas podem ser previsíveis e, ainda assim, serem relevantes.**

Dizer para o João que a mulher dele telefonou dizendo que ia ao shopping pode ser altamente previsível e, ainda assim, ter repercussão sobre a vida dele, ou seja, ter relevância para ele. Já uma notícia dada a ele de que Michael Jackson morreu, quando ninguém esperava por isso, é relevante internacionalmente, altamente informativa porque imprevisível, ainda que possa não ter nenhum impacto sobre João (COSTA, 2012, p. 158).

No que tange à previsibilidade e relevância, Costa (2012, p. 158) entende que “na interface com aspectos matemáticos e probabilísticos, a comunicação deve lidar com a questão da quantidade

---

<sup>170</sup> Ela tanto pode ser alternativa como pode estar articulada ao construto, uma vez que aspectos descritivos oriundos dos outros modelos podem perfeitamente ser usados para, por exemplo, diferenciar, de uma implicatura conversacional particularizada, a sua origem e natureza.

de informação; na interface com aspectos sociais e emocionais, a qualidade, ou relevância do conteúdo, passa a ser decisivo para a comunicação”. O exemplo usado pelo autor consiste em uma situação em que A diz a B que a ama pela quinta vez no mesmo dia: a quantidade de informação, ressalta o autor, é mínima; o conteúdo, entretanto, carrega uma informação de relevância emocional para B. Como igualmente vimos, ao elaborar a TCNT, Costa (2002, no prelo, 2005a, 2005b) já havia problematizado a noção de relevância tal como proposta por Sperber e Wilson. Retomaremos essa discussão e a solução apresentada por Costa na TD mais adiante nesta seção.

Outro pilar fundamental, embora objeto de longas discussões filosóficas, para fins de investigações envolvendo a significação em linguagem natural é, segundo Costa (2012), a **intencionalidade**. Foi somente a partir do trabalho de Searle (1969) e, em especial, de Grice (1975), que ela se tornou, metodologicamente falando, mais tratável (COSTA, 2012). Ela deixa de ser um poço metafísico, algo puramente subjetivista, ganhando, com o filósofo, uma modelagem mais objetiva, despsicologizada, nas palavras de Costa. Por exemplo: quando, na fatídica madrugada de 8/11/2000, Gore ligou novamente para Bush dizendo que a Flórida estava com os resultados muito próximos para ter a contagem dada por encerrada e os resultados anunciados como definitivos, Bush poderia ter inferido que Gore havia ligado apenas para informar-lhe isso, mas, corretamente, o republicano entendeu que Gore tinha a intenção de informar que estava voltando atrás na desistência que há pouco fizera, em ligação anterior; logo, a luta pela presidência não estava acabada, como Gore havia permitido pensar, até mesmo incentivado, com o primeiro telefonema.

Desde sempre, uma das noções mais elementares e mais importantes nas discussões a respeito da comunicação inferencial é a de **relevância**. Em Grice (1975), ela era apenas uma submáxima que regula conteúdo, sob a máxima da Relação – reconhecida por ele como extremamente importante, embora pouco desenvolvida. Para Costa (1984), ela passa ser um princípio que sustenta e regula as demais máximas e as trocas entre (a) entre componentes do dito (dito-dito), (b) entre o dito e o tópico, (c) entre o dito e o ato comunicativo, (d) entre o dito e o implicado, (e) entre o implicado e o tópico, e (f) entre o implicado e o ato comunicativo. Em Sperber e Wilson (1986, 1995), ela se caracteriza por regular a relação entre esforço de processamento e benefício cognitivo. Contudo, desde Costa (1984), até as discussões mais recentes, não é *a priori* que uma informação pode ser tratada como menos ou mais informação do que o requerido em uma troca, mas é à luz da relevância que algo pode ser considerado requerido ou não (COSTA, 2012).

No que tange à **inferência**, Costa (2012, p. 163, grifo nosso) mostra como a abordagem por interfaces é capaz de levantar a heterogeneidade das inferências em um processo comunicativo, no que ele denomina de “**enriquecimento metodológico dos estudos da inferência**”. Como vimos, quando se chega ao terreno da **inferência**, as próprias **intenções** podem ser canceladas, afinal, com Grice (1975), a comunicação passou a ser justamente descrita como reconhecimento das intenções do emissor. Assim, sendo elas também inferências, mas de outra natureza, que não aquelas na interface com a lógica; ou seja, por não serem necessárias, ou não-monotônicas, podem ser canceladas. Daí ser possível dizer que **as intenções dirigem o dito e o inferido**.



Em um estudo sobre as inferências e o discurso político, Costa (2008) já sugeria que se tomasse como característica do **processo inferencial** o fato de ele ser constituído por **inúmeras inferências, não apenas em quantidade, mas em natureza e complexidade**: no raciocínio prático, aquele do cotidiano, o processo inferencial não é puramente lógico, mas multiforme. Além disso, Costa igualmente defende que o processamento ocorre em paralelo: vários raciocínios podem estar sendo realizados e várias inferências de múltiplas naturezas geradas, tudo ao mesmo tempo. Yus<sup>171</sup> (2013) também fala a respeito da ocorrência de diversos processamentos em paralelo ao descrever, via TR, desde o enriquecimento proposicional, através das explicaturas, até a derivação das implicações contextuais. Nas palavras de Sperber e Wilson (2002), isso significa que os processos de derivação que levam às interpretações são realizados on-line e ajustados em paralelo. Os autores chegam a falar em *backwards inferences* – inferências para trás – como forma de ajustes inferenciais nas explicaturas e premissas implicadas a fim de que os melhores e mais relevantes efeitos cognitivos sejam obtidos (SPERBER e WILSON, 2005).

Como vimos, Sperber e Wilson (2005) apresentaram uma espécie de procedimento de compreensão à luz da relevância: ao seguir um caminho de menor esforço no cômputo de efeitos cognitivos, teste hipóteses interpretativas (desambiguações, resolução de referências, implicaturas, etc.) em ordem de acessibilidade e pare quando suas expectativas de relevância forem satisfeitas. Seja como for, o que importa é que, embora possa se supor uma ordem, de fato como ela efetivamente ocorre na cabeça das pessoas é algo que não pode ser exatamente determinado, especialmente se considerarmos o fato de que as pessoas têm não só suposições diferentes armazenadas, mas com forças e graus de acessibilidade diferentes, o que interfere nas derivações.

Um aspecto que Grice (1975) começou a questionar, embora também já tivesse sido objeto de discussão de Russell, Strawson e Frege, refere-se ao fato de se tomar a inferência dedutiva como processo inferencial lógico por excelência, pois, no que tange à argumentação, devido à preservação da verdade, a dedução foi alçada à, e permaneceu por muito tempo na, posição característica da racionalidade exemplar e desejável – consequentemente, estavam excluídas todas as inferências que geravam falácias e estavam ligadas à persuasão. Mantinha-se, pois, “a distinção entre **racionalidade forte e fraca**, [...]. **A primeira diz respeito ao necessário e imutável; enquanto a segunda ao verossímil, visto a ampla aceitação de falácias, no sentido lógico**. É esta segunda racionalidade que mais pesa na linguagem natural e que tantos debates gerou” (PAIL, 2012, p. 87, grifo nosso). Na seção 2.2, em especial, no que diz respeito ao discurso jurídico, vimos o vai e volta em relação à adoção ou não de outras formas de pensar complexas possíveis em linguagem natural.

**Mas, como temos visto, Costa vem defendendo que, ao usar a linguagem para os mais diversos fins, com as mais diferentes intenções, empregamos inferências lógico-linguísticas nas suas mais variadas formas e complexidades: dedutivas, indutivas, abduativas – inclusive as**

---

<sup>171</sup> Em comunicação pessoal, no curso *Relevance Theory and Cyberpragmatics*, ministrado na PUCRS, durante o Seminário Internacional sobre a Teoria da Relevância, junho de 2013.

**falaciosas –, não-triviais, e linguísticas, a saber, fonético-fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas, as chamadas inferências multiformes.**

É importante destacar que as inferências linguísticas, em especial, podem ser de natureza semântica ou de natureza pragmática: se elas ocorrem independentemente de contexto, são semânticas; se, por outro lado, dependem de contexto, são pragmáticas, daí também sua natureza multiforme. Vejamos um exemplo através das inferências fonético-fonológicas

**Fonético-fonológicas:** envolvendo ênfases, paronomásias, etc.

Ex.: John votou em GORE. (ênfase)

Se, desse efeito fonológico, a inferência for a de que ‘John não votou em qualquer outro candidato’, trata-se de uma inferência semântica, pois ela foi obtida sem a necessidade de contextos específicos, recaindo, portanto, sobre as ISs de Costa. Contudo, se do enunciado mais outro contexto, agora aquele em que se sabe que Bush é outro candidato, ou pelo menos aquele com mais chances de derrotar Gore, então infere-se que ‘John não votou em Bush’, portanto, trata-se de uma inferência dependente de contexto específico, recaindo, dessa forma, no conjunto das IPs. As demais inferências linguísticas que caracterizam algumas das inferências multiformes foram já apresentadas na seção 2.3.

Essas inferências são assim chamadas, pois podem ser obtidas através de processos variáveis e simultâneos e porque advêm de várias fontes. Segundo Costa (2009), os argumentos em linguagem natural, que podem envolver propriedades de inúmeras naturezas, podem ainda ser **válidos** ou **inválidos**, **corretos** ou **incorretos**, **relevantes** ou **não relevantes**, **persuasivos** ou **não persuasivos**. Como o autor deixa claro, essas propriedades expressam-se no que ele demonstrativamente determinou como aproximação comunicativa por excelência, a saber, o diálogo. Assim, o diálogo, em especial quando inserido em contextos controversos por natureza, como é o caso dos debates, os quais se baseiam em e dependem de raciocínios que se mostrem lógicos, não necessariamente no sentido mais rigoroso do Cálculo Proposicional e de Predicados, além de comunicacionalmente persuasivos, nele convivem e articulam-se inferências de inúmeras naturezas.

Outros dois fatores que Costa (2012) arrola como importantes para serem metodologicamente enfrentados, se quisermos, por um lado, investigar de maneira adequada a comunicação inferencial, e, por outro lado, não deixar de lado os avanços que se têm obtido na neurociência e nas ciências da cognição, da linguagem e da comunicação, referem-se às **emoções** e às **fantasias**. Isso se deve a uma escolha metodológica, de acordo com a qual, embora se reconheça desde a Antiguidade Clássica o papel das emoções e da capacidade de fantasiar no comportamento humano, elas são tomadas como empecilhos quando o assunto é compreender a racionalidade. Mas Reboul (2004, p. XXI) nos oferece outra perspectiva ao dizer que “a arte do discurso persuasivo implica a arte de compreender e possibilita a arte de fantasiar”.

No que tange às emoções, remonta aos gregos a identificação da emoção na retórica, através da noção de *pathos* e, segundo Reboul (2004), da própria noção de *ethos*. Enquanto esta tem a ver com o caráter do orador a fim de inspirar confiança no auditório, pois, independentemente dos argumentos, inclusive dos lógicos, de nada eles servem se não tiverem como respaldo essa confiança; aquela tem a ver com as emoções, paixões e sentimentos que o emissor pretende gerar nos seus interlocutores (REBOUL, 2004). De acordo com o autor, Quintiliano “define o *ethos* e o *pathos* como dois tipos de afetividade: a primeira calma, comedida, duradoura, submetida ao controle mental; a segunda súbita, violenta, irreprímível, portanto, irresponsável” (REBOUL, 2004, p. 49). Contudo, paradoxalmente, deve-se também aos gregos a desconsideração do papel das emoções no que tange à avaliação da racionalidade humana, ou seja, ao “papel que as emoções ocupam nos argumentos e seus efeitos persuasivos (COSTA, 2011, p. 16)” – postura que se perpetuou até pouquíssimo tempo, salvas raríssimas e isoladas exceções.

Descartes imortalizou essa verdade assumida a respeito da racionalidade livre de emoções na sua famosa máxima “Penso, logo existo”. Assim, a lógica, devido à preservação da verdade das premissas para a conclusão, sem a interferência de conteúdos de outras naturezas, passou a ser a marca da existência da racionalidade. A separação metodológica entre razão e emoção foi muito útil para o desenvolvimento das áreas formais, reconhece-se. Contudo, a comunicação inferencial acabou sendo despida dessas propriedades – devendo ter que ser racional por ser lógica, justamente devido à exclusão de sentimentos, emoções e fantasias – para poder ser digna de investigação e respeito.

Baseando-se nas obras de Darwin (1873) e de Damásio (1996), Costa (2012) defende que as emoções desempenham sim um papel importante nos argumentos e na construção dos efeitos persuasivos dos mesmos, o que nos leva à comunicação. Para tanto, ao desenvolver os fundamentos da TCNT, Costa (2005a) já questionava a TR quando esta declarava contemplar apenas aspectos de natureza informativa como benefícios na definição de relevância a partir da relação entre custo/benefício. Outro aspecto para o qual Costa (2005a) chama a atenção no que tange à TR refere-se ao fato de Sperber e Wilson terem desenvolvido um modelo que toma como objeto da teoria geral da comunicação uma parte que não parece ser a mais característica, a saber, aquela que trata apenas de máximo benefício comunicativo como informação, por exemplo, a comunicação profissional e acadêmica. Segundo Costa (2012, p. 164), na comunicação corriqueira, muito mais ampla e repleta de outras situações, muito mais comuns, “especialmente em diálogos afetivos, as emoções participam de maneira crucial nas decisões sentimentais”.

A ideia básica é a de que, desde a época clássica, a presença da emoção pareceu estar em conflito com a racionalidade, devendo ficar fora da comunicação argumentativa. Agora, sabe-se que, num contexto mais complexo, ao contrário, a emoção contribui para decisões corretamente assumidas, funcionando como checagem final do processo. Afinal, a racionalidade não é imune ao engano, dado que, nos diálogos argumentativos, as intenções podem representar ameaças que, mesmo no contexto da validade, não deveriam autorizar uma decisão (COSTA, 2012, p. 164).

Como veremos, ao trazer as emoções para dentro das investigações a respeito da comunicação inferencial dialógica, Costa (2012), e, em especial, Strey (2011) demonstram que a emoção, quando premissa de um argumento, pode reorientar uma conclusão. Macagno e Walton (2013) tratam do uso argumentativo da linguagem emotiva, mas o fazem em uma perspectiva disciplinar, sem realizar, portanto, a construção do seu objeto dentro de interfaces. A abordagem acaba ficando solta, sem conexão com as demais teorias. Os autores tratam de inferência e diz que o uso de palavras emotivas interfere na forma de pensar do indivíduo a ponto de determinar diferentes cursos de ação. É a isso o que Costa se refere quando diz que a intenção dirige o dito e o implicado – mas agora não mais de um ponto de vista disciplinar, mas interdisciplinar.

É importante lembrar, contudo, que as emoções, para poderem fazer parte dessa abordagem, devem ser trazidas de forma metodologicamente articulada, daí mais uma vez a importância e utilidade de uma Metateoria das Interfaces quando se precisa trazer para dentro de um modelo algo tão complexo. Isso porque, a fim de se verificar como elas podem fazer parte dos processos inferenciais que envolvem a linguagem natural, ou seja, quando elas participam da determinação de um processamento lógico-comunicativo, é preciso que se possa identificar as propriedades semântico-pragmáticas das emoções.

Costa (2012) vai mais longe e sugere que aspectos tradicional e milenarmente excluídos dos estudos sobre a argumentação e a racionalidade, a saber, as **emoções** e a **imaginação/fantasia**, passem a ser tratadas dentro de um programa que investiga a comunicação inferencial. Para tanto, mais uma vez, o autor inicia sua busca voltando à Antiguidade clássica quando Aristóteles introduziu o conceito de imaginação no **De Anima**. Para Costa (2012, p. 165), “o senso comum seria construído pela percepção da realidade e imaginar seria um processo paralelo”. Segundo o autor, esse conceito acabou sendo excluído dos debates filosóficos, afinal, embora, por muito tempo se reconheça que também faz parte do ser humano a capacidade de imaginar, no que se refere ao conhecimento, a imaginação não desempenhava um papel importante.

Personalidades geniais como Einstein, por exemplo, atribuem à imaginação uma função extremamente importante no que diz respeito ao próprio avanço do conhecimento. “Quando examino a mim mesmo e aos meus métodos de pensar, chego à conclusão que o dom da fantasia significa muito mais para mim que qualquer outro talento para pensar positiva e abstratamente” (EINSTEIN, apud FIOLEAIS, 2013). Para Einstein, a imaginação ajudava a organizar o conhecimento e a fazê-lo [tal conhecimento] avançar.

Assim, segundo Costa, Frege, ao discutir a possibilidade da linguagem natural de referir ao que não existe, identificou o que ele considera como “um dos maiores desafios a ser enfrentado por aqueles que pretendiam uma perspectiva de discurso rigoroso científico alicerçado na linguagem

natural. Ainda aqui, a imaginação não era senão um sério problema se a questão da verdade colocava-se no centro da investigação” (COSTA, 2012, p. 166).

Mais uma vez, e ainda, a dicotomia entre o que constituía o racional e o que não o constituía determinava as investigações. Contudo, Costa (2012) vai buscar em Darwin condições para que se possa propor uma nova perspectiva de abordagem:

**Foi na perspectiva darwinista, então, que emergiu uma necessidade de enquadramento do processo de imaginação no roteiro evolucionista da seleção natural.** Imaginar seria, quem sabe, um mecanismo necessário para não perder de vista o predador, mesmo na sua ausência. Provavelmente, a rapidez com que o perigo se apresentava trazia a urgência de se imaginá-lo com antecipação. Tal interpretação poderia **combinar imaginação e emoções** como um complexo a dar sequência ao processo evolutivo no mundo animal. (COSTA, 2012, p. 165, grifo nosso).

De acordo com Costa (2012), essa combinação de imaginação e emoção, à luz de uma explicação evolucionista, pode muito bem ter interferido e promovido a continuidade do processo evolutivo. Não foi isso, de certa forma, que foi feito com o conceito de intenção ao ser despsicologizado e construído dentro de uma abordagem de interfaces?

Recentemente, **com o avanço das ciências cognitivas** em que uma nova revolução copernicana assume o **cérebro/mente como objeto naturalizado** a ser desvendado, **a propriedade da imaginação finalmente foi identificada como tendo uma função primordial na formação do conhecimento** (COSTA, 2012, p. 165, grifo nosso).

Ou seja, muito se tem avançado em termos de cognição, e, portanto, muito se tem disponível hoje em conhecimento para que se continue teimosa e não produtivamente investindo em investigações desconectadas ou que pratiquem a interdisciplinaridade que não incorpora a noção de interface. Segundo Costa (2007, p. 364) “ignorar as relações interdisciplinares é ir contra as tendências contemporâneas de aproximação do conhecimento, e ignorar as relações intradisciplinares é fazer especialização cega”.

Assim, se se considera a imaginação como um fenômeno de natureza biológica, ela pode se manifestar como outros aspectos na linguagem natural. Para Costa (2012), no caso da imaginação, isso pode ser observado através dos processos metafóricos. Nesse sentido, diz o autor, pode-se tratar a linguagem como estando conectada com a forma da imaginação – esteja ela ancorada em sistemas visuais e/ou conceituais. Segundo Wilson e Sperber (2004), à luz da TR, recursos como a metáfora, além de outros como a vaguidade, ambiguidade, jogos de palavras, trocadilhos, podem ser tratados meramente como rotas alternativas para obtenção da relevância ótima, assim, “se um enunciado é compreendido literal, vaga ou metaforicamente, isso dependerá do mútuo ajustamento do contexto, esforço mental e efeitos cognitivos de modo a satisfazer a expectativa geral de relevância” (apud SILVEIRA, 2008, p. 6).

Assim como Costa, Lakoff e Johnson (2003) são teóricos que contemporaneamente têm reconhecido e realizado esforços a fim de aplicar resultados da evolução das ciências cognitivas e da

neurociência aos estudos envolvendo a linguagem natural. Assim, em sua obra **Metaphors We Live By**, os autores, também ligam as metáforas à imaginação: “a metáfora é para a maioria das pessoas um recurso de imaginação e de florescimento retórico – uma questão mais de uso extraordinário do que ordinário da linguagem” (LAKOFF; JOHNSON, 2003, p. 3). Ao relacionar as metáforas à retórica, os autores contemplam uma das declarações mais importantes sobre linguagem e comunicação proferidas por McLuhan (1969): “O meio é a mensagem”.

Considerando tais aspectos, Costa (2013) sugere então que a Retórica contemporaneamente seja tratada como uma subárea da Pragmática – uma vez que, como o próprio Grice procurou dar conta através da máxima de Modo, há a formação e veiculação de conteúdo implícito dependendo da maneira como se configura um enunciado. Pail (2012) demonstra isso muito bem ao estudar a interferência de aspectos emocionais no emprego de palavras.

Costa (2013) revisita, portanto, a noção clássica de Retórica, incluindo-a no seu programa de investigação. Em um breve resgate histórico, mostra que foi com as disputas verbais na pólis grega que se fez necessário compreender até que ponto a linguagem podia ser veículo transmissor da verdade ou consistia em um instrumento de persuasão – como era o caso do uso da linguagem realizado pelos sofistas, os quais colocavam em um segundo plano as questões da verdade, entendendo os feitos de persuasão como sendo os mais importantes. Assim,

a Retórica foi perdendo força, especialmente pela sua inerente conexão com o argumento falacioso, com o raciocínio sofista, **com a ideia de que a linguagem tudo pode, que o que puder ser dito, em alguma perspectiva**, é. Além desse caráter de arbitrariedade do discurso sofista sobre a natureza do argumento, o fato de que tal argumento vinha carregado de irracionalidades emocionais pode ser também identificado como uma das causas do enfraquecimento da Retórica, dado que o compromisso do conhecimento era seu alicerce na racionalidade *stricto sensu* (COSTA, 2013 p.3).

Ou seja, as técnicas que faziam dos argumentos peças de persuasão, as quais não tinham no conceito de verdade a sua maior característica, passaram a ser consideradas mais um problema do que uma virtude da riqueza da linguagem. Com a evolução dos estudos sobre a comunicação inferencial, sem contar a retomada dos estudos sobre a retórica, com uma perspectiva diferente daquela da Antiguidade clássica, a partir do trabalho de autores como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000), em especial, que revisitaram a retórica e viram nela elementos que poderiam fortalecer a argumentação, e a partir do trabalho de McLuhan (1969) que discute a interferência da forma no conteúdo, foi possível verificar que a maneira como algo é dito é tão, ou mais importante, em alguns casos, do que o que propriamente se diz – a ponto de a forma impactar o significado que uma mensagem vai veicular, determinando inclusive a geração de inferências. Acreditamos que as mulheres, antes de McLuhan, já deixaram isso insanamente claro para os homens através da expressão “Não é o que você disse, mas como disse”. Costa (2013) vê uma relação entre o desenvolvimento da Pragmática linguística de hoje e aquele da retórica desde os tempos clássicos:

É, na verdade, a consideração de que, além do dito, os processos inferenciais múltiplos englobam o raciocínio formal, se o que se quer é a racionalidade in *lato sensu*. Wittgenstein, Strawson, Grice, Austin, Searle são os nomes mais expressivos a introduzirem as formas de pensar via linguagem corrente. **Curiosamente, embora com um alto grau de compatibilidade entre os processos inferenciais retóricos e pragmáticos, não optaram por reconhecer a especial condição da Retórica, provavelmente porque ainda estavam com o pano de fundo das relações com os sistemas formais** (COSTA, 2013, p.4, grifo nosso).

Tendo em vista que está assumindo, seja contemporaneamente, seja na Antiguidade, que a forma exerce influência sobre o conteúdo e, portanto, sobre o significado, Costa (2013), em uma perspectiva de interfaces, não vê problemas que se trate a Retórica como uma subárea da Pragmática inferencial – daí sua proposta de uma “**perspectiva não-tradicional de retórica**” (STREY, 2011, p. 9, grifo nosso). Assim, Costa formula seu argumento para revisitar o papel da Retórica nos estudos pragmáticos da seguinte maneira:

dada uma perspectiva de Pragmática como teoria do significado dependente de contexto, como teoria do enunciado, onde, a partir do dito mais propriedades contextuais, são derivadas inferências, se a **Retórica** é a disciplina que **investiga um de tais contextos, aquele que examina o impacto da forma do dito sobre o conteúdo, então ela é justamente uma subteoria da Pragmática**. E, se o entendimento de uma porção discursiva, como um diálogo, por exemplo, depende dos efeitos retóricos cujas inferências caracterizam o significado complexo, então a Retórica é a subparte que examina tal complexidade (COSTA, 2013, p. 5, grifo nosso).

Segundo autor, excluir a Retórica seria manter uma postura dualista, razão *versus* emoção, e não o contrário: razão e emoção trabalhando juntas para uma comunicação mais eficiente e formatadas de maneira a serem ferramentas, dentro de modelos teóricos, para a elucidação das inferências do raciocínio prático, cuja riqueza e complexidade que geram cada vez mais têm sido descritas de forma kuhniana, gieriana e poeppelianamente coerente.

A seguir, apresentamos de que forma as emoções podem ser incorporadas a uma investigação da comunicação inferencial de um ponto de vista dos fundamentos – sempre à luz da Metateoria das Interfaces. Por fim, traremos o arcabouço teórico propriamente dito da Teoria do Diálogo, último modelo que fará parte do nosso construto.

Segundo Costa (2012) e Strey (2011), a partir da evolução das investigações em várias áreas, como as neurociências e as neurociências cognitivas, além da pragmática e áreas ligadas à linguagem e à comunicação, tem sido possível reverter essa forma de pensar dicotômica e excludente, reavaliando a relação emoção e razão, não apenas nos mais variados aspectos que caracterizam o ser humano, mas também na comunicação inferencial: “em termos de linguagem natural, observa-se que a razão não está separada da emoção, e que essa separação faz com que muitos fenômenos complexos não sejam adequadamente explicados [na interface comunicação-cognição (COSTA, 2012, p. 167)]” (STREY, 2011, p. 21, acréscimo nosso). Dessa forma, afirma Strey (2011), constrói-se um objeto complexo, em que as propriedades da linguagem deixam de ser consideradas

isoladamente, pois se passa a entender que as emoções desempenham papel determinante no processo comunicativo; a questão agora é compatibilizar os fenômenos que caracterizam tal objeto complexo.

Na sua dissertação de mestrado, Strey (2011) demonstra a importância da emoção na racionalidade ao aproximar lógica e emoção na comunicação inferencial. Para tanto, a autora vale-se em especial do trabalho de Damásio (1996), Evans (2002) e Pham (2007), só para citar alguns dos autores que trouxeram de volta a emoção para as discussões a respeito do raciocínio – este, até pouco tempo, exclusivamente relacionado à razão e à lógica. Posteriormente, Strey (2011) retoma os estudos semânticos e pragmáticos que abordam a comunicação inferencial, em especial, Grice (1975) e Levinson (2000), os quais, embora sejam abordagens que tratem dessa comunicação inferencial, fazem-na tomando apenas a noção de intenção, a qual, dada a forma como foi modelada dentro da tradição dos estudos pragmáticos, é contemplada apenas à luz da racionalidade.

Por fim, Strey (2011) apresenta os problemas, apontados por Costa (2005a, 2005b, 2012), que a TR enfrenta ao deixar de lado as emoções como fator que também pode determinar a derivação de inferências e, por vezes, a relevância do próprio ato comunicativo. Apresentaremos, brevemente, as considerações feitas por Strey (2011), afinal, com elas, a autora demonstra como é possível, empregando a Metateoria das Interfaces, construir um objeto complexo que encontra tratamento em uma interface externa entre a Linguística-Comunicação-Cognição-Lógica; e interface interna sintático-semântico-pragmática, entre léxico, proposição e enunciado (COSTA, 2012), considerando o papel das emoções.

Foi, em especial, com Damásio (1996) que a barreira racionalista foi ultrapassada, impulsionando a investigação a respeito da interferência das emoções na razão. Após levantar o trabalho de Pham (2007), que arrolou uma quantidade de estudos neurocientíficos que demonstram que estados emocionais interferem sim nos processos racionais dos seres humanos, conseqüentemente, na sua capacidade lógica, e o de Evans (2002) que apresentou as duas visões a respeito da influência das emoções, as positivas e negativas, Strey (2011, p. 23, grifo nosso) diz que o que interessa é o fato de que, **“independentemente de serem inferências positivas ou não, as emoções influenciam de maneira pontual no raciocínio lógico”**.

Após reconhecer a importância das emoções, Strey (2011) passa a articular essa questão à comunicação humana, a qual, segundo a autora, também está inserida em propriedades complexas envolvendo razão e emoção. Dessa forma, a questão é investigar e estabelecer a forma como as **emoções afetam o processo inferencial no sentido de modificá-lo**. Embora seja importante desvendar o papel das emoções na geração de inferências na linguagem natural, a autora tem o cuidado de fazê-lo não afastando agora a lógica, pois, caso contrário, isso configuraria um retorno à postura dualista que separa a razão da emoção. Nesse sentido, a fim de iniciar a construção de uma



proposta e de dar conta dessa relação, Strey (2011) lança mão das duas teorias linguísticas citadas que tratam da comunicação inferencial, a saber, a TIG e a TICG.

As contribuições da TIG, de Grice (1975), para um tratamento inferencial da comunicação, embora contemplem a noção de **intenção comunicativa**, através do Princípio de Cooperação e das máximas, via um cálculo inferencial – conforme apresentamos anteriormente – e, embora contemplem inferências não-triviais, de forma alguma lançam mão da emoção como um dos elementos dos quais depende o raciocínio inferencial – que no modelo basicamente funciona a partir do respeito a certas regras e máximas conversacionais.

O mesmo serve para a TICG, de Levinson (2000). O autor se vale da noção de inferência como fruto da racionalidade humana e procura potencializar a carga informacional dos enunciados – para tanto, lança mão das heurísticas. Na verdade, essas heurísticas não passam de procedimentos, regras que gerenciariam a identificação e a derivação das informações. Através delas, Levinson pretende mostrar como o ser humano compatibilizaria a discrepância entre o processamento de mensagens linguísticas e a codificação das mesmas – mais uma vez, contudo, contemplando exclusivamente aspectos ligados à racionalidade. Ou seja, a inferência está sim no terreno da razão.

Entretanto, como vimos, Levinson (2000) não se compromete com nenhum princípio cognitivo, falhando em explicar o que garante a obediência a tais heurísticas; sem justificar, portanto, a origem de tais conteúdos. Em uma tentativa de legitimar as suas heurísticas, ele as deriva da categoria de Quantidade, a qual, por sua vez, está atrelada ao Princípio de Cooperação – herda, contudo, o problema pelo qual o próprio Grice foi criticado: assim como não há como saber a natureza do PC, não há como saber a natureza de tais heurísticas, nem se são inatas ou, de alguma forma, adquiridas.

Seja como for, tanto a TIG quanto a TICG procuram dar conta da comunicação inferencial a partir da racionalidade, assumindo a noção de **intenção**, – como fruto de obediência a regras (máximas); ou a procedimentos (heurísticas) –, excluindo de qualquer passo qualquer papel que as emoções, que igualmente caracterizam o ser humano, possam desempenhar.

Vimos que Grice abre seu trabalho sobre inferências rebatendo a crítica feita pelos formalistas à linguagem natural, ao sugerir que se aceite que, dado que a linguagem natural não é usada exclusivamente para fins acadêmicos, muitas inferências e argumentos não observam a lógica tradicional, embora não negue que ela possa guiá-los. O próprio Costa (1984, p. 36), como já mostramos anteriormente, e repetimos aqui, esclarece que

a linguagem natural **possui uma base lógica indiscutível** que se pode observar em qualquer silogismo bem formado. Essa base lógica, entretanto, está **numa relação de indeterminação com as variações significativas do contexto**. É através dessa relação da sentença com o contexto que o enunciado se adapta em sua ocorrência às exigências comunicacionais (COSTA, 1984, p. 36, grifo nosso).

Contudo, Grice não vê problemas em se estudar, a partir da noção de intenção, essas indeterminações tratando-as como implicaturas, ou seja, inferências não-triviais – lembremo-nos de que Grice se dedicou às implicaturas conversacionais particularizadas. Levinson, da mesma forma, desenvolvendo as implicaturas conversacionais generalizadas griceanas, trata tais inferências considerando, como Grice, especialmente a partir do seu caráter cancelável. Ao tentar atribuir generalidade à sua proposta, ele afirma que tais inferências são “derivadas de uma cooperação racional”.

Se foi possível despsicologizar e “dessubjetivar”, com o perdão pelos neologismos, a noção de intenção, por que o mesmo não pode ser feito com a noção de emoção? Strey (2011), sempre observando o rigor da Metateoria das Interfaces, aproxima emoção e razão em comunicação, usando as escalas de Levinson (2000) como uma forma de inserir a linguagem das emoções no processo de derivação inferencial. A seguir, reproduzimos um exemplo usado por Strey (2011, p. 36).

(1) Todos os namorados são felizes.	$\forall_x (N_x \rightarrow F_x)$
<u>João é namorado.</u>	$N_p$
Logo, João é feliz.	$F_p$

No que tange à lógica proposicional, o argumento acima, que diz que, para todo  $x$ , se  $x$  é namorado, então  $x$  é feliz, é válido e, portanto, aceitável. Mas o argumento abaixo, logicamente falando não é válido, e, portanto, não deveria ser aceitável. Contudo, em (2), a conclusão não se segue das premissas, pois ‘infeliz’ não figura nas premissas, logo não pode figurar na conclusão.

(2) Todos os namorados são felizes.	$\forall_x (N_x \rightarrow F_x)$
<u>João é namorado.</u>	$N_p$
Logo, João é infeliz.	$\emptyset$

Contudo, Strey (2011) argumenta que, caso uma palavra de emoção seja inserida, a conclusão seria licenciada, mesmo que o cálculo proposicional, tal como previsto pela lógica, não se mantivesse na sua natureza mais rigorosa. Em outras palavras: na lógica não haveria conclusão, na comunicação sim.

(3) Todos os namorados são felizes.
<u>João é namorado, mas é ciumento.</u>
Logo, João é infeliz.

Em (3), segundo a autora, a inserção da palavra de emoção, ‘ciumento’, não faz com que o argumento se torne válido, muito pelo contrário, mas torna-o perfeitamente aceitável em linguagem natural, para fins de um raciocínio prático justamente devido à relação que se percebe entre as palavras ‘feliz’ e ‘ciúmes’ – como vimos, mais do que ser válido, um argumento pode ter outras

propriedades para fins comunicacionais, como ser correto, ou relevante, por exemplo; é claro, propriedades determinadas a posteriori, ao longo do desenvolvimento das trocas.

Além disso, destacamos o que Costa tem defendido: temos uma implicatura convencional, a partir do ‘mas’, e uma inferência dedutiva, a partir do condicional, ilustrando a noção de inferências multiformes e de processamento online, ou seja, situação em que as premissas não são dadas *a priori*, mas são trazidas, conforme previsto por Sperber e Wilson, para serem computadas conforme a orientação da troca e da intenção do emissor. Vejamos outro exemplo através do qual Strey mostra como compatibiliza as emoções com as inferências (2011, p. 36-37).

(4) A: Você vai casar com a Maria  
B: Eu a amo.

Inferência:

Se Pedro **ama** Maria, irá casar com ela.  
Pedro **ama** Maria.  
Pedro irá casar com ela.

(5) A: Você vai casar com a Maria  
B: Eu gosto dela.

Inferência:

Se Pedro **ama** Maria, irá casar com ela.  
Pedro **gosta** da Maria.  
Pedro não irá casar com ela.

Os exemplos acima ilustram como a palavra de emoção, embora envolvida em argumentos cujo raciocínio lógico de base é o mesmo, acaba levando a conclusões diferentes. Ao trocar o verbo ‘amar’ por ‘gostar’, parece haver uma reinterpretação e a necessidade de outros processamentos inferenciais. Assim, o argumento em (4) segue os procedimentos previstos pela regra do Modus Ponens, culminando em uma conclusão necessária. Contudo, em (5), raciocínio inválido, o predicado ‘gostar’ não está relacionado com casar ou não com alguém. Não se trata de uma relação necessária. Em linguagem natural, pode-se supor que há uma diferença semântica entre cada predicado, ‘amar’ e ‘gostar’, os quais envolvem aspectos de envolvimento emocional (STREY, 2011). Strey (2011) apresenta a seguinte explicação, valendo-se de Levinson (2000):

Uma explicação possível para a diferença na inferência reside na escolha do verbo ligado às emoções. As implicaturas generalizadas, que dependem de uma interpretação preferencial (cf. Levinson, 2000), estariam ligadas a uma escala linguística, que pode ser definida como sendo ‘**composta de um conjunto de alternativas linguísticas, ou expressões contrastantes da mesma categoria gramatical que podem ser dispostas numa ordem linear por grau de informatividade ou força semântica**’ (LEVINSON, 2007 [1983], p. 164, apud STREY, 2011, p. 38, grifo nosso).

Embora outros autores tenham trabalhado com a noção de escalas, Strey (2011) opta pela proposta de Levinson (1983/2000) a fim de construir a interface correta. Para tanto, e, para mostrar que as inferências escalares podem ser tratadas de fato, como implicaturas griceanas, Levinson (1983, p. 167) propõe o seguinte argumento:

(i) F disse **p**.

- (ii) Há uma expressão **q**, mais informativa que **p** (e, portanto, **q** acarreta **p**), que poderia ser desejável como contribuição para os presentes fins do intercâmbio (e, aqui, talvez haja uma referência implícita à máxima da relevância).
- (iii) **q** tem, grosso modo, a mesma brevidade de **p**; portanto, F não disse **p** em vez de **q** simplesmente para ser breve (isto é, para conformar-se à máxima de modo).
- (iv) Se F soubesse que **q** é válido, mas, não obstante, enunciasse **p**, ele estaria infringindo a injunção de tornar sua contribuição tão informativa quanto necessário, portanto, F deve querer que eu, o destinatário, infira que F sabe que não é o caso ( $S \sim q$ ) ou, pelo menos, que não é o caso ( $\sim Sq$ ).

Assim, a fim de se chegar à conclusão de que João não irá casar com Maria, lembremo-nos de que estamos tratando de inferências canceláveis, seria, portanto, necessário assumir a existência de uma escala do tipo <amar, adorar, gostar, simpatizar>. Dado o argumento acima, caso o emissor escolhesse ‘adorar’, todos os demais elementos da escala seriam negativamente implicados e os procedentes seriam acarretados. Dessa forma, considerando-se o exemplo (5) ter-se-ia:

ICG (Q): Pedro <gosta de, simpatiza com> Maria, mas não <ama, adora> Maria.

Apesar de ser possível compreender um pouco melhor, descritivamente, o funcionamento das emoções para a geração de inferências, a proposta, ainda assim, precisa enfrentar a crítica feita por Costa (2005a) a Levinson a respeito da origem das escalas uma vez que ele não tem princípio cognitivo que as explique. Simplesmente assumir as escalas não explica suficientemente a escolha. Além disso, segundo Strey (2011, p. 39), “parece que, além da noção de escala de palavras de emoção<sup>172</sup>, há mais um componente determinante para o processo inferencial: dependendo da posição na escala, uma conclusão pode ou não ser implicada”.

Para Strey (2011), a direção do argumento parece ser determinada por dois aspectos: pelas premissas e pela escala inferencial. Se, para constituir a premissa, tiver sido selecionada uma informação de acordo com a qual para casar é preciso ‘gostar’, qualquer outro termo selecionado direcionará a conclusão para lados opostos: se a palavra utilizada for implicada negativamente, a conclusão vai para um lado; se a palavra for acarretada, então a conclusão irá para outro.

A fim de explicar a formação dessas escalas e o seu uso no processamento inferencial, algo deixado de lado por Levinson (2000), Strey (2011) lança mão do argumento de Damásio (2009) a respeito da maneira como as pessoas têm armazenadas as emoções. Para ele, “**as emoções são respostas a estímulos, ou escolhidas pela evolução ou aprendidas individualmente – ou seja, as escalas lexicais de emoção estariam baseadas na experiência individual ou apoiadas na evolução**” (DAMÁSIO, 2009 [2003], p. 157, apud STREY, 2011, p. 40, grifo nosso).

Essa postura a respeito da experiência particular dos indivíduos já tinha sido discutida por Quintiliano (no seu *Instituto Oratoria*, VI, 2, 4), para quem as palavras representam, recuperam um

<sup>172</sup> Segundo Strey (2011) emoção, palavras de emoção, linguagem de emoções e sentimentos são usados como sinônimos para se fazer referência à interface construída entre linguagem e emoções.

passado ou uma possível situação relacionada às experiências particulares das pessoas, aspecto que está gravado na memória delas. Segundo Cigada (2006, p. 113 apud MACAGNO; WALTON, 2013, p. 14), as palavras, em Quintiliano, podem retratar representações vívidas de uma situação. Como é possível observar, a questão das emoções remonta aos gregos e acaba tendo que retornar quando o assunto é argumentação – e, portanto, inferência.

Partindo de tal argumento, poder-se-ia supor que, a partir da vivência de situações particulares, as pessoas relacionam palavras de emoções<sup>173</sup> a essas experiências e as estocam como conceitos no seu ambiente cognitivo. Assim, as emoções estariam constituídas em grupos – formando “redes semânticas de emoções [as quais] seriam constituídas a partir de generalizações baseadas em casos individuais [...]” (STREY, 2011, p. 40, acréscimo nosso). As palavras de emoções que constituiriam tais grupos, na necessidade da realização de uma inferência, estariam organizadas em escalas – de acordo com a experiência do indivíduo.

Como o ser humano, ao longo da sua vida, vai modificando sua representação de mundo, fortalecendo, acrescentando ou apagando suposições do seu ambiente cognitivo, as escalas são classes abertas, o que explica o fato de pessoas diferentes interpretarem, por vezes, os mesmos enunciados de formas diferentes. Por exemplo, para A, no caso do exemplo anterior, entre os predicados ‘amar’ e ‘adorar’, a escala seria <adorar, amar>, para B, poderia ser <amar, adorar>. Em outras palavras: as escalas se justificam se sua formação for fruto da maneira como as pessoas vivenciam e estocam suas emoções; isso afeta a configuração das redes semânticas e, conseqüentemente, o resultado das inferências das quais fazem parte.

Assim, além do fato de as pessoas poderem construir escalas em que um grupo de emoções pode estar relacionado a outro grupo, Strey (2011, p. 40-41) também chama a atenção para o fato de que “pode haver situações em que o processo inferencial envolva emoções que estão em escalas inferenciais distintas, que aparentemente não se cruzam, como no caso de emoções de sentido negativo ou positivo”. Vejamos o exemplo analisado por Strey (2011, p. 41).

- (6) A<sub>1</sub>: Você vai casar com Maria?  
 B<sub>1</sub>: Eu **adoro** ela.  
 A<sub>2</sub>: Então vai casar com ela?  
 B<sub>2</sub>: Tenho **medo** de um relacionamento sério.

Inferência:

Se Pedro gosta de Maria, deve casar com ela.

Pedro adora Maria, **mas tem medo**.

Pedro não vai casar com Maria.

---

<sup>173</sup> Aqui se pode se supor que as palavras de emoção estariam estocadas e sujeitas aos mesmos critérios descritos por SW a respeito dos conceitos, cada um sendo constituído por entradas – lógicas, linguísticas e enciclopédicas.

Segundo o argumento desenvolvido por Strey (2011), uma escala de emoção do tipo <amar, gostar> licenciaria uma ICG do tipo Q ‘Pedro irá casar com Maria’ – inferência representada em A<sub>2</sub>. Contudo, a inserção de uma outra palavra de emoção, agora de carga negativa, como ‘medo’, leva o processamento para outra conclusão. De acordo com a autora, e lembrando Sperber e Wilson, “as emoções parecem ter outra propriedade essencial para interferir no processo inferencial: **o grau de força**, pois, em (6), a intensidade de ‘sentir medo’ parece ser maior do que a de ‘adorar’” (STREY, 2011, p. 41, grifo nosso). Mesmo estando em redes diferentes, essas palavras de emoções não estão separadas, elas podem entrar em contato em determinados processamentos. Dessa forma, nessa inter-relação, os graus de intensidade, de força, acabam determinando a conclusão.

Como foi possível verificar, através de Damásio (2004), Strey (2011), aplicando a metateoria das interfaces de Costa (2007), mostra como é possível aproximar razão e emoção, especialmente, em um contexto de comunicação, assumindo que ela é afetada por tais propriedades. Ao empregar os modelos semântico-pragmáticos de abordagem puramente racional, a saber, a TIG e a TICG, Strey (2011) mostra que é possível trazer para dentro do processamento comunicacional inferencial-intencional aspectos de natureza linguística e emocional, tornando a emoção parte do argumento, através da suposição do emprego de palavras de emoção no processamento lógico, corroborando assim, o postulado da neurociência, e fazendo as pazes com algo que parece óbvio: as emoções interferem no processo comunicativo-inferencial. Na verdade<sup>174</sup>, Lakoff (2013), citando especialmente o trabalho de Damásio (1994), constata que, dado o que se sabe hoje em ciências cognitivas e neurocientíficas, **não se pode ser racional sem ser emocional**.

Dado que estamos em um contexto de articulação teórica, falta agora avaliar a TR, que, embora já desenvolva uma abordagem cognitiva para a comunicação, paradoxalmente, exclui as emoções. Assim, continuaremos a resenha do trabalho de Strey (2011), agora mostrando que é possível incluir as emoções, relacionando-as com a linguagem natural, em uma abordagem que se vale de aspectos da TR, desde que se releia a noção de benefício, tal como proposto por Costa (2005a, 2011, 2013), tratando “a forma de uma expressão como um benefício retórico e, portando, emocional” (STREY, 2011, p. 42).

Ao abrirem a obra **Relevance: Communication and Cognition**, Sperber e Wilson (1995) deixam claro que lhes interessa investigar a comunicação de **pensamentos** (representações conceituais, em oposição a representações sensoriais ou estados emocionais<sup>175</sup>), **suposições** (pensamentos tratados pelo indivíduo como representações atuais do mundo) ou **informações**. Ou seja, descartam as emoções ou qualquer outro aspecto nesse sentido. Assim, ao afirmarem que a relevância ótima é fruto da racionalidade, e que só interessa a comunicação ostensiva, aquela

<sup>174</sup> LAKOFF, George. **The Brain and its Politics**. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=efQZhDdIdRI>>. Acesso em: 9 ago. de 2013.

<sup>175</sup> “as opposed to sensory representations or emotional states” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 2).

diretamente relacionada à relevância informativa, os autores dizem que o modelo é construído para evitar aqueles atos comunicacionais que não são informacionalmente relevantes. Segundo Strey (2011, p. 22), “a aposta tão radical na racionalidade é problemática, pois parece haver interferências das emoções no próprio processo racional”.

Autores como Tannen (1995) defendem que é preciso levar em consideração como as pessoas se sentem quando produzem e quando compreendem um enunciado. Para a autora, as pessoas estão emocionalmente envolvidas umas com as outras – mais do que apenas informar, a comunicação envolve intenções, e intenções envolvem emoções; e, como vimos, a TR deixa claro que, sob seu escopo, não recaem as emoções como aspecto que, aliado às intenções, determina as particularidades da comunicação. Segundo Strey (2011a, p. 18, grifo nosso, acréscimo nosso) “a interferência das emoções na comunicação não pode ser abordada via teorias informativas, pois essas não abordam conversas ‘vazias’. [...] [Assim,] **o que as pessoas estão sentindo interfere tanto no modo como compreendem um enunciado como no modo como [o] produzem**”.

Damáσιο (1994, p. 252 apud STREY, 2011, p. 5) deixa claro que, de forma alguma, é desejável que se perca a perspectiva da razão. Na verdade, **o autor entende que as emoções e os sentimentos são essenciais para a própria racionalidade**: “conhecer a relevância das emoções nos processos de raciocínio não significa que a razão seja menos importante do que as emoções, que deva ser relegada a um segundo plano”.

Por outro lado, Damáσιο reconhece que as emoções podem ter um efeito negativo sobre a razão: “sem diminuir o valor da orientação das emoções normais, é natural que se queira proteger a razão da fraqueza que as emoções anormais ou a manipulação das emoções normais podem provocar no processo de planejamento e decisão<sup>176</sup>” (DAMÁSIO, 1994, p. 252 apud STREY, 2011, p. 5). Nesse sentido, Macagno e Walton (2013, p. 14) tem razão ao definir “o uso argumentativo da linguagem emotiva como o uso de palavras gerando emoções para perseguir um objetivo argumentativo, a saber, levar o interlocutor a se comprometer com uma posição ou ação específicas”.

Dessa forma, a grande questão é como compatibilizar a noção de emoção dentro de uma proposta que, paradoxalmente, inclui a cognição e exclui um traço importante do e para o funcionamento humano e, naturalmente, da e para a comunicação. O que se pretende identificar não é como as emoções afetam o processamento inferencial tendo em vista sua constituição biológica, mas sim sua relevância para o processo. Para Damáσιο (1994) **é possível que a racionalidade e o processo de decisão impliquem uma estratégia lógica para a produção de inferências válidas com base na memória de trabalho**.

---

<sup>176</sup> A decisão é também um elemento que pode ser construído na interface como sendo de natureza cognitivo e inferencial. Davi (2009), seguindo a tradição iniciada por Costa, através da análise da comunicação inferencial e dialógica, defendeu que tais inferências interferem na tomada de decisão, uma vez que a autora apresenta a emoção como um dos fatores que têm papel na orientação da tomada de decisão. Iremos, portanto, assumir essa prerrogativa a fim de realizar as análises das inferências no debate entre Gore e Bush.

Segundo Solomon (2003 apud MACAGNO; WALTON, 2013, p. 15), “desejos e valores são resultados de experiências anteriores ou da cultura de uma comunidade. Consequências positivas e negativas de ações passadas estabelecem o critério para avaliar futuras situações similares, enquanto outras experiências não vivenciadas podem ser julgadas com base nas ações dos sujeitos”. Para Macagno e Walton (2013 p. 15), “um estado de coisas pode ser classificado como desejável ou indesejável e uma decisão para agir é feita a fim de se trazer à realidade uma situação desejada”. Nas palavras de Moura, Grossi e Hirata (2009 apud DAVI, 2009, p. 81): “podem-se levantar hipóteses que norteiem a condução do processo decisivo, por meio da identificação dos antecedentes e das consequências do comportamento humano nas interações”.

Para Strey (2011), a principal contribuição de Damásio é a de que não há por que não supor que as emoções e os sentimentos façam parte do processo de decisão e, portanto, do raciocínio, funcionando como uma espécie de alarme orientando a escolha das premissas. Nesse sentido, Strey (2011) sugere que a ideia de relevância seja compatível com a proposta teórica de Damásio, afinal, a cognição trabalha de modo a ser eficiente, ou seja, busca a maior quantidade de benefício para o menor custo de processamento.

Isso seria feito, segundo Damásio (1994, p. 184), através do que o autor denominou de marcadores somáticos, a saber, “um caso especial do uso de sentimentos gerados a partir de emoções secundárias. Essas emoções e sentimentos foram ligados, pela aprendizagem, a resultados futuros previstos de determinados cenários”. Dessa forma, o papel de tais marcadores seria auxiliar no processo de decisão e de raciocínio, filtrando:

drasticamente as hipóteses e os cenários possíveis, detectando automaticamente aquilo que é mais relevante para a interpretação. As emoções, em situações de comunicação, podem ser compreendidas como essenciais para garantir o processo de relevância. Ou seja, elas garantem que a compreensão de um enunciado seja a mais relevante (siga um caminho de menor esforço, com maiores efeitos, e pare quando as expectativas de relevância forem satisfeitas) (STREY, 2010, p. 5-6).

Nesse sentido, pode-se assumir a compatibilização entre TR e emoções, no que tange à articulação com a relevância. É sim possível e desejável haver tal articulação para fins de melhor processamento. Contudo, a TR ainda enfrenta o seguinte problema: por apostar especialmente na racionalidade e na informatividade, a teoria falha em explicar diálogos cujo benefício é emocional, em que não há somente conteúdo informativo propriamente dito (STREY, 2011).

Além disso, outro problema refere-se à noção de ostensão (COSTA, 2012). Sperber e Wilson (1995), ao tratarem da noção de intenção informativa e intenção comunicativa, dizem que só pode haver comunicação quando a intenção de tornar suposições conhecidas (intenção informativa) for mutuamente manifesta (intenção comunicativa). Dessa forma, o emissor precisa chamar a atenção do receptor. E, dado que a comunicação humana tende a ser dirigida pela maximização da relevância (Princípio Cognitivo), então cada estímulo ostensivo comunica a presunção da própria relevância



ótima (Princípio Comunicativo). Nessas condições, diz Costa (2012), em que é preciso chamar a atenção, a TR, então, só se comprometeria com a comunicação ostensiva, e, portanto, dependente de um certo grau de consciência a partir de uma avaliação da intenção do falante e do estímulo. Segundo Strey (2011),

um eventual problema para a proposta de SW é que essa descrição é uma aposta extremamente forte em um processo racional e consciente. Ou seja, antes que qualquer coisa seja dita, o falante já teria que saber qual o conjunto de suposições que gostaria de comunicar. Isso parece levar a um grande custo cognitivo, pois haveria a necessidade de já se saber previamente o que se quer comunicar. Como ficaria tal noção em um diálogo mais longo, em que as intenções mudam de acordo com o que vai sendo estabelecido durante a comunicação? (STREY, 2011, p. 69).

Para dar conta desse aspecto, Costa (2012) lança mão do princípio da conectividade não-trivial, que explica a tendência para comunicação ser natural antes de ser, como vimos, relevante, consciente, racional, cooperativa e social. Costa (2005b) mostrou que a noção de relevância pode ser determinada ora por aspectos ligados ao custo, ora por aspectos relacionados ao benefício, todos eles diferentes entre si e de diferentes naturezas, o que acarreta problemas sérios para o próprio conceito tal como foi definido, à luz da relação das noções de custo e benefício. Costa também mostrou, como vimos na seção anterior, que o fato de se assumir a existência de benefícios emocionais, trivializa a noção de relevância, tal como foi formulada, pois ela parece funcionar em situações específicas demais, como, por exemplo, o contexto de produção profissional.

Contudo, ao levantar uma variedade de situações em que as atividades, como o discurso amoroso, as conversas em elevadores, etc., mais do que trazerem efeitos cognitivos através do acréscimo de suposições novas, por exemplo, promovem um certo aproveitamento afetivo e emocional. Assim, o prazer, sugere Costa (2005b), caracterizaria outro tipo de benefício, passando a ser um dos aspectos que dirige o processo comunicacional.

Para o autor, outro aspecto que desafia a noção de relevância tal como foi construída tendo em vista a relação custo/benefício, racionalidade e informatividade, seria uma certa tendência à inércia. Diz Costa (2005b, p. 167, grifo nosso), as “**pessoas tendem, de fato, a ser relevantes; mas são dirigidas pelo baixo custo, mais do que pelo impacto do maior benefício**”. Segundo Strey (2011, p. 50, grifo nosso) “já a questão emocional, no processo inferencial, parece ser mais delicada e se refere ao fato de que, muitas vezes, **benefícios emocionais são mais relevantes do que benefícios informativos**”. Em outras palavras, comunicacionalmente falando, as emoções podem ter um papel essencial para que um estímulo qualquer atinja a maior relevância possível – segue-se um caminho de menor esforço, obtêm-se os maiores benefícios e para-se quando as expectativas de relevância tenham sido satisfeitas (STREY, 2011).

Sendo assim, além dessa tendência para o baixo custo, o benefício emocional parece ter uma influência importante na comunicação a ponto de também participar da determinação do processamento inferencial – e isso significa que, em trocas conversacionais, não apenas o dito, mas a

forma do dito passa a ser igualmente relevante. Nesse momento, Costa (2011) e Strey (2011) falam a respeito dos benefícios retóricos. Mais uma vez, a questão é compatibilizar e associar a forma da expressão e as emoções. Segundo Tannen, a

comunicação não é tão simples quanto dizer o que você quer expressar. **O modo como você diz o que quer transmitir é crucial e difere de uma pessoa para outra, porque usar a linguagem é um comportamento social aprendido:** como nós falamos e ouvimos é profundamente influenciado pela nossa experiência cultural. Embora possamos pensar que o nosso jeito de dizer o que queremos seja natural, podemos ter problemas se interpretarmos e avaliarmos os outros como se eles necessariamente sentissem da mesma forma que nós sentiríamos se falássemos da mesma maneira que eles (TANNEN, 1995, p. 138).

Vimos que Costa (2013) propôs tratar da retórica a partir de uma perspectiva não-trivial, valendo-se do que foi preconizado por McLuhan (1969), “o meio é a mensagem”. Afinal, as pessoas escolhem muito bem as palavras, caso não o façam, podem, inclusive, responder por isso. No discurso político, em especial, e nos discursos jurídico e jornalístico, como vimos, há manuais e cuidados voltados a ajudar as pessoas a escolher bem as palavras. Contudo, apesar de Grice ter, na categoria de Modo, abordado a escolha das palavras, ele o fez ainda para fins puramente racionais. Pinker (2008, p. 431 apud STREY, 2011, p. 51) é um dos autores que trata desse aspecto da abordagem de Grice:

**Grice chegou à conversa a partir do mundo frio da lógica, e disse pouca coisa sobre por que as pessoas se dão ao trabalho de insinuar o que querem dizer, em vez de simplesmente dizer e pronto.** Descobrimos a resposta quando lembramos que **as pessoas não estão apenas baixando informações na cabeça uns dos outros, mas são animais sociais preocupados com a impressão que deixam nos outros** (PINKER, 2008, p. 431 apud STREY, 2011, p. 51, grifo nosso)

O fato de que temos e desempenhamos papéis sociais faz com que precisemos tomar cuidado não apenas com o que dizemos, mas da forma como dizemos. E, segundo Pinker (2008), as emoções são e estão no centro disso.

Contudo, como Strey (2011, p. 52, grifo nosso) aponta, “**falar em sentido emocional, no entanto, não é algo possível dentro da Teoria da Relevância**”, uma vez que só se tem garantia de relevância ótima supondo a racionalidade do processamento de estímulos ostensivos para fins comunicativos. Todavia, a TR, de certa forma, trata da escolha da forma como se diz um enunciado – o estilo, segundo Sperber e Wilson (1995). De certa forma, os autores reconhecem que as pessoas fazem escolhas, pois afirmam que

ao buscar a relevância, o falante deve fazer algumas suposições sobre as habilidades cognitivas do ouvinte e os recursos contextuais, o que irá necessariamente ser refletido na forma como ele se comunica, e, em particular, no que **ele escolhe fazer explícito e no que ele escolhe deixar implícito** (SPERBER; WILSON, 1995, p. 218, grifo nosso).

Contudo, os autores ainda apostam na relevância, a qual, tal como foi postulada, está estritamente ligada à informatividade e racionalidade. Assim, os falantes escolhem a forma de se expressar tendo em vista as suposições manifestas, deixando implícito o que, para eles, está mutuamente manifesto. Dessa forma: quanto mais informações implícitas, assume-se um maior grau de compartilhamento; quanto mais informações explícitas, um menor grau de compartilhamento.

Ao contrário de autores que veem na escolha das palavras um indício de interferência das emoções, como é o caso do uso das metáforas, usos literais, vagos, efeitos poéticos das mais variadas ordens, etc., para Sperber e Wilson (1995), o processamento não precisa envolver as emoções, basta ser consistente com o princípio da relevância.

Se a comunicação verbal fosse guiada por uma presunção de literaridade, então cada segundo enunciado deveria ser tratado como uma exceção. Se ele é guiado por uma presunção de relevância, ou, mais precisamente, por um critério de consistência com o princípio da relevância, então não há exceções: a interpretação de cada ato de comunicação bem sucedido, enunciados, em particular, segue esse critério (SPERBER; WILSON, 1990, p. 3).

Os autores caracterizam os efeitos gerados por essas escolhas, em especial, aqueles ligados a formas mais elaboradas, como implicaturas fortes e fracas. Enquanto estas estão relacionadas a recuperações que ajudam na construção de certas interpretações, embora não sendo em si, essenciais para a compreensão, pois o enunciado sugere uma escala de implicaturas similares; aquelas são essenciais para que se chegue a uma interpretação que satisfaça o princípio da relevância (SPERBER, WILSON, 1995). Assim, aponta Strey (2011, p. 53, grifo nosso), “**as diferenças de estilo – ou de forma, seriam reduzidas a diferentes formas de se buscar a relevância**”. E, como relevância, na TR, consiste na relação custo/benefício:

[...] em uma tentativa de salvar a noção de custo/benefício [poder-se-ia] afirmar que a própria forma, ou efeito poético, pode ser considerada um benefício cognitivo, não no sentido de que ela faz com que seja veiculado um maior número de implicaturas vagas, mas de que se pode estabelecer uma relação entre a forma e conteúdo e as emoções, de qualquer maneira é preciso ampliar a noção de benefício [...] (STREY, 2011, p. 58, acréscimo nosso).

Dessa forma, na TR, os efeitos poéticos **não alterariam** o ambiente cognitivo dos falantes **por inserção de novas suposições fortemente implicadas, mas pelo aumento de manifestabilidade mútua de um maior número de suposições fracas**. Segundo Sperber e Wilson (1995, p. 224), “efeitos poéticos criam impressões comuns ao invés de conhecimento comum. Enunciados com efeitos poéticos podem ser usados para criar essa sensação de mutualidade aparentemente afetiva, ao invés de cognitiva”. **Nesse sentido, na TR, Sperber e Wilson (1995) reduzem os efeitos afetivos (emocionais) a uma ampla gama de pequenos efeitos cognitivos**. Tendo em vista a geração de efeitos de natureza retórica (ironia, sarcasmo, minimizações e

exageros), cuja forma afeta o conteúdo, e, portanto, (re)orienta as inferências obtidas, Pinker (2008, apud PAIL, 2012) os atribui à violação de máximas.

Isso, no mínimo, mostra uma certa inconsistência no modelo, pois, de certa forma, os autores assumem as emoções, mas as tratam como efeito cognitivo, e, como vimos, efeitos cognitivos<sup>177</sup> são de natureza puramente informativa que, por sua vez, são fruto apenas da razão<sup>178</sup>. Pail mostra que:

S&W (1990) consideram os efeitos retóricos como efeitos cognitivos fracos, ‘cuja recuperação é acionada pelo locutor, mas cujo conteúdo o ouvinte contribui ativamente para determinar’ (S&W, 1990, p. 7). No entanto há mais do que implicações contextuais, contradição, enfraquecimento e fortalecimento de suposições. **Dentro da perspectiva defendida, antes de se chegar aos efeitos e conclusões implicadas se têm os operadores retóricos que atingiriam antes o emocional e gerariam as suposições para então ir para efeitos cognitivos e conclusões implicadas.** Para esses autores o efeito retórico permanece, mesmo que não compreendido. (2012, p. 88, grifo nosso)<sup>179</sup>

Assim, reconhecida a influência das emoções, fica uma questão: como compatibilizar a forma (ou efeitos poéticos) dos enunciados com a possibilidade de gerar benefícios emocionais, e não apenas e/ou necessariamente informativos. A solução trazida por Costa (2013) a fim de mostrar como a forma interfere no conteúdo é através da Retórica, área clássica do estudo da interferência da forma sobre o conteúdo – dedicada à investigação dos meios de persuasão, não da persuasão em si. Contudo, vimos que Costa assume uma retórica linguística, na qual a inferência desempenha um importante papel.

Ao encontro dessa perspectiva, é possível lançar mão da proposta de (PINKER, 2008 apud PAIL, 2012). Para ele a geração desses efeitos, além de ser fruto violação das máximas, como veremos, é disparada pelo que o autor denominou de operador retórico. Tal operador consiste no *input* e a inferência no *output*, embora um operador não seja o único responsável, pelas derivações é preciso que outros elementos e constituintes componham o conjunto de premissas que geram tal inferência.

Dessa forma, os aspectos linguísticos – sejam eles de natureza fonético/fonológica, morfológica, sintática, lexical, semântica e pragmática –, em uma retórica linguística, geram efeitos da mesma natureza, além de poderem ser empregados em conjunto. Segundo Pail (2012, p. 88), se se está falando em uma retórica linguística, se está dizendo que “ela pode ser avaliada por graus, desde

<sup>177</sup> Segundo Carston (2011, p. 2), “tais efeitos podem ou não ser benéficos para um indivíduo, isto é, eles podem aumentar ou diminuir a precisão da informação do sistema cognitivo sobre o mundo e talvez tornar uma informação usável mais fácil ou mais difícil de acessar”.

<sup>178</sup> Contudo, como se está assumindo uma interface com a neurociência, foi visto que as emoções estão a serviço da regulação da vida. Dessa forma, “as emoções não podem ser consideradas informações, mas reações biológicas complexas que resultam da evolução ou do aprendizado pessoal” (DAMÁSIO, 2009 [2003], apud STREY, 2011, p. 54).

<sup>179</sup> Pail (2012) explica isso muito bem ao dar o exemplo de situações em que as pessoas podem não entender em outro idioma uma música ou um poema, mas, mesmo assim, elas se sentem atraídas, pois, de uma forma ou de outra, esses textos causam efeitos nelas.

um grau zero (que não significa que não tem retórica, mas sim que seu grau é mínimo, por exemplo, trabalho científico) até um grau máximo (por exemplo, surrealismo)”.

Costa (2008) já havia apresentado a noção de inferências multiformes em linguagem natural, que podem ser geradas a partir de inúmeras fontes: (i) lógicas (dedutiva, indutiva, abdutiva), (ii) lexicais, semânticas, pragmáticas, inclusive, (iii) a partir de argumentos falaciosos, como a falácia da negação do antecedente, e falácias não formais, etc. Vejamos um exemplo: a prosódia, em última instância, consiste em um fenômeno de interferência da forma fonética sobre o conteúdo, a emoção sobre a inferência, que foi identificada em estudos de neurociência, como os desenvolvidos por Damásio (2009 [2003], p. 52, apud STREY, 2011, p. 58). Assim, segundo o autor: “quanto à linguagem, aquilo que mais conta para as emoções de fundo não são as palavras propriamente ditas nem seu significado, mas sim a música da voz, as cadências do discurso, a prosódia”. A escolha lexical é igualmente outro aspecto que pode ser usado para transmitir emoções ou auxiliar o receptor a identificá-las no discurso de seu interlocutor. Para fins desta tese, um desses aspectos é a polidez. Segundo Pinker (2008 [1997]):

Todos nós fazemos isso, e nossa expectativa é que os outros também façam, mas, ao mesmo tempo, declaramos desejar afirmações diretas, que as pessoas digam logo o que querem, simples assim. Esse tipo de hipocrisia é universal à humanidade. Nem nas sociedades mais rudes as pessoas saem vomitando o que querem dizer, mas acobertam suas intenções sob várias formas de polidez, evasão e eufemismo. (PINKER, 2008 [1997], p. 426 apud STREY, 2011, p. 60).

De acordo com Pail (2012, p. 70-71), “A princípio, a polidez faria com que o ouvinte ficasse mais aberto ou com menos mecanismos de defesas, desimpedindo o “caminho” para o diálogo”. Ou seja, a polidez é uma forma de preparar e orientar as relações entre os interlocutores. Estudando vários teóricos que abordaram a polidez, Pail (2012) conclui que o princípio da polidez deve ser sempre comunicado. Dessa forma, tal fenômeno é compatível com o Princípio da Conectividade de Não-trivial (COSTA, 2004a, no prelo). Por outro lado, há estudiosos que relacionam a polidez ao princípio da relevância, tornando-a dependente da manifestabilidade (PAIL, 2012).

Segundo Pail (2012, p. 71), “Considerando-se a importância apontada por Pinker (2008) e outros de se estudar a “linguagem como uma janela para a natureza humana”, argumenta-se que devido à localização da linguagem comum e do pensamento consciente concentrada no neocórtex, também a polidez linguística, por ser fruto de racionalização, encontra-se nessa mesma região. Já, os palavrões surgem no sistema límbico (PINKER, 2008), assim apresentando ligação mais direta com emoções e, conseqüentemente, maior efetividade na expressão dessas”. Seja como for, segundo Pinker (2008), a polidez é um dos aspectos que reforçam a importância de se investigar as relações entre linguagem, emoções e inferências. Para o autor, “o uso da polidez ou da delicadeza na língua não é uma questão de etiqueta social, como não por os cotovelos sobre a mesa, e sim de os falantes fazerem ajustes para evitar as igualmente inúmeras maneiras de seus ouvintes ficarem ofendidos

(PINKER, 2008, p. 433 apud PAIL, 2012, p. 89). Em um estudo envolvendo políticos, a polidez passa a ser um elemento importante a ser considerado. Sem dúvida, a forma como os políticos se tratam, uma vez que, muitas vezes, se está em uma situação de embate, é um forte fenômeno desencadeador de inferências – as quais envolvem, inclusive, aspectos emocionais, conforme veremos mais adiante, nas análises.

Um enunciado pode evidenciar, segundo Strey (2011), intenções, estados emocionais e, inclusive, aspectos de personalidade. Dado que estamos tratando de discurso jornalístico, igualmente é possível identificar a posição de um veículo jornalístico. E, segundo Costa (2008, 2011), as inferências multiformes são os inúmeros processos através dos quais tantas informações, intenções e emoções podem e são veiculadas – dessa forma, não se fica preso às implicaturas fracas, além de ser possível identificar outros fenômenos além da informação. Vejamos um exemplo.

- (7) A: O que você acha de Bush como político?  
 B<sub>1</sub>: Mais ou menos.  
 B<sub>2</sub>: Es-tú-pi-do.  
 B<sub>3</sub>: Você é um burro se votar nele.

A escolha lexical de cada uma das respostas indica que há efeitos extras que o emissor deseja comunicar, contudo, mais do que de ordem informacional, eles são de ordem emocional. No que tange ao aspecto informacional propriamente dito, é possível perceber que a resposta B<sub>1</sub> é mais direta, ao passo que B<sub>2</sub> e B<sub>3</sub> necessitam de elementos de natureza contextual para serem processados. Simplesmente, via TR, A pode inferir que o tópico da conversa é Bush, mas em B<sub>2</sub> e B<sub>3</sub> o tópico passa a ser A e sua forma de pensar. Além disso, é igualmente possível identificar diferenças, no sentido emocional, veiculadas pelas respostas: B<sub>2</sub> e B<sub>3</sub> parecem ser mais agressivas do que B<sub>1</sub>. A fim de realizarmos as análises, repetiremos cada trecho do diálogo, seguindo a proposta de Strey (2011).

- (8) A: O que você acha de Bush como político?  
 B<sub>1</sub>: Mais ou menos.  
 S<sub>1</sub>: B<sub>1</sub> Achou Bush, enquanto político, mais ou menos. (pelo dito)  
 S<sub>2</sub>: ‘Mais ou menos’ indica que algo não é tão bom quanto deveria ser.  
 (pela memória enciclopédica)

**Conclusão implicada:** Bush não é um bom político.

**Sentido emocional:** polidez/amizade

Percebe-se que, a partir da forma como o enunciado foi dito, ‘Mais ou menos’, B<sub>1</sub> está sendo educado, talvez não querendo ofender seu amigo em relação à escolha de candidato. Pode ser que A chegue a perceber que B<sub>1</sub> está sendo simpático e se importando com seus sentimentos. Além disso, é importante notar que, se B<sub>1</sub> não está sendo sincero, é melhor optar por não ser direto. Entretanto, A

pode identificar que a forma evasiva da resposta carrega um sentido emocional, sugerindo haver uma preocupação em relação à amizade entre ambos.

- (9) A: O que você acha de Bush como político?  
B<sub>2</sub>: Es-tú-pi-do.

S<sub>1</sub>: B<sub>2</sub> Acha que Bush um estúpido (pelo dito)

**Conclusão implicada:** Bush é um estúpido.  
**Sentido emocional:** sinceridade/amizade

Nesse caso, a resposta de B<sub>2</sub>, que também se refere a Bush, é mais direta: B<sub>2</sub> não é evasivo nem polido. Enquanto em B<sub>1</sub> parece que o interlocutor não quer magoar o amigo, aqui pode parecer que B<sub>2</sub> quer implicar que está sendo sincero. Contudo, a manutenção da amizade parece ainda não estar ameaçada. Seja por polidez e por não querer magoar, seja por dizer a verdade sobre o que foi perguntado, em ambos os casos, a manutenção da amizade parece ser uma preocupação. Além disso, a forma do enunciado é outro indicativo de fortalecimento do conteúdo, mas também da sinceridade da resposta.

- (10) A: O que você acha de Bush como político?  
B<sub>2</sub>: Es-tú-pi-do.

A<sub>1</sub>: Que bom que és sincero.  
A<sub>2</sub>: Tudo bem, mas para que ser tão grosseiro?

Retomando a resposta de B<sub>2</sub>, supondo reações de A, em A<sub>1</sub> e A<sub>2</sub>, é possível perceber que cada uma das possibilidades de resposta indica sentidos emocionais atribuídos à resposta de B<sub>2</sub>. Em A<sub>1</sub> estabelece-se uma relação de sinceridade como algo positivo. Já, no caso de A<sub>2</sub>, a falta de polidez indica que a impressão que ele teve da resposta de B<sub>2</sub> foi negativa. Strey explica essa discrepância:

uma abordagem sobre emoções na comunicação é algo que não é passível de provas concretas, já que emoções parecem ser objetos não-composicionais, em que **não se infere sobre informações, mas sobre sentimentos e impressões**. Em termos de TR, assumir esses benefícios sobre emoções implicaria não só mais uma relação custo-benefício informacionais, mas emocionais também. **É problemática a ideia de que os efeitos emocionais são implicaturas vagas, pois, ao que tudo indica, a parte emocional parece se sobrepor à parte informativa** (STREY, 2011, p. 61, grifo nosso).

Os dois desenvolvimentos do diálogo em (10) mostraram que a continuação se dá em relação à parte emocional, e não em relação ao tópico, ilustrando como a força do aspecto emocional parece ter se sobreposto à interpretação do conteúdo. Vejamos o próximo caso.

- (11) A: O que você acha de Bush como político?  
B<sub>3</sub>: Você é um burro se votar nele.

- S<sub>1</sub>: B<sub>3</sub> pensa que sou um burro. (pelo dito)  
 S<sub>2</sub>: Um burro não tem inteligência, capacidade de discernimento.  
 (pela memória enciclopédica)  
 S<sub>3</sub>: Se eu sou um idiota, não tenho inteligência, não tenho discernimento.

**Conclusão implicada:** se sou idiota, não votarei bem.

**Sentido emocional:** ofensa/agressão.

Nos casos apresentados, podemos ver que a carga emocional da resposta de B vai aumentando, tornando-se mais direta, enquanto, no que tange ao tópico, torna-se cada vez mais indireta. Isso mostra que o falante escolhe e avalia o impacto emocional que cada uma das suas falas pode ter. Ao usar uma metáfora, o falante, além de agredir o seu interlocutor, ele o fez de maneira a estabelecer uma impressão negativa de e em seu interlocutor, ou seja, de e em A. Esses aspectos, como veremos, em especial, no nosso *locus* de análise, são essenciais, não apenas para mostrar a influência do emocional na comunicação, mas também para pautar e regular relações sociais.

Nesse sentido, para que a TR pudesse dar conta do fato de que na comunicação inferencial, além da recuperação de intenções, é preciso assumir a possibilidade de se recuperar emoções. Conforme Strey (2011, p. 64):

[...] dentro do construto teórico da Teoria da Relevância, por causa da aposta na racionalidade, é difícil explicar os efeitos e as impressões emocionais que decorrem do enunciado. Precisar-se-ia mexer nos fundamentos e construir soluções *ad hoc*, como assumir benefícios emocionais como sendo não composicionais e ligados diretamente à forma da expressão. Entretanto, a relação custo/benefício, a noção mais importante para a teoria, perderia força, porque não funcionaria em momentos em que o benefício emocional fosse o mais relevante (STREY, 2011, p. 64).

Assim, mesmo que a linguagem não necessariamente esteja envolvida com a captura de uma emoção por parte de um receptor, embora não haja nada que impeça isso, através da TD, desenvolvida na interface entre linguística-cognição-comunicação, aspectos referentes à interferência das emoções podem ser tratados, considerando-se a inferência e a noção de intenção. Esse aspecto é importante demais para ser deixado de lado quando nos valem dos discursos político e jurídico, especialmente no caso da eleição presidencial americana de 2000, pano de fundo de debates acirrados, ofensas, ameaças, e, por que não, medos e manipulações, inclusive, da opinião pública.

Um exemplo, aqui ainda apresentado mais informalmente, pode, mais uma vez, ser o diálogo travado entre Gore e Bush, na noite da eleição. Após ter ligado para Bush e ter anunciado sua desistência, Gore, a caminho de fazer o seu discurso oficial reconhecendo a derrota, é avisado de que a margem entre ele e Bush está caindo muito e rápido, além do que faltavam ainda algumas zonas eleitorais para serem contadas. Ao falar com Bush, Gore diz que as coisas mudaram e que estava voltando atrás na sua desistência. Ao ouvir a resposta de Bush, os jornais relatam que a resposta de Gore foi:



(12) **Gore:** There's no need to get snippy.

Ao enunciar 'snippy', que em português significa algo como 'rípido', 'desdenhoso', 'irritadinho', podemos ver que Gore está descrevendo mais a emoção transmitida pela fala de Bush do que o enunciado propriamente dito. É claro que a análise de tal fragmento é muito mais rica, mas, neste momento, desejamos apenas ilustrar que, embora a TR, deixasse de fora tal fenômeno, ele é perfeitamente descrito pela TD no que tange à captura inferencial da emoção – corroborando o fato de que, mais do que a intenção comunicativa de Bush, foi o seu estado emocional que foi inferido e traduzido em linguagem natural por Gore. Dessa forma, a TD traz para dentro do arcabouço teórico a contribuição sobre como identificar e modelar o papel das emoções na comunicação, bem como sobre de que forma uma proposta de natureza inferencial é altamente desejável para realizar essa modelagem.

Voltemos agora à unidade básica da teoria, o diálogo propriamente dito. Após as considerações acima a respeito dos aspectos que têm enriquecido e desenvolvido o estudo da comunicação e suas propriedades inferenciais, vejamos algumas propriedades mais específicas do diálogo no que tange ao seu papel na comunicação e às suas propriedades linguísticas e inferenciais mais especificadamente.

Como vimos, Costa (2004, p. 1) já conceituava o diálogo como “a peça comunicativa mais elementar e, certamente, a que representa a essência da interatividade humana”, tomando-o como o centro do processo comunicacional. Nesse sentido, segundo o autor, é através do diálogo, na qualidade de meio representativo, que as pessoas exercem sua tendência para se aproximarem e interagirem, daí porque Costa o considera a unidade básica de comunicação social.

Reconstruindo o caminho teórico dos estudos sobre o diálogo, partindo da cultura clássica até seu uso nas redes sociais, Costa (2012, p. 150) identifica-lhe algumas propriedades ao reconhecer que do “mundo antigo para hoje, não foram poucos os filósofos que viram no diálogo um objeto da maior expressão, desde os aspectos biológicos até os comunicativo-sociais”. Em especial, Costa (2012) destaca Platão que preferiu a argumentação na forma dialógica – o diálogo argumentativo – como forma de produção de conhecimento. Assim, além da comunicação, o diálogo é um excelente meio para conhecer. Contudo, Costa (2012, p. 151, grifo nosso) vai além, para ele o diálogo “parece estar por trás de todo processo de conhecimento entre pessoas, professores, alunos, pais, etc. Além disso, **os diálogos também estão na base das decisões:** decidem casamentos, carreira profissional, **guerras, julgamentos judiciais, políticas,** etc.”.

Como é possível observar, o diálogo está no âmago de inúmeros processos cruciais para o ser humano, nos quais os interlocutores desempenham papéis distintos e complementares – ora falantes, ora ouvintes. Um desses processos, fundamental para este trabalho, é, sem dúvida, o debate, em cujo cerne está o diálogo argumentativo, uma constante na sociedade humana desde a cultura clássica a

partir de Platão, constituindo-se na forma mais intensa de interatividade humana. Os diálogos são, quase sempre, as alavancas racionais e emocionais que determinam a vitória deste ou daquele candidato numa retórica de poder altamente eficiente que pode se manifestar através de um gesto concreto que é o voto (COSTA, 2012).

Segundo Costa (2010), o diálogo envolve complexidades lexicais, semânticas e pragmáticas, as quais são selecionadas, configuradas e, em última instância, dirigidas pelas intenções dos interlocutores em vários graus de significação. Trata-se de “[...] um verdadeiro jogo em que a vitória é a persuasão de uma pessoa, um grupo, ou uma massa inteira. [...] Da pólis grega às megalópoles de hoje, **os debates representam, ainda, o preâmbulo das grandes decisões**” (COSTA, 2012, p. 151, grifo nosso).

Entretanto, Costa oferece um tratamento de uma perspectiva metodológica diferente. Para ele, o diálogo não necessariamente precisa ser definido como ocorrendo entre apenas duas pessoas face a face – embora sempre esteja relacionado a uma aproximação comunicativa natural. Pode envolver duas ou mais pessoas, envolver diferentes meios, tais como o telefone, e, ultimamente, a internet através de recursos como Skype, por exemplo; pode ser presencial ou virtual, em tempo real ou não. Segundo Costa (apud PAIL, 2012, p. 46), o diálogo “envolve complexidades semânticas, pragmáticas, intencionais, imaginativas, emocionais, inferenciais, etc.” O diálogo não se restringe, portanto, à linguagem oral, podendo ocorrer na forma escrita, basta atentarmos para os chats, e-mails, posts em blogs, as próprias redes sociais, etc. Costa conclui, portanto, que “o jogo dialógico envolve uma notável complexidade de aspectos heteromórficos” (PAIL, 2012, p. 46).

Dessa forma, enquanto os modelos e teóricos tradicionais estudam apenas como A compreende o que B disse, ou seja, a fala de B, Costa estuda o diálogo considerando igualmente a compreensão, por parte de B, do enunciado que iniciou a troca comunicacional: não é apenas A que infere a partir de B, mas A também realiza inferências a respeito do que B irá inferir a partir do enunciado que irá proferir, aspecto que, igualmente, determina como A irá enunciar o que diz – em outras palavras, os interlocutores alternam-se como falantes e ouvintes, daí sua natureza simétrica e bilateral. Esse aspecto já foi ilustrado na seção que apresenta a TCNT. A fim de nortear o estudo do diálogo, Costa (2012, p. 151) assume algumas hipóteses:

- (A) O diálogo é uma peça comunicativa básica em que a estrutura pode ser assumida como envolvendo propriedades lexicais, sintáticas, semânticas, pragmáticas.
- (B) O diálogo expressa significados explícitos ou ditos e significados implícitos ou implicados depreensíveis.
- (C) As inferências na interface semântico-pragmática podem ser identificadas como implicaturas griceanas, acarretamentos e pressuposições, reguladas por uma propriedade de relevância, enquanto relação adequada de custo e benefício.

- (D) O diálogo é constituído por uma relação de trocas conversacionais controladas por noções de relevância pressupostas tacitamente pelos interlocutores.
- (E) No diálogo, o conjunto de afirmações explícitas mais o conjunto de implícitos permitem que cada interlocutor infira a intenção do outro, sua imaginação e seu estado emocional.
- (F) No diálogo argumentativo, a produção de conhecimento consiste num confronto de posições em que a verdade se identifica como a posição vencedora – conexão da retórica com a lógica.

É importante destacar que, apesar das críticas de Costa à TR, ele a assume como um dos princípios reguladores das trocas. A informatividade faz sim parte das trocas, a questão é que não é só isso. Vejamos, a partir de agora, os aspectos linguísticos, inferenciais e comunicacionais do diálogo. Costa identifica-lhe uma estrutura significativa, a qual envolve aspectos lexicais, sintáticos, semânticos e pragmáticos, e o organiza a partir do estabelecimento de algumas propriedades: (i) estrutura, (ii) tipos, e (iii) objetivos. Quanto à estrutura, um diálogo pode consistir em: (a) abertura/saudação, (b) pergunta/resposta, (c) comentário/comentário, (d) pedido/aceitação ou não, e (e) fechamento/despida; conforme ilustrado nos exemplos abaixo.

**(a) Abertura/saudação:** senha para a conexão entre os interlocutores.

A – Oi!

B – Olá!

**(b) Pergunta/resposta**

A – Tudo bem com você?

B – Tudo certo.

**(c) Comentário/comentário**

A – Já fui votar.

B – Preciso ir também.

**(d) Pedido/aceitação ou não**

A – Você me dá uma carona para votar?

B – Sim, estou saindo para votar também daqui a pouco.

**(e) Fechamento/despida**

A – Agora que está tudo certo, nos vemos à noite.

B – Sem dúvida, até mais.

Um aspecto muito importante ressaltado pelo autor refere-se ao fato de que **nem sempre todos os itens de uma estrutura ocorrem em uma mesma situação dialógica**. Por exemplo, um diálogo pode ser aberto através de uma pergunta ou de um comentário. Daí a importância da noção das condições iniciais prevista por Costa já na Teoria da Conectividade Não-Trivial. Entretanto, destaca ele, embora alguns itens possam não cumprir uma espécie de protocolo, algumas propriedades do diálogo devem ser observadas, a saber, a cooperação entre os interlocutores, a intencionalidade e os princípios da conectividade, em primeiro lugar, e, por fim a da relevância.

**Aqui podemos visualizar que a articulação entre os modelos é desejável, pois as trocas e as inferências geradas não são apenas fruto de razão e de cooperação, mas de relevância e da capacidade/necessidade que o ser humano tem para entrar em contato.** Assim, aspectos da TIG/TIGA, da TR, da TICG e da TCNT/TD podem ser articulados de forma que se possa oferecer uma abordagem mais rica e consistente.

Além disso, ao discutir a questão da conectividade, Costa (2012, p. 156) ressalta que um diálogo do tipo (a) Abertura/Saudação, “ilustra uma instância do princípio da conectividade que subjaz a qualquer ato comunicativo, antes mesmo que ele possa ser considerado relevante por qualquer situação social”. Costa estabelece que tal troca ilustra o que seria em espécie de grau 1 de comunicação, ou seja, de comunicabilidade mínima, motivada pela presença física, que pode ser caracterizado como sendo: “foneticamente, uma expressão sonora de baixo custo, com prosódia adequada, de léxico também simples, sintaticamente isolada, semanticamente vazia, a serviço da pragmática de contato inicial, [de] sua função fática, no rótulo de Jakobson” (COSTA, 2012, p. 157, acréscimo).

Nesse sentido, além de mostrar que a comunicação consiste em uma aproximação natural entre os seres humanos, antes de ser racional, relevante, informativa e social, ao assumir o princípio da conectividade não-trivial, Costa (2011) consegue explicar o papel das emoções na comunicação, “visto que, de uma maneira geral, as emoções parecem estar ligadas ao fato de que as pessoas querem se conectar não só pela conexão, mas para estabelecer ou fortalecer qualquer que seja o vínculo afetivo” (STREY, 2011, p. 76).

No que tange aos tipos de diálogos, Walton (1989) propôs uma espécie de tipologia, distinguindo, para cada um, três momentos, a saber, uma situação inicial, um método e um objetivo. Apresentamos alguns considerados mais relevantes para este trabalho. A **discussão pessoal** inicia com uma inquietação emocional, vale-se de ataques pessoais e tem como objetivo atingir o outro. Segundo o autor, trata-se de uma das formas mais baixas de troca, uma vez que, por ser a que mais deixa a lógica de lado, facilmente se reduz a um ataque *ad hominem*, valendo-se de argumentos de natureza emocional. O **debate forense** começa com uma competição retórica, valendo-se recursos verbais, a fim de impressionar os ouvintes. Já o **diálogo persuasivo** inicia a partir de uma divergência de opiniões, e se vale de provas a fim de persuadir o receptor. A **negociação** inicia com uma divergência entre interesses, buscando-se ajustá-las a fim de se obter ganhos pessoais. Por fim, a **busca de informação** começa pela falta de informação e, a partir de questionamentos, procura encontrá-la.

Para Costa (2010), são igualmente importantes o conteúdo dos enunciados, bem como as causas do seu estabelecimento. Costa vê na linguagem natural a expressão do princípio da **conectividade não-trivial**, pois, quando é usada, veicula significados e conteúdos informativos e não-redundantes. Isso não significa que não se possa usar uma tautologia ou uma contradição, como

já foi visto. Assim, pelo princípio da conectividade não-trivial, explica-se por que o ser humano ao mesmo tempo tem uma tendência inata para a conectividade, mas do tipo em que a comunicação está longe de ser mecânica, mas natural, interativa e criativa.

A investigação do diálogo aqui, em uma Linguística construída na interface com a Comunicação, Cognição e Lógica, e o tipo que nos interessa é aquele que envolve a linguagem natural, mais especificamente seus aspectos lexicais, sintáticos, semânticos e pragmáticos, os quais articulam também as interações, em especial fornecendo as condições para o estabelecimento das **condições de veracidade**. De acordo com Costa (2010), a veracidade é um conceito, mais fraco do que o de verdade, e, justamente, por isso, mais forte e relevante para a comunicação.

Comunicacionalmente falando, não há como garantir a verdade tal como estabelecida pela Lógica e/ou pela Semântica das Condições-de-verdade, como algo absoluto – afinal, como Russell, Strawson, e tantos outros já apontavam, comunicamo-nos empregando falácias, valendo-nos da vaguidade, etc. Tal aspecto, como vimos, torna-se um entrave para qualquer interface direta com a Lógica, daí a necessidade de uma semântica convencional, ao invés da das condições-de-verdade.

As pessoas conversam e interagem partindo do pressuposto de que seu interlocutor está falando a verdade ou oferecendo a informação mais verdadeira possível – aspecto, como vimos, já discutido por Hintikka (1962). Assim, segundo a Teoria do Diálogo, as condições-de-verdade estabelecem as relações entre as proposições e os fatos, mas as condições de veracidade são fruto da relação entre os interlocutores. De acordo com Costa, por um lado, **as condições de veracidade só se estabelecem porque os interlocutores acreditam ou precisam acreditar que a fala do outro é verdadeira, sob pena de a comunicação não acontecer**<sup>180</sup>. Contudo, por outro lado, por depender da relação entre os indivíduos, a veracidade, segundo Costa, depende igualmente do estabelecimento de outro conjunto de **condições, a saber, de boa formação sintática, de boa formação semântica e de adequação pragmática dos enunciados**. Dessa forma,

**a boa a boa formação linguística, o conteúdo consistente (não-redundante e não-contraditório) e adequado (na relação com as demais informações disponíveis) formam o conjunto de pressupostos ou restrições para as condições de veracidade (compreensão) e as consequências comunicativas derivadas (entre outras de outra ordem). [...] Assim, paralelamente a uma interpretação formal segundo a qual é pertinente para o significado de ‘A neve é branca’ que a proposição seja verdadeira se e somente se a neve for branca, assumiremos que é central para a comunicabilidade de a neve é branca que o conteúdo seja veraz se, e somente se, ele for compreensível**

<sup>180</sup> Segundo Pail (2012, p. 47-48) “Esse conceito surge devido a um entrave para o estudo das condições de verdade em uma interface entre lógica *strictu senso* e linguagem natural, a aceitação existente de argumentos falaciosos. Strawson viu na “conexão entre significado e intenção, binômio capaz de preencher a lacuna aberta pelo tratamento puramente lógico das condições de verdade das proposições” (*apud* COSTA, 2004b). Contudo, Costa entende que há diferença entre potencialidade para condições de verdade e condições de verdade. Com a finalidade de eliminar esse problema, é assumido o conceito de condições de veracidade, as quais se realizam nas condições de boa formação sintática, de boa formação semântica e de adequação pragmática. Além disso, as condições de veracidade são uma verdade provisória ou *online*”.

**sintático-semântico-pragmaticamente pelo interlocutor**, ou seja, que este aceite esse conjunto de suposições como veraz. (DIAS, 2012, p. 59, grifo nosso).

Vejamos isso através dos exemplos a seguir. Suponhamos que A pergunte para B por que ele votou em Bush, e B responda com algum dos enunciados a seguir:

- (B) Bush porque republicano em eu votei sou.
- (B') Eu votei e não votei em Bush, mas votei em Bush.
- (B'') Eu votei em Bush porque sou democrata.

Supondo que A tomasse as respostas de B literalmente, sem supor quebra de máxima, em busca de cooperação, podemos ver que as condições previstas por Costa para a obtenção da veracidade foram quebradas. Em (B), vemos que há problemas de falta de condições de boa formação sintática; em (B') vemos uma contradição semântica, falta de condições de boa formação semântica; já no caso de (B'') há uma falta de adequação pragmática, falta de condições de boa formação pragmática. No caso de (B''), se se considerar a informação contextual de que Bush é republicano e Gore é democrata, espera-se que democratas votem em democratas, no caso, em Gore; então pode-se dizer que houve uma inadequação de natureza pragmática.

Uma propriedade importante, que garante a dinamicidade do diálogo, consiste no fato de os interlocutores poderem adequar seus ditos, retificando-os, reorientando-os, com mais ou menos informação, dirigindo a troca da melhor forma possível para que a comunicação se estabeleça. Na TCNT, Costa (2005a) faz uma separação metodológica entre inferências semânticas e inferências pragmáticas. Embora contemplando, os aspectos apresentados por Grice (a identificação de referentes, dêiticos e desambiguações), o autor descarta o terceiro nível sugerido por Levinson (2000), mas não o fenômeno, as ICGs; e a explicatura de Sperber e Wilson (1995), o qual ele elabora na TD.

Segundo Costa, as trocas dialógicas articulam-se através de ditos explícitos e implícitos, de codificações e decodificações, de processos inferenciais das mais variadas naturezas e fontes. De uma forma geral, “o significado passa a ser constituído pelo que é dito, pela apreensão de inferências ligadas a tal dito, mas além dele e, finalmente, o que o que o falante quis dizer, pretendeu significar, seja entendido” (COSTA, 2012, p.159). Na Teoria do Diálogo, Costa (2010) identifica quatro níveis de articulação a partir dos quais descreve as trocas dialógicas, a saber, (i) o dito explícito, (ii) o dito implícito, (iii) o intencional/emocional, e (iv) o inferencial. Vejamos cada um deles.

De acordo com Costa (2010), o **dito explícito** consiste no significado que se assume como literalmente expresso e tem seu contexto semanticamente relacionado com o **dito implícito** que, por sua vez, caracteriza-se por aqueles conteúdos que podem ser recuperados a partir do dito explícito, sem, contudo, a necessidade de um cálculo inferencial de natureza pragmática.

Nesse sentido, segundo Costa, esses dois primeiro níveis têm entre si uma relação especial: expressam uma divisão entre o que está sendo enunciado em dito explícito (aquilo que está explícito e literalmente expresso) e o dito implícito (uma espécie de afirmação que, embora não expressa, é assumida pelos interlocutores como tendo sido expressa). Segundo Strey (2011),

Campos (2011) sustenta um princípio de inferências semânticas no dito implícito através de condições de veracidade. Dessa maneira, o argumento de que faltariam condições pragmáticas para identificar quem ‘eu’, ‘aqui’ e ‘hoje’ não se sustentaria, visto que, em situações comunicacionais/dialógicas, não seria necessário identificar uma proposição como verdadeira ou falsa, como na interface com a lógica, mas apenas como veraz ou não (STREY, 2011, p. 25).

De acordo com Costa, o que ocorre é que o dito ficou econômico. Nessa perspectiva, o dito explícito é mais econômico do que o dito implícito, pois este não seria inferido pragmaticamente, mas é recuperado semanticamente, ou seja, por princípios semânticos – trata-se de uma espécie de contexto codificado semanticamente no dito que se relaciona com o sentido implícito, ou o dito implícito (PAIL, 2012). Além disso, devido aos enriquecimentos, trata-se da proposição com valor de informatividade e de veracidade.

Na abordagem da Teoria Linguística do Diálogo, esse conteúdo não é veiculado inferencialmente, sendo antes pressuposto pelo dito explícito e assumido online pelos interlocutores – na hipótese de que um princípio de relevância esteja atuando. Assim, entre duas proposições de mesmo dito, a de menor explicitação é mais relevante, assumindo-se que a codificação semântica do enunciado é determinada por leis de economia (DIAS, 2012, p. 61).

Dessa forma, Costa elimina o nível intermediário entre o nível implícito e o explícito, a saber, a explicatura, pois traz para o domínio da Semântica essas operações igualmente de natureza inferencial; e, por outro, elimina o terceiro nível proposto por Levinson (2000), **mantendo o fenômeno**, saliente-se, mas descrevendo-o de forma mais elegante e simples; sem contar que, dessa forma, a clássica e metodologicamente útil interface entre Semântica e Pragmática permanece resguardada. Vejamos um exemplo desse dito explícito.

(13) Os votos foram depositados na urna<sub>i</sub> e ficaram lá<sub>i</sub> até o fim da votação.

A relação entre ‘urna’ e ‘lá’ ilustra o que Costa quer dizer com dito explícito, dito implícito e economia. Ao invés de repetir a expressão ‘na urna’, há recursos que permitem que o receptor de tal enunciado entenda que ‘lá’ repete ‘na urna’ sem que essa expressão precise ser enunciada novamente.

Outro exemplo. Digamos que um jornal local veicule uma entrevista, ao vivo, com Al Gore, no dia da eleição presidencial, duas horas após o início das votações – que abrem às 8:00 –, na cidade

de Elmwood, na Escola Elementar Fork River, e Gore diga algo representado em (14), o qual corresponderia ao **dito explícito**:

(14) Votei hoje, aqui, há uma hora, e estou muito feliz.

Para um telespectador que morasse na cidade e que conhecesse o processo de votação, o dito explícito, a partir das recuperações segundo a TD, seria algo como (15):

(15) [Eu, Gore,] votei [no dia 7 de novembro de 2000], [na Escola Elementar Fork River, em Elmwood], [às 9:00], e [eu, Gore,] estou muito feliz.

Sperber e Wilson (1995) tratariam esse conteúdo como enriquecimento tipo explicatura, recuperada a partir de contextos particulares. Contudo, para Costa, a recuperação de tal conteúdo não é fruto de uma inferência pragmática, dependente de contextos particulares, mas semântica. Na sua abordagem, Costa trata (15) como uma estrutura econômica que precisa ser obtida e preenchida, bastando para isso raciocínios semânticos. Gore não precisaria enunciar, por aspectos de natureza econômica e estilística, as informações localizadas dentro dos parênteses. Segundo Costa (apud CHACON, 2011, p. 57, grifo nosso), “assume-se que a **codificação semântica do enunciado é determinada por leis de economia, de relevância**”.

Ao supor que, no diálogo, duas pessoas estão conectadas, via linguagem, e cada uma constantemente avaliando a posição da outra, Costa estabelece a importância do papel da intenção nessa constante checagem e regulação. Para o autor, as intenções controlam o processo dialógico, dirigindo o dito. De acordo com Chacon (2011, p. 57-58, grifo nosso), “**tais intenções são construídas online**, configurando um metadiálogo, **pois é durante a interação discursiva que os interlocutores avaliam o que dirão e o que escutam, para depois proferirem seus enunciados – sempre de acordo com as intenções pretendidas**”. O emocional aparece aqui da seguinte forma: “dada uma certa intenção, o significado dialógico é obtido pela interatividade das subpartes” (COSTA, 2010). Segundo Pail (2012), isso significa que, para Costa, o intencional, quando ligado ao emocional, funciona como uma espécie de guia para tal troca, interferindo, inclusive, no inferencial.

Costa, além de identificar o dito implícito e o dito explícito, propõe que seja abordado outro nível, a saber, o da **intenção/emoção**. Para ele, a intenção dos indivíduos não está/não precisa estar necessariamente dissociada da emoção, e é essa relação que estabelece e define as inferências e significado dialógico dentro das trocas. Nesse modelo, as pessoas “conseguiriam recuperar as intenções do falante articulando níveis semânticos e pragmáticos de inferências multiformes, geradas por diversas fontes (lógicas, fonológicas, morfológicas, lexicais, semânticas e pragmáticas)” (STREY, 2011, p. 25).



Assim, segundo Pail (2012, p. 48, grifo nosso), “**o intencional, ligado ao emocional, guia um diálogo, afetando o inferencial**”. E, por fim, o último nível, o da **inferência**, cuja definição adotada por Costa é:

um processo que leva de premissas a conclusão, em que se articulam níveis lógicos, comunicativos e cognitivos. Representa-se o processo inferencial a partir de um cálculo lógico não-trivial, tal qual sugerem Sperber e Wilson (1995), que combina com o contexto para derivar conclusões válidas, que não são passíveis de prova, mas podem ser confirmadas pela força das premissas. Assume-se, portanto, o processamento da inferência nos moldes da Teoria da Relevância, apesar de haver diferenças no que diz respeito às noções de explicatura e da própria noção de custo-benefício (STREY, 20112, p. 77-78).

Já a respeito da questão da intenção, Costa (2011) abre o leque de elementos que devem ser considerados, além das intenções informativa e comunicativa. Valendo-se desse dois outros níveis, Costa procura mostrar como, na TD, é possível explicar a interferência das emoções nas intenções e no processo inferencial. O autor **assume a existência de um conjunto maior de processos**, agora de natureza intencional, envolvendo emoções – que não são abordados por teorias pragmáticas tradicionais. As características a seguir, segundo Costa (2012), auxiliam em explicar como as intenções podem ser complexamente articuladas para dirigir o processo comunicativo:

- (a) as intenções dirigem o dito e o inferido;
- (b) a inferência pode explicitar ou não as intenções;
- (c) as inferências podem ser canceladas para proteger as intenções;
- (d) as intenções são consistentes com as emoções.

Dessa forma, é possível perceber que, através da TD, Costa constrói um novo quadro teórico, ampliando a noção de intenção – não mais restrita às intenções comunicativas e informativas, mas supõe-se um conjunto maior de processos intencionais não abordados com clareza pelas teorias pragmáticas tradicionais. Nessa nova concepção:

em que não mais se ficaria preso ao sentido tradicional de nível linguístico, ou seja, de aceitar que se comunica somente a intenção de se querer falar sobre algo. **A ideia griceana, amplamente aceita pelos pragmáticos, de que para compreender um enunciado é preciso reconhecer a intenção dos falantes, é reconstruída dentro de uma nova perspectiva a fim de evitar uma possível trivialidade do conceito [incluindo sob seu escopo a emoção]** (STREY, 2011, p. 78, grifo nosso, acréscimo nosso).

Trazer a investigação das emoções – inclusive da fantasia/imaginação – como forma de especializar o conhecimento que se tem sobre intenções, para dentro de abordagens inferenciais, que contemplem a linguagem natural, é altamente desejável – contudo, lembra Strey (2011), as intenções parecem não precisar da linguagem para existir. Com o avanço das ciências cognitivas, parte dos fenômenos de comunicação que, embora sejam estudados na Pragmática, acabam recebendo tratamentos muitas vezes disciplinares, ou através da interdisciplinaridade fora das interfaces, no que

tange aos fundamentos. Um exemplo disso é o fenômeno abordado por Hobbs (2007), no artigo **Judges' Use of Humor as Social Corrective**. Um trabalho que dá conta de aspectos relevantes para este estudo.

A autora procura investigar o uso de humor, sátiras, ironias e paródias na enunciação de sentenças judiciais – fenômenos esses construídos a partir do emprego de diversos recursos que vão desde rimas até o emprego de figuras de linguagem. Segundo Hobbs (2007), embora julgar seja algo sério, o humor é uma ferramenta empregada por juízes, tanto do sistema inglês quanto do americano, como um corretivo social tanto para litigantes quanto para advogados que trazem à corte casos completamente absurdos, quando os juízes entendem que a justiça esteja sendo ridicularizada ou usada para fins fúteis. Diz Hobbs:

advogados que extrapolam as fronteiras do direito permissivo infringem danos não somente aos seus oponentes imediatos, mas também a todo o sistema judicial por sobrecarregar as cortes com exigências sem mérito algum, além de minarem a integridade da profissão, e o flagelo da sátira é uma punição justa para tal conduta (HOBBS, 2007, p. 66).

Aqui vemos que os vereditos, os enunciados, os ditos, proferidos através de escolhas que gerem efeitos humorísticos estão a serviço de comunicar também o sentimento do juiz, no caso, de indignação em relação a certas atitudes dos advogados e litigantes. E a autora deixa bem claro que essa prática, o “uso do humor em opiniões judiciais não tem sido explorado” (HOBBS, 2007, p. 51).

A investigação de Hobbs, no mínimo, pode ser mais um argumento a favor da tese de que não é preciso isolar razão de emoção, e que esta pode muito bem ser tratada dentro de modelos que envolvam inferências e emoções, afinal, tais opiniões são veiculadas em linguagem natural, ou seja, há uma intenção e uma emoção determinando sua construção linguística, sua enunciação e a geração de implícitos, no caso, a sanção. Se o uso do humor em corte deve ser possível ou não, trata-se de uma discussão que não nos cabe aqui, embora não deixe de ser interessante, inclusive de um ponto de vista inferencial.

Outro trabalho que trata do humor, **New Perspectives on Understanding Jokes: a Relevance-Theoretic Account**, desenvolvido por Higashimori (2013), apresenta uma abordagem descritivamente muito rica de como as explicaturas e as implicaturas geram efeitos humorísticos. Contudo, essa abordagem trata tais efeitos como sendo fruto de efeitos cognitivos. Mais uma vez vemos a importância do construto, pois as questões que a TCNT/TD podem abordar sobre benefício não apenas como algo racional.

Assim, a fim de demonstrar que a **comunicação**, na verdade, é um **produto da necessidade de conexão**, em primeiro lugar, e **da capacidade de inferir intenções e emoções**, em segundo; e mostrar que as intenções não dependem diretamente da linguagem, o que as coloca dentro da

cognição, Strey (2011) arrola algumas situações para mostrar que não há uma dependência necessária entre reconhecimento de intenção e linguagem natural.

Um primeiro exemplo seria o caso de um cão latindo porque está sozinho em casa. É possível supor que se ele se, em se sentindo sozinho, tenha a intenção de verificar se há alguém em casa, então inferiu que precisava latir. Outro exemplo trazido pela autora refere-se ao fato de um bebê chorar para atrair a atenção da mãe – este parece ter inferido que precisava chorar a fim de chamar a atenção; esta, por sua vez, ao pegar o bebê no colo, demonstra ter inferido que o bebê queria algo: tudo isso sem a necessidade de que uma só palavra fosse proferida. Essas situações, segundo Strey (2011), ao corroborarem a afirmação acima, servem para:

[...] alinhar a teoria à noção evolucionista de Darwin, pois deixar de reconhecer que a intenção também é uma característica inata aos animais (que não possuem linguagem no mesmo sentido humano) é romper com a evolução e, conseqüentemente, deixar o homem em uma posição isolada à do mundo animal. Da mesma forma, parece que a capacidade de inferir também é algo inato ao homem e ao animal, não necessariamente ligada à faculdade da linguagem (STREY, 2011, p. 78).

Assim, seja como for, “parece que, antes de qualquer princípio comunicativo, homens e animais têm uma tendência inata para a conexão e para a inferência. Ou seja, **a comunicação seria um produto da necessidade de se conectar e da capacidade de inferir**” (STREY, 2011, p. 26, grifo nosso). Dessa forma, ao assumir a conectividade, a TD mostra-se mais geral, pois não assume a noção de consciência; assumi-la exigiria que se perdesse o consenso com o mundo natural, além do que tornaria necessário igualmente supor que a comunicação é totalmente racional. A emoção é uma propriedade não racional, a qual pode ser articulada diretamente com as intenções – a capacidade de reconhecer as emoções ocorre a partir do momento em que se inferem intenções (STREY, 2011, p. 79).

Além disso, não se trabalha com apenas uma **intenção**, mas com uma cadeia delas, uma vez que elas não podem ser totalmente estabelecidas *a priori*, pois nunca se sabe que rumos uma troca irá tomar – **daí a importância de assumi-las como sendo construídas ao longo do diálogo** (PAIL, 2012). Por fim, através da TD, é possível adotar igualmente outro aspecto relacionado com a cognição, que interfere no desencadear e orienta as inferências, a saber, a fantasia, e relacioná-la com as emoções, mostrando que se trata de aspectos importantes que têm papel determinante na comunicação e nos processos inferenciais.

Com esse construto – TIG/TIGA-TR-TICG-TCNT/TD – é, então, possível dar conta de seis aspectos que norteiam e caracterizam a comunicação em linguagem natural, os quais não poderiam ser adequadamente abordados pelas teorias mais conhecidas, nem sem a Metateoria das Interfaces

para articulá-las. Essas propriedades foram sistematizadas por Costa (2013)<sup>181</sup> como: (i) racionalidade lógico-dialógica complexa; (ii) tendência cognitiva para a interatividade; (iii) tendência cognitiva para emoções positivas; (iv) tendência cognitiva para razões de interface razão/emoção; (v) tendência cognitiva para informação nova, conhecer, pensar, comunicar e sentir. Nas palavras de Costa (2013): “**O que sabes é o que pensas é o que comunicas é o que sentes?**”. É, portanto, com a perspectiva de um objeto altamente complexo, “envolvendo complexidades semânticas, pragmáticas, intencionais, imaginativas, inferenciais, etc. (PAIL, 2012, p. 46)” em todos esse níveis, que, a seguir, articularemos o construto a fim de descrever e explicar tais perspectivas, a partir do conteúdo significativo das trocas comunicacionais, na interface Linguística-Comunicação-Cognição-Lógica.

### Considerações Finais

Quando se fala em interpretação de enunciados, a parte implícita do conteúdo semântico é um dos aspectos mais ricos, complexos e heterogêneos (GRICE, 1975; LEVINSON, 1983). Considerando um desses tipos de implícito, qual seja, o do tipo implicatura, vejamos: Grice, através da Teoria das Implicaturas, dedicou-se, em especial, às implicaturas conversacionais – geradas a partir de contextos específicos –, adiando o tratamento das implicaturas conversacionais generalizadas. Costa (1984) retomou o modelo de Grice, gerando ao modelo ampliado da Teoria das Implicaturas, através do qual relê o papel da relevância, sistematiza o contexto e o insere como parte do cálculo – e como elemento de mesma natureza do enunciado, formando com ele um par ordenado. Ainda no que se refere às implicaturas conversacionais particularizadas, tem-se o trabalho de Sperber e Wilson, que revisitou modelo griceano, tornando-o explanatoriamente mais viável ao ser construído dentro das ciências cognitivas e com o respaldo da dedução. Levinson (2000), por sua vez, trabalhou procurando modelar justamente o tipo de implicatura deixada de lado por Grice ao propor a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas.

A Teoria da Conectividade Não-Trivial tem como objetivo ampliar a investigação sobre a significação inicialmente tratando da conectividade como um princípio mais elementar do que o próprio inatismo de Chomsky e o da relevância de Sperber e Wilson, a fim de fortalecer a capacidade explanatória do modelo, e, conseqüentemente, de qualquer proposta que o adote. Através da TCNT e da sugestão do diálogo como unidade mais básica onde a linguagem se expressa, Costa (2002, no prelo, 2005a) igualmente, ao simplificar a interface Semântica/Pragmática e, ao construir o significado como um objeto complexo, permite o tratamento de inúmeras outras inferências que também constituem a comunicação, a saber, as multiformes. Por fim, ao desenvolver, com base na TCNT, a TD, Costa (2012) traz novas propostas para a abordagem das emoções, como parte desse objeto complexo. Dessa forma, Costa inova também ao permitir uma modelagem muito mais eficiente da noção de intenção, pois, ao contemplar a dinamicidade das trocas conversacionais, passa

---

<sup>181</sup> Em comunicação pessoal pelo professor Dr. Jorge Campos da Costa, no IV *Coloquium* de Linguística, na PUCRS, intitulado **Inferências Lógico-linguísticas**, em 28/6/2013.

a considerar modificações que possam ocorrer no que tange ao ajuste de intenções, trazendo inclusive a noção de emoção como um desses aspectos.

De uma forma ou de outra, todas as teorias caracterizam-se por tratarem de implícitos tipo implicatura e, mesmo tendo diferenças entre si, no nível dos fundamentos, podem perfeitamente ser articuladas no nível descritivo a fim de formarem um aparato teórico descritivo-explanatório mais forte para o tratamento do significado comunicacional da linguagem natural.

## 4 ELEIÇÃO, METODOLOGIA E APLICAÇÃO DO CONSTRUTO

### Considerações Iniciais

Neste capítulo, iremos aplicar o modelo. Inicialmente, apresentaremos um resumo do debate entre republicanos e democratas a fim de se ter o contexto mínimo necessário onde as informações serão processadas. É claro que o debate entre eles foi muito mais complexo do que apresentado aqui, contudo, enfatizamos que não pretendemos interpretá-lo muito menos resolvê-lo. É importante lembrar que ele é o *locus* onde os conteúdos implícitos são gerados e onde o modelo pode, então, ser aplicado.

Após, será apresentada a metodologia a ser empregada e o construto agora articulado, enfatizando o papel de cada modelo. Realizaremos, então, a aplicação do construto em determinados trechos, quais sejam, aqueles que melhor se mostrem significativos para permitir a identificação desses implícitos. Por fim, embora não seja o objetivo principal deste trabalho, nada impede que possamos fazer algumas considerações sobre os discursos dos quais nos valem para a investigação a que nos propusemos.

### 4.1 A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2000

Nesta seção, apresentaremos um resumo do debate entre republicanos e democratas, em especial, à luz da narrativa a partir de reportagens da revista TIME<sup>182</sup>. O professor Henry Graf<sup>183</sup>, especialista em história eleitoral, da Universidade de Colúmbia, descreve os EUA como “uma espécie peculiar de democracia representativa”, afinal, não só o voto não é obrigatório, como a eleição do presidente, apesar de ter a participação do povo, não é direta. Lá é o Colégio Eleitoral<sup>184</sup>, nome dado ao grupo de eleitores, ou delegados, nomeados pelos partidos e ativistas políticos de cada estado, quem elege o presidente orientado pelo voto popular. O Colégio Eleitoral teria como objetivo garantir legitimidade à escolha da população.

Cada estado americano possui um número específico de delegados, sendo a densidade populacional o critério que determina a quantos deles cada estado tem direito. Por isso, enquanto a Califórnia tem 54 representantes, estados como o Wyoming, o Alaska e Delaware, por exemplo, possuem apenas três cada. Ao todo, o Colégio Eleitoral americano é formado por 538 eleitores. Teoricamente, o candidato que vence a eleição pelo voto popular conquista a totalidade dos votos dos delegados daquele estado. No total, para ser eleito, um candidato precisa ter, ao menos, 270 dos 538 votos.

É lugar-comum a grande independência dos estados americanos em relação ao governo federal, o que lhes garante uma expressiva autonomia para decidir sobre inúmeros aspectos, entre eles leis locais. Sendo assim, cada um tem sua própria constituição, alguns deles chegando a ter leis

<sup>182</sup> No final deste trabalho, há um CD no qual estão as reportagens que deram origem ao texto a seguir.

<sup>183</sup> IstoÉ, 15/11/2000, p. 108-109.

<sup>184</sup> Há poucas restrições para que alguém seja nomeado um eleitor, não possuir cargo eleitoral é uma delas. Até celebridades já foram eleitores, como é o caso de Coretta Scott King, viúva do filho de Martin Luther King.

significativamente diferentes em relação à propriedade, crime, saúde e educação; portanto, o **sistema eleitoral** não seria uma exceção. Entretanto, todas as leis, independentemente do nível do governo, devem observar a constituição dos EUA.

Nem todos os estados, porém, obrigam os delegados a disporem de seus votos de acordo com o voto popular<sup>185</sup>. Dos 51 estados americanos, em 26, os delegados não são obrigados a seguir a vontade expressa nas urnas. Em 19 deles e no Distrito de Colúmbia, a votação dos delegados deve estar de acordo com o voto da população, entretanto não há penalidade alguma caso os delegados não obedeçam a tal determinação. Somente cinco estados penalizam aqueles que agem em desacordo com o voto popular. Todavia, as penas são inexpressivas como, por exemplo, multas de valor irrisório. Sendo assim, pode-se dizer que, nos EUA, receber a maioria nacional dos votos populares não é garantia nem necessária, nem suficiente para vencer uma eleição; receber a maioria dos votos em nível estadual não garante a conquista dos votos dos delegados daquele estado. Houve já na história americana presidentes que perderam a eleição popular e, mesmo assim, obtiveram os votos do Colégio Eleitoral, acabando sendo eleitos Presidente – Rutherford Hayes, em 1876; Benjamin Harrison, em 1888; e George W. Bush, mais de 110 anos depois.

Caso os candidatos obtenham exatamente 50% dos votos dentro do Colégio Eleitoral, a escolha do presidente passa a ser então decidida na Câmara dos Deputados (House of Representatives). Agora, ao invés dos votos individuais de cada delegado – que, como vimos, contam 538 –, é a delegação – em número de 50, pois o Distrito de Colúmbia não vota – de cada estado como um todo que tem direito a um voto, independentemente da densidade populacional: assim Delaware passa a ter o mesmo poder que a Califórnia, por exemplo. Se, entre os delegados de um estado, o candidato não ganha a maioria de votos, então tal estado é taxado como “dividido”, e seu voto é excluído. Nessa etapa do processo, é preciso de 26 delegações estaduais para vencer.

Os votos depositados no país, no dia eleição, têm um prazo de sete dias para serem contados e certificados; já os votos à distância (ou *absentee ballots*) têm um prazo de dez dias após o dia da eleição para serem contados e terem seus totais adicionados aos resultados já apurados e, por fim, serem também certificados pelo Comitê Eleitoral do estado. Para que tais votos sejam válidos, é preciso (i) que tenham sido postados no dia eleição, e (ii) que seus registros apresentem, impreterivelmente, o nome, o número de identificação, e a assinatura do eleitor. Geralmente as pessoas que usam os votos à distância são, na grande maioria, militares e familiares dos mesmos, que vivem fora dos Estados Unidos – os quais, por sua vez, tendem a ser republicanos.

O dia da eleição nos EUA ocorre na primeira terça-feira após a primeira segunda-feira do mês de novembro. Os eleitores do Colégio Eleitoral se reúnem oficialmente na primeira segunda-feira que segue a segunda quarta-feira do mês de dezembro. O procedimento de rotina em uma eleição é: os eleitores votam, é feita a contagem, são eleitos os delegados, e, geralmente, o candidato

---

<sup>185</sup> Dos estados que estavam em disputa nessas eleições, a Flórida, o estado crucial, é um dos que não têm compromisso necessário com a vontade popular expressa nas urnas. Time, 20/11/2000, p.51-53.

que obteve o maior número de votos populares recebe os votos dos delegados de cada estado no Colégio Eleitoral; vence aquele que obtiver a maioria dos votos do Colégio Eleitoral.

Os Estados Unidos, em 2000, foi o palco de uma eleição presidencial extremamente diferente. Normalmente, os debates mais intensos acontecem antes do momento da urna, do momento do voto propriamente dito, em comícios e nas ruas; geralmente, nesse ponto, já se pode ter uma forte ideia de quem será o vencedor. Naquele ano, o debate mais intenso ocorreu após a votação, entre Democratas e Republicanos – fossem eles políticos ou eleitores –, não em comícios, televisão, rádio, etc., mas em cortes judiciais. O país mostrava-se, já nas pesquisas, claramente dividido entre o democrata Al Gore e o republicano George W. Bush, o que se confirmava à medida que os resultados da votação iam sendo divulgados.

Ao final do dia da eleição, 7/11, apesar de vários estados já terem seus resultados, nenhum dos candidatos havia conseguido os 270 votos no Colégio Eleitoral. Embora as contagens não estivessem, em alguns estados, totalmente finalizadas, os números da eleição no país indicavam que, na contagem popular, Gore estava vencendo por mais de 190.000 votos. Conforme os estados iam fechando seus resultados, no Colégio Eleitoral, os candidatos estavam praticamente empatados. Embora até aquele momento os estados do Oregon e do México, que têm respectivamente 7 e 5 eleitores no Colégio Eleitoral, ainda não tivessem seus resultados, a Flórida com seus 25 votos, definia-se como o estado que iria decidir a eleição – para qualquer um dos candidatos.

Na Flórida, já por volta das 20:00 horas do dia da eleição, a tendência ia se tornando cada vez mais clara: Gore parecia estar mesmo levando o estado – o que era de se esperar, afinal, a Flórida é tradicionalmente um estado democrata, embora o governador fosse Jeb Bush, um republicano e irmão do próprio George W. Bush. Mesmo sem as contagens estarem totalmente finalizadas, as redes de notícias, com base nas informações do Voter News Service (VNS) começaram a declarar Al Gore o vencedor da Flórida. O VNS é um consórcio de pesquisa de boca-de-urna, formado em 1990 pelos seis maiores veículos de comunicação, cujo papel é fornecer resultados para eleições presidenciais dos EUA de tal forma que não cabe nem às empresas de meios de comunicação nem às redes de comunicação a realização de pesquisas de boca-de-urna e de contagem de votos<sup>186</sup>. Assim, dado que Gore dependia desses votos – e, ao que tudo indicava, iria recebê-los –, seria o vencedor no estado, e, portanto, o vencendo a eleição; tornando-se, dessa forma, o novo Presidente. Por outro lado, isso significava que o clã Bush havia perdido a oportunidade de voltar a controlar a Casa Branca.

Às 20:00, quando o anúncio foi feito na Flórida, estados no Oeste ainda estavam com as urnas abertas, ou seja, o dia eleitoral ainda não estava encerrado. A informação de que Gore havia vencido na Flórida teria impacto sobre o processo como um todo. Segundo a revista Time, quando Al Cardenas, chefe de estado do partido republicano, soube da notícia, passou a monitorar freneticamente os resultados dos estados. Na verdade, ele temia que, com o anúncio da vitória de

---

<sup>186</sup> [http://en.wikipedia.org/wiki/Voter\\_News\\_Service#Role\\_in\\_the\\_2000\\_presidential\\_election](http://en.wikipedia.org/wiki/Voter_News_Service#Role_in_the_2000_presidential_election)



Gore, dado pelas mais importantes e grandes redes de notícias, as pessoas, leia-se os eleitores republicanos, desistissem de votar. Dado que o voto é opcional, isso traria consequências desastrosas para a corrida republicana à Casa Branca.

Contudo, faltavam ainda, embora poucas, regiões da Flórida para serem concluídas. Com o fechamento da região de Panhandle, Bush ganhou uma vantagem de 50.000 votos. Assim, as redes de notícias, que antes das 20:00 haviam declarado Gore o vencedor da Flórida, às 22:00, começam a retratar suas projeções, dizendo que não era possível identificar um vencedor, pois os resultados dos candidatos estavam impressionantemente próximos. Especialistas e políticos consideraram a atitude das redes de notícias um tanto precipitadas, pois a pequena margem e as contagens que ainda faltavam poderiam reverter o resultado para qualquer um dos lados, a qualquer momento.

No início da madrugada do dia 8/11, Bush e Gore encontravam-se mais do que empatados no Colégio Eleitoral. No entanto, como agora era o candidato republicano que estava liderando na Flórida, e embora condados tradicionalmente democratas, como Miami-Dade e Broward ainda não tivessem comunicado seus resultados finais, Gore, acreditando ter perdido a eleição – pois, agora, embora Bush liderasse a disputa com mais de 50.000 votos, 98% das regiões da Flórida já haviam comunicado seus resultados – ligou para o candidato republicano a fim de admitir sua derrota e desistir da eleição. Logo após, dirigiu-se para o fazer o seu discurso público de desistência no War Memorial. A atitude de Gore mostra que ele tomou a vantagem de votos que Bush tinha à sua frente como evidência para vitória de seu oponente, e que ele não acreditava que as regiões que ainda não haviam terminado as contagens pudessem trazer o resultado de que ele precisava.

Isso não significa que Gore não acreditasse que a margem não diminuiria, afinal, as regiões que ainda faltavam apresentar seus resultados eram reconhecidamente democratas, contudo, sua atitude pareceu mostrar que ele não acreditava que essa diminuição pudesse fazer alguma diferença para ele. Temos, então, um candidato democrata acreditando que perdeu as eleições, embora algumas contagens, pouquíssimas é verdade, ainda estivessem em progresso; e um candidato republicano certo de que venceu, afinal, não só o resultado estadual estava a seu favor, como também seu adversário já havia ligado para ele reconhecendo que havia sido derrotado.

Enquanto se dirigia para fazer o discurso de desistência, Gore recebeu a notícia de que a vantagem de Bush na Flórida estava diminuindo drasticamente: o fechamento dos condados de Miami-Dade e Broward estavam fazendo uma grande diferença. Com a vantagem de Bush caindo, a diferença entre ele e Gore também caía; a certeza da vitória de Bush diminuía, e a possibilidade de Gore vencer na Flórida começava a se configurar. Embora o candidato republicano liderasse ainda, agora era apenas por algumas centenas de votos. Assim, as redes de notícias voltam mais uma vez atrás nas suas declarações, mas agora já não apontavam um vencedor, pois a diferença na Flórida era muito pequena para a eleição ser considerada resolvida.

A partir dessa informação, além de não fazer o discurso, Gore ligou para Bush, retratando sua desistência. Bill Daley, o porta voz da campanha de Gore, anunciou que eles iriam continuar a campanha, ou seja, a eleição ainda não estava decidida. A primeira contagem completa da Flórida

mostrava Bush vencendo a eleição por apenas 1.784 votos, dos mais de 6 milhões depositados – sem contar os votos a distância. Mesmo com Bush na liderança, uma margem tão pequena fazia grande diferença. A Flórida é um dos estados americanos cuja lei eleitoral estadual prevê, em casos de uma discrepância tão pequena entre candidatos, uma recontagem automática (de natureza mecânica) dos votos do estado. Por ‘diferença pequena’ a lei entende uma diferença menor do que 1% dos votos depositados. A quarta-feira, dia 8/11, amanheceu com o estado conduzindo uma recontagem mecânica dos votos.

Essa recontagem foi tão comemorada pelos democratas como foi temida pelos republicanos não só por causa de uma diferença tão pequena. Acontece que, na Flórida, a eleição e problemas que tornariam o seu resultado obscuro tiveram início quase que paralelamente. Alguns condados, em especial, foram o palco dos eventos mais críticos que envolveram problemas com a configuração da cédula, com as máquinas de perfuração e com a tabulação de votos; sem contar as irregularidades encontradas com os votos ausentes (*absentee ballots*), mais especificamente em relação ao seu preenchimento – o que, por hipótese, iria torná-los inválidos e, portanto, acredita-se ilegais.

Ainda no início da manhã do dia da eleição, 7/11, eleitores de Palm Beach saíam das cabines de votação reclamando da configuração da cédula: os nomes dos candidatos localizavam-se em colunas no lado esquerdo e no lado direito da cédula; já os locais de perfuração estavam em uma coluna no centro, indicados por uma flecha dentro do espaço no qual constavam o nome do partido e os nomes dos candidatos para presidente e vice-presidente. Contudo, os nomes dos candidatos e dos partidos não estavam alinhados simetricamente com o local de perfuração: embora os democratas estivessem em segundo lugar na coluna da esquerda, na coluna onde deveria ser feita a perfuração, eles correspondem à terceira marcação. A segunda marcação, onde seria realizada a perfuração, dava o voto ao candidato reformista Pat Buchanan.

Dadas as reclamações e o tipo de erro, parece que as pessoas se guiavam, para perfurar a elipse, pelo nome do partido, e não pela pequena flecha que indicava o local de perfuração de cada partido. Ao perceberem isso, vários eleitores democratas começaram a se questionar se haviam realmente perfurado o local que indicava voto para Gore. Essa suspeita confirmou-se na primeira contagem quando foram registrados 3.407 votos para Pat Buchanan, número extremamente alto para um candidato reformista em um condado como Palm Beach, reconhecidamente democrata – haja vista que, em condados vizinhos que usaram outros estilos de cédulas, Buchanan recebeu três vezes menos votos, mais uma evidência que levou os eleitores a considerarem a cédula problemática e tendenciosa.

Muitos eleitores de Palm Beach começaram a ligar para o Comitê Eleitoral do condado, reclamando da cédula, alegando que ela era irregular, e, portanto, ilegal. O próprio Pat Buchanan, em entrevista, disse que a cédula de Palm Beach era confusa e que ele mesmo acreditava que muitos dos votos que recebeu, na verdade, eram para Al Gore. Ao perceberem tais problemas, os democratas começaram a alertar a população. Contudo, na contagem oficial dos votos, mais de 19.000 cédulas foram imediatamente anuladas no condado de Palm Beach – não sendo nem ao menos analisadas –

por apresentarem duas perfurações no voto para presidente. Gore teve uma outra fonte de perda de votos, agora por causa das obsoletas máquinas de perfuração de cédulas: aproximadamente 10.000 cédulas também foram excluídas por não apresentarem registro de voto, mas tem um detalhe.

No caso dessas cédulas, a controvérsia girava em torno do *chad*, pequeno pedaço de papel que é removido (ou deveria ser) quando a cédula é perfurada a fim de indicar o voto do eleitor. Em milhares de cédulas, o *chad* não foi totalmente retirado: ou ficou parcialmente preso como um todo (*hanging chad*), ou só um pedaço foi removido (*tri chad*), ou foi marcado sem ser retirado (*dimpled chad*) ou que causou uma elevação côncava para baixo sem que o papel fosse removido.

Como a contagem foi feita através de máquinas, inclusive a recontagem obrigatória, as que tabularam essas cédulas acabaram invalidando vários votos em que as situações acima eram o caso. Qualquer resquício de papel era suficiente para confundir a leitura, cujo resultado dado pela máquina era o de uma cédula sem voto marcado. Logo, mesmo que os eleitores tivessem perfurado mal, eles haviam perfurado, o voto existia, só não havia sido lido pela máquina.

Cédulas que não apresentavam registro para presidente não foram privilégio de Palm Beach, casos semelhantes também foram verificados nos condados de Miami-Dade e Broward. Só no condado de Broward, por exemplo, das mais de 600.000 cédulas, 6.686 foram desqualificadas por não acusarem voto para presidente, número bastante expressivo em um condado que, mesmo assim, deu 68% dos votos a Gore.

A recontagem obrigatória, feita através de máquinas, apontava para uma diminuição drástica na diferença entre os candidatos: Bush agora liderava com apenas 327 votos. As cédulas que não acusavam, segundo as máquinas, voto para presidente foram as que mais impulsionaram uma campanha democrata para uma contagem totalmente manual dos votos, ao menos nos condados de Palm Beach, Miami-Dade, Volusia e Broward. Muitos escrutinadores, percebendo que a remoção do *chad* permitia que a máquina lesse adequadamente o voto, começaram a removê-los das cédulas, mas esse procedimento não ocorreu em todos os cartões. Mais uma razão para Gore pedir que fosse executada uma recontagem, mas agora totalmente manual. Uma máquina não poderia ler a intenção do eleitor, mas um ser humano, mesmo vendo que o *chad* não havia sido eliminado, podia ver onde o eleitor quis perfurar, e, portanto, poderia identificar para quem o eleitor pretendia dar seu voto. Ao remover o *chad*, ficaria claro, também para a máquina, para quem o voto era pretendido. Segundo a revista TIME, na recontagem obrigatória os democratas haviam conseguido recuperar, através desse sistema de remoção de *chad* e posterior submissão à máquina, aproximadamente 1.457 votos.

Como vimos, a recontagem, embora tivesse dado a Gore tantos votos, não foi o suficiente, ele ainda perdia por 327 votos. Contudo, dadas as evidências e novas possibilidades, e o fato de que o estado, por lei só iria certificar os resultados no dia 14/11, os democratas acreditavam que a execução de uma terceira recontagem manual, poderia esclarecer o número real de votos que cada candidato havia recebido, refletindo, assim, a verdadeira vontade popular.

Gore acreditava que, se a recontagem obrigatória, que era mecânica, deu-lhe mais de mil votos a ponto da vantagem de Bush diminuir para apenas 327 votos, dos 6 milhões que foram

depositados, muito provavelmente ele encontraria nos 1.8 milhão de votos que os condados contavam juntos, a quantidade de votos necessária para receber os votos do estado da Flórida no Colégio Eleitoral. E foi justamente esse pedido de recotagem manual que desencadeou o grande debate entre Republicanos e Democratas que deixou o resultado da eleição em suspenso até o dia 12/12.

Em 2000, a eleição iniciou nas urnas, mas, ao invés de seguir para o Colégio Eleitoral, acabou circulando em um labirinto formado pelas várias instâncias de tribunais estaduais e federais. A disputa eleitoral tornou-se disputa judicial já na quarta-feira, 8/11. Eleitores de Palm Beach entraram com uma ação numa *Circuit Court* do condado pedindo a realização de novas eleições sob a alegação de que a cédula levou-os a votar equivocadamente. Dadas as irregularidades, ainda no dia 9/11, Palm Beach ganhou na justiça o direito de não certificar a sua contagem final. No dia 11/11, Bush entra com um pedido em Corte Federal a fim de suspender as recotagens manuais, alegando que a falta de um padrão uniforme que regesse a recotagem manual estaria tratando de forma desigual os eleitores dos demais condados, violando assim o direito de proteção de igualdade garantido pela 14ª Emenda Constitucional, e que fosse aceito de forma definitiva o resultado da recotagem obrigatória – a qual, vale lembrar, foi feita mecanicamente, e dava a vitória para Bush.

À alegação republicana de que a recotagem manual pedida por Gore é seletiva, sem padrão e inerentemente viciada, os democratas respondem dizendo que, na verdade, a recotagem manual torna o processo mais democrático. O juiz Donald Middlebrooks, rejeita o argumento de Bush alegando que mecanismos eleitorais são, na verdade, questões da competência estadual, e não federal. A atitude republicana de não aceitar uma recotagem manual, dada a situação que estava em jogo, a ponto de buscar na justiça a suspensão da recotagem, foi criticada pelos democratas, pois, no Texas, onde George W. Bush era governador, ele mesmo havia assinado uma lei que obrigava a execução de uma recotagem manual caso houvesse votos em disputa, exatamente a situação na qual se encontrava Gore. Na verdade, a atitude de Bush somente mostra que ele temia a existência de votos que virassem a eleição a favor de Gore.

No dia 12/11, os condados de Palm Beach e Volusia decidiram a favor de uma recotagem manual de todos os votos; o condado de Volusia também decidiu iniciar a recotagem manual das suas 184.000 cédulas. No dia 13/11, Secretária de Estado, Katherine Harris, responsável pelo anúncio dos resultados finais (menos votos ausentes) ratifica 14/11, às 17:00, como o prazo final oficial para os condados que optaram pela realização de recotagens manuais a fim de entregarem seus resultados. Isso significa que, provavelmente, os condados democratas que estavam recotando seus votos não poderiam entregar em tempo hábil os seus resultados para que fossem considerados válidos. Cabe lembrar que a Flórida era governada por Jeb Bush, irmão do candidato republicano, e Harris era reconhecidamente uma republicana, pois exercia um papel ativo nos interesses do partido.

Dada a irredutibilidade da Secretária de Estado quanto à data de anúncio e certificação dos resultados, condados como Volusia e Palm Beach pediram, na corte de Leon, que a Secretária estendesse o prazo a fim de que os resultados fossem então certificados. Eles argumentavam que o

estado previa e permitia legalmente recontagens manuais e, dado que as recontagens que esses condados estavam fazendo poderiam ser terminadas após o prazo estipulado pela Secretária, eles pediam que o estado esperasse para certificar os resultados até que eles pudessem terminar a recontagem manual que estavam procedendo. Como é possível observar, os condados queriam que, embora os votos fossem entregues após o prazo, fossem tratados como oficiais e acrescentados ao resultado total do estado. Em resposta ao pedido dos condados, o juiz Terry Lewis, decide que o prazo determinado pela Secretária deveria ser mantido, mas ela não poderia desconsiderar, de forma arbitrária, as recontagens que chegassem após o prazo. Ou seja, ela deveria dar algum motivo que justificasse a sua decisão de não receber aqueles resultados.

Contudo, embora a Secretária de Estado não cedesse e anunciasse apenas as contagens dos condados que entregaram seus resultados no prazo, ela acabou sendo obrigada a observar a decisão do juiz Lewis, e deu aos condados que ainda estavam recontando seus votos o prazo de 15/11, às 14:00, para apresentarem explicações que justificassem por que eles deveriam prosseguir com as contagens. Contudo, embora a Secretária recebesse, em tempo hábil, conforme determinado pelo juiz, as razões dos condados, ele simplesmente rejeitou os argumentos dos estados. Na verdade, a decisão do juiz Lewis foi inútil para os condados: ora, se ele realmente pretendesse que os resultados dos condados viessem a ser válidos, ele não poderia ter deixado a cargo da Secretária de Estado o julgamento das razões apresentadas, especialmente sendo Harris quem é: uma republicana que trabalha para um governador republicano, ocupando um cargo que pode, se não manejado com cuidado, não eleger o seu candidato.

Assim, no dia 15/11, após recusar as explicações dos condados, Harris pediu à Suprema Corte da Flórida que as recontagens manuais fossem suspensas; cabe lembrar que ela havia procurado, no dia 13/11, uma corte federal e esta lhe havia negado o pedido, alegando que essa decisão era da competência do estado. Entretanto, a Suprema Corte da Flórida nega seu pedido, adiando mais uma vez a certificação. Harris então diz que não irá adiar a certificação além do dia 17/11 – dia do acréscimo dos resultados dos votos ausentes ao total final do estado. Ainda no dia 15/11, o juiz estadual Jorge Labarga disse que Palm Beach pode aceitar os *dimpled* ou *pregnant chads*, ou seja, os votos em que, embora não constem como válidos para máquinas, quando contados manualmente, podiam ter identificada a pretensão de voto do eleitor – afinal, os escrutinadores podem, por informação visual, identificar a intenção de voto marcada na cédula.

A fim de procurar resolver a questão, Gore sugeriu a Bush o seguinte: já que ele não aceitava a contagem em apenas alguns condados por considerá-la seletiva, que fosse então executada uma contagem manual em todos os 67 condados da Flórida. No entanto, Bush rejeita a proposta de Gore sob a alegação de que não seria nem correta nem justa. Bem, se a alegação de Bush é o não tratamento igualitário de todos os votos, por que não aceitar a proposta de recontagem de todos os votos do condado? Bush, na verdade, não respondeu à pergunta de Gore. Contudo, a atitude do republicano respondeu, ele não está interessado em recontagem nenhuma, não por ser justa ou injusta, o que de fato ocorre é que Bush teme o resultado do procedimento. Caso não temesse esse

resultado, não teria por que se negar, especialmente, quando se sabe da lei que ele assinou na Flórida. Na verdade, a resposta de Bush não tem nada a ver com a sugestão feita por Gore.

Bush sugeriu, então, que Gore aceitasse o resultado da recontagem feita por máquinas, propondo que os votos a distância decidissem: se dessem para ele, Gore, a vitória, o candidato republicano concordaria em ceder. Acontece que a tendência dos votos à distância é de ser de natureza republicana. Sendo assim, inevitavelmente Bush manteria a sua posição, pois a recontagem, embora tivesse diminuído sua margem, mantinha-o como vitorioso da Flórida. Nesse momento, vários processos preenchidos por democratas, para conseguir e/ou manter as recontagens, e por republicanos, para suspender as recontagens, estavam sendo distribuídas ao longo das várias instâncias das cortes judiciais da Flórida. Gore sugeriu, então, a Bush que ele permitisse a contagem de apenas aqueles condados, mas Bush não aceitou, sob a mesma alegação: votos tratados de forma não igualitária.

Gore voltou, em 16/11, à corte do juiz Lewis a fim de processar a Secretária de Estado sob a alegação de que ela não observou a determinação dada, no dia 14/11, do próprio juiz Lewis, segundo a qual ela poderia aceitar as explicações dos condados. Para os democratas, ela não usou de critérios apropriados ao excluir os pedidos dos condados. A não aceitação das explicações dos condados levava à não aceitação dos resultados que eles pretendiam apresentar. O que ocorre aqui, é que, no momento em que o juiz Lewis disse que ela podia aceitar, deixou em aberto a possibilidade de ela não aceitar. Ou seja, ela podia aceitar ou não aceitar. Ela optou por não aceitar. Além do mais, ele não disse que ela devia; portanto, ela agiu dentro das suas possibilidades, as quais, infelizmente iam ao encontro dos interesses republicanos e de encontro aos interesses democratas.

Contudo, o juiz Lewis rejeita o pedido de Gore, dizendo que a Secretária, ao não aceitar as justificativas, agiu sim adequadamente. Mais uma vez: a partir do momento em que uma das possibilidades deixadas pelo juiz é a de não aceitar as explicações, e ela agiu dessa forma, ela foi correta. O problema é que, dadas as possibilidades da disjunção, a que ela escolheu favoreceria os republicanos e prejudicaria os democratas. Assim, os republicanos ficavam cada vez mais próximos da vitória, já que a eleição não estava decidida. Um aspecto importante a ser enfatizado é o de que, ao dizer que a Secretária agiu adequadamente, significava que o resultado não seria alterado e, portanto, o resultado poderia ser certificado – temos já um segundo adiamento da certificação, do dia 14/11 passou para o dia 15/11, mas essa certificação também seria suspensa, só que agora pela Suprema Corte da Flórida.

No dia 17/11, Gore, ao receber a notícia de que o juiz Lewis considerava válida a postura da Secretária de Estado, recorreu da decisão em uma instância maior, a Suprema Corte da Flórida. O dia 17/11 era importante, pois consistia no prazo final para a contagem e o acréscimo dos resultados dos votos ausentes ao total do estado. Após a contagem dos votos ausentes, a margem de Bush, que era de 327, aumentou para 930 votos. Isso era previsível, pois a grande maioria dos eleitores que usam esse recurso para votar são militares, e, como é de conhecimento de todos, os militares tendem a ser republicanos. E, portanto, Bush seria, inevitavelmente o vencedor.

No entanto, a Suprema Corte da Flórida, aceitando o pedido de Gore, impede mais uma vez que a Secretária de estado certifique os totais finais, e adia para 20/11 as audiências a respeito da validade ou não do acréscimo dos votos dos condados que ainda estavam recontando os seus votos. No dia 21/11, a Suprema Corte da Flórida dá mais cinco dias para os condados terminarem suas contagens; e, se comunicarem os resultados até às 15:00, do dia 26/11, esses devem ser incluídos nos totais finais do estado.

No dia 22/11, Bush não via alternativa a não ser recorrer à Suprema Corte dos Estados Unidos, pedindo que fosse anulada a decisão da Suprema Corte da Flórida que permitia que resultados de uma recontagem seletiva fizessem parte dos totais finais do estado. No dia 24/11, a Suprema Corte dos Estados Unidos concorda em ouvir os argumentos da apelação de Bush e marca para 1º/12 uma audiência para ouvir ambas as partes.

Conforme a nova data determinada pela Suprema Corte da Flórida, a Secretária de Estado certifica a vitória de Bush, agora com uma margem de 537 votos. O problema é que nesse total não constam os totais de Miami-Dade, que havia decidido suspender a recontagem, nem os de Palm Beach, que não conseguiu entregar os resultados no prazo, embora esse atraso não viesse a passar de algumas poucas horas.

No dia seguinte, Gore contestou a certificação, argumentando que os resultados excluía milhões de votos que jamais foram contados. O vice-presidente queria que uma audiência de emergência autorizasse, então, uma contagem imediata de 14.000 cédulas dos condados de Palm Beach e Miami-Dade, sob a alegação de que esses votos não foram contados porque as máquinas não os reconheceram, a cédula não foi perfurada de forma a marcar o seu voto de maneira **reconhecível pelas máquinas**. Assim, ao invés de recontar todos os votos dos condados, Gore volta ao início: as cédulas em disputa. O juiz N. Sanders Sauls recusou o pedido de uma audiência de emergência, marcando-a para o dia 2/12. O juiz ordenou também que todas as cédulas dos condados de Palm Beach e Miami-Dade (mais ou menos 1,7 milhão) fossem enviadas a Tallahassee, até 1º /12, para o processo de contestação aberto por Gore.

Em 28/11, outra estratégia democrata, mas não desencadeada pelo vice-presidente, começou a ser colocada em prática, envolvendo naquele momento um conjunto de votos ausentes: a corte em Tallahassee recebeu um pedido para a eliminação de 15.000 votos ausentes do condado de Seminole e de 10.000 do condado de Martin, pois as cédulas estavam irregularmente preenchidas.

Como a audiência a respeito da recontagem dos 14.000 votos, na corte do condado de Leon, teve sua data marcada para 1º /12, o vice-presidente mais do que nunca estava correndo contra o tempo; e em 30/11, os democratas pediram à Suprema Corte da Flórida que ordenasse uma recontagem manual imediata dos votos em disputa. No entanto, para a decepção da campanha democrata, a Suprema Corte do Estado decidiu manter a decisão do juiz Sauls de adiar uma recontagem manual do caso de Gore. Naquele mesmo dia, a monção de cidadãos de Palm Beach que questionavam a integridade constitucional do *butterfly ballot* usada na eleição foi julgada e rejeitada

pela Suprema Corte da Flórida, ou seja, a cédula era válida, então, os votos tal como estão continuam valendo.

Em 1º /12 a Suprema Corte dos Estados Unidos ouviu os argumentos que discutiam se houve ou não abuso de autoridade por parte da Suprema Corte da Flórida ao exigir que a Secretária de Estado incluísse as recontagens manuais nos totais certificados do estado, após o prazo final estabelecido pelo estatuto da Flórida. Entre os dias 2 e 4/12, o juiz Sauls avaliou no processo de contestação dos resultados da Flórida que envolvia o pedido de contagem dos 14.000 votos. Todavia, o juiz Sauls, sob a alegação de que o vice-presidente falhou em mostrar como as recontagens afetariam o resultado final, negou a autorização para a contagem. Gore apelou, então, à Suprema Corte da Flórida.

Mas a Suprema Corte dos Estados Unidos tinha planos diferentes. O curso dos acontecimentos foi alterado quando os juízes decidiram por bem não só anularem a decisão da Suprema Corte da Flórida, como pedirem que esta explicasse por que permitiu a recontagem manual e por que ordenou à Secretária de Estado aceitar resultados submetidos depois de 14/11, prazo final e legal estabelecido pelo estado. Consequentemente, o caso acabou retornando a uma instância estadual.

A polêmica a respeito dos votos ausentes surgiu ainda no início do mês de novembro, quando, no dia 12/11, democratas anunciaram que iriam processar o condado de Seminole por causa de irregularidades. Com a pequena margem de diferença entre Bush e Gore, essa poderia ser uma chance, a qual se tornou mais atraente quando, em 6/12, em Tallahassee, eleitores democratas de Seminole e Martin (ambos condados republicanos) pediram aos juízes dos respectivos condados que excluíssem por volta de 25.000 votos ausentes sob a alegação de que não só os registros estavam incompletos, como também contestavam o fato de republicanos terem preenchido manualmente alguns dados que faltavam – cruciais para a validação dos votos – tais como: números de identificação, nomes; houve também vários casos de registros que não tinham sequer a assinatura dos eleitores. Ou seja, se a lei prevê uma forma de preenchimento e ela não é observada, então, por hipótese, as cédulas não são válidas.

A intervenção da campanha de Gore no processo dos votos ausentes não foi imediata, pois soaria como uma contradição: enquanto os democratas lutavam na Suprema Corte da Flórida pela inclusão de votos, estariam, em uma instância legal menor, pedindo a exclusão de outras cédulas. Todavia, como o juiz Sauls havia negado a contagem das 14.000 cédulas, os democratas já não tinham muitas alternativas. Assim, mais uma vez advogados republicanos e democratas se enfrentaram na Suprema Corte da Flórida: enquanto os advogados de Gore argumentaram que Sauls errou ao manter a certificação dos resultados da Flórida, os de Bush tentavam convencer a alta corte do estado a manter a decisão de Sauls.

Dividida em 4-3, a Suprema Corte da Flórida, revertendo a decisão do juiz Sauls, ordenou, no dia 8/12, uma recontagem manual em todos os condados onde houve casos de votos que não apresentaram registro para presidente. Bush apelou da decisão na Suprema Corte dos Estados



Unidos, buscando, através de uma injunção, suspender a recontagem manual. Nesse mesmo dia, o pedido de exclusão dos votos à distância, foi negado pelos juízes, Nikki Clark, em Seminole, e Terry Lewis, em Martin. Os juízes alegaram que, apesar das irregularidades, a integridade da eleição não estava comprometida, ou seja, os votos podiam ser considerados válidos, e, se eram válidos, os resultados seriam mantidos, e com os resultados mantidos, dadas as circunstâncias, ficava cada vez mais premente obter a licença para a recontagem dos 14.000 votos em disputa. Inconformados, os democratas apelaram da sentença na Suprema Corte da Flórida.

No dia seguinte, a Suprema Corte Federal suspendeu a decisão da Suprema Corte Estadual e marcou uma audiência para o dia 11/12 a fim de ouvir os argumentos sobre o caso. O argumento dos republicanos era o de que a Suprema Corte da Flórida, mais uma vez, ultrapassou suas fronteiras ao favorecer os democratas permitindo a recontagem manual dos chamados *undervotes* – votos que não apresentavam registro de voto para presidente. Os advogados de Gore mantiveram a mesma alegação: a Suprema Corte dos Estados Unidos não tem motivos para interferir em uma contestação da Corte Estadual.

Mas, no dia 12/12, a Suprema Corte Federal reverteu, em uma votação 7-2, a decisão da Suprema Corte da Flórida que ordenava a recontagem manual em certos condados, sob a alegação de que era inconstitucional. Os juízes federais entenderam que o processo de recontagem não tratava, conforme previsto no texto constitucional, de forma igualitária todas as cédulas. A Suprema Corte da Flórida deveria, segundo os juízes federais, estabelecer novos padrões de votação e só então executar uma recontagem, ou seja, a partir do estabelecimento de padrões, era legalmente possível conseguir uma recontagem manual dos votos, como queria Gore. Contudo, como cinco, dos nove juízes, sustentaram que o processo de votação e o processo de recontagem deviam observar o prazo final para a certificação dos votos, qual seja, a meia-noite do dia 12/12, não haveria, portanto, tempo hábil para realizar a recontagem obedecendo aos critérios estabelecidos pelos juízes.

Através dessa manobra, coube à Suprema Corte Federal, e não aos eleitores, a decisão final da eleição a favor de Bush. O golpe de misericórdia nas esperanças de Gore veio da própria Suprema Corte da Flórida, quando esta decidiu não atender ao seu apelo a respeito do caso dos votos ausentes dos condados de Martin e Seminole. Gore finalmente desiste.

#### 4.2 METODOLOGIA E O CONSTRUTO TIG/TIGA-TR-TICG-TCNT/TD

Nesta seção, apresentaremos, de forma geral, alguns aspectos mais relevantes a respeito da maneira como entendemos o construto. Por fim, justificaremos de forma mais específica os critérios para a seleção da eleição presidencial de 2000, da revista TIME, e dos trechos recortados que usamos nas nossas análises.

Antes de mais nada, é importante salientar que o construto – assim como a seleção e os recortes do objeto em relação ao qual ele será avaliado – foi elaborado a partir do Perspectivismo, segundo Giere (2006), e orientado pela Metateoria das Interfaces Internas e Externas, conforme

proposto por Costa (2007) – embora este já tenha iniciado essa forma de investigação ao construir, em 2002, a Teoria da Conectividade Não-Trivial. Assim, mais do que uma mera aproximação de teorias, o construto é constituído de modelos que, se tomados separadamente, desempenham um papel específico na descrição e/ou na explicação do fenómeno que está sob investigação; mas, quando adequadamente articulados, também promovem uma compreensão mais rica a respeito do objeto que se estuda – pois, mais do que esclarecimentos sobre o fenómeno tanto do ponto de vista descritivo quando explanatório, ganha-se em contribuições para as áreas envolvidas.

E é nesse sentido que, segundo Costa (2007), a partir da Metateoria das Interfaces, a Linguística deve ser vislumbrada, como estando inserida em uma área de relações interdisciplinares; e a linguagem humana deve, portanto, ser de tal forma abordada, pois recaem sob o seu escopo aspectos de diferentes naturezas. E é justamente para contemplar tais aspectos que o construto se justifica. Embora os modelos que o constituem separadamente abordem aspectos diferentes do fenómeno da significação em linguagem natural, todos o fazem contemplando elementos lógico-cognitivo-comunicativos, por um viés inferencial – daí a possibilidade de se propor tal articulação entre eles.

Contudo, como vimos, cada modelagem tem suas dificuldades, e destacamos como uma das mais relevantes a forma como algumas delas tratam o comprometimento metodológico com a interface entre Semântica/Pragmática. Outros problemas que consideramos importantes são: o tratamento da noção de contexto, especialmente como conhecimento mútuo e a forma como seria selecionado; o mapeamento direto entre Lógica e Comunicação, por um lado, e condições-de-verdade e intenção, por outro; sem contar que, *a priori*, elementos referentes a intenções e a emoções ficavam excluídos das investigações – como se não tivessem influência ou como se não fossem importantes. E, por fim, há as discussões referentes ao princípio mais geral que coloca a linguagem humana em funcionamento nas suas mais impressionantes possibilidades. Vimos, porém, que, dada a interface escolhida, é possível verificar e modelar várias dessas questões de maneira mais adequada, bem como, em especial, a sua influência na derivação de inferências, na interferência dos ambientes cognitivos das pessoas, e, por fim, no dinamismo das trocas conversacionais.

Assim, embora à primeira vista, a **interface externa** possa ser caracterizada, em especial, pela relação Linguística e Comunicação, afinal, estamos investigando o processamento inferencial contemplando os discursos jornalístico, político e jurídico – que se instanciam em peças de comunicação com existência social concreta –, contudo, dado que estamos adotando como um dos modelos a Teoria da Relevância, e esta caracteriza-se por uma investigação de natureza cognitiva da comunicação, daí esse aspecto, a cognição, tornar-se igualmente relevante para a constituição da interface. Por fim, embora a comunicação possa falhar, mesmo assim, é possível verificar relações objetivas entre as derivações inferenciais, conflitos com contradições, etc. Portanto, passam a interessar também propriedades lógicas da linguagem natural – e não excluí-las –, o que nos leva à necessidade do estabelecimento de uma outra interface externa, agora também com a Lógica. Assim,

para fins deste trabalho, a **interface externa** interessante fica, portanto, composta da seguinte maneira: **Linguística/Comunicação/Cognição/Lógica**.

Já, internamente, a Linguística é constituída pelos diferentes níveis em que a linguagem natural pode ser metodologicamente decupada. Assim, a **interface interna** será essencialmente caracterizada pela relação **Semântica/Pragmática**, uma vez que os conteúdos implícitos, que serão descritos, a partir do processamento inferencial, são essencialmente gerados a partir de enunciados empregando a linguagem natural – a fim de que seja ratificada a relevância deste estudo para a Linguística. Todavia, dado que a natureza multiforme das inferências na comunicação pode envolver outros aspectos dos níveis internos que constituem a linguagem natural, inferências fruto de aspectos fonológicos, morfológicos, por exemplo, essas outras subáreas serão consideradas, e, se se mostrarem relevantes para alguma análise, serão incluídas na derivação das inferências. Em linhas gerais, contudo, a interface externa fica encarregada das explicações; já as descrições são de responsabilidade da interface interna.

Nesse sentido, antes de apresentarmos os modelos e seus respectivos papéis no construto, salientamos e nos valemos do que foi dito por Vanin (2012, p. 199, grifo nosso), quando a autora apresenta e justifica sua proposta teórica complexa<sup>187</sup>: “no construto, os elementos constituintes seriam relacionados em um *continuum* indecomponível, **sem que uma teoria tenha ênfase sobre outras, mas, na observação de dado momento comunicativo, alguns dos aspectos tornam-se relevantes em detrimento de outros**”. Essa aproximação, promovida e licenciada pela Metateoria das Interfaces, continua a autora, justifica-se porque, mesmo que estejam envolvidas diferentes áreas, as quais têm em vista seus interesses e naturezas, elas ainda assim procuram explicar a construção do significado no curso das interações. Em outras palavras:

como em cada abordagem são explorados aspectos diferentes dessa construção, a interface viria a contribuir ao provocar uma interação entre elas [...] **o objeto de estudo, portanto, não pertence mais a uma ou outra teoria, mas é reconstruído como um objeto complexo, que carrega, em sua concepção, aspectos específicos advindos das áreas que constituem essa interface metateórica.** (VANIN, 2012, p. 200, grifo nosso).

Esclarecidas a importância e a plausibilidade do construto, retomaremos agora, de forma geral, a importância de cada um dos modelos, a saber, TIG/TIGA-TR-TICG-TCNT/TD, pois os detalhes foram exaustivamente apresentados nos capítulos teóricos. A **TIG**, sem dúvida, introduziu uma revolucionária perspectiva para a abordagem de propriedades da linguagem natural, redundando em uma imensa e inegável contribuição para o estudo da comunicação, através das noções de reconhecimento de intenções e do cálculo de inferências tipo implicaturas, em especial, as particularizadas, promovendo rigor nas investigações e, de certa forma, (re)inaugurando a pragmática inferencial. Além disso, a **TIG** ofereceu um rico aparato descritivo através das máximas (regras que se espera que os falantes observem a fim de que o ouvinte racional de uma mensagem possa interpretá-la), como forma de procurar modelar certas especificações na geração desses implícitos, e,

<sup>187</sup> Em que ela articula inter e intradisciplinarmente teorias para tratar o significado de conceitos de emoção.

é claro do PC, ou seja, da noção de cooperação. Contudo, a **TIG** acabou ficando explanatoriamente enfraquecida por não oferecer esclarecimentos, em especial, a respeito da natureza do PC e das máximas, deixando-os soltos na cabeça dos falantes. Outro problema se refere ao tratamento do enriquecimento do dito e ao das implicaturas conversacionais generalizadas, os quais ainda careciam de uma abordagem que, digamos, atribuísse-lhes uma identidade e uma natureza de forma mais clara – o que necessariamente nos traz de volta para a questão metodológica e, no caso, para a da interface entre Semântica e Pragmática.

Como vimos, na busca por uma abordagem para as implicaturas generalizadas, Levinson (2000), através da TICG, acabou complicando a interface Semântica/Pragmática – aspecto discutível em propostas como a nossa, que opta por adotar posturas que privilegiam a metodologia, sem, é claro, esquecer a conexão com o senso comum, de onde emergem os fenômenos. Outro problema refere-se ao fato de Grice ter proposto que seu modelo inferencial fosse uma alternativa ao clássico modelo de códigos, o que, com a TR, mostrou-se não ser o caso (ao invés da substituição, Sperber e Wilson (1986, 1995) falam em complementariedade), além de tornar a proposta dependente da problemática noção de conhecimento mútuo a fim de dar conta de um dos aspectos fundamentais da sua teoria, a saber, da noção de contexto.

A **TIGA** de Costa (1984) levantou os problemas da noção de contexto, tratando-o como descrições de contexto, conferindo-lhe uma natureza semelhante a dos enunciados, com os quais se emparelhavam, além de ser uma categoria aberta, formado por um conjunto indeterminado de sentenças, o contexto está sempre aberto ao acréscimo de novas informações, como também está sujeito a julgamentos de relevância (PRADO, 2008) – embora um subconjunto de tais suposições seja o efetivamente usado. Costa reavaliou também o papel da relevância, alçando-a a uma supermáxima diretamente ligada à cooperação, articulando as inúmeras relações descritas pelas diferentes categorias; e, por fim, inseriu-a dentro do cálculo proposto por Grice a fim de dar conta de seu papel na regulação dos diferentes níveis de interação para a derivação de implícitos. É com a TIGA que Costa inaugura, em 1984, na Pós-Graduação da PUCRS, um importante caminho de investigações sobre a linguagem natural, a partir de um viés inferencialista.

Contudo, é somente com a TR que inicia um tratamento mais adequado para muitos aspectos. Desde seu lançamento, a proposta de Sperber e Wilson foi, por muito tempo, o modelo explanatoriamente mais forte à disposição dos trabalhos que estudavam a linguagem natural de uma perspectiva do uso, pois ancorava e alinhava as investigações sobre a interpretação e os processos inferenciais aos avanços das ciências cognitivas e da neurociência. Através da **TR**, muitos ajustes puderam ser realizados, permitindo que se modelasse a comunicação, em especial, a explicação sobre como um ouvinte infere o significado do falante a partir do enunciado, do estímulo, oferecido.

Assim, das grandes contribuições, podemos destacar, em primeiro lugar, a elevação da máxima griceana da relevância a um princípio cognitivo geral, daí, inúmeros outros aspectos passaram a ser modelados de forma menos intuitiva e, portanto, metodologicamente mais rigorosa. Entre eles destacamos: a noção de contexto e a sua seleção pelo ouvinte durante o processo de

interpretação a partir da noção de acessibilidade das suposições; a eliminação da necessidade de conhecimento prévio para que a compreensão aconteça através do desenvolvimento das noções de ambiente cognitivo e manifestabilidade; o fato de tratar igualmente como estímulo, como *input*, informações vindas de fontes visuais, por exemplo, – sensórias, em geral – bem como da própria memória do indivíduo; as noções de relevância para um indivíduo, explicando como pode haver discrepâncias no papel de um *input* para diferentes ambientes cognitivos e a forma como as pessoas aproveitam os processamentos para reorganizar sua representação de mundo.

A **TR** igualmente trouxe importantes contribuições através da noção de efeitos cognitivos – acréscimo, fortalecimento, enfraquecimento e apagamento de suposições – e a forma como eles impactam o ambiente cognitivo das pessoas. Por fim, devem ser mencionadas as noções de comunicação forte e fraca e implicaturas fortes e fracas, à luz da manifestabilidade – afinal, segundo a TR, a manifestabilidade é uma questão de grau. Assim, pela comunicação forte e implicatura forte entende-se que uma suposição em especial é aquela pretendida pelo falante, aquela que ele de fato deseja tornar mutuamente manifesta – ao ponto de que, sem essa implicatura, o enunciado perderia sua relevância. Por outro lado, muitas vezes, na comunicação, as pessoas desejam tornar manifestas ou mais manifestas algumas ou várias suposições; não há, por hipótese, uma suposição específica que se queira comunicar, mas diferentes suposições podem preencher o gap entre o enunciado e a interpretação, sem que isso prejudique a troca – aspecto tratado no modelo a partir da noção de impressão. A **TR** tem se mantido como um importante modelo que busca dar conta da comunicação em geral, mas privilegiando aspectos de natureza racional. Contudo, como vimos, com a TCNT, Costa (2002, no prelo, 2005a, 2008<sup>188</sup>) problematiza a pretensão da TR em tornar a comunicação racional como a instância, como representativa da comunicação geral. O autor também questiona as noções de custo e benefício, mostrando-as heterogêneas, além de tratar da noção de intenção como podendo ser alterada e acomodada online, no decorrer da troca comunicativa.

Outro modelo do qual estamos nos valendo é a **TICG**, que foi proposto também como uma forma de procurar dar conta de aspectos inferenciais da comunicação, com especial foco nas implicaturas conversacionais generalizadas, aquelas que não dependem de contextos específicos, mas de convenções gerais sobre a conversação. Contudo, embora a proposta traga uma importante contribuição descritiva tendo em vista a série de fenômenos de natureza especialmente linguística que aborda, propositadamente negligenciou qualquer compromisso de caráter explanatório, pois declaradamente não se compromete com qualquer princípio cognitivo que explique as suas heurísticas. A **TICG**, de certa forma, sofre do mesmo mal que a TIG, a saber, não localiza no cérebro os primitivos dos quais depende para funcionar, embora, ao contrário de Grice, Levinson já dispusesse de uma grande quantidade de progressos nas áreas da cognição, o que torna sua negativa um tanto estranha. Grice, além de não dispor de tais avanços, tinha outro foco, a saber, contemplava aspectos referentes à filosofia da linguagem para desenvolver a TIG – embora ambos interessem-se

---

<sup>188</sup> Em comunicação pessoal, na disciplina de Semântica, segundo Motta (2008).

pela linguagem natural e pela comunicação inferencial. A **TICG** igualmente está voltada para uma abordagem de um ponto de vista apenas racional da geração de inferências, seguindo a tradição dos modelos anteriores. A noção de significação *default*, contudo, é de extrema utilidade, como vimos na apresentação da **TICG/TD**.

Embora a **TCNT** tenha sido apresentada por Costa (2002, no prelo, 2005a) como um modelo alternativo aos anteriores, através da Metateoria das Interfaces, a proposta pode ser conectada a eles a fim de oferecer tratamento para aspectos que ou foram excluídos pelos demais modelos ou foram, ao ver de Costa, inadequadamente abordados – cada vez mais devido à compreensão de que o objeto é construído. Mais recentemente, Costa sistematizou a **TD**, valendo-se dos fundamentos que propôs para a **TCNT**, em especial, os de caráter explanatório. Para fins deste trabalho, nós articulamos as propostas, conforme os preceitos da Metateoria das Interfaces. Daí estarmos utilizando o rótulo **TCNT/TD**.

Através dessa interface, no nível dos fundamentos, Costa pode dar conta de aspectos que ele questionou tanto na elaboração da **TCNT** como no desenvolvimento da **TD**. Na TR, Costa questiona a noção de relevância enquanto maior benefício e menor custo apenas; além de problematizar as noções de custo e de benefício como algo homogêneo e unicamente de natureza racional. Dessa forma, traz para dentro do modelo e propõe a modelagem para inferências que considerem como benefício aspectos emocionais ou que possam ter no baixo custo igualmente um benefício.

Um dos fatores mais importantes licenciados pela **TCNT**, sem dúvida, foi a simplificação da interface Semântica/Pragmática, especialmente ao excluir a necessidade metodológica do terceiro nível da explicatura, na TR; e da interpretação *default*, na **TICG**. Note-se que Costa não exclui o fenômeno, mas o reanalisa, propondo que seja tratado como inferências de natureza semântica não apenas os aspectos sugeridos por Grice, na **TIG**, como a desambiguação e atribuição de referência, mas que fossem também incorporadas as implicaturas convencionais da **TIG/TIGA** e as implicaturas conversacionais generalizadas da **TICG**, deixando para as inferências pragmáticas apenas aqueles conteúdos gerados a partir de contexto – informações contextuais tópicas.

Na **TCNT/TD**, essas informações recuperadas seriam tratadas no nível do dito implícito, e uma de suas vantagens seria a simplificação, a economia do dito – e sem que sua recuperação envolva cálculos pragmáticos. Outra vantagem do construto refere-se à oferta de um tratamento mais amplo das inferências na comunicação. Costa sugere que se abordem, na comunicação, também as inferências de natureza lógica, inclusive as da dedução natural, além das indutivas e as abduativas; e, não menos importantes, as inferências de natureza linguística, contemplando desde as fonológicas até às pragmáticas – todas elas recairiam sob o escopo do rótulo inferências multiformes. Essa seria uma das formas de se desenvolver uma investigação que contemple a linguagem humana enquanto objeto complexo, constituído por aspectos de diferentes naturezas, daí exigindo uma abordagem inter e intradisciplinar.

Através da **TCNT/TD**, é também possível dar conta, inclusive, da seleção de contexto, ligada à acessibilidade prevista pela TR, trazendo uma forma mais natural para modelar a escolha desse

contexto a partir da noção de condições iniciais – um emprego de perspectiva molecularista – sem contar a grande contribuição de uma retórica pragmática, de natureza inferencial, para o tratamento de inferências fruto da interferência da forma nos conteúdos das mensagens. Assim, passa também a ser possível mostrar que a forma das expressões interfere nas derivações, igualmente na parte emocional de um diálogo, reorientando as trocas, gerando, inclusive, por vezes, a necessidade de se atualizar intenções, tendo em vista o direcionamento da comunicação; assim, foi possível mostrar que não apenas aspectos de natureza racional orientam as trocas comunicacionais.

Adotamos a TCNT e a TD, e as articulamos com os demais modelos, pois acreditamos que assim teremos um construto metodologicamente mais forte para dar conta explanatória e descritivamente do fenômeno comunicação inferencial, permitindo uma abordagem mais rica de fenômenos antes excluídos por outras abordagens, mas que não podem mais ser negligenciados tendo vista, em especial, dois aspectos: os grandes e importantes avanços em psicologia e neurociência, por um lado, e a Metateoria das Interfaces, por outro. Uma ressalva, a relevância continua valendo, mas deixa de ser tomada como princípio mais elementar, papel que cabe agora ao princípio da conectividade não-trivial, como forma de dar conta, de justificar, por que usamos a linguagem, a capacidade para a linguagem, que temos – ou seja, somos seres de conexão.

Ao desenvolver a TIGA, Costa (1984) propôs a noção de implicatura encadeada, mostrando que uma implicatura pode, ao virar contexto, gerar outras implicaturas. Viégas-Faria (2003), por sua vez, aproximou essa ideia da noção de implicatura fraca da TR. Outro avanço a respeito das investigações das inferências deve-se, em especial, a Silveira (1997), quando a autora distinguiu duas dimensões para as inferências, a saber, **inferências intrínsecas (internas)** e **extrínsecas (externas)**. A autora o fez investigando a comunicação tomando como *locus* uma novela – nesse objeto, as inferências intrínsecas referem-se àquelas processadas entre os personagens, já as extrínsecas são aquelas processadas pelo telespectador virtual. No caso desta tese, as inferências intrínsecas são aquelas realizadas pelos sujeitos trazidos pela notícia, já as extrínsecas são as realizadas pelos leitores virtuais.

Vanin (2012, p. 200) caracteriza muito bem a construção de modelos articulados. Embora ela tenha afirmado os aspectos abaixo sobre o seu construto, que envolve outros modelos, nada impede que adotemos essa posição para o nosso trabalho:

Esse construto visa a dar consistência aos elementos teóricos envolvidos, bem como **ser coerente na descrição e explicação da emergência do objeto complexo**. Nesse sentido, a busca por Relevância pode ser vista também de forma metateórica se considerarmos que as relações delineadas nessa nova interface carregam um comprometimento por relevância ótima: **ao invés de criar soluções a partir do ponto de vista das próprias abordagens – correndo o risco de se criar explicações *ad hoc* – a interface aproxima aspectos teóricos que já são consistentes em seus argumentos, gerando um equilíbrio de menor esforço e efeitos positivos**. Desse modo, além de a seleção dos elementos que devem constituir o construto intra e interdisciplinar ser guiada por relevância, a própria interface é otimamente relevante e, portanto, sustentável para explorar o nosso objeto complexo. (VANIN, 2012, p. 200, grifo nosso).

Esse objeto complexo, em se tratando da comunicação humana, não apenas tem um caráter inferencial com base em dois níveis metodologicamente definidos, a saber, o dito e o implicado, mas ele é também tratado como sendo não mais apenas influenciado pelo racional, agora igualmente pelo emocional, enquanto parte da natureza humana, considerando-se uma perspectiva evolucionista – conforme vimos na seção 3.6, em especial, pelo trabalho de Strey (2011).

Na prática da comunicação, nossas interações são ricas em efeitos de significação e complexas do ponto de vista da argumentação – em especial, no que tange às inferências envolvidas na construção dos processos comunicativos. Sob essa perspectiva, analisemos os aspectos referentes à escolha da eleição presidencial norte-americana de 2000.

Como vimos, trata-se de um evento que gerou um debate, portanto, um diálogo, trocas conversacionais que se reorientavam quase que instantaneamente e envolviam, em especial, diferentes discursos, a saber, o político e o jurídico – tradicionalmente marcados pelo atrito, pela necessidade de persuasão. Grosso modo podemos identificar o debate entre democratas e republicanos como tendo começado já no início da noite do dia 7/11/2000, dia da votação e tendo sido resolvido com a eleição de George W. Bush no dia 12 de dezembro de 2000, quando o Supremo Tribunal determinou que as recontagens parassem, e que o resultado previamente certificado fosse aceito como oficial – em 20 de janeiro de 2001, George W. Bush assume a presidência dos Estados Unidos.

Antes de mais nada, é importante ressaltar que o debate, enquanto evento da realidade, é muito mais complexo do que as análises que faremos vão mostrar. Dessa forma, não se pretende e, na verdade, nem há como fazer uma análise exaustiva do mesmo. Se considerado como um objeto concretamente constituído, ele é o que Costa denomina de poço metafísico – lembremo-nos que para muito menos, um slogan apenas, o teórico aplicou a mesma definição.

Além do mais, o debate não foi acompanhado apenas nos Estados Unidos, mas pelo mundo inteiro; sem contar que, por exemplo, no caso da revista TIME, ela foi lida por falantes de inglês com domínios do idioma diferentes e, cada indivíduo, inclusive em solo americano mesmo, caracteriza-se pelo que Sperber e Wilson (1995) denominaram de ambientes cognitivos diferentes, afinal, cada um tem suas habilidades de memória, de percepção, de conhecimento enciclopédico, e, inclusive, de domínio do idioma<sup>189</sup> – mesmo em se tratando de falantes nativos. Isso, segundo os autores, acaba redundado na construção de representações diferentes e, dependendo disso, inclusive, em um processamento diferente das suposições que entretém – contudo, não tão diferentes a ponto de as pessoas criarem desavisadamente sua própria versão do debate. Elas podem variar em termos de metarrepresentações, por exemplo, se achavam o que ocorria justo ou injusto.

Dos vários trabalhos empregando teorias inferenciais, em um aspecto, este se aproxima do defendido por Silveira (1997). A autora investigou uma novela, evento comunicacional que se estendeu por meses – no caso, muito mais longo do que este por nós tomado como *locus* de

---

<sup>189</sup> Afina, o inglês pode ser língua materna, segunda língua ou língua estrangeira.



investigação. Silveira (1997, p. 215) deixa claro, e seguimos seu exemplo metodológico, que a proposta aqui é a de “sistematizar inferências práticas, salientando que a determinação completa de tais inferências não está em jogo, nem o modo como elas são processadas pela mente humana”. Interessa-nos modelar o processamento, e não dizer que a mente funciona assim, muito menos resolver o debate.

O debate entre republicanos e democratas, mesmo recuperado a partir dos textos jornalísticos, configura-se como um objeto altamente dependente de contexto, riquissimamente marcado pelo encadeamento de aspectos que se desenrolaram espacial e temporalmente. Em outras palavras, ele se apresenta e se desenvolve obedecendo a uma certa sequência, de fato, é orientado por ela, uma vez que segue os desdobramentos dos acontecimentos que o constituem. Além disso, o debate é caracterizado e perpassado por uma lógica interna que lhe é própria e lhe dá, inclusive, com os demais elementos contextuais, sua identidade. E é graças a tal lógica, que o evento pode ser seguido por quaisquer indivíduos – sempre, é claro, considerando as particularidades, e em graus diferentes, dos mesmos, conforme já salientamos.

De fato, o que jornal faz é também apresentar o debate da forma mais completa que pode, pois, completo mesmo, só o debate propriamente dito, mas ele seria algo impossível de ser acompanhado. O que o jornal faz é uma espécie de reconstrução linguística do evento. Assim, mesmo apesar das diferenças entre os indivíduos que acompanharam o debate, ele pode ser seguido e compreendido por tantas pessoas diferentes em contextos igualmente tão diferentes. E aqui nos valem da mesma justificativa de Silveira (1997) para a investigação que fez da novela. Embora a autora tenha trabalhado apenas com a TR, e nós estejamos trabalhando com uma articulação de modelos, em última instância, o que interessa é a investigação de como as pessoas recebem **p** e, além do conteúdo de **p**, inferem **q**. Afinal, diz a autora, “o que a Teoria da Relevância [ou qualquer construto bem articulado] diz é que os mecanismos, e não os indivíduos são os mesmos no processamento de informações”. (SILVEIRA, 1997, p. 217, acréscimo nosso).

Assim, através do debate entre republicanos e democratas pretende-se mostrar a plausibilidade do construto TIG/TIGA-TR-TICG-TCNT/TD, ilustrando seu potencial lógico-cognitivo através de sequências inferenciais retiradas – do discurso jornalístico – das reportagens veiculadas em cinco edições da revista TIME. O propósito final será o de descrever e explicar como se dá a compreensão espontânea de inferências práticas, intrínsecas ao debate – não estando, em jogo como já foi dito, a determinação completa das mesmas, já que, como bem lembra Silveira (2003, p. 384), “pode haver interpretações distintas, ou pelas diferenças individuais na compreensão, ou pela adoção de outros enfoques teóricos”. Assim, a seguir, apresentamos a aplicação do construto.

#### 4.3 APLICAÇÃO DO CONSTRUTO TIG/TIGA-TR-TICG-TCNT/TD

Neste capítulo, iremos aplicar o modelo. Inicialmente, localizaremos, antes de cada análise, o tópico em questão naquele momento a fim de se ter o contexto mínimo necessário onde as

informações serão processadas. É claro que o debate entre eles foi muito mais complexo do que apresentado aqui, contudo, enfatizamos que não pretendemos interpretá-lo muito menos resolvê-lo.

Realizaremos, então, a aplicação do construto em determinados trechos, quais sejam, aqueles que melhor se mostrem significativos para permitir a identificação dos implícitos. A primeira análise, será feita com a aplicação de cada modelo separada e sucessivamente: após mostrar o que um modelo pode fazer, serão levantados os seus pontos fracos, e acrescido o outro modelo, mostrando-se como essa articulação enriquece os esclarecimentos sobre o fenômeno, tanto do ponto de vista explanatório quanto descritivo.

Ao final da aplicação do construto ao primeiro diálogo, os demais serão analisados a partir da ratificação e da plausibilidade da proposta. Por fim, embora não seja o objetivo principal deste trabalho, nada impede que possamos fazer algumas considerações sobre os discursos que no serviram de *locus* para a investigação a que nos propusemos. Iremos tratar o inglês e o português como idiomas transparentes, a não ser que algo exija as diferenciações.

#### 4.3.1 Primeiro Diálogo entre Gore e Bush

Tomemos o primeiro telefonema entre Gore e Bush na madrugada do dia 8/11/2000 – dia imediato ao da votação. Como vimos, trata-se do momento em que a grande maioria dos estados americanos já havia fechado seus resultados, e tudo apontava para o estado da Flórida como sendo o decisivo, não pelos votos da população propriamente ditos, mas pelo número de votos do Colégio Eleitoral – conforme visto na seção 4.1. Naquele momento, Gore e Bush estavam praticamente empatados, e, dos estados que ainda estavam contando os votos, a Flórida tinha um número de eleitores no Colégio Eleitoral suficiente para garantir a vitória de um dos candidatos – mesmo com a soma dos votos do Colégio dos estados restantes.

Embora a contagem na Flórida ainda não estivesse terminada, Gore parece acreditar que, nos votos ainda não computados, não encontrará o número necessário para vencer – afinal, com 98% dos condados apurados, Bush ainda vencia por uma margem de mais de 50 mil votos. Acreditando ter perdido a eleição naquele estado, e, portanto, a presidência; por volta das 2:30 da madrugada do dia 8/11/2000, Al Gore liga para Bush a fim de desistir da disputa – mesmo sem a oficialização dos resultados<sup>190</sup>.

##### a) Primeiro Diálogo Gore vs. Bush – TIG/TIGA-TICG

Na TIME, o diálogo entre eles foi registrado como apresentado no Trecho (1).

###### **Trecho (1)**

Gore called Bush around 2:30 a.m. to concede. "You're a good man," Bush told him. He said he understood how hard this was, and gave his best wishes to Tipper and the children (TIME, November, 20, 2000, p. 47).

---

<sup>190</sup> Oportunamente, modelaremos o raciocínio realizado por Gore que fez com que ele chegasse à conclusão de que perderia a eleição, desencadeado a ligação.

Para fins didáticos, a fim de melhor caracterizarmos o fenômeno diálogo, iremos mostrá-lo na forma clássica de turnos de fala dos interlocutores, colocamos entre aspas as falas literais; e transformamos os trechos que estavam em discurso indireto para discurso direto. A transformação de discurso indireto para discurso direto tem muito mais uma função didática a fim de representar de forma visualmente mais intuitiva a troca conversacional – o diálogo, unidade básica de comunicação.

### **Diálogo (1)**

Gore: “I called to concede”.

Bush: “You are a good man. I understand how hard this is. Give my best wishes to Tipper and the children”.

Enfatizamos que, para esta primeira análise, temos como objetivo maior ilustrar a plausibilidade do construto, mostrando como cada modelo tem muito a contribuir para elucidações sobre os processos inferenciais que ocorrem em diálogos, caracterizando igualmente a razoabilidade metodológica desta proposta – licenciada e potencializada pela aplicação da Metateoria das Interfaces Internas e Externas (2007). As demais análises servirão para ratificá-lo [o construto] e para, secundariamente, levantar alguns aspectos interessantes a respeito dos discursos jornalístico, político e jurídico.

Nesse sentido, se a comunicação, conforme proposto por Grice, consiste no reconhecimento de intenções, apenas via Modelo de Códigos, considerando a codificação e decodificação das falas, não se consegue descrever como os interlocutores se compreendem – além de, nem sempre ser possível identificar uma lógica para a conversa. Grice propôs que a lacuna entre a construção linguística de um enunciado e a compreensão do mesmo por parte do ouvinte fosse modelada por inferência, tomada por ele como a melhor alternativa para dar conta do conteúdo extra que se identifica, mas que não se pode obter por decodificação. Afinal, embora não expresso no enunciado, tal conteúdo garante não só a racionalidade da troca, mas a sua própria existência sob pena de, sem se assumir tal conteúdo, ela parecer absurda ou ilógica.

Tanto esse parece ser o caso que, tomado literalmente, o **Diálogo (1)**, na verdade, está longe de fazer sentido tanto para os interlocutores (inferências internas) quanto para aqueles que tomam consciência dele, por exemplo, os leitores do texto jornalístico (inferências externas) no qual ele foi publicado. Ou seja, tanto Bush e Gore quanto os leitores do jornal executam inferências a fim de completar tais lacunas e compreender a conversa travada entre os então ainda candidatos. Contudo, em textos jornalísticos, por vezes, o jornalista toma para si a função de explicar o que alguém quis dizer com o que disse, ou seja, por vezes, as implicaturas são explicitadas na estrutura de superfície do texto jornalístico – em outros casos, o jornalista explicita elementos do contexto do quais uma interpretação possa depender. No caso desse diálogo, em especial, não aparece comentário algum. Usamos isso como evidência para o fato de que ele (o jornalista) acredita que os leitores podem perfeitamente inferir os conteúdos que sustentariam conversacionalmente tal diálogo.

A análise a seguir inicia a partir da TIG/TIGA, proposta apresentada por Grice (1975) – retificada e ratificada por Costa (1984) através de alguns movimentos. Com base nos trabalhos de

Bar-Hillel (1952), Costa (1984) tratou do contexto como descrições-de-contexto, o qual passou a ser considerado como uma entidade linguística que não apenas forma com a sentença um par ordenado de elementos de mesma natureza, mas também passa a fazer parte do cálculo das implicaturas particularizadas como um dos passos necessários para a derivação de tais implícitos – ou seja, localiza-se o contexto agora dentro do cálculo, conforme seção 3.2, ao contrário do que fora originalmente proposto por Grice. Através de Costa, a noção de contexto é entendida e modelada como um subconjunto formado somente pelas sentenças relevantes e necessárias para a derivação. Embora o autor reconheça, de certa forma, a necessidade de uma certa mutualidade de conhecimento entre os interlocutores, ele já contesta a noção de conhecimento mútuo como sinônimo de contexto. Por fim, Costa (1984) trata da relevância como uma relação que articula todos os níveis de cooperação, por isso alçando-a a uma supermáxima ligada diretamente ao PC, a qual ele igualmente insere como um dos passos do cálculo – conforme igualmente demonstramos na seção 3.2.

As implicaturas que apresentaremos devem ser tratadas como uma forma de desenvolver as interpretações. Nada impede que outras possam ser também derivadas dependendo das habilidades perceptuais e inferenciais e do conhecimento dos interlocutores. Cabe-nos, com base na propriedade da não-destacabilidade, formatar o implícito da maneira mais plausível e mais próxima do dito, da forma léxico-proposicional que é a base sobre a qual, com a interação do contexto, são gerados os conteúdos extraliterais – no caso, da derivação de implicaturas conversacionais particularizadas – especialmente porque estamos na interface entre semântica e pragmática e interessa-nos mostrar que é do dito, das suas propriedades linguísticas, que as implicaturas são derivadas<sup>191</sup>. Analisemos a fala de Al Gore.

Emissor: Gore (G)

Receptor: Bush (B)

Enunciado: (G) **I called to concede.**

Vimos que, para Grice, a lacuna a ser considerada é aquela entre o dito e implicado, embora o autor reconheça, mesmo que não desenvolva, questões problemáticas relativas a indeterminações do dito. Para ele, a desambiguação e atribuição de referência seriam os únicos processos de recuperação de informação de elementos do contexto extralinguístico que seriam tratados no nível do conteúdo explícito, e, portanto, como conteúdos de caráter semântico; todos os demais fariam parte do não-dito, do implícito, sendo, portanto, de natureza pragmática. Dessa forma, segundo a TIG/TIGA, a expressão ‘I’ teria seu conteúdo semanticamente identificado ao se lançar mão do contexto extralinguístico, resolvendo-se, assim, a atribuição de referência do pronome que, no caso, refere-se a Gore; tudo isso sem envolver cálculos de natureza pragmática.

Segundo Grice, haveria a necessidade de desambiguação das entradas lexicais dos verbos ‘to call<sup>192</sup>’ e ‘to concede’<sup>193</sup>. Aqui o termo desambiguação está sendo tomado em um sentido mais geral.

<sup>191</sup> Fator que ancora nossa investigação na Linguística.

<sup>192</sup> <http://dictionary.reference.com/browse/call?s=t>

Como veremos, Levinson (2000) deixa desambiguação para ambiguidades sintáticas e semânticas e introduz a noção de restrição de generalidades para tratar de outros casos que envolvem mais de uma significação sem que para isso se tenha mais de uma forma lógica. Sperber e Wilson (1995), por sua vez, tratam desses e de outros fenômenos que determinam o conteúdo do dito como enriquecimentos do dito. Nessa perspectiva da TR, determinar exatamente o significado pretendido para um termo empregado na construção do dito – e para o próprio dito enquanto significado da sentença – é uma das formas de enriquecê-lo através de explicaturas. Na TCNT/TD, veremos que aspectos ligados à noção de redes semânticas e à de uma semântica de base natural oferecem uma outra abordagem. Argumentaremos sobre a plausibilidade de cada uma quando tivermos avançado no construto.

Dos vários significados codificados para o verbo ‘to call’, o dicionário online Dictionary.com lista alguns, tais como ‘to cry out in a loud voice; shout’, ‘to command or request to come; summon’, ‘to ask or invite to come’, ‘to communicate or try to communicate with by telephone’, etc. Segundo Grice, se se está supondo que o emissor deseja ter seu comportamento tomado como sendo comunicativo-cooperativo, procurando, portanto, ser o mais lógico, racional e cooperativo possível; e se se está supondo que o receptor, por sua vez, assume que o emissor está tentando ser lógico, racional e cooperativo, pois este estaria observando padrões gerais que governam a comunicação para poder inferir a intenção informativa específica de tal ato do emissor, pode-se, então, supor que, para o verbo ‘to call’, o melhor significado codificado, dos disponíveis, é ‘to telephone’.

O mesmo vale para a desambiguação, segundo a TIG/TIGA, do verbo ‘to concede’. No dicionário online Dictionary.com, ‘to concede’ tem as seguintes entradas codificadas: (i) ‘to acknowledge as true, just, or proper; admit’, (ii) ‘to acknowledge (an opponent's victory, score, etc.) before it is officially established’, (iii) ‘to grant as a right or privilege; yield’ e, por fim, (iv) ‘to make concession; yield; admit’. No caso, o significado codificado em (ii) é o que se mostra mais adequado, tendo em vista o curso, a direção da comunicação. Na TIG/TIGA, até este momento, estamos nos processamentos inferenciais sob o escopo da semântica; na TICG, estaríamos em uma pragmática pré-semântica; na TR, estaríamos na pragmática, no nível da explicatura; na TCNT/TD, estaríamos em uma semântica, mas metodologicamente determinada por outras condições – a partir da relação dito explícito e dito implícito (e, nesse caso, a seleção do melhor significado para o verbo ficaria por conta das condições iniciais).

Assim, após identificar o referente do pronome e desambiguar o verbo ‘to call’ no sentido de ‘telefonar’, e o verbo ‘to concede’ no sentido de ‘admitir uma derrota antes de ela ser oficialmente reconhecida’, tendo em vista o contexto, o PC e as máximas, o significado da sentença ainda não parece suficiente, em especial, no que diz respeito à questão da quantidade de informação. É importante lembrar, conforme vimos através do levantamento teórico, que o PC griceano atua em uma esfera de interface com aspectos sociais da comunicação, compartilhando, portanto, propósitos comunicativos. É por isso que as pessoas podem então esperar que seus interlocutores irão falar de

---

<sup>193</sup> <http://dictionary.reference.com/browse/concede?s=t>

forma adequada em relação ao tópico da conversação, serão verdadeiros, suficientemente informativos e claros. E, caso um desses critérios seja violado ou não observado, o interlocutor, respaldado pelo PC, pode partir em busca de conteúdos extraliterais, os quais satisfarão as expectativas que foram (aparentemente) frustradas no nível do dito.

Sendo esse o quadro, Bush, orientado pelas expectativas descritas pelo PC e pelas máximas, estaria licenciado a partir em busca de algo que garanta a racionalidade e a lógica da troca conversacional – ou seja, a partir em busca de um conteúdo extra, não codificado, de uma implicatura que melhor satisfaça tais expectativas. Assim, podemos supor como algumas implicaturas possíveis da fala de Gore, tendo em vista o cálculo abaixo, já adaptado segundo a TIGA de Costa (1984), e o contexto, já construído como um dos passos do cálculo, algo como o que segue.

Contexto<sup>194</sup> (descrições de contexto):

c<sub>1</sub> – Gore e Bush estão disputando as eleições presidenciais.

c<sub>2</sub> – Gore e Bush estão praticamente empatados no Colégio Eleitoral.

c<sub>3</sub> – Gore e Bush são os únicos candidatos com reais condições de vencer a eleição.

c<sub>4</sub> – A Flórida é o estado que vai decidir a eleição.

c<sub>5</sub> – Bush está com 50.000 votos a frente de Gore.

c<sub>6</sub> – 98% dos condados já fecharam os resultados.

c<sub>7</sub> – O resultado final da eleição na Flórida, nem a nacional, não foi oficialmente publicado.

c<sub>8</sub> – Em uma disputa para um cargo de presidente, apenas um pode ser o vencedor (conhecimento enciclopédico).

q<sub>1</sub> +> Desisto da eleição.

Implicatura Conversacional Particularizada por Quebra da 1ª Máxima da Quantidade

A disse **p**

A ofereceu menos informação do que o requerido

A sabe que B sabe que C {c<sub>1</sub>, c<sub>2</sub>, c<sub>3</sub>, c<sub>4</sub>, c<sub>5</sub>, c<sub>6</sub>, c<sub>7</sub>}

A só será relevante afirmando **p** se pretender que B pense q<sub>1</sub>

A não cancelou q<sub>1</sub>

A disse **p** e implicou q<sub>1</sub>

Na TIG/TIGA, ainda não há uma diferenciação mais detalhada a respeito de como o contexto é escolhido e de quais são as fontes de tal contexto, além da sugestão de Costa de que o contexto empregado já é um recorte de um contexto potencialmente maior. Por exemplo, no nosso exemplo, há informações que são obtidas pelo conhecimento de mundo, pela situação na qual se encontravam, naquele momento os interlocutores (c<sub>1</sub>-c<sub>7</sub>), e pelo conhecimento enciclopédico (c<sub>8</sub>). Como vimos, outra inovação trazida por Costa (1984) através da TIGA foi a noção de implicatura encadeada. Implicaturas podem dar origem a outras implicaturas, fortalecendo as anteriores, tornando-as mais relevantes. Após terem sido derivadas, elas também passam a fazer parte do conhecimento que os interlocutores entretêm, podendo, inclusive, funcionar como uma espécie de alargamento do contexto

<sup>194</sup> A opção pelo contexto apresentado é oriunda do recorte/resumo do evento tal como apresentado na seção 4.1 e aquele mínimo necessário, tudo conforme previsto por Costa (1984).

para futuras derivações – tal como exemplificado através de  $q_2$ ,  $q_3$  e  $q_4$  a seguir. Novas derivações podem continuar a ser feitas, tudo depende da inserção de novos contextos – ou, nas palavras de Sperber e Wilson, de novas premissas implicadas.

Aqui vale uma ressalva importante. Viégas-Faria (2003) trata as implicaturas encadeadas como implicaturas fracas<sup>195</sup>. Para a autora, apenas a implicatura que garante a comunicação ou uma concomitante – aquela realizada em diferentes contextos, mas paralelos –, poderia ser tratada como uma implicatura forte. Por ora, não faremos essa relação, mantendo simplesmente a noção de implicatura encadeada tal como foi proposta por Costa (1984) na TIGA – ou seja, sem a implicatura anterior, a próxima não poderia ser derivada. Voltaremos a essa questão.

$q_2 \rightarrow$  Perdi a eleição.

Implicatura Conversacional Particularizada *Standard* ( $q_1$  foi gerada por quebra,  $q_2$  apenas torna  $q_1$  o mais relevante possível).

A disse **p**

A está cooperando

A sabe que B sabe C {  $q_1, c_1, c_2, c_3, c_4, c_5, c_6, c_7, c_8$  }

A só será relevante afirmando **p** se pretender que B pense  $q_2$

A não cancelou  $q_2$

A disse **p** e afirmou  $q_2$

$q_3 \rightarrow$  Reconheço você como o vencedor da eleição.

Implicatura Conversacional Particularizada *Standard* ( $q_1$  foi gerada por quebra,  $q_2$  torna  $q_1$  o mais relevante possível,  $q_3$  torna  $q_2$  o mais relevante possível).

A disse **p**

A está cooperando

A sabe que B sabe C {  $q_1, q_2, c_1, c_2, c_3, c_4, c_5, c_6, c_7, c_8$  }.

A só será relevante afirmando **p** se pretender que B pense  $q_3$

A não cancelou  $q_3$

A disse **p** e afirmou  $q_3$

$q_4 \rightarrow$  Você é o novo presidente eleito dos Estados Unidos.

Implicatura Conversacional Particularizada *Standard* ( $q_1$  foi gerada por quebra,  $q_2$  torna  $q_1$  o mais relevante possível,  $q_3$  torna  $q_2$  o mais relevante possível,  $q_4$  torna  $q_3$  o mais relevante possível).

A disse **p**

A está cooperando

A sabe que B sabe C {  $q_1, q_2, q_3, c_1, c_2, c_3, c_4, c_5, c_6, c_7, c_8$  }

A só será relevante afirmando **p** se pretender que B pense  $q_4$

A não cancelou  $q_4$

A disse **p** e afirmou  $q_4$

Como foi possível observar, embora Gore tenha quebrado intencionalmente a 1ª máxima da categoria da Quantidade, oferecendo através do seu enunciado menos informação do que o requerido,

---

<sup>195</sup> Sentimo-nos à vontade para comentar tais aspectos, mesmo neste momento inicial da análise, tendo em vista já terem sido apresentados e discutidos na fundamentação teórica.

ainda assim, Bush não trata tal enunciado como descartável. Temos evidência disso pela própria reação linguística de Bush à fala de Gore – inclusive, em momento algum, por exemplo, Bush pede a Gore que se explique. Assim, segundo a TIG/TIGA, tendo em vista o PC e as máximas, acreditando que Gore esteja cooperando e sendo o mais relevante possível – ou seja, acreditando na relevância pragmática do dito de Gore, de uma fala que quebra a 1ª máxima da Quantidade –, Bush, a partir do significado da sentença, parte em busca do significado do falante, no caso, da implicatura. Esse conteúdo satisfaria a comunicação tendo em vista a falta de mais conteúdo codificado.

A continuidade das conversações também é um ótimo critério para avaliarmos se as implicaturas apresentadas são adequadas – ou, no mínimo, possíveis. Para tanto, analisemos a resposta de Bush para Gore a fim de igualmente verificarmos plausibilidade da implicatura que sugerimos. Tendo em vista que demonstramos os processos semânticos griceanos na fala de Gore, da fala de Bush trataremos apenas daqueles que geram inferências e questões novas para discussão. Para fins metodológicos, abordaremos separadamente cada enunciado que compõe o enunciado maior. Dado que igualmente o cálculo já foi demonstrado, a identificação dos implícitos e do contexto será simplificada.

Emissor: Bush (B)

Receptor: Gore (G)

Enunciado: (B) **You are a good man. I understand how hard this is. Give my best wishes to Tipper and the children.**

Mais uma vez, aplicando a TIG/TIGA, é preciso realizar as identificações de referência, no caso dos pronomes ‘you’, ‘I’ e ‘my’, e as desambiguações, em especial, no caso do adjetivo ‘good’. Na resposta de Bush, o referente de ‘you’ é Gore; para os demais ‘I’ e ‘my’, é o próprio Bush. Para o adjetivo ‘good’, o dicionário online Dictionary.com apresenta sugestões como: (i) ‘morally excellent; virtuous; righteous; pious’, (ii) ‘satisfactory in quality, quantity, or degree’, (iii) ‘of high quality; excellent’, (iv) ‘right; proper; fit’, (v) ‘well-behaved’, etc. Seja como for, das opções, tendo em vista o PC, as máximas, o comportamento do emissor, a intenção, todos os aspectos que mencionamos para a análise do primeiro enunciado, aqui, embora o receptor possa escolher, dos significados codificados, algo como ‘morally excellent’, ‘virtuous’ ou ‘righteous’, a implicatura não é tão fácil de ser identificada como no primeiro caso.

Reiteramos: exatamente o que realmente Bush quis dizer com o que disse, talvez, nem mesmo ele saiba<sup>196</sup>. Interessa-nos avaliar o construto teórico. Vejamos, inicialmente, apenas algumas implicaturas a partir do trecho sublinhado que corresponde à primeira parte do enunciado de Bush.

Emissor: Bush (B)

Receptor: Gore (G)

(B) **You are a good man. I understand how hard this is. Give my best wishes to Tipper and the children.**

---

<sup>196</sup> Isso ficará melhor explicado quando lançarmos mão de noções da TR, tais como manifestabilidade, implicaturas fracas e comunicação fraca.



Contexto (descrições de contexto):

$c_1$  – Gore desistiu da luta pela presidência (suposição adicionada ao contexto mutuamente compartilhado por Bush e Gore através do enunciado de Gore e obtida por implicatura  $q_1$ ).

$c_2$  – Gore telefonou para Bush a fim de falar-lhe pessoalmente sobre a desistência.

$c_3$  – Gore comunicou a desistência, reconhecendo Bush como vencedor, antes mesmo dos resultados oficiais tanto da Flórida quanto nacionais.

$c_4$  – Ser bom significa ser correto, nobre. (conhecimento de mundo)

$c_5$  – Antes de comunicar à nação a sua concessão, Gore comunicou-a a Bush, que era o maior interessado.

$c_6$  – Ligar para um adversário que o derrotou demonstra uma atitude de consideração e respeito, de generosidade. (conhecimento de mundo)

$c_7$  – Reconhecer a derrota para seu adversário é um algo louvável, nobre. (derivado de  $c_6$ )

$c_8$  – Perder é doloroso. (conhecimento de mundo, mais  $c_6$  e  $c_7$ )

$c_9$  – São as pessoas fortes que enfrentam situações adversas, dolorosas.

$c_{10}$  – Pessoas boas são admiráveis.

$q_1 \rightarrow$  A sua atitude é nobre.

Implicatura Conversacional Particularizada por quebra da máxima de Relação e da 1ª máxima da Quantidade

A disse **p**

A ofereceu menos informação do que o requerido

A sabe que B sabe que C  $\{c_1, c_2, c_3, c_4\}$

A só será relevante afirmando **p** se pretender que B pense  $q_1$

A não cancelou  $q_1$

A disse **p** e implicou  $q_1$

Pelo encadeamento, podemos igualmente derivar outras implicaturas, como  $q_2 \rightarrow$  ‘Você é um homem generoso’. Trazendo para o contexto  $q_1$  e  $q_2$ , mais  $c_6$ , podemos derivar algo como  $q_3 \rightarrow$  ‘Ao ligar para seu adversário, nessas condições, você colocou o agir corretamente acima de seus sentimentos’, que poderia gerar, de  $q_1, q_2, q_3$ , mais  $c_6$  e  $c_7$ ,  $q_4 \rightarrow$  ‘Você é um homem admirável’, que, a partir de  $q_1, q_2, q_3, q_4$  mais  $c_8$  e  $c_9$ , algo como  $q_5 \rightarrow$  ‘Você demonstrou ter consideração por mim, mesmo sendo seu adversário’. Como podemos identificar, essas implicaturas encadeadas, segundo a TIGA, caracterizam-se por serem conversacionais *standard*, tornando as anteriores mais relevantes, conforme previsto pela teoria. Assim,  $q_1$  gera  $q_2$  por Implicatura Conversacional Particularizada *Standard* ( $q_1$  foi gerada por quebra,  $q_2$  apenas torna  $q_1$  o mais relevante possível). A geração de  $q_3$  poderia ser modelada como:

**Contexto (tratado na TR como premissas implicadas):**

$q_2 \rightarrow$  Você é um homem generoso.

$c_6$  Ligar para um adversário que o derrotou demonstra uma atitude de consideração e respeito, de generosidade. (conhecimento de mundo)

**Implicatura (tratada na TR como conclusão implicada):**

$q_3 \rightarrow$  ‘Ao ligar para seu adversário, nessas condições, você colocou o agir corretamente acima de seus sentimentos’.

Já a geração de  $q_4$  poderia ser tratada da seguinte forma – note-se que agora  $q_3$  passa a ser uma premissa.

**Contexto (tratado na TR como premissas implicadas):**

$q_3$  +> ‘Ao ligar para seu adversário, nessas condições, você colocou o agir corretamente acima de seus sentimentos’.

$c_7$  – Reconhecer a derrota para seu adversário é um algo louvável, nobre. (derivado de  $c_6$ ).

$c_{10}$  – Pessoas boas são admiráveis.

**Implicatura (tratada na TR como conclusão implicada):**

$q_4$  +> ‘Você é um homem admirável’.

Seja como for, aqui Bush mais parece estar fazendo um comentário, um elogio; mais expressando solidariedade de uma forma cordial do que dando para Gore uma informação. Essa resposta de Bush, de certa forma, coloca em discussão algumas questões a respeito das implicaturas e do fato de elas terem que estar ligadas à informatividade, especialmente nos moldes da TR. Tomar a fala de Bush, na condição de resposta à fala de Gore, através da qual este informa que está desistindo da disputa, como uma informação que Bush quer dar a Gore a respeito do que (Bush) pensa sobre ele (Gore) seria, no mínimo estranho. Ou seja, como veremos, nos termos da TR, talvez  $q_3$ ,  $q_4$ ,  $q_5$ , ... não fossem implicadas no sentido forte – talvez por isso possam ser tratadas como implicaturas fracas, embora possíveis.

Gore nem pensaria nisso, afinal, não lhe interessa naquele momento saber o que Bush pensa sobre ele. Entretanto, um silêncio da parte de Bush, além de não ser cooperativo, seria rude. Na verdade, independentemente do que Bush possa dizer, o fato é que, dada a situação, há uma expectativa de resposta, seja ela qual for – embora também não dentro de um vale tudo, em que qualquer coisa sirva<sup>197</sup>. Há uma expectativa de cordialidade, de solidariedade até – mesmo que não seja, como diríamos, algo genuíno, honesto da parte de Bush. Há um preenchimento de um certo protocolo da situação comunicativa mais do que da troca de mensagens linguísticas propriamente ditas.

Assim, a resposta de Bush só estará sendo relevante se o que ele disser tiver valor de uma espécie de elogio, de uma atitude de reconhecimento em tendo em vista a atitude de Gore. Quanto ao fato de Bush acreditar que Gore é um bom homem e ao fato de Gore acreditar que Bush disse aquilo, pois acredita no que disse, ou seja, quanto a essas inferências, embora elas possam ser modeladas dentro da noção de implicatura, veremos que o construto oferece alternativas descritiva e explanatoriamente mais interessantes – embora sejam úteis, pela TR, as noções de implicaturas fortes e fracas, comunicação forte e fraca; e pela TCNT/TD, as noções da noção de conectividade, da interatividade e da inserção das emoções e da polidez no cálculo de implícitos.

---

<sup>197</sup> Como veremos, segundo a TCNT/TD, as noções de condições iniciais e condições finais mostram-se importantes para explicar a orientação do diálogo e como ou se o mesmo funciona – devido à fraca, porém importante, previsibilidade que esses limites procuram estabelecer.

A análise anterior sugere um contexto, digamos, mais neutro, em que dois homens estão civilizadamente resolvendo e comentando uma situação<sup>198</sup>. Contudo, como vimos, Viégas-Faria (1999, 2003) traz a noção de implicaturas concomitantes. Um mesmo enunciado, em um contexto diferente, pode dar origem a implicaturas diferentes. Um exemplo de implicaturas concomitantes foi dado anteriormente: de um enunciado que diz que Gore venceu a votação nacional, um brasileiro e um norte-americano necessariamente não derivariam as mesmas implicaturas. Para o brasileiro seria certo que Gore teria vencido a eleição, pois, no Brasil, ganha a eleição quem recebe o maior número de votos da população. Para o norte-americano não é necessário, pois quem ganha a eleição é aquele que recebe a soma do maior número de votos dos colégios eleitorais dos estados.

Iremos agora um pouco mais longe no exercício teórico. Suponhamos que Gore tenha tomado como contexto a nossa sugestão acima: aquela que mostra Bush sendo um homem correto e consciente do que seja disputar, vencer uma eleição e lidar com a desistência de seu adversário. Essa perspectiva, a qual chamaremos de **não-narcisista**, seria o que normalmente se poderia esperar de um homem adulto, de um político sério. Assim, assumimos que foi nesse contexto que Gore interpretou a primeira parte do enunciado de Bush.

Contudo, suponhamos uma segunda perspectiva, a qual chamaremos de **narcisista**. Embora ela seja aqui um mero exercício, ela não pode ser descartada – defenderemos isso mais adiante, através da análise do segundo telefonema de Gore a Bush naquela madrugada e de um trecho da reportagem que narra esse fato. Assim, por exemplo, em um contexto em que Bush acredita que Gore, ao declarar-se fora da disputa, está facilitando o desfecho da eleição, beneficiando-o [Bush], é como se Gore estivesse deliberadamente fazendo algo bom para o próprio Bush. Assim, Bush pode implicar um agradecimento pela atitude de Gore, algo do tipo ‘Obrigada por estar concedendo tão cedo e por me tê-lo dito’, ‘Você está sendo bacana comigo’. Trazendo para o contexto uma suposição de que a desistência de algo geralmente facilita as coisas para alguém, nesse sentido, Bush poderia implicar ‘Fico grato, por facilitares as coisas para mim’. Como é possível verificar, foi a criação de contextos que viabilizou as duas propostas – aspecto que reforça a declaração de Costa de que **é o contexto o fator que dá objetividade à inferência**.

Além disso, esse caso ilustra uma das propriedades das implicaturas identificadas por Grice, a saber, a da indeterminabilidade. Para ele, o cálculo de uma implicatura pode referir-se a uma lista aberta de implícitos, aumentando a dificuldade de uma identificação mais precisa – o que não necessariamente prejudicaria a comunicação, nem significa a ausência de uma implicatura, embora, na verdade, satisfaça um movimento comunicativo. Assim como apresentamos uma perspectiva **narcisista** e **não-narcisista**, poderíamos, inclusive, supor uma terceira alternativa que chamaríamos de **altruísta**, segundo a qual Bush diz que Gore é um bom homem, pois, em um contexto em que Bush está preocupado com a união da nação, afinal, foram meses de uma campanha eleitoral que revelou um país dividido ao extremo, a concessão traria paz e uma direção para o país que enfrenta,

---

<sup>198</sup> Aqui as noções de acessibilidade e de custo/benefício da TR são extremamente úteis para explicar por que um contexto parece mais plausível do que o outro.

além desse, problemas das mais variadas naturezas, implicando algo do tipo ‘Você fez algo excelente para seu país’ – lembremo-nos da propriedade da indeterminabilidade das implicaturas.

Seja como for, como vimos, segundo Russell, não só a linguagem natural é vaga, como a economia que a vaguidade traz é uma das propriedades mais importantes na comunicação. Isso pode ser visto na discussão de Costa, na TCNT, sobre princípios como o da retificabilidade, o da dinamicidade e, em especial, o da economia (seção 3.5 desta tese). Como Costa mostrou, o significado, na interface com a pragmática, caracteriza-se pela indeterminação; estamos, portanto, tratando de línguas – construtos sociais – que têm no par expectativa-satisfação um dos aspectos que pode muito bem valer-se justamente dessa vaguidade.

Além do mais, o falante só se compromete com o seu dito, os implicados, em especial esses mais difíceis de serem identificados, ficam a cargo do ouvinte. O conselho de Margareth Thatcher a respeito de ser evasivo para poder evitar a mentira é uma forma de traduzir tal fenômeno linguístico-comunicacional-inferencial. Ou seja, a vaguidade e a conseqüente relação com as inúmeras possibilidades de interpretação são características essenciais da comunicação – devem, portanto, ser da alçada de um construto pragmático.

Como dissemos, um dos critérios para corroborar que há uma resposta, um retorno a esse movimento comunicativo é, sem dúvida, a continuidade do diálogo – na verdade, no segundo diálogo entre eles. Assim, as inúmeras possibilidades vão sendo restringidas na continuação da conversa – só saberemos se Bush foi narcisista ou não, ou até mesmo altruísta, na continuidade. Até o momento, estamos trabalhando com essas possibilidades. Embora Grice tenha tratado da indeterminabilidade, em especial no que diz respeito às metáforas, nada impede que estendamos esse fenômeno para adjetivos (já que, no caso, parece ser o adjetivo ‘good’ quem dá margem às diferentes interpretações), afinal, em ambos os casos estamos tratado de predicções, e a outros termos – conforme veremos quando tratarmos da TR no que tange aos enriquecimentos pragmáticos tipo implicatura. Continuemos a análise da fala de Bush.

Ao dizer ‘I understand how hard this is’, Bush, ao usar o adjetivo ‘hard’ implica perceber, reconhecer que aquilo pelo qual Gore está passando é algo ruim, desolador. A expressão ‘this’ pode tanto ser um dêitico quanto um anafórico. Se se referir ao fato de Gore ver-se obrigado a desistir, no caso, à implicatura gerada pelo dito de Gore, trata-se um anafórico. Caso refira-se a aspectos contextuais específicos daquele momento – as contagens estavam em 98% concluídas e a vantagem de Bush era de mais de 50 mil votos, obrigando Gore a desistir da disputa, ou seja, o motivo pelo qual Gore desistiu, trata-se de um dêitico. A TR, através da noção de acessibilidade, explica que uma opção pode ser mais relevante do que a outra, tudo dependendo de qual delas geraria mais efeitos cognitivos pelo menor esforço – até porque ambos podem ser fracamente implicados no sentido de que nada obriga uma ou outra opção.

Assim, a partir desse enunciado, Gore está autorizado a inferir algo como ‘Você está fazendo algo difícil, e eu reconheço isso’. E, trazendo para o contexto, através de conhecimento de mundo, que pessoas que fazem coisas difíceis são pessoas consideradas fortes, então, é possível inferir algo

como ‘Através da sua atitude, você está se mostrando uma pessoa forte’. Voltando à TIG/TIGA, Bush está falando sobre algo ser difícil, e coisas difíceis geralmente não são boas – aqui teríamos uma inferência semântica, fruto do conhecimento que os falantes têm da língua, algo que, como veremos, pode ser modelado como uma ICG.

Segundo Costa<sup>199</sup>, é possível saber o significado de uma proposição sem saber nada sobre ela – ou seja, as proposições podem ter um sentido independentemente de contextos, antes de serem atualizadas em enunciados – Costa modela isso na TCNT/TD a partir de uma semântica comunicacional, à luz de redes semânticas, com base em significados estáveis e convencionais – enraizados na mente das pessoas. Como temos visto, isso não é suficiente para a compreensão de enunciados em LN para fins comunicacionais. Se é possível entender um certo significado a partir do léxico e da ordem gramatical, a determinação do que o falante quis dizer com o que disse é sim, mas não apenas, fruto de aspectos semânticos. Nesse contexto, são cruciais igualmente as relações desse conteúdo semântico com aspectos de natureza pragmática, cujo protagonista é o contexto.

Por fim, Bush encerra sua fala dizendo ‘Give my best wishes to Tipper and the children’. ‘Best wishes’ pode tanto significar ‘mandas lembranças’, inclusive ‘parabéns’. No caso, esse último significado, se se assume que Bush está cooperando e sendo relevante, tendo em vista o contexto, seria o último pretendido – a não ser que estivesse sendo irônico, pois, dar parabéns à família de alguém que perdeu uma disputa da monta de uma eleição para presidente, seria, no mínimo, uma ironia a serviço da crueldade. Na verdade, a melhor hipótese seria algo como desejo de mandar lembranças, afinal, quem está passando por um momento difícil, conforme é implicado pelo segundo enunciado da fala que estamos analisando, não quer permanecer nele, por hipótese. Bush deseja ‘Best wishes’ para ‘Tipper and the children’. Pelo conhecimento enciclopédico, Tipper se refere à esposa de Gore. Contudo, ao falar ‘children’, Bush quebra a 1ª máxima da Qualidade, pois, em 2000, o filho mais novo de Gore tinha 18 anos e a mais velha 27, logo os filhos de Gore não podem ser considerados crianças.

Assim, Gore, supondo que Bush está sendo relevante e, portanto, cooperativo, pode imaginar que ele esteja se referindo, por implicatura, aos seus (Gore) filhos de maneira atenciosa – uma forma de implicar que se importa com a família de seu adversário. Reiteramos: tratar esse aspecto simplesmente ou primordialmente como informação mostra-se complicado, daí a relevância de assumirmos o construto, quando veremos a inclusão de aspectos como polidez e emoções. Dessa forma, ao mandar lembranças à família, ou a pessoas próximas de Gore, é possível inferir que Bush quer implicar que reconhece que essas pessoas, a família de Gore, estão também passando por um momento difícil, estão sofrendo juntamente com Gore por vê-lo triste – afinal, ele desistiu da eleição presidencial, ou melhor, sentiu-se obrigado a fazê-lo, seja como for, não venceu.

Strey (2011) defende que, dependendo de como uma pessoa se sente, ela pode interpretar um mesmo enunciado de formas diferentes. Nessa mesma linha, dependendo de como uma pessoa se

---

<sup>199</sup> Em comunicação pessoal (Curso de Semântica, 2002).

sente, ela igualmente irá produzir seus enunciados de maneiras diferentes. Ao sentir-se praticamente vencedor da eleição, Bush tornou-se mais propenso a falar com seu adversário em um tom paternal, acalentador. Algo que bruscamente vai mudar quando Gore novamente ligar para Bush – agora em circunstâncias completamente diferentes, conforme veremos na análise do segundo diálogo.

Como é possível observar, a fala de Bush está muito mais relacionada a atitudes de cordialidade e polidez – esperadas, inclusive, em situações como essa – do que de veiculação de informação propriamente dita<sup>200</sup>. Seja como for, tendo em vista a continuidade da fala de Bush, tudo parece corroborar nossa proposta não-narcisista. Entretanto, apresentamos a visão narcisista por dois motivos: primeiramente para mostrarmos como o contexto interfere nessa base proposicional; em segundo lugar, porque, como veremos através do segundo contato telefônico entre Gore e Bush, naquela mesma madrugada, a visão não-narcisista pode ser perfeitamente cancelada, nos termos da TR, e a visão, a leitura narcisista da fala de Bush passa a ser plausível – ou, igualmente nos termos da TR, fortalecida.

Independentemente da perspectiva, somente com o construto, em especial, a partir da adoção da TCNT/TD, alguns aspectos mais ricos sobre a resposta de Bush podem ser identificados e melhor modelados, como veremos mais adiante, especialmente porque aqui, algumas implicaturas mais parecem ser inferências de natureza emocional. Não é que elas não possam ser apreendidas pelos modelos, mas não são fatores puramente racionais e informativos que caracterizam esse diálogo – por isso, apenas a TIG/TIGA não parece ser a melhor alternativa de tratamento. A identificação de implicaturas dessa natureza pode envolver outros aspectos que são mais adequadamente modelados através da TR e, em especial, com as contribuições da TCNT/TD.

Pela TR, auxilia-nos especialmente o fato de que é o receptor que seleciona o contexto, além das noções de implicaturas fracas, de comunicação fraca e do fato de que elas comunicam impressões – afinal, a TR, como vimos, abre mão explicitamente da questão das emoções. Já a TCNT/TD auxilia-nos devido à possibilidade de tratar inferencialmente alguns aspectos que se mostram ligados a/dependentes de emoções, tanto pelo princípio da conectividade não-trivial e da interatividade, quanto pela possibilidade de modelar, via a Metateoria das Interfaces, aspectos relacionados a emoções e polidez, corroborando a proposta de que não é apenas de informatividade que vive o cérebro/mente, bem como a comunicação. Discutiremos essa questão mais adiante.

Por fim, uma outra contribuição da TIGA foi mostrar que Bush não precisaria saber da desistência de Gore para entender o significado do enunciado – ou seja, nem tudo depende de conhecimento mútuo no sentido forte do conceito. Bush ficou sabendo disso no curso da comunicação. Assim, aspectos mais específicos quanto à seleção de tal contexto passam a exigir e a merecer uma explicação mais plausível do que aquela licenciada pela TIG/TIGA – a suposição da

---

<sup>200</sup> Contudo, sabemos que supor tais formas de satisfação da troca pode ser complicado – pelo menos dentro do construto tal como ele se encontra. Ao trazermos a TR para construto, procuraremos ver como, através de conceitos como comunicação forte e fraca e implicatura forte e fraca, é possível oferecer um tratamento para tal troca. Além disso, com a TCNT/TD, através das noções de conectividade e interatividade, igualmente podem ser feitas, acrescidas/articuladas observações interessantes.

redução a apenas um subconjunto de conteúdos necessários, feita por Costa na TIGA foi sem dúvida um grande avanço, contudo, como se chega a essa seleção ainda carece, nesse modelo, de explicações. Para tanto, precisamos avançar no construto, seguindo as contribuições trazidas pela evolução metodológica dos modelos.

Como vimos, a suposição de que há regras que governariam a conversação, a saber, o PC e as máximas, mais o contexto, determinando o comportamento do emissor, seria suficiente para que se pudesse descrever inferencialmente os conteúdos extras que sustentariam a racionalidade de tal troca que, de outra forma, soaria conversacional, semântica e comunicacionalmente absurda. Contudo, a importância do construto é a de, ao nos valermos dos avanços dos modelos, podermos ir além no que tange à quantidade e à natureza de aspectos descritos relacionados aos implícitos e à plausibilidade das explicações propostas.

Embora reconheçamos que, no nível dos fundamentos, nem todas as questões estejam resolvidas, ainda assim, como pretendemos demonstrar, a articulação dos aspectos possíveis nos dá um ganho importante quanto à extensão da descrição e uma força maior quando se trata das questões explanatórias – e esse não é um ganho metodológico forçado, afinal, não só a noção de inferência, como forma de modelar o conteúdo extra, está presente em todas as propostas, mas também todas elas assumem a inferência como universal – embora, conforme veremos, Costa, na TCNT/TD, traga um recorte metodologicamente mais específico. Antes, porém, de acrescentarmos aspectos explanatórios, através da TR, iremos agora ver as contribuições que a adoção da TICG, desenvolvida por Levinson (2000), traz para o construto e para esclarecimentos sobre o fenômeno em questão.

Uma das críticas que Sperber e Wilson (1986, 1995) fizeram a Grice refere-se ao tratamento dispensado à abordagem do dito – no caso, à precariedade de tal tratamento. Para os autores, internamente, o dito, na condição de conteúdo explícito, também carece de complementações e enriquecimentos<sup>201</sup>, os quais são, segundo Sperber e Wilson (1995), de natureza pragmática – e tratados através da noção de explicatura. Ou seja, em se considerando a interface entre Semântica e Pragmática, esses aspectos seriam da alçada da Pragmática.

Levinson (2000), como vimos, assim como Sperber e Wilson, também criticou Grice nesse sentido, mas mais especificamente no que diz respeito ao papel da implicatura conversacional generalizada. Através da TICG, o autor igualmente discutiu a necessidade de complementação do dito, mas, para tanto, assumiu outros compromissos: propôs uma reformulação da interface, gerando um terceiro nível, o qual seria suprido por uma espécie de pragmática pré-semântica que, embora dependa de informações extralinguísticas, essas não se referem, para serem identificadas, a aspectos contextuais específicos, mas a condições gerais sobre o uso da linguagem. Costa explica isso ao dizer que, depender de contexto não é a mesma coisa do que depender de contexto particular.

Com a TICG, Levinson acredita ter identificado uma certa categoria de inferências, as quais ele determinou como sendo *default*, ou seja, não dependentes de elementos específicos de contexto e,

---

<sup>201</sup> Enriquecimentos tais que envolvem, além da desambiguação e atribuição de referência, aspectos como o preenchimento do material elíptico, interpretação de expressões vagas, indeterminações ilocutórias, etc.

portanto, gerais, mas necessárias o suficiente para terem que ser recuperadas sob pena de a representação semântica levar a interpretações equivocadas – daí uma pragmática que atua na semântica para que a pragmática da variação possa ser aplicada. No momento, alguns fenômenos que na TIG/TIGA são tratados como semânticos, na TICG são tratados como pragmáticos, embora contribuindo para uma pré-semântica – seja como for, contribuindo para o dito. As IGCs de Levinson, na TR, correspondem, de certa forma, às explicaturas, por serem dependentes de contextos – na TR não há essa diferença entre contexto particular e contexto não-particular. Conforme veremos, na TCNT/TD, os fenômenos identificados por Levinson serão mantidos, mas tratados como semânticos apenas. Seja como for, por ora, a pragmática está cada vez mais forte e a semântica menos expressiva em termos de identidade. Isso é um problema, segundo Costa (2002, no prelo), já que a interface é com a LN, envolvendo, portanto, uma semântica, carecendo, assim, de esclarecimentos.

Segundo Levinson, o fato de tais inferências, apesar da sua generalidade e de operarem na constituição do dito, poderem ser canceladas é critério suficiente para argumentar que elas seriam sim de natureza pragmática, muito embora atuem primeiramente na semântica para a determinação das condições-de-verdade – outra questão problemática. Como vimos, para Costa, a SCV não faz interface com a pragmática, pois, embora mesmo tendo sido sugerido por Strawson, segundo Costa não é natural uma conexão direta entre condições-de-verdade e intenções, uma vez que a intencionalidade está em outro nível. A determinação das condições-de-verdade é para avaliar a validade dos argumentos, e não para resolver problemas de comunicação, defende o autor.

No caso do diálogo em análise, vejamos como são modelados alguns desses enriquecimentos. Iniciemos com a determinação do referente. Em Grice, seria um conteúdo semântico; em Sperber e Wilson, uma explicatura, um conteúdo genuinamente pragmático; na TICG, seria uma IGC, uma inferência *default* do tipo I – mas um conteúdo tratado dentro de uma pragmática que alimenta uma pré-semântica. Estamos, primeiramente, fazendo uma análise empregando a TIG/TIGA e a TICG, pois, embora tratem de aspectos inferenciais, não o fazem a partir de princípios cognitivos enraizados na cognição humana, tal como a TR e, posteriormente, a TCNT/TD.

A TICG é, contudo, importante para o nosso construto, pois modela um aspecto, embora identificado por Grice, não totalmente desenvolvido por ele, a saber, a implicatura conversacional generalizada. Contudo, a teoria faz mais, torna esse rótulo mais robusto, pois amplia a gama de fenômenos que recairiam sob esse escopo, os quais surgiriam a partir da configuração de palavras e sentenças, e do estabelecimento de conteúdos proposicionais, em condições de ausência de circunstâncias especiais. Na TCNT/TD, Costa (2005a) acomoda tal fenômeno dentro de uma categoria de inferências que serão metodologicamente descritas como sendo de natureza semântica, responsáveis por tornar o dito econômico e rico<sup>202</sup>. Além disso, essa manobra metodológica volta a

---

<sup>202</sup> Econômico, pois ele não precisam aparecer na estrutura; e rico, pois ampliam e influenciam na determinação do significado dos enunciados.



simplificar a interface que foi partida originalmente por Levinson – e, de certa forma, por Sperber e Wilson. Voltemos à análise da fala de Gore, agora com a contribuição da TICG.

(G) **I called to concede.**

ICG – Heurística I – I +> ‘I’ refere a Gore.

Na fala de Gore, há especialmente dois aspectos que podem ser abordados como inferências *input*: a identificação do referente e a restrição de generalidades – no caso, ambos podendo ser tratados através do princípio I. Segundo essa heurística, na falta de indicação contrária, formas não marcadas devem ser interpretadas de maneira estereotípica. Não há nenhuma indicação – nem metodológica nem prática – para que Bush interprete o pronome ‘I’ como não se referindo a Gore. Isso também é verdade tendo em vista a interpretação das entradas lexicais, a saber, os verbos ‘to call’ e ‘to concede’. Assim, dado que, uma pessoa não precisa dizer aquilo que pode ser tomado como assumido, e dado que existe, em Levinson, essa pragmática pré-semântica, que orienta a determinação de conteúdos semânticos, a generalidade de tais verbos é restringida por ICGs do tipo I – levando, estereotipicamente às interpretações ‘telefonar’ e ‘admitir que se perdeu uma disputa’. Essa questão é melhor recortada, do ponto de vista explanatório, na TCNT/TD através das noções de condições iniciais e de redes semânticas.

Solucionado o enriquecimento do dito, agora, a partir das contribuições da TICG, vejamos como fica a aplicação da primeira parte do construto, inclusive com a identificação da implicatura particularizada. À luz, de Grice (1975)<sup>203</sup> e de Costa (1984), TIG/TIGA; e à luz de Levinson, TICG; temos a parte do construto que nos dá a riqueza descritiva dos implícitos – tanto no nível dito quanto no nível do implicado – tanto no nível de inferências *input* quando no nível de implicaturas particularizadas. Assim, para a compreensão desse enunciado, foram identificados conteúdos a partir de inferências ICGs, do tipo I, que orientaram a determinação de informações do dito.

A continuidade da análise pode seguir perfeitamente o que foi modelado acima: a obtenção da implicatura conversacional particularizada pode ser descrita a partir da quebra da 1ª máxima da Quantidade, pois, em se assumindo que houve comunicação, apesar da violação, supõe-se a observação ao PC, e, portanto, que esse dito é pragmaticamente relevante. Igualmente, mantém-se a identificação de outras ICPs encadeadas, através do alargamento do contexto, essas do tipo *standard*, que fortalecem e corroboram o significado do falante que é recuperado. Essa parte do construto, com a TIG/TIGA, mais as contribuições da TICG, sem dúvida, se mostrou eficiente para modelar a fala de Gore, tomando o enunciado proferido por ele como evidência de sua intenção.

Reiteramos: a vantagem do construto está na identificação e na descrição da natureza de diferentes implícitos, em especial, a daqueles que, embora Grice tenha identificado, deixou sem um tratamento mais rigoroso. Ainda com o ônus de uma interface com três níveis, é possível identificar inferências que não dependem de contextos específicos daquelas que dependem. Há ainda problemas

---

<sup>203</sup> A TIG, embora seja de base mentalista, afinal trata de intenção, não é de base cognitivista. Aspecto que complica a sua plausibilidade explanatória.

quando à natureza (se semântica, se pragmática) das ICGs, mas já há um avanço descritivo. Faremos, agora, a mesma aplicação dessa parte do construto para a fala de Bush. Iniciamos, contudo, a partir dos enriquecimentos do dito, daí iniciarmos pela TICG, buscando a identificação das ICGs; pois, agora, dispomos de uma proposta mais completa para dar conta da forma como Grice pensava a complementação das lacunas do dito. É claro que a TICG ainda apresenta algumas dificuldades, mas, como veremos, podem ser metodologicamente tratáveis.

(B) You are a good man. I understand how hard this is. Give my best wishes to Tipper and the children.

O enunciado de Bush também carrega algumas ICGs tipo I. Vejamos, primeiramente, aquelas que não geram maiores problemas – embora persista a questão do critério para tratá-las, afinal, como semânticas ou pragmáticas. A identificação de referentes é uma delas. Nos casos de ‘you’, referindo-se a Gore, e ‘I’, referindo-se a Bush, temos uma busca dêitica. No caso de ‘my’, a referência é Bush, contudo, aqui temos o exemplo de uma anáfora, mas, mesmo assim, continua sendo uma inferência I, pois há uma preferência de referência local – muito embora Levinson (1995) reconheça que essas interpretações, ou seja, as ligações anafóricas, são feitas parcialmente com base no conhecimento enciclopédico, ou seja, dependem também do conhecimento enciclopédico. Para ele, nesses casos, o que existe seria uma heurística geral que seria algo do tipo “não postule mais entidades do que necessário, e preferencialmente faça ligações localmente”.

A segunda ICG não problemática, a princípio, seria a restrição de generalidade do substantivo ‘man’, igualmente a partir da heurística I, levando à inferência estereotípica de ‘pessoa’. Contudo, a descrição proposta pela TICG enfrenta problemas ao ter seu aparato teórico empregado para a determinação da ICG a partir do adjetivo ‘good’, por exemplo. Outro problema é a inferência possível a partir de um acarretamento, gerado pela escala do adjetivo ‘hard’ significando ‘difficult’.

**(B) You are a good man. I understand how hard this is.**

ICG – Heurística Q

Q +> Gore não é um ótimo homem. Implicatura escalar a partir de ‘good’.

Q +> Bush não sabe quão difícil isso é. Implicatura escalar a partir de ‘know’.

||- Bush entende quão fácil é isso. Acarretamento a partir de ‘hard’.

Vejamos, inicialmente, as escalas. Segundo Levinson (2000), a partir do enunciado de Bush, haveria outras ICGs, essas agora geradas a partir da heurística Q, que faz a identificação do significado a partir das escalas. Como vimos, Levinson adotou as escalas de Horn; de acordo com a proposta, usar o termo mais fraco significa não poder afirmar o mais forte. A partir dessa análise, dada uma escala do tipo <great, good, regular, bad>, o fato de Bush ter optado por usar, de dentro dessa escala, o termo ‘good’, tendo o termo ‘great’ igualmente disponível, indicaria que Bush não teria propositalmente usado ‘great’ para não falar algo que considerasse falso.

Assim, pela proposta de Levinson, Bush não pode afirmar que Gore seja ‘a great man’, sob pena de quebrar a categoria da Qualidade e ser falso, no caso uma clara violação do PC griceano –

daí ter optado por ‘good’. Até porque, se o adjetivo ‘good’ é obtido a partir do substantivo ‘goodness/bondade’ se está tratando de uma pessoa de alma nobre e generosa, inclinada a fazer o bem e o que é certo, independentemente das consequências para si, essas propriedades não se aplicariam a uma pessoa cujo determinante seja o adjetivo ‘great’.

Uma pessoa ótima não traduz tais qualidades. Segundo o dicionário de tradução Linguee, ‘a great person’ é alguém importante, maravilhoso e fantástico – ou seja, não está incluído no significado de ‘great’ as propriedades que Bush pretendia, não, pelo menos, tendo em vista a atitude de Gore – a de desistir, pessoalmente, da eleição, mesmo sem a oficialização da sua derrota. Reiteramos, não estamos dizendo que essa implicatura escalar tenha, na verdade, sido pretendida, apenas estamos mostrando as consequências de se aceitar a escala de um ponto de vista puramente teórico<sup>204</sup>. **Costa, em vários momentos, chama a atenção para o fato de que, se por um lado a teoria não pode ser regida pela realidade, por outro, não lhe pode ser alheia.**

Ao aplicar a TCNT, Menna Barreto (2003), estudando inferências *input*, no caso, as ICGs, ressalta que nem todas as inferências – em especial as semânticas – necessariamente tenham que ser processadas – ou, nos termos de Costa (2005), tenham que ser atualizadas. Segundo Menna Barreto (2003, p. 117), a satisfação de um diálogo, ou seja, a compreensão entre os interlocutores, como é o caso que estamos analisando, “requer a implicatura particularizada, e não a generalizada, pelo menos não na mesma intensidade”. Isso significa que, sem a implicatura particularizada, o diálogo não se sustentaria, pois é ela a maior responsável pela identificação de intenções que garantem as trocas conversacionais<sup>205</sup>.

Por fim, ainda tratando das escalas, vejamos uma empregando o adjetivo ‘hard’, no sentido de difícil. Criando uma escala do tipo <muito difícil, difícil, fácil>, igualmente teríamos ICGs estranhas. A primeira seria a de que Bush entende que o que Gore está passando não é muito difícil, pois nega o termo mais alto, mas o mais estranho é o significado por acarretamento, de que isso seja fácil.

Costa (2005a) levanta alguns problemas quanto a essa análise com base em escalas. O primeiro aspecto complicado refere-se à proposta de Levinson para explicar os significados pretendidos para, no caso, os termos ‘good’ e ‘hard’; o segundo diz respeito, em especial, no caso da heurística Q, à natureza, à origem e à determinação do limite das escalas. Afinal, não há nada que explique essa seleção, pois a escala não gerou a implicatura prevista, pois, como vimos, Levinson não se compromete com nenhum princípio de natureza cognitiva. Vargas (2012, p. 52), investigando as ICGs, sugere que as implicaturas escalares “nem sempre são ativadas toda a vez que o/um item escalar mais fraco é utilizado, mas são, pelo contrário, ativadas pelo contexto” – o contexto pode tornar algumas ICGs irrelevantes. Nesse sentido, a proposta de Costa (2005) a respeito das redes semânticas e de uma semântica convencional enraizada na cognição, embora não resolva totalmente

<sup>204</sup> Vargas (2012) defende que as implicaturas escalares não podem ser *input*, pois são dependentes de contexto. Para a autora, no que tange ao teste do cancelamento, as implicaturas-I parecem ser mais imunes a ele.

<sup>205</sup> Contudo, nada impede que implicaturas generalizadas possam ser usadas para dar origem a implicaturas particularizadas.

a questão da natureza dessas inferências, embora as localize nas ISs, explica por que essas exclusões podem ocorrer.

Como vimos, Levinson sugere o uso da máxima de relevância griceana – mas não conforme Sperber e Wilson – para justificar a exclusão de implicaturas incoerentes. Para resolver as implicaturas I, Levinson propõe que a seleção da melhor interpretação está relacionada ao conhecimento enciclopédico sobre o domínio que irá nortear essa interpretação (por que essa teria sido selecionada e as demais descartadas?). Contudo, seja como for, ainda assim, fica-se sem uma explicação para a escolha. Queremos manter sim o insight de Levinson: as ICGs são importantes, desempenham um papel relevante na comunicação, através da noção de significado *default* – de interpretações preferenciais –; afinal, não se pode negar que as pessoas inferem baseadas em expectativas gerais sobre como a linguagem é geralmente usada. Trata-se, portanto, de um fenômeno próprio da linguagem natural, importante para a Linguística e crucial para a comunicação – especialmente dada a forma como Costa modela o uso *default* da LN na TCNT/TD.

Quando se está tratando de adjetivos, está se tratando com atribuição de predicação, um dos aspectos que Levinson relaciona à restrição de generalidades. O que significa ser uma ‘boa pessoa’ e ‘[uma situação] difícil’? Para Levinson, se não ocorrer uma restrição pragmática de predicados semânticos gerais, as proposições expressas correm o risco de serem tão gerais ao ponto da vacuidade. Essa consideração demonstra, mais uma vez, que Levinson parece confundir o que de fato acontece quando um emissor fala com a modelagem do fenômeno. Reiteramos: queremos manter o fenômeno, mas revisar a modelagem.

Voltamos, portanto, ao argumento de Menna Barreto (2003) sobre as inferências *default*: embora possam perfeitamente ser realizadas, não necessariamente essas inferências se atualizam – especialmente em casos como esses em que a inferência pragmática mostra-se mais relevante para a satisfação do ato comunicativo – repetimos, são importantes, mas não na mesma intensidade. Além do mais, como vimos, o argumento de Costa para casos como esses está no fato de receptor poder excluir da mensagem várias situações que, embora compatíveis, não refletem a intenção do emissor: “o uso informativo de uma expressão exclui de maneira negativa as outras expressões simplesmente porque a escolha significa que aquela era a pretendida pelo emissor, e não as demais” (MENNA BARRETO, 2003, p. 119). Esse aspecto é, de certa forma, abordado pela TR, quando Sperber e Wilson afirmam que é do receptor a escolha do contexto. É de responsabilidade dele igualmente as derivações que se faz.

Enunciar ‘You are a good man’, em um contexto em que uma pessoa faz uma doação; age de acordo com algo correto, porém difícil; age de forma adequada, desejável; tudo isso já pode selecionar um significado – a questão está em definir o significado pretendido e os efeitos que a nuance escolhida gera. Segundo Wilson (2003, p. 274) “o conceito comunicado pelo uso de uma palavra geralmente difere daquele codificado”; há, portanto, ajustes – e desde Grice se sabe e se modela isso.

Costa (2005a) defende que esse ajuste é online, podendo inclusive ser anterior à implicatura propriamente dita. Para o autor, conforme veremos na TCNT/TD, mas, já adiantamos, o ouvinte, ao escolher um termo, exclui não apenas outros termos, exclui inclusive aqueles da própria escala, e também possíveis denotações daquele mesmo termo. Mais uma vez: a falta de um princípio de natureza explicativa que selecione a interpretação pretendida torna difícil justificar a explicação de Levinson. Seja como for, o que está em jogo é a identificação do significado codificado/denotado de uma palavra e seu papel para a contribuição do estabelecimento do significado pretendido pelo falante quando usada em enunciados, como bem colocam Wilson e Carston (2007).

A aplicação da TIG/TIGA-TICG, nessa troca entre Gore e Bush, é esclarecedora em vários aspectos, considerando-se a identificação de referentes, elementos elípticos, desambiguações e ajuste de certos significados. No caso de Gore, mostra, após a realização de algumas inferências preferenciais, como, contextualmente, o enunciado do candidato democrata, mesmo violando a 1ª máxima da Quantidade – oferecendo menos informação do que o requerido – é capaz de comunicar sua desistência de forma tão contundente, e direcionar Bush a encontrar tal intenção, através de uma ICP. Por outro lado, igualmente após a realização de algumas inferências preferenciais, Bush consegue, também a partir de uma ICP, mas contando com a indeterminabilidade das implicaturas, violando a máxima de Quantidade, dar uma resposta a Gore.

Embora ainda com uma aplicação parcial do construto, as noções de cooperação e relevância (mesmos ainda sem a perspectiva cognitiva, afinal, ainda estamos tratando o diálogo articulando apenas TIG/TIGA e TICG) já se mostram muito importantes na modelagem da captura de intenções via inferência. Nesse sentido, podemos afirmar que as implicaturas que identificamos são, pelo menos, plausíveis tendo em vista a arquitetura dos modelos. Segundo o PC, se os interlocutores estão falando de acordo com o tópico, que é aspecto responsável por ditar a direção ou o propósito da troca conversacional, e se estão sendo relevantes, lembremo-nos de que, na TIGA, Costa traz para dentro do cálculo a relevância, então a implicatura  $q_{Gore1}$  e as demais derivadas ( $q_{Gore2}$ ,  $q_{Gore3}$  e  $q_{Gore4}$ ), só podem ser, no mínimo, razoáveis. Ou seja, é a presunção de cooperação e de relevância, além de sistematizar julgamentos entre os níveis, conforme previsto pela TIGA, que orienta os interlocutores na realização de processamentos que envolvem, desde enriquecimentos *default* mais no nível do dito até àqueles que partem desse dito, gerando as implicaturas particularizadas que sustentam a lógica e a racionalidade da troca conversacional entre Gore e Bush que foi analisada.

Assim, até o momento foi possível, então, descrever e classificar as ICPs, através da TIG/TIGA; foi possível, ao aplicar a TICG, levantar de maneira também descritivamente mais rica algumas ICGs – apesar de alguns problemas de ordem metodológica e explanatória. Dessa forma, o construto começa a se mostrar mais interessante do que as teorias separadas. A TIG/TIGA é importante, pois garante um caráter descritivo que permite elucidar a explicitação das implicaturas que, por exemplo, a TR, de certa forma, perdeu, como poderá ser visto a seguir. Na TR, as diferentes naturezas das implicaturas conversacionais particularizadas são eliminadas, e elas ficam reduzidas a um tipo de inferência, a não-demonstrativa – as demais inferências, por exemplo, as ICGs e as

implicaturas convencionais, poderiam ser reduzidas a enriquecimentos tipo explicatura. A riqueza da descrição se perde, como poderá ser visto a seguir. Com os conceitos da TIG/TIGA e da TICG é possível distinguir naturezas diferenciadas das origens dessas inferências (das semânticas e das pragmáticas) – aspecto metodologicamente desejável. Contudo, mesmo com o construto envolvendo TIG/TIGA-TICG – e até mesmo já supondo a TR – a distinção entre as inferências semânticas e as pragmáticas ainda parece um tanto problemática. Por exemplo, as ICGs são, segundo Levinson, de natureza pragmática, mesmo não tendo a ver com contextos particulares – mas, por vezes, como vimos, dependendo muito deles –, e atuam na semântica. Contudo, por ora, tudo ainda parece ser muito mais pragmática.

Há, por um lado, aspectos, que ficaram, nessas análises, sem serem ou identificados ou adequadamente modelados, tanto no que tange à descrição quanto à explicação – a riqueza dessa troca ainda não pode ser apreciada. Alguns dos aspectos mais importantes podem ser considerados: a natureza das ICGs de Levinson ficou sem uma explicação cognitivamente plausível; a seleção do contexto, a justificativa de por que exatamente aquelas suposições foram as selecionadas; a interface entre Semântica e Pragmática, ao assumirmos a ICG, segundo Levinson, passamos a nos comprometer com uma pragmática pré-semântica<sup>206</sup> –; a seleção, natureza e origem das escalas e o significado contra intuitivo, ilustrado pelo emprego dos adjetivos ‘good’ e ‘hard’; o ajuste do significado de um determinado termo quando usado para fins comunicacionais. Salientamos como aspectos que merecem ser revistos os seguintes: o forte papel desempenhado pela informatividade, a não oportunidade de se descrever várias outras inferências, como as multiformes e, inclusive, aquelas envolvendo emoções, polidez, tom de voz – espécies de contratos de conduta comunicacional. Por fim, o momento, temos uma semântica que metodologicamente falando está fraca, ou seja, não se estabelece o que seria da sua alçada.

Além do mais, estamos nos orientando pelo PC, mas, como Sperber e Wilson bem apontaram, Grice deixou-o solto na cabeça dos interlocutores, nada é dito a respeito da natureza do PC, não havendo, portanto, como explicar de que forma o receptor de uma mensagem chega a tal implícito. Contudo, de forma alguma isso acarreta que se desconsidere ou se descarte o PC, conforme Costa (2005) discute na TCNT. As contribuições da TR vão além da troca conversacional, elas contemplam esclarecimentos sobre o ato comunicacional de uma forma mais ampla, inclusive tratando de aspectos referentes à necessidade que o ser humano tem de comunicar-se, de um ponto de vista não apenas social, mas especialmente cognitivo<sup>207</sup>.

#### **b) Primeiro Diálogo Gore vs. Bush – TIG/TIGA-TICG-TR**

Através da análise via TIG/TIGA-TICG, pudemos descrever como Gore e Bush chegaram às informações que cada um estava implicando – a partir dos ditos de cada um. Continuam valendo os

<sup>206</sup> Essa, por sua vez, ainda assumida como sendo a das condições de verdade.

<sup>207</sup> Contudo, conforme propõe Costa, o princípio da relevância não pode ser tratado como o mais elementar em termos de cognição quando se pensa em comunicação, mas, de forma alguma, merece ou deve ser descartado.

aspectos referentes à importância de um contexto certo, do reconhecimento da intenção, da identificação dos referentes e de complementações e enriquecimentos do dito – e, em especial, é claro, as noções de cooperação e de relevância. Contudo, a falta de um princípio mais geral que oriente tais escolhas – aspecto não resolvido em Grice e, muito menos com Levinson – e que justifique o preenchimento inferencial de lacunas, de diferentes naturezas, tanto as internas do dito quanto as do dito para o implicado – sem, por vezes, identificar-lhes a natureza –, deixa as propostas fragilizadas quanto à sua força explanatória e empobrecidas no que tange à descrição.

Vimos também que, embora Levinson tenha contribuído com as inferências *default*, ele complicou a interface entre Semântica e Pragmática, gerando um terceiro nível, mas resolvendo igualmente tudo mais na pragmática – essencialmente valendo-se da noção griceana de cancelabilidade, debilitando a semântica. Apesar das críticas que a TCNT/TD fazem à TR, também no que tange à natureza das inferências que complementam o dito, através de Sperber e Wilson, metodologicamente, pelo menos, a interface, na TR, mantém-se, de certa forma, ainda simplificada. Contudo, como veremos, fenômenos que, na TR, recaem sob o escopo da pragmática são trazidos para a semântica cognitiva na TCNT/TD.

Através da TR, é possível trazer uma explicação para como Bush escolheu aquele contexto – que se mostrou o mais relevante – e identificou o que Gore, queria informar e comunicar, além de descrever de forma cognitivamente mais plausível o processamento dessa recuperação. Como veremos na análise do segundo diálogo, a modelagem aqui proposta está adequada, Bush sim entendeu o dito de Gore como querendo dizer que ele desistia da eleição, igualmente respaldando as demais inferências encadeadas<sup>208</sup>. Vejamos, por ora, as principais contribuições da adoção da TR e sua articulação ao construto.

Considerando-se a questão interdisciplinar da Linguística, proposta pela aplicação da Metateoria das Interfaces (COSTA, 2007), a TR traz soluções importantes para o avanço metodológico dos estudos. Através do Princípio da Relevância, tanto o cognitivo quanto o comunicativo, a TR confere essa generalidade e força aos fundamentos do construto, pois ela emerge dos avanços oriundos de áreas como Psicologia Cognitiva e da Neurociência – além de compatibilizar, em vários aspectos, a modelagem teórica do fenômeno e o senso comum. Para Sperber e Wilson (1986, 1995), a forma como a linguagem é interpretada deve ser assumida como universal – universal, portanto, deve ser também o fenômeno das inferências. E o aspecto interessante é que, embora com isso a TR traga a plausibilidade cognitiva que faltava para explicar como a mente opera no que tange à comunicação inferencial, metodologicamente isso não nos obriga a excluir as contribuições descritivas que a TIG/TIGA e a TICG trouxeram – possibilitando a articulação dos modelos, afinal, todas tratam de aspectos inferenciais da interpretação da linguagem natural na interface Semântica/Pragmática.

---

<sup>208</sup> Apesar dos avanços, adiantamos que a adoção da TCNT/TD muito tem a contribuir para apontar outros elementos que igualmente podem ser identificados na troca entre Gore e Bush as quais, caso contrário, ou teriam uma descrição menos rica ou sequer seriam reconhecidas.

A relevância é característica cognitiva natural da mente humana que regula, seja para qual for a função biológica, o máximo de benefícios procurando dispensar sempre o mínimo de esforço. Dessa forma, pode-se dizer que ela subjaz, portanto, também ao ato comunicativo, constituindo um princípio que busca um equilíbrio na relação de custo/esforço-benefício/efeito do processamento envolvido na compreensão de uma informação – mostrando de que forma uma interpretação é selecionada em detrimento a tantas outras igualmente possíveis. Outro aspecto muito importante trazido pela TR, em especial, agora devido ao mecanismo dedutivo, responsável pelo processamento das informações, tem a ver com a adoção de outra interface externa, ou seja, mais uma contribuição interdisciplinar, além daquelas com a comunicação e com a cognição, sobre as quais o modelo se sustenta e se desenvolve, a saber, a interface com a lógica<sup>209</sup>.

Mas, como vimos, a lógica padrão não é aplicada na sua totalidade, pois os autores, por exemplo, descartam as regras de introdução, adotando apenas as regras de eliminação como genuinamente interpretativas – aspecto que, com o construto, conforme tratados por Ibaños (2008), igualmente será revisto. O fato é que, ao adotarem regras dedutivas como as que caracterizam a mente humana no processamento inferencial, Sperber e Wilson possibilitam explicar como os indivíduos, entre outros aspectos, conseguem avaliar a validade das conclusões às quais chegam e podem monitorar e aperfeiçoar seu ambiente cognitivo – sua representação de mundo –, verificando inconsistências entre as suposições que entretêm, identificando redundâncias, saindo da dúvida para a certeza, etc.

Com a TR como parte do construto, é possível resolver melhor ainda problemas oriundos da noção de contexto como conhecimento mútuo, uma vez que o contexto passa a ser uma construção **psicológica online**, a qual vai sendo formada à medida que a troca comunicacional acontece – há aspectos que são mutuamente conhecidos entre os interlocutores, mas não é disso que depende a compreensão – caso contrário, como se explica o aumento do conhecimento através da leitura de um jornal, por exemplo; como as pessoas tomam conhecimento sobre a posição de um político a respeito de um determinado assunto em um discurso, seja mantendo seja mudando seu ponto de vista, etc. Para tanto, veremos, além da solução para alguns dos problemas levantados anteriormente, as contribuições que a TR oferece para vários outros aspectos do ato comunicacional em uma dimensão mais ampla, especialmente para questões como a importância da comunicação para fins cognitivos.

Nesse sentido, são descritiva e explanatoriamente significativas as noções de ostensão, estímulo (*input*), e inferência; intenção comunicativa e intenção informativa; ambiente cognitivo e ambiente cognitivo mútuo; manifestabilidade de um fato e sua manifestabilidade mútua, acessibilidade das suposições; força das suposições; fonte das suposições; formação de um contexto online e de natureza psicológica; presunção de relevância ótima; relevância para um indivíduo; efeitos cognitivos (implicação contextual, fortalecimento, enfraquecimento e apagamento de suposições); implicaturas fortes e fracas; comunicação forte e fraca. Veremos, igualmente, a

---

<sup>209</sup> O que, com a TCNT/TD, não nos obriga a colocar a Pragmática em interface direta com a semântica das condições de verdade.



importância do papel da explicatura e da pragmática lexical – à luz da Teoria dos Conceitos *Ad Hoc*<sup>210</sup>.

Apenas relembrando a situação em que ocorreu o diálogo que estamos avaliando: na madrugada do dia seguinte à eleição, Gore, único opositor de fato a Bush na corrida pela presidência dos EUA, ligou para este por volta das 2:30 a.m., quando Bush estava na frente de uma contagem decisiva para determinar quem seria o vencedor da eleição presidencial americana, e disse que ligou para conceder. Temos, portanto, dois movimentos comunicativos de Gore: um telefonema e um enunciado.

Na TR, a comunicação de fato se estabelece a partir de um estímulo que deve ser de natureza ostensiva, ou seja, deve ser revelador de intenções. Esse estímulo deve, portanto,: (i) **chamar a atenção** do ouvinte; (ii) **conduzir a atenção** do ouvinte **para a intenção** do falante; e, por fim, (iii) **revelar** para o ouvinte **a intenção informativa** do falante. Assim, os atos de Gore, telefonar e enunciar sua fala, satisfazem tais condições. Ambos os estímulos modificaram o ambiente físico e cognitivo de Bush, atraíram a atenção deste e tornaram manifestas as intenções informativas, funcionando como pistas abertas e intencionalmente pretendidas como relevantes para seu receptor, as quais, ao serem reconhecidas, desencadearam nele o processamento de inferências na busca pelas respectivas intenções comunicativas – cada uma consistindo, até aquele momento, em um conjunto de suposições apenas manifesto para Gore. Dado que Bush atendeu ao telefonema e depois decodificou e processou inferencialmente o enunciado, pode-se dizer que os estímulos produzidos por Gore foram tratados como otimamente relevantes para merecerem atenção e esforço de processamento e para gerarem efeitos cognitivos.

Isso significa, segundo a TR, que, ao produzirem seus estímulos, tanto Gore quanto Bush, mais do que buscarem relevância máxima, buscavam relevância ótima: mais do que levar o receptor a obter mais e maiores benefícios cognitivos pelo menor esforço de processamento, tais estímulos autorizavam o receptor a presumir que eles estavam garantidos por relevância ótima, ou seja, autorizavam, davam-lhes o direito de esperarem os efeitos mais adequados sem a geração de nenhum esforço injustificável.

Assim, ao saber que Gore gostaria de falar-lhe ao telefone, Bush pode ter gerado uma série de hipóteses a respeito dos motivos de Gore para ter telefonado. As hipóteses interpretativas construídas por Bush seriam, segundo a TR, das mais às menos acessíveis – das mais às menos manifestas, conforme a configuração do seu (Bush) ambiente cognitivo, de onde emergem. Por exemplo, era mais acessível a Bush supor que Gore quisesse falar com ele algo referente à eleição – que, naquele momento, encontrava-se em uma situação muito singular –, do que pedir alguma informação sobre o tempo no Texas, de onde Bush acompanhava as apurações. Entre as hipóteses possíveis (entre as suposições acionadas), algumas são mais prováveis do que outras, e é através da noção de

---

<sup>210</sup> Embora saibamos que essa teoria faz parte de evoluções a partir da TR de 1995, modelo que adotamos aqui, resolvemos trazê-la tendo em vista as contribuições da TCNT/TD no que diz respeito à noção de redes semânticas e à forma como Costa modela a semântica dentro da sua proposta. Nesse caso, em certo sentido, ela consiste em um avanço da TR.

custo/benefício, preconizada pelo princípio da relevância, que se pode explicar não só o levantamento de hipóteses, mas a ordem de acessibilidade, a escolha de uma em detrimento das demais, e, inclusive, por que algumas sequer são cogitadas, embora possíveis.

Segundo Sperber e Wilson (1995), isso ocorre porque, na memória do mecanismo dedutivo, estão sempre as suposições – fruto de representações e derivações – mais acessíveis e acessadas e, portanto, as mais fortes em termos de certeza – mais adiante veremos que isso está relacionado à noção de valor de confirmação. Assim, embora a suposição de que ele (Bush) estava no Texas esteja manifesta para o próprio Bush, ela não fazia parte das suposições mais relevantes, e acessíveis, naquele momento em que Gore telefonou-lhe, quando se estava fazendo a contagem dos votos que decidiriam a eleição. Para um *input* ser relevante, ele deve conectar-se com um conhecimento do receptor a fim de gerar efeitos cognitivos pelo menor esforço de processamento – nesse caso, por menor esforço entenda-se também o levantamento, a identificação das suposições em relação às quais a informação nova será interpretada.

Ao ouvir o que Gore tinha a dizer, a partir da informação que foi tornada mutuamente manifesta por este através do enunciado que proferiu, Bush pode ter corroborado uma das hipóteses que levantou ou nenhuma delas. Isso ilustra, por exemplo, casos em que nos dizem que alguém quer falar conosco e, muitas vezes, pensamos algo do tipo ‘O que ele quer comigo?’. Nos termos das TR, isso significa que não conseguimos levantar uma suposição que possa ser facilmente acessível e que se conecte com informações que já entretemos a fim de obter efeitos cognitivos – há casos que precisamos colocar mais esforço a fim de procurarmos uma suposição que possa ser relevante nesse sentido; estamos, portanto, já no terreno das suposições menos acessíveis (menos manifestas).

Talvez Bush nunca fosse levantar, ou acessar facilmente, a hipótese de que seu adversário estaria ligando, antes do término da contagem e do anúncio oficial de que ele (Gore) perdera, para desistir da disputa, implicando reconhecer sua derrota, o que implicaria que Bush seria o vencedor e, portanto, o novo presidente. O efeito cognitivo produzido pelo enunciado de Gore mostrou-se relevante nos termos das TR: esse *input*, combinado com as suposições que Bush entretinha naquele momento, gerou uma implicação contextual (suposição nova), a de que Bush seria o vencedor da eleição. Igualmente, no conjunto de outras suposições de Bush, oriundas de outras fontes, de que ele (Bush) tinha sido declarado, através dos veículos jornalísticos, vencedor na Flórida, embora não confirmado, essa implicação contextual fortaleceria a conclusão que Bush vinha entretendo, outro tipo de efeito cognitivo – processo que ia, aos poucos, reformulando a representação de mundo de Bush.

Vejamos agora, mais de perto, aspectos ligados ao enunciado, à linguagem natural, propriamente dita. À luz da TR, a estrutura linguística de um enunciado apenas subdetermina o que é comunicado tanto no nível do dito quanto no nível do implicado – trata-se, digamos, de uma espécie de hiato horizontal, no dito; e de um vertical até o implicado. Embora cada enunciado tenha uma ampla variedade de interpretações, todas possíveis com a informação linguisticamente codificada,

nem todas elas ocorrem ao ouvinte<sup>211</sup> simultaneamente; sem contar que algumas podem exigir mais esforço para serem formuladas – sem que necessariamente benefícios compensadores justifiquem tal custo extra.

É, portanto, de primordial importância que o contexto seja adequadamente selecionado pelo receptor – pois, como foi dito: o contexto é o elemento que dá objetividade à inferência. Contudo, essa escolha, embora feita pelo receptor, pode ser, como dizem Sperber e Wilson (1995), prevista, e até mesmo manipulada pelo emissor. As pessoas parecem reconhecer em si mesmas e nos outros essa tendência cognitiva para a maximização da relevância dos *inputs*. Assim, uma pessoa que conheça o ambiente cognitivo de seu interlocutor tem condições de inferir quais prováveis suposições podem ser selecionadas no momento da comunicação. Em outras palavras: o falante também faz suposições a respeito do ambiente cognitivo do seu receptor. Gore e Bush vinham, há muito tempo, devido às campanhas, aos debates, ao acompanhamento por assessores, etc., aprimorando individualmente seus ambientes cognitivos, seu repertório de conhecimento de mundo – e mantinham, sem dúvida, um certo ambiente cognitivo mútuo, afinal, estavam constantemente se avaliando, em especial porque eram os principais candidatos, senão os únicos, que teriam uma chance de vencer.

Assim, quando Gore formulou seu enunciado, podemos crer que o fez de tal forma que maximizasse a relevância do mesmo, pois, segundo a presunção de relevância ótima, o comunicador configura e elabora o enunciado que irá usar para manifestar sua intenção informativa de acordo com suas habilidades e preferências. No que tange às preferências, podemos avaliar a situação de Gore da seguinte maneira. É muito diferente Gore ligar para Bush, mesmo antes da oficialização de um resultado, dizendo que desiste de uma disputa, deixando escondido numa implicatura que seu adversário (Bush) ganhou, do que ligar para esse mesmo adversário dizendo que reconhece que foi derrotado ou que reconhece que o outro ganhou. Aqui referimo-nos ao que fica explícito no dito. Gore tinha à sua disposição, no mínimo, algumas possibilidades, a questão é por que comunicar de forma a exigir um implícito quando poderia, por um menor esforço, apenas sendo necessária a decodificação, comunicar a mesma informação a Bush.

Voltemos ao enunciado propriamente dito. Bush, ao receber tal estímulo, mesmo linguisticamente tão incompleto, ainda assim crê, pelos princípios cognitivo e comunicativo, que tal enunciado lhe é relevante, ou seja, conectar-se-á com informações que ele tem representadas e disponíveis, as quais seriam, portanto, facilmente acessíveis; produzirá efeitos que sejam de seu interesse; e esse processamento exigirá dele o menor esforço para o máximo benefício cognitivo – no caso, o acréscimo de uma suposição, a derivação de outras suposições e fortalecimento de outras ainda. Se esse equilíbrio se dá, e um ou mais desses efeitos é/foi gerado, então se pode dizer que a interpretação é consistente com o princípio da relevância, ou seja, a interpretação provavelmente estará de acordo com a intenção do emissor.

---

<sup>211</sup> Se pensarmos que, com Bush, estavam outras pessoas e uma delas com tendências à teoria da conspiração, essa pessoa acessaria uma suposição de que Gore estaria preparando uma armadilha para Bush, por exemplo.

Conforme Sperber e Wilson, no que diz respeito às evidências para a constituição do processo inferencial, a linguagem verbal caracteriza-se por conteúdos de natureza proposicional, o que torna a comunicação verbal a forma mais rica de interação. Um dos aspectos que funciona como pistas para o receptor são os conteúdos das interações, pois eles são responsáveis por aumentar a manifestabilidade de determinadas proposições enquanto diminui a de outras. As entradas lexicais e enciclopédicas são especialmente importantes, pois dão acesso a uma enorme quantidade de suposições armazenadas na representação de mundo dos indivíduos, mas que, orientadas pela relevância, selecionam exata e somente aquelas para o processamento com mais efeitos por menos custo.

À luz da TR, quanto maior a necessidade de enriquecimentos no dito, mais ele precisa de inúmeras informações contextuais para se tornar uma proposição semanticamente completa – constituindo a explicatura: nível intermediário entre o expresso/dito e o inferido – o qual serve igualmente como uma das suposições contextuais a partir das quais as pessoas derivam suas conclusões (implicaturas). Segundo a TR, quanto menor a necessidade de informações contextuais, mais explícita será a explicatura; mas, não é o caso do enunciado proferido por Gore – e ainda assim sua fala foi recebida e tratada como relevante – e produziu o efeito desejado por Gore, a saber, deixar mutuamente manifesta sua intenção de tornar manifesto o fato de que ele desistira da disputa<sup>212</sup>.

Isso corrobora o fato de que, se Gore está cooperando e sendo relevante, e se ele, conforme a TR, tem condições de supor quais são as suposições necessárias que seu interlocutor deve suprir para a interpretação do enunciado, e se ele acredita que Bush tem condições de acessar fácil e rapidamente tais suposições, então seu enunciado pode ser, e o foi, breve e com inúmeras lacunas tanto no dito (mais no dito) quanto do dito ao implicado; mas, nem por isso, irrelevante (e, segundo Grice, de forma alguma não cooperativo, mesmo tendo violado, como vimos, a 1ª máxima da Quantidade).

A aplicação da primeira parte do construto, TIG/TIGA-TICG, pela descrição via quebra da 1ª máxima Quantidade, e da necessidade de ICGs, mostrou que o enunciado de Gore pode ser considerado, ao menos à primeira vista, pobre informacionalmente<sup>213</sup>. Um dos aspectos que o tornam pobre consiste na incompletude semântica, pois necessita de inúmeros enriquecimentos, não apenas para a identificação do que Gore quis dizer com o que disse, mas também no nível do dito. Há a necessidade de identificação de várias indeterminâncias, como o preenchimento de referência e de elipse, e com o estabelecimento do sentido dos verbos ‘to call’ e ‘to concede’. Além disso, igualmente quando fizemos a análise valendo-nos apenas da TIG/TIGA-TICG, vimos que, embora tenhamos selecionado um contexto relevante, não havia um princípio que explicasse de forma cognitivamente plausível a escolha daquele contexto – afinal ele é um subconjunto das suposições do ambiente cognitivo do ouvinte. O mesmo é verdadeiro para o enunciado do Bush, o qual também viola a máxima da relação e a 1ª máxima da Quantidade.

<sup>212</sup> Contudo, o contexto deixa claro que ele desistiu não por vontade própria, a favor de Bush, mas devido às evidências que tinha das circunstâncias.

<sup>213</sup> Essa noção, neste momento, ainda é complexa para que possa ser adequadamente discutida aqui. Contudo, incompletude semântica não necessariamente acarreta pobreza informacional.

A TR propõe um percurso interpretativo, algo do tipo: (i) recupera-se o significado de uma frase codificada linguisticamente (ou captada perceptualmente); (ii) elaboram-se e avaliam-se as hipóteses interpretativas (desambiguações, atribuições referenciais, suposições contextuais, implicaturas, etc.) seguindo a ordem de acessibilidade – que corresponde ao caminho de menor esforço de processamento para a obtenção dos maiores efeitos cognitivos; por fim, (iii) conclui-se o processamento quando o nível esperado de relevância é alcançado. Nesse sentido, inicialmente, o enunciado de Gore – do dito até à explicatura, depois até as inferências poderia ser modelado conforme abaixo:

#### Quadro 6 – Cálculo Dedutivo Não-trivial (TR) do 1º Diálogo

Dito: I called to concede.

Explicatura: I<sub>x</sub> called Ø to concede Ø.

Explicatura: I<sub>x</sub> [Gore] CALLED<sub>1</sub> /CALLED<sub>2</sub> [you, Bush] to CONCEDE<sub>1</sub>/ CONCEDE<sub>2</sub> [the presidential election we are disputing in the year 2000].

Explicatura: I [Gore] called<sub>1</sub> [you, Bush] to concede<sub>1</sub> [the presidential election we are disputing in the year 2000].

Onde:

[CALL<sub>1</sub> = telefonar]

[CALL<sub>2</sub> = convocar]

[CONCEDE<sub>1</sub> = reconhecer uma derrota]

[CONCEDE<sub>2</sub> = admitir algo]

[x] = pronome não interpretado I / [Gore]: por atribuição de referente à entrada lexical.

[you, Bush]: preenchimento de elipses.

[the presidential election we are disputing in the year 2000]: o que está sendo concedido por preenchimento de elipses<sup>214</sup>.

Informação Contextual Acessível (Premissas Implicadas).

S<sub>1</sub> – I [Gore] am calling<sub>1</sub> [you, Bush] to concede<sub>1</sub> [the presidential election we are disputing in the year 2000]. Explicatura

S<sub>2</sub> – Gore e Bush estão disputando as eleições presidenciais. (conhecimento de mundo/ambiente)

S<sub>3</sub> – Gore e Bush estão praticamente empatados no Colégio Eleitoral. (conhecimento de mundo/ambiente)

S<sub>4</sub> – A Flórida é o estado que vai decidir a eleição. (conhecimento de mundo/ambiente)

S<sub>5</sub> – Bush está com 50.000 votos a frente de Gore. (conhecimento de mundo/ambiente)

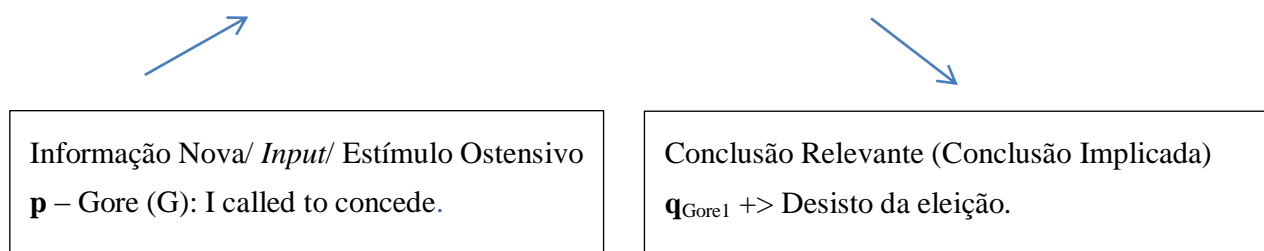
S<sub>6</sub> – 98% dos condados já fecharam os resultados. (conhecimento de mundo/ambiente)

S<sub>7</sub> – O resultado final da eleição na Flórida, nem a nacional, não foi oficialmente publicado. (conhecimento de mundo/ambiente)

S<sub>8</sub> – Em uma disputa para um cargo de presidente, apenas um pode ser o vencedor (conhecimento enciclopédico).

**Fonte:** a autora.

<sup>214</sup> Tais aspectos, atribuição de referência, preenchimento de elipses, entre outros são resolvidos a partir de referência a contexto, do qual as informações são obtidas. Contudo, não através de um cálculo que deriva as implicaturas particularizadas, ou as implicações contextuais da TR, mas daquele tipo que o próprio Grice já previra como forma de preencher as lacunas do dito.



Através do quadro acima, procuramos ilustrar em que consistiria a contextualização de **p**, do enunciado de Gore, em C, a fim de derivar  $q_{Gore1}$ , considerando o percurso proposto pelos autores. Assim, podemos supor, segundo a TR, que, para Bush, após a decodificação do enunciado de Gore, os enriquecimentos e as suposições, ou seja, as hipóteses interpretativas seriam as mais facilmente acessíveis e as que trazem mais efeitos cognitivos, sendo, portanto, justamente aquelas que ele traz à memória do seu mecanismo dedutivo e que são usadas para derivar a conclusão implicada. Como igualmente prevê a teoria, essa suposição torna-se agora mutuamente manifesta a Gore e Bush – passando a constituir o ambiente cognitivo de Bush – e, portanto, uma premissa potencial, e, até o momento, facilmente acessível para futuros processamentos. Além disso, essa conclusão, essa implicatura, acaba tendo sua relevância ratificada porque fortalece suposições que Bush obteve dos veículos de informação a respeito da alta probabilidade de ser o presidente eleito.

No enunciado de Gore, como é possível observar, há poucas entradas lexicais que acionem entradas enciclopédicas; há, contudo, mais entradas que acionam conhecimento linguístico, como ‘to call’, que, por sua vez, exige ser desambiguado, ou, nos termos da TR, ter sua significação enriquecida até se chegar ao significado mais relevante naquele contexto. Há, também, muito mais elipses e indeterminâncias. Seja como for, esses enriquecimentos são feitos online, conforme a troca vai sendo construída e as hipóteses interpretativas testadas, processo que ocorre em paralelo. Os elementos que constituem as ICGs de Levinson, aqui são tratados como elementos que enriquecem o dito – mas todos são reduzidos à noção de explicatura, desconsiderando, contudo, aspectos e contribuições em que contextos específicos não sejam exatamente necessários. Voltaremos a isso mais adiante com a TCNT/TD.

Seja como for, Bush mostrou-se perfeitamente capaz de realizar a tarefa que se espera de um receptor na comunicação inferencial, qual seja, a de, ao decodificar, construir hipóteses interpretativas sobre as intenções de seu interlocutor – desde a explicatura até a seleção do contexto –, a partir do enunciado que lhe foi dado, até derivar adequadamente a implicatura – mesmo tendo que realizar tantos processamentos inferenciais. Isso mostra quão importante é para o emissor poder crer, no sentido da relevância ótima, no *input* que recebe do emissor. Ou seja, os estímulos ostensivos carregam sim a presunção de sua relevância ótima; e como é importante que haja essa conexão entre a informação nova e o ambiente cognitivo do receptor: e é com base nisso que o receptor age. Ressaltamos isso, pois, como veremos, ao analisarmos a cédula de votação, algo parece não ter dado muito certo. Mais adiante trataremos disso.

Contudo, como vimos, para Sperber e Wilson, a existência de lacunas, mesmo, por vezes, sendo tantas, é desejável. **Segundo os autores, um falante que pretenda que seu enunciado alcance relevância ótima, deve deixar implícito tudo o que o ouvinte pode acessar por si mesmo, com menos esforço, é claro, do que tornar tais conteúdos explícitos;** uma vez que a alternativa, a decodificação, gera uma necessidade maior de esforço de processamento, o que afeta a relevância. Essas informações, recuperadas pelo ouvinte, são usadas para enriquecer o conteúdo do enunciado até que ele se torne compatível com o Princípio da Relevância. Essa é a tese de Costa<sup>215</sup> (2013) para quem **é mais relevante disparar inferências<sup>216</sup> do que codificar** – veremos, na TCNT/TD como o autor modela isso. Seja como for, percebe-se a importância de o emissor produzir suas mensagens da melhor maneira possível: prever o contexto mais acessível ao seu receptor e escolher, dos inúmeros estímulos possíveis e disponíveis, aquele que exija dele um mínimo de esforço para o máximo efeito.

Segundo a TR, as pessoas não representam todas as informações da mesma forma, com uma verdade absoluta, mas creem mais ou menos nelas. Sperber e Wilson traduzem isso através da noção de valor de confirmação. Há suposições que entretamos como certas, outras como menos certas, prováveis, pouco prováveis, possíveis, improváveis, impossíveis – podendo formar uma escala de Horn/Levinson: <certas, menos certas, prováveis, pouco prováveis, possíveis, improváveis, impossíveis >. O valor das suposições depende, é afetado pela forma como essas suposições são obtidas pelo indivíduo.

De acordo com Sperber e Wilson, suposições baseadas na experiência perceptual tendem a ser muito fortes. Já aquelas baseadas na aceitação da palavra de alguém têm uma força equivalente à confiança [do receptor] na palavra do falante<sup>217</sup>. Por fim, a força das suposições obtidas através dedução depende da força das premissas a partir das quais foram derivadas. A partir do momento que uma suposição é derivada, ela passa a fazer parte do ambiente cognitivo do indivíduo e é altamente acessível, sendo, portanto, importante candidata para futuras implicações – ou seja, pode ser usada como premissa, oriunda da representação de mundo/do ambiente cognitivo do indivíduo.

Segundo a TR, os seres humanos não só vivem no mesmo mundo, mas estão envolvidos numa atividade que perdura por toda a vida, a saber, a **de derivar informações do ambiente comum e construir a melhor representação mental possível do mesmo**. Então, pela teoria, **a transmissão de informações e a comunicação não estão a serviço da própria comunicação, mas de algo maior, a saber, o avanço do conhecimento**. Por isso que, para fins cognitivos, interessam *inputs* relevantes que gerem não apenas efeitos cognitivos, mas efeitos cognitivos positivos, ou seja, que

<sup>215</sup> Em comunicação pessoal no IV *Colloquium* de Linguística “Inferências Lógico-Linguísticas” (2013).

<sup>216</sup> Essas inferências podem tanto ser aquelas referentes às explicaturas, àquelas que constituem as premissas implicadas (contexto) ou às implicaturas particularizadas propriamente ditas (conclusões implicadas).

<sup>217</sup> Embora Sperber e Wilson relutem tanto em aceitar as questões referentes às emoções, ao dizerem que as pessoas tendem a aceitar a palavra de alguém com base na confiança que têm no emissor, estamos, querendo ou não, em terreno ligado às emoções e, de uma forma ou de outra, tendo que aceitar que isso pode determinar o que é mais relevante, pode determinar uma interpretação.

contribuam para uma diferença vantajosa na representação de mundo dos indivíduos, por exemplo, uma conclusão verdadeira.

Daí Sperber e Wilson alertarem para o fato de que suposições erradas podem possuir boas evidências que as sustentem: “de um ponto de vista cognitivo, suposições erradas podem ser indistinguíveis de conhecimento factual assim como ilusões óticas podem ser indistinguíveis para a visão” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 39). Isso significa que, mesmo que existam evidências para a adoção de uma suposição, e assim ela possa ser considerada manifesta em um ambiente cognitivo, é preciso questionar, por vezes, as evidências que a sustentam. Daí a importância e plausibilidade de trocar a rigidez da noção de verdade pela de veracidade. É importante lembrar que, no momento do diálogo, nada estava certo, nem todos os precintos estavam fechados, sem contar que não havia nenhuma manifestação oficial das autoridades sobre os resultados a fim de que fosse possível tratá-los como definitivos.

À luz dessas questões, voltemos ao diálogo. Quando Gore telefonou para Bush, estava manifesto para ambos, pelos meios de comunicação, que as contagens estavam em 98% concluídas, e a vantagem de Bush era de mais de 50 mil votos<sup>218</sup>, o que indicava que ele seria o novo presidente dos EUA. Bush, portanto, tinha evidências fortes de que seria eleito presidente. Dado que essas informações vinham dos veículos de comunicação, tanto Gore quanto Bush podiam entretê-las com um valor de confirmação alto, uma vez que as pessoas tendem tomar como as mais fidedignas possíveis as informações veiculadas pelos meios de comunicação.

No caso, havia um motivo a mais para que ambos tomassem tais informações como mais fortes, mais fidedignas: elas eram oriundas do Voter News Service (VNS) que, como vimos, é um consórcio de pesquisa de boca-de-urna, formado em 1990 pelos seis maiores veículos de comunicação, cujo papel é fornecer resultados para eleições presidenciais dos EUA de tal forma que não cabe nem às empresas de meios de comunicação nem às redes de comunicação a realização de pesquisas de boca-de-urna e de contagem de votos<sup>219</sup>.

Quando Gore ligou para Bush, o seu enunciado carregou a implicação contextual que desistira da eleição, implicando, por sua vez, que Bush seria eleito o novo presidente. Essa implicação contextual derivada por Bush fortaleceu a suposição que ele já tinha representada em seu ambiente cognitivo de que seria eleito o novo presidente – a qual foi derivada a partir das informações obtidas dos meios de comunicação, com a força do VNS. Gore e Bush, na verdade, tinham todos os motivos para entreter essa suposição como forte. Afinal, as fontes a partir das quais elas foram obtidas levavam-lhes nessa direção.

No caso, para Bush, a força da suposição a partir da qual ele inferiu que Gore não era mais um empecilho para sua eleição tinha igualmente tudo para ser forte. Primeiramente porque veio de fonte perceptual via decodificação linguística. Sabemos que foi o próprio Gore, em pessoa, dizendo a Bush que concederia. Assim, dado que a força de uma suposição baseia-se na aceitação da palavra de

<sup>218</sup> Voltaremos a essa questão a fim de ilustrarmos a noção de relevância para um indivíduo.

<sup>219</sup> [http://en.wikipedia.org/wiki/Voter\\_News\\_Service#Role\\_in\\_the\\_2000\\_presidential\\_election](http://en.wikipedia.org/wiki/Voter_News_Service#Role_in_the_2000_presidential_election).



alguém está diretamente ligada à confiança que se tem no falante, Bush<sup>220</sup> pareceu confiar em Gore – a análise do segundo diálogo tornará isso mais claro. E, por fim, do cálculo feito até chegar ao implícito sugerido e, ao que tudo indica, autorizado e pretendido por Gore. Ou seja, Bush tinha, dados os aspectos que licenciaram as inferências realizadas, praticamente todas as garantias para inferir que o caminho para a presidência estava aberto.

Aqui podemos igualmente identificar a noção desenvolvida por Sperber e Wilson sobre a relevância para um indivíduo. As informações nas quais Gore se baseou para concluir que perderia, e as informações nas quais Bush se baseou para concluir que ganharia, além de serem as mesmas, não tinham por que não ter, *a priori*, um valor de confirmação alto. Mesmo que os resultados não tivessem sido oficialmente corroborados, dada a confiança que ambos mostraram ter no VNS – afinal, Gore chegou a ligar para seu oponente a fim de desistir de uma eleição presidencial –, parecia que suas conclusões estavam garantidas. Na verdade, não estavam tão garantidas assim. A garantia que faltava pareceu insuficiente para ambos a ponto de não afetar a forma como eles construíram as suposições, representaram-nas em seus ambientes cognitivos, como representaram os valores de conformação de tais suposições, bem como as derivações que fizeram – e realizaram as ações que se seguiram. Em outras palavras: uma conclusão é tomada como verdadeira/forte porque, dentro do raciocínio a partir do qual ela foi derivada, as premissas/suposições foram tratadas, tomadas como verdadeiras – mesmo que essa conclusão se mostre falsa ou fraca para que se tome qualquer atitude no mundo real. O que, como vimos, foi o caso.

A adequação de nossa representação de mundo depende não apenas das suposições que entretemos, mas também do grau de confiança que temos nelas. Assim, uma representação adequada do mundo é aquela na qual há uma boa combinação entre as suposições que consideramos bem confirmadas e aquelas que realmente são bem confirmadas – aparentemente, as de Bush tinham tudo para serem altamente confirmadas. Como vimos, igualmente se confirma a proposta dos autores de que a troca de informações não está, em última instância, a serviço da comunicação, mas da representação de mundo que entretemos, do avanço do conhecimento. Mas não para o avanço do conhecimento per se: as pessoas tomam atitudes, decisões, agem em função do refinamento e ajuste desse conhecimento.

Analisemos a partir de agora, o diálogo, em especial, a resposta de Bush, aplicando TIG/TIGA-TICG-TR. Os enunciados trocados entre Gore e Bush funcionam igualmente como um estímulo ostensivo, alteram os seus ambientes cognitivos, chamam atenção e direcionam os interlocutores.

Além da força de uma suposição, no que tange ao seu valor, Sperber e Wilson igualmente tratam da força da comunicação de uma suposição. E é com essa perspectiva que analisaremos, é claro, trazendo tudo o que já foi construído, as falas de Gore e de Bush. Como foi possível observar na análise das falas de ambos, ainda empregando parcialmente o construto, foi mais trabalhoso

---

<sup>220</sup> Na verdade, ele não tinha, que se possa identificar a partir da reportagem, evidência contrária para fazê-lo.

identificar o que Bush quis dizer, em especial com a primeira parte do seu enunciado, a saber, ‘You are a good man’, do que a partir da fala de Gore. Quando analisamos a fala de Gore, ainda na TIG/TIGA-TICG, vimos que a identificação da implicatura era relativamente óbvia. Grice, contudo, previu que, por vezes, é difícil identificar uma implicatura, daí estabelecer-lhe como uma de suas propriedades a indeterminabilidade. Sperber e Wilson, através da TR, desenvolvem esse aspecto através de conceitos como a comunicação forte e fraca e implicaturas fortes e fracas.

Segundo os autores, pode haver uma certa variação na força com uma proposição é implicada. No caso de Gore, pode-se dizer que a proposição foi fortemente implicada, ou seja, trata-se de uma implicatura forte, pois a sua recuperação foi “essencial para se chegar a uma interpretação que satisfaça as expectativas de relevância do destinatário” (SPERBER; WILSON, 2005, p. 244). Já uma proposição é fracamente implicada se “sua recuperação ajuda na construção de certa interpretação, mas não é, em si, essencial, porque o enunciado sugere uma escala de implicaturas similares possíveis”. E esse é caso do comentário de Bush como resposta a Gore.

Os autores distinguem igualmente a comunicação forte da comunicação fraca. Na comunicação forte, o emissor pode ter uma ideia mais precisa sobre os pensamentos que o receptor irá entreter: quais suposições ele tomará como premissas implicadas a fim de construir o contexto e qual conclusão, qual implicatura derivará – aqui visualizamos o caso da implicatura de Gore, a qual trataremos como forte. Já na comunicação fraca, o máximo que o emissor pode fazer é conduzir em uma certa direção os pensamentos do ouvinte. Na verdade, como vimos, Sperber e Wilson acreditam que, por vezes, o emissor comunica uma impressão, ao invés de uma suposição. Nesse sentido, os autores supõem que o que ocorre é mais uma mudança do ambiente cognitivo do receptor devido a pequenas alterações na manifestabilidade de um grande número de suposições, do que devido a uma única suposição ou poucas que logo se tornam manifestas.

Ou seja, não é necessário que uma suposição tenha que ser comunicada, mas inúmeras delas, muitas vezes, as quais ficam mais a cargo do receptor do que do próprio emissor. Segundo os autores, dentro do domínio das coisas que comunicamos, parte pode ser precisa e parte pode ser vaga, variando, na verdade, em um *continuum*. Na verdade, muitas vezes, a comunicação fraca pode ser considerada suficiente ou mesmo preferível às formas mais fortes. Um dos motivos é porque quão mais fracas as implicaturas, mais da responsabilidade do ouvinte elas são. Essa é uma forma útil do uso da linguagem natural: ela permite que o emissor possa se eximir de interpretações que ele mesmo encaminha. Outra vantagem desse recurso refere-se ao fato de se sair do mundo das informações propriamente ditas, no sentido mais teoria da informação, partindo para o das impressões – que, como veremos, pode envolver as emoções e seu papel inclusive na determinação da persuasão.

Iniciaremos a análise da fala de Bush considerando questões lexicais. Segundo Wilson e Carston (2007) e Yus (2013), os significados das palavras são também determinados por relevância. As palavras, nessa perspectiva teórica, não possuem um significado estável – e precisam ter seus significados ajustados de acordo com o contexto. Disso Grice já tratou, de certa forma, ao reconhecer

o que ele determinou como a necessidade de desambiguar as expressões<sup>221</sup>. Mais uma vez, é através do princípio da relevância, no equilíbrio entre custo e benefício, que se chega ao significado provavelmente pretendido pelo falante. Voltemos nossa atenção para o adjetivo ‘good’. Segundo a TR, após decodificar um enunciado, o receptor passa a enriquecê-lo. Um desses enriquecimentos se dá através do ajuste do significado dos termos – e um tipo de ajuste é o que os autores chamam de estreitamento lexical. Na verdade, trata-se de um processo de delimitação<sup>222</sup> para que, no contexto em que a palavra é empregada, seja criado, no caso dos conceitos *ad hoc*, aquele significado mais relevante. No que tange ao adjetivo ‘good’, trata-se mais de uma descrição de caráter do que um atributo relacionado à caridade, por exemplo.

Assim, no caso do adjetivo ‘good’, as propriedades relevantes parecem ser aquelas que estão mais relacionadas à virtude moral, à correção de comportamento, àqueles aspectos que codificam tendência a ser fazer o que é certo. Quando arrolamos os vários significados codificados no dicionário para o adjetivo ‘good’, vimos que eles cobrem diferentes perspectivas do que se entende, do que significa ser bom. Assim, a partir da teoria dos conceitos *ad hoc*, na seleção de traços que irão constituir o significado do termo, somente alguns deles farão parte da constituição do sentido de tal termo. E, conforme previsto pela própria teoria, não há garantia de que os interlocutores irão selecionar todos e exatamente os mesmos traços. Aqui, para ser relevante, Bush deve querer dizer que Gore é um ser humano moralmente excelente, correto, – o que confirmaria a interpretação que chamamos de não-narcisista. Contudo, nada que impeça a comunicação como foi possível verificar. Daí termos conseguido realizar duas propostas interpretativas as quais chamamos de narcisista e não-narcisista. Vamos, a título de exercício, verificar como poderiam ficar as explicaturas do enunciado ‘You are a good man’ dentro de uma perspectiva narcisista e de uma não-narcisista.

Perspectiva Narcisista
<p><b>Dito:</b> You are a good man.  <b>Explicatura:</b> You [Gore] are [being] a good man [to me (Bush)] [because you are conceding the election to me (Bush)].</p>
Perspectiva Não-Narcisista
<p><b>Dito:</b> You are a good man.  <b>Explicatura:</b> [Because you are conceding the election] you [Gore] are a good [and an honest] man.</p>

Segundo Sperber e Wilson, além das suposições factuais, a entrada enciclopédica pode ser constituída por suposições estereotípicas: supõe-se que as pessoas tendam a guardar, a ter expectativas a respeito das informações sobre um determinado objeto ou evento. Assim, se A diz para B que vai viajar, B não vai imaginar que A vai para a Lua. Da mesma forma, ao dizer que além

<sup>221</sup> Contudo, diferentemente de Grice, e da proposta de Levinson, para a TR, essas especificações são geradas também à luz do reconhecimento de intenções e pelo mesmo mecanismo que gera as implicaturas particularizadas.

<sup>222</sup> Isso também ocorre, por exemplo, com o verbo ‘to concede’.

é uma boa pessoa, sem um contexto, pode-se levantar inúmeras hipóteses, mas a certeza é altamente dependente de contexto – por exemplo, não caberia aqui o sentido de ‘caridoso’ – que Gore estaria realizando uma caridade para Bush, embora esse sentido seja perfeitamente compatível com o termo.

Costa trata disso a partir de significações *default*, as quais, inicialmente, independem de contextos específicos. Para ele, como veremos, a interface entre semântica e pragmática é construída, e é uma semântica convencional que faz parte das condições de comunicabilidade – constituídas por uma sintaxe, uma semântica e uma pragmática universais, enraizadas na capacidade para a linguagem, localizada no cérebro/mente. Nesse aspecto, segundo a TCNT/TD, essa semântica tem como objeto o significado do dito e o significado *default*: as pessoas, segundo a TCNT, costumam usar as palavras de maneira preferencial, baseadas no conhecimento convencional da língua e das redes semânticas, sempre à luz das condições iniciais. A modelagem a partir dessa noção ficará para o momento em que a TCNT/TD forem trazidas e articuladas ao construto.

Voltando à questão das implicaturas fracas, em um contexto de suposições de que pessoas corretas e justas fazem coisas que a maioria das pessoas não fazem, no caso, reconhecer sua derrota a um adversário é pensar mais no outro do que nele mesmo, e pensar mais no bem do outro é, por vezes, deixar o próprio bem de lado, etc., ainda assim, é mais difícil codificar o que Bush quis dizer. Ao se tratar esses implícitos como implicaturas fracas, ainda se está atrelado à questão informativa. Ou seja, a aposta dos autores está na informatividade: para eles, um enunciado pode ser muito mais informativo quanto menos determinável for.

Segundo Sperber e Wilson, quando um falante prefere uma forma vaga de comunicação, mais do que tornar uma suposição manifesta, esse emissor deseja causar uma impressão no receptor. Contudo, na TR, mesmo chamando de impressão, a descrição metodológica ainda está ligada a efeitos cognitivos que se caracterizam pela informatividade. Lembremo-nos de que, segundo a TR, independentemente da forma como as informações são adquiridas, elas são transformadas em algo de mesma natureza – a linguagem do pensamento. Assim, fatos tornam-se descrições de fatos: ‘Gore foi enganado’; emoções, descrições de emoções: ‘Gore está frustrado’; crenças, em descrições de crenças ‘Gore crê que foi enganado’; imagens e sons passam também por esse processamento.

Segundo a TR, aspectos que fogem à informatividade, são tratados como implicaturas fracas. Acontece que outros elementos estão envolvidos nessa troca, tais como polidez, cordialidade, etc. Tal aspecto vai ser viabilizado pela Metateoria das Interfaces, ao tratarmos inferencialmente da emoção como um elemento que pode interferir na interpretação.

Mesmo Bush tendo dado uma resposta indireta para Gore, quebrando a categoria da Relação e a 1ª máxima da Quantidade, ainda assim a resposta se mostrou relevante, pois demonstra que Bush entendeu a intenção de Gore – ou seja, capturou a implicatura da fala de Gore que desencadeou o diálogo. Contudo, como vimos, identificar as implicaturas do enunciado de Bush mostrou-se mais difícil do que fazê-lo para o enunciado de Gore. Isso foi possível explicar quando adotamos a TIG/TIGA, a partir das noções de indeterminabilidade, o que não exclui a relevância. Já a TR trata dessa indeterminabilidade através dos conceitos de implicatura forte e fraca.

Como veremos na TCNT/TD, ao supor um princípio mais elementar do que o da relevância, a saber, o da conectividade não-trivial, Costa mostra que há certos tipos de trocas comunicacionais que seriam mais básicas do que a comunicação ostensivo-inferencial (no sentido de maiores benefícios, maiores efeitos cognitivos pelo menor custo de processamento). Essa outra forma de comunicação, com base na expectativa-satisfação, tem na interatividade um dos aspectos mais fundamentais. O que poderia Bush fazer ou dizer, naquele momento, que fosse relevante no sentido informacional para Gore? Agora, algo como um comentário que expressasse um reconhecimento pela atitude de seu adversário, uma espécie de solidariedade, parece muito mais adequado. Nesse sentido, estamos nos deparando com o que Costa trata como uma interatividade de natureza social/emocional – e muito menos de natureza informativa. A continuidade do enunciado de Bush corrobora essa visão. Daí a importância de uma abordagem em interface. Outros aspectos podem passar a ser tratados dentro da comunicação inferencial, inclusive como elementos que a orientam e a determinam.

Ao dizer ‘I understand how hard this is. Give my best wishes to Tipper and the children’, Bush implica parecer reconhecer que o que Gore está fazendo é difícil, pois Gore não está desistindo porque quer, mas porque as circunstâncias se mostram desfavoráveis. Vejamos a continuação da fala de Bush quando este deseja ‘Best wishes’ à Tipper e às crianças. Gore sabe quem é Tipper, que é a sua esposa, mas Bush continua e fala nas crianças/‘children’. Ao dizê-lo, como vimos, se Bush está se referindo à família de Gore, Bush quebra a 1ª máxima da Qualidade ao falar em crianças, pois, na época da eleição, o filho<sup>223</sup> mais novo de Gore tinha 18 anos e a mais velha 27.

Contudo, assumindo que Bush está cooperando e sendo relevante, Gore entende que Bush se refere aos seus filhos. Ao desejar ‘best wishes’, ou ‘mandar lembranças’, para a família de Gore, Bush implica que não apenas Gore está passando por algo difícil, mas a sua família também. Na verdade, a resposta de Bush mais parece uma atitude de cordialidade do que uma tentativa de comunicar alguma informação no sentido da teoria da informação propriamente dita, ligada à imprevisibilidade<sup>224</sup>. Essa análise, envolvendo a TCNT/TD, nos ajuda a mostrar que não é apenas de informatividade que vive o cérebro/mente nem a comunicação – o que traz problemas para os fundamentos da TR. Esse nosso parêntese, ainda não configura uma análise via TCNT/TD – ela será oportunamente completada. Voltemos à TR.

Embora ambos os enunciados tenham causado mudanças perceptíveis nos ambientes cognitivos de cada interlocutor, Sperber e Wilson explicam as diferenças, no caso do enunciado de Bush, como uma mudança que causa alterações relativamente pequenas na manifestação de diversas suposições – ao invés de uma única suposição ou poucas novas suposições de repente se tornaram muito manifestas. Segundo a TR, quão mais forte a comunicação de uma suposição, maior a responsabilidade do emissor na determinação do conteúdo veiculado; quão mais fraca a comunicação, maior a responsabilidade do receptor na identificação do conteúdo apreendido. Quem

<sup>223</sup> Em 2014, o filho mais novo tem 32 anos.

<sup>224</sup> Talvez o imprevisível seja a atitude de Bush. O teor do que ele diz pode até ser mais ou menos previsível dadas as circunstâncias. No caso da TCNT/TD, dadas as condições iniciais, é possível prever, de certa forma, prever para onde o diálogo se encaminha.

sabe, para Gore, o enunciado de Bush tenha permitido que se tornassem manifestas suposições sobre as quais ele [Gore] se baseou para dar o segundo telefonema – ou seja, o fato de Bush ter sido tão cordial. Essa suposição pode ter sido fortemente implicada, mas podemos sugerir que as suposições sobre as quais Gore se baseou para dar o segundo telefonema eram mais da responsabilidade de Gore, pois, ao ter sido surpreendido pela atitude de Bush, é difícil supor que Gore ligaria para Bush se supusesse que o candidato republicano agiria como agiu. Assim, pode-se dizer que Bush considera Gore um bom homem e todas as demais suposições manifestadamente exigidas para tornar essa resposta relevante para o dito de Gore. Contudo, quanto mais fracas as implicaturas (sejam premissas, sejam conclusões implicadas) são, menos responsável por elas é o emissor, e mais responsável por acessá-las, mesmo assim, é o receptor, no caso, Gore. Wilson (2011) explica isso da seguinte forma: **um receptor deriva a intenção informativa, a intenção comunicativa e outros efeitos cognitivos que, quão mais fracas, mais da responsabilidade eles são apenas desse receptor.**

Assim, seja qual for a real intenção do emissor, em alguns casos, onde uma gama de implicaturas fracas é comunicada, haverá uma certa indeterminação sobre quais implicaturas o emissor quis realmente tornar mutuamente manifestas e quais ele simplesmente quis tornar manifestas: quais são implicaturas e quais são meras implicações. Quando suposições não pretendidas pelo emissor são tornadas manifestas na mente do receptor, isso significa que elas não foram comunicadas pelo emissor, pois não foram tornadas mutuamente manifestas. Esse é o caso da interpretação que chamamos de narcisista: o fato de Bush poder ter pensado que Gore telefonou para conceder a fim de fazer algo bom para o próprio Bush. Seja qual for a interpretação, a narcisista ou não, poderemos tentar verificar mais tarde, quando analisarmos o segundo diálogo.

A TR é uma teoria que assume que a comunicação está a serviço da cognição, que, por sua vez, caracteriza-se, entre tantos outros aspectos, pelo aumento do conhecimento – as pessoas interagem tendo em vista ganho cognitivo, ou seja, uma alteração e melhora da representação conceitual que têm do mundo. Contudo, a manifestabilidade mútua de suposições e, conseqüentemente, a criação de um ambiente cognitivo mútuo entre interlocutores, segundo Sperber e Wilson (1995), também é importante para fins sociais.

Para os autores, uma mudança no ambiente cognitivo de duas pessoas é uma mudança **nas possibilidades de interação entre elas, em particular, nas possibilidades de futura interação/comunicação.** E isso é válido, como veremos, não apenas considerando dois indivíduos, mas também, por exemplo, um veículo de informação e sua audiência. O objetivo final do processo, função última do mesmo, é, segundo os autores, que ocorra uma alteração do ambiente cognitivo dos interlocutores envolvidos na troca comunicacional.

Contudo, a partir da adoção, da TCNT/TD, veremos que o objetivo primeiro do ser humano, inclusive no que tange à comunicação, é mais do que eficiência de processamento tendo em vista a obtenção do máximo de benefício, especialmente se este é considerado apenas como informação.

Para investigarmos essa questão, entre outras, avaliaremos novamente as inferências internas ao diálogo.

### c) **Primeiro Diálogo Gore vs. Bush – TIG/TIGA-TR-TICG-TCNT/TD**

Como vimos, Costa levantou vários problemas quanto aos fundamentos das abordagens que estudam a linguagem natural e a comunicação linguística humana e mostrou o caminho que vários teóricos fizeram em busca de fundamentos explanatoriamente mais fortes – o que afetou o estabelecimento de interfaces externas. Assim: antes da capacidade para a linguagem (da própria e revolucionária hipótese inatista); antes de ser relevante (obtenção de maiores benefícios pelos menores custos a fim de aprimorar constantemente a representação de mundo); antes de ser cooperativo (conceito que, segundo Costa, não deve ser considerado universal e inato, mas universal e socialmente construído); antes de considerar o conteúdo das mensagens; antes de ser racional; para Costa (2002, no prelo, 2005a) é preciso que haja algo que, potencialize, dispare e sustente tudo isso. Nesse sentido, o autor aponta como o elemento motivador mais básico não a capacidade humana para a linguagem, mas antes uma **vocação natural para compartilhar através de uma linguagem**.

Segundo Costa, a necessidade para a comunicação caracterizar-se-ia como uma das instanciações de uma necessidade mais elementar do homem enquanto espécie animal, a saber, a necessidade de conexão. Costa identifica esse aspecto como a propriedade da conectividade, e a encerra no princípio da conectividade não-trivial (PCNT), que, por sua vez, expressa-se através de uma linguagem especial, a humana, representando compromissos, ao mesmo tempo, informativos e não-redundantes<sup>225</sup>.

É através desse movimento metodológico que, na TCNT, a comunicação deixa de ser construída como um objeto social e passa a ser natural. Ao estabelecer a comunicação humana, enquanto expressão da natureza do ser humano para a necessidade de conexão. Costa coloca a cooperação, as heurísticas e, inclusive, a relevância no nível do social, preenchendo, pelo PCNT, a lacuna por um princípio que caracterize o aspecto motivador natural da comunicação.

Segundo Costa (2002, no prelo), quando se pensa na LN, para fins comunicacionais, mesmo aquelas propostas que saíram do social e foram para a cognição, há um problema: ou elas ainda consideram e estão respaldadas, de uma forma ou de outra, na racionalidade e na consciência, ou simplesmente deixaram de se questionar sobre por que o homem estaria dotado de uma capacidade inata para a linguagem. Ao adotar um princípio natural mais básico, Costa assume que a essa tendência humana para a linguagem tem também outra propriedade: é, antes de mais nada, não-racional. Dado que os demais princípios e heurísticas são tratados envolvendo a racionalidade, na concepção de Costa, isso faz com que percam o status de mais elementar, de maior propriedade

---

<sup>225</sup> Quando a redundância aparece, para a TR, isso seria um problema. Contudo, Costa sugere que, em se assumindo que há benefícios de outra natureza, então é possível dizer que, mesmo nessas situações, há relevância, é o caso de exemplos como o ‘Eu te amo’ do discurso amoroso. Além disso, é importante lembrar que isso não exclui a informatividade que se encontra na contingência.

explanatória. No caso específico da relevância, na TCNT, ela passa a ser tratada como uma tendência cultural cognitiva para utilizar a racionalidade, a qual está ligada a aspectos contextuais<sup>226</sup>.

Ao contrário de Chomsky, para quem a linguagem é basicamente sintaxe, manifesta através da gramática universal (GU), Costa supõe que essa capacidade, apresentada nos fundamentos da TCNT, não seja constituída apenas de sintaxe (forma), mas também, e ao mesmo tempo, de semântica (conteúdo) e da pragmática (adequação) – nessa gramática, o caráter da estrutura é sua potencialidade representacional<sup>227</sup>. É nesse sentido, portanto, que a sintaxe, a semântica e a pragmática passam a ser tomadas como princípios universais, e não como teorias particulares das línguas. Essas, por sua vez, embora sejam o resultado dessa base genética para a linguagem, são também uma construção humana – daí sua natureza social e cultural; por isso não natural (COSTA, 2002, no prelo).

A garantia de que a análise é universal e, portanto, serve para todas as línguas é a suposição de que as línguas têm uma base universal natural. O social nunca é universal, pois sempre pressupõe uma construção humana. O universal mais forte é o natural. Assim, assume-se que o fenômeno da inferência seja comum às línguas. (COSTA, 2002, no prelo).

Além disso, como vimos, a TCNT adota o diálogo como a unidade básica de comunicação, *locus* onde a linguagem se expressa através das línguas, em interface entre a Linguística e a Comunicação, que se caracteriza também por propriedades lógicas e cognitivas – aqui também envolvendo agora emoções e imaginação, conforme veremos.

Vimos que, para Costa, o diálogo pode ser perfeitamente tomado como a versão prototípica da conversação humana e como tendo sua origem na competência semântica dos indivíduos. Na TCNT, Costa dedica-se à construção de uma semântica, especialmente porque o que está em jogo é verificar a relação do significado explícito com o implícito, articulando a interface entre Semântica e Pragmática, tendo em vista a relação Linguística e Comunicação (COSTA, 2002, no prelo). Daí o autor dizer que na TCNT, metodologicamente, essa concepção de semântica preexiste a qualquer diálogo – ou seja, está enraizada no cérebro/mente.

Essa ideia faz muita diferença, pois é daí que emerge a possibilidade de se construir e assumir uma semântica convencional e de base estável, segundo a qual, por hipótese, as palavras já têm um significado antes da comunicação. Esse significado estável, que corresponde ao significado *default*, **não é estável por necessidade, mas por probabilidade** (COSTA, 2002, no prelo). Para Costa, nenhum significado semântico é imune a variações, mas, pelo contrário, trata-se da construção metodológica de uma semântica que não vai estudar a variação. Por exemplo, “o nome ‘rosa’ na maioria das vezes vai significar ‘flor’ – outros significados são indicativos da interferência do

---

<sup>226</sup> (COSTA, 2002, no prelo).

<sup>227</sup>“Supõe-se que a GU de natureza sintática só tem relevância porque ela é potencialmente pronta para a representacionalidade. [...] O que se está assumindo como inato é o fenômeno semântico mais básico, e não a interpretação semântica. [...] A natureza dessa espécie de GU é a suposição abdutiva, não dependendo de evidências empíricas sobre induções experimentais ou deduções formais” (COSTA, 2002, no prelo).



contexto da enunciação” (VIÉGAS-FARIA, 2003, p. 80)<sup>228</sup>. Ou seja, dados os princípios da dinamicidade, da instabilidade e da própria economia, conforme assumidos pela TCNT, na comunicação, o significado das palavras pode variar: “na interface com a comunicação, a proliferação de sentidos é arbitrária, no sentido de que ela depende de contexto. Assim, o uso da linguagem tem infinitas interpretações potenciais, não atuais, porque, ao usá-la, o contexto é atualizado e para ali” (COSTA, 2002, no prelo).

Para Costa, as pessoas costumam usar as palavras de maneira preferencial, baseadas no conhecimento convencional da língua. Na TCNT, a semântica é assumida é conceitual, convencional, tendo como seu objeto o (i) significado do dito (literal) e (ii) o significado *default* (fruto de inferências semânticas originadas a partir do conhecimento que os indivíduos têm sobre as convenções gerais das línguas)<sup>229</sup>. Assim, toda vez que vamos nos comunicar, no nível do uso, caímos sob o escopo da pragmática, **mas isso não significa que cheguemos sem nada, já temos um conhecimento da língua do ponto de vista semântico**, reitera o autor. Essa semântica comunicativa é constituída ao nível das línguas e representa um conjunto de convenções ao nível do léxico, da proposição e do discurso mais amplo quando considerado contexto generalizado (livre de aspectos particulares), ou antes da atualização de tais contextos particulares. A comunicação, nessa perspectiva, é antes virtual do que real: só assim é possível “explicar o que poderia ter sido comunicado e não foi, o que poderá ser comunicado e ainda não foi, o que é potencialmente comunicável, etc.” (VIÉGAS-FARIA, 2003, p. 76).

Como vimos, na TCNT assume-se que a comunicação é instável – daí Costa tomar emprestada das ciências a noção de caos. Para ele, a instabilidade da comunicação a torna altamente dependente de condições iniciais – aspecto que, ao orientar minimamente a troca conversacional garantiria para comunicação, pelo menos, um mínimo de previsibilidade. Dessa forma, **Costa faz um recorte molecularista para a própria seleção de significados antes de mesmo de supor a relevância como forma de seleção de contexto para a definição do significado pretendido**. Ao assumir que a comunicação é instável, e, portanto, um fenômeno caótico, colocando-a na dependência das condições iniciais, Costa demonstra que só temos como tratar do significado a partir de uma condição inicial determinada, na qual, ainda assim, lembra ele, nada está garantido.

A seguir redescrevemos cada passo do cálculo da TCNT que trata mais especificamente das ICPs. Contudo, como veremos, essa proposta, devido às condições de comunicabilidade, não é incompatível com a descrição das ICGs, agora tratadas à luz da noção de redes semânticas – mais adiante, com a TD, veremos como Costa acomoda esse fenômeno através das noções de dito explícito e dito implícito – todos, agora, tratados como sendo de natureza semântica, ou seja, obtidos via inferências semânticas. Dessa forma, Costa resgata da pragmática, e das complicações que essa

<sup>228</sup> Vanin (2012) apresenta como conceito de significado literal para um termo o de significado *default* mais acessado, diluindo a dicotomia literal/não literal através da proposta de um *continuum* de um extremo ao outro.

<sup>229</sup> Embora Vargas (2012) reconheça que as ICGs compreendam fenômenos de diferentes naturezas, não podendo constituir uma classe homogênea, Costa (2005a) propõe que elas, para fins de simplificação de interface, sejam tratadas nas/como ISS.

forma de abordagem gera para o tratamento do significado e para a interface, a suposição de que a origem de inferências *default* está na dependência da parte variável da comunicação – como sugeriu Levinson. Assim, primeiro faremos considerações a partir da TCNT, depois acrescentaremos as contribuições da TD, sempre articulando os aspectos já tratados através da primeira parte do construto TIG/TIGA-TR-TICG.

**Contexto situacional:** diz respeito às condições físicas do diálogo e o que está na memória dos interlocutores – aqui podemos perfeitamente articular a noção de mecanismo dedutivo, tal como previsto por Sperber e Wilson (1995), através da proposta de contexto inicial. Vimos que, segundo os autores, as pessoas têm armazenadas as últimas suposições acessadas e usadas para derivações – as quais são também potencialmente as mais prováveis para futuras inferências. A articulação com a cognição aqui não parece ser problemática.

**Contexto comunicacional:** recorte que determina as condições iniciais. É aqui que se considera o estar em estado de comunicação, em que se identificam as condições iniciais da conversação, conforme determinadas pelo interlocutor A (emissor). São essas condições que modelam a parte social da comunicação. É muito importante salientar que interessa a natureza das relações entre os envolvidos como um dos elementos que orienta as condições iniciais.

**Condições iniciais:** formadas pelo **domínio**, **modo** e **objetivo** enquanto critérios que restringem o contexto situacional e orientam o direcionamento da conversação – daí por que tais condições determinam a interpretação dos enunciados.

**Domínio** (tópico griceano apresentado através do dito ou do dito + implicado) =

**Modo** (afirmativo, interrogativo ou imperativo) =

**Objetivo** (expectativa) =

**Interlocutores:** A e B

X = o dito de A

Y = o dito de B

Z = o que A inferiu a partir de Y

PRIMEIRA FALA (Dito de A)

A disse X (contato, pergunta, pedido, afirmação).

A implicou a expectativa de que Y (ou Y + Z) P-satisfaça X em todas as CC<sup>230</sup>.

Y (ou Y + Z) deve P-satisfazer e S-satisfazer X em todas as CC.

SEGUNDA FALA (Dito de B)

B disse Y.

B implicou que Y P-satisfaz e S-satisfaz X em todas as CC.

Y não S-satisfaz X (ou não P-satisfaz X) em todas as CC.

Se B disse Y e implicou Z (por hipótese abdutiva), então Y + Z P-satisfazem e S-satisfazem X em todas as CC.

Y + Z P-satisfazem e S-satisfazem X em todas as CC.

B disse Y e implicou Z.

**Diálogo (1)**

Gore (G): **I called to concede.**

<sup>230</sup>Leia-se condições de comunicação.

Bush (B): **You are a good man. I understand how hard this is. Give my best wishes to Tipper and the children.**

O diálogo acima pode ser modelado a partir das condições iniciais conforme descritas abaixo. Como vimos, embora elas não possam dar certeza sobre o desenrolar da troca, já restringem o contexto, orientando, em níveis semânticos e pragmáticos, a troca e as derivações que possam ser eventualmente necessárias. Lembremo-nos também de que, segundo a TCNT, as palavras aparecem e são empregadas com um significado prototípico – cuja especificação vai depender da ação e da articulação com o contexto particular.

**Contexto situacional:** Gore está ligando para Bush a fim de conceder a eleição. Embora a contagem no estado decisivo, a Flórida, ainda não estivesse finalizada, a diferença para Gore já era suficiente para ele crer que não conseguiria os votos necessários para vencer Bush.

#### **Contexto comunicacional – Condições Iniciais**

**Domínio** = término da contagem dos votos na eleição presidencial 2000 para declarar o vencedor.

**Modo** = afirmação

**Objetivo** = comunicar ao seu adversário que concede a eleição.

#### **Interlocutores:**

A = Gore

B = Bush

Trata-se de adversários políticos, altamente competitivos e com alto grau de rivalidade entre si.

**X** = o dito de Gore = **I called to concede.**

**Y** = o dito de Bush = **You are a good man. I understand how hard this is. Give my best wishes to Tipper and the children.**

**Z** = o que A inferiu a partir de Y

**W** = o que B inferiu a partir de X

Iniciemos com os aspectos gerais do diálogo. Os interlocutores são Al Gore e George W. Bush, adversários políticos, candidatos à presidência dos EUA. Al Gore está telefonando para comunicar a George W. Bush que desiste da eleição – tendo em vista os resultados da contagem dos votos, em especial, na Flórida. O diálogo encaixa-se em uma estrutura afirmação/comentário. É importante lembrar que a TCNT, além de supor as condições iniciais, está fundamentada no binômio expectativa/satisfação, aspecto que operacionaliza tanto a inferência semântica quanto a inferência pragmática. Segundo Costa, antes da troca de conteúdos entre os interlocutores, é preciso que tenha sido estabelecida uma conexão entre eles. É essa manobra metodológica da qual Costa se vale para que, na TCNT, todas as formas de comunicação, independentemente do conteúdo, da relevância, do valor e das propriedades dos discursos, possam ser tratadas.

Pela relevância, tal como previsto pela noção de benefício da TR, apenas as trocas sob o escopo profissional e acadêmico seriam realmente as que resistiriam à exigência do maior benefício cognitivo. Dado que, para a TR, tendo em vista a noção de custo e benefício, interessa mais o

processamento da informação – do que a comunicação propriamente dita<sup>231</sup> –, ficam excluídos benefícios de outras naturezas, como os emocionais, os retóricos e os ligados às relações entre os interlocutores, como aqueles envolvendo aspectos ligados à polidez, por exemplo.

#### PRIMEIRA FALA (Dito de Gore)

- (1) Gore disse ‘I called to concede’ (afirmação).
- (2) Gore implicou a expectativa de que Y (ou Y + Z) P-satisfaça X em todas as CC.
- (3) Y (ou Y + Z) deve P-satisfazer e S-satisfazer X em todas as CC.

Segundo o cálculo acima, podemos verificar que, ao dizer ‘I called to concede’, Gore implicou a expectativa de que Bush diga algo – e de que esse algo pode satisfazer a troca apenas a partir do conteúdo semântico (Y), ou a partir do conteúdo semântico mais uma implicatura (Z) em todas as CCs, ou seja, tendo em vista a boa formação semântica, a veracidade e informatividade, e a objetividade.

Como vimos, outra das inovações que Costa procurou trazer através da TCNT para a modelagem da inferência na comunicação, refere-se à noção de **f inferência**, ou seja, à inferência do falante, não apenas do ouvinte. Assim, segundo o modelo, ao ligar para Bush e falar ‘I called to concede’, Gore f infere, nas palavras de Costa, a expectativa de um comentário da parte de Bush, e que tal comentário seja adequado tanto na forma quanto no conteúdo (que pode ser Y ou Y + Z), ou seja, um comentário orientado para o tópico. Segundo Costa (2002, no prelo), é justamente o fato de Gore f inferir a expectativa de resposta que faz da troca um diálogo – colocando todo o processo natural, cognitivo e social em movimento.

E essa inferência parece ter sido capturada e satisfeita por Bush, afinal ele devolve um comentário, o que demonstra que Bush f inferiu a expectativa de Gore, satisfazendo-a tanto no conteúdo quanto na forma. Devemos lembrar que estamos sob o escopo do discurso político, no qual elementos de outras naturezas igualmente estão em jogo e também podem ser considerados como constituindo as condições iniciais que orientam a configuração dos ditos e das derivações a que dão origem. No caso em questão, a polidez seria um desses aspectos.

Segundo Costa (2002), houve comunicação porque, se houve resposta, houve compreensão do conteúdo semântico da proposição expressa no enunciado: “o ato da resposta é um ato semântico porque satisfaz ao tópico e é pragmático porque satisfaz ao ato comunicativo propriamente dito” (COSTA, 2002, no prelo). Além disso, como já vimos, a fala de Gore não é suficiente semanticamente falando, gerando a necessidade de se buscar um conteúdo extra que a torne adequada. Segundo a TR, é no conjunto das suposições manifestas que o contexto é selecionado e que as interpretações concorrentes são excluídas. Na TCNT, seriam as condições iniciais, a partir da perspectiva de um recorte molecularista, um dos elementos responsáveis e orientadores dessa seleção. Mais especificamente, o contexto é estabelecido antes pelo tópico das condições iniciais, do

---

<sup>231</sup> Daí porque a TR, conforme explica Dias (2012), privilegiar mais a interface com a cognição do que com a comunicação.

que pelas suposições mais prováveis a gerarem maiores benefícios pelo menor custo. Essa etapa, pela TCNT, já seria um segundo momento na seleção do contexto e da melhor interpretação.

Assim, a identificação desse conteúdo extra, da implicatura, está sim na dependência das condições iniciais (que, por sua vez, proveem os elementos contextuais necessários). Essa implicatura, contudo, é apenas uma suposição – uma hipótese abdutiva, nos termos da TCNT. Quando conversamos, observamos coisas que as pessoas nos dizem, mas fazemos muitas hipóteses sobre o que a outra pessoa está pensando. Por isso que se diz que a heurística (processo de descoberta) da comunicação é baseada na abdução, pois tentamos levantar as melhores explicações a respeito do que será que nosso interlocutor está pensando, para tentar avançar no conhecimento que temos (COSTA, 2002, no prelo). A identificação da implicatura  $q \rightarrow$  'Desisto da eleição', é a melhor hipótese tendo em vista as condições iniciais.

A primeira fala de Gore, como vimos, alterou o ambiente cognitivo de Bush. Garantida pela presunção de relevância ótima, tendo em vista as condições iniciais, ela leva Bush a procurar inferencialmente, após a decodificação, a intenção por trás do enunciado: o enunciado de Gore não S-satisfaz Bush, exigindo deste que ele procure a implicatura que justifique pragmaticamente tal proferimento. Assim, mesmo quebrando a 1ª máxima da Quantidade, sendo menos informativo do que o requerido, mas se está sendo relevante e cooperativo, o enunciado de Gore está constituído de tal forma que permite que Bush recupere a implicatura particularizada  $Q \rightarrow$  Desisto da eleição. Dessa maneira, Gore torna, no caso desse enunciado, mútua e fortemente manifesta uma suposição que, antes do ato comunicacional, estava manifesta apenas para ele.

Essa implicatura, por sua vez, na qualidade de um efeito cognitivo positivo, além de acrescentar uma suposição nova ao conjunto de suposições de Bush, alterando positivamente seu ambiente cognitivo, e promovendo, portanto, a comunicação, nos termos da TR, é mais relevante ainda, pois permite a derivação de outros efeitos cognitivos positivos, a saber, o fortalecimento de outras suposições, as de que Bush seria o vencedor da Flórida, conforme previam as contagens. Dessa implicatura, Bush pode derivar várias outras. A partir desse momento, elas passam, cada vez mais, a ser de responsabilidade do próprio Bush do que sugeridas pelo enunciado de Gore propriamente dito – aqui nos referimos às implicaturas encadeadas, as quais Viégas-Faria (2003) correlacionou às implicaturas fracas.

Como vimos, Sperber e Wilson (1995) defendem que o receptor de uma mensagem pode obter implicações que, de forma alguma, foram pretendidas pelo emissor de uma mensagem. Em outras palavras: a manifestação das suposições pode variar em graus, das mais manifestas (implicaturas fortes) às menos manifestas (implicaturas fracas), a ponto de certas suposições se tornarem manifestas apenas para aquele que interpreta um enunciado. Por exemplo, Bush, ao ouvir a declaração de Gore sobre a sua concessão, tem como fortemente manifesta que suposição de que Gore desistiu da eleição, tem como fracamente manifesta que será o novo presidente, mas suposições sobre providências para o dia da posse ou imaginando como seria o dia da posse, por exemplo, são mais fracas ainda. Essas suposições podem ser tratadas, por exemplo, na TD a partir da noção de

imaginação – agora abordada em um *locus* de interface. Essas suposições seriam, como prevê a TR, cada vez mais apenas da responsabilidade de Bush – o que também permite ilustrar as implicaturas encadeadas. Contudo, dado o construto, a imaginação, e as suposições que a constituiriam, seria tratada como inferências, pela Metateoria das Interfaces. Embora possam ser disparadas pela fala de Gore, são, cada vez mais, da responsabilidade de Bush – chegando a um ponto em que seriam apenas da responsabilidade dele.

Apesar da fala de Gore, como demonstramos, ter lacunas sintáticas e semânticas, exigindo inferências para ser pragmaticamente relevante<sup>232</sup>, ela foi aceita por Bush como veículo de comunicação de uma mensagem, levando-o voluntariamente a executar os processamentos para interpretá-la. Costa procura dar conta disso dizendo que, apesar dessas lacunas (no dito e do dito para o implicado), a fala de Gore também satisfaz o ato comunicativo, pois observa o que Costa determinou como condições de comunicabilidade. Sintaticamente falando, a sentença está bem formada, observa as regras gramaticais da língua inglesa; semanticamente falando, há informatividade não-trivial, pois traz uma informação que Bush não possuía e, a partir da qual, pode derivar outras informações no contexto em que foi interpretada, o que significa estar pragmaticamente adequada. Um aspecto importante na TCNT é que o compromisso de informatividade é mínimo, ou seja, não sendo tautológico, já está ótimo – isso ficará mais claro quando analisarmos a resposta de Bush.

Além disso, a fala mostra-se veraz, e a implicatura crível, ou seja, não há nada que indique que Gore esteja brincando com ele ou mentido<sup>233</sup>. Bush acredita que Gore esteja dizendo algo em que acredita, ao menos. Mais uma vez trazemos Hintikka (1962), que já discutia essa questão ao tratar da impossibilidade de comunicação quando duas pessoas que estão se comunicando e dizendo coisas falsas e sabem que estão fazendo isso. Por fim, são observadas as condições de adequação e objetividade, afinal o enunciado e a implicatura obtida a partir dele estão adequados ao contexto, que, por sua vez, é determinado pelo tópico das condições iniciais. A objetividade também foi observada enquanto condição pragmática, pois, se não for suposta, não há como explicar porque as pessoas tentam dizer as coisas, sempre observando o tópico, mas de maneira simples e rápida (COSTA, 2002, no prelo).

Conforme previsto pela TCNT, a comunicação é altamente imprevisível. Veremos que Bush dá um seguimento, embora adequado pragmaticamente falando, no que tange a questões de satisfação a expectativa do ato comunicativo, de polidez, etc., um tanto diferente no que tange ao tópico – que deixa de ser a eleição e passa a ser o caráter de Gore, a sua atitude, a natureza dessa atitude e o impacto que ela teria nele e na família. Ou seja, conforme previsto pela teoria, o tópico é

---

<sup>232</sup> Na verdade, como temos visto, encontramos inferências sintáticas, semânticas e pragmáticas na fala de Gore.

<sup>233</sup> E isso vale para as informações a partir das quais Gore tira a conclusão de que perderá a eleição. Elas não são verdadeiras, mas por terem sido tomadas como verazes, inúmeros eventos foram desencadeados.

mutável e, portanto, conforme a conversação vai tomando novos rumos, possíveis de serem previstos até certo ponto, mas impossíveis de serem programados<sup>234</sup>. Observemos a segunda fala.

#### SEGUNDA FALA (Dito de B)

- (1) Bush disse Y: “You are a good man”.
- (2) Bush implicou que Y P-satisfaz e S-satisfaz X em todas as CC.
- (3) Y não S-satisfaz X (ou não P-satisfaz X) em todas as CC, pois não é adequado (quebra a supermáxima da categoria da Relação), não é informativo (quebra a 1ª máxima da categoria da Quantidade). Y S-satisfaz X quanto à condição CC de veracidade; e Y P-satisfaz, pois respeita a CC de forma.
- (4) Se Bush disse Y e implicou Z (por hipótese abdutiva), então Y + Z P-satisfazem e S-satisfazem X em todas as CC.
- (5) Y + Z P-satisfazem e S-satisfazem X em todas as CC.
- (6) Bush disse Y e implicou Z.

Assim como fizemos com a fala de Gore, iremos analisar a fala de Bush à luz da TCNT e da TD, contemplando, é claro, os outros modelos do construto. Vimos que, segundo a TCNT, Gore inferiu a necessidade de uma resposta por parte de Bush, o que este observou. Bush satisfaz essa expectativa também através de um comentário<sup>235</sup>. Além disso, Bush sabe que, além de responder, deve fazê-lo diretamente (S-satisfazendo) ou indiretamente através de uma implicatura (P-satisfazendo). Ou seja, pela teoria, primeiramente Bush sabe que deve responder diretamente ou por implicatura.

Como a TIG/TIGA nos permite mostrar, a resposta de Bush quebra duas categorias, a da Relação e a da Quantidade<sup>236</sup>. Bush deve supor que, seja qual for a resposta, especialmente se o fizer empregando uma implicatura, ele sabe/supõe/espera que Gore conseguirá capturá-la. As condições de inferir são condições que envolvem os dois comunicadores. As pessoas já possuem um conjunto potencial de convenções sobre o dito e o implicado, e isso somente é atualizado no ato comunicativo (COSTA, 2002, no prelo).

A resposta de Bush para Gore é veraz, informativa; é adequada, mas indireta, mesmo assim, dada a implicatura, observa o critério da objetividade. Contudo, supô-la como informativa no sentido da relevância parece um tanto estranho e exagerado – mesmo aplicando a noção de implicaturas fracas. Além disso, tratar a resposta de Bush a partir da noção de benefício cognitivo<sup>237</sup> no sentido da relevância, especialmente, tendo em vista o que ele [Bush] pensa de Gore, é igualmente estranho. A

<sup>234</sup> No segundo diálogo, Gore achava que tinha uma espécie de relacionamento com Bush, mas a conversa tomou um rumo diferente – não de conteúdo, mas de elementos emocionais – cancelando várias suposições. Veremos isso com mais detalhes oportunamente.

<sup>235</sup> Embora Costa identifique certos pares de reações, uma pergunta pode ser satisfeita não com uma resposta, mas com outra pergunta – ou algo que caracterize uma resposta, independentemente do formato:

A – Você deixou de fumar?

B – FHC ainda é presidente?

A resposta vem através de uma implicatura. Ou seja, dado que a resposta para a pergunta sobre FHC seja uma negação, então, se B usou esse recurso para dar a resposta, podemos dizer que ela é igualmente negativa.

<sup>236</sup> E talvez uma terceira, a da Qualidade, afinal, até o momento, parece que o que Bush diz a respeito de Gore é algo que ele de fato pensa: que Gore é um bom homem – novamente o segundo diálogo será esclarecedor.

<sup>237</sup> Através da Metateoria das Interfaces é possível modelar a emoção a partir da noção de inferência.

resposta satisfaz muito mais ao ato comunicativo por ter satisfeito a inferência de que seria dada uma resposta – fosse ela qual fosse – do que deixar Gore no silêncio. Não se está dizendo que o silêncio não possa consistir em uma resposta relevante e cooperativa. Ele pode consistir sim em resposta, o que parece corroborar a sabedoria popular que afirma “Quem cala consente”.

A questão em jogo é: a resposta de Bush satisfaz o pedido de resposta esperado pela afirmação/declaração inicial. Sobre isso, a seguinte consideração. Segundo a TCNT, a comunicação humana deve ser não tautológica, mas, como vimos, pode valer-se de uma tautologia para comunicar algo, desde que uma implicatura harmonize as relações e, é claro, preferencialmente que o receptor seja capaz de derivar o implícito. Da mesma forma, podemos estender esse raciocínio ao silêncio. Uma coisa é o silêncio como recusa de cooperação, outra é o silêncio como veículo através do qual as pessoas optam por gerar uma implicatura a fim de satisfazer um ato comunicacional. O que está em jogo, no final das contas, é a satisfação da expectativa como forma de uma manutenção cooperativa de uma troca comunicacional.

A nossa análise, desde que iniciamos a aplicação da TCNT, não abordou ainda fenômenos que recaíram sob o escopo das ICGs, pela TICG, ou das explicaturas, pela TR. Nossa atenção será voltada agora para a abordagem desses aspectos. Para tanto, finalmente, iniciaremos a introdução da TD. Tratemos agora apenas das inferências relacionadas ao dito – mais adiante trataremos as demais contribuições, a saber, as inferências multiformes, o papel das emoções e imaginação, a interferência da forma sobre o conteúdo, e suas consequências para a comunicação inferencial. Como vimos, embora Grice não tenha desenvolvido mais aprofundadamente, há inferências que eram tratadas no nível da semântica, as quais explicitariam a semântica do dito. Segundo Grice, tudo o que não é dito é implicado, com exceção à ambiguidade e à atribuição de referência – mesmo requerendo informação contextual, elas atuam no nível do linguisticamente codificado, pois, segundo Grice e até Sperber e Wilson, esses aspectos contribuem para as condições-de-verdade das proposições. Para identificar tais inferências não haveria, segundo o autor, a necessidade de se fazer um cálculo de natureza pragmática, embora fosse necessário recorrer ao contexto – aqui, além da ambiguidade e atribuição de referência, incluem-se a polissemia e a vaguidade, etc. Costa, como vimos, mostrou que esse é também o caso das implicaturas convencionais.

Na TR, esses enriquecimentos do dito, atribuição de referência, desambiguação, resolução de referentes, interpretação de linguagem metafórica, identificação da atitude proposicional, seriam fruto de processos pragmáticos. Como tão bem expõe Dias (2012, p. 34), para Sperber e Wilson (1995) “não há uma significação *default*, mas um procedimento inferencial *default*, em que expectativas de relevância geradas por estímulos guiam o processo interpretativo”. Na TICG, de Levinson, essas recuperações consistem nas ICGs, uma espécie de estreitamento estereotípico, a partir de interpretações *default* do léxico, mas elas, embora complementem a semântica, têm natureza pragmática – vimos que Levinson se vale da noção de cancelabilidade como forma de justificar a localização, e, portanto, a natureza de tais conteúdos como sendo pragmáticos. Contudo, o autor não apresenta explicação razoável para sua seleção.



A fim de organizarmos a discussão, partiremos das premissas assumidas pela TCNT a qual tem o diálogo como unidade básica de comunicação, cuja origem está na competência semântica dos indivíduos, o que nos obriga a assumir uma semântica pré-existente ao diálogo. Isso significa que as palavras já têm um significado antes da comunicação, embora tal significado possa mudar quando as palavras forem efetivamente usadas na comunicação. Essas palavras estariam, portanto, por hipótese, armazenadas na mente das pessoas. Entretanto, ao contrário dos modelos tradicionais, como os da psicolinguística, que sugerem uma organização por campos semânticos, na TCNT, dada uma abordagem molecularista, essa organização se dá através de redes semânticas. A noção de rede é menor do que a noção de campo semântico, contudo maior do que tão somente o conjunto de sinônimos e acepções de um vocábulo, permitindo, inclusive, a inclusão de significados afins (VIÉGAS-FARIA, 2003). Dentro das redes, existem eixos semânticos que são recortados a partir de um tópico. Dessa forma, a memória enciclopédica dos interlocutores, quando envolvidos em um diálogo e orientados por um tópico, acessa diretamente as entradas lexicais relacionadas com a acepção de um determinado tema. Ou seja: as redes semânticas fazem parte da noção de acessibilidade de um significado na memória (VIÉGAS-FARIA, 2003).

Assim, dado que na comunicação partilhamos de significados parciais, todo e cada diálogo dá uma significação às partes a partir do tema que aparece como um dos aspectos das condições iniciais (COSTA, 2002, no prelo). Nesse sentido, as inferências semânticas são, portanto, acionadas pelos eixos semânticos recortados a partir do tópico. Conforme explica Menna Barreto (2003), é o conhecimento metalinguístico da estrutura do léxico, agora não mais suposto como um todo, mas a partir de redes menores, em que, através de redes semânticas, e das associações preferenciais de conceitos, adquiridas pelas convenções de uso da língua, permite às pessoas inferirem que a escolha de um dos termos da rede exclui a possibilidade de outras escolhas – podendo resolver, por exemplo, o problema das escalas. O significado semântico que uma proposição carrega e as inferências que ela sugere, já estão estabelecidas antes de entrarem no jogo comunicativo, mas contribuem para a interpretação pragmática quando contextos particulares entram em jogo (COSTA, 2002, no prelo) – interferindo nos ajustes semânticos.

Apliquemos essas questões aos adjetivos da fala de Bush, em especial ao trecho ‘You are a good man’. Antes de mais nada, como vimos à luz das escalas de Levinson, supor que Bush estaria implicando que não pode afirmar que Gore não é ótimo, por respeito à categoria da Qualidade, é uma ideia um tanto estranha. **Segundo Costa, a ideia de ‘não ótimo’ está na rede semântica envolvendo tais termos, e não na palavra, ao contrário do que propôs Levinson.** Mais problemático ainda seria, como quer Levinson, que essa implicatura fosse evitada tendo em vista a intenção de Bush, afinal, aqui estaríamos no terreno dos contextos particulares e da cognição. Segundo Costa, Bush usou o termo ‘good’, pois era informativo o suficiente, codificando significados que interessam para a sua troca, tendo em vista o tópico, um dos aspectos que constituem as condições iniciais, e excluem quaisquer outros propositalmente.

Assim, ao ver de Costa, a rede semântica do vocábulo ‘good’ seria acessada na memória enciclopédica da seguinte forma: o uso da palavra ‘good’ não inclui a palavra ‘regular’, apesar de logicamente incluí-la devido à noção de acarretamento. Segundo Levinson, ‘good’ sempre vai acarretar ‘regular’ e implicar ‘not great’, mas pela TCNT é possível manter a noção de significado preferencial sem precisar a atualização das demais significações *default*. Assim, ao dizer que Gore é um ‘good man’, Bush está lançando mão, naquelas condições iniciais, inclusive da rede na qual se localiza a palavra, de uma determinada configuração de conteúdos que caracterizam o tipo de significado que ele quer veicular. Em outras palavras: para Levinson, a expressão ‘good’ dispararia implicaturas Q por fazer parte de, por estar inserida em, uma escala, gerando assim o problema da origem e da restrição das mesmas. Nas redes semânticas, a solução para o problema da restrição é feita através do tópico contido nas condições iniciais.

Em sendo assim, a escolha do vocabulário é algo muito importante na comunicação, pois permite ao ouvinte excluir de uma mensagem inúmeras interpretações que seriam igualmente compatíveis com a mensagem codificada. Explica Menna Barreto (2003): o uso informativo de uma expressão exclui de maneira negativa as outras expressões simplesmente porque a escolha significa que aquela era a escolha pretendida, e não qualquer outra – resolvendo-se assim o problema da origem das escalas.

Vimos a questão da restrição de um significado. A fim de avançarmos nas questões sobre as inferências semânticas, iremos escolher primeiramente o fenômeno da atribuição de referência das falas de Gore e Bush. Do enunciado de Gore (‘I called to concede’), interessa-nos a solução para a identificação de referência do pronome ‘I’. Da fala de Bush, ‘You are a good man. I understand how hard this is. Give my best wishes to Tipper and the children’ interessam-nos os pronomes ‘You’, ‘I’ e ‘my’. O objetivo é discutir a forma de abordagem e a natureza dessas inferências. Como vimos, até o momento estamos ora na semântica, ora na pré-semântica, ora na pragmática, ora na explicatura, ora nas ICGs – sem contar que estamos com uma interface ainda indefinida no que tange aos níveis. Uma forma de resolver isso, ao contrário da noção de enriquecimentos proposta pela TR, seria a de supor que, de alguma forma, no contexto situacional, elementos que fazem parte do dito implícito já estariam definidos ali. Assim, as pessoas, o tempo, o assunto (que fazem parte do dito implícito na TD) podem já fazer parte do enunciado na TCNT. Quanto a essa questão, a TD parece descrever o que a TCNT já fazia.

Pela TCNT, as condições iniciais restringiriam e orientariam também a busca dos referentes. Neste momento, vamos apresentar algumas questões trazidas por Costa para detalhar de forma descritivamente mais ilustrativa as inferências, em especial, aquelas no nível do dito, com foco maior naquelas relacionadas com as condições de comunicabilidade que independem de contextos particulares.

Como vimos, para Costa, as trocas dialógicas articulam-se através níveis: “o significado passa a ser constituído pelo que é dito, pela apreensão de inferências ligadas a tal dito, mas além dele e, finalmente, o que o que o falante quis dizer, pretendeu significar, seja entendido” (COSTA,

2012, p.159). Interessa-nos primeiramente o que Costa definiu como dito explícito e o dito implícito, conceitos desenvolvidos na TD – modelo esse que emerge com base na TCNT, daí não serem propostas incompatíveis entre si. Esses dois primeiros níveis correspondem àquilo que está explícito e literalmente expresso (o dito explícito) e a uma espécie de afirmação que, embora não expressa, é assumida pelos interlocutores como tendo sido expressa (o dito implícito). Essas inferências semânticas têm respaldo, segundo Costa, nas condições de veracidade.

Com esse movimento, Costa elimina o nível pragmático como o único aspecto que resolveria a identificação de referentes, como pronomes e dêiticos, mantendo, assim, a proposta de Grice, que localiza essas inferências no nível da semântica; além de resolver o fenômeno identificado por Levinson, sem o ônus de complicar a interface entre Semântica e Pragmática. Dado que, como a TCNT prevê, situações comunicacionais/dialogicas, regidas pelas condições iniciais, seriam suficientes para orientar a identificação dos conteúdos – afinal, como não se está na interface com a Lógica, não é necessário identificar as condições-de-verdade de uma sentença, apenas se é veraz ou não. E, caso haja algum problema, como se está na interface com a comunicação – e ela pode ser imprevisível e caótica, mas dependente de condições iniciais – o cancelamento e ajuste podem ser rápidos e eficientemente providenciados.

Segundo a TCNT/TD, porque a comunicação é online, então é possível haver informações que não precisam estar codificadas e que não precisam de contextos particulares para serem recuperadas – ao menos, não através do tipo de cálculo previsto por Grice. Nessa perspectiva, para Costa, o dito explícito ficou econômico por causa do dito implícito, afinal não é preciso lançar mão de elementos pragmáticos para recuperar certas informações, pois muitas delas podem ser perfeitamente identificadas a partir de princípios semânticos. Segundo Pail (2012), trata-se de uma espécie de contexto semanticamente codificado no dito que se relaciona com o sentido implícito, ou o dito implícito. Quando à sua forma de identificação, Costa trata-o como sendo pressuposto pelo dito explícito e assumido online pelos interlocutores – ao assumir um princípio de relevância, ele passa a fazer sentido no nível das línguas envolvendo a interatividade e a racionalidade. Assim: “entre duas proposições de mesmo dito, a de menor explicitação [seria, por hipótese] mais relevante, assumindo-se que a codificação semântica do enunciado é determinada por leis de economia [e de relevância]” (DIAS, 2012, p. 61, acréscimo nosso).

Dessa forma, no dito explícito da fala de Gore ‘I called to concede’, conforme demonstrado abaixo, Bush pode recuperar as informações entre parênteses a partir dos elementos das condições iniciais que caracterizam a situação comunicativa na qual eles estão engajados.

**Dito explícito**

I called to concede.

**Dito implícito**

I[Gore] called<sub>i</sub> [you, Bush] to concede<sub>i</sub> [the presidential election we are disputing in the year 2000].

**Dito explícito**

You are a good man.

**Dito implícito**

You [Gore] are [being] a good man [to me (Bush)] [because you are conceding the election to me (Bush)].

**Dito implícito**

[Because you are conceding the election] you [Gore] are a good man.

Dessa forma, explica-se como a identificação dos referentes dos pronomes, por exemplo, entre outros enriquecimentos, não precisa ser tratada como pragmática, dependendo de contextos particulares, mas como inferências semânticas no dito implícito a partir das condições iniciais e da noção de veracidade. Além disso, nas trocas conversacionais, deixa de ser obrigatório verificar a verdade de uma proposição, identificá-la como veraz já seria o suficiente. Lança-se mão de contexto, mas não de contexto particular. E é por esse aspecto que Costa caracteriza as inferências semânticas (implicaturas convencionais, ICGs<sup>238</sup>).

Antes de avançarmos nas demais questões discutidas pela TD, é importante considerar os seguintes aspectos a respeito da interpretação na TCNT. Na TR, ao receber um enunciado, o receptor busca relevância ótima porque a mente humana tende a escolher o melhor estímulo, ativar o conjunto de informações mais relevantes e processá-lo (estímulo) da maneira mais produtiva possível. Ao assumirmos, com a TCNT, as noções de condições iniciais, veracidade e a molecularista de redes semânticas, o ponto de partida das interpretações, especialmente no que tange à aleatoriedade e imprevisibilidade das trocas comunicacionais, torna-se mais determinável, afinal, as pessoas, ao se conectarem, fazem-no já circunscritos a algo. Segundo Costa (2002, no prelo), “no molecularismo, as partes constituem parcialmente fragmentos que dão sentido à expressão”. Após estabelecidas as condições iniciais, a suposição de uma semântica preexistente e a veracidade, os aspectos previstos pela TR como a questão da acessibilidade, a suposição da inferência como forma de complementação da decodificação, os efeitos cognitivos, etc., como veremos, continuam sendo excelentes recursos e perfeitamente articuláveis.

Como vimos, na TCNT, Costa desafia a noção de relevância tal como prevista por Sperber e Wilson (1986, 1995). O autor traz a atuação da noção de relevância para a dimensão social da comunicação, além de questionar certos aspectos relativos à cognição. Ao mostrar que benefício pode envolver aspectos de natureza retórica, moral, cultural e psicológica, dizer que algo é relevante passa a significar a suposição de benefícios de diferentes naturezas. No caso do diálogo que estamos analisando, embora não se possa negar o benefício de reordenação de mundo/de ambiente cognitivo que a fala de Gore trouxe para Bush, como sendo altamente informativo; a de Bush, nos termos clássicos da relevância, em quase nada favoreceu Gore. Para quem, ao que tudo indica, perdeu a eleição para presidente dos EUA, ser chamado de/reconhecido como um bom homem por seu adversário, o qual demonstra empatia, não apenas pelo sofrimento de seu adversário, mas por lembrar inclusive da família do mesmo, não há muito que comparar. Informacionalmente, podemos questionar se, mesmo que a fala de Bush seja informacional, não seria seu comportamento solidário

---

<sup>238</sup> Ambas são geradas sem a necessidade de contextos particulares.

que teria algum impacto maior no ambiente cognitivo de Gore por tornar mais manifesto um conjunto maior de suposições fracas.

Como alegam Sperber e Wilson, Gore pode derivar uma série de implicaturas fracas. No caso do enunciado de Gore, ao contrário, temos suposições fortemente implicadas, pois foram claramente pretendidas por ele e necessariamente recuperadas por Bush – tornadas fortemente manifestas a ambos. É claro que Bush, a partir da recuperação da implicatura forte da parte de Gore, pode fazer derivações que são menos pretendidas por Gore, cujo acesso é, portanto, cada vez mais da responsabilidade do próprio Bush, até um ponto em que suposições não comunicadas por Gore através do seu enunciado podem ser acessadas por Bush. Contudo, de forma alguma, tais conteúdos podem ser considerados mutuamente manifestos tanto para o republicano quanto para o democrata.

Se pensarmos em termos clássicos da noção de relevância, a resposta indireta de Bush ativa efeitos contextuais e/ou cognitivos adicionais – e, portanto, aumentam o custo de processamento da resposta. Linguisticamente, a resposta de Bush não é complexa, mas, pensando estritamente na relevância tal como proposto por Sperber e Wilson, vemos que a resposta, em que pese a alteração de ambiente cognitivo de Gore, informacionalmente falando, embora adequada para a situação, não faz muita diferença – o homem perdeu a eleição para presidente dos EUA.

Entretanto, se pensarmos em termos da TCNT/TD, a resposta de Bush foi mais relevante se considerarmos outros aspectos envolvendo uma troca conversacional. Ela satisfaz a inferência de Gore (a expectativa de uma resposta) e o PCNT, ou seja, estar em conexão com Gore naquela situação mostrou-se mais relevante e cooperativo do que gerar efeitos cognitivos conforme postulado por Sperber e Wilson. Seja como for, dado que estamos assumindo a suposição da conectividade como tendência natural, então é possível dizer que há benefícios outros além da alteração estritamente informacional do ambiente cognitivo. No caso de Gore, sem a conectividade, não há como explicar como a ostensão se justifica antes de a relevância ser prevista. No caso de Bush, há benefícios relacionados a comportamentos cordiais entre adversários; a imagem que Gore tem de seu adversário como alguém que o trata com respeito e tem uma consciência moral sobre perder e fazê-lo de forma honrada<sup>239</sup>. Essas questões, contudo, serão mais bem esclarecidas a partir de dois outros níveis de articulação – além do (i) dito explícito e (ii) do dito implícito, propostos por Costa, na TD, tendo em vista uma análise dos elementos heteromórficos que caracterizam as trocas conversacionais –, a saber, (iii) o intencional/emocional/imaginativo e o (iv) inferencial.

Na verdade, essa perspectiva desenvolvida por Costa para tratar as intenções, as emoções e as fantasias como elementos que orientam/dirigem não apenas o dito, mas também o implicado, ou seja, as inferências, é fruto, como vimos, da suposição de que o raciocínio prático é rico não apenas em quantidade de inferências, mas em natureza e complexidade (COSTA, 2012). Na comunicação, as pessoas não apenas informam, além de não reagirem às informações apenas através de efeitos cognitivos – conforme previsto por Sperber e Wilson.

---

<sup>239</sup> Contudo, conforme veremos, embora essa seja sim uma interpretação possível, os reais motivos de Gore foram outros.

Segundo Strey (2011), benefícios emocionais podem ser, em certas circunstâncias, mais relevantes do que benefícios informativos. Dessa forma, o modo como se diz algo passa a ser tão importante – ou, por vezes, até mais – do que o dito propriamente. Aqui, a pragmática inferencial, diz Costa, pode ver e/ou tomar a retórica, agora também de uma perspectiva inferencial, como uma de suas subáreas, pois é a retórica linguística que trata da interferência de aspectos do modo de se dizer uma coisa sobre as inferências que isso pode gerar. Essa percepção foi já abordada por Grice através da categoria de Modo – contudo, como Pinker (2008a) observa, Grice o faz unicamente tendo em vista fins racionais.

Nesse sentido, segundo Pinker (2008a), é importante para as pessoas a impressão que elas deixam nos outros. E isso já foi tratado por Sperber e Wilson quando eles dizem que essa impressão – a qual eles tratam como a alteração de ambiente cognitivo – determina aspectos relativos a futuras possibilidades de interação entre as pessoas, afinal, desempenhamos papéis sociais e, portanto, é preciso ter cuidado não apenas com o que dizemos, mas com a forma como o dizemos. A própria TR, mesmo após grande esforço para excluir as emoções do seu modelo, chegando a afirmar que daí sim estaria construindo um modelo geral da comunicação, acabam tendo que enfrentar a questão do estilo, das decisões do falante sobre a configuração da sua fala – do estímulo usado para veicular sua intenção informativa. Em um sentido, eles estão certos, as pessoas podem escolher o que vão deixar explícito e o que vão deixar implícito – o que não tem nada a ver com o que não vão comunicar, uma vez que estamos no nível da manifestabilidade mútua. Seja como for, na TR, as diferenças em estilo (algo equivalente à categoria griceana de Modo) seriam reduzidas a maneiras de se buscar relevância, mas aquela relevância que preconiza a racionalidade apenas.

Contudo, se colocarmos o diálogo do qual estamos nos ocupando sob o escrutínio da formatação dos ditos e implicados, igualmente tendo em vista a questão da intenção, da emoção e da imaginação, a partir de uma perspectiva inferencial, em que a forma interfere sobre o conteúdo, permitindo a geração de inferências, alguns fenômenos podem ou ser melhor classificados e/ou inclusive identificados, permitindo caracterizar o discurso no qual são produzidos, a saber, no nosso caso em especial, um fragmento de discurso político.

Estamos em um ambiente de interfaces, em que se assume a comunicação como um objeto heteromórfico, buscando-se descrever e explicar a complexidade significativa do primeiro diálogo entre Gore e Bush na madrugada do término da apuração dos votos e determinação do vencedor. Conforme sugere Costa (2013) no artigo **Pragmática, Retórica e Interfaces**, assumamos uma construção em que haja níveis de organização, partindo-se do mais básico ao mais amplo: (1) fonético/fonológico, que trata de aspectos fonéticos e prosódicos; (2) mórfico, que trata de aspectos relacionados a prefixos e sufixos; (3) lexical, que trata de aspectos relacionados à escolha de lexemas e palavras; (4) sintático, que trata de aspectos relacionados à configuração de sentenças e frases; (5) semântico, que trata de aspectos relacionados à proposição; e (6) pragmático/retórico, que trata de aspectos relacionados a enunciados e inferências tipo implicaturas. Assumindo também que “a leitura de intenções dirige o processo dialógico comunicativo” (DIAS, 2012, p. 63), e o fato de que o meio é

a mensagem, ou seja, a escolha das palavras, a forma dos enunciados<sup>240</sup>, são aspectos que interferem nos conteúdos transmitidos, e que isso é importante para a interação humana, podemos tecer algumas considerações a respeito das falas de Gore e de Bush. Costa, entretanto, lembra que essa construção em níveis não necessariamente deve ser vista como um processo linear.

Os interlocutores, em conexão, intencionalmente iniciada por Gore, estão em uma perspectiva dialógica trocando proposições tipo comentário/comentário. Essas proposições não necessariamente precisam ser verdadeiras ou falsas, até porque eles não têm como dar garantia definitiva disso nem como buscar tais garantias. Assim, ambos assumem que estão sendo sinceros, aceitando a verdade do que dizem e das inferências que autorizam através de seus ditos. A relação entre eles, embora adversários, está baseada nas crenças que cada um entretém sobre o outro – caso contrário, por exemplo, Bush nem teria atendido ao telefonema, nem teria processado a fala de Gore, nem teria realizado as inferências e nem teria crido na implicatura que derivou.

Vejam algumas consequências disso para a maneira como Gore e Bush formularam seus enunciados. Iniciaremos com Gore. Nesse aspecto, estamos no terreno das inferências emocionais – aspectos emocionais regendo o meio a fim de determinar a interpretação da mensagem. Como vimos, ele optou pelo verbo ‘to concede/desistir’. Ele não usou ‘to lose/perder’; ele não ligou dizendo, por exemplo, ‘I acknowledge that I lost the election’. Embora tenha perdido a eleição, ou ao menos acredite nisso, Gore formulou seu dito de maneira a não colocar na estrutura de superfície do dito nada relacionado à noção de derrota – aqui podemos ver o emprego de um operador retórico do tipo lexical. Gore se apresenta a Bush com um enunciado através do qual ele se mostra desistindo de algo – portanto, não passivo pela derrota, mas ativo pela desistência. Assim, a escolha lexical, portanto, não está ligada apenas ao fato do melhor conteúdo semântico a ser enunciado, mas ao que emocionalmente se quer passar – ilustra-se, portanto, o que Costa quer dizer ao afirmar que o intencional, ligado ao emocional, afeta o inferencial. Gore não queria se mostrar como derrotado, como aquele que perdeu a eleição, mas como alguém que decidiu abrir mão da sua posição política dadas as circunstâncias. Assim, de certa forma, pode-se dizer que sua intenção, aquilo que ele emocionalmente sentia, também está representada na escolha do léxico, no dito, interferindo e determinando a impressão sobre si que ele deseja transmitir.

A resposta de Bush pode servir para ilustrar o fato de que os falantes também fazem suposições sobre os estados emocionais dos interlocutores. Tendo em vista, inicialmente, aspectos fonéticos e fonológicos, apesar de Bush ficar feliz com a notícia, imaginemos, é possível inferir que Gore não estava contente em ter que dar tal telefonema. Dessa forma, o tom de voz de Gore – uma pista, um *input* paralinguístico – deve ter comunicado algo a Bush, que, por sua vez, parece ter percebido. Segundo Wilson e Wharton (2006), elementos prosódicos criam impressões e, portanto, transmitem informações sobre emoções e atitudes. Ninguém imaginaria que Gore tenha ligado para

---

<sup>240</sup> Aqui podemos pensar em opções por expressões idiomáticas, efeitos prosódicos – inclusive as IGCs tipo M, de Levinson, e a quebra da categoria griceana de Modo.

Bush demonstrando na fala felicidade<sup>241</sup>. Embora o tratamento que Wilson e Wharton (2006) deem seja via relevância, interessa-nos agora ratificar a identificação e tal fenômeno.

Bush, por sua vez, além de dar uma resposta, via um comentário, satisfazendo a estrutura do diálogo iniciado por Gore, permite que infiramos que ele (Bush) não só compreendeu a intenção de Gore, como também realizou uma inferência sobre o estado emocional de Gore; na verdade, foi além, supôs algo sobre a família de Gore – esse aspecto ilustra a sugestão de Sperber e Wilson de que, das suposições contextuais levantadas, muitas delas, quão mais fracas, mais são da responsabilidade do receptor. Tanto é que os dois primeiros enunciados da fala de Bush têm como foco Gore, já o terceiro refere-se à sua família. Tendo em vista os níveis propostos por Costa, a fala de Bush igualmente é fruto de escolhas que determinam o dito e orientam o implicado, as quais, por sua vez, dependem de elementos emocionais – retornamos, portanto, à tese defendida por Strey (2011). Se trouxermos para a discussão aspectos referentes ao que Pail (2012) trata como operadores retóricos, é possível supor que as falas de Gore e de Bush foram configuradas também a partir de aspectos emocionais, os quais dirigiram suas escolhas linguísticas a fim de bloquear interpretações indesejadas, no caso de Gore, a de derrotado; e a fim de incentivar interpretações, no caso de Bush, como alguém que respeita seus adversários e sabe reconhecer atitudes de nobreza – ou seja, cada um criando as impressões pelas quais querem ser reconhecidos.

Como é possível observar também, o dito de Gore é mais lacônico e muito menor em extensão do que o de Bush – este, por sua vez, exigindo um maior custo de processamento, inclusive na etapa da decodificação. Contudo, a implicatura pretendida por Gore é muito mais fácil de ser identificada do que a de Bush – provavelmente porque, no caso de Gore, há uma informação específica que ele deseja tornar mutuamente manifesta; no caso de Bush, estamos mais no terreno das impressões e das emoções, portanto, no terreno de uma resposta mais satisfatória ao ato comunicativo propriamente dito. Bush poderia muito bem ter dito algo como ‘Vou cuidar bem do país’. Gore esperava uma resposta, no caso, ela veio como uma espécie de consolo. A resposta de Bush, em especial, vem ao encontro do que foi preconizado por Tannen (1995) e defendido por Costa (2002, no prelo), sempre com base em trabalhos como os de Damásio e Pinker: as pessoas não estão envolvidas umas com as outras apenas através da troca de informações; a partir do momento em que existe envolvimento humano existem intenções, e intenções pressupõem emoções em algum nível.

Embora aqui estejamos no terreno interno à troca entre Gore e Bush, no terreno externo, para os leitores que leem essa troca, isso também se aplica. Eles também conseguem realizar a decodificação e as inferências necessárias para entender o que Gore disse e implicou para Bush, e, vice-versa, o que Bush disse e implicou para Gore – além de derivarem (leitores) suas próprias inferências. Segundo Dias (2012), **todo aquele que é/está exposto a informações manifestas passa a estar potencialmente inserido no jogo comunicativo**. Assim, isso se aplica, para Gore e Bush,

---

<sup>241</sup> Como veremos, embora, segundo a TIME, Gore tenha ligado para Bush para terminar logo com a expectativa, pois o avanço na contagem não se mostrava nada favorável a ele, Gore) não teria, prosodicamente falando, comunicado esse alívio. Trataremos dessa questão mais adiante.



interna e realmente; e para os leitores do jornal no qual o diálogo foi publicado, externa e potencialmente. Dessa forma, pode-se afirmar que as condições para a realização de inferências são virtualmente as mesmas tanto para os participantes do diálogo quanto para as pessoas que o leem, pois todos têm potencialmente as suposições necessárias manifestas. Uma evidência de que isso parece ser o caso consiste no fato de o jornalista não ter codificado na estrutura do texto jornalístico as implicaturas. Não houve nenhum comentário e/ou acréscimo de informações, muito menos explicações, do jornalista a fim de esclarecer algo sobre essa troca. Contudo, essa prática pode variar.

Como veremos, em várias oportunidades os jornalistas optam por explicitar os implícitos de falas que publicam – inclusive a dos próprios jornalistas quando esses dizem algo e, imediatamente, comentam o que disseram, geralmente temos a codificação da intenção do jornalista instanciada na codificação da implicatura. Em outras palavras: mesmo não participando de um diálogo, mesmo lendo apenas os ditos explícitos de uma troca conversacional, alguém, devido às informações manifestas, pode ser considerado inserido e/ou inserir-se em um jogo comunicativo. E, dado que a cognição tem como uma de suas propriedades a de processar intenções, então se entende como, no caso, os leitores podem inferir o que Gore e Bush inferiram de seus ditos no interior do diálogo que protagonizaram. Dias (2012, p. 65) explica esse fenômeno da seguinte forma: “ao enunciar algo dentro de um quadro de informações não expressas, a compreensão da intenção do falante mostra-se o foco do ouvinte, guiando o processo”. Corrobora-se, dessa forma, que, a partir de um determinado ponto, as suposições entretidas pelas pessoas começam a se diferenciar tendo em vista seus ambientes cognitivos: as suposições que são mais acessíveis a cada pessoa começam a se diferenciar.

Agora com a TCNT e com a TD é possível fazer um mapeamento de outras intenções que dirigem uma troca conversacional – não apenas a informativa e a comunicativa, mas as emocionais (e as imaginativas, as quais veremos em outro diálogo). A adoção da TCNT e da TD nos permite tratar a troca entre Gore e Bush mostrando como o significado na interface consiste em um objeto complexo que é determinado pela interação de elementos verbais e não-verbais. A análise aqui realizada corrobora os aspectos levantados por Costa a respeito do diálogo: mostrou-se uma peça comunicativa básica cuja estrutura envolve propriedades lexicais, semânticas e pragmáticas; através da qual são expressos significados explícitos – ditos – e significados implícitos – implicados. Vimos também que tais conteúdos extraliterais podem sim ser identificados como implicaturas griceanas reguladas por uma propriedade cooperativa e de relevância tacitamente suposta pelos interlocutores, mas agora contemplando benefícios não apenas informativos. Por fim, no diálogo que analisamos, através do construto, foi possível mostrar que, conforme previsto por Costa, o conjunto de afirmações explícitas mais o conjunto de implícitos permitem que cada interlocutor infira a intenção do outro, e seu estado emocional.

Gore ligou para Bush a fim de comunicar-lhe que estava desistindo da eleição e Bush respondeu-lhe algo. O fato de Gore não ser obrigado a fazer isso, mas de tê-lo feito da mesma forma, pode ser explicado pelo princípio da conectividade e da interatividade, depois pela hipótese inatista, só depois pela relevância e depois ainda pela cooperação. Antes de um conteúdo específico, através

de cada ligação a Bush, Gore corrobora o que Costa prevê através da TCNT/TD, a saber, Gore instancia a tendência que o ser humano tem “de base inata para formar redes comunicativas de preservação de sistemas informativos”. Aqui podemos visualizar que a articulação entre os modelos é desejável, pois as trocas e as inferências geradas não são apenas fruto de razão e cooperação, mas de relevância e da capacidade/necessidade que o ser humano tem para entrar em contato – o qual é regulado também por aspectos de natureza emocional.

Como dissemos anteriormente, o primeiro diálogo seria usado para demonstrar de que forma o construto permitiria uma abordagem mais rica e esclarecedora do significado tendo em vista a heterogeneidade dos aspectos envolvidos na compreensão do que cada modelo separadamente. A partir de agora, iremos aplicá-lo a várias situações em que inferências e significação estão envolvidas a fim de ilustrar a capacidade do construto e de trazer contribuições sobre os discursos que nos servirão de *locus*. Antes de passarmos para o segundo diálogo, iremos fazer uma análise de dois aspectos relacionados ainda ao primeiro diálogo. Um deles refere-se a um trecho do discurso jornalístico e pretende mostrar como um leitor que tivesse há pouco lido o primeiro diálogo entre Gore e Bush construiria uma interpretação que logo terá que ser cancelada. Outro se refere a uma modelagem, agora através do construto do raciocínio realizado por Gore que o levou a fazer tal telefonema. Para tanto, utilizaremos trechos das reportagens jornalísticas. Iniciaremos com uma proposta de modelagem para a inferência realizada por Gore quando este achou/concluiu que perderia a eleição, aspecto que desencadeou o telefonema.

Vejamos, a seguir, algumas inferências referentes ao primeiro diálogo, mas, especialmente, a partir de aspectos específicos do discurso jornalístico. Após os meios de comunicação terem voltado atrás novamente e passado a anunciar Bush como o vencedor da Flórida, por volta da 1:30, do dia 8/12, a diferença entre ele e Gore era de 200.000 votos. Perto das 2:30, quando 98% das apurações já estavam feitas, a diferença havia caído para 50.000 votos. Gore decide, então, fazer seu discurso de concessão. É nesse cenário que podemos identificar o que Costa defende a respeito dos processos inferenciais: segundo o autor, embora todos tenham uma base lógica, o caráter multiforme dos argumentos faz com que outras inferências sejam necessárias.

Conforme o tempo ia passando e os precintos iam fechando seus resultados, embora a diferença entre eles caísse, vimos que a atitude de Gore foi a de decidir fazer o discurso de concessão. Portanto, Gore pode ter realizado a seguinte inferência: em 98% dos votos contados Bush obteve mais votos, nos 2% restantes é provável que os votos também favorecerão Bush. Mesmo que Gore aceitasse a premissa de que, conforme a contagem ia sendo feita, a vantagem de Bush estivesse caindo, e como 2 % representam muito poucos votos a serem contados, ele não acredita, portanto, que essa queda altere significativamente o resultado a seu favor. Ou seja, a probabilidade de que os votos para ele tenham ficado para o final da contagem é uma hipótese muito remota, ou seja, pouco acessível – em termos de relevância, o custo para a confirmação dessa possibilidade é maior do que a da confirmação de que, embora haja votos para ele, eles não serão suficientes.

Esse raciocínio demonstra, não apenas a força de uma conclusão obtida pelo raciocínio indutivo, mas também como o custo em termos de acessibilidade para hipóteses remotas, embora possíveis, interfere na aceitação de uma suposição. Afinal, Gore conseguiu votos, pelo menos para desencadear uma recontagem e evitar que Bush fosse declarado vencedor imediatamente ao final da contagem.

Embora não tenha a precisão da dedução, a racionalidade garantida pela indução se mostrou suficiente para conferir uma certa base de sustentação das crenças em jogo, sejam elas fortes ou fracas. Além disso, em termos de relevância, é possível identificar a interferência de uma relação entre custo e benefício, pois pareceu ser menor o custo prever que, embora existam votos a serem ainda contados, eles não serão suficientes para reverter o resultado.

Dentro de um contexto em que a diferença ia caindo, da conclusão de que seria muito improvável que se encontrassem votos suficientes para Gore alterar o resultado, duas implicações contextuais diferentes foram obtidas. Gore inferiu que perderia na Flórida e, portanto, que perderia a eleição. Rove, por sua vez, inferiu que Bush manteria sua vitória na Flórida, sendo, portanto, o vencedor da eleição – em um contexto que aquele que vencesse na Flórida, venceria a eleição.

Costa (2008) defende que há uma tendência para escolha de formas lógicas dedutivas, ou algo que se aproxime delas, para que as conclusões pareçam ou sejam consideradas necessárias. Assim, ainda que as conclusões necessárias sejam mais próximas da semântica do que da pragmática, o que se percebe é que a pretensão de conclusões necessárias (PAIL, 2012) parece ser suficiente. No caso do raciocínio disjuntivo da lógica dedutiva, seja ele o inclusivo ou exclusivo, o mais comum em linguagem natural é o exclusivo. Dessa forma, embora houvesse dez candidatos à presidência, apenas dois estavam, de fato, disputando: Gore e Bush.

A partir do resultado do raciocínio indutivo e do raciocínio não-demonstrativo (a respeito da hipótese mais acessível), é possível supor e modelar o raciocínio sobre qual seria o vencedor da seguinte forma:

Gore vencerá na Flórida ou Bush vencerá na Flórida.	$p \vee q$
Bush venceu na Flórida.	$q$
Gore não venceu	$\neg p$

Embora o raciocínio seja inválido, ele é mais relevante, pois é menos custoso usar como premissa uma afirmação na forma afirmativa. É menos custoso dizer quem ganhou do que dizer quem não ganhou para que depois se conclua sobre quem ganhou. Nesse contexto, ‘Bush venceu’ é menos custoso do que ‘Gore não ganhou’, uma vez que, no caso do segundo enunciado, é preciso posteriormente identificar quem é o vencedor.

É claro que, se incluirmos, por exemplo, um aspecto emocional, ao invés de declarar alguém como perdedor, o custo a mais de dizer que ele não venceu é compensado pelo benefício emocional. Por fim, se verificarmos nas reportagens, quando as emissoras anunciam quem ganhou, elas o fazem na forma afirmativa, pois essa maneira exige um passo a menos no raciocínio. Alguns exemplos são:

‘Gore had captured Florida’, ‘Gore has taken Florida’, ‘Brazile got an e-mail from her assistant saying it had been called [to Bush]’, ‘when it was finally called for Bush’, etc<sup>242</sup>.

Vejamos agora, a partir dos raciocínios e conclusões acima, como Rove deu a Bush a notícia de que o candidato republicano havia sido considerado o vencedor da Flórida – que fique claro, isso não significa que ele de fato era o vencedor. Assim, ainda com as contagens sendo feitas, Rove ligou para Bush e se dirigiu a ele como ‘Mr. President’. Entretanto, tanto Gore quanto Rove não podiam de fato ter certeza de nada, afinal, dado que suas conclusões são fruto de inferências indutivas, elas são apenas de base probabilística. Reiteramos que o fato de essas conclusões terem sido obtidas em um contexto em que as contagens não haviam sido totalmente encerradas as enfraquecia, portanto, a certeza do conteúdo das premissas também é, até certo ponto, questionável.

Consideremos o enunciado através do qual Rove deu a notícia a Bush. Pode-se dizer que Rove, à luz de Grice, violou, de certa forma, as duas máximas da Qualidade, afinal, Bush não era presidente, mas sim governador, e as evidências nas quais Rove se baseou eram apenas probabilísticas. Contudo, Bush, acreditando que Rove estava cooperando, inferiu que ele havia ganhado na Flórida – ou que tudo indicava que ele ganharia – e, portanto, vencido a eleição – tendo em vista um contexto em que Bush estava na frente em número de votos e as contagens já estavam praticamente encerradas. É claro que não estamos dizendo que Rove não se baseou em evidências, mas é possível questionar se ele analisou as evidências para se certificar se elas são, como prevê a 2ª submáxima da Qualidade, verdadeiras – daí a noção de veracidade ser tão mais apropriada para tratar desse raciocínio, afinal, na comunicação, dada sua dinamicidade e dependência contextual, certezas, como prerrogativas para a comunicação, conforme prevê a SCV, são altamente improváveis.

Vejamos a partir de agora como a revista TIME descreve o momento em que Gore conclui que perdeu a eleição e as suas ações.

### Trecho (2)

1 Gore was watching the final returns in the staff room on the seventh floor of the  
 2 Loews. Of his family, only Karena was with him, her arm around him, rubbing his  
 3 back, at other times sitting on the floor. When it was finally called for Bush, there was  
 4 a moment of stunned silence. Then as Gore stood and thanked his aides, they began to  
 5 cry and hug one another. The Vice President made it clear that he wanted to move with  
 6 swift grace to say his goodbye to his waiting supporters and the country. He started  
 7 working on his concession speech with what an aide described as a "let's get it over  
 8 with" resolve. He returned to his private family suite on the ninth floor as a resolute  
 9 Tipper stood with him. Gore comforted his sobbing daughters.  
 10 What happened next has Democrats still baffled. The man who was willing to fight so  
 11 long and work so hard and campaign until he dropped seemed in a hurry to drop out.  
 12 He had been up for 50 hours straight by this time. But Tipper was ready to hold on a  
 13 while longer, and so were some other aides, including former chief of staff Jack Quinn,  
 14 who was in the lobby on the phone. Lieberman too wanted to fight. Brazile got an e-  
 15 mail from her assistant saying it had been called. She wrote back, "Never surrender.  
 16 It's not over yet." As they headed to the motorcade, Brazile's gut told her they were

---

<sup>242</sup> No CD com cópia das reportagens da TIME é possível encontrar esses enunciados.

- 17 moving too quickly. "It was like going to a funeral but without a corpse."  
 18 Nonetheless, Gore called Bush around 2:30 a.m. to concede.

Como é possível verificar, o texto diz que, após Bush ter sido declarado vencedor, “There was a moment of stunned silence”. Através desse enunciado, o jornalista está descrevendo não apenas o efeito informativo, ou seja, o impacto e a alteração na representação de mundo das pessoas, no caso, de Gore, seus assessores e sua família, em termos de implicações contextuais, nos termos da TR, mas também o efeito emocional<sup>243</sup>. A TR propõe um tratamento, até certo ponto muito adequado, das emoções em termos de implicaturas fracas, mas emprega o termo vago ‘impressões’ para descrever esse conjunto de elementos não-proposicionais. Esse aspecto é melhor descrito e explicado pela Metateoria das Interfaces, através da TCNT, pois, conforme Strey (2011), é possível **trazer a emoção para dentro de uma abordagem inferencial, tratando-a ainda como emoção, e considerar seu papel na orientação do processamento inferencial.**

Assim, a partir do termo ‘stunned’, recuperam-se informações lexicais a respeito do que significa estar nesse estado, a saber, significa estar em choque, estar perplexo, confuso. Da memória enciclopédica, é possível recuperar como uma suposição possível ligada a essa entrada algo como ‘fica-se em choque quando algo extremamente inesperado e, geralmente, desagradável ocorre’; do ambiente, recupera-se a informação de que ‘Bush foi declarado vencedor’, e da memória enciclopédica recupera-se a suposição que ‘poucas horas antes, Gore tinha sido declarado o vencedor do estado’.

Segundo a TIG/TIGA, esse enunciado, que quebra da 1ª máxima da Quantidade, permite que os leitores infiram que ‘As pessoas ficaram perplexas com a notícia que acabaram de receber, com o que acabou de acontecer’. Além dessa, várias outras suposições passam a se tornar manifestas aos leitores, gerando inúmeras implicaturas fracas – cada vez mais, lembramos, elas seriam da responsabilidade dos leitores. Um exemplo desse tipo de suposições poderia ser aquelas associadas ao estado emocional das pessoas que receberam tal notícia.

Como vimos, em momento algum o jornalista diz, enuncia que Gore perdeu. Contudo, essa informação não só pôde ser inferida como parece ser fortalecida pela continuidade do texto: “Then as Gore stood and thanked his aides, they began to cry and hug one another”. Embora ‘to cry’ e ‘to hug’ deem acesso a suposições aplicáveis tanto em situações em que as pessoas estejam tristes quanto nas quais elas estejam felizes, nesse caso, dado o contexto em que um adversário venceu, as suposições acessadas seriam ligadas não à demonstração de alívio e celebração, mas de lamento e apoio, permitindo inferir que as pessoas estavam tristes e umas apoiando e consolando as outras.

Já o trecho “The Vice President made it clear that he wanted to move with swift grace to say his goodbye to his waiting supporters and the country. He started working on his concession speech with what an aide described as a ‘let’s get it over with’ resolve” (linhas 5 a 8) e o trecho “The man

---

<sup>243</sup> Nesse caso, não é cancelada apenas a suposição de que Gore será eleito presidente, mas todas as suposições fracas encadeadas que, por sua vez, quão mais forem da responsabilidade do receptor podem caracterizar, inclusive, a imaginação, conforme sugerido por Costa (2012).

who was willing to fight so long and work so hard and campaign until he dropped seemed in a hurry to drop out” (linhas 10 e 11) trazem pistas não só sobre as decisões de Gore, a partir da notícia de sua (provável) derrota, como também aquelas sobre a opinião do jornal a respeito disso. Vejamos o primeiro trecho: do dito explícito das linhas 5-8, é possível construir o dito implícito abaixo.

### **Dito implícito**

The Vice President [Gore] made it clear that he [Gore] wanted to move with swift grace to say his [Gore] goodbye to his [Gore] waiting supporters and the country [USA]. He [Gore] started working on his [Gore] concession speech with what an aide described as a ‘let’s get it over with’ resolve.

Aqui, além das várias implicaturas-I de identificação de referência, a partir de expressões definidas e pronomes, em especial, percebe-se o emprego de algumas expressões específicas que geram implicaturas-M. A primeira delas é ‘made it clear’, que é mais complexa do que o verbo ‘to say’, o qual poderia ter sido perfeitamente usado na mesma situação. Através dessa expressão, é possível inferir que não era óbvia ou não deveria ser óbvia a vontade de Gore; ou que, se era, ele teve que, de certa forma, obrigar as pessoas a aceitarem sua decisão de conceder. Uma implicatura conversacional particularizada por quebra da 1ª máxima da categoria de Quantidade poderia ser a de que ‘Havia ou haveria resistência à sua decisão de conceder’. Suposição que, logo a seguir, na continuidade do texto, é confirmada e fortalecida.

Vimos que o jornal diz que ‘[Gore] wants to say his goodbye to’. Dado que ‘adeus’ se dá quando se acredita que algo esteja terminado, concluído, sem uma oportunidade de se voltar atrás, não, pelo menos, naquele momento; é possível tratar tal termo como uma metonímia e uma espécie de eufemismo, uma implicatura pela quebra da 1ª máxima da Quantidade e da 1ª máxima da Qualidade, para ‘reconhecimento da derrota’. Isso leva à implicatura encadeada de que ‘Gore acredita que sua derrota na Flórida definitivamente encerra sua possibilidade de vitória’.

O texto continua dizendo que Gore ‘started working on his concession speech’. Igualmente pela quebra da 1ª máxima da Quantidade, é possível implicar que a despedida pretendida por Gore consiste no discurso de desistência – não um discurso mais geral, ou qualquer outro tipo, mas o de desistência. Pelo conhecimento enciclopédico a partir da entrada ‘discurso de concessão’, em política, ‘desistir’ consiste no reconhecimento público de dois aspectos: de que ele foi derrotado e de que o outro candidato venceu. Além disso, esse discurso deve ser feito somente depois que o resultado total dos votos for veiculado, ou seja, quando o processo eleitoral estiver terminado. Esse tipo de discurso é visto como o grande ato final de uma campanha perdida. O candidato vencedor, por cortesia, sempre aguarda o discurso de desistência antes de realizar seu discurso de aceitação<sup>244</sup>.

Até aqui se pode pensar, então, pelo frame que se tem na memória enciclopédica que ações e providências seriam tomadas nesse tipo de situação, o discurso de concessão é o último desses atos, o qual é/deveria ser feito, reiteramos, quando as contagens, no mínimo, tiverem sido encerradas.

<sup>244</sup> [http://en.wikipedia.org/wiki/Concession\\_\(politics\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Concession_(politics))

Contudo, ainda sobre esse aspecto, o emprego, em especial, da expressão ‘move with swift grace’, mais uma vez, uma forma mais prolixa e marcada, caracteriza as ações que seriam tomadas por Gore, pode desencadear, potencialmente, uma série de implicaturas.

A partir da expressão ‘swift’ é possível saber como Gore pretendia realizar essa despedida, ou seja, de maneira rápida. Esse movimento, conforme prossegue o texto, consiste no discurso de concessão. Pelo conhecimento enciclopédico, o leitor pode acessar informações contextuais como ‘Um discurso de concessão é a evidência mais forte para se assumir o fim de algo’, ‘Gore optou pelo discurso de concessão’, o que permite concluir que ‘Gore optou pela forma mais forte para reconhecer e expressar que perdeu a eleição’.

Contudo, o adjetivo ‘swift’ passa a implicar algo a mais do que rapidez. Dado o contexto em que Gore estava se dirigindo para fazer o discurso, quando as contagens não haviam sequer sido concluídas, é possível supor que se quer implicar que ‘Gore está se precipitando’. Essa inferência pode também carregar uma atitude proposicional de crítica a Gore.

Através da expressão ‘let’s get it over with’ resolve’ é possível, através de implicaturas-M, compreender dois aspectos. Iniciemos com o termo ‘resolve’. Ao contrário do termo ‘decision’, o autor empregou a forma marcada ‘resolve’. Em uma escala <resolve, decision>, ‘resolve’ é muito mais forte em termos de atitude do que ‘decide’. A entrada lexical ‘resolve’ significa ‘a strong determination in doing something, deal with a problem ou unsatisfactory situation so that the problem no longer exists’. No caso da expressão ‘let’s get it over with’, ela também pode ser tratada como uma forma marcada, quando o verbo ‘to end’ igualmente está disponível. Assim, não se trata de um término qualquer, mas o fim, da maneira mais rápida possível, de algo que é desagradável. E, como pelo conhecimento enciclopédico, em condições normais, as pessoas parecem preferir estender o que é agradável, então sugere-se que a situação não seria agradável. E a decisão para que esse término seja assim, e que essa coisa é desagradável, é muito forte, é mais forte do que uma escolha, é uma decisão firme, geralmente sem a vontade e/ou possibilidade de se voltar atrás.

Isso fortalece a suposição desencadeada pelo adjetivo ‘swift’, de que a forma como Gore estava lidando com a situação era como que para acabar o quanto antes com aquela situação, talvez implicando que ele não aguentava mais e/ou que não estava disposto a fazer qualquer esforço para prolongar aquela situação, ou seja, esperar o final das contagens. Uma implicação fraca poderia ser a de que ‘Gore achava que não faria diferença esperar pelo final das contagens’ – essa respaldada pela inferência indutiva já realizada. Uma outra implicatura fraca poderia ser a de que ‘A dor de Gore era mais do que ele queria ou estava disposto a suportar’.

Contudo, como as pessoas podem interpretar informações a partir daquelas suposições que estão mais salientes a elas, um leitor poderia concluir que Gore estava agindo como um covarde. Outro poderia acessar outro conjunto de suposições e pensar que Gore não queria prolongar o sofrimento das pessoas que o ajudaram, muito menos o de sua família, pois o trecho traz informações a respeito do choro das suas filhas, inclusive de assessores. Como já foi dito, há um momento, em que as interpretações ficam totalmente na responsabilidade do leitor.

Como é possível observar, Gore deixa as pessoas pensarem que ele quer terminar logo com a situação de forma mais rápida do que a desejável ou a usual, e corrobora isso lançando mão da forma mais extrema para isso, a saber, do discurso de concessão. A sua justificativa é a de que quer perder de forma honrosa. Contudo, nada impede que essa não seja a verdadeira intenção de Gore, ou que o leitor não acredite que o seja. Pragmaticamente falando, leitores podem inclusive atribuir a Gore intenções que, de fato, possam não corresponder às suas verdadeiras intenções.

Vejam agora o trecho: “The man who was willing to fight so long and work so hard and campaign until he dropped seemed in a hurry to drop out”. A entrada lexical ‘willing’ levanta suposições a respeito da atitude de uma pessoa, trata-se de algo que ela faz por que quer, sem relutar, aspecto que pode ser usado para representar a natureza dessa pessoa. Afinal, uma pessoa disposta é alguém pró-ativo, determinado, decidido em favor de algo.

Vemos, contudo, um emprego complexo de algumas expressões, a saber, ‘fight so long’, ‘work so hard’ e ‘campaign until he dropped’. De um ponto de vista da TIG/TIGA, é possível identificar a violação de, ao menos, duas categorias, a da Qualidade e a da Quantidade. Inicialmente, é possível verificar a quebra da categoria da Quantidade, pois o jornal dá muito menos informação do que o requerido. Ao usar hipérboles, há quebra da categoria da Qualidade, sem contar que há também o uso metafórico do verbo ‘to fight’, e, por fim, há igualmente uma quebra da Qualidade ao afirmar que Gore iria fazer companhia até cair. Poderíamos até sugerir uma quebra da Relação, pois o assunto até então era a desistência de Gore através da decisão pelo discurso de concessão.

Esses recursos, pela TR, são empregados a fim de acionar uma grande quantidade de suposições, as quais irão servir, mesmo dando margem a inúmeras implicaturas fracas, para que o leitor tenha impressões sobre Gore, como por exemplo, de que era um homem comprometido, determinado, que vai além de suas forças se preciso for, que se envolve à exaustão, pelos seus objetivos. Além do mais, ao formatar o enunciado dessa maneira, com esses termos, o jornalista pode estar resumindo, através deles, o caráter e a atitude de Gore, pois torna saliente e, portanto, mais acessível, inúmeras implicaturas fracas orientadas pela tal tópico, as quais permitem ao leitor ter uma representação geral sobre Al Gore. Por fim, essa formatação também pode orientar o leitor a atribuir a Gore um ato de fala, o de fazer uma promessa a respeito do tipo de comprometimento pessoal que teria com a eleição. E essa interpretação também permite atribuição de propriedades de natureza emocional, em que ele procura construir e mostra, através das implicaturas fracas salientes, em que consiste um homem que pode ser considerado confiável e comprometido.

A fim de alcançar esse tipo de implicaturas, vemos que o jornalista valeu-se de recursos retóricos, em especial, daqueles de natureza lexical, sintática, semântica e pragmática. Esse trecho ilustra o que Costa discute graus de retórica – de forma alguma, é possível considerar tal trecho como retórica de grau zero, especialmente porque os efeitos são fruto das escolhas linguísticas que envolvem figuras de linguagem: há muitos efeitos sendo gerados e transmitidos. Aqui vemos, portanto, o delineamento de do caráter e da natureza pessoa de Gore, como a de um homem persistente e lutador. Contudo, essa formatação, que acaba gerando esse tipo de imagem, acaba



entrando em expressivo contraste com a informação que segue a respeito de Gore, no caso, a sua ansiedade em fazer o discurso de concessão quando as contagens não haviam sido terminadas. Referimo-nos à expressão ‘seemed in a hurry to drop out’.

Antes de mais nada, vejamos o emprego do verbo ‘to seem’. É possível verificar que o jornalista empregou ‘to seem/parecer’ ao invés de ‘to be/estar’ – em que estar é informacionalmente mais forte do que ‘parecer’. Assim, supondo uma escala do tipo <estar, parecer>, o fato de jornalista usar o verbo ‘to seem/parecer’ poderia ser uma forma de implicar que Gore parecia com pressa de x, e, portanto, não pode afirmar que Gore estava com pressa de fazer x. Dessa forma, ao dizer que ele parecia com pressa, ou o jornalista realmente não sabe, portanto, e afirmou a forma mais fraca para não mentir, ou está sendo irônico. Nesse caso, fica muito mais a cargo do leitor a atribuição de intenção. Entretanto, há um recurso empregado pelo jornalista que pode ser usado como evidência para a hipótese interpretativa do emprego de um certo tom irônico por parte dele – e ela está ligada a uma escolha lexical feita, referimo-nos ao verbo ‘to drop out’ – embora fonética e visualmente semelhante, a opção por tal verbo também se justifica pela implicatura-M a que ele pode dar origem, conforme veremos.

Segundo o dicionário Activator (Longman), o verbo ‘to drop out’ que significa, ‘deixar de realizar algo, desistir de tomar parte em algo’ ‘deixar, parar de fazer algo porque não parece mais útil ou vantajoso’ – e é o verbo empregado pelo jornalista a fim de dizer que Gore optou por desistir da eleição. Pelo Thesaurus do site Dictionary.com, ‘to drop out’ tem como um de seus sinônimos um verbo que poderia perfeitamente ser empregado de uma forma menos marcada do que ‘drop out’, referimo-nos ao verbo ‘to leave’, que significa simplesmente ‘distanciar-se, partir, não tomar mais parte’.

A opção pelo verbo ‘to drop out’ a fim de descrever a atitude de Gore (de desistir de fazer o discurso) pode ser uma maneira de mostrar, através de implicaturas, que Gore tratou a eleição como algo trivial, o que culminou em uma atitude contraditória, especialmente se a descrição feita de Gore tenha sido interpretada como uma promessa – a de lutar com todo seu empenho para vencer a eleição –, conforme sugerimos acima. Algumas implicaturas fracas poderiam ser ‘Gore agiu de forma incoerente com as suas promessas’, ‘Não estamos reconhecendo Gore’; leitores mais revoltados poderiam, inclusive, usar isso para interpretar que ‘Gore não é de confiança’, implicando uma atitude proposicional de crítica à atitude Gore.

O trecho acima ainda permite cancelar uma implicatura, aquela a respeito de Gore no que se refere ao motivo pelo qual ele, ao contrário do que Bush e as pessoas pensavam, telefonou para o candidato republicano a fim de terminar o mais rápido possível com a situação – cancelando-se, assim, interpretações de que ele teria agido por interesses outros que não apenas os seus, por exemplo, que sua atitude teria sido tomada pensando no país, como uma forma de tornar a transição mais rápida e fácil. Assim, contrariando, e, portanto, anulando a suposição que havíamos construído durante o primeiro diálogo, Gore não estava telefonando apenas por polidez, mas, ao que o texto indica, porque queria dar por terminada a eleição – na verdade, todo o processo, desde a desgastante

campanha até a controversa contagem daquele momento. Essa inferência de que Gore queria sair da situação em que estava é fortalecida pela informação de que ele começou a trabalhar no seu discurso de concessão. Da entrada ‘concessão’ é possível obter suposições como ‘concede quem perdeu’. Nesse caso, há um aspecto interessante: Bush não foi declarado vencedor da eleição, apenas do estado – a suposição de que ele seria o presidente eleito é fruto de uma inferência que, por mais lógica que parecesse, foi pouco tempo depois cancelada.

Como vimos, Gore estava agindo a partir de uma suposição que ele não apenas representou como verdadeira, mas à qual ele atribuiu a noção de verdade. A rapidez com que Gore vai às suas conclusões e como, a partir delas, ele rearranja seu ambiente cognitivo, permite sugerir que suas crenças são afetadas por suas emoções. Ele não foi declarado perdedor nem o outro vencedor **da eleição**, muito menos, essa declaração foi feita oficialmente. Contudo, mesmo assim ele age como se tivesse perdido. Percebe-se que as emoções podem interferir nas inferências e determinam ações e tomadas de decisão.

Dada uma escala do tipo <saber, acreditar, achar>, é possível sugerir que Gore agiu como se os fatos fossem verdades. Como vimos, o fato de ser sido declarada obrigatória uma recontagem dos votos no estado mostra que Gore tratou como definitivas verdades que eram apenas provisórias – nesse sentido, a noção de veracidade, especialmente pelo seu caráter provisório, mostra-se cada vez mais interessante quando o que está em jogo são aspectos referentes à comunicação. É como se ele tivesse elevado a força e atribuído ao verbo ‘acreditar’ propriedades do verbo ‘saber’. Ele não sabia, no máximo acreditava, embora suas crenças fossem fortes, mas tratava as informações como se as soubesse, e agia a partir disso: percebe-se, portanto, alguns aspectos interessantes defendidos por Costa. O primeiro diz respeito ao caráter provisório do que é comunicado: Gore parece ter confundido a potencialidade das condições-de-verdade com as condições-de-verdade propriamente ditas, ou seja, a verdade das proposições pode mudar a qualquer momento. O segundo refere-se à interferência do emocional na interpretação de enunciados, circunstâncias, etc.

Gore parece ter agido de forma precipitada ao decidir fazer o discurso de concessão. E essa foi a opinião daqueles que estavam com ele, a saber, Tipper, sua esposa, Lieberman, seu vice-presidente, além de alguns assessores seus. Interessa-nos, contudo, aqui duas declarações feitas por uma dessas assessoras, Donna Brazile. Vejamos cada uma das declarações. A primeira consiste em uma resposta de Brazile a sua assistente, que havia enviado um e-mail a respeito do resultado do estado da Flórida. A segunda consiste em um comentário feito por ela dada a insistência de Gore em desistir e se dirigir para fazer o discurso de desistência, disse ela: “It is like going to a funeral but without a corpse”. A fim de analisar os implícitos do primeiro diálogo, iremos dar a ele uma forma dialógica.

**Assistente:** The state has been called.

**Brazile:** Never surrender. It’s not over yet.

Tendo em vista um contexto comunicacional em que as condições iniciais são:

**Domínio** = final da contagem dos votos no estado da Flórida.

**Modo** = declarativo

**Objetivo** = informar que Bush recebeu os votos do estado da Flórida.

**Interlocutores:** Brazile e sua assistente que estava acompanhando os resultados.

**Dito explícito**

The state has been called.

**Dito implícito**

The state [of Florida] has been called [for Bush].

Como é possível verificar, o diálogo é do tipo comentário/comentário. Segundo a TIG/TIGA, através da sua fala, supondo que ela esteja cooperando, ou seja, observando o PC, é possível verificar que a assistente quebra a 1ª máxima da Quantidade, e queira implicar que Bush venceu na Flórida, e, por uma implicatura encadeada, implique que Gore perdeu.

Pela TR, a assistente optou por formular seu enunciado exigindo que Brazile suprisse as explicaturas – referentes, por exemplo – e as suposições contextuais, nesse caso, uma em especial, é a de que Bush estava na frente de Gore em número de votos. Dessa forma, o e-mail da assistente pôde funcionar como um fortalecimento da suposição de que Bush venceria, ou como uma suposição nova, daí sim, por quebra da Quantidade, indiretamente, não apenas informa sobre a derrota de Gore, mas, pelo esforço a mais que seu enunciado exige, justifica a derrota.

Além disso, pela TR, é pelo contexto, por se lançar mão do contexto e daqueles aspectos mais acessíveis, por relevância, que são identificadas as atribuições de Flórida como um estado e de Bush, para quem o estado foi declarado. Contudo, para Costa, tendo em vista já o recorte das condições iniciais, essas informações podem ser consideradas, para fins de economia, como não precisando fazer parte do dito. Daí serem inferências semânticas. Além disso, é pela implicatura que se sabe que Bush, então, venceu a disputa no estado. Gore estava tão acessível quanto Bush, mas, se ao candidato democrata fosse atribuída a referência, teríamos uma informação falsa sendo veiculada, que, por sua vez, seria contraditória em relação ao contexto, nem geraria efeitos cognitivos positivos. Por fim, como Bush estava vencendo no estado, esse enunciado exigiria mais esforço do receptor para que pudesse ser interpretado como se fosse para Gore, para depois ter que ser cancelado, não sendo, portanto, o mais relevante que emissor poderia oferecer ao receptor, ferindo o princípio comunicativo da relevância – e, na sequência, a cooperação.

Analisemos agora a resposta de Brazile, ‘Never surrender. It’s not over yet’, literalmente, parece contraditória, pois, se o estado foi declarado como sendo de Bush, pedir para a assistente não desistir não faz muito sentido. Na verdade, ‘não desistir’ é a implicatura, pois a expressão usada é ‘Never surrender’, uma violação da 1ª máxima da categoria da Qualidade, uma vez que não se trata de não se render, mas de continuar acompanhando as contagens.

Nesse aspecto, mais uma vez o contexto é esclarecedor, pois, dado que os precintos ainda a serem contados eram democratas e os anúncios que eram feitos ainda não eram oficiais, mas fruto de serviços como o VNS, é possível que Brazile queria implicar que o resultado não é definitivo, que a assistente continuasse acompanhando os resultados. Como é possível observar, a resposta/comentário

de Brazile viola as categorias da Relação e a 1ª máxima da Quantidade. Além disso, a partir do termo ‘yet’ é possível identificar uma implicatura convencional do tipo ‘Continue, apesar de tudo’, ‘Não importa o que esteja acontecendo, há tempo, mesmo que pouco’. Uma implicatura particularizada por quebra da 1ª máxima da Quantidade, em que faz parte agora do contexto a implicatura convencional, poderia ser a de que ‘A atribuição da vitória a Bush foi feito antes do prazo final, logo não vale ainda’. Pode ser, inclusive, que Brazile estivesse dando uma ordem para a assistente, tendo em vista a relação hierárquica entre elas. Ou, até mesmo, tendo também em vista uma relação de intimidade, pode ser que ela estivesse oferecendo um apoio, um incentivo à assistente.

Entretanto, conforme prevê a TR, se, pela comunicação forte, podemos comunicar mensagens mais definidas, como é o caso da implicatura que derivamos; os mesmos enunciados também podem, à luz da noção de comunicação fraca, através de uma gama de implicaturas fracas, criar e comunicar impressões. Nesse sentido, é possível supor que a assistente tenha comunicado, através de várias dessas implicaturas fracas, algo como ‘Nós (democratas, que trabalhamos nesta campanha) perdemos’, uma atitude de lamento, de derrota.

Um dos aspectos importante da TR, especialmente a partir do Princípio Cognitivo da Relevância, consiste na suposição de que os seres humanos são capazes de atribuir estados mentais aos outros, o que lhes permite poder explicar e/ou prever comportamentos de seus interlocutores. Como é possível verificar, a resposta de Brazile, especialmente a partir da configuração de seus enunciado pela quebra da categoria da Relação, parece enviar mensagens que também podem ser interpretadas como um suporte emocional, e não apenas informacional – como se Brazile pudesse ter inferido que sua assistente estivesse desmotivada pela derrota.

#### **4.3.2 Telefonema de Bill Daley para Don Evans**

Pouco antes de Gore falar novamente com Bush, ocorreu outro contato significativo entre democratas e republicanos, mas agora entre os chefes de campanha democrata, Bill Daley, e seu análogo republicano, Don Evans. Assim, antes de tratarmos do segundo diálogo entre Gore e Bush, analisaremos algumas questões interessantes (do ponto de vista comunicativo-inferencial, jornalístico e político) referentes não só aos implícitos que podem ser descritos, mas também a um dos elementos de contexto mais importantes que disparou a segunda ligação de Gore naquela madrugada – e grande parte do embate-debate que se seguiu entre Gore e Bush.

Como vimos, após o primeiro diálogo com Gore, Bush tinha, no seu ambiente cognitivo, agora alterado, mutuamente manifesta, fortalecida ou alçada como certa, a suposição de que era o vencedor da eleição, tomando, para tanto, as seguintes evidências: não só ele estava na frente em número de votos (a partir de conhecimento de mundo/ambiente), como também o único adversário que poderia vencê-lo já havia, inclusive, telefonado, concedendo-lhe a eleição (a partir do cálculo de uma implicatura obtida pelo enunciado de Gore – que tinha um grau de força muito alto tendo em vista a forma como a informação foi adquirida). Entretanto, nesse pequeno intervalo de tempo,

enquanto Gore se preparava para conceder diante da nação e se dirigia para o War Memorial, onde iria fazer seu discurso, os 2% dos precintos que ainda contavam votos iam fechando seus resultados, e a diferença entre os candidatos, que era de 50 mil, caía drasticamente, baixando para 900, flutuando entre 500, 200 e voltando a subir para 600.

Por se tratar da Flórida, esse novo fato muda o rumo da eleição: segundo lei eleitoral do estado, é mandatória uma recontagem mecânica dos votos quando a diferença entre os candidatos é menor do que 1%. Dado que Daley e Evans são ambos chefes de campanha eleitoral, é altamente improvável que os fatos mais importantes que acarretariam alterações nos rumos da eleição não estivessem manifestos para ambos, Daley e Evans, um desses fatos sendo essa cláusula da lei eleitoral da Flórida. Vejamos de que forma esse novo elemento contexto, suposto como manifesto para ambos, geraria um efeito cognitivo importante, igualmente suposto como manifesto para ambos.

S1: A diferença entre os votos de Gore e Bush está variando entre 900 e 600 votos.

S2: Essa diferença é menor do que 1% do total de votos do estado.

As suposições acima, em um contexto:

S3: Quando a diferença entre os candidatos é menor do que 1%, na Flórida, deve ser feita uma recontagem mecânica dos votos.

Gera a

Conclusão implicada: Será feita uma recontagem mecânica dos votos da Flórida.

Essa conclusão, por sua vez, cancela ou enfraquece, ou no mínimo suspende, por ora, a suposição de que Bush seria o vencedor da eleição. É nesse momento que Daley liga para Evans e diz simplesmente: “We may have a situation here”. O jornal publica essa ligação da seguinte forma:

**Trecho (2)**

Daley called his counterpart in the Bush camp, Don Evans, and said, "We may have a situation here." Under Florida law, a margin that slim triggers an automatic recount.

Como é possível observar, foi publicada apenas a fala do emissor, localizada entre dois outros enunciados, os quais são usados pelo jornal/Time a fim contextualizar a fala de Daley. Nada mais sobre a fala de Daley é veiculado, sequer a resposta de Evans é mencionada, ou qualquer coisa a respeito dela. Essa é a situação que nos propomos a avaliar nesta parte do trabalho. Antes, contudo, um aspecto importante deve ser ressaltado. Os três telefonemas, o que já avaliamos – de Gore para Bush – e os dois que analisaremos – de Daley para Evans e o segundo de Gore para Bush –, todos ocorreram quando, **embora a maioria dos resultados já estivesse divulgada, ainda havia precintos contando seus votos, e, portanto, não havia oficialmente nenhuma definição.** Lembremo-nos de que as informações que os candidatos e seus assessores, por um lado, e o povo norte-americano – ou qualquer um que estivesse acompanhando as contagens –, por outro, tinham

disponíveis, eram obtidas e veiculadas pela mídia, especialmente com base no VNS, mas havia também dados sendo divulgados pelo *Florida Board of Elections website*.

Antes de tratarmos do diálogo propriamente dito, iniciaremos verificando a questão da probabilidade de Daley e Evans compartilharem as mesmas suposições em seus ambientes cognitivos sem que, para isso, tivessem (que ter) conversado. Isso é muito importante, pois determina aspectos fundamentais referentes às condições iniciais<sup>245</sup> e, em última instância, à efetiva necessidade e relevância informativa de tal telefonema. Para tanto, usaremos o texto jornalístico, que acaba sendo, neste caso, uma das melhores fontes para isso. Assumimos, portanto, que, através dele, o leitor – ou qualquer um que pretenda avaliar o telefonema de Daley para Evans – possa obter elementos para construir a hipótese de que era muito improvável que Evans não soubesse que a diminuição da margem de votos entre os candidatos dispararia uma recontagem mecânica mandatória. Podemos ver isso a partir dos seguintes enunciados que retiramos da própria matéria jornalística – que serão tomados como informações contextuais.

**Dito explícito**

E1: Campaign chairman Bill Daley was on his cell phone.

**Dito implícito**

E1: Campaign chairman Bill Daley was [talking] on his [Bill Daley] cell phone.

Através de E1, a partir do dito explícito, Bill Daley é identificado como chefe de campanha. Mesmo que o leitor não consiga fazer a atribuição de referência do nome próprio de Daley à pessoa, a identificação da propriedade de ser chefe de campanha já é o suficiente para que inferências possam ser realizadas. Assim, a partir da entrada lexical ‘campaign chairman’ o leitor pode acessar sua memória enciclopédica informações como:

S1: um chefe de campanha é responsável por controlar e coordenar todos os aspectos de uma campanha eleitoral.

S2: um desses aspectos é o dever de conhecer leis que regulam as eleições.

Já, a partir da entrada ‘eleições’, o leitor pode acessar informações como:

S3: eleições são eventos complexos.

S4: eleições devem ser reguladas por algo, no caso, leis.

Mais a suposição:

S5: Daley é chefe de campanha (obtida da notícia ou do conhecimento de mundo).

É possível chegar à seguinte

Conclusão implicada: Daley conhece leis que regulam eleições.

---

<sup>245</sup> Aspecto que adotamos como um dos mais importantes ao propormos o construto.

Assim, a partir dessas premissas que, como prevê a TR, não são pré-fixadas, é possível realizar uma inferência do tipo não-trivial. No caso, a conclusão implicada é a de que Daley deve conhecer/conhece leis que regulam eleições. Vejamos outro enunciado tirado da matéria, o qual, por sua vez, fortalece a suposição de que, no momento do telefonema, é altamente provável que Evans e Daley conhecessem a suposição sobre a lei da Flórida, o que torna o telefonema deste para aquele, tendo em vista apenas fins informativos, algo aparentemente não relevante, pois se trata de informação duplicada, informação que, por hipótese, já estaria armazenada no ambiente cognitivo do interlocutor, o que a torna simplesmente custo – sem nenhum benefício cognitivo<sup>246</sup>.

Como vimos no trecho (2) acima, retirado do jornal, a sentença usada por Daley para estabelecer um diálogo com Evans exige não apenas a realização de inferências de várias naturezas e, para tanto, demanda conhecimento de contexto por parte do receptor. Assim, se Daley supusesse que Evans não tivesse como preencher o contexto necessário, ele estaria sendo mais do que não relevante, por exigir muito custo, sem até benefício algum para Evans, ele estaria sendo não cooperativo – no sentido griceano. Continuemos analisando a contribuição de outro enunciado para extensão de contexto e para o fortalecimento da hipótese de que Daley e Evans entretinham as mesmas suposições, mínimas necessárias, ao menos, tendo em vista o que estava em jogo.

#### **Dito explícito**

E2: Daley called his counterpart in the Bush camp, Don Evans.

#### **Dito implícito**

E2: [Bill] Daley [who is a democrat] called [on the phone] his [Bill Daley, who is a republican] counterpart in The [George W.] Bush camp, [who is] Don Evans.

Através da entrada lexical ‘counterpart’, os leitores podem acessar a informação lexical da palavra, a saber, que o termo significa algo igual, duplicado. Assim, do conhecimento de mundo, é possível acessar a suposição de que quaisquer (pessoas ou coisas) que sejam contrapartes, elas possuem os mesmos propósitos e propriedades mesmo que em um local ou organização diferente. No caso, no que tange à eleição, é apenas tornado saliente aquele conjunto de premissas implicadas que se referem, por exemplo, às funções dos cargos: portanto, quanto a esse aspecto, o de ser chefe de campanha, o que Daley é, sabe, etc., por hipótese, Evans também o é, também sabe, mesmo que em outro lugar.

Outro aspecto importante desse elemento de contexto que pode ser explorado aqui se refere à geração de uma ICG tipo M: usar o termo ‘camp’, quando existe o termo neutro ‘party/partido’. O termo marcado, embora traga a ideia de algo contrário, igualmente carrega uma noção de belicosidade; aspecto que corrobora, como veremos, o lead da reportagem, pois os jornalistas usam a palavra ‘war/guerra’ para se referirem ao debate que se seguiu entre democratas e republicanos. O

---

<sup>246</sup> Até porque se Daley tivesse ligado para Evans a fim de avisá-lo seria algo extremamente estranho: primeiro, por que informar um adversário?. Segundo, Daley poderia, via uma implicatura, estar chamando Evans de incompetente, por exemplo.

emprego do termo ‘war/guerra’, quando igualmente os jornalistas tinham disponível o termo ‘debate’, mais neutro, implica, por IGC tipo M, que se trata de um embate mais acirrado do que o esperado. Até mesmo os termos ‘quarrel’ e ‘dispute’ não trariam a conotação de animosidade que ‘war’ traz.

Segundo a TCNT, as inferências *default* a partir de ‘camp’ e de ‘war’ também podem ser descritas a partir do que Levinson trata como uma restrição de generalidade. Entretanto, ao trazermos a noção de campo semântico conforme proposto por Costa, através da TCNT/TD, é possível verificar que a opção por tal termo, a opção para esse significado mais restrito para o termo, automaticamente determina o significado pretendido pelo emissor, ao mesmo tempo em que exclui os demais.

Assim, caso o leitor não saiba que Daley é democrata, pode igualmente inferir isso a partir do momento que Evans é identificado como ‘campaign chairman’ de Bush que, por entrada enciclopédica, sabe-se que é republicano. O leitor pode inferir isso a partir de conhecimento de mundo ou de informações que ele retira da própria reportagem – afinal, a disputa, a guerra que a reportagem apresenta, ocorreu entre republicanos e democratas, igualmente entre os únicos partidos que, de fato, tinham condições de concorrer. Assim, o leitor pode realizar o seguinte cálculo não-trivial:

- S1: Se Evans é a contraparte de Daley, então ele faz as mesmas coisas que Daley.  
 S2: Se Daley conhece a lei eleitoral da Flórida, então Evans deve conhecer também.  
 S3: Se Daley sabe que, com uma margem tão pequena, deve haver uma recontagem mandatária automática dos votos, então Evans também sabe.

Conclusão implicada: Evans sabe que deve haver uma recontagem mandatária automática dos votos.

Outros enunciados da reportagem também podem servir como evidências, e como contexto, para o fortalecimento da hipótese de que Evans sabia, ou ao menos, estaria manifesta para a ele a suposição a respeito da necessidade de recontagem automática. Mais uma vez, o leitor pode inferir isso a partir de conteúdos que foram publicados.

**Dito explícito**

E3: Jeb Bush, Florida's Governor.

**Dito implícito**

E3: Jeb Bush, [who is], Florida's Governor.

**Dito explícito**

E4: Jeb had failed. He had sabotaged his brother's campaign<sup>247</sup>.

**Dito implícito**

E4: Jeb [Bush, who is Florida's Governor] had failed [George Bush]. He [Jeb] had sabotaged his brother's [presidential political] campaign.

---

<sup>247</sup> Por ora, interessa-nos, do enunciado, a informação explícita de que Jeb é irmão de Bush. Os demais aspectos serão oportunamente tratados.



A partir de E3, o leitor pode saber que Jeb Bush é governador do estado da Flórida. O leitor pode igualmente verificar que ele tem o mesmo sobrenome que o candidato republicano, que está prestes a perder a certeza de que venceu a eleição. Esse mesmo leitor poderia levantar a hipótese de que Jeb é um parente de Bush, hipótese essa que é confirmada a partir de E4, quando, no texto, a partir de uma ICG tipo I, que pode ser recuperada a partir do dito implícito, em que na atribuição de referência do pronome ‘his’ Bush (George) é a interpretação preferencial<sup>248</sup>. Ou, o leitor não precisa de nenhum desses raciocínios, pois tem armazenado em sua memória enciclopédica a partir da entrada ‘Jeb Bush’ que ele é irmão de George Bush.

Nesse sentido, um leitor pode ter como altamente manifestas e acessíveis as suposições que Jeb Bush, na qualidade de governador do estado da Flórida, soubesse a respeito desse aspecto da lei eleitoral e dissesse algo a seu irmão e, obviamente, aos responsáveis pela sua campanha, no caso, Don Evans. Seja como for, Bush parece ter, senão a grande maioria, pelo menos, algumas das principais fontes a respeito da lei da Flórida e de suas consequências. Portanto, Daley igualmente parece ter importantes garantias de que Bush e seu partido, no caso, Evans saberiam que a situação tinha mudado.

Sendo assim, tendo em vista os aspectos arrolados acima, podemos dizer que Evans sabia a respeito da lei, da necessidade da recontagem, das implicações que essa recontagem traria. Além disso, cremos ter defendido por que Daley poderia perfeitamente supor que Evans igualmente tinha consciência – entretinha – tais suposições. A questão que passa a ser relevante agora refere-se ao motivo pelo qual Daley fez questão de ligar para Evans. Como já dissemos, à primeira vista, pela TR, a fala de Daley para Evans parece irrelevante, no sentido do que, informacionalmente, não deve ter nenhum efeito cognitivo, ou seja, nenhuma implicação contextual, fortalecimento ou enfraquecimento de suposições.

Vejam, agora, mais um aspecto interessante sobre essa insignificante margem entre os candidatos e a lei eleitoral da Flórida, que garantiria uma recontagem de votos, considerando ainda o primeiro telefonema de Gore. Como vimos, assim que viu que Bush estava na frente, mesmo tendo manifestas as suposições de que as contagens ainda não haviam terminado e de que a Flórida é reconhecidamente um estado democrata, Gore, mesmo assim, ligou e desistiu da eleição.

Embora, segundo a TR, a suposição de que possivelmente haveria uma recontagem estivesse/pudesse ser considerada manifesta – tanto para Gore, Bush e/ou seus respectivos assessores –, ela ou não foi acessada ou, se o foi, não foi aceita, ou seja, cognitivamente representada e usada como premissa para inferências. Uma evidência para isso, em especial, tendo em vista a situação de Gore, é o fato de o democrata ter telefonado para Bush antes do final das contagens para desistir eleição e preparar seu discurso de concessão com tanta pressa<sup>249</sup>.

<sup>248</sup> Sperber e Wilson (1995) explicam essa interpretação por ser a menos custosa e a que traz mais efeitos cognitivos, o que, nos termos da gramática tradicional seria uma observação que faz referência ao paralelismo sintático.

<sup>249</sup> Além disso, como vimos, Gore chega à conclusão de que não lhe resta mais nada a fazer a não ser conceder através de um raciocínio indutivo. Vimos que Costa defende o uso de inferências multiformes na comunicação, não apenas de inferências não demonstrativas conforme proposto por Sperber e Wilson. Acreditamos que a descrição de

Voltemos para a TIME. Uma evidência de que, para Daley estaria manifesta a suposição da possibilidade da recontagem – e, portanto, o cancelamento, mesmo que temporário, da suposição da vitória de Bush – pode ser obtida a partir do trecho (3) abaixo:

**Trecho (3)**

It was field director Michael Whouley, saying he needed to talk to Daley. "Changed situation here," Whouley said. He was in the boiler room, watching the Florida Board of Elections website, which, Daley says, "had the margin down to 900, and within minutes, it was 500, 200, slipping pretty quickly." By now the motorcade had arrived at the memorial. Daley told Feldman to grab the Veep and keep him from going onstage. "I said, 'Well, Michael, it probably would be good to go to a holding room,'" said Daley.

Como é possível verificar a partir de E5 abaixo:

**Dito explícito:**

E5: The Florida Board of Elections (...) Daley says, "had the margin down to 900, and within minutes, it was 500, 200, Slipping pretty quickly."

**Dito implícito:**

E5: The Florida Board of Elections (...) Daley says, "had the margin [between the candidates] down to 900, and within minutes, it [the margin] was 500, 200, slipping pretty quickly."

Daley sabia não apenas que a margem estava caindo, mas que a diferença estava ficando cada vez menor. É possível identificar que Gore obteve tal informação a partir de uma inferência indutiva: com uma queda tão brusca, apenas 2% dos precintos ainda contando, em regiões reconhecidamente democratas, era muito improvável que o número subisse novamente a ponto de ficar acima de 1% e, portanto, de evitar a recontagem e confirmar Bush como o vencedor da Flórida, e, assim, da eleição. Além disso, pela reportagem, percebe-se que Daley tentou evitar que Gore fizesse o discurso.

**Dito explícito:**

E6: Daley told Feldman to grab the Veep and keep him from going onstage.

**Dito implícito:**

E6: Daley told Feldman to grab the Veep<sub>i</sub> [the vice-president] [Gore] and [then] keep him; [Gore] from going onstage [at the War Memorial to make the concession speech].

Como igualmente é possível verificar, através da reportagem, inúmeras lacunas podem ser preenchidas através de inferências semânticas oriundas de contexto não explícito nos ditos, o que pode torná-los relativamente econômicos, uma vez que tais informações podem ser perfeitamente recuperadas justamente porque, como sugere Costa, a configuração das sentenças, especialmente no que diz respeito a aspectos estilísticos, é gerida por princípios de economia e relevância – tudo isso regulado, antes de mais nada, pelas condições iniciais – que, como temos dito, pode ser considerado

---

tal raciocínio via indução seja mais plausível, uma vez que, metodologicamente, embora aquela feita via implicação contextual possa chegar ao mesmo resultado, ela é mais custosa, exige mais esforço de processamento por parte do receptor.

aquele contexto inicial que está na memória do mecanismo dedutivo ou que é o mais acessível por noções de relevância, mas que não significa necessariamente um contexto particular.

Assim, temos algumas inferências *default* ICG tipo I relativas à identificação de referentes, preenchimentos de elipses, e interpretação do ‘e’ como ‘e então’, implicando passagem de tempo, tal como sugerido por Levinson. Reiteramos, satisfazemos assim, a recuperação de elementos do dito, em uma espécie de contexto que estaria lá, implicitamente codificado no dito implícito, proposto pela TCNT/TD<sup>250</sup>, TIG/TIGA, TR e pela TICG, mas de forma a manter metodologicamente simples a interface entre semântica e pragmática.

Voltando à discussão sobre se Daley sabia ou não da lei, a reportagem nos permite levantar a hipótese de que Daley talvez soubesse, pois está fazendo de tudo para segurar Gore a fim de que este não faça a concessão. Na pior das hipóteses, resta a suposição da realização de uma inferência abdutiva, a melhor explicação para o fato de Daley estar tentando evitar que Gore faça o discurso de concessão.

Como vimos, por vezes, o jornalismo cita literalmente o que foi dito por pessoas envolvidas nos fatos que está narrando. No caso, temos uma expressão que parece um tanto improvável, e que, gera efeitos humorísticos. Referimo-nos ao trecho “Daley told Feldman to grab the Veep and keep him from going onstage”. Por implicaturas-I temos a identificação de três referentes, a saber, Daley, chefe de campanha, Feldman, chefe de pessoal, e the Veep, a saber, Gore – nesse caso, por uma implicatura escalar, <o, um>, em que o uso do artigo definido implica que se sabe a quem Daley se refere. Mesmo que não saibamos a quem Daley e Feldman se referem – e mesmo que o leitor não saiba –, o aspecto humorístico ainda pode ser preservado, a menos que o leitor não compreenda o que significa o termo ‘the Veep’ e a quem se refere.

Contudo, é possível identificar duas implicaturas-M, uma a partir da mesma expressão, ‘the Veep’, e do verbo ‘to grab’. Em primeiro lugar, é interessante notar que um mesmo termo pode gerar dois tipos de implicaturas. A expressão ‘the Veep’ consiste em uma forma informal para fazer referência ao vice-presidente, afinal, há uma maneira neutra e, em termos de polidez, mais adequada, que é o próprio termo ‘Vice-presidente’ – aqui temos o emprego da primeira forma marcada. A segunda refere-se ao termo ‘to grab’ que significa ‘segurar rápida e fisicamente alguém ou alguma coisa’ quando existe uma forma mais simples, neutra e, igualmente, em termos de polidez, menos marcada, a saber, ‘parar’ ‘impedir’ alguém de fazer algo – sem envolver a rapidez nem o toque físico.

Assim, pelas implicaturas-M, vemos que Daley pede a Feldman que rapidamente, nem que seja necessário usar força, segure o vice-presidente, no caso, Al Gore, impedindo-o de fazer algo. E,

---

<sup>250</sup> Como vimos, muitos dos fenômenos da tratados pela TR e TICG ora se sobrepõem, ora são de diferentes naturezas. Conforme mostrado por Vargas (2012), não há como emparelhá-los, afinal, as explicaturas são pragmáticas e obtidas pelo mesmo mecanismo que as implicaturas particularizadas; já as inferências *default*, embora pragmáticas, atuam em outro nível, numa pragmática pré-semântica. Assim, assumimos a sugestão de Costa (2005a), a saber, tratá-las como inferências semânticas, com o bônus de se simplificar a interface – sem que se perca o fenômeno.

dada a urgência, pode-se inferir que esse algo seria uma besteira ou uma precipitação, no mínimo. Além disso, há igualmente uma quebra da 1ª máxima da Qualidade, pois ninguém tocará, segurará fisicamente o vice-presidente dos EUA, sem contar que, Gore, era chefe das pessoas. Por uma implicatura conversacional por quebra da 1ª máxima de Quantidade e da 1ª máxima da categoria de Modo, saber, evite obscuridade de expressão. Dessa forma, da quebra da Qualidade temos a criação do efeito humorístico, e, podemos supor como uma implicatura algo do tipo “Segura o homem”, “Segura o patrão” – uma vez que os subordinados estão se referindo de uma maneira aparentemente não polida. Essa implicatura, por hipótese, entraria em contradição com a realidade, uma vez que, quando o jornal cita literalmente Delay, o enunciado é extremamente polido: “I said, ‘Well, Michael, it probably would be good to go to a holding room,’ said Daley.” Como é possível observar, o enunciado de Daley, na verdade, quebra a 3ª máxima de Modo, a saber, seja breve. Dessa forma, em termos de TR, não seria muito relevante, pois o jornal tem a informação mais clara, sem contar que ela aparece depois da sua paráfrase, ou seja, a informação mais adequada é uma redundância. Esse custo a mais, através da paráfrase, é compensado pelo benefício do humor – o qual é gerado a partir de operadores lexicais e pragmáticos.

Por fim, se tomarmos ‘onstage/palco, diante de uma audiência’ como uma metonímia para o lugar de onde Gore faria discurso, o War Memorial, por uma implicatura conversacional particularizada, temos, como implicatura forte, algo do tipo ‘Impeça que Gore faça o discurso’. Mas, é igualmente possível supor implicaturas fracas, como ‘Impeça-o de fazer tal besteira’, em um contexto em que Gore está se precipitando, conforme mostramos. Contexto esse que já faz parte do ambiente cognitivo tanto das pessoas envolvidas no fato quanto no ambiente cognitivo dos leitores.

Voltando à questão da dessa insignificante margem entre os candidatos, agora cognitivamente representada como uma suposição e, portanto, aceita, esta passa também a ser relevante, pois, ao ser combinada com informações já manifestas, ou seja, ao ser usada em um cálculo, como uma premissa, produz um efeito contextual novo, a necessidade de uma recontagem. E essa nova suposição, no contexto, não apenas enfraquece a suposição de que Bush já podia ser considerado o presidente eleito, como ameaça cancelá-la<sup>251</sup>. Além disso, abre-se a possibilidade de outras interpretações. Assim, outras noções voltam a ser interessantes, a saber, implicatura fraca, comunicação fraca, e relevância para um indivíduo – aqui podemos igualmente nos valer da noção de força das suposições. Nesse momento, para cada partido, em especial à luz da noção de relevância para um indivíduo, tornam-se salientes inúmeras outras suposições, agora cada vez mais fracas, e, portanto, cada vez mais da responsabilidade de cada um deles – o que, por sua vez, mostra que, de acordo com seus ambientes cognitivos, tornam-se manifestas diferentes suposições, levando a diferentes conclusões.

Segundo Sperber e Wilson, essas forças se ajustam de acordo com variações contextuais. Costa dá conta desse aspecto através da noção de imprevisibilidade da comunicação e da alta

---

<sup>251</sup> Ao menos temporariamente, até o término da recontagem.

dependência que qualquer elemento tem dentro das condições iniciais: a menor variação, como em qualquer sistema caótico, acarreta grandes consequências. No caso, ou o enfraquecimento ou o cancelamento da suposição da vitória de Bush – o que dá origem à suposição, embora ainda fraca, de que Gore possa vir a vencer<sup>252</sup>.

Consideremos o jornalismo. Como é possível verificar, na reportagem intitulada **Reverse... of Fortune** (conforme anexo), apenas é publicada a fala de Daley; a resposta de Evans, por sua vez, sequer é mencionada. Segundo Sperber e Wilson (1995), quando se trata de uma comunicação não recíproca, a autoridade do emissor sobre sua audiência sustenta o sucesso de tornar mutuamente manifesta sua intenção informativa. E isso é verdade para várias categorias, como professores, líderes e, no nosso caso, jornalistas.

Valendo-se, portanto, dessa condição, é possível especular sobre por que o jornal possa ter optado por não publicar a resposta de Evans: parece ser mais acessível ao leitor supor que a resposta não seja relevante, ou seja, que seja informacionalmente trivial, do que assumir que o jornal esteja escondendo deliberadamente uma informação. Nesse sentido, identificamos uma espécie de raciocínio *default*, por parte do leitor, do qual o jornal parece se valer. Além de se confirmar o que vem sendo defendido por Hintikka há muito tempo no que tange à necessidade de haver um mínimo de crença da parte do receptor de que o emissor está falando a verdade.

Outro aspecto interessante refere-se à unidade básica de comunicação, segundo a TCNT, a saber, ao diálogo. Supõe-se que, quando alguém lança um estímulo, segundo a TCNT, esse emissor infere uma reação do receptor – o qual, na grande maioria das vezes, satisfaz essa expectativa, através de comportamentos linguísticos ou não, valendo-se de conteúdos semânticos e/ou pragmáticos. Assim, caso Evans tivesse tido um comportamento comunicativo fora do *default*, então isso seria, ao menos deveria ser, publicado. Na verdade, é muito improvável que Evans não tenha dito nada, daí sim seria motivo mencionar a reação de Evans – ou a falta dela através de um silêncio.

Tratemos, agora, do enunciado de Daley propriamente dito. Nos termos da TR, Daley modifica o ambiente físico e cognitivo de Evans através de um estímulo ostensivo tipo afirmação/declaração. Conforme o Trecho (2) repetido abaixo:

**Trecho (2)**

Daley called his counterpart in the Bush camp, Don Evans, and said, "We may have a situation here." Under Florida law, a margin that slim triggers an automatic recount.

Com esse enunciado, automaticamente é feito uma espécie de recorte de situação comunicativa de onde elementos mínimos necessários para a interpretação do enunciado podem ser obtidos. Aspectos que, como temos visto pela TCNT/TD, orientam inferências tanto semânticas quanto pragmáticas. A fim de buscarmos a relevância do dito de Daley, iremos analisá-lo a partir dos quatro níveis de articulação propostos por Costa na TD. Interessa-nos em particular essa articulação,

---

<sup>252</sup> E é aqui que, mais adiante, no segundo telefonema, pretendemos mostrar a operacionalidade da Metateoria das Interface ao modelar cognitivamente e a considerar inferencialmente a noção de imaginação.

especialmente pela simplificação da interface entre a Semântica e a Pragmática para fins de identificação das inferências. A fala de Daley, como a de Gore, no primeiro diálogo, caracteriza-se por muitas lacunas no dito. Igualmente, mostra-se, no que tange às condições de comunicabilidade, especialmente dentro do discurso político, um enunciado que exige uma série de enriquecimentos, deixando muito mais para ser inferido do que para ser decodificado. Esses enriquecimentos, os quais paradoxalmente permitem uma simplificação do dito, são obtidos a partir das condições iniciais, estabelecidas a partir do contexto situacional.

### **Contexto situacional**

Bill Daley telefona para Don Evans quando tudo indica, a partir dos resultados obtidos do fechamento dos precintos, que haverá uma recontagem mecânica dos votos na Flórida, indicando que o resultado da eleição não estava mais certo como antes.

### **Contexto comunicacional – condições iniciais**

**Domínio** = a grande proximidade dos votos entre Gore e Bush em um estado que exige uma recontagem dos votos.

**Modo** = declarativo afirmativo

**Objetivo** (expectativa) = tornar mutuamente manifesto para Evans que ele (Daley) sabe que houve uma mudança no número de votos de cada candidato e que sabe isso tem consequências para o futuro da campanha.

Como vimos, para Costa, especialmente, na fala, as condições iniciais constituem-se em um excelente recurso para deixar o dito econômico – daí explicar como, apesar de tão pouco conteúdo no dito, os interlocutores conseguem realizar os enriquecimentos e as inferências a fim de identificar e tornar mutuamente conhecidas suas intenções. E, igualmente, porque, ao contrário do que prevê a TR, não é necessário depender apenas de elementos contextuais particulares para se realizar as inferências que preenchem o dito. Afinal, é extremamente improvável que as pessoas processem as informações partindo do nada: elas têm armazenadas na memória de curto prazo e na memória enciclopédica inúmeras suposições – as quais, dada sua acessibilidade, constituiriam, na TCNT, as condições iniciais, conforme vimos defendendo. Além, é claro, ainda conforme a TCNT/TD, a mente humana tem enraizadas sintaxe, semântica e pragmática, ou seja, o ser humano não inicia do nada suas interpretações.

Assim, dado que Daley parece demonstrar que acredita que esteja mutuamente manifesta para ambos a informação sobre a proximidade do número de votos entre os candidatos, a questão passa a ser então por que Daley teria telefonado? No caso, ao se assumir a TCNT, pode-se supor que os benefícios a partir dessa troca não serão apenas informacionais; para Costa, a interatividade, fruto dessa conexão, pode gerar efeitos igualmente de natureza social (e emocional).

Vejam, primeiramente, as lacunas do dito, para depois desenvolvermos com mais atenção a lacuna que vai do dito (no caso, agora, do dito explícito, ao implícito). A fala de Daley transcrita pelo jornal corresponde ao dito implícito, ao primeiro nível de articulação.

### **Dito explícito**

We may have a situation here.

Contudo, através do construto, vimos que, ao associar a TCNT/TD, trazemos a noção de condições iniciais. A partir dela, várias informações que na TR e na TICG seriam tratadas como pragmáticas (constituindo explicaturas e IGCs, respectivamente), e que seriam responsáveis pelo preenchimento e enriquecimento do dito, no construto continuam sendo contempladas, mas tratadas como tendo uma natureza semântica. O dito implícito, pressuposto pelo contexto, consiste no segundo nível de articulação, a saber, é o dito com o contexto semanticamente codificado.

Para Costa, o dito explícito pode ser configurado como o foi, pois, como as informações semânticas estão pressupostas, ele pode ficar econômico, ou seja, ser tão informativo quando o dito implícito, sem o custo da decodificação. Essas informações, reiteramos, não são obtidas de contextos particulares, mas de outras informações que foram sendo construídas online pelos interlocutores, e estão armazenadas na sua memória de curto prazo, daí ser desnecessária sua codificação (e o custo que ela geraria), colaborando para a configuração estilística do dito, uma vez que, como assume Costa, a elaboração semântica é controlada por leis de relevância e economia<sup>253</sup>.

Além disso, dado que a obtenção dessas informações não depende de um cálculo – ao menos não da mesma natureza daquele realizado para a obtenção de uma IP (seja ela descrita como uma implicatura clássica de Grice ou uma implicação contextual nos termos da TR) – elas podem ser tratadas, conforme proposta por Costa, como ISs, preenchendo o dito explícito a partir do dito implícito (o qual, como defendemos, não é incompatível com a noção das suposições que constituem o contexto inicial, as quais estariam na memória do mecanismo dedutivo em alto grau de acessibilidade). O preenchimento das lacunas leva-nos ao seguinte dito implícito – enriquecido pelos elementos entre colchetes.

### **Dito implícito**

We [Bill Delay, democrat campaign chief; and you, Don Evans, republican campaign chief] may have a situation [the very small difference in the vote count between Gore and Bush that might lead to a vote recount] here [at this moment of the election count when the final result is about to finally define the winner].

A explicatura consiste em uma informação duplicada. Logo, seria não relevante. Mas, se, mesmo sabendo que Evans tem essa informação, Daley insiste em veiculá-la, então, ele só pode querer implicar algo, no caso, poderíamos supor um ato de fala de alerta. E a implicaturas fracas que permitam Evans inferir que os democratas irão lutar para não deixar escapar a presidência, por exemplo.

Como vimos, dado que estamos tratando de enriquecimentos do dito, nem Grice, quando tratou da complementação do dito, nem Sperber e Wilson, quando emparelham as explicaturas com as implicações contextuais, supuseram cálculos de natureza que contextualizem P em C, então

---

<sup>253</sup> Se Daley codificasse tudo, poderia implicar, sem deixar mutuamente manifesto, é claro, que seu interlocutor – e contraparte no partido republicano – é um idiota, por exemplo. Aqui podemos também supor que a codificação econômica pode estar a serviço da polidez, ou de uma outra estratégia qualquer.

acreditamos estar no caminho certo ao tratarmos como semânticas as inferências que fornecem as informações que preenchem as lacunas do dito. Assim, podemos assumir como algumas ISs do enunciado de Daley os aspectos colocados entre colchetes. Em especial, destacamos as implicaturas-I, os preenchimentos do pronome ‘we’ e do dêitico ‘here’. Esse dêitico inclusive serve para identificar o novo contexto. Pela escala de Levinson, < a, uma >, ao dizer ‘uma situação’, Daley está implicando que a situação não é conhecida, mas, dado que defendemos que ambos sabem sobre o que está acontecendo, podemos supor que essa forma de falar seja uma espécie de eufemismo, afinal, a contagem ainda não estava terminada. Entretanto, se foi o suficiente para que ele fizesse a ligação, então tudo indicava, por uma inferência indutiva, que a recontagem seria confirmada, que haveria a recontagem. Pela quebra da 1ª máxima da Quantidade, tendo em vista o contexto, é óbvio que eles estão em uma situação, afinal, estão passando pelo processo da eleição presidencial. Dessa forma, é possível supor que Daley queira implicar que há algo novo acontecendo.

Viégas Faria (2003) diz que o tradutor não deve roubar do leitor a oportunidade que ele mesmo teve de decodificar e inferir. No jornalismo, por vezes, pode ser justamente o oposto. Caso haja a possibilidade de o leitor não encontrar a inferência<sup>254</sup>, ou o jornalista provê o contexto ou, em última instância, como veremos, provê a própria implicatura. O caso que estamos analisando é um elegante exemplo de como no jornalismo o que pode ser inferido é deixado para o leitor e os demais aspectos são codificados e oferecidos para esse receptor.

Como vimos, o explícito de Daley também quebra a 1ª máxima da Quantidade, oferecendo menos informações do que o requerido para que o PC seja observado. Demonstra, contudo, através da opção por configurar seu enunciado de tal forma, acreditar que Evans terá condições não apenas de preencher as lacunas internas do dito, bem como as externas, que levam do dito ao implicado. Um dos aspectos que fazem o construto interessante refere-se ao fato de incluir não apenas inferências pragmáticas. Segundo Costa, a comunicação está repleta de processos inferenciais de diferentes naturezas. Assim, é possível também supor que, embora não fosse totalmente certo que haveria a recontagem mecânica, por uma inferência indutiva, Daley tratou como fortemente certo que ela aconteceria. Dessa forma, o emprego do modal ‘may’ pode servir como uma forma de evitar que, através do seu dito, ele quebre a 2ª máxima da Qualidade. É importante lembrar que, com o construto, não se assume a verdade como na lógica, mas algo que se constrói online e provisoriamente, a que Costa chama de veracidade. Esta é assumida pelos interlocutores ao longo do diálogo e aceita, pelos envolvidos, naquelas condições, como verdade.

O fato de Daley ter chegado à sua conclusão através de uma inferência indutiva, mais o fato de ambos, Daley e Evans, terem como mutuamente manifesto que estavam tomando decisões e conversando a respeito de informações ainda não oficiais demonstra a importância da noção de veracidade. Aqui a noção de veracidade – e, portanto, uma interface não mais com a SCV – mostra muito mais eficiente do que a de verdade para tratar (i) da comunicação, (ii) das inferências que são

---

<sup>254</sup> Isso pode ser previsto pela TR quando os autores sugerem que as pessoas fazem inferências sobre os ambientes cognitivos de seus interlocutores.



realizadas e (iii) da rapidez com que tais inferências podem ser canceladas e seus efeitos cognitivos alterados. Por ser mais fraca, a veracidade permite retificações sem fazer o estrago que qualquer alteração na noção de verdade pode fazer em sistemas de inferências dedutivas clássicas.

Iniciemos com a expressão ‘a situation’. Dela é possível identificar uma IS do tipo ‘algo surgiu’. Contudo, podemos identificar algumas IPs igualmente a partir dessa mesma expressão. O dito de Daley, na verdade, pode gerar implicaturas concomitantes. Para os democratas, o uso dessa expressão pode implicar ‘Uma oportunidade para virar o jogo e poder vencer a eleição’; para os republicanos, trazendo uma inferência emocional gerando uma ironia, pode ser que ele queira implicar ‘Vocês têm um problema’. Uma implicatura mais fraca que poderia igualmente ser derivada do dito como um todo pode ser um ato de fala, algo como um alerta do tipo ‘Estamos sabendo que as coisas mudaram, e mudaram a nosso favor’.

Uma outra proposta, mais caridosa, poderia sugerir que o enunciado fosse uma maneira polida dos democratas dizerem aos republicanos que sabem que as coisas mudaram e agora estão ao seu [democratas] favor – uma maneira polida empregada por Daley a fim de implicar que os democratas já sabem que o contexto mudou – bem como a implicação de todas as implicações fracas que Evans possa obter, entre elas, implicando, através de uma espécie de eufemismo, que republicanos a partir daquele momento estão com problemas, que a vitória não está mais garantida.

No caso do uso da locução verbal ‘may have’, a fala de Daley, ao contrário da de Bush que analisamos anteriormente, poderia, em parte, corroborar a proposta de implicaturas escalares dentro da TICG – mas ainda restariam alguns problemas. Suponhamos uma escala do tipo <do have, have, may have, might have, do not have> ou uma escala mais tradicional <must, can, may, might>. Ao escolher o termo ‘may’, Daley demonstra não estar em posição de afirmar algo mais alto na escala, algo como ‘do have’ ou, nesse caso, apenas o verbo; ou, segundo a outra escala, Daley não pode afirmar ‘must’ nem ‘can’ – que, no caso, ficaram ‘not-must’ e ‘not-can’. Isso parece ser o caso, pois, como vimos, embora a margem estivesse caindo e estivesse dentro da proximidade que geraria uma recontagem mecânica, os condados ainda não haviam fechado seus resultados, e, portanto, eles não tinham uma confirmação do governo.

Como vimos, Costa critica a explicação oferecida pela proposta de Levinson, pois ainda há o problema a respeito da origem das escalas e dos acarretamentos, pois, se no modelo se assume que a escolha implica a negação do termo mais forte, ele também sustenta que o termo mais fraco é acarretado. Novamente, a sugestão de uma rede semântica, resultado de um conhecimento semântico que o receptor tem enraizado, mostra-se como uma importante solução. Como defende Costa, ao escolher um termo, o falante também implica para o seu receptor a exclusão dos demais termos e das demais possibilidades interpretativas que eles gerariam.

Pode-se supor, inclusive, que a aparente falta de relevância informativa da fala de Daley serviria como uma preparação para o segundo telefonema que Gore faria a Bush naquela noite. Embora a situação tivesse sido revertida para os candidatos, seriam os chefes de campanha os

responsáveis pelas ações, decisões e providências que viriam a ser tomadas. Ou seja, a luta real nesse novo contexto seria, em vários aspectos, travada por eles.

Parece que o que Daley quer é deixar claro que os democratas estão conscientes dessa nova situação e das implicações para o futuro do resultado da eleição. Por exemplo, podemos supor Daley implicou um ato de fala de alerta aos republicanos, implicando, agora através de uma implicatura particularizada, por sua vez, a partir da escalar, que irão acompanhar de perto a nova contagem, deixando uma mensagem do tipo ‘Iremos defender nossos interesses’ – seja como for, podemos ver, nos termos de Costa (2005a, 2008) a geração de uma IS que, por sua vez, pode ser usada para gerar uma IP. Aqui o caráter belicoso do discurso político começa a aparecer. E, embora não se mostre na estrutura de superfície, no dito, os implícitos são um excelente veículo para tanto.

Assim, em termos específicos da TR, se pensarmos na manutenção da relação entre os interlocutores, a fala de Daley se mostra, à primeira vista, nada relevante. No que tange ao diálogo, acreditamos, contudo, que, mais importante do que qualquer resposta que Evans possa dar, para Daley, interessa o que ele deseja tornar mutuamente manifesto entre eles. Nessa perspectiva, parece mesmo que o que importa é a fala de Daley por ser, como pretendemos sustentar, uma espécie de alerta de que os democratas – com esse novo contexto, que abre uma possibilidade para que Gore vença – irão agir no seu melhor interesse. As situações que não teriam benefícios nos termos da TR podem ser justificadas pela hipótese da conectividade não-trivial.

Antes de analisarmos os implícitos propriamente ditos da fala de Daley, vejamos algumas questões interessantes referentes ao contexto em que a fala é publicada pela TIME. Assim, consideremos, inicialmente, parte do lead da reportagem na qual a fala de Daley é publicada, a saber “[...] An inside look at the historic night and **the war that has begun**<sup>255</sup>”. Além da entrada lexical ‘war/guerra’, temos, no trecho que introduz a fala de Daley, a expressão ‘camp/campo’. Sem contar que, quando o jornalista toma a palavra novamente, ele opta pelo verbo ‘to trigger’/disparar a fim de dizer que a recontagem acontecerá, quando ele teria, no mínimo, outros verbos como ‘to bring about’, ‘to cause’, ‘to generate’, ‘to produce’, ‘to start’, ‘to set in motion’, ‘to activate’<sup>256</sup>, entre outros, conforme o *thesaurus* do site Dictionary.com.

Seja como for, nesses casos, vemos o jornalista, ao optar por usar metáforas de guerra, valendo-se de uma constante violação da 2ª máxima da Qualidade. Contudo, isso serve para levar o leitor, nas palavras de Sperber e Wilson (1995), através de várias implicaturas fracas, a apreender a atmosfera do que estava por acontecer. Aqui nos referimos às inferências externas, aquelas que têm como protagonistas jornal e leitor.

Além disso, a reportagem foi publicada em 20/11/2000. Os problemas e os desentendimentos tanto públicos quanto legais entre democratas e republicanos já haviam iniciado em 8/11/2000, ou seja, há quase duas semanas. Os leitores tinham informações suficientes para identificar a quebra de

<sup>255</sup> Grifo nosso.

<sup>256</sup> <http://thesaurus.com/browse/trigger>

máxima de Qualidade e para fortalecer cada vez mais as suposições de que os candidatos estavam em uma guerra, mas, é claro, de outra natureza.

Nesse caso, a noção de condições iniciais estabelecida por Costa mostra-se muito adequada, pois, dada a instabilidade da comunicação, um leitor poderia entender que uma guerra, no sentido literal, foi estabelecida. Contudo, dada a situação comunicativa em que a reportagem está inserida, ou seja, em que ela, enquanto ato comunicativo, está inserida, então o leitor pode interpretar o texto em que o termo ‘guerra’ e ‘campo’ aparecem como sendo relacionados a uma disputa eleitoral. Esse recorte molecularista, com base na noção de redes semânticas, é, como se pode perceber, fundamental para a correta seleção do significado para os enunciados. Além disso, dado que a revista é lida no mundo todo, podemos perceber que conforme o leitor vai avançando na leitura, essa seleção se fortalece e se confirma.

Nessa perspectiva do jornalismo, há um aspecto muito interessante mencionado por Sperber e Wilson (1995) ao entendermos os textos jornalísticos como estímulos. Um estímulo, como vimos, em si, não é relevante. Contudo, dizem os autores, um estímulo pode ter relevância mínima na primeira vez que é apresentado, mas, se esse momento é adequado, essa relevância, ou seja, os efeitos cognitivos que se podem ser obtidos potencialmente aumentam e vão se tornando cada vez maiores. Sperber e Wilson referem-se, por exemplo, à primeira frase de um romance, o que nos permite confortavelmente trazer para o título e para o lead de uma reportagem – inclusive a primeira frase de uma longa reportagem. Essa aparente e limitada relevância vai, aos poucos, ajudar na criação de contexto no qual as sentenças subsequentes são produzidas e interpretadas.

Um outro exemplo disso é a sentença pela qual os jornalistas optaram para introduzir os problemas que iniciaram no dia da eleição.

#### **Trecho (4)**

Election Day began badly for Donna Brazile, Gore's chief turnout strategist. Her suitcase had vanished. It contained her life, she said, including her Bible and, most irreplaceable, her "grounding stones," which her grandmother had given her and which are sort of her good-luck charm.

Falar que alguém perdeu a Bíblia e seu amuleto de boa-sorte significa que essa pessoa não está nem abençoada nem protegida. Se o que a protegia desapareceu, então provavelmente sua proteção e sorte também desapareceram. Isso significa que as piores coisas podem acontecer a ela. No caso da estrategista de campanha de Gore, problemas sérios que ameaçariam a eleição de seu chefe começaram a aparecer. E foi justamente a partir desse trecho de abertura que a reportagem passa a narrar as várias desventuras e dificuldades que os democratas enfrentam.

### **4.3.3 Segundo Diálogo entre Bush e Gore**

No artigo **Diálogo – Questões Interdisciplinares**, Costa (2012) mostrou que, por mais que os próprios gregos reconhecessem a presença da emoção relacionada à persuasão; por mais que Pinker (2008), retomando Darwin, trate, cognitivamente falando, da imaginação como aspecto

elementar para a própria evolução do homem e, portanto, parte da sua cognição, que pode, em um modelo de interface, ser tratada via inferência; por mais que usemos falácias para nos comunicarmos valendo-nos, em especial, da forma lógica como meio de validarmos e garantirmos a aceitação das nossas conclusões; quando o assunto é comunicação e argumentação, especialmente envolvendo a noção de inferência, esses aspectos, desde sempre, foram rechaçados – como se não deveriam ter a ver com o raciocínio.

Contudo, com o construto apresentado e justificado, através da sua aplicação exaustiva ao primeiro diálogo, a partir das articulações propostas e demonstradas, podemos avançar nas nossas análises, as quais, de agora em diante, irão envolver extensão do contexto – aspecto já discutido na análise realizada da fala de Daley –, inferências multiformes, emocionais e aquelas relacionadas à imaginação. Além disso, poderemos também analisar, igualmente à luz da pragmática, tendo em vista a retórica inferencial, propriedades referentes à forma dos enunciados as quais podem interferir na configuração do conteúdo pretendido pelo emissor para a mensagem veiculada, como uma alternativa para descrever e explicar a geração de efeitos de significação<sup>257</sup>.

Como será possível verificar, o segundo diálogo é rico em evidências de que os aspectos anteriormente mencionados, a saber, a emoção, a imaginação e as opções linguísticas – sejam eles oriundos das falas dos protagonistas do diálogo, sejam das escolhas do jornalista – interferem na interpretação e são abundantes. Isso significa que, através de modelos como a TIG/TIGA, a TR, a TICG, a TCNT e a TD; dos avanços das áreas de Comunicação, Cognição e Neurociência, e Lógica; e através de condições metodológicas, especialmente a partir do Perspectivismo e da Metateoria das Interfaces Internas e Externas, acreditamos ter condições teóricas para, se não avançarmos, ao menos participarmos de uma forma descritivamente mais rica e explanatoriamente mais fundamentada de uma discussão a respeito da significação em linguagem natural, em interfaces internas e externas, considerando um ponto de vista inferencial, que, por sua vez, emana das questões referentes à linguagem natural, mas que também contempla fatores até agora ou excluídos ou tratados de maneira desarticulada e/ou isolada.

Reiteramos: não estamos nos apresentando como o tratamento definitivo, muito menos o mais inovador, mas entendemos que dispomos de elementos suficientes, quando articulados, especialmente aqueles produzidos no PPLLN da PUCRS, para avaliar de maneira muito mais rica o fenômeno da inferência na comunicação, em especial, citamos os trabalhos de Viégas-Faria (2003), Strey (2011), Pail (2013) e Dias (2013).

O segundo diálogo entre Gore e Bush ocorreu na madrugada da contagem dos votos da eleição, ou seja, no dia 8/11/2000, por volta das 3:15am – mais ou menos uma hora depois do primeiro telefonema. Pouco antes, devido à direção para a qual apontavam os resultados, o candidato democrata tinha pessoalmente concedido a eleição a seu adversário e se dirigia para fazer o discurso,

---

<sup>257</sup>Dado que esse conteúdo implícito a mais está sendo modelado através da noção de inferência, um dos méritos do construto está relacionado ao fato de que todos os modelos que foram selecionados para constituí-lo assumem a inferência como fenômeno universal, comum, portanto, às línguas.

quando assumiria agora nacionalmente e, portanto, de maneira definitiva, a desistência e a derrota. Contudo, Gore, apesar de ter concedido a Bush, jamais fez o discurso à nação, tudo devido a uma lei eleitoral da Flórida que torna mandatória uma recontagem mecânica dos votos quando a diferença entre o número de votos dos candidatos é menor do que 1% – a fim de se determinar com mais certeza quem realmente receberá os votos do Colégio Eleitoral do estado.

A revista TIME publicou, conforme replicamos no Trecho (5) abaixo, os acontecimentos que sucederam a queda vertiginosa da diferença de votos entre os candidatos o que, por sua vez, levou à recontagem e, portanto, ao cancelamento da provável vitória de Bush e, conseqüentemente, ao adiamento do nome do vencedor da eleição. Em especial, o trecho inicia com a menção do telefonema de Daley para Evans e continua, de forma mais detalhada, apresentando o segundo telefonema de Gore para Bush.

#### **Trecho (5)**

Daley called his counterpart in the Bush camp, Don Evans, and said, "We may have a situation here." Under Florida law, a margin that slim triggers an automatic recount. Then, around 3:45, Gore got on the phone himself with the Governor. "As you may have noticed, things have changed," he said. If indeed the vote went to Bush, he'd be happy to concede and give him his support, but for now, "the state of Florida is too close to call," Gore said. Aides in the room say Bush was not taking the news well. "You could tell Bush was definitely barking at Him, "says someone who was there. "Let me make sure I understand," Bush said, stunned. "You're calling me back to retract your concession." These are two fiercely competitive men, and they have not become friends in the past year. "Well, there's no reason to get snippy," Gore said. He had to repeat himself--it's too close to concede – a couple of times. Bush was confident that this time the networks were right. Brother Jeb was right there, crunching the numbers for himself from the Florida website. "Let me explain it to you," Gore said. "Your younger brother is not the ultimate authority on this." The call ended abruptly. "Well, Mr. Vice President," Bush said, "you need to do what you have to do." (TIME, 20/11/2000, p. 47)

A comunicação se dá também através de conteúdos que estão embutidos nos enunciados – uma coisa é certa, sabemos que nossos interlocutores podem fazer essas leituras, o que mudam são os motivos pelos quais optamos por não-verbalizar tais conteúdos direta e explicitamente. Assim, antes de analisarmos o diálogo propriamente dito, vejamos um aspecto interessante a respeito da quantidade de informação que um jornalista precisa oferecer para que os leitores possam compreender e interpretar corretamente o texto que lhes submete. Ou seja, para que possam construir e entreter representações semelhantes àquelas que o jornalista possui e pretende comunicar, tornando-as mutuamente manifestas, seja por decodificação, seja por inferência, das mais fortes às mais fracas, seguindo a proposta de Sperber e Wilson (2005).

Isso significa que o leitor pode tratar o texto como um estímulo relevante que merece sua atenção e cujo esforço de processamento vale a pena ser despendido tendo em vista os benefícios, ou seja, as implicações contextuais – e demais efeitos cognitivos, inclusive aqueles benefícios arrolados por Costa (2005a), na TCNT, em que benefícios retóricos, por exemplo, passam a ser considerados.

Veremos aqui um belo exemplo de que, na comunicação em geral, e no jornalismo, em particular, como uma instância do fenômeno da comunicação, nem tudo precisa ser dito, embora muito precise e possa ser ainda assim comunicado.

Vejam. Ao chegar a essa parte da leitura da reportagem, o receptor já sabe que a vitória de Bush não está mais garantida. O leitor/indivíduo tem armazenadas várias suposições a respeito da contagem dos votos presidenciais e das atitudes dos candidatos, aqui referimo-nos, especialmente, ao primeiro telefonema de Gore para Bush e ao telefonema de Daley para Evans. Um aspecto interessante do jornalismo consiste na busca de estabelecer, sempre da melhor forma possível, uma situação de ambiente cognitivo mútuo, de contexto mínimo necessário para as interpretações – para o reconhecimento adequado das intenções do emissor. Analisaremos o trecho a partir de recortes menores.

#### **Trecho (5a)**

Daley called his counterpart in the Bush camp, Don Evans, and said, "We may have a situation here." Under Florida law, a margin that slim triggers an automatic recount. **Then, around 3:45**, Gore got on the phone himself with the Governor.

Nesse trecho, vemos que o jornalista fala sobre o telefonema entre Daley e Evans (já analisado), ou seja, ratifica que o contexto mudou – aspecto que Daley certificou-se estar mutuamente manifesto para ele e Bush – no caso, através do chefe de campanha republicano, Don Evans. Assim, imediatamente antes de reproduzir o diálogo entre Gore e Bush o jornalista opta por escrever apenas a expressão ‘then/então’ e ‘around 3:45’, marcados em negrito acima, para depois dizer que Gore telefonou novamente para Bush. Assim, a questão agora é verificarmos alguns aspectos a respeito dessa forma escolhida pelo jornalista a fim de introduzir o segundo diálogo entre Gore e Bush.

A continuidade discursiva é um dos fenômenos e ferramentas mais importantes que qualquer análise que investigue o processamento inferencial através do discurso tem à sua disposição. Além disso, o discurso jornalístico, conforme veremos, e o próprio diálogo entre Gore e Bush, mostram-se ricos quanto à presença de ditos e implicaturas, inclusive as multiformes – as quais podem ser derivadas justamente devido à continuidade discursiva, uma vez que várias suposições já foram representadas e estão disponíveis para a construção de contextos online. Esse aspecto fornece evidências acerca do raciocínio realizado pelos interlocutores tendo em vista a comunicação de intenções e informações. Vê-se, portanto, que, a comunicação, quando é fruto de uma continuidade discursiva, caracteriza-se como um processo comunicativo mais elaborado, pois, apesar de valer-se, nesse caso, apenas de código verbal, exige uma multiplicidade de processamentos: da decodificação até processamentos inferenciais complexos.

Como é possível observar, entre o primeiro telefonema e o segundo, temos uma diferença temporal de pouco mais de uma hora; além disso, vemos que o jornalista opta por não escrever sobre os acontecimentos que provavelmente ocorreram ao longo desse intervalo. Assim, um aspecto

importante a ser considerado refere-se, por um lado, às ações que não são narradas; e, por outro, àquelas que são pormenorizadamente apresentadas. E isso não necessariamente pode ser atribuído à negligência ou à parcialidade, no sentido negativo, do jornalista. Aspectos ligados à intenção e à noção de relevância desempenham um papel importante, tendo em vista a escolha dos estímulos ostensivos, nos recortes feitos pelo jornalista. Afinal, como prevê a TR, o emissor, por saber que a cognição é orientada pela relevância, sabe que, dos vários estímulos disponíveis, as pessoas prestam atenção àquelas que podem aperfeiçoar seus ambientes cognitivos; dessa forma, o emissor tem como prever, até certo ponto, quais estímulos as pessoas selecionarão.

Vimos que, segundo Costa (2013), tudo o que pode ser inferido, embora exija um determinado custo, este ainda parece ser menor para o leitor do que se ele precisasse efetivamente ler, ou seja, decodificar tais informações. Lembremo-nos da Heurística I, proposta por Levinson (2000), a qual, por sua vez, observa a segunda máxima griceana: não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário. Para Levinson (2000), o emissor não precisaria dizer o que pode ser tomado como sabido ou garantido como já assumido, uma vez que interpretações estereotípicas se encarregariam de preencher as lacunas informacionais – afinal, conforme prevê a TICG, convenções sobre o uso da linguagem permitem que, através dela, seja comunicado mais conteúdo sem que isso envolva cálculos e intenções, criando um equilíbrio entre economia e necessidade de informação (LEVINSON, 2000).

Assim, além desse, há outros benefícios, um deles está relacionado à rapidez com que a informação, e mais informação, pode ser veiculada, sem contar o fato de que, ao se valer da capacidade inferencial do leitor, selecionando as pistas certas, o jornal pode reduzir espaço físico ocupado pelo texto dentro da revista. Costa (2005a) atribui esse fenômeno de economia à interação entre os falantes, que estão em um acordo tácito de que há inúmeras informações que não precisam ser expressas. Isso não significa que elas não tenham, que não possam, nem que não sejam informadas – nesse sentido, a noção de manifestabilidade mútua tem um papel explicativo esclarecedor. Ou seja, há informações que podem ser tomadas como compartilhadas sem que isso signifique necessariamente que tenham que estar codificadas. Evidências adequadas poupam codificações e decodificações custosas e, portanto, desnecessárias, pois tais evidências acionam uma série de suposições – sejam elas premissas implicadas que se tornam mais salientes, sejam as conclusões implicadas –, o que torna o processo comunicacional mais produtivo.

Ainda considerando essa parte da reportagem, parece que o que interessa, ou seja, o que realmente vai gerar efeitos cognitivos relevantes para o leitor, tendo em vista a intenção do emissor, é o fato de que Gore mudou de ideia, não fez o discurso e telefonou para Bush a fim de retirar sua concessão. Ao ser, digamos, lacônico, na verdade, isso não significa que o jornalista esteja recusando-se a dar informações ao leitor. Na verdade, o que o jornalista faz é não onerar o leitor ao não fazê-lo decodificar uma grande porção de texto em que ele narraria os pormenores a respeito de como Gore decidiu voltar atrás, dado que, reiteramos, o que importa é que Gore voltou atrás na realização do discurso de desistência. E, pelas evidências já fornecidas, o leitor pode, mesmo por

implicaturas fracas, entreter tais suposições. Além disso, o aspecto relevante que justifica a atitude de Gore pode ser recuperado a partir de informações anteriormente lidas e/ou inferidas, e, portanto, armazenadas na memória enciclopédica – nessas condições, seja como for, trata-se informações perfeitamente acessíveis.

Dessa forma, pode-se supor que jornalista, mais do que acreditar, parece, na verdade, contar até com isso: que leitor tem condições de preencher semanticamente, através de inferências *default*, ou pragmaticamente, e identificar algumas, ou várias, dessas ações. Algumas delas seriam, por exemplo, que Gore não fez o discurso, que conversou com seus assessores, que entrou novamente no carro, que retornou para onde estava acompanhando as contagens, que chegou à conclusão de que ele deveria ligar novamente para Bush, etc.

Além do mais, ao dedicar mais texto para mostrar a queda da diferença entre votos, o fato de que o chefe de campanha de Gore liga para o chefe de campanha de Bush para dizer que as coisas mudaram, o jornalista já oferece ao leitor informações suficientes para que este possa entender por que Gore mudou de ideia e por que estava telefonando novamente para Bush, inclusive permitindo que o leitor possa levantar a hipótese do que Gore diria<sup>258</sup>.

O leitor poderia, por uma inferência abduativa, chegar à conclusão de que Gore está ligando, se não para voltar atrás na concessão que há pouco fizera; ao menos, para dizer algo, tornar algo mutuamente manifesto a respeito da recontagem para Bush – uma vez que, dado o conhecimento enciclopédico, seria altamente improvável que alguém, tendo a possibilidade de vencer algo que para ele estaria perdido, continuasse insistindo em desistir, especialmente quando se trata da presidência dos EUA. Essa suposição fica mais improvável – ou seja, cada vez menos acessível – ainda se considerarmos que, anteriormente na reportagem, o jornalista enfatiza inúmeras vezes o quanto Gore se dedicou para e na campanha. Um desses trechos pode ser lido na terceira coluna da página 41 da reportagem do dia 20/11/2000, conforme reproduzimos abaixo – os textos na íntegra encontram-se no CD em anexo a este trabalho. Referindo-se a Gore, ao usar a expressão definida ‘The other man’, o jornal diz:

**Trecho (5b)**

The other man – bleary-eyed, wired, hoarse, drained of everything but spirit after campaigning for 30 hours straight – had never even made it to bed, and he was not about to stop.

Ou seja, uma pessoa que está com os olhos cansados, rouca, acordada há mais de 30 horas, drenada em tudo, menos em espírito, descreve, por ICG tipo I, alguém que está se esforçando acima de seus limites, e, por ICP, alguém, no caso, Gore, que está lutando pela presidência, pela sua eleição, da forma mais visceral possível. Essa implicatura pode ser usada para fortalecer suposições que já fazem parte do conjunto de informações que o leitor tem armazenadas sobre Gore, as quais

---

<sup>258</sup> Como veremos, parece que Bush fica mais surpreso do que seria desejável com a suposição que Gore torna mutuamente manifesta, uma vez que ela é altamente provável em um contexto em que os votos que dariam a vitória a Bush, por uma lei estadual, ou seja, algo maior do que a vontade do seu oponente, tinham sido anulados, e uma nova contagem seria realizada.



podem ser advindas pela leitura de partes anteriores da reportagem, entre tantas outras oriundas de outras fontes. Além disso, mais uma vez ratificando a improbabilidade – ou seja, cada vez menos acessível – da hipótese de que Gore ligaria para Bush para falar de qualquer outra coisa e manter sua concessão. Seja como for, as suposições selecionadas dentro de uma gama de possibilidades são, de fato, aquelas consistentes com o princípio da relevância, ou seja, ao final das contas, o leitor busca sempre os maiores benefícios<sup>259</sup> pelo menor esforço – suspendendo o processamento ao chegar à relevância ótima, satisfazendo uma atitude cooperativa.

Por outro lado, tendo em vista a noção de relevância para um indivíduo, a riqueza dos benefícios cognitivos estará necessariamente relacionada a aspectos como as experiências, interesses, crenças, habilidades cognitivas, etc. do leitor. Dessa forma, a intenção mínima pode ser capturada, mas a riqueza das inúmeras implicaturas fracas aumenta na mesma proporção que o indivíduo ou possui informações sobre Gore e/ou, no caso de leitores não falantes de língua inglesa, mas com diferentes níveis de domínio do idioma, conseguem obter pistas contextuais para realizar as inferências.

A título de experiência, suponhamos um leitor que tenha o inglês como língua estrangeira – e não como língua materna ou segunda língua, por exemplo. Suponhamos que o leitor, tentando entender a reportagem, não entenda a descrição do estado físico de Gore; afinal são expressões menos comuns e aprendidas depois de expressões como ‘never/nunca’ e ‘bed/cama’. Dado que se trata de uma situação hipotética, é claro que não estamos supondo um leitor que tenha feito apenas o nível básico de inglês – os termos mencionados são mais acessíveis ao leitor do que, por exemplo, ‘bleary-eyed’, por exemplo. Prosseguindo. Assumindo que um leitor tenha mais dificuldades para compreender a descrição física feita de Gore, mas possa entender que Gore não trabalhou apenas 30 horas, sendo, mais relevante assumir que ele tenha trabalhado por 30 horas seguidas, os termos ‘never’ e ‘bed’ podem orientar o leitor a construir a hipótese de que Gore trabalhou sem descansar.

Da entrada da expressão ‘30 hours’ o leitor pode recuperar suposições como ‘o dia tem 24 horas’, ‘30 horas é maior do que 24 horas’, logo ‘30 horas é mais do que um dia’; da entrada lexical ‘bed’, o leitor possa recuperar suposições como ‘cama serve para dormir’ e, a partir da entrada lexical ‘dormir’ o leitor recupere a suposição ‘quem dorme descansa’. Então, se Gore não foi para a cama e em mais de 30 horas, significa que não descansou. Aqui poderíamos montar uma escala numérica tendo como unidade a noção de hora a fim de identificar implicaturas escalares conforme previsto por Levinson (2000). Assim, <40, 35, 30, 25, 20, ..., 1, 0>. Novamente, vemos um problema com a proposta de Levinson, pois quem fica acordado por 30 horas implica que não ficou por 40, mas pode acarretar que ficou acordado zero hora, ou uma hora – o que, além de não ser veraz, levaria o leitor a inferências equivocadas.

Em primeiro lugar, tendo em vista a noção de veracidade, o leitor não precisa aceitar que Gore ficou exatamente acordado por 30 horas, é perfeitamente possível aceitar que o jornalista fez

---

<sup>259</sup> Não sendo necessário que sejam apenas de natureza informacional e racional.

um arredondamento, pois Gore pode ter ficado acordado por 30 horas e cinco minutos ou por 29 horas e 52 minutos. Além disso, dada a escala, tendo em vista o princípio Q, ao usar 30, o jornalista leva o leitor à implicatura de que afirmar mais de 35 seria uma informação falsa e, portanto, uma violação da cooperação, embora, se Gore tivesse ficado acordado por 30 horas e 5 minutos, e isso fosse provado, o jornalista não seria acusado de veicular informações falsas para seus leitores.

Da conclusão de que Gore não descansou, o leitor pode inferir que Gore está muito cansado, e mais do que o normal. Essa suposição pode ser oriunda do conhecimento enciclopédico de que campanhas eleitorais são normalmente cansativas, e, sem descanso, uma pessoa fica mais cansada do que o normal. Essa rede de inferências pode gerar implicaturas fracas, por exemplo, que Gore está lutando com todas as suas forças para se eleger, suposição que mais uma vez serve para enfraquecer ou cancelar a possibilidade de que Gore ligaria para Bush por qualquer outro motivo que não voltar atrás na concessão, dado o novo contexto, a saber, a recontagem.

Ter direito a uma recontagem em uma eleição presidencial já é uma boa notícia, mas, como veremos, no caso da eleição presidencial norte-americana de 2000, é uma notícia melhor ainda, devido aos problemas já conhecidos, ou seja, aspectos contextuais mutuamente manifestos para Gore e Bush – e, no caso, dado que a reportagem em análise é do dia 20/11/2000, esses problemas já eram de conhecimento do leitor – ou porque ele vinha acompanhando a eleição desde o dia 8/11/2000, ou porque o leitor, no início da reportagem, para fins de ambiente cognitivo mútuo e manifestabilidade mútua, a revista faz um breve resumo dos problemas (máquinas de perfuração que não funcionavam corretamente, votos ausentes sem assinatura, etc.), o que, como veremos, tornam a recontagem mais ameaçadora para a eleição de Bush do que deveria ser.

Vejamos, agora, o diálogo propriamente dito. Para fins práticos, iremos reformatar a apresentação da conversa em Gore e Bush a fim de organizarmos os elementos a partir dos quais as pistas, estímulos ostensivos, são preparadas pelos interlocutores, Gore e Bush, por um lado, e a revista/jornalista, de outro, a fim de orientar a seleção de elementos contextuais e, conseqüentemente, as inferências do leitor.

Ao analisar os implícitos em uma novela, dada a natureza visual/sonora do objeto, Silveira (1999) recortou os diálogos e ela mesma identificou e se responsabilizou pela seleção e apresentação dos elementos que se mostraram importantes para a interpretação, referimo-nos, em especial, a traços suprasegmentais (responsáveis por formarem o ritmo de um enunciado, por exemplo) e paralinguísticos (gestos, postura, expressões faciais, etc.). Isso diz respeito às ações e/ou falas – inclusive o silêncio – dos personagens tratados, aspectos esses tomados como *inputs* perceptuais que interfeririam para e na interpretação adequada de um enunciado – entre os personagens (inferências internas) ou entre audiência e a novela (inferências externas). Tais aspectos foram verbalmente traduzidos por Silveira e incorporados ao cálculo, como suposições contextuais, a fim de realizar a derivação das inferências dos interlocutores (Gore e Bush) e do leitor.

No nosso caso, um debate político/jurídico, um evento, que se desenrolou no tempo e no espaço, foi representado e apresentado pela revista TIME, via linguagem verbal, através de um texto,

escrito por jornalistas. Assim como Silveira (1999) ao apresentar a novela – que era um objeto complexo com inúmeras linguagens atuando ao mesmo tempo –, o jornalista tem apenas a linguagem verbal como meio de veicular os demais elementos que constituíram aquela troca, ou seja, os demais *inputs*, sejam eles visuais, sonoros, etc., necessários para orientar a interpretação do leitor. Dessa forma, as pistas consideradas relevantes para a interpretação foram fornecidas pelo emissor, o jornalista/ a revista TIME, e tais *inputs* foram traduzidos para a linguagem verbal. Nosso trabalho não é, portanto, fazer essa seleção, como Silveira (1999) teve que fazer, nossa tarefa é nos valermos da seleção feita pelo jornalista.

Tendo em vista os compromissos do jornalismo com a verdade, o jornalista procura dar evidências ao leitor de que o que diz é verdadeiro, e, uma forma de fazê-lo, é atribuir algumas dessas pistas a pessoas que testemunharam os fatos sobre os quais trata. O leitor, por hipótese, aceita esse acordo, aspecto que caracteriza o jogo comunicacional na comunicação jornalística. Como estamos no terreno da comunicação, e adotando os modelos TNCT/TD, assumimos que as pessoas tomam como verdadeiras as notícias, mas num sentido mais fraco, conforme previsto pela noção de veracidade sugerida por Costa (2005a). Assim, a inserção de pistas que orientam a interpretação pode ficar a cargo do jornalista – e o leitor geralmente se vale dessas pistas para calcular da forma mais eficiente e precisa possível as implicaturas e intenções que caracterizam aquela reportagem.

Para fins didáticos, a fim de melhor caracterizarmos o fenômeno diálogo, iremos mostrá-lo na forma clássica de turnos de fala dos interlocutores, que serão organizadas da seguinte maneira: colocamos entre aspas as falas literais; entre chaves, as intervenções do jornalista; os trechos sublinhados são aqueles que estavam na forma de discurso indireto e foram transformados para discurso direto. Por fim, entre colchetes, colocamos os conteúdos que constituiriam o dito implícito, os quais correspondem às ISs de Costa (envolvendo IGCs, implicaturas convencionais, e todos os enriquecimentos que constituem o fenômeno das explicaturas<sup>260</sup>).

{ Then, around 3:45, Gore got on the phone himself with the Governor. }  
Gore – “As you may have noticed, things have changed. If indeed the vote goes to you, I’ll be happy to concede and give you my support, but for now, the state of Florida is too close to call”.

{ Aides in the room say Bush was not taking the news well. } “You could tell that Bush was definitely barking at him” { says someone who was there. }

Bush – a “Let me make sure I understand”, { Bush said, stunned }. “You’re calling me back to retract your concession.”

{ These are two fiercely competitive men, and they have not become friends in the past year. }

---

<sup>260</sup>Enriquecimentos esses que, segundo Costa, não precisam estar expressos no enunciado, tornando-o estilisticamente mais elegante e econômico, uma vez que se trata de conteúdos perfeitamente obtidos por inferências, fruto da conexão, via LN entre os interlocutores.

Gore – “There's no need to get snippy<sup>261</sup> about it”. {He had to repeat himself--it's too close to concede – a couple of times }. {Bush was confident that this time the networks were right. Brother Jeb was right there, crunching the numbers for himself from the Florida website.} Let me explain something, your younger brother {Jeb Bush, governor of Florida} is not the ultimate authority on this”.

{The call ended abruptly.}

Bush – “Well, Mr. Vice-President”, {Bush said} “you need to do what you have to do”.

Ao adotarmos o trabalho de Costa (2005a, 2012), em especial, a TCNT/TD, assumimos para o construto uma propriedade molecularista para o tratamento dessa conversa. Molecularista, pois se trata de um recorte que tem uma autonomia significativa interna, tendo em vista também essa semântica convencional, enraizada na cognição do falante, além de uma lógica que sustenta e encaminha tal troca, em especial, respaldada primeiramente pela noção de conectividade, depois pelas de relevância e de cooperação. Embora cada uma das partes desempenhe um papel na inter-relação parte/todo, isso não exclui a necessidade de aspectos contextuais como elementos que identificam e orientam da forma mais precisa e específica possível a interpretação pretendida – dentro desse contexto construído online.

Tal troca, por sua vez, instancia o diálogo, considerado por Costa a peça comunicativa básica por excelência. A conversa entre Gore e Bush pode ser vista dessa forma, pois satisfaz várias condições arroladas por Costa (2012): envolve duas pessoas, mesmo acontecendo a distância, via telefone, ocorre em tempo real; e se vale da linguagem verbal, ou seja, sua estrutura é constituída a partir de propriedades lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas; expressa, como veremos, significados explícitos, através de ditos – obtidos por decodificação –, e significados implícitos – obtidos por inferências das mais diversas naturezas, desde implicaturas griceanas até acarretamentos, pressuposições, entre outras, tais como inferências multiformes, as quais consideram igualmente inferências envolvendo emoções e, como pretendemos demonstrar, igualmente envolvendo a imaginação.

Ao assumirmos o construto, assumimos igualmente que todas essas inferências são orientadas por uma propriedade de relevância que se expressa em seus vários níveis de articulação e cooperação (COSTA, 1984, 2008) e são reguladas e controladas por noções de relevância tacitamente pressupostas pelos interlocutores tendo em vista relações adequadas de custo e benefício, conforme Sperber e Wilson (1995). O conjunto de afirmações explícitas mais o conjunto de implícitos permitem que cada interlocutor infira conteúdos implícitos; além da intenção do outro, sua imaginação e seu estado emocional – isso tanto internamente à conversa, quanto externamente tendo em vista o leitor que a acompanha.

---

<sup>261</sup>Snippy: 1.sharp or curt, especially in a supercilious or haughty way; sharp-tongued, impertinent. 2.scrappy or fragmentary.

Para analisar o segundo diálogo entre Gore e Bush, vale a pena levantarmos algumas questões já vistas. Uma delas refere-se ao tratamento que Costa (2005a, 2012) dá ao diálogo no que tange ao contexto (este sempre tratado como descrições de contexto, à luz de Bar-Hillel, algo assumido desde Costa (1984)). Um diálogo ocorre em um contexto situacional, que se caracteriza pelas condições físicas nas quais tal troca acontece mais as suposições que estão na memória dos interlocutores – todos esses aspectos, por sua vez, constituem o que o autor determinou como as condições iniciais. Costa também ressalta a importância desempenhada pelas relações entre os interlocutores, as quais, para o autor, constituem também um dos elementos que orientam o estabelecimento das condições iniciais e, portanto, têm um papel no direcionamento da troca<sup>262</sup>, mas, como Costa sempre alerta, de forma alguma garantem alguma coisa.

Outro aspecto importante refere-se ao fato de que as futuras relações entre os participantes de qualquer interação dependem das anteriores (SPERBER; WILSON, 1995). Assim, no que tange às relações entre os interlocutores, dada a análise que fizemos do primeiro diálogo, quando Gore ligou para conceder a eleição para Bush, antes mesmo da oficialização dos votos, vimos que eles terminaram o diálogo em termos extremamente cordiais – em especial da parte de Bush, justamente quando ele demonstra solidariedade em relação não só ao seu adversário, mas também à família dele. Se o que Sperber e Wilson (1995) sugerem é verdade, espera-se que esse segundo diálogo transcorra igualmente de forma cordial – ao menos, terá esse aspecto como uma das condições iniciais que irá orientar a troca. Por fim, é igualmente importante lembrar, conforme Tannen (1995), que o que e como as pessoas se sentem é também fator determinante de aspectos referentes à produção e compreensão de enunciados. Como vimos anteriormente nesta tese, para Tannen (1995), as pessoas estão emocionalmente envolvidas umas com as outras – mais do que apenas informar, a comunicação envolve intenções, e intenções envolvem emoções.

Ao telefonar para Bush, novamente Gore altera o ambiente físico e, posteriormente, o ambiente cognitivo do candidato republicano – o qual já tinha sido modificado e reajustado como resultado do primeiro telefonema, conforme previsto pela TR. Após aquela ligação, Bush tinha representada na sua memória, e com a força máxima, a suposição de que Gore tinha desistido, bem como havia dela derivado várias outras suposições como, por exemplo, as de que ele seria o vencedor dos votos do Colégio Eleitoral do estado da Flórida e, dessa forma, da eleição presidencial; seria o novo presidente, e todas as implicaturas encadeadas relevantes para ele, conforme proposto por Costa (1984, 2008) e Viégas-Faria (2003), tratadas por Sperber e Wilson (1995) como implicaturas fracas, – todas, igualmente herdando uma força significativa da suposição inicial. Essas são também, algumas, entre as últimas suposições acessadas e representadas que Bush tem no seu ambiente cognitivo. E serão elas que ele irá acessar e utilizar como as mais prováveis para futuras inferências – e, como veremos, serão essas mesmas suposições, bem como as implicações delas, que acabarão

---

<sup>262</sup> Vemos que, após o ataque e raiva, Bush retorna a uma atitude de polidez; a qual, contudo, não pode ser tratada como genuína. Bush, na verdade, parece ter se traído, pois acabou tornando manifesta, sem querer, uma emoção, como se sentia a respeito.

sendo canceladas. Esse segundo diálogo ocorre a partir de um contexto estendido, como foi mostrado, em que agora haverá uma recontagem mecânica dos votos do estado da Flórida por força de uma lei eleitoral devido ao fato de que Gore e Bush têm menos de 1% dos votos de diferença.

Antes de analisarmos o diálogo propriamente dito, vejamos mais detalhadamente algumas inferências do texto jornalístico que introduz o diálogo – considerando já o dito implícito, segundo proposto por Costa (2012) – ou seja, com os conteúdos que podem ser tratados, de certa forma, tacitamente aceitos e compartilhados pelos interlocutores. Isso torna o texto, embora mais enxuto na estrutura de superfície, tendo em vista que a codificação semântica dos enunciados pode obedecer a leis de economia, mas, ainda assim, mais informativo e, portanto, mais útil para o leitor que acompanha os acontecimentos através da representação verbal.

### **Dito implícito**

Then [after the need of an automatic recount], around 3:45 [a.m.], Gore<sub>i</sub> got on the phone himself<sub>j</sub> with the Governor [of Texas]/[Bush].

As principais IGCs, nesse trecho, são as do tipo I e elas se referem à interpretação do pronome reflexivo ‘himself’ como se referindo a Gore, e à da descrição definida ‘the Governor’ como se referindo a Bush. Essa identificação pode ser feita através de suposições já armazenadas na memória do leitor pela leitura da reportagem – que podemos assumir fazerem parte das condições iniciais, desse recorte de contexto que permite tratar da atribuição de referentes como uma inferência semântica.

Alguém poderia sugerir que ‘the Governor’ poderia ser interpretado como se referindo a Jeb Bush, irmão de George W. Bush, que era também governador. Supondo que o leitor não soubesse que Bush era, naquela oportunidade, governador, ainda assim, por relevância, tomá-lo [Bush] como referente é a melhor interpretação, pois, entre os dois, é ele, Bush, quem está disputando a eleição. Essa suposição pode ser fortalecida pelo fato de que Gore havia já telefonado para Bush. Analisemos, finalmente, o diálogo<sup>263</sup>.

**Contexto Situacional:** Dada a necessidade de uma recontagem devido à proximidade de menos de 1% dos votos entre os dois candidatos, Gore liga novamente para Bush a fim de voltar atrás na concessão feita há pouco mais de uma hora, em que ele reconhecia Bush como vencedor da Flórida e, portanto, da eleição; logo, o novo presidente eleito – troca essa que acabou em um clima de cordialidade entre os dois candidatos.

### **Contexto Comunicacional – Condições Iniciais**

**Domínio** = recontagem e declaração de desistência

**Modo** = declarativo

**Objetivo** = voltar atrás da desistência e informar Bush a respeito, mas isso vem não através de Y, mas de Y + Z, ou seja, é informado através de uma implicatura.

<sup>263</sup> Optamos por modelar os diálogos usando o cálculo proposto pela TCNT, pois ele organiza de forma mais explícita e completa o contexto, devido ao recorte a partir das condições iniciais, além de não ser, de forma alguma incompatível, com a modelagem dos demais aspectos que caracterizam o dito, as ISs, e o implicado, as IPs.

A partir do momento em que os interlocutores se encontram em uma perspectiva dialógica, devido à atuação do PCNT, eles irão proferir enunciados, os quais, dada a sua base semântica, sua base proposicional, permitem processamentos de decodificação e de inferência. Nesse caso, especificamente, os enunciados proferidos são do tipo comentário-comentário. Embora não haja garantia de verdade, afinal, as proposições trocadas podem ser verdadeiras ou falsas, os interlocutores inferem que ambos estão sendo sinceros e que, portanto, podem aceitar como, ao menos, veraz a fala de cada um. Vejamos a primeira fala de Gore.

#### PRIMEIRA FALA DE GORE

- (1) Gore disse X “As you may have noticed, things have changed. If indeed the vote goes to you, I’ll be happy to concede and give you my support, but for now, the state of Florida is too close to call” (afirmação).
- (2) Gore implicou a expectativa de que o comentário Y de Bush (ou Y + Z) P-satisfaça X em todas as CC (condições de comunicabilidade: informatividade, veracidade e adequação).
- (3) Y (ou Y + Z) deve P-satisfazer e S-satisfazer X em todas as CC.

#### **Dito explícito**

Gore – “As you may have noticed, things have changed. If indeed the vote goes to you, I’ll be happy to concede and give you my support, but for now, the state of Florida is too close to call”.

#### **Dito implícito**

Gore – “As you [Bush] may have noticed, things [the vote count in Florida and your advantage over me/Gore] have changed. If [and only if] indeed the vote [of the Electoral College] goes to you [Bush], I [Gore]’ll be happy to concede [the election] [again] and [then] give you [Bush] my [Gore] support, but for now [as the margin between us is less than 1% at the exact moment we are talking], the state of Florida is too close to call [the election to you/Bush]”.

Através desse enunciado, empregado como um estímulo ostensivo, uma vez que é usado de forma intencional, Gore estabelece uma nova conexão com Bush, alterando novamente o ambiente físico de seu oponente, o que resultará na alteração do seu [Bush] ambiente cognitivo – colocando-os novamente em uma situação de ambiente cognitivo mútuo para daí serem criadas as condições para a obtenção de efeitos cognitivos positivos. Tal estímulo vem não apenas com garantia de relevância máxima – mais efeitos pelo menor esforço possível –, mas também com garantia de sua relevância ótima – os efeitos são adequados sem requerer esforço injustificado. Como veremos, Bush opta por não realizar alguns esforços, pois, algumas das implicaturas, embora pretendidas por Gore, não são consideradas por ele (Bush) relevantes – aqui, sugerimos, são aspectos emocionais de Bush que acabam fazendo com que ele as desconsidere, tornando a atualização dessas inferências desnecessárias. Afinal, o que ele quer não é o apoio caso o resultado se confirme, ele quer é garantir – ou manter a garantia da – a sua eleição.

Dessa forma, Gore pretende que esse enunciado seja reconhecido como evidência de sua intenção de tornar mutuamente manifesta a implicatura forte de que está voltando atrás na desistência, mas também como evidência para várias outras implicaturas fracas, a saber, que seja

reconhecido também como uma atitude de polidez, cordialidade e consideração por Bush, afinal, ele, Gore, não precisaria dizer isso a Bush, uma vez que tal ação é acarretada pela circunstância.

O dito de Gore, embora obedeça a todas as condições de comunicabilidade – ou seja, é informativo, veraz e adequado –, e S-satisfaça Bush, pois trata de conteúdos que se referem ao tópico, precisa, nesse caso, também P-satisfazer Bush, ou seja, precisa permitir que a intenção reconhecida e recuperada através da realização de inferências. Além disso, como pretendemos mostrar, esse dito de Gore foi formatado cuidadosamente – igualmente confirmando que o meio é a mensagem, ou seja, a forma do enunciado tem muito a ver com as inferências e interpretações que desejamos que sejam realizadas pelo emissor. E, de certa forma, isso redundava nas impressões que o emissor deseja transmitir, e pelas quais quer ser reconhecido.

Como vimos, segundo Pinker (2008), as pessoas são seres sociais e desejam que suas falas permitam que elas sejam reconhecidas por determinadas propriedades. Mais do que sua imagem perante Bush, Gore sabe que sua atitude comportamental e sua atitude linguística reverberarão para o povo norte-americano, tanto seus eleitores quanto os de seus adversários – as pessoas, diz Pinker (2008), são animais sociais preocupados com as impressões que deixam nos outros. Nesse sentido, a comunicação deixa de ser uma troca, um download, como ele diz, de informações de um ser para o outro, bem como, como propõem Sperber e Wilson (1995), apenas a forma através da qual as pessoas tornam suas representações de mundo as mais acuradas possíveis. Como pretendemos mostrar, caso isso fosse verdade, Bush deveria capturar as outras implicaturas para ter a representação de mundo mais acurada do que Gore pretendeu transmitir.

Voltando ao dito de Gore, vemos que ele ofereceu mais informações do que o requerido para a situação, ou seja, violou a 2ª máxima griceana da Quantidade. Consideramos aqui o recorte molecularista proposto por Costa (2005a) a partir das noções de condições iniciais, especialmente se atentarmos para o fato de que, em última instância, o que ele queria era tornar mutuamente manifesto, pelo menos como a implicatura forte, que estava voltando atrás na concessão. Contudo, vemos que o enunciado de Gore é formatado para ser fonte de várias outras implicaturas – uma vez que ele o configurou trazendo vários outros conteúdos a mais. Segundo Sperber e Wilson (1995), quando o emissor exige mais esforço do receptor, ele, se está sendo relevante, procura compensar tal esforço com benefícios, no caso, efeitos cognitivos positivos.

Nesse sentido, retomamos também McLuhan (1969), pois, ao trazer mais conteúdos e dar margem para a geração de outras implicaturas, vemos que a forma do enunciado também é um dos aspectos que interferem na transmissão de mensagens implícitas tipo implicatura. Dado que tais mensagens não necessariamente estão relacionadas a informações pura e simplesmente, veremos que Gore procura ser cordial e polido com Bush.

Como vimos, nos termos da TR, a fala de Gore exige mais esforço de Bush do que se ele [Gore] apenas comunicasse que estava voltando atrás na concessão, implicatura capturada e depois codificada pelo próprio Bush, afinal, ele mesmo a enunciou. Segundo a TR, Gore exigiu mais esforço de Bush, assim, é possível verificar, portanto, que Gore faz mais do que comunicar que está voltando



atrás na sua concessão. Esse esforço a mais que Gore exige através da sua escolha é uma forma de, além de comunicar que não irá mais conceder, uma explicação do por que está voltando atrás. Entretanto, através dessa fala, por hipótese, ele oferece outros benefícios, não apenas informativos, um deles, por que não, pode ser tratado como um benefício de polidez, demonstrando respeito por Bush, afinal, o fato de Gore ter ou não concedido, não faz diferença para o andar da eleição, a recontagem é obrigatória por lei. Assim, além de dizer o que está fazendo, por que o está fazendo, de certa maneira, Gore oferece um conforto a Bush, dizendo que se realmente ele [Bush] vencer, ele [Gore], sem problemas irá desistir – e, inclusive, apoiá-lo. Poderíamos, assim, configurar a implicatura conversacional da seguinte forma:

q+> Estou voltando atrás na concessão, pois será feita uma recontagem obrigatória dos votos do estado da Flórida. Mas, se você realmente for o vencedor, de bom grado vou conceder e apoiá-lo.  
Implicatura Conversacional Particularizada por quebra da 2ª máxima da Quantidade

Nesse momento, emerge um aspecto muito importante sobre a cancelabilidade das implicaturas discutido por Viégas-Faria (1999, 2003). Segundo a autora, ao se tratar com implicaturas que são, podem ou devem ser canceladas, não se está dizendo que elas não existiram, nem que não eram plausíveis. É justamente o oposto: ratifica-se a sua existência exatamente pelo fato de ter sido necessário cancelá-las. E isso pode ser verificado através da segunda fala de Bush. Ele identifica, através da fala de Gore, a suposição que está sendo cancelada, mas que está sendo comunicada por implicatura, a qual, Bush, no seu turno de fala, por sua vez, explicita. Aqui se tem um exemplo perfeito de cancelamento de suposição, exatamente aquela que o próprio Gore tornou mutuamente manifesta para ele e para Bush no primeiro telefonema.

Todavia, como previsto por Costa (2005a, 2012), esses benefícios não são apenas de natureza informativa, como proposto pela TR. E, como veremos, o princípio de relevância para um indivíduo, de Sperber e Wilson (1995), foi aplicado de tal forma que serve como evidência para mostrar que as outras implicaturas que foram preteridas por Bush – as quais justamente ilustram a justificativa de Gore para sua decisão, as atitudes de polidez que elas representam, etc. – não eram relevantes para o candidato republicano por motivos de natureza emocional, e não informativa, como propõem os autores, o que corrobora a crítica de Costa (2005a) e o trabalho de Strey (2011). Como discutiremos, a questão emocional de Bush é um dos tópicos recorrentes ao longo da reportagem, à qual, de várias e diferentes formas, a TIME volta, fortalecendo suposições e, por vezes, trazendo para o leitor como benefício aspectos de natureza retórica e humorística.

Como vimos, a partir da fala de Gore, é possível inferir que ele está voltando atrás na sua concessão. Entretanto, ele também dá motivo para isso, a saber, a recontagem mandatória prevista pela lei eleitoral da Flórida. Gore não codifica isso, mas procurar assegurar-se de que ele e Bush estão em uma situação de ambiente cognitivo mútuo, de certa forma, partindo das mesmas premissas – as quais, por sua vez, devem estar ainda na memória do mecanismo dedutivo, pois são suposições muito recentes, ou seja, fatos representados e aceitos como verdadeiros, ou os mais verossímeis

possíveis (COSTA, 2005a). Essa busca pela garantia mínima de ambiente cognitivo mútuo vem através do trecho ‘As you may have noticed, things have changed’, em que ‘things’ refere-se à necessidade da recontagem mecânica mandatária devido ao fato de que estavam com menos de 1% de diferença nos votos.

Entretanto, como já sugerimos, a fala de Gore dá margem a várias outros conteúdos, mas, como já dissemos, tendo em vista a atuação da noção de relevância para um indivíduo, vemos que Bush ignora as outras implicaturas e detém-se em apenas uma, na verdade, a candidata a implicatura mais forte, a saber, o motivo pelo qual Gore telefonou. De fato, Bush codifica a implicatura na sua resposta, ele a enuncia, ao dizer que Gore está voltando atrás na concessão que há pouco havia feito – “You’re calling me back to retract your concession<sup>264</sup>”. E, como veremos, Gore não nega isso. Mais adiante analisaremos essa fala. Continuemos, por ora, com o dito de Gore.

A partir do trecho “I’ll be happy to concede”, podemos verificar também uma implicatura de polidez, uma vez que é muito improvável que alguém fique feliz em conceder uma eleição presidencial de uma potência como a dos EUA – especialmente quando ela estava perdida e surge uma oportunidade para vencê-la. Aspecto que pode ser corroborado pelas suposições armazenadas a respeito do grande esforço e empenho de Gore para vencer as eleições – obtidas a partir da reportagem apresentada no Trecho (5b). Aqui podemos verificar mais o estabelecimento de conectividade através da interatividade via uma quebra da 1ª máxima da categoria de Qualidade para fins de polidez, do que a geração de efeitos contextuais puramente informativos conforme previsto pela TR. Em termos de inferências múltiplas, podemos considerar a inferência da atitude de polidez como resultado de uma inferência abdutiva: a melhor explicação para alguém dizer que ficará feliz em desistir de uma eleição como esta.

É preciso assumir a TCNT e a conexão, conforme proposto por Costa (2005a), como algo anterior a qualquer conteúdo, pois, como veremos, mais do que informação/suposição clássica propriamente dita, em especial, conforme aquela tratada como benefício pela TR, a fala de Gore, e os demais enunciados que compõem esse diálogo, igualmente incluem outras formas de comunicação, leiam-se outros benefícios, conforme mostramos. Essa necessidade de conexão, propriedade intrínseca do ser humano, segundo Costa (2005a) consiste na evidência de que, entre os tantos aspectos já discutidos, o ser humano se caracteriza por uma base cognitiva inata para formar redes comunicativas de preservação de sistemas informativos. Isso se revela no fato de Gore ter construído a sua fala procurando valer-se do contexto a fim de cancelar uma representação de mundo de Bush pela qual Gore foi diretamente responsável, afinal, ele concedeu a eleição, se não implicando que Bush seria o novo presidente, pelo menos, fortaleceu ao máximo essa suposição, uma vez que, ao conceder, retira-se como o único obstáculo entre Bush e a presidência – tendo em vista a distância dos demais candidatos em número de votos.

---

<sup>264</sup> Não se pode negar que os demais implícitos podem ser considerados muito prováveis de serem derivados, mas, como vimos, Bush sequer os cogita. Entretanto, essa inferência só é possível a partir da intervenção do jornalista, quando ele descreve a atitude emocional do Bush através do verbo ‘*stunned*/chocado, transtornado’.

No nosso construto, assumimos a TICG (LEVINSON, 2000) e, a partir de Costa (2005a, 2012), com base na TCNT/TD, em especial, dada a interface metodologicamente estabelecida, esses conteúdos inferidos, sem a necessidade de contextos específicos, seriam tratados como ISs, e, sob esse rótulo, recaem fenômenos como as IGCs (tipo Q, I e M), as implicaturas convencionais e as explicaturas. Esses são, conforme assumimos, os vários conteúdos que são tomados pelos interlocutores como não sendo inferidos pragmaticamente, mas sim recuperados semanticamente, ou seja, por princípios semânticos – muitos dos quais constituem o que Costa chamou de contexto codificado semanticamente no dito, que se relaciona com o sentido implícito, ou o dito implícito, os quais, por sua vez, atribuem valores de informatividade e veracidade às proposições. Vejamos algumas dessas inferências *default*.

No caso, por exemplo, do conector ‘If/Se’. Ele gera uma IGC tipo I +> ‘if and only if/se e somente se’. Vimos que, segundo Levinson (2000), e depois, a partir da reinterpretação à luz da TCNT, pela a noção de redes semânticas, essas interpretações padrão estão impressas na estrutura dos enunciados, portanto, não estão fundamentadas em cálculos diretos sobre a intenção do falante, mas em expectativas a respeito de como a língua geralmente é usada. Dessa forma, através do uso de ‘if’ significando ‘if and only if’, a interpretação que Gore pretende implicar é a de que somente no caso de Bush ter realmente confirmados os votos, ele (Gore) irá (de fato) conceder, em nenhuma outra hipótese. Ainda no que tange à primeira parte do condicional, seria possível supor uma implicatura escalar <since, if>, em que, o uso de if, pode implicar que Bush pode ou não receber os votos, ou seja, não certo ainda de que poderá recebê-los.

Através do conector ‘and/e’, Gore gera uma IGC tipo I +> ‘and then/e então’, acrescentando um aspecto temporal às suas ações, mostrando de uma perspectiva temporal como irá agir em relação a Bush: primeiro irá conceder e depois dará seu apoio. Há igualmente uma implicatura convencional, a partir do conector ‘but’ mais o trecho ‘the state of Florida is too close to call’. Assim, primeiro o Bush deve obter a ICP por quebra da 1ª máxima da Quantidade algo como ‘Os votos da Flórida ainda não estão decididos’ – em um contexto em que, dada a proximidade dos votos dos candidatos e a lei da Flórida, torna-se mandatária uma recontagem mecânica desses votos. Todas as implicaturas, apresentadas acima pela TCNT/TD, são tratadas como sendo de natureza semântica, tendo em vista a simplificação metodológica da interface.

No título deste trabalho anunciamos que investigaríamos o mundo dos implícitos que permearia a discussão político-jurídica e a apresentação jornalística do debate entre Gore e Bush na eleição presidencial de 2000. Assim, a riqueza inferencial que perpassa o debate está também na grande quantidade e na variedade de implícitos, nas inferências multiformes, conforme defendido por Costa (2008). Ao estudar o discurso político-jurídico sobre os votos do impeachment de Collor, Portanova (1997) analisa os implícitos dos julgadores e, a fim de isolar o fenômeno que lhe interessa, ele resume, por vezes, um grande trecho ao seu âmago, representando o que o julgador disse através de um enunciado proposicionalmente mais simples, mas preservando a implicatura e, portanto, descrevendo a sua recuperação ao aplicar a teoria. Assim, valendo-nos do mecanismo de Portanova

(1997), analisaremos alguns implícitos. Assumimos, portanto, que poderíamos reduzir o primeiro enunciado de Gore, nesse segundo telefonema, a algo como:

(1) Eu concederia, mas os votos da Flórida não estão decididos.

Dessa forma, depois obter a implicatura convencional poderia ser ‘Não posso conceder’. A implicatura obtida a partir do trecho ‘the state of Florida is too close to call’ igualmente funciona como o conteúdo a mais que exigirá esforço extra, compensado pelo benefício da justificativa polida do por que Gore está voltando atrás na sua concessão. Uma outra IGC tipo I refere-se à determinação de generalidade a partir do adjetivo ‘close’. Segundo Levinson (2000), o leitor está autorizado a pensar, via uma implicatura Q que os resultados ‘não estão distantes’; ou uma ICG tipo I em que ‘close’ pode significar algo como ‘próximo mais do que deveria ou que se esperaria’. Já uma ICP possível, lançando-se mão de contexto, seria que ‘close’ implica que a proximidade dos votos recai dentro do que é estabelecido pela lei eleitoral da Flórida, ou seja, a diferença entre os candidatos é de menos de 1% – se ela for de cinco votos ou de cinco milhões, seja como for, ela recai dentro da categoria de ser menor do que 1%.

Iremos nos valer novamente do recurso de Portanova (1997) a fim de identificarmos uma dessas inferências multiformes, no caso, uma falácia do Modus Ponens. É claro que a implicatura principal da fala de Gore era a de que ele estava voltando atrás na sua concessão. Contudo, dada a maneira como ele configurou sua fala, podemos derivar o seguinte cálculo:

S1: Se é certo que os votos realmente irão para Bush, Gore irá conceder e dar seu apoio a Bush.

S2: Ainda não é certo que os votos irão para Bush.

Conclusão: Por ora, não é verdade que Gore irá conceder e dar seu apoio a Bush.

$$\frac{p \rightarrow (q \wedge r)}{\sim p} \\ \sim (q \wedge r)$$

Costa (2002, no prelo, 2005a, 2008) tem defendido que, do ponto de vista comunicacional, falácias podem ser perfeitamente aceitáveis como meio de vincular conclusões, atribuindo-lhes um caráter mais forte, com uma derivação mais necessária. Como vimos, para tratar da comunicação, o autor retirou a interface direta da Pragmática com a semântica das condições-de-verdade, estabelecendo-a com essa semântica de natureza formal preferencialmente uma interface com a Lógica. Para fins de comunicação, o autor assume uma semântica convencional, pois, como na comunicação, dado que nem sempre temos como verificar a verdade absoluta do que nos dizem, optamos por confiar em nosso interlocutor, valendo-nos de elementos que nos levam à plausibilidade e à verossimilhança. Além disso, conforme defende Pail (2012), uma falácia pode ter uma força retórica mais expressiva para veicular uma intenção. E, por fim, já que estamos assumindo a noção de relevância, entendendo-a como uma relação custo/benefício, a falácia pode exigir menos custo de

processamento – aspecto que, segundo Costa (2005a, 2008) orienta muito mais a comunicação do que o benefício. Até porque o raciocínio é menos custoso do que a forma válida do Modus Tolens.

Gore, como já mencionamos, parece ter configurado seu dito a partir da relação cordial, especialmente estabelecida a partir da fala e das implicaturas da fala de Bush, identificadas/supostas no primeiro diálogo – o que ratifica o que vem sendo defendido por Tannen (1995), Costa (2005a) e Pinker (2008), respectivamente a respeito do ser humano levar em conta aspectos emocionais na hora de interpretar e produzir enunciados, do ser humano pode ser tratado como um sistema de preservação de informação para quem a conexão é algo fundamental, e do ser humano pode ser visto como um animal social que se preocupa, por hipótese, com as impressões que deixa nos outros.

Nesse sentido, um aspecto que permitiu Gore inferir a postura cordial de Bush, sem dúvida, deve ter sido o seu tom de voz. Segundo, Wilson e Wharton (2006), elementos prosódicos como um tom de voz, entonação, sotaque e acento, e impressões, através de implicaturas fracas, podem veicular informações sobre emoções e atitudes – embora os autores não tratem de emoções, mas de informações sobre emoções. Assim, o telefonema de Bush e as suas palavras provavelmente tornaram saliente uma ampla gama de implicaturas fracas sobre a atitude de Bush, a impressão que queria tornar mutuamente manifesta sobre seu caráter, sobre a genuinidade da sua atitude. Tais implicaturas podem ter sido ou ampliadas ou fortalecidas justamente pelo tom de voz usado por Bush.

Como vimos na seção 3.6 desta tese, a prosódia, em última instância, consiste em um fenômeno de interferência da forma fonética sobre o conteúdo, da emoção sobre a inferência, que foi identificada em estudos de neurociência, como os desenvolvidos por Damásio (2009 [2003], p. 52, apud STREY (2012, p. 58)), assim, segundo o autor: “quanto à linguagem, aquilo que mais conta para as emoções de fundo não são as palavras propriamente ditas nem seu significado, mas sim a música da voz, as cadências do discurso, a prosódia”.

Aqui, contudo, alguns aspectos referentes às verdadeiras intenções de Bush podem igualmente ser mencionados. Ao mudar seu tom de voz, talvez mesmo sem querer, quando Gore insiste que não vai conceder, aspecto que o leitor fica sabendo pela reação de Gore, chamando-o (Bush) de ‘snippy’, é possível cancelar a suposição a respeito da cordialidade que Bush demonstrou para com seu adversário. Bush, contudo, acabou se traindo, ou seja, tornou manifesta, fruto de uma emoção, uma atitude que entra em contradição com o que tinha tornado mutuamente manifesto no que tange à sua forma de comportar e às coisas que realmente pensa sobre Gore.

Mostraremos igualmente que o leitor do texto jornalístico também parte dessa premissa – parte da suposição de um clima cordial como tendo sido o que caracterizou a relação entre os dois candidatos ao final do telefonema. Contudo, com o desenrolar da conversa, o jornalista traz elementos, codificando-os, a fim de comunicar para o leitor aspectos referentes justamente a essa atmosfera em que se desenrolou o segundo diálogo e as condições finais tendo em vista não apenas a nova configuração de mundo e de ambiente cognitivo mútuo entre os interlocutores, mas também o papel que esses aspectos desempenham no desenrolar do debate. Avancemos na análise estudando a

resposta de Bush, o comentário de volta de Bush como resposta à f inferência deixada pelo comentário do candidato democrata, conforme previsto pela TCNT (COSTA, 2005).

**PRIMEIRA FALA DE BUSH** – em resposta ao estímulo de Gore que abriu o segundo telefonema. Bush disse Y “Let me make sure I understand”. You’re calling me back to retract your concession.” (porque Bush inferiu de X que Gore está voltando atrás na concessão feita há pouco mais de uma hora no primeiro telefonema).

B implicou que Y P-satisfaz e S-satisfaz X em todas as CC.

Y não S-satisfaz X (ou não P-satisfaz X) em todas as CC (a resposta de Bush quebra a 1ª máxima da Quantidade e a 1ª máxima de Modo).

Se B disse Y e implicou Z (por hipótese abdutiva), então Y + Z P-satisfazem e S-satisfazem X em todas as CC.

Y + Z P-satisfazem e S-satisfazem X em todas as CC.

B disse Y e implicou Z.

### **Dito explícito**

Bush – “Let me make sure I understand”, {Bush said, stunned}. “You’re calling me back to retract your concession.”

### **Dito implícito**

Bush – “Let [you] me [Bush] make sure I [Bush] understand [what you are saying]”, {Bush said, stunned}. “You [Gore]’re calling me [Bush] back to retract your [Gore] concession [of the election] [which you made me earlier].”

A resposta de Bush, ao comentário que satisfaz à f inferência deixada por Gore, pode ser melhor descrita a partir do construto, especialmente porque há aspectos interessantes ligados à emoção e à imaginação, que interferem no processamento comunicacional, inclusive a ponto de reorientar a troca de tal forma que elementos inesperados passam a surgir e podem ser identificados. Para tanto, inicialmente analisaremos a resposta-comentário de Bush ignorando a interferência do jornalista, a saber, a expressão, ‘Bush said stunned’. Assim, primeiramente, analisaremos os implícitos a partir do enunciado “Let me make sure I understand. You’re calling me back to retract your concession.” Essa resposta-comentário de Bush cumpre o seu papel e satisfaz a f inferência esperada por Gore. Contudo, os primeiros desvios dentro do esperado em um diálogo iniciam aqui.

Ao enunciar “Let me make sure I understand”, novamente vemos uma tentativa explícita para a melhor certeza, da parte de Bush, de que ele e Gore estão em uma situação de ambiente cognitivo mútuo. Pela TCNT, uma das intenções de Bush poderia ser a de conectividade, pois, se Gore desligasse, ele (Bush) não teria a oportunidade de, quem sabe, convencer seu adversário a mudar de ideia – o que, pela continuidade do diálogo, parece ser o caso. Além disso, desse trecho do enunciado podemos também identificar uma implicatura, a partir da quebra a 1ª máxima de Qualidade, pois Bush sabe que entendeu o que Gore quis dizer. Assim, através desse enunciado, podemos assumir como uma implicatura fraca de Bush algo como ‘Não acredito que você esteja fazendo isso’. Tanto esse parece ser o caso que Bush codifica aquela que, nos termos da TR, pode ser considerada a implicatura forte da fala de Gore, a de que ele está voltando atrás na sua concessão.

Assim, de uma forma geral, pode-se supor que o enunciado de Bush implica ‘Não acredito que você esteja voltando atrás na concessão que você me fez’ – uma vez que faz parte do ambiente cognitivo mútuo de ambos que foi isso o que Gore fez no seu primeiro telefonema, conceder a eleição a Bush. Este, por sua vez, agora entretinha essa suposição, tinha-a representada, e todas as demais que ele poderia derivar dela. Vemos que a suposição está mutuamente manifesta, com a mais alta força, à luz da TR, pois é Gore pessoalmente quem o faz, e ainda assim Bush tem problemas em representar isso como um fato, ou seja, entreter tal suposição como verdadeira em seu ambiente cognitivo – pois isso o obrigaria a revisar muitas suposições do seu ambiente cognitivo a respeito desse assunto.

Ao dizer isso, segundo a TCNT, mais uma vez o emissor, no caso Bush agora, f infere a necessidade de uma resposta de Gore, a qual é esperada que S ou P-satisfaga a f inferência. Contudo, sem contexto, que nos é fornecido pelo jornalista, a resposta-comentário de Gore não faz o menor sentido, pois violaria, em especial, para o leitor, o princípio de cooperação – que, se não levamos em consideração as observações do jornalista, é o que de fato parece ocorrer. Vimos que Gore responde ‘There’s no need to get snippy./Não é preciso ficar irritadinho’. Nesse sentido, a fala de Gore não observa o PC, pois, simplesmente de um ponto de vista semântico, ele não está mantendo a direção da troca, ou seja, o tópico, ao menos, se estamos considerando o tópico proposto por Bush, no qual, de fato, ele insiste. Sem contar que, em nenhum momento, no seu turno de fala – e até terminar o diálogo – Gore não cancela a implicatura – a qual, como vimos, foi codificada por Bush.

Sem as contribuições do jornalista, o máximo que os leitores poderiam fazer seria procurar, através de inferências de natureza abduativas, explicações para a resposta de Gore. Além disso, tendo em vista que ele telefona em um momento em que se abre para ele a possibilidade de vencer a eleição, a sua resposta, se não for contextualizada, poderia inclusive deixar uma má impressão a seu respeito, como se estivesse debochando de seu adversário – que o tratara tão bem no primeiro telefonema.

Outro aspecto interessante a respeito do comentário de Gore é o seguinte. Assumimos que, sem as contribuições do jornalista, a resposta-comentário de Gore, ao comentário de Bush, foi no mínimo surpreendente, pelo menos para os leitores. Contudo, ela serve de evidência para o que foi proposto por Costa (2005a) na TCNT: a comunicação é altamente instável. Afinal, como veremos, a conversa entre Gore e Bush que, no primeiro diálogo, iniciou e terminou de forma cordial, e era assim, por hipótese, que Gore – e os leitores – esperavam que se mantivesse, tomou um rumo inesperado – conforme veremos até o final da análise desse segundo diálogo. À luz da tipologia desenvolvida por Walton (1989), para tratar dos tipos de diálogos, o que parece ocorrer é que, enquanto no primeiro diálogo temos uma troca de natureza mais ligada à polidez e à informatividade, no segundo, embora ele inicie igualmente como uma troca de informação, para fins de polidez, ele se torna persuasivo, pois passa a envolver um conflito de opiniões, culminando em uma mistura de deliberação e erística, pois acaba em uma discussão envolvendo novas tomadas de decisões.

Essa segunda conversa, como vimos, desenrola-se e termina sob um clima de animosidade – e essa percepção é fruto de inferências sobre pistas a partir das falas dos candidatos e das deixadas pelo jornalista. Isso também pode fortalecer a nossa proposta de que as outras implicaturas aparentemente pretendidas por Gore, sob a forma de implicações fracas, ou não foram capturadas, ou, se o foram, elas acabaram sendo ignoradas por Bush. Esse aspecto é perfeitamente previsto pela TR através da noção de relevância para um indivíduo. Bush capturou apenas a implicatura que era relevante para ele – e cremos que aspectos de natureza emocional foi um dos fatores que o fez ignorar, ou seja, sequer atualizar, como diz Costa, essas outras implicaturas –, que teriam igualmente efeitos cognitivos – os quais seriam de várias naturezas, afinal, não só seria cancelada uma suposição e, com isso, as implicações que se seguiriam dela, como seriam geradas novas implicações contextuais, como por exemplo, a de que ele poderia perder a eleição.

Como vimos, parece que a resposta de Bush pode também ser tratada como uma confirmação, para si próprio, da verdadeira intenção da fala de Gore. Contudo, como dissemos, entre a que constitui a resposta de Bush há interferências do jornalista, que acabam redesenhando a interpretação – o que, por sua vez, acaba contribuindo para tornar a descrição dos eventos mais fiel ao que de fato ocorreu. A primeira interferência do jornalista ocorre através da inserção do trecho abaixo entre a fala de Gore e a resposta de Bush: “{Aides in the room say Bush was not taking the news well.} “You could tell that Bush was definitely barking at him” {says someone who was there.}”.

Através do trecho, conforme descreveremos em mais detalhes, é possível inferir que Bush ficou surpreso. O que na verdade é uma surpresa por si só, pois a recontagem era mandatória por uma instância muito maior, ou seja, não dependida de Gore. Além disso, o trecho descreve atitudes de Bush de tal forma que, segundo os princípios do jornalismo, ferem-no, conforme vimos na seção 2.1. Contudo, são empregados termos como ‘barked/latido’ para descrever a fala de alguém como Bush, um governador e candidato à presidência de um país, efeitos de sentido como a ironia, etc., aspectos que o construto explica como benefícios retóricos tendo em vista igualmente não só a descrição das emoções de Bush, mas a forma pela qual a revista opta por fazê-lo. Por fim, a segunda intervenção do jornalista consiste no uso do verbo ‘stunned/’chocado, atordoado’, mais uma forma para descrever o estado emocional de Bush ao receber a notícia.

Voltemo-nos para os trechos acima, escritos pelo jornalista, e vejamos de que forma eles efetivamente interferem na reconfiguração do diálogo, especialmente, no que diz respeito aos aspectos emocionais redirecionando a percepção desses mesmos aspectos que permearam e caracterizaram a troca. É importante observar como, através de tão poucas palavras, o jornalista consegue estabelecer não apenas o contexto, mas a atmosfera. E o faz lançando mão de tão pouca informação codificada, afinal nem tudo pode ou deve ou precisa ser dito, tendo em vista que ele valer-se do conhecimento linguístico e pragmático do leitor – sem contar que, por motivos óbvios, a questão do espaço físico, da publicação, é altamente importante. Muitas informações podem



perfeitamente ser inferidas sem que isso, por um lado, prejudique o leitor e a qualidade da informação, por outro, exija muito mais espaço.

Além das pistas contextuais, igualmente as falas trazidas pelo jornal também são selecionadas por um princípio de relevância, observando a relação custo/benefício – aspecto característico e subjacente à comunicação ostensiva. Ao contrário de um filme, em que são selecionadas as cenas e as palavras, em um jornal, essas mesmas pistas contextuais também existem, mas são apresentadas apenas através da linguagem natural. Por fim, é importante lembrar que essa mudança abrupta na troca ilustra de forma interessante dois princípios previstos pela TCNT, a saber, o da retificabilidade e o da dinamicidade. Em especial, no caso em análise, aspectos de natureza emocional, por exemplo, tornaram uma informação e uma atitude cordial de Gore em uma ameaça a Bush – e isso é corroborado pelas reações que o candidato republicano tem às declarações de Gore. Novamente, a noção de relevância para um indivíduo se mostra importante, contudo, sem se assumir o papel das emoções, a plausibilidade interna do ocorrido não se sustenta.

Vejam agora um aspecto referente a uma IGC<sup>265</sup> e seu uso para fins de efeitos retóricos. A partir da expressão ‘Bush was not taking the news well’ – mais custosa, nos termos da TR, por ter mais elementos para decodificar –, podemos identificar uma espécie de IGC tipo I, implicando ‘Bush was taking the news badly’. Contudo, o fato de Bush não estar recebendo as notícias bem não necessariamente significa que ele as esteja recebendo mal, o que cancela a implicatura conforme previsto por Levinson – de acordo com críticas feitas por Costa (2002, no prelo, 2005a) e Menna Barreto (2003). Entretanto, podemos supor que o jornalista está preparando a geração de uma inferência ligada às emoções, e, como veremos, procurando gerar um sentido irônico a fim de descrever como Bush estava recebendo a notícia valendo-se de efeitos de contraste – além de dar condições para que o leitor capture/represente cognitivamente o estado emocional de Bush, aspecto que, cada vez mais ajuda o leitor a entender a reação de Gore e a continuidade do diálogo, que se desenrola de forma inusitada.

Continuando. Logo em seguida, vemos que o jornalista afirma que Bush estaria latindo. Como essa é uma informação evidentemente falsa, pois quebra a 1ª máxima da Qualidade, o leitor, valendo-se do seu conhecimento enciclopédico pode obter suposições como:

S1: Latir é próprio de um cão.

S2: Cães são animais.

S3: Cães latem quando estão, entre outros estados, sentindo-se ameaçados.

Conclusão implicada: Bush está reagindo como um animal, pois está se sentindo ameaçado.

---

<sup>265</sup> Lembramos que Costa (2005a), valendo-se da proposta clássica griceana, reorganiza a distribuição dos implícitos, distinguindo o dito, das implicaturas convencionais e incluindo as generalizadas (as quais estão sob o rótulo de explicaturas), das implicaturas particularizadas. A novidade, como vimos, é que Costa (2005) considerar a distinção entre convencional, propriamente, e generalizadas, aberta por Grice, no interior da semântica linguística, interface com a comunicação.

S4: Uma pessoa ameaçada pode ficar furiosa.

S5: Há momentos em que, quando ameaçadas, as pessoas se sentem impotentes.

S6: Sentir-se impotente pode levar as pessoas a sentirem-se furiosas.

Conclusão implicada: Bush está furioso porque está se sentindo ameaçado e impotente.

Dado que se sabe que Gore não está voltando atrás simplesmente porque quis, mas porque o estado da Flórida prevê, através de uma lei, então, é possível que o leitor infira que Bush está tendo uma reação irracional, típica de pessoas narcisistas e/ou infantis ou de animais. O que, de certa forma, corrobora a nossa leitura narcisista da resposta/reação de Bush ao primeiro telefonema de Gore. Dado que é inferir que Bush está agindo de forma animalesca, através dessa metáfora, é possível derivar várias implicaturas fracas a respeito do comportamento de Bush, inclusive a respeito do seu caráter. Essa mudança brusca não apenas no diálogo, mas nas derivações que se pode obter dele, sendo tratado a partir de uma abordagem molecular, pela TCNT, deve-se ao fato de que o que vem antes no diálogo parece contribuir, determinar e influenciar o que vem depois – é o holismo tratável, diz Costa (2002, no prelo).

Por fim, isso também pode ser usado para fortalecer a proposta de Costa (2012), na TD, a respeito da imaginação – que, como vimos, pode ser tratada como implicaturas fracas ou encadeadas. Do voltar atrás de Gore, Bush pode tornar para ele salientes, manifestas, ou mais manifestas, suposições de que Gore está tirando seu nome (Bush) da história dos Estados Unidos, está impedindo que ele realize o seu sonho, o sonho do seu pai, etc. Nesse nível, através de implicaturas encadeadas, implicaturas fracas, podemos supor que nos encontramos no terreno da imaginação.

Quando trazemos para a interpretação da resposta de Bush a intervenção do jornalista, através do verbo ‘stunned’, a percepção que se tem da situação muda. Outras inferências passam a ser possíveis, e, muitas dessas interpretações, que permitem um reajuste da compreensão, são oriundas de impressões sobre reações de natureza emocional. Vamos comparar a fala de Bush com e sem a intervenção do jornalista.

Bush<sub>1</sub> – “Let me make sure I understand. You’re calling me back to retract your concession.”

Bush<sub>2</sub> – “Let me make sure I understand”, {Bush said, stunned}. “You’re calling me back to retract your concession.”

Dado que o verbo ‘stunned’ significa ‘chocado, atordoado’, temos uma descrição de contexto referente ao estado emocional de Bush. Uma pessoa chocada com uma notícia, geralmente não reage bem a ela, e, principalmente, não gosta, pelos mais variados motivos, do que ouve. O verbo só pode ser usado devido a pistas contextuais oriundas do ambiente e, em especial, de elementos prosódicos, no caso, a partir do tom de voz de Bush, e de elementos paralinguísticos como expressão facial, gestos, etc. Provavelmente, a pessoa que disse que Bush estava ‘stunned/chocado-atordoado’ foi a mesma pessoa identificada pelo jornalista como ‘someone who was there’, significando ‘there’ o local onde Bush estava. No caso, não interessa necessariamente saber quem é/quem seria essa

pessoa, mas, mais relevante é o fato de que essa pessoa estava onde estava Bush – é, portanto, testemunha visual e auditiva da reação de Bush.

Aqui, tendo em vista agora o ponto de vista do leitor, considerando-se o conhecimento que ele tem do idioma, ele pode criar hipóteses a respeito de como Bush se comportou fonologicamente e gestualmente, hipóteses essas que ratificam e justificam o uso do verbo ‘stunned’. Sem o verbo, a fala de Bush até pode ser interpretada como uma surpresa, mas não com a intensidade que o acréscimo do verbo traz – que, na verdade, reforça a suposição obtida a partir da expressão ‘Let me make sure I understand’.

As pessoas não precisam saber exatamente qual foi o tom de voz, as expressões gestuais e faciais de Bush para poder recuperar as suposições contextuais mais relevantes para poderem realizar as inferências necessárias a fim de, pelo menor esforço, obter o maior benefício informativo. Entretanto, a partir do seu conhecimento enciclopédico, apesar de algumas diferenças na forma de aquisição de alguns conceitos, segundo Vanin (2012), as pessoas ainda assim entretêm suposições semelhantes, especialmente no que tange às emoções.

Por fim, é importante perceber que há uma espécie de ambiente cognitivo mútuo entre o que Gore sabe de Bush, ou seja, as inferências internas; e o que os leitores também passam a saber, inferências externas, devido à intervenção e contribuição das pistas oferecidas pelo jornalista. A importância do construto, especialmente no que diz respeito a esse diálogo, refere-se à identificação e descrição da riqueza dos aspectos emocionais como fundamentais para a compreensão dos enunciados entre os candidatos, e para que o leitor possa igualmente compreender o que os candidatos estão compreendendo, além das outras inferências que os leitores possam vir a realizar. Uma delas, como veremos, tem a ver com a infantilização de Bush. Em vários momentos da reportagem, os pais de Bush são mencionados, mas, em especial, há duas referências ao pai de Bush, o ex-presidente norte-americano George Bush, como ‘Dad’ e ‘Poppy’, duas expressões usadas por crianças (ambos os termos aparecem na reportagem do dia 20/11/2000). Mais a seguir, no diálogo, a expressão ‘Brother Jeb’, que pode ser traduzida/entendida como por ‘Mano Jeb’ também é usada, igualmente fortalecendo, ao menos apontando para, a suposição sobre a infantilidade de Bush.

Ao optar por tais termos, tendo outros neutros disponíveis, pode-se inferir que o jornalista valeu-se da máxima de McLuhan, em que o meio é a mensagem, como uma forma de chamar Bush, o candidato, de criança, como uma forma de infantilizá-lo. Dessa maneira, podemos dizer que, ao longo da reportagem, o texto prepara enunciados que podem disparar implicaturas que constroem e reforçam o caráter infantil de Bush. Continuemos com o diálogo.

{These are two fiercely competitive men, and they have not become friends in the past year}.

Nesse trecho, segundo Levinson (2000), teríamos uma implicatura generalizada tipo I a partir da expressão ‘have not become friends/não se tornaram amigos’. Para Levinson (2000), o uso da negação poderia gerar uma implicatura do tipo I como ‘Eles se tornaram inimigos’. Contudo, essa

implicatura feriria, de certa forma, a máxima da Qualidade. Ao dizer que Gore e Bush são dois ‘fiercely competitive men/homens agressiva-feroz-violentamente competitivos’, o jornalista estabelece o contexto a respeito da natureza dos candidatos. Contudo, a implicatura de que eles se tornaram inimigos poderia ser perfeitamente cancelada com o acréscimo de algo como ‘ser adversário não significa ser inimigo’. Entretanto, se tratarmos essa forma de falar sobre a relação que se estabeleceu entre Gore e Bush como uma maneira eufêmica de se referir ao fato de que eles se tornaram sim inimigos, não apenas o jornalista não pode ser acusado de mentir – ou de falar algo que, mesmo sendo verdade, dada a possibilidade de cancelabilidade, poderia ser considerado uma afirmação que não cabia ao jornalista – como ele pode expressar o que quer via implicatura que, dado o contexto que ele estabeleceu, pode ser perfeitamente capturada com uma certa força.

Como vimos, ao usar o verbo ‘stunned’, o jornalista procurou definir, capturar a reação de Bush – a de ficar surpreso, mesmo que seja estranha essa reação, pois como vimos, a obrigatoriedade da recontagem é oriunda de uma instância maior e estava mutuamente manifesta para ambos. Seria, portanto, de se esperar de Bush uma atitude coerente e adulta, mas essas suposições já foram perfeitamente canceladas pelo jornalista quando esse disse que Bush estava latindo – e vinham sendo enfraquecidas pelas expressões que faziam referência aos pais de Bush. Os enunciados de Gore acabam mostrando mais sobre as reações de Bush, além de revelar, através de implicações contextuais, e/ou fortalecer suposições não apenas a respeito das emoções de Bush, mas também da natureza de Bush, pois vemos um fortalecimento de suposições que indicam um espírito narcisista, infantil, etc.

Assim, pela fala de Gore, especialmente a partir do adjetivo ‘snippy/irritadinho-língua afiada’, é possível inferir que a reação de Bush foi mais grave no sentido de ser mais parecida com raiva, talvez fruto do choque. Entretanto, vemos que o jornalista não teve acesso ao tom de voz de Bush, ou seja, a elementos prosódicos, e a quaisquer outros elementos paralinguísticos, como gestos ou expressões faciais – a pistas contextuais do ambiente em geral –; ele teve acesso à fala de Gore. O que vemos é a tradução, em linguagem verbal, que Gore faz da reação emocional de Bush, a partir do processamento de elementos fonéticos, prosódicos. É como se esse grande conjunto de implicaturas fracas passassem a se tornar manifestas sob o rótulo ‘snippy’.

O tom de voz de Bush, que levou Gore a descrevê-lo como ‘snippy’, funcionou como um *input* involuntário de Bush, que acabou tornando mutuamente manifesta uma informação que ele provavelmente não quisesse, que não era sua intenção, a saber, o quanto a atitude de Gore, de voltar atrás na concessão, irritou-o, incomodou-o. Dada a maneira como o jornalista descreveu o fim da ligação, é possível inferir que o tom de voz de Bush também mudou, o que igualmente permite a saliência de uma gama de outras suposições. Uma vez que é possível inferir, mesmo que fracamente, que Bush está manipulando seu tom de voz, é possível tratar tal atitude como uma evidência que o denuncia, a de que ele está tentando veicular uma imagem, por exemplo, a de um homem que aceita a decisão de seu oponente. Seja como for, mesmo com essa informação nova, e as suposições que podem ser tornadas salientes, elas aparecem não tendo força ou não sendo representadas como um

fato manifesto a ponto de cancelar as implicaturas de que Bush, mesmo sem querer, permitiu que fossem desencadeadas. Entretanto, a fala de Gore e a intervenção do jornalista nos permitem identificar outros aspectos da atitude de Bush.

Como vimos, o vocábulo ‘snippy’ pode significar ‘rude, devido a uma atitude de arrogância’; ‘alguém que está sentindo ou mostrando irritação’, ‘alguém sem educação, alguém de fala, de língua mordaz, afiada’. Como pretendemos mostrar, o tom de voz de Bush interferiu no significado de suas palavras, reorientando as interpretações que Gore fez da atitude de seu adversário, o que culminou na escolha do vocábulo ‘snippy’ para descrevê-lo. Os *inputs* que Gore tinha disponíveis, tendo em vista as condições iniciais nas quais a troca ocorreu, eram os enunciados linguísticos e o tom de voz de Bush.

Na reportagem, vemos que o jornalista apresenta a fala de Gore e depois a contextualiza. Contudo, ao contextualizá-la, é possível inferir que Gore proferiu ‘There’s no need to get snippy’ depois de ter que se repetir. Assim, iremos propor uma reconstrução do diálogo a partir dessa perspectiva.

**Bush:** Let me make sure I understand. You are calling me back to retract your concession.

**Gore:** It’s too close to concede.

**Bush:** I am confident that this time the networks are right.

**Gore:** It’s too close to concede. There’s no need to get snippy about it.

**Bush:** My brother is here and he is following the Florida website.

**Gore:** Let me explain something, your younger brother is not the ultimate authority on this.

**Bush:** Well, Mr. Vice-President. You need to do what you have to do.

A partir do adjetivo ‘snippy’, é possível, tanto para o leitor quanto para as pessoas que presenciaram o telefonema da parte de Gore, levantarem uma série de implicaturas fracas a respeito do tom de voz insistente e até desrespeitoso de Bush, é possível supor que ele não deixava Gore terminar suas frases – aspecto que é fortalecido e preparado pelo jornalista ao transcrever a fala de um dos assessores de Bush, que o descreveu como se estivesse latindo ao telefone.

Já no que tange ao final da ligação, à forma como ela foi encerrada, é possível igualmente supor o outro tom de voz usado por Bush, especialmente a partir da informação dada pelo jornalista de que a ligação terminou abruptamente, ou seja, tendo em vista o significado do termo, a saber, de forma repentina, não esperada, geralmente de maneira rude e não amigável. A partir desse termo usado pelo jornalista, os leitores podem inferir, podem tornar saliente uma série de implicaturas fracas, especialmente aquelas referentes a ligações telefônicas e atitudes esperadas e contrárias ao protocolo – ou seja, às condições finais tanto da maneira de se comportar ao telefone quanto aos termos, à atmosfera, em que os interlocutores encerraram a conversa. Seja como for, sem as implicaturas fracas, sem as suposições que são tornadas manifestas a respeito das emoções, o diálogo não faz sentido, ou seja, não há como descrever e explicar a plausibilidade nem a passagem de um turno ao outro. Referimo-nos à lógica interna da troca, não da sua real adequação em relação à forma como candidatos à presidência devam ou não se comportar.

A primeira resposta de Bush constitui uma resposta a f inferência de Gore, quando este tornou mutuamente manifesto para Bush que estava voltando atrás na concessão. Como é possível verificar, Bush quebra a 1ª máxima da Quantidade, oferecendo mais informação do que o necessário. Além disso, vemos que ele faz uma afirmação, esperando uma confirmação, quando, na verdade, o que ele fez poderia ser interpretado como uma pergunta para a qual ele espera uma resposta. Contudo, seja como for, o que parece ocorrer é que Bush precisa de uma confirmação para o cancelamento de uma suposição, a de que Gore tinha concedido, e às implicaturas encadeadas, uma delas, a saber, a de que ele não seria declarado vencedor da Flórida, e, portanto, vencedor da eleição. É, contudo, interessante notar que Bush parece estar tratando a retratação de Gore como uma decisão do próprio Gore, como se fosse um capricho ou uma decisão sem motivação.

Como vimos, na sua fala inicial, Gore faz um esforço a mais a fim de explicar o porquê de sua decisão, implicando que não o fez por motivação própria, mas por algo externo, a saber, a lei da Flórida que exige a recontagem. Com dissemos anteriormente, Bush pareceu desconsiderar as demais implicaturas da fala inicial de Gore. A revista nos informa que Gore insistiu na sua fala, repetiu-se, como diz a revista, algumas vezes dizendo “It’s too close to concede”. Iremos fazer as análises já com o dito implícito destacado e, após, sugerir algumas implicaturas, uma vez que, na maioria das vezes, no caso dessa parte específica do diálogo, é mais constante a veiculação de implicaturas fracas do que mensagens mais fortes.

### **Dito implícito – Bush**

[You Gore] Let me [Bush] make sure I [Bush] understand [what you are telling me]. You [Gore] are calling me [Gore] back to retract your [Gore] concession [of the election].

Através do enunciado acima, Bush satisfaz a f inferência de Gore. Segundo a TCNT/TD, as pessoas, além de implicarem conteúdos, também implicam a expectativa de resposta por parte do seu interlocutor. Embora, Bush satisfaça isso, é possível sugerir que o faz de uma maneira inesperada, afinal, dada a obrigatoriedade da recontagem, ordenada por uma lei estadual, ou seja, fora da alçada de Gore, espera-se, pela noção de condições iniciais, que Bush compreenda a situação que levou Gore a telefonar novamente, e faça um comentário nesse sentido. Vemos aqui operando vários outros aspectos arrolados por Costa. Em primeiro lugar, podemos ver que o diálogo sofre um certo desvio do esperado, o que pode ser usado como evidência, tanto por Gore quanto pelos leitores, de que algo pode acontecer. Aqui vemos atuando o princípio da dinamicidade, segundo o qual, as coisas, tais como estabelecidas pelas condições iniciais, podem sofrer alterações. A alteração que vemos se dá no *default* do decorrer de um diálogo, naquele contexto. À luz de Grice, podemos verifica a quebra da 3ª máxima de Modo e a quebra da 1ª máxima da Qualidade. No sentido da TR, pode-se dizer que Bush não está sendo relevante, pois está repetindo para Gore o que ele (Gore acabou de dizer), além do mais, é muito difícil achar que Bush precise se certificar do que Gore disse, pois, mesmo que ele não tivesse telefonado, dadas as informações contextuais que estão manifestas para Bush, e, de fato, acessíveis, o que Gore está tornando mutuamente manifesto não deveria ser uma implicação

contextual nova, mas, no máximo, servir como o fortalecimento de uma inferência que o próprio Bush deveria/poderia ter realizado – ou de algo que está manifesto para Bush.

Assim, o enunciado mais dá margem a implicaturas fracas do que a uma implicatura forte no sentido clássico do termo. É possível supor que Bush queira implicar algo como ‘Não posso acreditar que você esteja fazendo isso’, ‘Você não pode voltar atrás na sua concessão’. Contudo, mesmo que ele não queira, o receptor pode igualmente inferir que Bush não gostou da decisão de Gore, que ele se incomodou com a decisão do democrata, algo que vai ficando cada vez mais forte ao longo do diálogo, pois fortalece as implicaturas obtidas a partir da informação de que Bush parecia estar latindo para Gore. Outras implicaturas fracas que podem ser derivadas referem-se à surpresa de Bush. Algo que, como dissemos, é estranho. Por fim, Bush foi deixando manifestos, muito provavelmente sem querer, aspectos emocionais seus em relação a Gore e à atitude do democrata, aspectos esses que podem ser capturados por implicaturas fracas, as quais, é claro, são cada vez mais da responsabilidade do receptor – contudo, não se pode dizer que não haja evidências para elas.

A resposta de Gore foi ‘It’s [The difference between the votes is] too close to concede. (dito pela 1ª vez)’. Ou seja, ao quebrar a 1ª máxima da Quantidade e exigir mais esforço de Bush, Gore corrobora a hipótese levantada por Bush, oferecendo uma explicação por que está voltando atrás. Uma implicatura possível pode ser a de que sua atitude, sua decisão, não é pessoal, apenas, ao mencionar ‘too close’ ele faz referência à contagem dos votos e ao fato de que a margem recai sob a lei da Flórida. Note-se que ele diz isso pela primeira vez.

Uma conversa que poderia ser dada por encerrada, mais uma vez, toma um rumo diferente, a partir da resposta de Bush, a saber ‘I am confident that this time the networks are right’. Da fala de Bush, é possível inferir que antes os resultados estavam errados, e a atitude de que ele reconhece isso. Contudo, a partir da quebra da categoria de Relação e da 1ª máxima da Quantidade, é possível supor que ele queira implicar que os resultados mudaram e que essa mudança torna inócua a decisão de Gore de voltar atrás na concessão. Esse esforço a mais igualmente exigido por Bush, através do seu enunciado, cumpre a mesma função, explicar para Gore o porquê ele deve manter a concessão.

Como vimos, na sua resposta a Gore, Bush emprega o termo ‘confident’. Segundo o dicionário Merriam-Webster, ‘confident’ significa ‘ter um pressentimento ou uma crença de que algo é de uma determinada forma; ou que se alguém fizer algo será bem-sucedido nisso. A partir de uma escala de Levinson do tipo <certo, confiante>, podemos ver que Bush optou pela forma mais fraca, a saber, estar confiante. Ele procura dar uma evidência de onde vem tal confiança, a saber, da internet. Ou seja, ele usa o termo ‘confident’, ele diz de onde busca informações, mas, como vimos, ele não usa o adjetivo mais forte, a saber, certo. No final das contas, o que Bush quer é que Gore volte atrás.

No trecho da reportagem, o jornalista diz que Gore teve que se repetir ‘a couple of times’, ou seja, duas vezes. Nesse sentido, podemos supor que, além de dizer uma vez, ele disse mais duas, temos, então, três ocorrências desse dito. Analisemos a primeira repetição. Ao dizer novamente ‘It’s too close to concede’, Gore insiste em tornar mutuamente manifesta a razão que o fez voltar atrás, mas não dá ao democrata os motivos mais fortes para tanto. Podemos supor como algumas das

implicaturas fracas, algo do tipo: ‘A diferença de votos é que me faz voltar atrás, não a minha vontade’, ‘Não posso manter minha concessão, a recontagem é obrigatória’. Podemos até dizer que Gore, ao ignorar a confiança de Bush, no novo contexto, implica que não confia nele ou que a confiança do candidato republicano não é evidência suficiente para manter sua concessão, afinal, como vimos, Gore volta a repetir que os resultados estão muito próximos para ele manter a desistência anteriormente anunciada.

Note-se que Bush quer que Gore mantenha a sua concessão enquanto Gore insiste na obrigatoriedade da recontagem. O PC diz “faça a sua contribuição conversacional conforme o exigido, no estágio em que se encontra a conversação, de acordo com o propósito ou direção da mesma”, então, o que vemos, é Gore fazendo a sua contribuição de acordo com o propósito ou direção da sua [Gore] mensagem, enquanto que Bush o faz para a sua [Bush] mensagem. A cooperação é ferida, pois a troca não avança. E isso se ratifica quando Gore precisa se repetir pela segunda vez. Ao chamar Bush de ‘snippy’, Gore torna, então, mutuamente manifesta uma série de implicaturas fracas que tornam salientes suposições a respeito do estado emocional de Bush, da sua atitude, do seu tom de voz. Essas implicaturas, embora fracas, ainda assim permitem inferências como ‘Bush está reagindo mal’ ou até ‘Bush é muito infantil, não tem condições de ser presidente’.

Em uma tentativa de insistir na plausibilidade da sua suposição de que os números mudaram a ponto de a diferença não mais recair sob o 1% que torna a contagem mandatória, Bush diz ‘My brother [Jeb Bush, who is the governor of Florida] is here [with me] and<sup>266</sup> he [Jeb] is following the [Department of Elections of] Florida website’. Como vemos, Bush, mais uma vez, volta a sua conversação para o seu tópico, a saber, por que Gore deve manter sua concessão. Ao falar em seu irmão, ele sabe que Gore poderá identificá-lo como o governador da Flórida; depois, ele diz de onde Jeb está obtendo os resultados. Na primeira vez, Bush tenta convencer Gore falando em networks, mas agora ele fala em website. Por uma IGC-M, é possível inferir que não se trata de um site qualquer.

Por relevância, é mais interessante em efeitos contextuais, que ele se refira ao site do Department of Elections of Florida. Por uma implicatura, Bush pode estar querendo que Gore infira que é o governador do estado quem está afirmando que os resultados mudaram, e que ele está obtendo informações do site do departamento de eleições. Se pensarmos em escala, <The governor of Florida and the Department of Elections website, the journalists and the VNS/networks> vemos que Bush afirma sempre os termos mais altos das escalas. Ou seja: as informações que o governador obtém são dados do site oficial de eleições do estado, são, portanto, por hipótese, mais fortes do que as informações divulgadas pelos jornalistas que as obtêm de veículos que, embora licenciados, têm menos força do que os oficiais. Assim, é possível supor que Bush esteja sugerindo, por inferência indutiva, que é muito mais provável que os resultados se confirmem a seu favor, do que a favor de Gore, que, portanto, deve manter sua desistência.

---

<sup>266</sup> Aqui teríamos uma ICG-I, Segundo Levinson, em que o ‘e’ significa ‘e, ao mesmo tempo’. No entanto, como Costa aponta, não se trata de necessariamente uma inferência que seria atualizada.



Ou seja, Bush está oferecendo a Gore as duas maiores autoridades para tentar convencê-lo de que a margem de diferença mudou e não está mais a favor do candidato democrata, que, por sua vez, deve manter a concessão. Nesse momento, Gore volta a cooperar, no sentido clássico, embora ele discorde de Bush e mantenha sua posição de não conceder, pois responde ao candidato republicano de tal forma que cancela a implicatura de que, porque seu irmão [Jeb Bush] falou, então deve ser verdade que os resultados mudaram.

Vejam a última fala de Gore: ‘Let me explain something, your younger brother<sup>267</sup> is not the ultimate authority on this’. É possível depreender implicaturas do tipo ‘Seu irmão é uma autoridade, mas não a do tipo que resolve questões ligadas à eleição’, ‘Há uma autoridade específica para tratar das eleições’. Algumas implicaturas particularizadas, fracas, no sentido da TR, especialmente, a partir da quebra da 2ª máxima da Quantidade, poderiam ser ‘O que seu irmão diz não tem valor quanto à eleição’, ‘Seu irmão não pode garantir-lhe nada’ ou até mesmo ‘Seu irmão não tem poder de decisão’. Por fim, uma outra questão interessante sobre a expressão ‘authority’: não é necessário saber quem realmente é o referente de tal termo para entender que o que Gore disse, por exemplo, no caso, basta compreender que se refere a alguém que pode determinar aspectos a respeito da eleição sem que seja necessário saber quem é essa pessoa.

Como é possível verificar, Gore inicia o dito acima através enunciado ‘Let me explain something’, ou seja, opta por uma forma linguisticamente mais custosa. Segundo Grice aqui haveria uma violação da 2ª máxima da Quantidade, afinal, Gore não precisa explicar a Bush o que ele está prestes a explicar, e, portanto, não haveria motivos para explicar para Bush algo que ele já sabe, a não ser que Gore queira implicar algo, como, por exemplo, ‘Caso você não saiba, algo que você deveria saber, vou informá-lo’. Outro aspecto interessante refere-se ao fato de que tal enunciado, a saber, ‘Let me explain something’, também pode ilustrar uma manutenção de intenção de conectividade, sem contar que pode funcionar como uma espécie de operador retórico. Seja como for, o que Gore está fazendo também é certificar-se de que ambos, ele e Bush, encontram-se em uma situação de ambiente cognitivo mútuo – para, entre outros aspectos, obterem os mesmos efeitos cognitivos<sup>268</sup>. Como vimos, na seção 3.5, Costa (2005a) discute o nível precisão proposto pela TR, argumentando que, por vezes, mais conteúdo linguístico pode e deve ser adicionado para fins de polidez – como um tipo de benefício, sem que necessariamente esse configure apenas custo.

Segundo o jornalista, vimos que Bush encerra o telefonema dizendo ‘Well, Mr. Vice-President. You need to do what you have to do’. Se fosse só assim, tendo em vista a noção de

<sup>267</sup> Aqui teríamos outra implicatura, a saber, a de que, dos dois irmãos, Bush é o mais velho – contudo, mais uma vez, não se trata de uma implicatura que necessariamente seria atualizada. E, mesmo que fosse, ela não teria, por hipótese, na discussão, um papel mais expressivo.

<sup>268</sup> A fala de Bush, no que tange à insistência em apresentar uma nova informação cada vez que Gore não volta atrás na retirada da concessão, pode ser explicada, à luz da TR, como uma tentativa de Bush tornar manifestas ou mais manifestas informações a Gore na esperança de que, assim, o candidato democrata, em recuperando-as mais facilmente e realizando os raciocínios esperados por Bush, convença-se – tenha seu ambiente cognitivo alterado – mais facilmente de que não vale a pena insistir, de que ele não tem reais chances e/ou motivos para manter a retirada da concessão.

considerações iniciais e finais, até seria possível supor que, apesar dos desvios, o clima entre os candidatos teria voltado a uma certa normalidade. Contudo, o elemento contextual trazido pelo jornalista, a saber, a informação a respeito de como terminou o telefonema, faz toda a diferença, inclusive para a reorientação da interpretação no que tange às condições finais e aos aspectos emocionais envolvidos.

Ao falar em telefonema, as pessoas têm um *frame default* sobre como ele inicia, desenrola-se e termina. O termo ‘abrupt’ caracteriza uma ação ou uma mudança que ocorre sem preparação, sem aviso; geralmente de forma indelicada ou grosseira; de forma que não respeita, que não observa determinados protocolos. Ao dizer que a ligação terminou de forma abrupta, significa que ela não terminou como se espera – e isso inclui o tom de voz. A fala de Bush não veicula uma mensagem clara, mas torna saliente uma série de implicaturas fracas. A primeira evidência pode ser obtida pela forma como Bush se refere a Gore, não por tratá-lo pelo título de vice-presidente, mas por chamá-lo de ‘Mr./Senhor’. O emprego de tal termo, mesmo que, aparentemente, possa ser considerado uma forma de respeito, na verdade, com o tom de voz, o qual pode ser suposto a partir de implicaturas fracas, igualmente através de implicaturas fracas, pode implicar um distanciamento de Bush em relação a Gore.

Tendo em vista a atitude infantil, descrita através do termo ‘snippy’, é possível tornar salientes implicaturas fracas sugerindo que Bush esteja desapontado e, portanto, esteja de mal com Gore – contudo, a impressão que o termo passa é de algo mais infantil. Nada impede que seja inclusive possível imaginar a atitude gestual de Bush, é claro, a partir de implicaturas mais e mais da responsabilidade do leitor. Outra proposta para o comportamento de Bush poderia ser a de que ele tenha tentado se recompor do seu comportamento anterior. Por fim, o enunciado ‘You need to do what you have to do’, na verdade, parece um tanto tautológico, pois se alguém tem que fazer algo, então ele precisa realizar isso – e não precisaria, por hipótese, ser alertado disso.

Como a lista de implicados é muito aberta, podemos sugerir algo. Dado que Gore insistiu, ao longo do telefonema, que os resultados do estado estavam muito próximos para que ele concedesse, então, em um contexto em que Gore implicou que estava voltando atrás devido à observância de uma lei, Bush pode querer implicar que, se Gore precisa voltar atrás porque há algo que o impele a fazê-lo, então ele precisa obedecer a isso. Nesse contexto, pode ser que Bush tenha sido irônico, pois, como ele tentou tanto provar, as contagens haviam mudado a ponto de não ser necessário rever a concessão, mas sim mantê-la. Em outras palavras, para Bush, Gore estaria desistindo da concessão porque quer, pois não haveria nada forte o suficiente para obrigá-lo. Em uma escala <have to, need>, ao empregar o termo mais fraco, Bush pode querer implicar que Gore não é obrigado a fazê-lo, ou seja, não tem que voltar atrás na concessão. Já, ao usar o verbo ‘have to’ na oração subordinada, Bush pode estar querendo implicar que essa obrigatoriedade em não conceder é algo exclusivamente subjetivo de Gore; não objetivo, tendo em vista a realidade.

Por fim, voltemos a alguns aspectos relacionados às condições finais conforme proposto por Costa (2005a) na TCNT. O autor ressaltou a importância das condições iniciais como uma forma de

orientar e, de certa forma, prever, na medida do possível, o desenrolar de uma troca conversacional, ou seja, o alcance das condições finais. Segundo Costa, cada indivíduo traz as suas contribuições para a troca, contudo, como vimos, conforme Pinker (2008) e Damásio (2003), trazem aspectos emocionais, os quais, por sua vez, podem acabar reorientando a troca, ou até intensificado a veiculação de implicaturas.

Ao contrário do primeiro diálogo, em que se esperava um término cordial, mas, como vimos, foi mais até do que o esperado, afinal, Bush demonstra solidariedade com a família de Gore; no segundo diálogo, atitudes imprevisíveis da parte de Bush reorientaram a troca, as condições finais – interferindo até na estrutura de fechamento do diálogo. Como vimos, através da noção de condições iniciais e finais, é possível tratar de forma mais objetiva como os interlocutores não se perdem – desengessando o processo comunicativo, pois elas, como critério, também contemplam o que cada indivíduo traz para a troca comunicacional. Sem contar que tal noção trata de certa forma mais naturalmente a escolha descrita pela atuação do Princípio da Relevância. Devido aos aspectos emocionais, várias outras suposições, não previstas, pelo menos por Gore, passam a fazer parte do ambiente cognitivo mútuo – não apenas entre os candidatos, mas entre leitores e revista.

Por fim, cabe levantar um aspecto que poderia explicar, mais do que a mera infantilidade, por que Bush se sentia tão ameaçado. E, antes de verificarmos alguns aspectos referentes ao discurso jurídico propriamente dito, analisaremos mais alguns exemplos de discurso político e jornalístico, uma vez que, em última instância, o objetivo do trabalho é a aplicar o construto a fim de identificar diversos implícitos.

O jornal pode oferecer mais do que apenas informações no sentido clássico da TR. Queira-se admitir ou não, benefícios como humor e efeitos retóricos, fruto de inferências, também caracterizam o texto jornalístico. Segundo a TCNT, os interlocutores não têm apenas compromissos com a informatividade relevante – pode-se jogar conversa fora, mas, é claro, não no jornalismo. Contudo, não é só de relevância ao extremo que vive a comunicação. O compromisso principal é ser não tautológico. A não ser que, essa tautologia, com vimos, seja um recurso para inferências.

Vimos que, segundo Sperber e Wilson (1995), as pessoas entram em contato a fim de modificarem seus ambientes cognitivos, sempre buscando obter os maiores efeitos contextuais pelo menor esforço de processamento. Esse segundo diálogo é um excelente contraexemplo em vários aspectos. Primeiramente, porque a fala de Gore dá a entender que Bush já deve saber da nova situação: haverá uma recontagem mecânica obrigatória disparada por uma lei eleitoral da Flórida, pois a diferença de votos entre eles se enquadra na exigência da lei, ou seja, é menor do que 1% do total dos votos. Gore tem outras fontes que podem lhe garantir que Bush sabe a respeito da recontagem, a saber, as informações da mídia, o telefonema que o chefe de campanha democrata fez ao chefe de campanha republicano, o fato de o governador do estado da Flórida ser irmão de Bush. Assim como Gore entendeu que esse novo dado não o torna necessariamente perdedor, então, não garante a vitória de Bush, Gore pode supor que Bush está ciente dessa nova circunstância e das suas implicações para ele [Bush] também.

Nesse sentido, a fala de Gore é altamente irrelevante para Bush, pois ela não apenas replica uma informação da qual Bush já deve dispor, mas também as consequências dessa informação. Nas palavras de Sperber e Wilson (1995), uma informação não será relevante quando ela não for uma novidade, não enriquecer, não fortalecer, nem enfraquecer, nem apagar suposições que já constituem o ambiente cognitivo do receptor – ou seja, quando não houver nenhum tipo de efeito cognitivo.

Dessa forma, quando Bush soube da necessária e mandatária recontagem, deveria saber que ela implicava que a concessão que Gore tinha feito perderia sua validade, afinal, cogitar que Bush suporia que seu adversário manteria a renúncia quando poderia ter a possibilidade de vencer a eleição, seria um absurdo. Ou seja, a suposição até poderia ser entretida por ele, mas em termos de plausibilidade, podemos trata-la como altamente inacessível, a não ser que noções como relevância para um indivíduo e imaginação entrem em cena. Trata-se, portanto, de um tipo de hipótese altamente improvável de ser acessada – especialmente, no caso de Gore, seria uma suposição absurda, pois Bush sabia do empenho de seu adversário ao longo da campanha. Esse é um dado que era altamente acessível a Bush, a seus assessores e aos leitores da TIME – seja porque leram que Gore havia se dedicado à campanha, seja porque acompanharam a campanha eleitoral de Gore.

Então pela TR não se explica o segundo telefonema de Gore. Contudo, pelo construto sim. Pela TCNT/TD, modelos que trazem conceitos como o de conectividade não-trivial e uma abordagem inferencial para o papel das emoções na interpretação e configuração dos enunciados (STREY, 2011), no caso a polidez (PAIL, 2013), podem explicar a aparente irrelevância da fala de Gore, afinal, ele não oferece nenhuma informação nova a Bush – se pensarmos na nossa proposta de uma abordagem não narcisista para a fala de Bush no primeiro diálogo.

Na primeira fala de Gore, vimos que ele configura seu enunciado permitindo a identificação de uma implicatura forte, mas o faz a partir de um dito altamente econômico, nesse sentido relevante nos termos de Sperber e Wilson (1995). No caso dessa segunda fala, Gore vale-se de muito mais material linguístico, embora seu enunciado torne mutuamente manifesta uma implicatura forte, mesmo assim, várias outras também podem ser disparadas. Nos termos de Grice, aqui Gore quebra a 2ª máxima da Quantidade, oferecendo mais informação do que o requerido, e nós sugerimos que essa informação a mais esteja, em especial, a serviço da polidez. É claro que podemos usar a TR quando ela afirma que, mais conteúdo, que exija mais esforço, traria maior benefício, mas esse não se mostra ser o caso. Podemos até dizer que Gore flerta com uma quebra da máxima de Modo, não seja prolixo. Aqui podemos igualmente lançar mão da polidez: o excesso de informação a ser decodificada permite inferir que Gore está preocupado em dar motivos a Bush que expliquem a implicatura: a retirada do ato de fala de concessão.

Valendo-se do exemplo dos próprios Sperber e Wilson, sobre a Talassemia, Costa (2005a) demonstra que as pessoas, na comunicação, raramente buscam e conseguem o nível de precisão previsto pela TR – ou seja, elas não ficam lipoaspirando as suas falas, até porque, sem certos elementos, a fala perde em polidez. Inclusive, dado que Sperber e Wilson trabalham com a possibilidade de falha na comunicação, devem contemplar a possibilidade de o receptor identificar,

por exemplo, apenas as implicaturas fortes, deixando de perceber implicaturas fracas que podem perfeitamente terem sido intencionadas, mas não foram capturadas. Além disso, como Tannen (1995) e Pinker (2008) defendem, as pessoas são animais sociais que se interessam pelo impacto que deixam nos seus interlocutores – os próprios Sperber e Wilson (1995) afirmam que as pessoas, ao se comunicarem, de certa forma têm como uma de suas preocupações futuras interações, daí cuidarem da configuração dos seus ditos, pensando no estilo do dito explícito e nas mensagens que optam por deixar implícitas.

Assim, para Costa, muitas vezes, mesmo com mais custo, o que caracterizaria uma troca irrelevante, a implicatura ainda assim pode ser perfeitamente capturada – e o ato ser tratado como perfeitamente cooperativo. Nesse sentido, a TCNT, através das noções de conectividade não-trivial e de interatividade, e a TD, trabalhando a noção de inferência emocional, dão conta de explicar e justificar a propriedade de tal troca, afinal, diz Costa, sem a conectividade não se pode explicar como a ostensão se justifica antes de se prever a relevância de algo.

Alguém poderia contra-argumentar dizendo que a fala é irrelevante, mas o implicado não. E que a polidez seria um efeito cognitivo, mas Sperber e Wilson, na abertura do seu trabalho excluem aspectos emocionais. Ou, por outro lado, alguém poderia dizer que a implicação da fala de Gore é o relevante. Contudo, ainda assim há um problema, pois, das informações que Bush obteve, o fato de que Gore voltaria atrás na sua concessão ou simplesmente a descartaria, como se nunca a tivesse feito, é algo que está perfeitamente manifesto e acessível para Bush. Alguém poderia dizer que não seria tão acessível a Bush, então a única explicação seria que algum aspecto barraria essa possibilidade, que aqui, valendo-nos da proposta de Strey (2011), só pode ser atribuída à interferência de algum aspecto emocional – isso pode ser ilustrado através do fato de que as pessoas, muitas vezes, recusam-se a ver o óbvio, algo que, no senso comum, se conhece por negação. Gore implicou, exigindo mais custo da parte de Bush, algo: uma suposição perfeitamente manifesta e altamente acessível a Bush naquele contexto.

Dessa forma, através da TCNT, a fala de Gore, que se enquadra em um dos formatos previstos pela TD, a forma tipo comentário/comentário, pode ser classificada como mais básica do que a prevista pela TR tendo em vista a configuração da noção de relevância, na comunicação ostensivo-inferencial. Igualmente conforme previsto pela TCNT, Gore f infere um comentário de Bush, afinal, embora esteja comunicando-lhe algo que parece perfeitamente óbvio, talvez a expectativa de Gore seja a de ter sua atitude reconhecida como um gesto de respeito e consideração para com seu adversário. Algo que ou ele torne de forma muito fraca mutuamente manifesto ou que ele não torne mutuamente manifesto, mas espera que Bush compreenda. Parece haver, da parte de Gore, mais uma expectativa de interatividade emocional/social do que intelectual/cognitiva. E, segundo Viégas-Faria (2003), a satisfação da expectativa desse tipo de interatividade passa por não exigir tal esforço intelectual/cognitivo do interlocutor. Em outras palavras, Gore esperava um comentário que retribuísse o seu gesto de polidez – mas isso de forma alguma significa que qualquer comentário pudesse servir.

Como vimos, um dos aspectos para os quais Costa chama a atenção refere-se à alta dependência que o diálogo e, nesse sentido, a linguagem natural, têm das condições iniciais. Como foi possível observar nesse segundo diálogo, além das condições iniciais, há igualmente uma alta sensibilidade a qualquer elemento, o que pode ser explicado através dos princípios da retificabilidade (cancelamento de implicaturas) e da dinamicidade (alteração do significado das expressões ao longo de uma troca conversacional).

Esse segundo diálogo mostra-se como um excelente exemplo de como aspectos emocionais, percebidos, inclusive, através de *inputs*/estímulos prosódicos, como tom de voz, interferem de forma contundente na orientação da troca conversacional, nesse caso em particular, alterando-a para algo impensado tanto por Gore quanto por aqueles que o acompanharam – tanto ao vivo quanto pelo relato jornalístico. Além disso, trata-se de um excelente contraexemplo de como a garantia de conhecimento prévio, que parecia ser o caso, de forma alguma se mostra suficiente para que a compreensão ocorra. Aqui, nós nos atrevemos a dizer que inclusive a imaginação, na qualidade de implicaturas encadeadas fracas, além da emoção, foi também um dos aspectos que orientou a interpretação dos enunciados. Especialmente, se considerarmos a reação de Bush.

Segundo Pinker (2008), como vimos, a imaginação é um dos elementos necessários, do ponto de vista evolucionista, para não se perder de vista o predador, mesmo na sua ausência. Nesse sentido, podemos supor que Bush interpretou a recontagem como um perigo, algo que poderia tirar-lhe a presidência – que, ao que tudo indicava até o momento, parecia garantida. Inúmeras inferências, mas implicaturas fracas ou encadeadas, passaram a se tornar salientes e foram realizadas, ora fortalecendo, ora cancelando suposições, gerando uma gama muito grande de efeitos cognitivos – não necessariamente efeitos cognitivos positivos no sentido da TR, nem apenas de natureza informacional, igualmente conforme previsto pela TR. Contudo, mesmo se eles não fossem reais, ou seja, verdadeiros, Bush poderia os estar tratando como se fosse. Daí ser perfeitamente compreensível sua reação, e ser adequada a descrição metafórica do jornalista como se Bush estivesse latindo. Dessa forma, verificamos que, quando estamos tratando de comunicação, em especial, nesse caso, em um tratamento de interface, é possível, a partir do construto, uma descrição mais rica da reação de Bush.

#### **4.3.4 Inferências Várias a partir do Discurso Jornalístico**

A partir de agora, iremos apresentar alguns dos aspectos da noite da votação até a polêmica cédula da Flórida. Através da aplicação do construto, pretendemos identificar, descrever e explicar a geração de várias inferências, de diferentes naturezas. É importante, igualmente, ressaltar questões relacionadas à interferência da forma como aspecto determinante de efeitos de significação. Assim como vimos, em especial, nos diálogos entre Gore e Bush, é interessante verificar como a pragmática retórica, belissimamente descrita por Fonseca e Fonseca (2011) como “a criatividade na forma”, aparece como recurso em diferentes níveis.

Na noite da votação, as emissoras de televisão, com base no VNS, estavam divulgando os resultados dos votos dos candidatos em cada estado. Vimos, conforme o resumo, na seção 4.1, que a Flórida se mostrava, pelo número de votos do Colégio Eleitoral, o estado que decidiria a eleição, uma vez que Bush e Gore estavam praticamente empatados no Colégio Eleitoral – e, dos estados que ainda contavam os votos, a Flórida era único com um número expressivo para decidir, tratava-se de 25 votos. Imaginemos a noite da eleição, dia 7/11/2000, quando as emissoras, às 20:00, veicularam a notícia de que Gore estava na frente em número de votos, valendo-se do seguinte enunciado:

(1) Gore has taken Florida.

Esse enunciado foi ouvido por várias pessoas. Vejamos, contudo, as inferências de quatro receptores: (a) a população em geral, (b) Gore, (c) Bush, (d) eleitores da costa oeste dos Estados Unidos, em especial, na Califórnia, outro estado com um número expressivo de votos no Colégio Eleitoral e Al Cardenas, o presidente do partido Republicano no estado da Califórnia.

Iniciaremos, com a modelagem de uma perspectiva mais abrangente. Um aspecto defendido por Costa (2008), e que nos fez optar pelo construto, refere-se ao fato de que, em interface com a comunicação, as pessoas realizam inúmeras inferências de naturezas diferentes, as quais ele denominou de inferências multiformes. Ao contrário de Sperber e Wilson (1995), que supõem apenas raciocínios não-triviais, Costa (2008) acredita que as pessoas realizam as mais diversas inferências valendo-se das mais diversas fontes, mas, é claro, sempre orientadas por uma noção de relevância, ou seja, elas se valem daquelas inferências que poderão trazer-lhes os melhores benefícios, os melhores efeitos cognitivos, pelo menor custo.

Vejamos alguns aspectos referentes ao enunciado veiculado pela mídia, ‘Gore has taken Florida’. Como se sabe, não eram apenas Gore e Bush que concorriam à eleição presidencial norte-americana em 2000. Contudo, naquele momento, somente dois candidatos realmente tinham chances, portanto, interessavam mais as informações que tivessem a ver com estes dois, a saber, Gore e Bush. Sendo assim, embora, em última instância, trate-se de uma espécie de falsa dicotomia, pois, como dissemos, havia mais candidatos concorrendo à presidência, dado aquele momento contextual, digamos que as pessoas tivessem manifesta a seguinte suposição como ‘Either Gore, or Bush will win in Florida’, que poderia ser empregada, a qualquer momento, como uma suposição contextual, e tenham recebido como estímulo, como informação nova a ser interpretada naquele contexto, o enunciado ‘Gore has taken Florida’. Uma modelagem simples para o cálculo, ou seja, uma modelagem mais eficiente em termos de custo para o maior benefício, tendo em vista a compreensão do que o emissor queria dizer através daquele dito, poderia ser a que segue:

Either Gore, or Bush will win in Florida.	(suposição contextual)	$p \vee q$
<u>Gore has taken Florida.</u>	(estímulo/informação nova)	$\underline{p}$
Bush hasn't won.	(conclusão implicada)	$\sim q$

‘Gore has taken Florida’ implica, por quebra da 1ª máxima da Quantidade e da 1ª máxima da Qualidade, ‘Gore won in Florida’. A implicatura pode ser cancelada, com algo do tipo ‘Gore has taken Florida, but there are still some counties to close their countings’. Partindo da suposição de que essa foi a modelagem que os cinco receptores fizeram, será possível, entre outros aspectos, identificarmos várias implicações contextuais para cada um, afinal, tendo em vista a noção de relevância para um indivíduo, uma mesma suposição pode gerar efeitos contextuais diferentes – por exemplo, implicaturas que podem ser fracas para alguns, ou sequer serem inferidas, podem, para outros, constituírem implicaturas fortes, ou seja, serem mais salientes, mais acessíveis.

Um aspecto interessante da TR refere-se ao papel comunicativo/cognitivo dos estímulos. Por exemplo, no caso dos eleitores em geral, ao terem seu ambiente cognitivo alterado por esse *input*, algumas possibilidades se levantam: para algumas pessoas, através desse enunciado, elas teriam uma informação nova, a partir de uma implicação contextual, de um efeito cognitivo positivo que, como prevê a TR, pode responder a um questionamento, aumentando seu conhecimento sobre um determinado tópico; para outras, essa informação, essa implicação contextual, poderia ser uma suposição que corroboraria uma hipótese levantada ou fortaleceria uma suposição, a de que Gore seria o vencedor – ou pelo contrário, refutaria uma hipótese previamente entretida, eliminando uma suposição, ou fortalecendo-a, no caso, se Bush fosse o tópico. Por fim, a implicatura desse *input* poderia interferir em tomadas de decisão, como é o caso dos eleitores da costa oeste dos Estados Unidos, ou o chefe de campanha republicano, Al Cardenas, por exemplo.

Como vimos, é com a TCNT, através dos vários princípios, que Costa (2005a) descreve de forma mais explicitamente detalhada em que consiste a instabilidade da comunicação. Dessa forma, as condições iniciais são extremamente importantes a fim de determinar a situação em que o ato comunicativo está inserido, e dessa maneira, ser possível direcionar a seleção de contexto e as inferências. No caso, o enunciado foi proferido na noite do dia da eleição que elegeria o novo presidente dos Estados Unidos.

Segundo a TR, o enunciado, como estímulo, dispara inferências do tipo explicatura, enriquecimentos do dito, e implicações contextuais, especialmente valendo-se de suposições contextuais mais acessíveis – as quais, por poderem variar de pessoa para pessoa, podem levar a diferentes implicações. Assumimos a TR, no que tange à noção de relevância, contudo, dada a perspectiva molecularista da TCNT, as condições iniciais – que contemplam as informações básicas da situação comunicativa em que o enunciado é proferido – permitem que o enunciado seja mais enxuto e, portanto, mais econômico, pois os aspectos que constituem o dito implícito, embora não expressos, podem perfeitamente serem assumidos como um significado possível, como se pode ver abaixo:

**Dito explícito**

Gore has taken Florida.

**Dito implícito:**

[The presidential candidate Al] Gore has taken [so far] Florida [‘s votes].



Assim, dado que se espera da mídia que ela anuncie os resultados de uma eleição, podemos supor o enunciado ‘Gore has taken Florida’ como a satisfação de uma inferência do público. É justamente por esses aspectos que podemos assumir que estamos em uma situação dialógica, em que o anúncio pode ser considerado uma espécie de resposta a um questionamento implícito a respeito de quem está vencendo a eleição em tal estado. Dessa forma, a partir de tal *input* e das implicações que se pode obter a partir dele, o leitor pode reajustar seu ambiente cognitivo, finalidade última da cognição, segundo a TR.

Dada uma semântica convencional, a partir de uma perspectiva molecularista, dentro de condições iniciais mutuamente manifestas, o enunciado ‘Gore has taken Florida’ pode ser tratado como um estímulo ostensivo, o mais relevante que o emissor, no caso a mídia, poderia produzir. Supõe-se que a mídia sabe que pode se expressar assim, pois imagina/crê/supõe que o seu receptor poderá entender a implicatura. Assim, ao ouvir “Gore has taken Florida”, ninguém vai pensar que alguém tenha invadido o estado da Flórida através, por exemplo, de uma ofensiva militar. As pessoas irão compreender que se trata do anúncio do candidato que venceu, que teve mais votos na Flórida. Antes de verificarmos alguns detalhes sobre a interpretação desse enunciado, apliquemos o cálculo sugerido por Costa (2005).

- (1) A mídia disse “Gore has taken Florida”.
- (2) A mídia implicou que “Gore has taken Florida” P-satisfaz e S-satisfaz a pergunta dos interessados em saber quem está vencendo a eleição na Flórida em todas as CC.
- (3) “Gore has taken Florida” não S-satisfaz X em todas as CC (o enunciado da mídia quebra a 1ª máxima da Quantidade e a 1ª máxima da Qualidade).
- (4) Se B disse “Gore has taken Florida” e implicou “Gore recebeu os votos da população da Flórida” (por hipótese abdutiva), então “Gore has taken Florida” + “Gore recebeu os votos da população da Flórida até agora” P-satisfazem e S-satisfazem X em todas as CC.
- (5) “Gore has taken Florida” + “Gore recebeu os votos da população da Flórida” P-satisfazem e S-satisfazem X em todas as CC.
- (6) A mídia disse “Gore has taken Florida” e implicou Z.

Como é possível observar, o enunciado da mídia satisfaz todas as CCs, ou seja, as condições de comunicabilidade: está direcionada para o tópico, para o assunto do qual se está tratando, está, portanto, adequada ao domínio; quanto ao modo, a forma de interatividade está adequada afinal trata-se de uma resposta afirmativa a uma pergunta; e, por fim, cumpre um objetivo, um dos mais importantes, um dos pilares, da mídia, a saber, informar. Além disso, vimos igualmente que Costa (2005a) ressalta a importância de se conhecer os participantes do ato comunicativo – bem como a relação entre esses participantes – como um dos elementos que orientam a compreensão e a derivação de implicaturas. E um aspecto que acaba sendo influenciado nesse sentido é a questão da verdade a respeito do que é comunicado.

É importante lembrar que, em especial, desde Hintikka (1962), um dos aspectos mais importantes para a comunicação tem a ver tradicionalmente com a noção de verdade no sentido de que o falante está comprometido com a verdade, ou, ao menos, a crença na verdade, do que está

dizendo. E, como vimos, os grandes nomes dos modelos que compõem nosso construto orientam-se, na elaboração de suas teorias, pela noção e verdade. Nessa perspectiva, o fato de as emissoras veiculares o enunciado “Gore has taken Florida” em um momento em que as contagens ainda não estavam terminadas entra em choque com a noção de verdade, pois se trata de uma falsidade em dois aspectos: (i) se considerarmos a escolha do verbo e (ii) o contexto, ou seja, a contagem dos votos ainda não havia terminado.

É fato que, segundo a TIG, o receptor estaria autorizado a pensar, tendo em vista esse contexto, que é preciso buscar uma implicatura – e isso resolveria a questão. Da mesma forma, com a TR, a busca pela implicatura contextual de menor esforço para maior benefício igualmente resultaria em se assumir que o emissor pode ter deixado implícito que se referia, até o momento da enunciação, a uma implicatura encadeada de que Gore está vencendo. E, em um contexto em que a contagem não terminou, ainda assim, pode querer implicar que é altamente provável que Gore, quando as contagens estiverem encerradas, seja o vencedor. Seja como for, esses modelos precisam enfrentar um aspecto: a noção de verdade devido à interface com a semântica das condições-de-verdade.

Contudo, como vimos, Costa (2005a), através da TCNT, especialmente no que diz respeito à comunicação, ao romper essa tão tradicionalmente forte interface com a semântica das condições-de-verdade e estabelecer uma nova interface, com uma semântica convencional, comunicacional, propõe a substituição da noção de verdade pela de veracidade, metodologicamente eliminando o problema. Além disso, essa mudança de interface resolve uma questão é comum na comunicação, a saber, a ampla e frequente aceitação da conclusão de argumentos falaciosos ao longo das trocas conversacionais.

Por fim, quando o anúncio foi feito, ou seja, quando o estímulo foi tornado mutuamente manifesto entre emissor e receptores, já fazia parte do ambiente cognitivo deles que a contagem ainda não estava terminada. Se a interface considerada for com a semântica das condições-de-verdade, trata-se de uma proposição falsa, que, no sentido da TR, não geraria benefícios cognitivos positivos, e, no sentido de Grice, haveria uma quebra com o princípio de cooperação – sem que fosse possível daí tirar qualquer inferência como uma tentativa de resgate de uma implicatura que justificasse esse enunciado.

Contudo, ao se assumir, pelo construto, a noção de veracidade, ao assumirmos que os interlocutores tratam o enunciado como veraz, não se depende mais do tudo ou nada, ou seja, embora o enunciado diga que Gore ganhou na Flórida, as pessoas inferem que o que se está implicando é que a probabilidade de Gore ser o vencedor é muito alta, mas dificilmente os interlocutores entenderiam como se fosse certa. Além disso, pela TCNT, a veracidade se caracteriza por uma propriedade de verdade provisória, ou seja, online. Assim, se as circunstâncias se alterarem, as consequências são absorvidas e calculadas, interferindo nos ajustes e na configuração da representação de mundo.

Por outro lado, nas palavras de Sperber e Wilson (1995), essa implicatura contextual seria mais ou menos forte, dependendo do final das apurações para ser forte. Essa inferência que, inclusive, pode ser modelada como um *modus ponens*, acaba constituindo o argumento que sustenta

a possibilidade de se acreditar no que está sendo dito e nas implicações contextuais, uma delas, a saber, a de que Gore será o vencedor da eleição e, portanto, o novo presidente.

Se Gore foi anunciado como vencedor, então muito provavelmente venceu.

Gore foi anunciado como vencedor.

Gore muito provavelmente venceu.

$p \rightarrow q$

$\frac{p}{q}$

q

Nesse sentido, seria possível avaliar a veracidade desse enunciado a partir de uma escala segundo Levinson (2000). Suponhamos, tendo em vista a probabilidade da veracidade do que é dito, a seguinte escala: <certo, muito provável, provável, possível, pouco possível, impossível>. Ao ouvir o enunciado, um interlocutor, ao avaliar a probabilidade, poderia fazer o seguinte raciocínio: o jornal disse “Gore has taken Florida”, mas, dado que a contagem não terminou, ele pode estar querendo implicar que a vitória de Gore é ‘muito provável’. Assim, o emissor implica uma ICG Q do tipo “Não é certo” e acarreta as demais opções. Entretanto, há um problema, pois uma dessas opções é ‘impossível’.

Tomemos Gore e Bush, e vejamos o que o enunciado implicaria para ambos. Para Gore, implicaria que ele seria o vencedor do estado, e, por implicatura encadeada, que ele seria o próximo presidente. Para Bush, implicaria que Gore seria o vencedor do estado, e, por implicatura encadeada, que ele perderia a eleição. Assim como para os interlocutores em geral, para Gore e para Bush, igualmente, para que o enunciado satisfizesse o ato comunicativo, era preciso a identificação de implicaturas por quebra da 1ª máxima da Quantidade. Contudo, as implicaturas fracas/encadeadas seriam completamente diferentes devido aos contextos acessíveis a cada um deles.

Ainda no que diz respeito aos cálculos, Costa (2005a), como vimos, segundo Menna Barreto (2003), distingue dois tipos: o que deve ser feito para a inferência pragmática daquele que deve ser feito para a inferência semântica. Enquanto a inferência pragmática deve ser feita para satisfazer o ato comunicativo, ou seja, a de que Gore pode ser o vencedor da eleição e, portanto, o novo presidente; já a semântica, sobre quão certa é essa informação, consiste em um cálculo virtual que pode ser feito pelo ouvinte, mas não é obrigatório. A inferência sobre a probabilidade forte pode ou não ser atualizada, mas sem a inferência pragmática, ou seja, sem a particularizada, não haveria satisfação do ato comunicativo – ele depende dessa construção, mas se a implicatura generalizada não aparecesse, ainda assim, o ato comunicativo seria satisfeito.

Através desse caso, é possível mostrar, conforme prevê Costa, não apenas que as inferências semânticas são fruto de eixos semânticos recortados a partir do tópico, mas também, como vimos, cada eixo seria uma propriedade que estabelece um determinado conjunto de conceitos semânticos, portanto “as inferências semânticas são virtuais e já estão na semântica ao nível das relações moleculares dos conceitos” (MENNA BARRETO, 2003, p. 117). Caso isso não fosse assim, não haveria como explicar o acarretamento de ‘impossível’, o que geraria um estranhamento. Esse problema não ocorre porque, segundo Costa (2005a), como já dissemos nesta tese: “o uso informativo de uma expressão exclui de maneira negativa as outras expressões simplesmente porque

a escolha significa que aquela era a escolha pretendida, e não qualquer outra – resolvendo-se assim o problema da origem das escalas”. Contudo, mesmo que essas inferências semânticas não sejam, conforme Costa, necessárias, nada impede que elas possam ser feitas. Nesse momento, a noção de relevância para um indivíduo passa a ser extremamente importante. Aqui referimo-nos em especial às inferências relacionadas à escala e à noção de veracidade.

Vejamos, contudo, algumas inferências *default* que podem ser identificadas, em especial, algumas do tipo implicaturas I. A primeira se refere à identificação de referência dos termos ‘Gore’ e ‘Florida’ e à restrição de generalidade do verbo ‘has taken’.

I +> ‘Gore’ refere-se a Al Gore.

I +> ‘Florida’ refere-se ao estado da Flórida

M +> ‘has taken/tomou, conquistou’ uma maneira não usual de mostrar como o candidato conseguiu os votos, afinal, os votos foram dados a ele, ele não os tomou.

Acontece que no caso da expressão ‘has taken’, ela também implica um movimento ativo ‘has conquered/conquistou’, daí por que não ser possível implicar ‘has received/recebeu’, embora uma descrição mais literal seja essa, ou seja, a forma não marcada. A partir da implicatura M, vemos que se atribui a Gore características de um conquistador.

Vejamos agora o caso dos eleitores da costa oeste dos Estados Unidos e de Al Cardenas, presidente do partido republicano na Califórnia. Tomemos o seguinte trecho da reportagem da TIME:

- (2) Al Cardenas, the state's G.O.P. chairman, was frantically checking returns on a laptop that showed Bush ahead in the few precincts that had reported. Knowing that the loss of Florida could discourage Republicans from bothering to vote in Western states, where the polls were still open, Cardenas put in the first of what would be more than 20 calls that night to Florida Governor Jeb Bush in Austin, Texas, who was following returns on his laptop.

O trecho acima é um excelente exemplo de como uma pessoa pode, por hipótese, supor quais seriam as suposições que um outro indivíduo irá usar – quais suposições provavelmente ficarão mais manifestas e para quais pessoas – a fim de prever a que conclusão tais indivíduos, no caso, representando um grupo, e dos eleitores republicanos, chegará e, posteriormente, como essa conclusão pode afetá-lo (aquele que procurou simular o raciocínio desse grupo). Assim, o trecho ilustra como é possível, nas palavras de Sperber e Wilson (1995), ler os pensamentos das pessoas. A parte sublinhada mostra também como o jornal selecionou *inputs* para que o leitor pudesse acessar suposições a fim de poder prever o que Cardenas previu ao ouvir o enunciado ‘Gore has taken Florida’. O anúncio de que Gore ganhou na Flórida tem como uma das suas implicações o fato de que Bush perdeu – embora na verdade, implicasse que todos os demais candidatos perderam, mas, naquele contexto, em que a disputa havia sido reduzida a eles, a implicação contextual mais relevante é a de que Bush perdeu.

Como vimos, a TR se pretende uma teoria geral da comunicação. Contudo, Costa (2005b) questiona, no artigo **A Teoria da Relevância e as Irrelevâncias da Vida Cotidiana**, a generalidade

do modelo, uma vez que ele defende que as pessoas tendem muito mais ao menor custo do que ao maior benefício – a TR, *stricto sensu*, daria perfeitamente conta de casos ligados à comunicação acadêmica, por exemplo. Como é possível verificar, o jornal emprega o verbo ‘to know/saber’ para se referir às informações que Cardenas entretinha. Entretanto, dado que o anúncio foi feito por volta das 20:00, era ainda cedo, pois inúmeros precinctos ainda contavam seus votos. Dessa forma, o verbo ‘saber’, conforme previsto pela teoria, é realmente muito forte, daí a importância da noção de manifestabilidade e de força, pois foi atribuída uma força maior do que a que de fato deveria ser, uma vez que, como vimos, a proposição acabou sendo falseada mais tarde.

Ao tomar conhecimento da informação de que Gore vencera na Flórida e de que essa informação tinha sido tornada mutuamente manifesta através da mídia, tornaram-se mais manifestas para Cardenas as suposições referentes ao possível impacto da mesma nos eleitores republicanos, embora estivesse manifesto para ele que eleitores democratas também tivessem recebido essa informação e as suposições ligadas a isso. Assim, entre as suposições que se tornaram mais manifestas para ele, tendo em vista a vitória de Bush em outros estados, estão aquelas que podem afetar o comportamento desses eleitores republicanos. O jornal ajuda o leitor a reconstruir o raciocínio de Cardenas ao dar duas pistas em especial, a saber, (i) o fato de que os eleitores não se dariam o incômodo de votar em um contexto em que o candidato deles foi, por implicatura, declarado perdedor, e (ii) o fato de que as urnas ainda estavam abertas em alguns estados – implicando que ainda seria possível votar e, quanto mais votos, maior a possibilidade de Bush, mesmo perdendo a Flórida, ainda conseguir os votos de que precisa em outros estados – no caso, estados do oeste dos EUA. Essa informação é apresentada ao leitor através do trecho abaixo – continuação do trecho anterior:

- (3) The calls were desperate because the steam was going out of the Bush effort in the West. In California, the Florida call hit just at the wrong moment: drive time. Voters and volunteers have to be wooed on their way to work or going home. Once they get home, it's a lot harder to get them out of their comfy chairs into dark cafeterias and libraries to vote. After Florida was called, Bush volunteers just started going home or not showing up at all.

A partir do enunciado ‘the Florida call hit just at the wrong moment: drive time’, o jornalista dá mais pistas para que o leitor possa inferir que eram por volta das 17:00. Assim, se o ‘drive time’ era às 17:00, então as pessoas ou estavam indo para casa depois do trabalho ou estavam se dirigindo para o trabalho. Um outro leitor, ao verificar que o jornal, em referência à preocupação de Cardenas, refere-se ao estado da Califórnia, pode acessar, pela entrada enciclopédica, que a Califórnia está a três horas atrás, no fuso horário, em relação à Flórida, e, após fazer o cálculo a partir do horário da declaração a Flórida para Gore, chegar à conclusão de que se tratada das 17:00, e daí inferir que se tratava do horário em que as pessoas ou voltavam ou iam ao trabalho. Seja por que caminho for, a expressão ‘to bother/incomodar-se’, que significa fazer algo desagradável, no caso de votar, em que a pessoa não é obrigada a fazê-lo, acessa suposições relacionadas a ter que adiar a chegada em casa, entrar em filas, por exemplo.

Dessa forma, para Cardenas, parecia estar mais facilmente manifesta que estaria mais facilmente manifesta para os eleitores republicanos, e, portanto, mais acessível, a suposição de que não adianta mais votar em Bush do que a suposição de que é preciso se esforçar para procurar virar o resultado. A conclusão implicada era a de que os eleitores republicanos não iriam se dirigir às urnas para votar, implicando que Bush deixaria de receber votos.

Tanto no trecho (2) quanto no (3) vemos o emprego de expressões que funcionam como pistas a respeito do impacto da notícia em Cardenas, são elas: ‘frantically’, ‘Cardenas put in the first of what would be more than 20 calls that night to Florida Governor Jeb Bush in Austin’ e ‘The calls were desperate’. Uma vez que Cardenas era o presidente do partido republicano na Califórnia, pela entrada enciclopédica é possível acessar suposições sobre seu papel, em especial, no momento da eleição, garantir que tudo corra bem para o candidato do seu partido. Assim, dado que o voto é opcional, ele precisa se preocupar que o máximo de pessoas compareça às urnas.

Uma vez que ‘frantically’ significa ‘fazer algo com muita pressa, geralmente em estado de grande ansiedade e confusão’, é possível inferir que Cardenas estava angustiado e preocupado com as consequências para ele, na qualidade de chefe do partido, tendo em vista suas atribuições para garantir que Bush tivesse o melhor desempenho possível. Essa implicatura é fortalecida a partir da informação seguinte, de que ele fez a primeira ligação de vinte. Dentro do frame sobre realizar telefonemas, as pessoas até entendem duas ou três, mas vinte ligações já ultrapassam o que é comumente aceito, o que serve como indicativo de que algo não vai bem. Por fim, há a informação de que os telefonemas eram desesperados. Exatamente quais eram as preocupações de Cardenas, se eram por seu candidato, se eram por seu emprego, ou até posição e orgulho, todas essas suposições passam a estar acessíveis, contudo, as que serão selecionadas vão depender das demais suposições que os leitores têm disponíveis a respeito de Cardenas.

Voltando à questão sobre custo/benefício, vejamos. Dado que Costa arrolou como possíveis benefícios aspectos de natureza emocional, afetiva, a descontração, etc., e, se considerarmos a sua afirmação de que “as pessoas tendem, de fato, a ser relevantes, mas são dirigidas pelo baixo custo, mais do que pelo impacto do maior benefício” (COSTA, 2005, p. 167), podemos, por exemplo, propor uma explicação para o temor de Cardenas no que tange ao comportamento dos eleitores republicanos. Vimos que, mesmo em circunstâncias ainda indecisas, Cardenas supôs, através das suposições que acessou, o pior cenário e agiu, e, por exemplo, pelos telefonemas, buscou garantir a vitória de Bush – afinal, ele sabia que nada era definitivo. Contudo, as pessoas, tendo em vista o trabalho de se deslocarem, assumiram, igualmente, o pior cenário possível, mas paradoxalmente isso as levou a optarem pelo mais baixo custo, a saber, o de não se deslocarem para votar – os eleitores republicanos não acessaram as suposições que os levaria à conclusão de que ainda poderiam reverter o quadro para seu candidato: ou essas suposições não lhes eram facilmente acessíveis, ou, se o eram, levavam a uma conclusão que lhes exigiria mais custo, não de processamento, mas de ação, afinal, teriam que parar o que estavam fazendo e ir às urnas.

Quando foi feito o anúncio de que Gore havia vencido na Flórida, a família de Bush estava reunida em um restaurante, o que pode indicar que eles estavam acreditando que Bush venceria. Vejamos o trecho da TIME em que o jornalista descreve a reação de Bush e de seus pais. Como será possível perceber, trata-se de muito mais do que informação no sentido clássico da TR, sem contar que quebra algumas das normas de ouro do próprio jornalismo. Contudo, ao assumirmos que, além do constante aumento do conhecimento sobre o mundo, há como benefícios os efeitos de recursos retóricos, o humor, a descontração, etc., – os quais, por sua vez, e nada impede isso, podem gerar aumento de conhecimento – explica-se, pelo construto o porquê as pessoas também se engajam em esforços que, à primeira vista, não seriam relevantes na visão rígida do termo. Aqui, mais uma vez, lançamos mão da tese de Costa defendida no artigo **A Teoria da Relevância e as Irrelevâncias da Vida Cotidiana**, conforme fizemos acima.

- (4) As the family members made their way under dim lights to the restaurant, Bush's shoulders were more hunched than usual, his father looked as if he were suffering from an ulcer, and Barbara wore a smile as tight as a fist.

O trecho permite, por exemplo, a derivação de algumas ICGs, especialmente tipo I, no que tange à identificação de referentes pela preferência de anáforas locais. Duas ICGs tipo M são interessantes de serem verificadas. Como vimos, segundo Levinson (1995), as implicaturas M são fruto de expressões marcadas, ou seja, expressões prolixas formalmente, ou infrequentes ou aquelas de formação não usual. Uma das formas para se referir às reações dos pais de Bush caracterizam ICGs tipo M. Afinal, o jornalista fala de maneira anormal, marcada, sobre as reações da família de Bush no que tange à provável perda da eleição.

- (5) **Dito:** [...] his father looked as if he were suffering from an ulcer, [...]  
 ICG – I +> ‘his’ se refere a Bush (George W. Bush/Bush filho)  
 ICG – I +> ‘his father’ se refere ao pai de Bush (George Bush)  
 ICG – I +> ‘he’ se refere a ‘his father’ que se refere ao pai de Bush (George Bush)  
 ICG – M +> O pai estava com uma expressão de dor.  
 ICP +> Para o pai de Bush foi doloroso saber que o filho perdeu na Flórida.  
 Implicatura Conversacional Particularizada – quebra da 1ª máxima da Qualidade e da 1ª Máxima da Quantidade

O interessante é que, mesmo não se sabendo quem é o pai de Bush, ainda assim é possível realizar inferências, ou seja, infere-se que o pai dessa pessoa está com uma expressão de dor. Contudo, dado que a expressão facial de dor resulta em um rosto alterado, com as feições contorcidas que, por vezes, pode possivelmente resultar em caretas; e, dado que caretas podem desencadear risos da parte de quem vê, é possível supor que o jornalista tenha empregado essa forma a fim de gerar um efeito humorístico ligado mais diretamente ligado ao sarcasmo. Isso pode ser corroborado de analisarmos a forma como o jornal se refere à mãe de Bush.

- (6) **Dito:** and Barbara wore a smile as tight as a fist.

Pelo conhecimento de mundo, das suposições que recaem sob a entrada lexical ‘sorriso’, sabe-se que um sorriso é uma expressão da face cujo resultado geralmente com os cantos da boca curvados pela cima – mesmo que em diferentes graus –, com os lábios separados de tal forma que os dentes, muitas vezes, podem ser vistos. Pelo conhecimento de mundo, as pessoas sorriem quando estão felizes, satisfeitas com uma situação, por exemplo. Contudo, o jornalista compara o sorriso a um punho que, por sua vez, é exatamente o oposto, pois só se tem um punho quando se fecha a mão. Vemos também o uso do verbo ‘to wear/vestir, usar’ um sorriso. Vejamos as inferências que podem ser obtidas. Em primeiro lugar, podemos identificar três IGCs.

IGC – I +> Barbara se refere à mãe de Bush.

Quanto ao uso do verbo ‘to wear/usar, vestir’ significa que aquilo que se veste não é natural da pessoa, é algo colocado. Assim, a partir dessa forma marcada de falar sobre um sorriso, da contradição a respeito do que se sabe sobre sorrisos e do fato de o sorriso ter sido comparado a um punho, podemos supor as seguintes inferências:

ICG – M +> É um sorriso falso.

ICG – M +> Não é um sorriso autêntico.

Tendo em vista aspectos contextuais, podemos identificar uma implicatura particularizada:

ICP +> A mãe de Bush não estava feliz com o resultado da eleição para seu filho.  
Implicatura Conversacional Particularizada pela quebra da 1ª máxima de Modo e da 1ª máxima da Qualidade.

A partir dessa ICP e do contexto, outras implicaturas podem ser derivadas, as chamadas implicaturas encadeadas de Costa (1984) e Viégas-Faria (2003). Assim, como uma implicatura encadeada, poderíamos supor ‘A mãe de Bush estava fingindo’, etc.

Aqui podemos, mais uma vez, o emprego que o jornalista faz de recursos linguísticos em graus cada vez maiores de retórica, conforme proposto por Pinker (2008), e desenvolvido por Costa (2013) a fim de gerar mais do que benefícios informativos do tipo implicações contextuais, mas também benefícios e inferências de natureza emocional e humorística, ou seja, selecionou e empregou certas expressões como uma forma de apresentar os sentimentos dos familiares de Bush e gerar efeitos de natureza retórica e humorística. A expressão “a retórica é a criatividade da forma” (FONSECA; FONSECA, 2011) descreve muito bem o uso que o jornalista faz da linguagem, ao empregar recursos lexicais e pragmáticos como operadores para gerar tais efeitos expressivos.

Além disso, ao descrever a família de Bush dessa forma, o jornalista torna mutuamente manifesto um grande número de suposições não apenas do fato, mas de estados emocionais e de reações dos familiares, inclusive, por exemplo, tornando mutuamente manifesto o que para Barbara estava apenas manifesto, e ela fazia um esforço para que não se tornasse mutuamente manifesto – aspecto que não recai sob a noção de comunicação ostensiva conforme definido pela TR.



Como vimos, no resumo do debate, apresentado na seção 4.1, após a contagem e a identificação de que a diferença de votos entre os candidatos, no estado da Flórida, era menor do que 1%, segundo a revista TIME, 1/5000, e, portanto, haveria a necessidade de uma recontagem, Bill Clinton fez a seguinte declaração:

- (7) The American people have now spoken," Bill Clinton declared, "but it's going to take a while to determine exactly what they said."

Antes de mais nada, é possível identificar uma ICG-M a partir do emprego do verbo ‘falar’, que se torna uma forma marcada, tendo em vista que existe uma forma não marcada e literalmente adequada, a saber, o verbo ‘votar’. Enquanto ‘votar’ significa expressar uma opinião a fim de decidir algo, ‘falar’ é mais pessoal, pois está ligada à voz que expressa não só opiniões, mas sentimentos; assim como através do voto as pessoas se expressam, através da fala elas também o fazem, mas isso torna sua expressão mais subjetiva em termos do que as pessoas desejam. Assim, ao usar falar ao invés de votar, Clinton torna o voto algo mais forte emocionalmente.

Por outro lado, ele também diz, a respeito das contagens, em especial quando os problemas começaram a surgir e os processos jurídicos começaram a se acumular, que ‘it’s going to take a while/vai levar um certo tempo’ para se saber quem venceu, ele está dizendo algo óbvio, pois votos precisam ser apurados e isso demanda um certo tempo. Contudo, segundo Levinson (2000), de fato, o que se pode depreender desse uso é, por restrição de generalidade, através de uma implicatura-I (uma IS), que, para se saber o resultado da votação, vai ser necessário mais tempo do que o normal previsto e/ou o desejado – e isso pode ser obtido a partir do conhecimento de mundo que as pessoas têm sobre eleições e apuração de votos.

Além disso, tendo em vista que Clinton está fazendo uma declaração obviamente verdadeira, então, pela quebra da 1ª máxima da Quantidade, ele pode estar implicando que irá demorar mais do que se deseja; em um contexto em que tanto está em jogo, especialmente para os democratas, é possível supor que ele esteja, por implicatura, fazendo um pedido, solicitando paciência. Nesse caso, ao tornar mutuamente manifesta sua intenção informativa, Clinton, mais do que tornar uma suposição mais acessível, ele torna mutuamente manifesta uma gama maior de possibilidades, embora se possa prever em que direção ele pretende que seu enunciado seja interpretado. A seguir analisaremos a cédula que gerou tantos problemas para os democratas. E, dessa forma, nos dirigimos à última parte das nossas análises, envolvendo o discurso político-jurídico.

#### **4.3.5 O Discurso Político-Jurídico: a *Butterfly Ballot* e os Votos Ausentes**

Alguns dos maiores problemas enfrentados pelos democratas no estado da Flórida, que acabaram prejudicando Al Gore, e gerando ao menos dois dos tópicos do debate judicial que se seguiu, estão relacionados à cédula de votação, em especial, à chamada *butterfly ballot* – usada no condado de Palm Beach. O primeiro problema refere-se à configuração geral da cédula; o segundo, mais indireto, está relacionado a dois aspectos: ao sucesso ou não da perfuração do local de voto e à

leitura mecânica dos cartões no que tange ao reconhecimento e aceitação daquele voto. A indicação do voto na cédula é feita por uma máquina de perfuração que retira um pequeno pedaço de papel de uma elipse para a posterior leitura do cartão a fim de que, nessa leitura, seja identificado e registrado o voto para este ou aquele candidato justamente pela eliminação total do pedaço desse papel, o chamado *chad*. Qualquer outra situação, que não seja a eliminação total do *chad*, invalida o voto.

Embora a TR seja tradicionalmente mais empregada para investigar a comunicação verbal, *inputs* perceptuais, ou seja, *inputs* de outras naturezas que não linguística, também podem ser tratados igualmente como fontes de informação e também como evidências das intenções dos emissores, desencadeando processamentos inferenciais. Isso nos será útil para tecermos algumas considerações interessantes a respeito (i) da configuração da cédula, propriamente dita; (ii) da função de uma seta que foi usada na cédula, colocada ao lado dos locais de perfuração; e, por fim, (iii) dos diferentes efeitos, resultados de problemas na perfuração nos *chads* não removidos.

No que tange à configuração geral da cédula, o problema se refere ao fato de o nome de Al Gore, linguisticamente codificado, ser o segundo e a elipse onde o eleitor deve fazer a perfuração, a fim de mostrar que a intenção daquele voto era para o candidato democrata, estar em terceiro lugar, conforme é possível verificar na Figura 1 abaixo.

Figura 1- Butterfly ballot

OFFICIAL BALLOT, GENERAL ELECTION PALM BEACH COUNTY, FLORIDA NOVEMBER 7, 2000	
ELECTORS FOR PRESIDENT AND VICE PRESIDENT  (A vote for the candidates will actually be a vote for their electors.)  (Vote for Group.)	(REPUBLICAN) GEORGE W. BUSH-PRESIDENT 3 DICK CHENEY-VICE PRESIDENT
	(DEMOCRATIC) AL GORE-PRESIDENT 5 JOE LIEBERMAN-VICE PRESIDENT
	(LIBERTARIAN) HARRY BROWN-PRESIDENT 7 ART OLIVIER-VICE PRESIDENT
	(GREEN) RALPH NADER-PRESIDENT 9 WINONA LaDUKE-VICE PRESIDENT
	(SOCIALIST WORKERS) JAMES HARRIS-PRESIDENT 11 MARGARET TROWE-VICE PRESIDENT
	(NATURAL LAW) JOHN HAGELIN-PRESIDENT 13 NAT GOLDBERGER-VICE PRESIDENT
	(REFORM) PAT BUCHANAN-PRESIDENT 4 EZOLA FOSTER-VICE PRESIDENT
	(SOCIALIST) DAVID McREYNOLDS-PRESIDENT 6 MARY CAL HOLLIS-VICE PRESIDENT
	(CONSTITUTION) HOWARD PHILLIPS-PRESIDENT 8 J. CURTIS FRAZIER-VICE PRESIDENT
	(WORKERS WORLD) MONICA MOOREHEAD-PRESIDENT 10 GLORIA La RIVA-VICE PRESIDENT
	WRITE-IN CANDIDATE To vote for a write-in candidate, follow the directions on the long stub of your ballot card.

Fonte: [http://cstl-cla.semo.edu/rdrenka/ps103/Summer2004/palm\\_beach\\_county\\_ballot.htm](http://cstl-cla.semo.edu/rdrenka/ps103/Summer2004/palm_beach_county_ballot.htm)

À luz da TCNT/TD, a cédula pode ser tratada como um dos eixos das condições de comunicabilidade, uma das manifestações mais elementares de comunicação, ou seja, como um diálogo do tipo pergunta/resposta. Sob essa perspectiva, a cédula, da parte do emissor, segundo Costa (2012), seria a pergunta, que, pela TR, deve ser elaborada da maneira mais relevante possível. Essa pergunta geraria, em relação ao receptor, no caso, o eleitor, uma inferência de uma implicatura de resposta e uma ação: entre os candidatos apresentados, qual deles o eleitor escolhe e, portanto, ao lado de que nome o eleitor faz a perfuração. Ou seja, o eleitor satisfaria essa expectativa ao perfurar o local reservado, devendo indicar para quem irá o voto. Dessa forma, ele, de sua parte, também cria

um estímulo ostensivo, de natureza não-verbal, a fim de indicar, pelo uso de uma máquina de perfuração, através da remoção do *chad*, qual candidato ele quer que seja eleito – tornando, assim, sua intenção mutuamente manifesta.

Segundo a TCNT/TD, as condições iniciais são muito importantes em qualquer situação comunicativa, pois elas já constituem um recorte que orienta as expectativas e interpretações feitas pelo receptor, encaminhando as condições finais. São esses dois extremos que, do ponto de vista do molecularismo, desengessam as trocas e auxiliam os interlocutores para que não se percam, pois, segundo Costa (2002, no prelo), a noção de condições iniciais traz para as interações um mínimo de previsibilidade, a qual, por sua vez, pode ser tratada como as suposições mais acessíveis que um interlocutor teria em uma dada situação comunicativa.

Assim, quando usada em uma eleição, ou seja, quando usada intencionalmente em um contexto particular para fins particulares, a cédula pode ser tomada, agora conforme previsto pela TR, como um estímulo ostensivo com o propósito de realizar efeitos cognitivos específicos – em sendo processado otimamente. Nesse sentido, a cédula deve revelar as intenções do comunicador e vir com a garantia de sua relevância ótima. Isso significa que ela não apenas deve ser relevante o suficiente para merecer a atenção do receptor, como também **não deve exigir dele um esforço maior do que o necessário** – pois é isso o que o receptor está cognitivamente programado para esperar – a fim de que os efeitos desejados sejam alcançados, a saber, a fim de que, nesse caso, o eleitor possa se localizar na cédula e votar, sem problemas, no seu candidato – um direito que lhe assiste.

Conforme a TR, qualquer estímulo que se pretenda ostensivo deve provocar expectativas definidas de relevância e carregar uma presunção de relevância ótima (SPERBER e WILSON, 1995). Deve ser, portanto, “de interesse do comunicador escolher o estímulo – ou enunciado – mais relevante de uma série de estímulos possíveis, ou seja, aquele que exija, da parte do receptor, um mínimo de esforço de processamento para o máximo de efeitos” (SILVEIRA; FELTES, 2002, p. 51).

Assim, **se um emissor quiser que seu enunciado seja o mais fácil possível de ser interpretado, deve cuidar para formulá-lo (dentro os limites de suas habilidades e preferências) de tal maneira que a primeira interpretação que satisfizer as expectativas de relevância do receptor seja justamente aquela que ele pretendeu expressar**. Dada a configuração da cédula, a primeira interpretação que satisfaria o princípio da relevância seria a que exigiria menos esforço, menor custo de processamento. Nessas condições, essa interpretação seria: para o segundo nome é a segunda elipse que deveria ser perfurada. Ou seja, a primeira interpretação, pelo menor esforço, espera um mapeamento direto entre os nomes e as elipses.

Nesse sentido, a configuração da cédula, no que tange ao fato de o nome do candidato e o local de perfuração estarem fora de alinhamento, pode ser explicada como não tendo sido elaborada de forma otimamente relevante. Uma vez que o receptor sempre vai partir do princípio de que o comunicador escolheu o estímulo mais relevante e que à audiência é dado o direito de esperar que o estímulo será o melhor possível, a cédula mostrou-se extremamente frustrante, pois não apenas não

orientou o eleitor, mas pode ter estimulado uma interpretação errada; em qualquer um dos casos, roubando desse eleitor seu direito ao voto, em um contexto em que a cédula é o objeto de expressão da intenção do eleitor.

Uma avaliação da cédula, de uma perspectiva griceana, permite caracterizá-la como uma quebra da 4ª máxima da categoria de Modo, a saber, “Seja ordenado”, cuja supermáxima lê “Seja claro”. Em Grice, contudo, nada impede que as máximas sejam ser quebradas, desde que orientem o leitor a buscar por implicaturas que mantenham o princípio de cooperação – que precisa ser de qualquer forma, e acima de tudo, preservado. É, portanto, nesse sentido, que fica difícil não tratar como violação do PC a forma como a cédula foi elaborada, com a colocação do local de perfuração no terceiro lugar em uma lista em que o nome correspondente está em segundo – afinal, a quebra da máxima incorreu em violação ao PC, que se manteve não observado, uma vez que nenhuma implicatura foi gerada a fim de recuperá-lo.

Vejamos agora alguns aspectos referentes à seta que, segundo os responsáveis pela cédula, teria sido colocada lá a fim de orientar os eleitores a respeito da elipse a ser perfurada para cada candidato. Para tanto, trataremos a seta como um estímulo ostensivo dentro da cédula. Yus (2008, grifo nosso) lembra que as pessoas constantemente rejeitam e filtram informações que **potencialmente não valem** a pena serem processadas. A expressão ‘potencialmente’ é esclarecedora, pois, embora a seta fosse determinante para que a votação pudesse ser feita de forma correta, ela parece ter sido ignorada por muitos. Basta verificar a quantidade de votos que um reformista recebeu em um condado predominantemente democrata; outra evidência empírica consiste no elevado número de ações ajuizadas por parte dos eleitores reclamando da configuração.

É importante lembrar que a seta se caracteriza por um *input*, de natureza não linguística, mas visual, e tinha um papel decisivo para que as pessoas pudessem votar de tal forma que suas intenções fossem corretamente expressas. Se é assim, a seta tanto poderia ser usada apenas como forma de reforçar qual elipse deveria ser perfurada, em um mapeamento alinhado; ou uma forma de indicar uma elipse em um local não esperado devido à falta de alinhamento – algo um tanto improvável, uma hipótese um tanto difícil de ser construída e acessada, para dizer o mínimo.

Como esclarecem Sperber e Wilson (1995), uma das vantagens da comunicação verbal consiste no fato de ela gerar a forma mais forte possível de comunicação, pois permite que o receptor singularize a intenção do emissor sobre o conteúdo explícito de um enunciado para uma única suposição fortemente manifesta – é claro, na falta de uma alternativa que valha a pena ser considerada. Nesse sentido, a linguagem não-verbal é mais exigente quanto à precisão das suposições que se deseja tornar manifestas. Isso por que, como explicam Sperber e Wilson (1995), uma mesma evidência produzida em ocasiões diferentes pode ser usada para tornar manifestas também diferentes suposições – até mesmo suposições mutuamente inconsistentes, contanto que essa evidência torne manifesta a intenção por trás da ostensão. Afinal, segundo a TR, a relação entre uma evidência qualquer produzida e a informação que se quer tornar mutuamente manifesta através de tal *input* é altamente arbitrária.

Além disso, Sperber e Wilson (1995) também destacam que, embora os seres humanos vivam no mesmo mundo e estejam envolvidos numa atividade que perdura por toda a vida, a de derivar informações de ambiente comum e construir a melhor representação mental possível do mesmo, eles não constroem a mesma representação por causa das diferenças em seus ambientes físicos específicos por um lado, e de suas habilidades cognitivas por outro.

Assim, quando as pessoas percebem um estímulo e o descartam, podem fazê-lo ou porque a informação já faz parte da sua representação de mundo, e, portanto, constitui apenas custo de processamento, pois ela será replicada; ou porque esse estímulo não se conecta a nada que faz parte da representação de mundo das pessoas, não tornando acessível nenhuma suposição<sup>269</sup>. Nesse último caso, se elas, de alguma forma, conectam-se com a representação de mundo os indivíduos, são adicionadas a tal representação através de pedaços isolados a muito custo de processamento – igualmente, nem sempre, valendo a pena (SPERBER, WILSON, 1995).

Dado que a seta foi colocada a fim de indicar onde a perfuração deveria ser feita – que pode ser uma tentativa de auxiliar o eleitor para poder votar adequadamente, ela deveria, por hipótese reduzir o esforço que a configuração da cédula exigia. Contudo, a seta, enquanto *input* escolhido pelo emissor, não se mostrou o mais relevante possível, pois não gerou os efeitos cognitivos para os quais foi produzida, ou seja, a identificação de que o local de indicação do voto para Gore, não, ao menos, ao menor custo possível. Afinal, o processamento da seta gera um custo a mais de processamento, especialmente por se tratar, como vimos, de um *input* não-verbal – sem contar que há também um trabalho a mais igualmente é exigido pela própria cédula.

Mas como explicar que a seta estava lá, mas não adiantou? Para tanto, a noção de manifestabilidade é esclarecedora. A colocação da seta na cédula estava manifesta para o eleitor. Contudo, como vimos, segundo a TR, dizer que um fato qualquer é manifesto significa apenas que o receptor é capaz de representá-lo, e não que ele deverá necessariamente fazê-lo. Assim, o fato de a seta estar ao lado das elipses não garantiu que as pessoas a tenham visto ou, se a viram, não garantiu que a representaram e a descreveram como previsto por aqueles que a colocaram lá.

Embora os eleitores estivessem em uma situação na qual pudessem ver a seta – pois compartilham o mesmo ambiente físico –, não eram/são obrigados a fazê-lo. Afinal, mesmo que as pessoas compartilhem o mesmo ambiente físico, como era o caso, elas ainda têm **ambientes cognitivos** diferentes. Afinal, os eleitores eram diferentes: pessoas de mais idade, acostumadas a cédulas de perfuração (recurso que data da década de 1960), pessoas mais jovens e, portanto, não familiarizadas com tal procedimento.

Seja como for, a seta, ao falhar em tornar mutuamente manifesta a intenção comunicativa por trás dela, tornou-se irrelevante, especialmente, como vimos, por ser um estímulo não-verbal, muito menos preciso para a determinação de suposições, usado para tornar manifesta uma suposição extremamente específica e, portanto, dificilmente acessível. Em outras palavras, coube à seta tornar

---

<sup>269</sup> Quando, é claro, as pessoas de alguma forma prestam atenção e representam tal estímulo.

mutuamente manifesta uma suposição que, em termos de acessibilidade, jamais passaria pela cabeça dos receptores, a saber, a suposição de que o local de perfuração para que o voto fosse para Gore era aquele, o terceiro, embora o nome do candidato estivesse em segundo lugar na cédula.

Como se sabe, um número expressivo dos eleitores democratas, especialmente na Flórida, são pessoas de mais idade. Além disso, dado que o voto é opcional, é possível supor que, no caso dessas pessoas, elas têm um caminho de acesso mais consolidado sobre a configuração e o funcionamento de cédulas de votação. E, como é possível observar pela reportagem<sup>270</sup>, quem mais reclamou da cédula foram os eleitores de mais idade – as pessoas não tinham informação prévia em que pudessem ancorar a presença de uma seta cuja função era corrigir, em uma cédula de votação, a falta de alinhamento entre o nome do candidato e o local de perfuração, e esse é, como vimos, um dos aspectos que torna uma suposição irrelevante, que consiste no terceiro caso de irrelevância mencionado por Sperber e Wilson, que é quando, na contextualização de P em C, informações não têm nenhuma relação com suposições já presentes. Daí, a seta não gerar absolutamente nenhum efeito cognitivo – mesmo que possa ter sido vista.

Voltando à questão da diferença entre a comunicação verbal e a não-verbal no que tange à facilidade de identificação das suposições, vejamos, a partir de um trecho da reportagem da TIME, como os democratas procuraram avisar os eleitores.

- (8) As soon as party officials realized the problem, all hell broke loose. They began frantically calling Democratic Party state headquarters and Gore's command center in Tallahassee. In the meantime, the Democrats frantically printed flyers to warn voters about the problem and tried to get party activists to the polling places to sound the alarm.

Como é possível observar no trecho retirado da TIME, os democratas, a fim de chamarem a atenção das pessoas a respeito do problema da cédula, optaram por imprimir *flyers* e enviar pessoas até os locais de votação para alertar as pessoas. O fato de o alerta, conforme narra a reportagem, ter sido feito através do emprego da linguagem verbal, tanto no *flyer*, que também era um gráfico explicado da cédula, quanto no contato entre ativistas democratas e eleitores, que se supõe tenha sido verbal, corrobora que a seta se mostrou muito aquém do melhor estímulo para a identificação da elipse correta – daí ser perfeitamente possível sugerir que o emissor, através de uma cédula configurada de maneira contraintuitiva e do emprego da seta, impôs ao receptor um esforço a mais. Afinal, como defendem os autores, a comunicação não-verbal tende a ser relativamente vaga – e esse exemplo parece corroborar tal afirmação.

Além disso, segundo a TR, as hipóteses interpretativas são consideradas na sua ordem de acessibilidade. Se analisarmos a cédula, o nome de Bush é o primeiro e o local de perfuração para que o voto seja dado a ele é o primeiro. Essa disposição reforça uma interpretação *default* e, portanto, a mais acessível de que há, ou deveria haver, um alinhamento entre nome de candidato e local de perfuração da cédula. Dessa forma, a seta, também por ser um estímulo não-verbal, e, portanto, um

---

<sup>270</sup> Eye of the Storm.

estímulo fraco, nos moldes da TR, mostra-se um indicador muito pouco relevante para que seja tornada mutuamente manifesta a suposição de que o local de perfuração do segundo nome está na terceira posição.

Em outras palavras, não era em nada acessível a suposição que deveria ser recuperada, a saber, onde marcar o voto para Gore – afinal, em última instância, o que as pessoas deveriam recuperar era uma contradição. É por isso que, como vimos, de um ponto de vista griceano, trata-se de uma configuração praticamente não cooperativa, pois é altamente inacessível a suposição de que esteja em terceiro lugar o local para indicar uma informação que ocupa o segundo lugar em uma lista.

Se, conforme sugerem Sperber e Wilson,

**fica a cargo do comunicador fazer as suposições corretas sobre os códigos e informações contextuais que a audiência terá acesso e provavelmente irá usar no processo de compreensão** [e] a responsabilidade de evitar desentendimentos também é do falante, então tudo o que o ouvinte deve fazer é seguir em frente e usar qualquer código e informação contextual que lhe estiver mais à mão (SPERBER; WILSON, 1995, p. 43, grifo nosso, acréscimo nosso).

Ou seja, se o emissor pode prever quais suposições um indivíduo vai usar para interpretar um estímulo, os responsáveis pela cédula poderiam prever que a cédula poderia gerar erros. Como de fato ocorreu. Em suma: **de nada adianta uma manifestabilidade que não promova a acessibilidade**. Nada impede que a cédula tenha sido configurada como foi. Contudo, é possível sugerir que a indicação a respeito do local de perfuração precisava de outro estímulo não apenas para se tornar mutuamente manifesto o procedimento correto para marcar o voto, mas também para que a acessibilidade às suposições fosse menos custosa. Se os responsáveis não pudessem prever como os eleitores raciocinariam, a cédula seria muito mais um problema de incompetência do que, como tudo indica, de má fé.

Ao se falar em Palm Beach, está-se tratando de um condado em que a maioria dos eleitores são reconhecidamente democratas. Como vimos, logo cedo no dia da votação, a confusão envolvendo a cédula de Palm Beach passou a ser motivo de comentários entre os eleitores. Muitos deles, como mostrou a reportagem da TIME, começaram a se questionar se realmente haviam votado em Gore.

- (9) Both parties had been saying for weeks that the presidential campaign would all come down to Florida. Neither of them suspected how much of it would come down to Palm Beach County. Or to the experience of people like Andre Fladell, 52, a Jewish chiropractor. At around 7 a.m., he punched his ballot at Orchard Elementary School in Delray Beach. On the way out, when he heard people complain that the ballot had confused them, he assumed they had not paid enough attention. But at lunch later with friends, Fladell says, he broke into a cold sweat when he heard them describe the correct punch hole for Gore-Lieberman. Fladell realized that he too had inadvertently voted for Pat Buchanan, a man who has had, to put it mildly, some problems with Jewish voters.

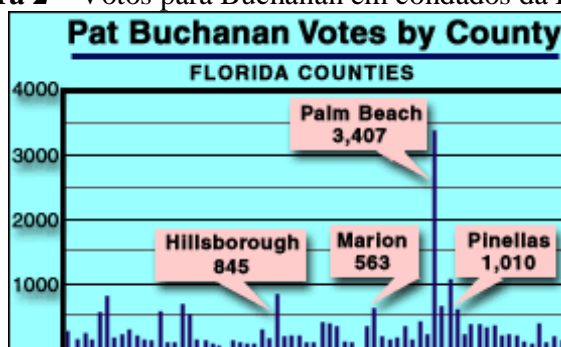
No trecho ‘Andre Fladell, 52, a Jewish chiropractor. At around 7 a.m., he punched his ballot at Orchard Elementary School in Delray Beach. On the way out, [...]’, é possível verificar que o

jornalista usa uma expressão simples, não marcada, para implicar que o eleitor votou de forma *default*: ele perfurou/punched o cartão e saiu. A opção pela forma de expressão usada pelo jornalista corrobora a sugestão de Levinson (2000) a respeito das implicaturas I como inferências de caráter positivo, uma vez que a extensão do que é implicado se caracteriza como sendo um subconjunto próprio da extensão do que é dito, pois são inferências guiadas por suposições estereotípicas.

Vemos também que o jornalista usa como exemplo uma pessoa acima dos 50 anos. As pessoas mais velhas estavam acostumadas a votar usando cartões de perfuração, e, por isso, são pessoas que votam no que se pode chamar de “no piloto automático”; votaram de maneira automática, o que significa que optaram pelo caminho mais acessível, ou seja, viram o nome de Gore na segunda linha e perfuraram a segunda elipse – que é o caminho que esses eleitores devem tantas vezes ter feito, daí ser aquele cognitivamente mais acessível.

O problema da cédula, como vimos, foi identificado logo no início do dia da eleição. Ao final, quando os votos haviam sido computados, um fenômeno ficou claro conforme é possível ver através da figura abaixo.

**Figura 2** – Votos para Buchanan em condados da Flórida



Fonte: <http://www.stcsig.org/Usability/topics/ballot/index.html>

Percebe-se um número muito grande de votos para Buchanan, um reformista, em um condado que é essencialmente democrata – o que se configura em uma evidência empírica para o fato de que a cédula era sim problemática. Nos demais condados, em que a cédula tinha uma configuração diferente, o número de votos para o reformista era de três a seis vezes menor. E isso é reforçado tendo em vista que, nos EUA, o voto não é obrigatório, ou seja, vota quem quer votar. Se as pessoas não queriam eleger Gore elas tinham duas alternativas: não ir às urnas e fazer com que o número de votos para ele fosse menor, ou votar em um candidato que tivesse chance de vencê-lo – nesse caso, os votos deveriam ir para Bush, não para Buchanan<sup>271</sup>. O único caso em que o número excessivo de votos para Buchanan gera alguma implicação contextual tem a ver com a configuração problemática da cédula. E isso pode gerar uma implicatura fraca de que Gore foi propositalmente prejudicado.

<sup>271</sup> Agora dar-se o trabalho de ir votar para anular o voto – como é possível verificar nos 10.000 votos em que não foram encontrados e nos 19.000 em que havia duas perfurações – no máximo significaria que esse número rejeita um candidato que, em um condado democrata, seria Al Gore. Contudo, isso não teria efeito no resultado final da eleição, apenas seria um dado curioso.



Vejamos como a TIME, o jornalista, apresentou a reação de Buchanan no que tange ao elevado número de votos a seu favor em um condado democrata.

- (10) Buchanan, never one to miss a chance to stir hot soup if it could spill on someone named Bush, went on the air and said he did not think all those votes had been intended for him.

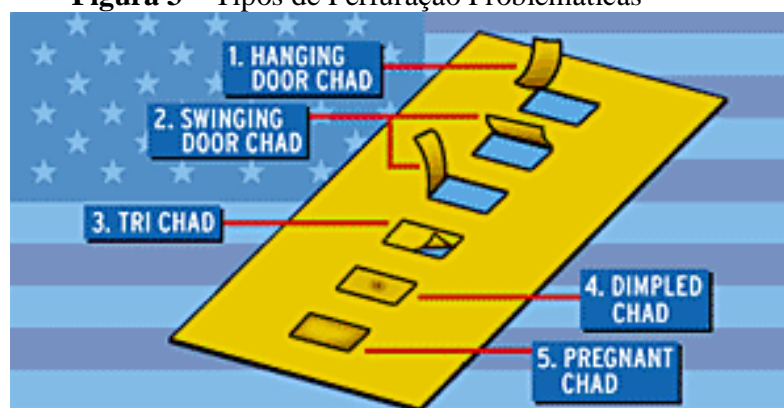
O jornalista diz que Buchanan foi ao ar e disse que não pensava que todos aqueles votos fossem para ele. Vemos que o jornalista usa o verbo dicendi ‘to say’ para descrever como Buchanan fez sua declaração. Até o momento, parece uma declaração comum. Contudo, o jornalista faz um comentário sobre Buchanan que permite uma grande quantidade de outras interpretações e significações que dão margem à construção de um outro cenário e de inferências envolvendo inclusive aspectos de natureza emocional. Dado que o jornalista quebra a 1ª máxima da Qualidade, afinal, Buchanan não respingaria, literalmente, sopa quente em alguém, então só se pode pensar que o candidato reformista declarou que não pensava que os votos eram para ele não porque estivesse defendendo Gore, mas porque poderia assim prejudicar Bush. Em um contexto em que uma séria batalha judicial seria iniciada, a declaração de Buchanan acaba podendo ser usada como um argumento a mais para a busca pela recontagem manual – sendo, portanto, mais relevante.

Além disso, é igualmente possível o leitor inferir que Buchanan não gosta não só de Bush, mas da família do candidato republicano. Leitores que já sabiam disso podem trazer à memória, acessando mais rapidamente, várias suposições relacionadas a esse desentendimento; leitores que não sabiam, agora, além de entreterem essa suposição, podem levantar uma série de suposições, hipóteses, sobre o porquê eles seriam desafetos. Seja como for, pela expressão usada pelo jornalista, também é possível identificar uma espécie de humor sarcástico no que tange à situação – também como um benefício, se considerarmos a Metateoria das Interfaces.

Vejamos, por fim, a questão dos tipos de *chads*, a leitura dos votos pelas máquinas e por que os democratas insistiam tanto nas recontagens manuais. Uma máquina que perfure de forma correta, deve remover totalmente o pedaço de papel a fim de que a máquina leitora possa identificar o voto. Como é possível verificar na Figura 2, o pedaço de papel pode ficar preso de formas diferentes. E, quando esse pedaço de papel não é totalmente removido, ele é descrito por vários termos que correspondem ao nível de endentação<sup>272</sup>.

---

<sup>272</sup> [http://en.wikipedia.org/wiki/Chad\\_\(paper\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Chad_(paper))

**Figura 3** – Tipos de Perfuração Problemáticas

Fonte: <http://cseweb.ucsd.edu/~goguen/courses/275f00/abc-chads.html>

Há o *hanging door chad*, como se fosse uma porta comum, mas que fica preso por apenas um dos quatro lados; há o *swinging door chad*, que mais se parece como uma porta vai-e-vem, que fica preso por dois lados; há o *tri chad*, em que o papel é solto apenas em uma ponta; há o *dimpled chad*, aquele pedaço de papel que é pressionado de uma forma tão problemática que o papel fica apenas endentado, com uma pequena reentrância; e, por fim, o *pregnant chad*, mais acentuado do que o *dimpled chad*, em que também não há perfuração, o pedaço de papel é empurrado ficando côncavo – e, olhado do avesso, a reentrância lembra a barriga de uma mulher grávida.

Mais do que quão solto o *chad* está, ou apenas marcado, como forma de verificar quão intencional era o voto para um candidato, o que interessa é que cada marca corresponde à indicação de uma intenção – à manifestação explícita de uma intenção. E, dado que o voto nos EUA é opcional, independentemente do tipo de marca, o que deve ser importante consiste no fato de os eleitores desejarem tornar mutuamente manifesta tal intenção – justamente o argumento usado pelos democratas a fim de pedir a recontagem manual. Se trouxermos para o contexto a suposição de que muitas máquinas estavam descalibradas, é mais acessível assumir que os votos que não estavam marcados adequadamente era muito mais devido a problemas nas máquinas do que devido ao arrependimento por parte eleitores ou por um desejo de terem seus votos anulados – afinal, as pessoas foram às urnas e votaram. Assim, devido a um defeito mecânico, mesmas intenções, por estarem marcadas de formas diferentes, acarretavam eleitores tendo seus direitos tratados de formas diferentes: alguns estavam tendo seus votos computados, enquanto outros não.

Além dos problemas com os *chads*, havia também o caso de cédulas em que havia duas marcas: enquanto a máquina leitora apenas identificava os votos com o *chad* removido, a identificação do voto por um ser humano, em que esse pedaço não é totalmente retirado, já passa pela inferência, pelo reconhecimento de intenções através de inferência. Mesmo que o *chad* não tenha sido removido, é possível verificar a indicação para quem deve ir o voto. Há uma intenção expressa, que pode ser identificada, pois foi feita por alguém, de propósito. Uma máquina, que está programada para ler apenas perfurações totais, não reconhece as intenções expressas em cédulas em

que, por exemplo, uma máquina não estava calibrada adequadamente para retirar por completo o papel.

A questão em jogo aqui é o reconhecimento da intenção comunicativa do eleitor a partir de uma cédula mal perfurada por problemas de calibramento da máquina ou perfurada duas vezes por problemas de configuração da cédula. Para fins de plausibilidade, é mais acessível assumir que o eleitor percebeu o erro e procurou corrigir seu voto, dado que faz parte das suposições sobre a cédula a falta de alinhamento, do que levantar a hipótese de que o eleitor acredite que possa perfurar uma cédula mais de uma vez, por exemplo, e ainda assim ter seu voto corretamente lido, especialmente dado que ele sabe que a leitura será feita por uma máquina. Ou que o eleitor se deu o trabalho de votar – quando o voto não é obrigatório – e perfurar duas vezes para anular o seu voto.

Iniciaremos com alguns ditos, retirados das reportagens da TIME, sobre a cédula. Veremos como se manifestaram pessoas como a supervisora da eleição do condado de Palm Beach, que foi quem aprovou o design da cédula e quem providenciou para que *flyers* fossem distribuídos a fim de orientar as pessoas sobre como votar; a secretária de estado Katherine Harris; republicanos e democratas; e a população.

- (11) Theresa LePore, the Palm Beach County election supervisor who had signed off on the ballot design, soon arranged for a flyer to be distributed at polling places around the county that would help voters **decipher** it.

No trecho acima, vemos que o jornalista empregou o verbo ‘to decipher’, uma forma marcada, quando ele teria outros verbos como ‘to understand’ ou ‘to read’. No caso, uma ICG-M poderia ser a de que era muito difícil compreender a cédula, que havia algo escondido, algo que não era fácil de ser identificado pelos eleitores. Dado que se trata de uma cédula, algo que decide uma eleição, é possível também supor que o jornalista, através desse enunciado, via uma implicatura particularizada, tenha feito uma crítica à configuração da mesma.

Em vários momentos, a TIME publicou falas de eleitores que comentaram a respeito da cédula. Um desses comentários foi:

- (12) Al Gore’s name was second on the ballot, but his punch hole was third<sup>273</sup>.

O enunciado permite a derivação de uma implicatura convencional, uma IS à luz da TICNT/TD, a saber, IC +> O espaço de perfuração do nome de Al Gore na cédula deveria ser o segundo. Trazendo a IC, agora manifesta, e tratada como uma suposição contextual, em um contexto em que os nomes dos candidatos devem estar alinhados com o local de perfuração que indica que aquele voto é para aquele candidato, que Al Gore é um dos candidatos a presidente na eleição e que a cédula eleitoral deve indicar claramente o local onde o eleitor deve marcar o voto, então, é possível identificar uma ICP como ‘O nome de Al Gore não está alinhado com o espaço de perfuração que

<sup>273</sup> <http://edition.cnn.com/2000/ALLPOLITICS/stories/11/10/ballot.confusion/>. Acesso em 8 de jan. 2002.

indica voto para ele', por quebra da 1ª máxima da Quantidade. Essa implicatura, por sua vez, pode dar origem a outras, a uma série de implicaturas encadeadas e, portanto, mais fracas, como por exemplo, 'A cédula é confusa', 'Por ser confusa, os eleitores podem se atrapalhar no momento da votação', 'É errado que uma cédula possa confundir os eleitores na hora de votar'.

Além dessas, podemos identificar também como implicaturas fracas atitudes proposicionais. Se as pessoas que disseram (12) estiverem se dirigindo, por exemplo, à comissão eleitoral, pode ser que estejam fazendo uma reclamação ou uma denúncia. Elas podem inclusive querer usar sua fala a fim de fazer um alerta, caso estejam se manifestando a fim de falar com outros eleitores que ainda não votaram.

Em um determinado momento, muitos eleitores foram aos tribunais a fim de reclamarem judicialmente contra a configuração da cédula. Nesse momento, a Secretária de Estado da Flórida Katherine Harris, responde aos eleitores através dos seguintes enunciados:

- (13) The Department of State has now reviewed the Palm Beach County ballot. [...] Clay Roberts, director of the Division of Elections, and Deborah Kearney, general counsel for the Department of State, have determined that the design and layout of the ballots does conform to the law of the state of Florida.

Em um contexto em que, em Palm Beach, eleitores reclamaram da configuração da cédula eleitoral porque o nome de Al Gore e o local para marcar o voto para ele não estavam alinhados, e que isso os estava levando a votarem errado; eleitores entraram com processos em tribunais municipais criticando a cédula e dizendo que ela era ilegal. A resposta de Harris, por quebra da 2ª máxima da Quantidade, pois está arrolando nomes de autoridades sobre o assunto, pode ter como uma implicatura algo como 'A cédula está perfeitamente de acordo com a lei da Flórida e as autoridades responsáveis pela cédula estão de acordo com isso'. O advérbio perfeitamente é fruto do reforço que o verbo 'does' atribui ao predicado que o precede. Dado que os eleitores não apenas questionaram a cédula, mas queriam a realização de uma nova eleição, é possível sugerir que Harris queira implicar que 'A cédula é legal, por isso não é necessária outra eleição', como uma implicatura encadeada.

Nesse clima de disputa e críticas dos democratas, eleitores e pessoas envolvidas com a eleição, no caso, republicanos, a fim de defender a cédula, afinal não queriam que houvesse uma segunda recontagem, agora manual, pois as indicações de votos que as máquinas não computaram uma pessoa poderia reconhecer e computar, dirigem-se à população e aos democratas e dizem:

- (14) The ballot was approved by county officials, including a Democratic county elections supervisor.

Nesse contexto, e considerando-se as seguintes suposições: que os eleitores democratas estavam contestando a legalidade da cédula de Palm Beach, dizendo que ela os confundiu na hora de votar; que se a cédula os confundiu, então os votos que eram para ser de Gore foram para outro candidato; e

que as pessoas de um partido não devem prejudicar o próprio partido; então, por quebra da 1ª máxima da Quantidade, pode-se dizer que a resposta dos republicanos implicar algo como ‘A cédula é legal e não foi configurada para prejudicar os democratas, pois um democrata também a validou’. Contudo, a democrata que validou a cédula, Therese LePore, declara:

(15) I would never approve a similar ballot again.

Considerando-se um contexto em que Therese LePore é a oficial eleitoral que aprovou a cédula de Palm Beach; a própria Therese LePore contestou a cédula. Além disso, pelo fato de um número muito grande de cédulas ter sido desqualificado, outro expressivo número de votos foi dado a Pat Buchanan num condado reconhecidamente democrata, então, pela quebra da 1ª máxima da Quantidade, é possível sugerir que LePore tenha implicado ‘A cédula tem sim problemas na sua configuração’. É igualmente possível identificar uma atitude proposicional de arrependimento e, inclusive, em um contexto que seu próprio partido e candidato foram prejudicados, inferir seu estado emocional: que ela esteja se sentindo mal. Em um contexto em que um candidato muito improvável em Palm Beach recebeu muitos votos, uma implicatura fraca pode ser ‘A cédula fez Gore perder votos’.

A partir deste trecho, estaremos nos preparando para a última parte desta tese, pois agora as análises irão envolver mais especificamente o discurso político-jurídico, tal como definido por Costa (2008), tendo em vista a natureza complexa da significação nesse *locus*. Além disso, essa riqueza de conteúdos envolve, inclusive, fenômenos combatidos no próprio discurso jurídico.

Assim, a seguir, procuraremos ilustrar como, de fato, argumentos em linguagem natural, no uso cotidiano, caracterizam-se, como defende Costa (2008, grifo nosso), “por serem de diversos tipos em que aspectos de **conteúdo** e de **contexto** interagem com a forma lógica clássica dos argumentos dedutivos”. Iniciaremos com um argumento de eleitores democratas contra a configuração da cédula, apresentado nos tribunais municipais. A discussão refere-se à localização do nome do candidato em relação ao local de perfuração – um dos aspectos que confundiu os eleitores e fez com que eles exigissem, judicialmente, nova eleição. Vejamos inicialmente o enunciado apresentado pelos eleitores democratas e a resposta dos republicanos através de Katherine Harris, Secretária de Estado, e declaradamente uma republicana, ambos em tribunais.

**Eleitores democratas:** The ballot violates a provision of state election law that requires each candidate’s name to appear to the left of the corresponding punch hole.

**Harris:** There had been a misconception that Florida law requires voting squares to be to the right of the candidate’s name; the statute allows that, but does not require it.

Como é possível observar, o argumento dos democratas tem seu foco, tem explícito no seu dito, a localização do nome do candidato à esquerda da elipse e usa o verbo ‘to require/exigir’. A resposta dos republicanos coloca, no dito, o foco nas elipses, dizendo que elas podem ficar à direita

do nome do candidato. Embora semanticamente essa discussão possa constituir um argumento do tipo /tə'mei.tou/ || /tə'ma:.təu/, pragmaticamente há consequências.

Como vimos, segundo Costa (1984, p. 36, grifo nosso), “a linguagem natural possui uma base lógica indiscutível que se pode observar em qualquer silogismo bem formado. Essa base lógica, entretanto, está numa **relação de indeterminação com as variações significativas do contexto**”. Vejamos como isso pode ser tratado na articulação de dois tipos de inferências. No argumento dos eleitores democratas, ao afirmarem que a lei exige que o nome dos candidatos apareça à esquerda da elipse, é possível inferir que os eleitores estejam sugerindo, através de uma IGC-tipo I, o acréscimo de um advérbio como ‘somente, unicamente’. Dessa forma, o que eles estariam implicando seria algo como ‘A lei exige que o nome dos candidatos apareça **unicamente** à esquerda da elipse correspondente’.

O verbo ‘to require/exigir’ tem como um dos seus significados, no dicionário online Merriam-Webster, ‘ser necessário’. Dessa forma, a afirmação poderia ser modelada como: ‘é necessário que o nome dos candidatos apareça unicamente à esquerda da elipse correspondente’ ou seja, ‘é necessário que p’ (ou, na forma lógica,  $\Box p$ ). ‘Ser necessário que p’ ( $\Box p$ ) significa que ‘não é possível que não p ( $\neg \Diamond \neg p$ )’. Ou seja, se é necessário que os nomes apareçam à esquerda, então não é possível que não apareçam à esquerda. Contudo, como Costa (1984) já dizia, qualquer raciocínio, mesmo os de base lógica, não está imune ao contexto.

Nesse sentido, podemos também obter dessa afirmação dos eleitores democratas, agora por implicatura particularizada, ou seja, tendo em vista o contexto específico em que o enunciado foi proferido, que ‘Não é possível que a elipse apareça à direita’. Dessa fala é igualmente possível derivar uma implicatura particularizada *standard*, que, ao ser encadeada, tornaria a implicatura anterior mais relevante, a qual poderia ser ‘Há nomes que aparecem à direita’. Essa inferência, em um contexto em que se está buscando anular a eleição, poderia gerar a seguinte implicatura: ‘A cédula não é legal’, que pode, ou não, atualizar uma ICG-I tipo ‘A cédula é ilegal’. Essa IGC-I pode, perfeitamente, ser usada como premissa para gerar uma implicação contextual de que ‘É necessário realizar uma nova eleição’.

Modelando o raciocínio dos democratas através da lógica proposicional, o argumento em uma forma lógica de natureza dedutiva poderia ficar da seguinte forma.

<b>Linguagem Natural</b>	<b>Forma Lógica</b>
Se o nome aparece unicamente à esquerda da elipse de perfuração, então a cédula está de acordo com o que a lei exige. Se a cédula está de acordo com o que a lei exige, então a cédula é legal. O nome não aparece unicamente à esquerda da elipse de perfuração.	$p \rightarrow q, q \rightarrow r, \neg p \vdash \neg r$
<u>Logo, a cédula não é legal.</u>	1 (1) $p \rightarrow q$ S.
	2 (2) $q \rightarrow r$ S.
	3 (3) $\neg p$ S.
	1, 3 (4) $\neg q$ 1,3 MP (falácia)
	1,2,3 (5) $\neg r$ 2,4 MP (falácia)

Como vimos, segundo Costa (2009), tendo em vista o uso dos argumentos na comunicação, eles acabam se caracterizando por uma série de propriedades. Podem ser **válidos ou não**, dependendo da estrutura/forma lógica; podem ser **corretos ou não**, dependendo da verdade das premissas; podem ser **relevantes**, dependendo da geração de efeitos cognitivos; e, por fim, podem ser **persuasivos**, se geram efeitos de significação, ou seja, efeitos retóricos para fins de persuasão. Analisemos, inicialmente, o argumento quanto à primeira propriedade, a saber, a da estrutura, cuja perspectiva é da **validade**. Como é possível verificar, o argumento dos democratas se vale de duas falácias, contudo, ele tem plausibilidade. E isso pode ser perfeitamente defendido.

Como Pail (2010) afirma, há uma tendência para a escolha de uma forma lógico-dedutiva para argumentação do dia a dia – ou algo que se aproxime desta – pois, quão mais próxima a essa forma, ou a algo que se pareça com a forma lógico-dedutiva, mais se tem a impressão de que a conclusão do argumento é necessária. Como estamos na interface com a comunicação, o objeto em jogo é a intenção comunicativa e a compreensão. O que vemos é uma intenção informativa, mesmo fruto de um argumento com passos falaciosos, sendo usada, em um contexto em que os eleitores se sentiram lesados em seus direitos, como uma ferramenta para se buscar uma nova eleição. Mesmo se valendo de um raciocínio falacioso, podemos supor que o respaldo de uma forma lógica que procure garantir a necessidade da conclusão, em se considerando um princípio de custo-benefício, torna o argumento o mais relevante possível – no que tange à forma lógica, voltaremos à questão da relevância mais adiante, mas daí tendo em vista os efeitos cognitivos.

Quanto à segunda propriedade, a saber, a da verdade das premissas, dada a discussão, não se pode dizer que as premissas sejam verdadeiras, no sentido ortodoxo da Lógica, mas, como se pode ver pelo uso dos verbos ‘to require’ e ‘to allow’, algo de verdadeiro a respeito da localização dos nomes existe. Dessa forma, embora não se possa falar em correção do argumento no sentido clássico, ao empregar ‘to require’ para um caso e ‘to allow’ para outro, percebe-se que os emissores estão, de certa forma, sim preocupados e procurando se valer de aspectos como formas lógicas e verdade das premissas que garantiria a verdade das conclusões. Apesar da incerteza, da disputa, não se está tratando de falsidades.

Seja como for, democratas e republicanos estão usando ‘to require/exigir’ e ‘to allow/permitir’. Assim, mesmo se se afirmar que ‘a cédula exige ou a cédula permite’, logicamente falando, podemos concluir ‘a cédula permite ou a cédula exige’.

### Linguagem Verbal

A cédula exige ou permite. Portanto, a cédula permite ou exige.

### Forma Lógica

$p \vee q \quad \vdash q \vee p$

1	(1) $p \vee q$	S
2	(2) $p$	S.
2	(3) $q \vee p$	2 IV
4	(4) $q$	S.
4	(5) $q \vee p$	4 IV
1	(6) $q \vee p$	1,2,3,4,5 EV

Disso se pode concluir, sem problemas iniciais, que o nome estar à esquerda da elipse é verdadeiro. A questão em jogo se refere ao fato de haver nomes à direita da elipse. Contudo, dada a interface com a comunicação, e interferência de elementos contextuais, as coisas já deixam de ser tão simples. Assim, as premissas, se não todas verdadeiras, são verossímeis – afinal, embora haja nomes à esquerda, há também nomes à direita da elipse de perfuração, informação obtida por implicatura – embora sua obtenção possa ser capturada por inferência, ela perfeitamente poderia ser obtida por *input* visual. E, dado que a cédula foi aprovada por autoridades competentes, por hipótese, não haveria nada de errado. Até o momento, vemos que duas categorias que contemplam a multiformidade dos argumentos, conforme previsto por Costa (2008), podem ser identificadas nesse argumento.

Continuando. Trata-se de um argumento altamente relevante, pois gera efeitos cognitivos importantes tendo em vista o contexto onde estava sendo empregado, afinal fortalece a tese de que é necessário haver uma nova eleição no condado. Assim, esse argumento, de que a cédula não é legal, gera implicações contextuais que fortalecem a suposição de que os eleitores foram enganados.

Por fim, no que tange à questão persuasiva, podemos supor aqui que inferências referentes ao sentimento de tais pessoas, na qualidade de implicaturas fracas, podem ser derivadas, pois é possível inferir que esses eleitores, por terem sido enganados, estavam revoltados com a situação. Outra implicatura fraca pode ser referente à violação do direito desses eleitores, etc. Esse aspecto pode ser corroborado a partir da quantidade de ações movidas por eleitores, pelas diversas manifestações de tais eleitores, através das inúmeras declarações que fizeram aos meios de comunicação. Ou seja, a partir do momento que se está buscando obter a adesão do receptor pela busca de violação de direitos, sentimento de se ter sido enganado, etc., percebe-se que há um movimento para mexer com aspectos referentes a emoções: aspecto excluído pela TR, mas perfeitamente contemplado no momento em que assumimos a Metateoria das Interfaces Internas e Externas.

Vejamos agora o argumento usado pelos republicanos a fim de refutar, também judicialmente, ou seja, em tribunal, os eleitores democratas. Como vimos, Costa (2009) identifica como os dois grandes grupos de inferências, as lógicas e as linguísticas, daí afirmar que uma das propriedades mais complexas do discurso jurídico-político é que, na argumentação lógica, em especial no que tange à passagem das premissas para a conclusão, diversas formas convergem e se combinam. Quem respondeu aos democratas foi a Secretária de Estado, Katherine Harris, através da seguinte declaração, e o argumento dos republicanos – que repetimos abaixo.

**Harris:** There had been a misconception that Florida law requires voting squares to be to the right of the candidate's name; the statute allows that, but does not require it.



**Linguagem Natural**

Se o nome aparece à esquerda da elipse, então a cédula está de acordo com o que a lei permite.

Se a cédula está de acordo com que a lei permite, então é legal.

O nome aparece à esquerda elipse.

Logo, a cédula é legal.

**Forma Lógica – Cálculo**

$$p \rightarrow q, q \rightarrow r, p \vdash r$$

1	(1) $p \rightarrow q$	S.
2	(2) $q \rightarrow r$	S.
3	(3) $p$	S.
1, 3	(4) $q$	1,3 MP
1,2,3	(5) $r$	2,4 MP

Como é possível verificar, dessa perspectiva, o argumento dos republicanos é perfeitamente válido. Se lembrarmos como o Direito mais ortodoxo pensava, como vimos na seção sobre discurso jurídico, então nada mais importaria. Contudo, esse argumento não é apenas válido – uma das quatro propriedades dos argumentos quando considerados no uso cotidiano – ou seja, não tem sua força emanando apenas da sua forma lógica. Aspectos referentes à veracidade também são considerados. Afinal, ‘permitir’ ou ‘exigir’, seja como for, dá aos que elaboraram a cédula a opção de colocar nomes à esquerda, a questão em jogo diz respeito aos nomes que estão à direita da elipse. Contudo, mais uma vez, podemos verificar a interferência de aspectos como conteúdo e contexto, conforme previsto por Costa (1984, 2008, 2009).

Assim, é igualmente possível verificar inferências de outras naturezas – agora oriundas do outro grande grupo apresentado por Costa (2008). Por exemplo, A Secretária, ao contrário dos democratas, que usaram o verbo ‘to require/exigir’, emprega o verbo ‘to allow/permitir’, negando o verbo exigir – base do argumento dos democratas.

Contudo, antes de terminarmos a análise do argumento dos republicanos, voltemos brevemente ao dos democratas. Se nos valeremos de uma escala tipo Grice, Horn, Gazdar Levinson, <exigir, permitir>, ‘exigir’ acarreta ‘permitir’. Nesse sentido, os democratas estariam com um problema, pois, pela escala, permitir é sim uma possibilidade. Contudo, segundo Costa (2002, no prelo, 2005a), a escolha de um termo qualquer significa a exclusão dos demais. Sob essa ótica, a opção por ‘to require/exigir’ foi feita simplesmente por ter um impacto maior. Uma vez que ‘permitir’ implica que a colocação da elipse poderia ser feita ou não, essa opção poderia retirar dos democratas a possibilidade de defender que a cédula era ilegal e que, portanto, seria necessária uma nova eleição.

Analisemos, agora, em especial, o seguinte trecho da fala de Harris: ‘Allows that, but does not require’ e vamos desenvolvê-lo em algo do tipo: “The law allows the voting squares to be to the right of the candidate’s name, but does not require it”. Dado que a palavra ‘but’ tem a propriedade de oposição e/ou contraste entre o que é dito, então é possível obter a seguinte implicatura convencional ‘É possível que a elipse fique à direita do nome do candidato’. Essa implicatura também permite a obtenção de uma ICG-Q, a partir da escala <necessário, possível>, ‘Não é necessário que a elipse fique à direita do nome do candidato’.

A partir do enunciado de Harris, em especial da implicatura convencional, o fato de ter sido feita uma má interpretação, é possível obter a seguinte pressuposição ‘Foi feita uma interpretação’, a

qual, por sua vez, pode ser tratada como uma implicatura conversacional generalizada, pois a sua apreensão não depende de aspectos contextuais específicos, mas do conhecimento de princípios conversacionais gerais. Assim:

(E) Q1 +> Foi feita uma interpretação.  
Implicatura Conversacional Generalizada – Heurística (I)

Outra implicatura generalizada seria o fato de ter havido uma interpretação pressupõe que ela tenha sido executada por alguém.

Q2 +> Alguém fez a interpretação.  
Implicatura Conversacional Generalizada – Heurística (I)

E, uma vez que não foi especificado quem fez tal interpretação, dados aspectos contextuais, por implicatura conversacional particularizada pela quebra de máxima da 2ª máxima da Quantidade, é possível obter ‘Os Democratas fizeram a má interpretação’. Por fim, a partir de uma escala <exigir, permitir>, uma ICG-Q, conforme a proposta de Levinson, seria algo como ‘Seja quem foi que interpretou, essa pessoa o fez equivocadamente, pois, se a lei permite, então ela não exige’. No final das contas, tudo isso serve para defender a tese de que a cédula é legal.

Por fim, com o intuito de investigar a inter-relação entre propriedades estritamente formais da lógica dedutiva dos argumentos com aspectos de natureza comunicacional, sob a perspectiva da inferência, da intenção e da significação em linguagem natural, à luz do construto, respaldado pela Metateoria das Interfaces, vejamos agora algumas questões envolvendo a discussão sobre os votos ausentes – especialmente aqueles do exterior.

Pela lei eleitoral da Flórida, para um voto ausente ser aceito, é preciso que o eleitor marque para quem irá seu voto, preencha campos com informações pessoais, assine e, finalmente, faça o envio dentro de um prazo pré-determinado: antes ou, no máximo, no dia da eleição. Por fim, é importante que o carimbo postal seja de fora dos Estados Unidos, no caso de votos que vêm do exterior. Assim, a falta dessas informações e de assinatura; a falta de data de postagem, postagem fora do prazo, carimbo postal doméstico, quando se trata de votos do exterior, todos esses aspectos deveriam significar que a lei eleitoral não foi cumprida, o que, por hipótese, automaticamente tornaria tais votos nulos, desqualificando-os, portanto, para fazerem parte do cômputo final<sup>274</sup>.

Contudo, na seção 4.1, vimos que, de fato, várias dessas exigências não foram observadas em votos ausentes. Ou pior: muitas cédulas estavam sendo corrigidas pelos republicanos – houve casos em que certas informações, como o número de identificação do eleitor, estavam sendo preenchidas, bem como datas de postagens sendo acrescentadas, conforme denunciado pelos democratas que ajuizaram ações nos tribunais. E, mesmo com o reconhecimento por parte dos tribunais e da Suprema Corte da Flórida de que esses atos estavam sendo praticados, ainda assim, tais votos foram

---

<sup>274</sup> Disponível em <<http://gking.harvard.edu/files/ballots.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

considerados válidos e incluídos na contagem final. Se eles não tivessem sido incluídos, Gore teria vencido Bush por 202 votos e, dessa forma, levado os votos do Colégio Eleitoral e a presidência. Dado que tais votos foram adicionados à contagem, Bush venceu por 537 votos, garantido, assim, a presidência.

Na seção 3.3, sobre a Teoria da Relevância, vimos que Costa (2004) e Ibaños (2008) se posicionam contrariamente à proposta de Sperber e Wilson (1995) de que apenas regras de eliminação caracterizariam o mecanismo dedutivo humano. Ao ver dos autores da TR, a adoção de regras de introdução geraria infinitas e desnecessárias inferências. Costa (2004) defende, contudo, que **os processos inferenciais devem contemplar as interfaces onde são realizados**. Assim, se levarmos em consideração a interpretação sobre a validade dos votos ausentes, perceberemos que as inferências pragmáticas oriundas da aplicação de regras de introdução podem sim ser relevantes; há elementos de contexto que interferem nessa base lógica – sem que isso, por um lado, caracterize uma recursividade *ad infinitum*, como temem Sperber e Wilson, nem, por outro, deixe de gerar inferências pertinentes para a discussão.

Para ilustrarmos isso, suponhamos a seguinte modelagem, considerando apenas a questão da postagem – pois, como dissemos, foram encontradas outras inobservâncias à lei.

Os votos foram preenchidos e assinados.	$(p \wedge q)$
Os votos foram postados.	$(r)$

A partir da Regra da Introdução do  $\wedge$ , dado, é claro, o contexto relevante, supondo  $(p \wedge q)$ , a ordem interna das proposições atômicas que constituem a molecular não interfere na interpretação:  $(p \wedge q)$  ou  $(q \wedge p)$  dão no mesmo – embora, por uma ICG-I, relida por Costa como uma IS, saiba-se que a ordem das ações é diferente. Já no que tange à proposição  $(p \wedge q)$  ou à proposição  $(q \wedge p)$ , por um lado, em relação à proposição atômica  $(r)$ , a questão é mais delicada. Se elas foram arranjadas, por exemplo, na ordem  $((p \wedge q) \wedge r)$ <sup>275</sup> – ‘Os votos foram preenchidos e assinados e foram postados’ – além das duas ICGs-I de ordem, gera-se também, agora comunicacionalmente, uma implicatura particularizada de que a votação ocorreu da forma prevista por lei – logo, os votos são válidos e devem/podem ser incluídos, sem problemas, na contagem final. E, por exemplo, por IP, explicando que não será necessária uma nova eleição.

Por outro lado, se as proposições forem arranjadas na ordem  $(r \wedge (p \wedge q))$  – “Os votos foram postados e foram preenchidos e assinados” –, supondo-se uma ICG-I, ou, segundo Costa uma IS, de ordem temporal, considerando-se só a relação entre  $r$  e  $(p \wedge q)$  – nesta ordem –, é possível obter a implicatura particularizada de que a votação não ocorreu da forma prevista pela lei. Logo, por implicatura encadeada, os votos não podem ser considerados válidos e, conseqüentemente, não podem/devem ser incluídos na contagem final.

---

<sup>275</sup> Usaremos nos exemplos essa disposição por ser mais intuitiva.

Dessa forma, a sugestão de Costa (2004) e Ibaños (2008), em se tratando de inferências pragmáticas, procede no que tange à importância das regras de introdução. Essas regras podem gerar inferências de ordem dos acontecimentos, e, portanto, podem acabar sendo pertinentes em determinados contextos, gerando IPs. Nesse caso, tendo em vista uma disputa judicial, essas inferências se mostram relevantes – em tese, pois, como diz Costa, em comunicação, qualquer inferência pode ser cancelada, inclusive as monotônicas; e essa declaração não poderia ter na situação em análise um exemplo melhor.

Nesse sentido, considerando o contexto em que essas implicaturas são geradas, a proposição molecular ( $r \wedge (p \wedge q)$ ), fruto da regra de introdução do  $\wedge$ , gera implicações contextuais que favoreceriam o argumento dos reclamantes, o de que os votos devem ser desconsiderados. Ressalte-se que o que se deseja aqui é seguir a sugestão de Costa (2004) e Ibaños (2008), qual seja, não a de criticar o mecanismo dedutivo, mas a de ampliar **a gama de inferências a partir da aplicação das regras a dedução natural, o que, por sua vez, naturalmente estende o potencial do próprio mecanismo dedutivo**, por um lado, e, por outro, mostra a sensibilidade das inferências a contextos.

Assim, embora pela regra de introdução do  $\wedge$  qualquer coisa possa ser adicionada aos argumentos, podemos supor que, na comunicação, isso acaba sendo evitado justamente pela atuação de um princípio de relevância, pois, se um dos critérios são os efeitos cognitivos – e, se Costa (2005a, 2007) está certo, tendo em vista a Metateoria das Interfaces, e o construto através da TCNT/TD, e somos regidos mais pelo menor custo do que pelo maior benefício, então os processamentos que envolvem o emprego de regras de introdução já operariam dentro de determinados limites. De uma perspectiva apenas de benefício (COSTA, 2005b), mesmo que a aplicação da regra de introdução do  $\wedge$  gere absurdidades, uma proposição molecular pode ter como efeitos aspectos de natureza retórica, gerando riso e/ou favorecendo a persuasão, por exemplo – ou qualquer outro benefício, dada a heterogeneidade dessa noção, conforme demonstrado por Costa (2005a).

No caso, um benefício, através de uma implicatura fraca, poderia ser mostrar que, ao não aceitar a queixa dos democratas, ainda que em face da violação, o tribunal, mesmo que não assuma de forma mutuamente manifesta, está favorecendo os republicanos. Aqui, poderia se configurar uma acusação aos republicanos, por exemplo, mostrando que os democratas estão sendo prejudicados. Seja como for, é possível, via implicaturas fracas, atribuir intenções ao tribunal, aos republicanos, aos democratas – sejam elas reais ou meramente concebíveis, pois, segundo Costa (apud PAIL, 2012) as intenções são online, e são percebidas pelos ouvintes conforme a interação ocorre, podendo igualmente, nesse processo, ser alteradas.

Enquanto Gore lutava pela inclusão dos votos das *butterfly ballots* – *undervotes* and *overvotes* –, a fim de não soar contraditório, ao invés dele, eleitores democratas entraram em tribunais de condados como Seminole, Martin e Miami-Dade, solicitando a anulação dos votos ausentes devido a vários problemas no que tange ao preenchimento dessas cédulas. Veremos agora

como um tribunal de Seminole<sup>276</sup> e a Suprema Corte da Flórida entenderam e julgaram essa questão. Antes, contudo, é importante ressaltar que serão avaliados apenas aspectos relevantes para a discussão deste trabalho – não para, por exemplo, resolver, explicar e/ou justificar as decisões dos tribunais e da Suprema Corte.

Como vimos, para que votos ausentes sejam considerados válidos, é preciso que contenham a indicação do voto, os dados de identificação e a assinatura dos eleitores, e data de postagem (a do dia da eleição ou antes), e apresentar carimbo postal do exterior. Contudo, muitos desses votos, no condado de Seminole, cuja sentença estamos avaliando, não observavam várias dessas exigências – embora, como sabemos, problemas dessa natureza também tenham ocorrido em outros condados. E foi justamente disso que se reclamou nos tribunais. Procuraremos, agora, propor uma modelagem do argumento dos democratas a partir da lógica dedutiva e verificar a interferência de aspectos comunicacionais.

### Linguagem Natural

Se os votos não foram preenchidos adequadamente, então não estão de acordo com a lei eleitoral. Se os votos não estão de acordo com a lei eleitoral, então não podem ser considerados válidos e devem ser anulados. Logo, se os votos não foram preenchidos adequadamente, então não podem ser considerados válidos e devem ser anulados.

### Linguagem Formal

$$-p \rightarrow -q, -q \rightarrow (-r \wedge s) \vdash -p \rightarrow (-r \wedge s)$$

1	(1) $-p \rightarrow -q$	S
2	(2) $-q \rightarrow (-r \wedge s)$	S
3	(3) $p$	S (Prova Condicional)
1,3	(4) $q$	1,3 MP
1,2,3	(5) $(-r \wedge s)$	2,4 MP
1,2	(6) $p \rightarrow (-r \wedge s)$	3,5 PC

Como é possível perceber, trata-se de um argumento dedutivo e válido constituído de dois condicionais na premissa. Quando se fala em condicional, o que está em jogo não é apenas a passagem e a garantia da passagem da premissa para a conclusão, mas também o fato de que isso implica que se está assumindo essa premissa como verdadeira especialmente para que a conclusão que dela se siga também seja assumida como verdadeira. ‘Ou seja, não pode acontecer que  $P [-p \rightarrow -q, -q \rightarrow (-r \wedge s)]$  seja verdadeiro e  $Q [p \rightarrow (-r \wedge s)]$  falso; e, **do ponto de vista pragmático, que  $Q [p \rightarrow (-r \wedge s)]$  não seja adequadamente conectado a  $P [-p \rightarrow -q, -q \rightarrow (-r \wedge s)]$** ’ (COSTA, 2001, p. 50, acréscimo nosso, grifo nosso).

Como vimos na seção 2.2, o discurso jurídico diz zelar pela lógica e pelo raciocínio, então, *a priori*, ou por hipótese, trata-se de um argumento que deveria ser perfeitamente aceito pelo tribunal, tendo como resultado necessário, a exclusão dos votos. O que, empiricamente, sabemos não ser o caso: os tribunais e a Suprema Corte da Flórida aceitaram os votos e os acrescentaram à contagem final. Contudo, se retomarmos a ressalva de Costa (2005a) a respeito de que a interface onde ocorre a inferência interfere nos processamentos, é possível oferecer uma explicação para isso. Segundo o autor, quando essa interface é com a comunicação:

<sup>276</sup> Justamente porque tribunais de outros condados, como o de Martin, tiveram o mesmo entendimento, analisaremos apenas a decisão de Seminole.

**o argumento em sua forma dedutiva clássica é apenas um dos elementos na constituição de um discurso comunicativo.** De fato, no que se refere aos aspectos técnicos, às questões jurídicas, ao desenvolvimento científico, o argumento dedutivo passa a ser central, como de resto induções adequadas. **Mas, a comunicação cotidiana é excepcionalmente mais rica e, nela, a parte Lógica “in stricto sensu” é apenas um pequeno componente da grande lógica da linguagem natural em suas heteromórficas maneiras de raciocinar, persuadir e emocionar** (COSTA, 2005a, grifo nosso).

Dado que a sentença/decisão do juiz pode, e deve ser tratada, como um discurso, pretendemos mostrar que essas interferências podem alterar o curso de certos raciocínios. Assim, a fim de realizarmos essa análise, transcrevemos abaixo o que foi dito pelos tribunais, considerando a decisão a respeito da validade dos votos ausentes, aspectos que foram, como é possível verificar, ratificados pela Suprema Corte da Flórida. Avaliando, é claro, sempre e apenas os trechos relevantes para a discussão deste trabalho.

### **Trecho (6)**

Decisão do tribunal de Seminole e da Suprema Corte da Flórida

#### **Fla. Supreme Court: No Seminole & Martin County absentee fraud<sup>277</sup>**

The court has issued its opinion in the case of Harry Jacobs v. Seminole County Canvassing Board, challenging certain *absentee ballots*. The trial court in this case found that the evidence does not support a finding of fraud, gross negligence or intentional wrongdoing in connection with any *absentee ballots*.

Today, the Supreme Court affirms this finding. In doing so, the court does not in any sense condone the irregularities noted by the trial court in the way applications for *absentee ballots* were handled. However, these irregularities do not require the voiding of all *absentee ballots*. The vote in this case was six to zero.

Second, the court also has decided the case of Ronald Taylor v. Martin County Canvassing Board, also challenging certain *absentee ballots*. The trial court in this case concluded that there were irregularities, but that they did not reach the level of fraud or intentional misconduct. Accordingly, the trial court found that the sanctity of the ballot was not impaired.

Based on the rule of law explained in the Jacobs case that I just mentioned to you, the Supreme Court has affirmed the trial court's order. The vote, again, was six to zero.

Source: Statement by Florida Supreme Court spokesman Craig Waters Dec 12, 2000

Como é possível verificar, de certa forma, os tribunais concordam que o preenchimento das cédulas não ocorreu exatamente como instrui a lei eleitoral. O tribunal de Seminole refere a isso através do termo ‘evidência’. Já a Suprema Corte da Flórida e o tribunal de Martin, como é possível verificar na sentença, referem-se aos problemas através do termo ‘irregularidades’. Além disso, ambos os tribunais e a Suprema Corte, de uma forma ou de outra, partem do mesmo pressuposto, ou

<sup>277</sup> Conforme reportado pelo porta-voz da Suprema Corte da Flórida, Craig Waters. Disponível em: <[http://www.issues2000.org/Florida\\_Recount\\_Official.htm](http://www.issues2000.org/Florida_Recount_Official.htm)>. Acesso em: 5 ago. 2014.

seja, concordam com um aspecto, a saber, o de que as cédulas não foram preenchidas adequadamente. Iremos, contudo, analisar apenas a sentença do condado de Seminole, embora possamos fazer referência ao condado de Martin.

### **Seminole County – Trecho (6a)**

**Trial Court/Tribunal de Primeira Instância:** The trial court in this case found that the evidence does not support a finding of fraud, gross negligence or intentional wrongdoing in connection with any *absentee ballots*.

Como é possível observar, o tribunal diz que, ao analisar os votos, encontrou ‘evidências’, e que essas evidências não sustentam a identificação de fraude, negligência grave ou dano intencional no que tange ao preenchimento dos votos. Embora o tribunal não diga, por uma implicatura via quebra da 1ª máxima da Quantidade, é possível verificar que ele entende que os votos são válidos.

Em uma escala Grice/Horn/Levinson do tipo <prova, evidência>, ao usar o termo mais fraco, é possível inferir que o juiz esteja implicando que os problemas encontrados não constituem prova, que é algo mais sério. A escolha de adjetivos e substantivos pode atuar como *input* linguístico ostensivo das opiniões e intenções de um emissor (SCHOREDER; PERNA, 2006). Nesse sentido, a proposta de McLuhan, a de que o meio é a mensagem, tendo em vista a configuração dos dito das sentenças, tem muito a dizer; e a proposta de Costa (2008), através de uma retórica pragmática, tem igualmente a contribuir. Vejamos.

O juiz diz que essas evidências não sustentam fraude, negligência grosseira, dano intencional. Dessa forma, vemos que o juiz elabora seu enunciado de forma mais custosa, pois, além de arrolar três situações ele as nega – tudo isso configura custo de processamento ao receptor. ‘Fraude’, ‘negligência grosseira’ e ‘dano intencional’ são termos que, conforme Pinker (2008), além do significado literal, trazem consigo uma carga emocional, e, no caso em questão, uma carga negativa. No Direito, de uma forma geral, enquanto erros e irregularidades referem-se mais frequentemente a um contexto de inobservância, no caso da lei eleitoral, ou seja, a algo não obrigatoriamente doloso, já os demais termos remetem a um contexto que mais se aproxima do crime.

Nesse sentido, vemos que tal aspecto pode ser um recurso na mão do juiz por alguns motivos. Primeiramente, se Pinker (2008) está certo e ser vago significa observar a 2ª máxima da Quantidade e a 2ª máxima da Qualidade, ou seja, não dar mais informações do que o necessário para não afirmar coisas para as quais não se tem evidências adequadas, então se pode supor que o juiz assim o fez por não ter como dar, da sua parte, evidências adequadas do por que as evidências que foram encontradas não caracterizam infração à lei – não, ao menos, a ponto de se fazer cumprir a lei eleitoral e desqualificar os votos. Em segundo lugar, essa vaguidade, aliada a aspectos levantados pela retórica de Aristóteles, como a credibilidade do juiz (*ethos*) mais o seu conhecimento (*logos*), seriam elementos suficientes para que sua sentença, mesmo vaga, pudesse/devesse ser aceita. Afinal, não temos um diálogo entre iguais no que tange aos interlocutores. Costa, na TCNT/TD, vê isso, quando

apresenta a noção de condições iniciais trata a relação entre os interlocutores como um dos aspectos que orienta as trocas conversacionais.

Alguém poderia dizer que das coisas que ocorreram, ao menos, assinaturas não foram forjadas. Contudo, em que isso é diferente de uma pessoa preencher no lugar de outra algumas informações em registros. Mesmo supondo que as informações acrescentadas não sejam falsas, elas não foram preenchidas pelo responsável pela cédula. Seja como for, uma exigência da lei não foi cumprida, e isso já deveria ser suficiente para que a cédula fosse anulada. Daí ser tão conveniente o termo ‘irregularidade’, pois, em se lançando mão de informações enciclopédicas, a irregularidade está muito mais ligada a aspectos referentes a descuido, a falta de atenção, do que, como o próprio juiz enuncia, a atos de má intenção.

Segundo Clark (2013), um emissor que não está disposto a produzir estímulos os mais relevantes possíveis, pode valer-se de vários recursos como uma forma de acobertar, por exemplo, suas reais intenções. Assim, podemos supor que a sentença do tribunal, de certa forma, viola a 3ª máxima da categoria de Modo, a saber, “Seja breve – evite prolixidade desnecessária”. Dessa forma, o aumento de custo mais o uso da vaguidade parecem cumprir esse papel, pois eles justificam sua decisão que logicamente é contraditória em relação ao que é previsto, ao menos pela lei eleitoral. Embora o receptor perceba claramente o que o juiz quer dizer, ou seja, os votos são problemáticos, mas não o suficiente para serem anulados, fica muito difícil para esse receptor encontrar contextos em que essa decisão faça sentido – em outras palavras, o receptor não consegue identificar suposições contextuais que ratifique a decisão. O acesso às suposições contextuais por parte do receptor é altamente custosa. Daí, por exemplo, o receptor pode passar a procurar contextos cada vez mais inacessíveis a fim de procurar encontrar uma lógica, algo que sustente uma decisão que vai de encontro à própria lei eleitoral.

Mais uma vez, fazendo referência a Pinker (2008), vemos que o juiz retira como hipótese para explicar ou caracterizar, os problemas com as cédulas, várias expressões cuja carga emocional, está relacionada a aspectos negativos e graves, em se considerando o que foi feito com as cédulas, justificando o fato de elas terem sido consideradas válidas para, mesmo assim, fazerem parte do cômputo final. Aqui podemos verificar outros fatores tratados por Pinker (2008), a saber, a negabilidade plausível e a negociação. E essa negabilidade é vista, em especial, na forma como a sentença foi ratificada pela Suprema Corte da Flórida – conforme analisamos a seguir.

#### **Seminole County – Trecho (6b)**

**Suprema Corte da Flórida:** Today, the Supreme Court affirms this finding. In doing so, the court does not in any sense condone the irregularities noted by the trial court in the way applications for *absentee ballots* were handled. However, these irregularities do not require the voiding of all *absentee ballots*. The vote in this case was six to zero.

Como é possível observar, a Suprema Corte concorda com o entendimento do tribunal, o de que não houve fraude – aumentando, segundo a TR, a força de tal suposição. Contudo, ao concordar que não houve fraude, a Suprema Corte, ao menos, mesmo que temporariamente, abre a



possibilidade para que se infira que ela desconsidera as evidências. Entretanto, como as intenções podem ser corrigidas ao longo da conversação, especialmente pelo cancelamento de inferências, imediatamente a Suprema Corte procura cancelar a possibilidade dessa inferência, quase gerando uma espécie de brevíssima contradição, especialmente ao dizer que não está de acordo com essas evidências, as quais renomeia como ‘irregularidades’ – daí quase permitindo que se infira que ela irá decidir a favor dos reclamantes, afinal, trata-se de irregularidades, e irregularidades contra a lei eleitoral. Entretanto, ao usar um termo mais forte do que evidência, essa inferência de que ela poderia aceitar o pedido dos reclamantes já está preparada *a priori* para nascer morta.

Explicamos. Embora ‘irregularidade’ seja mais forte do que ‘evidência’, em uma escala <fraude, irregularidade>, o emprego desse, que é o termo mais baixo na escala, implica é não-fraude. Assim, embora cancele a implicatura de que compactua com os problemas nos preenchimentos, ratifica que eles não configuram o termo mais alto: é irregularidade, não-fraude – daí ser tão conveniente o termo ‘irregularidade’. Em se lançando mão de informações enciclopédicas, a irregularidade está muito mais ligada a aspectos referentes ao descuido, à falta de atenção, ao erro, do que, como o próprio juiz enuncia, a atos de uma intenção pré-concebida em fazer o mal, em prejudicar – decisão com a qual, devido à sua sentença, o condado de Martin parece concordar. Nesse sentido, ‘irregularidade’ é mais do que um termo, nas palavras de Pinker (2008), mas dois operadores retóricos, um lexical e outro morfológico: a escolha do vocábulo mais o prefixo.

Com isso ratificamos dois aspectos importantes, que justificam a nossa opção pelo construto. Um deles é que, conforme a TR, a escolha dos *inputs* linguísticos revelam intenções e opiniões dos emissores. O outro, embora seja contrário ao que Sperber e Wilson propõem, é algo que autores como Strey (2011) e Pail (2012), desenvolvendo a proposta de Costa (2005), vêm defendendo, a saber, que efeitos retóricos também são uma forma de efeitos cognitivos, mesmo que fracos, pois eles desempenham papéis importantes na maneira como as pessoas representam o mundo, interferem na configuração dos ambientes cognitivos das pessoas, mas por via da retórica – agora relida dentro da Pragmática pela Metateoria das Interfaces. Esses efeitos retóricos, mesmo consistindo em implicaturas fracas, exercem influência sobre a cognição, contrariando a noção clássica de relevância e determinando, inclusive, decisões – no caso, sentenças judiciais.

Por fim, o cancelamento da inferência de que a Suprema Corte poderia decidir a favor dos reclamantes e o fortalecimento da suposição de que ela irá decidir como decidiu o tribunal, a instância menor, se dá a partir do momento em que a Suprema Corte inicia a próxima sentença com a conjunção ‘however’, autorizando uma implicatura convencional no sentido de que não irá considerar tais votos inválidos, inferência essa que é fortalecida por dois outros recursos: um já apresentado, a saber, pelo emprego do termo ‘irregularidades’ – que, como vimos, por uma ICG-Q implica não-fraude –, o outro, pelo emprego da expressão ‘do not require the voiding’.

Se tratarmos o verbo ‘to require/exigir’ como ‘ser necessário’, então ‘não é necessário que os votos sejam anulados’ ( $\neg \square p$ ) significaria, de um ponto de vista puramente lógico, que ‘é possível que os votos não sejam anulados’ ( $\Diamond \neg p$ ). Entretanto, mesmo em se tratando de uma equivalência

lógica, em linguagem natural, a expressão dessa declaração dá uma certa debilidade à decisão. Dizer que ‘não se exige/ não é necessária a anulação dos votos’, em linguagem natural, para fins comunicacionais, não é exatamente equivalente a ‘é possível que os votos não sejam anulados’, pois ‘se é possível que não sejam anulados’ então ‘é possível que sejam anulados’ é também uma opção. E, dado que é verdade que a lei não foi observada, então o mais razoável seria a anulação dos votos. Contudo, dado o contexto jurídico, e os aspectos da retórica de Aristóteles, a credibilidade do juiz (*ethos*) e seu conhecimento (*logos*) entrando na equação, a fala da Suprema Corte acabou, de certa forma, por um argumento de autoridade, suplantando a quebra da lei.

Assim, voltando ao cálculo, embora dedutivamente a conclusão do argumento seja garantida, dada a sua validade formal; na prática, vimos que esses mesmos votos foram considerados adequados para serem acrescidos às contagens – havendo, também nesse caso, evidência empírica para isso: Bush foi eleito com tais votos. Isso vem ao encontro de um aspecto reiteradamente defendido por Costa: na comunicação, *locus* da pragmática, as inferências podem ser não-monotônicas e canceláveis – mesmo sendo oriundas de um argumento dedutivo perfeitamente estruturado. Assim, nada impede, como não impediu, que a conclusão do argumento acima pudesse ser cancelada, ao ser tratada da seguinte forma: “Logo, se os votos não foram preenchidos adequadamente, então não podem ser considerados válidos e devem ser anulados, **mas, como esses problemas não caracterizam fraude, apenas irregularidades, esses votos podem ser acrescidos à contagem final**”. E vemos que a estratégia para tanto foi de natureza linguística – a forma do dito determinando aspectos do conteúdo e o impacto deste nos ambientes cognitivos através de efeitos cognitivos e efeitos retóricos. Além disso, vemos que uma conclusão, mesmo que validada pela força da dedução natural, pode ser simplesmente apagada.

De forma alguma aqui se nega que, por vezes, a decisão do juiz pode não observar a lei, mas isso ocorre, por exemplo, em casos em que o reconhecimento da boa fé de uma ação faz mais justiça do que a aplicação da lei. Costa (2008), segundo Motta (2008), na disciplina Seminário de Semântica, discute aspectos importantes tendo em vista a interface interna e externa construída, a saber, (i) **a possibilidade da variação da atribuição de intenções**, (ii) **a noção de geração de dúvidas** e (iii) **a geração de impacto de emoções**, aspectos não tratados pela TR.

Assim, lançando mão dessas noções, podemos sugerir que o optar por tratar o que ocorreu com os votos ausentes na eleição presidencial como irregularidades seria uma forma de o juiz, a partir do processo de atribuição de intenções, dar o benefício da dúvida aos eleitores que, por algum motivo, tiveram problemas ao preencherem suas cédulas, evitando a pecha de incompetentes, por exemplo; e, aos republicanos, evitando a pecha de corruptos, tratando-os como pessoas de boa fé que desejam honrar os votos desses eleitores. Na verdade, os republicanos usaram tal argumento, de alto efeito retórico, apelando para as emoções, quando acusaram os democratas de quererem privar tais eleitores do seu direito de terem seus votos contados.

Seja como for, podemos perceber mais uma vez recursos retóricos voltados para a persuasão para a promoção da seguinte ideia: a de não se avaliar os problemas de preenchimento da cédula

como algo que não obedece à lei, em especial no que tange à punição prevista, a saber, a de que o voto seja invalidado.

### **Considerações Finais**

Esta seção caracterizou-se pela aplicação do construto. Um aspecto que precisa ser, antes de mais nada, reiterado refere-se às implicaturas que propusemos para os enunciados de uma forma geral. Se uma implicatura de **p é q** ou **q'** não é a questão central da nossa proposta. O que está verdadeiramente em jogo é a plausibilidade do construto para descrever a operação inferencial e a complexidade do fenômeno, sempre a partir do dito, que faz com que os interlocutores estejam conectados e se comunicando – e avançando nessa comunicação – a partir desses implícitos. A propriedade da indeterminabilidade continua valendo sem restrições.

Através do construto, em especial, no que tange ao primeiro diálogo entre Gore e Bush, foi possível mostrar como cada modelo pode contribuir, seja no nível descritivo, seja no nível explanatório. Contudo, foi igualmente possível mostrar que, com o acréscimo de cada modelo, não só nenhum fenômeno se perdeu, mas puderem, em certos casos, inclusive, ser melhor abordados, como também outros ainda passaram a ser identificados e articulados, gerando ganhos em vários níveis. As inferências modeladas nos textos e nos diálogos nos mostraram que a racionalidade lógico-dialógica é complexa: há inferências de diferentes naturezas – lógicas, linguísticas, inclusive falaciosas. Em muitos momentos vimos que a manutenção de uma troca mais refletia e era sustentada por uma hipótese de tendência cognitiva para conectividade do que por relevância, especialmente, se esta for tratada do ponto de vista apenas do benefício informacional.

Além disso, confirma-se outra proposta elicitada por Costa, e acomodada dentro do construto, a saber, o fato de que há uma tendência cognitiva também para a interface razão/emoção – aspecto detalhadamente discutido, em especial, no segundo diálogo. Em muitos momentos, vimos abruptas mudanças no curso de uma troca, envolvendo, inclusive, alterações online de intenções, aspecto que pode ser usado para dar conta dessa constatação de Costa. Por fim, foi também possível identificar evidências para confirmar uma tendência cognitiva não apenas para a informação nova – nesse aspecto o telefonema de Daley para Evans é esclarecedor.

No que tange aos discursos também é possível levantar algumas questões interessantes. Todos eles, de uma forma ou de outra, mostraram fazer uso, para diferentes fins, da vaguidade da linguagem natural, especialmente quando aspectos de natureza persuasiva estavam em jogo. Para tanto, o uso da linguagem e a construção de argumentos foi uma ferramenta usada para conferir diferentes graus retóricos não apenas ao debate, mas inclusive a discursos que, por hipótese, ou por convicção, não deveriam se valer de tais recursos, uma vez que sua grande bandeira é o uso referencial da linguagem e o fato de estarem calcados na noção de verdade, no caso do jornalismo, e nas noções de verdade e logicidade, no caso do discurso jurídico. No caso do discurso político, também preocupado em não se descuidar da verdade, embora seja o discurso que mais se esperasse ser rico em efeitos retóricos e raciocínios complexos, não se destaca mais do que os outros. E isso

nos parece muito importante. Está na hora de se distinguir o implícito do uso que se faz do implícito, pois dele nenhum discurso está a salvo e nenhum argumento imune.

## 5 CONCLUSÃO

Há exatamente trinta anos, através da sua dissertação de mestrado, Costa (1984) inaugurou, no PPGL da PUCRS, o que mais tarde instanciou-se no que hoje conhecemos como o Programa de Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural (PPLLN), um caminho que se mostraria surpreendente, desafiador e, se considerarmos a quantidade e a natureza, divertida até, dos aspectos abordados nos trabalhos desenvolvidos, ao longo desse período, um caminho muito prazeroso no que tange à investigação do significado e da inferência em linguagem natural. Conforme o próprio autor declara, embora o trabalho fosse “modesto em suas pretensões e origem” acabou por estimular “um sem-número de dissertações e teses [...], em que o caráter apologético tradicional de defesa de uma teoria tem sido substituído por um espírito crítico mais saudável e produtivo, coisa que a minha dissertação original pretendia” (COSTA, 2008, p. 7).

E é nesse espírito de uma curiosidade que pode ser livre e criativa, mas, nem por isso, irresponsável, pois tem como permanente e coerente companhia o rigor do e com o compromisso metodológico, que, a partir desta casa, e se estendendo para outras instituições, muito se tem avançado nos estudos sobre a significação com viés inferencial – objeto, por excelência, desta tese. Assim, embora nosso trabalho recaia sob o escopo dessa tradição, é também fruto dos avanços desses trinta anos. E é sob essa nova era dos estudos que nosso objeto foi construído e investigado.

Quando falamos em avanços, nós nos referimos primeiramente às investigações que saíram da disciplinaridade, e da interdisciplinaridade de cunho amalgamante – perdoem-nos pelo neologismo –, e evoluíram para a era das **interfaces**. Estas, por sua vez, constituem uma espécie de releitura da interdisciplinaridade, agora pautada por processos de investigação que inter-relacionam diferentes áreas, mas com propostas teóricas afins, para construírem juntas, na medida do possível, objetos complexos, que lhes sejam, dessa forma, dentro do possível, comuns. Esses objetos emergem das possibilidades teóricas de cada área envolvida, promovendo mapeamentos que permitam abordagens, por um lado, mais completas de certos fenômenos, e, por outro, que redundem em descrições e explicações, mesmo que mais modestas em termos de alcance, ao mesmo tempo, mais ricas e relevantes para as áreas implicadas – uma espécie de avanço em paralelo. Nessa perspectiva, a Linguística, agora entendida ela mesma também como uma construção, tem sido mais desenvolvida, se se considera o ponto de vista descritivo, ou seja, da interface interna; e melhor desenvolvida, se se considera o ponto de vista explanatório, ou seja, da interface externa.

Outros avanços que merecem registro são os da psicologia cognitiva e da neurociência, os quais, entre tantas inovações, vêm refutando a autonomia do dualismo excludente entre os papéis da razão e da emoção para fins de raciocínio; os estudos que aproximam lógica e comunicação, não mais tratando-a [a Lógica] como uma camisa de força, mas vendo-a como um de seus [comunicação] componentes mais interessantes e promotores de belíssimas e elegantes formas de expressão e interpretação. Os objetos, portanto, deixaram de ser descobertos, e passaram a ser, como foi dito, construídos de maneira complexa, sem é claro, ser necessário esquecer, muito menos negar, o senso comum – de certa forma, o grande e genuinamente verdadeiro impulsionador das ferramentas

desenvolvidas para que o mundo e os fenômenos que a intuição captura possam se tornar parte desse impressionante patrimônio de todos nós que é o conhecimento humano. Tendo em vista essa perspectiva, esta tese percorreu o seguinte caminho.

De uma forma muito geral, é correto afirmar que este trabalho estudou, como dissemos, a significação em linguagem natural a partir de um viés inferencialista. Daí passamos a investigar os problemas que esse fenômeno impunha às propostas desenvolvidas para abordá-lo. Vimos que elementos de naturezas diferentes, a saber, lógicos, linguísticos, cognitivos e comunicacionais, ao contrário do que posturas metodológicas disciplinares ou interdisciplinares tradicionais afirmam, mais do que interferirem, esses elementos podem e devem ser tratados como interagindo produtivamente entre si, e contribuindo, portanto, para esclarecimentos quando a questão do significado e sua riqueza, de objeto de uso, passa a ser também objeto de investigação. Dessa forma, foi possível mostrar mais do que identificar e verificar a atuação de propriedades heteromórficas no uso da linguagem, mas foi possível considerar a sua importância, diversidade, beleza e elegância.

Ao podermos lançar mão de avanços metodológicos, como o que nos legou e permitiu a Metateoria das Interfaces, foi possível tratar tal fenômeno como um objeto complexo, em que elementos lógicos, racionais, emocionais, e aqueles referentes à forma da linguagem mostram-se, portanto, atuantes na comunicação – seja na produção, seja na interpretação das mensagens. Além disso, foi também possível mostrar que muitos dos seus efeitos são obtidos através de processamentos inferenciais que, quando localizados no interior de trocas comunicacionais, podem ser vislumbrados de duas grandes dimensões. Por um lado, trata-se de processos que envolvem diferentes tipos de raciocínios, como os lógico-linguísticos, os quais foram denominados por Costa (2008) como inferências multiformes. Por outro, consistem em elementos de diferentes naturezas que entram como premissas desses e nesses processamentos, por exemplo, a inclusão de aspectos de natureza emocional, não apenas racional; a consideração de benefícios como o humorístico, o estético, não mais apenas o informacional; as perplexidades de uma comunicação que acolhe e funciona também a partir de raciocínios falaciosos como alternativa de menor custo para garantir a derivação de uma conclusão dado o conjunto de premissas estabelecido; etc., elementos esses que acabam interferindo e influenciando, inclusive, nas intenções que disparariam e orientariam as trocas conversacionais humanas.

Ao estudarmos cada um dos discursos, o jornalístico, o político e o jurídico, foi possível, primeiramente, caracterizá-los sem que fosse necessário lançar mão de elementos de natureza ideológica a fim de levantar fatores referentes à significação e aos aspectos inferenciais dos quais eles também, como qualquer instanciação da linguagem natural, dependem. Por mais que cada um, em especial, o jornalístico e o jurídico, procure exorcizar o emprego, ou ao menos o reconhecimento do emprego, de conteúdos implícitos – e jure-se ancorado na verdade, prerrogativa à qual os três discursos, cada um a seu modo, agarra-se, vimos que a sua riqueza e configuração são igualmente fruto dos usos para os quais são elaborados. Contudo, há uma discrepância entre o que se espera

deles [os discursos], ou o que os seus estudiosos dizem a respeito dessas manifestações linguísticas; e, de fato, como tais discursos acabam sendo construídos e usados na comunicação.

Vimos também a grande quantidade de elementos que em muito extrapolam a informatividade dura da TR como um dos aspectos que mais caracteriza cada um desses discursos. Vimos que eles escondem, nas suas escolhas, opiniões, efeitos retóricos, falácias, intenções persuasivas que apelam para as emoções, entre tantos outros aspectos; tudo isso contribuindo para a eficiência da e na comunicação – o que já nos coloca além da mera troca e acúmulo de informações.

Portanto, ao podermos mostrar que os processos inferenciais envolvem elementos heteromórficos e que há procedimentos de raciocínio, mesmo que de naturezas diferentes, mas que interagem entre si a fim de construir um processamento interpretativo, foi possível corroborar nossa primeira hipótese, a saber, a **Hipótese Metateórica**: dispomos sim de espaço, de avanços teóricos e de condições metodológicas para a abordagem de fenômenos complexos através de um perspectivismo interdisciplinar profícuo, ou seja, nada de aproximar áreas a ponto de descaracterizá-las. Vimos que a linguagem se caracteriza por aspectos de naturezas diferentes e que pode ser construída, enquanto objeto, de forma complexa a fim de que seja possível contemplar, a partir dos modelos escolhidos, desde que mapeáveis entre si, relações e propriedades que antes ou eram excluídas ou eram mal abordadas; e é isso que a Metateoria das Interfaces permite que seja feito.

No capítulo em que apresentamos os modelos, além da Teoria das Implicaturas de Grice, e as origens da mesma, quando o teórico passou a repensar a comunicação a partir da noção de inferência e do reconhecimento de intenções, apresentamos os modelos que se propõem a abordar, inicialmente, cada um com suas especificidades – mas todos inferenciais na sua essência – as propriedades lógico-cognitivo-comunicativas que caracterizam a linguagem natural, as quais vão se tornando mais ou menos salientes dependendo das situações comunicativas de onde emergem. Embora cada modelo tenha suas particularidades, eles igualmente compartilham aspectos que licenciam sua aproximação através da Metateoria das Interfaces. Dessa forma, foi possível identificar, por um lado, as propriedades e, por outro, os princípios que regulam e potencializam a existência e a capacidade para o uso propriamente dito da linguagem.

Assim, através das articulações desses modelos inferencialistas para a abordagem do significado, foi possível aproveitar de cada um deles suas principais contribuições tanto para o nível da descrição quanto para o nível da explicação. Da TCNT e da TR foram obtidos os princípios mais gerais que constituem o respaldo explanatório para esse objeto complexo. No princípio da conectividade não-trivial, encontramos a explicação mais elementar da capacidade do homem para a linguagem, e, no princípio cognitivo da relevância, embora já contemplando aspectos referentes ao uso que os falantes fazem da linguagem, obtivemos o aspecto que gera a cognição humana, a saber, uma capacidade para selecionar informações de tal forma que os benefícios sejam maximizados e os custos diminuídos.

Contudo, ao assumirmos a problematização da noção de benefício, por um lado, e a inserção das emoções, desbancando a hegemonia da racionalidade como aspecto chave da comunicação, por

outro, passou a ser possível tratar as trocas comunicativas entre os seres humanos como sendo também afetadas pelas emoções – essas, por exemplo, podem se traduzir inclusive em aspectos prosódicos da linguagem natural. Além disso, uma releitura inferencial da interferência da forma da mensagem sobre seu conteúdo igualmente promoveu significativos avanços sobre a compreensão do mecanismo inferencial humano e da produção de mensagens, especialmente, porque, conforme proposto pela TCNT, essa conexão se expressa de forma não-mecânica, não-redundante; informativa sim, mas também criativa – e é aqui que a diversidade, a beleza e a utilidade da comunicação também acontecem, justificando muitos aspectos, muitas vezes, mais ligados à conexão propriamente dita, do que a qualquer outra função.

Assim, essa forma de organizar os modelos permitiu investigar de que forma as bases lógicas, comunicativas e cognitivas são influenciadas também por aspectos emocionais a ponto de poder ocasionar a reorientação inclusive das intenções, afinal, por exemplo, benefícios emocionais, estéticos, humorísticos podem perfeitamente justificar o desejo de conexão que se revela na elaboração de mensagens que, embora não-rationais e não-informativas – na perspectiva mais clássica e dura do termo –, ainda assim são tomadas como merecedoras de atenção e tratadas como aspectos que valem a pena ser processados, mesmo envolvendo formas mais custosas e raciocínios inferenciais lógico-linguísticos: “o aparato interpretativo humano seria dirigido por princípios inatos da ordem da conexão biológica, da ordem da consciência, e da ordem do equilíbrio de recursos do próprio organismo” (DIAS, 2012, p. 76).

Por fim, articulação dos modelos permitiu descrições mais adequadas dos tipos de implícitos. Por exemplo, foi possível simplificar a interface entre Semântica e Pragmática, especialmente, a partir das considerações da TCNT/TD, em que passam a fazer parte das ISs as (a) implicaturas convencionais griceanas, (b) as implicaturas conversacionais generalizadas, em especial, a partir do desenvolvimento proposto por Levinson, na TICG, bem como (c) os processos já previstos por Grice, como a desambiguação e a atribuição de referência, por exemplo. Dessa forma, ao invés de se pensar um enriquecimento do dito, pôde-se pensar em uma simplificação e economia do mesmo – o que paradoxalmente, pela diminuição do custo da decodificação, aumenta seu benefício em termos de esforço, informação entre outros efeitos.

Além disso, inferências que antes eram tratadas, por exemplo, por Sperber e Wilson, na TR, como sendo fruto de cálculos pragmáticos, as explicaturas, passam igualmente a constituir as ISs, uma vez que não há como justificar o processamento de apreensão das mesmas emparelhado com os raciocínios dos quais se depende para a obtenção de implicaturas conversacionais particularizadas. Reconhecemos, há aspectos que ainda precisam ser revistos, de forma mais detalhada, mas em termos de custo/benefício, no sentido clássico da TR, podemos arriscar que ainda há menor custo em procurar acomodar (a), (b) e (c) como fazendo parte desse conjunto, do que tratar uma atribuição de referência, por exemplo, como fruto de um cálculo da mesma natureza para a obtenção de uma implicação contextual/implicatura particularizada. As acomodações teóricas ainda são objeto de



discussões entre os estudiosos. Acreditamos, contudo, que essa direção é a ser tomada para tais reflexões.

Nesse sentido, a segunda hipótese, a **Hipótese Teórica** nos parece igualmente corroborada. Da articulação dos modelos é possível localizar e identificar não apenas aspectos que caracterizam a riqueza da linguagem natural através da descrição dos implícitos e do reconhecimento da interferência de elementos de outras naturezas, bem como oferecer explicações mais consistentes. O trazer a emoção para dentro do processamento inferencial permitiu dar conta inclusive das escolhas, por exemplo, lexicais, que os indivíduos fazem a fim de elaborarem seus enunciados, mostrando assim que, embora funcionemos à luz de avaliações de custo e benefício, a suposição da necessidade de conexão, bem como, inclusive, o estabelecimento e/ou manutenção de futuras interações, além da compreensão de que não é só de informação que vive o homem, passam a ser um dos critérios que orientam as trocas e a formatação dos enunciados, mesmo que esses se caracterizem por inferências multiformes, que, por hipótese, poderiam gerar mais custo – mas a história não para aqui, parece haver benefícios compensatórios.

Vejam, finalmente, a terceira hipótese, a saber, a **Hipótese Empírica**, a qual damos igualmente por corroborada tanto no que diz respeito aos discursos quanto ao debate. Os discursos, embora com propostas e funções diferentes, em última instância, são manifestações verbais que se caracterizam por uma rede intrincada de significações, as quais, por sua vez, exigem igualmente processamentos inferenciais complexos. Como vimos na seção 2.2, todos os três discursos parecem existir na tensão entre o que deveriam ser, segundo os seus teóricos, e o que realmente mostram ser e como são construídos e usados. Vimos que certas propriedades assumidas, inclusive, pelos estudiosos, e através das quais eles pretendem descrever a natureza de tais discursos, caem por terra quando avaliados da forma como fizemos.

Por exemplo, o discurso jornalístico, especialmente o tipo reportagem, vive o conflito entre ser interpretativo e objetivo, como se, para isso, fosse preciso excluir benefícios retóricos e humorísticos sob pena de não ser informativo, veraz e objetivo. Ao que tudo indica, vimos que a informatividade não é incompatível com benefícios das mais variadas naturezas. Como foi também possível verificar através das análises, muitos candidatos-a-quase-dogma do discurso jornalístico, embora perfeitamente delineados pelos teóricos, caíam por terra sem que isso significasse uma descaracterização do discurso. O papel puramente referencial do discurso jornalístico esbarra nos usos marcados de certos termos e expressões, por exemplo, os operadores retóricos de Pinker (2008), que geram uma infinidade de inferências. Por fim, através das ISs, vimos também como o discurso jornalístico pode se valer de inferências sem que isso o estigmatize como um discurso editorializado.

O discurso político, dada a sua natureza extremamente persuasiva, através do construto, pôde ter vários dos seus traços ligados a aspectos emocionais e retóricos melhor descritos através da noção de inferências multiformes. Vimos o emprego da vaguidade, de falácias; mais importante do que a validade lógica com base na sintaxe dos argumentos, interessa a validade com base nas conexões semânticas, na relevância para o tópico e nas implicações contextuais geradas, especialmente a partir

da manifestação de um grande número de implicações fracas, por um lado; simplificando, por exemplo, a sua estrutura de superfície no que tange a elementos de coesão, por outro.

Já o discurso jurídico igualmente mostrou-se dependente de uma intrincada rede de inferências, procurando, paradoxalmente, também buscar sua validade através de elementos retóricos e emocionais, valendo-se inclusive de falácias e de arranjos linguísticos para defender as conclusões às quais chega, as quais configuram suas sentenças/suas decisões jurídicas – aspectos ligados à ilogicidade e à interferência de aspectos retóricos – que, segundo alguns estudiosos, iriam de encontro à natureza desse tipo de discurso.

Por fim, temos o debate. O construto se mostrou especialmente eficiente para a descrição e explicação, por exemplo, de aspectos referentes à intervenção da emoção na orientação das trocas e na reorientação de intenções. Sem a articulação da TCNT e da TD, vários fatores que puderam ser descritos como a interferência de aspectos emocionais seriam tratados como informação e/ou reduzidos à noção de impressões, à luz da TR. Como é possível observar, apesar de se tratar de um debate tão intenso e que tenha durado tanto tempo, na verdade, democratas e republicanos dialogaram não porque acreditavam que um poderia convencer ou ser convencido pelo outro – seria, na verdade, ingênuo acreditar que, em tais circunstâncias, Bush mudaria Gore ou vice-versa. De fato, aqui somente uma noção complexa de intenção explicaria uma interação tão intensa, especialmente, quando se pensa que, na verdade, o que eles visavam era persuadir as pessoas, as cortes – e não a si próprios. A complexidade das falas que, por um lado, deveriam revelar pessoas preocupadas com o certo e com o justo, de fato, mostrou-se uma impressionante ferramenta para mexer com os ambientes cognitivos dos demais espectadores e talvez futuros interlocutores – tudo sempre procurado estar calcado em noções de verdade, ao, ao menos, na aparência de verdade.

Como é possível verificar, a significação em linguagem natural não mudou, o que mudou foram as possibilidades de investigação. Russell continua absolutamente certo ao dizer que é preciso não abandonar o significado no sentido tradicional, ele continua tendo razão que é preciso cuidar para que o uso não fale mais alto e acabemos caindo em propostas especulativas e sem ancoragem na linguagem natural, e está certo que devemos pensar. Contudo, isso não significa que avanços metodológicos consistentes não possam nos levar, com certa segurança, para além das condições-de-verdade. E que, dessa forma, possamos explorar as outras dimensões que se delinearam com as interfaces, e, assim, tenhamos conseguido mostrar que, além de pensar, com a linguagem é possível também conhecer, comunicar e sentir.

Nessa perspectiva, lançamos mão da clareza de Morris (1998, p. 10), como uma comparação para os avanços que caracterizam as novas possibilidades de investigação da linguagem natural, diz ele “o céu como hoje o vemos é completamente diverso daquele interpretado pelos babilônios há mais de quatro mil anos. Não que ele tenha se alterado tão profundamente. Alterou-se, sim, nossa compreensão”. Não propusemos aqui uma nova teoria, mas ratificamos propostas lançadas pelo PPLLN, procurando contribuir, no mínimo, para dizer que parecemos estar em um bom caminho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Luís. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- \_\_\_\_\_. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: DC Luzzatto, 1986.
- AUSTIN, J.L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- AZUELOS-ATIAS, Sol. Semantically cued contextual implicatures in legal texts. **Journal of Pragmatics**. n. 42, 2010, p. 728-743.
- BAGGINI, Giulian. **Passos em Falso: falsas dicotomias**. Disponível em: <<http://www.filedu.com/jbagginifalsasdicotomias.html>>. Acesso em: 25 mar. 2002.
- BAHIA, Juarez. **Jornalismo, informação e comunicação**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.
- \_\_\_\_\_. **História e técnica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAR-HILLEL, Yehoshua. Expressões indiciais. In: DASCAL, Marcelo (org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**, v. IV, 1982.
- BELLENGER, Lionel. **A persuasão e suas técnicas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- BLOCK, Ned. **Holismo, mental and semantic**. Disponível em <<http://www.nyu.edu/gsas/dept/philo/faculty/block/papers/MentalSemanticHolism.html>>. Acesso em: 20 mar. de 2000.
- BLOOMFIELD, Leonard. O significado. In: DASCAL, Marcelo (org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. v. IV, 1982, p. 29-61.
- BROWN, G, YULE, G. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University, 1983.
- CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- CANN, Ronnie. **Formal semantics: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- CARNAP, R. **Logical foundations of probability**. London: Routledge and Kegan Paul, 1950.
- CARNEIRO, Maria Francisca; SEVERO, Fabiana Galero e ÉLER, Karen. **Teoria e prática da argumentação jurídica: lógica e retórica**. Curitiba: Juruá, 1999.
- CARSTON, Robyn. Relevance Theory. In: *Routledge Companion to the Philosophy of Language*. Eds. G. Russell and D. Graff Fara. London: Routledge, 2011. Disponível em: [http://www.ucl.ac.uk/psychlangsci/research/linguistics/People/linguisticsstaff/robyn\\_carston/pdfs/Carston-2011-Russell.pdf](http://www.ucl.ac.uk/psychlangsci/research/linguistics/People/linguisticsstaff/robyn_carston/pdfs/Carston-2011-Russell.pdf). Acesso em: 20 out. 2013.
- CHACON, Jessica Colvara. Teoria do diálogo: uma contribuição para a atividade didática. **Letrônica**. v. 4, n. 2, p. 51-67, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/ojs/index.php/letronica/article/view/8952/7143>>. Acesso em: 21 out. 2012.

CHALITA, Gabriel. **A sedução no discurso**. São Paulo: Planeta, 2012.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática no jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

CHIBENI, Silvio Seno. A inferência abdução e o realismo científico. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, s.3, p. 45-73, 1996. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~chibeni/public/abdrea.pdf>>. Acesso em 30 maio 2012.

CHIERCHIA, Gennaro. **Semântica**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1997.

CLARK, H. H., MARSHALL, C.R. **Definite reference and mutual knowledge**. In: JOSHI, A.K., SAG, I. nad WEBBER (Eds.), p. 10-63, 1981.

CHOMSKY, N. (1957). **Syntax Structures**. The Hague: Mouton.

CLARK, Billy. **Relevance Theory**. Cambridge University Press, 2013.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação de impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2008, p. 103 -130.

COSTA, Jorge Campos da. **A relevância da pragmática na pragmática da relevância**. Porto Alegre, 1984. 188p. Dissertação (Mestrado), Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1984.

\_\_\_\_\_. **A teoria da conectividade não-trivial**. Seminário de Semântica. Disciplina ministrada em 2002 no PPGL da PUCRS (no prelo).

\_\_\_\_\_; IBAÑOS, Ana Maria. Operadores modais: na interface lógica e linguagem natural. **Revista da ADPPUCRS**. n. 4. 2003.

\_\_\_\_\_. Comunicação e inferência em linguagem natural. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 107-133, 2005a.

\_\_\_\_\_. A teoria das relevância e as irrelevâncias da vida cotidiana. In: RAUEN, Fábio José; SILVEIRA, Jane Rita Caetano da (Orgs.). **Linguagem em (Dis)curso**. v. 5, n. esp, 161-1691, 2005b.

\_\_\_\_\_. Ciências da linguagem: comunicação, cognição e computação. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Inovação e interdisciplinaridade na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007a, p. 345-376.

\_\_\_\_\_. **Filosofia da linguística, filosofia da ciência e metateoria das interfaces**. 2007b. Disponível em: < [http://www.jcamposc.com.br/textos\\_disciplinas/filosofia\\_da\\_linguistica-filosofia\\_da\\_ciencia\\_e\\_metateoria\\_das\\_interfaces.pdf](http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/filosofia_da_linguistica-filosofia_da_ciencia_e_metateoria_das_interfaces.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Relevância, kluges, emoções**: reflexões provocativas. In: COSTA, Jorge Campos da; RAUEN, Fábio (Orgs.). **Tópicos sobre Teoria da Relevância** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008a. p.10-25.

\_\_\_\_\_. **A relevância da pragmática na pragmática da relevância.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008a. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/arelevanciadapragmatica.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Inferências semânticas e pragmáticas em estruturas linguístico-conceituais e seu impacto na comunicação política.** 2008b. Disponível em: <[http://www.jcamposc.com.br/projetosepesquisas/inferencias\\_semanticas\\_e\\_pragmaticas.pdf](http://www.jcamposc.com.br/projetosepesquisas/inferencias_semanticas_e_pragmaticas.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Linguagem jurídico-política,** 2009. Disponível em: <[http://www.jcamposc.com.br/textos\\_disciplinas/sobre\\_o\\_discurso\\_juridico\\_politico.pdf](http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/sobre_o_discurso_juridico_politico.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Considerações sobre a natureza da democracia: via eleições americanas 2000.** Disponível em: <[http://www.jcamposc.com.br/textos\\_disciplinas/consideracoessobreanaturezadademocracia.pdf](http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/consideracoessobreanaturezadademocracia.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Teoria da relevância: críticas plausíveis.** Disponível em: <[www.jcamposc.com.br/.../aula5.doc](http://www.jcamposc.com.br/.../aula5.doc)>. Acesso em: 29 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Diálogos: questões interdisciplinares. In: FIGUEIREDO, Débora de Carvalho et. at. (Orgs.). **Sociedade, Cognição e Linguagem:** apresentações do IX CELSUL, 2012. p. 149-169.

\_\_\_\_\_. DIAS, Stéphane Rodrigues. A informatividade da linguagem virtual-interativa. **Letrônica.** v. 4, n. 2, p. 3-15, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/9134/7144>>. Acesso em: 21 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **A retórica inferencial do discurso político.** Disponível em: <[http://www.jcamposc.com.br/textos\\_disciplinas/aretoricainferencialdodiscursopolitico.pdf](http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/aretoricainferencialdodiscursopolitico.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **O texto jurídico-político, um gênero complexo.** Disponível em: <[http://www.jcamposc.com.br/textos\\_disciplinas/otextojuridico-politico.pdf](http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/otextojuridico-politico.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Pragmática, retórica e interfaces.** Porto Alegre: PUCRS (no prelo). 2013.

COSTA, Laílton Alves da. Gêneros jornalísticos. In. MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco. **Gêneros jornalísticos no Brasil.** São Paulo: UESP, 2011, p. 43-84.

CHRISTIE, Geroge C. **Vagueness and legal language.** Disponível em: <[http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1207&context=faculty\\_scholarship](http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1207&context=faculty_scholarship)>. Acesso em: 27 set. 2012.

DASCAL, Marcelo (org). **Fundamentos metodológicos da linguística.** In.: \_\_\_\_\_ Relevância conversacional. Campinas: UNICAMP, 1982, p. 105-131.

DASCAL, Marcelo; WRÓBLEWSKI. Transparency and doubt: understanding and interpretation in pragmatics and in law. **Law and Philosophy,** v. 7, 1988, p. 203-224.

\_\_\_\_\_. The rational law-maker and the pragmatics of legal interpretation. **Journal of Pragmatics,** North-Holland, v. 15, 1991, p. 421-444.

DAVIS, Steven (ed.) **Pragmatics: a reader.** Oxford: Oxford University, 1991.

DIAS, Stéphane Rodrigues. O processo inferencial na interface texto/imagem. In: IX ENCONTRO DO CELSUL, 2010, Palhoça. Anais eletrônicos... Palhoça: IX CELSUL, 2010. Disponível em: < <http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Stephane%20Dias.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **A linguística na cultura digital: uma reflexão nas interfaces.** 2012. 85 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

DOUGLAS, Joaquim. **Jornalismo: a técnica do título.** Rio de Janeiro: Agir, 1966.

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica linguística.** São Paulo: Cultrix, 1972.

ERBOLATO, **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário.** São Paulo: Ática, 2003.

FONSECA, Luísa Mocelin; FONSECA, Maurício Martins. **A retórica no discurso dos jogadores de futebol brasileiros: uma análise preliminar.** EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, n. 165, 2012. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd165/a-retorica-no-discurso-dos-jogadores-de-futebol.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem.** São Paulo: Cultrix, 1978.

FIOLHIAIS, Carlos. **Imaginação, ciência e arte.** Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12372/1/IMAGINA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 12 de abr. 2013.

GAZDAR, Gerald. **Pragmatics: implicature, presupposition, and logical form.** New York: Academic, 1979.

GEDRAT, Dóris. **A relevância da relevância na inferência não-trivial e na significação implícita.** Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado), Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

GIERE, Ronald N. **Scientific Perspectivism.** Chicago (Ilinois): University of Chicago Press, 2006.

GIL, Isabel Teresa Moraes. Retórica e argumentação: continuidade e rupturas. *Máthesis*. n. 14, 2005, p. 69-79. Disponível em: < [http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat14/Mathesis14\\_69.pdf](http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat14/Mathesis14_69.pdf) >. Acesso em: 15 mar. 2013.

GIVÓN. Talmy. Logic vs. pragmatics, with human language as the referee: toward an empirically viable epistemology. **Journal of Pragmatics** n. 6, p. 81-133, 1992

GRICE, Paul. Logic and conversation. In.: \_\_\_\_\_, **Studies in the way of words.** New York: Harvard University, 1991, p. 22-40.

\_\_\_\_\_. Further notes on logic and conversation. In: \_\_\_\_\_, **Studies in the way of words.** New York: Harvard University, 1991, p. 41-58.

\_\_\_\_\_. Meaning. In: \_\_\_\_\_, **Studies in the way of words.** New York: Harvard University, 1991, p. 213- 223.

\_\_\_\_\_. Presuppositional and conversational implicature. In: \_\_\_\_\_, **Studies in the way of words.** New York: Harvard University, 1991, p. 269- 282.

HACKING, Ian. **Por que a linguagem interessa à filosofia?** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

HICKS, Wynford. **English for journalists**. New York: Routledge, 1998.

HIGASHIMORU, Isao. **New perspectives on understanding jokes: a relevance-theoretic account**. Disponível em: <[http://repo.lib.ryukoku.ac.jp/jspui/bitstream/10519/868/1/rm\\_471\\_011.pdf](http://repo.lib.ryukoku.ac.jp/jspui/bitstream/10519/868/1/rm_471_011.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2013.

HINTIKKA, K. J. J. **Knowledge and belief**. Ithaca: Cornell University Press, 1962.

HOBBS, Pamela. Judges' use of humor as a social corrective. **Journal of Pragmatics**. Los Angeles, v. 39, p. 50-60, 2007.

HOHLFELDT, Antônio. As categorias jornalísticas: identificação e debate. In: HAUSSEN, Doris Fagundes (org.). **Mídia, imagem e cultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 25-34.

HORN, Laurence R. Toward a new taxonomy for pragmatic inference: Q-based and R- based implicature. In: SCHIFFERIN, Deborah (ed) **Georgetown University round table on languages and linguistics**. Washington, D.C.: Georgetown University, 1984, p 11-42.

IBAÑOS, Ana Maria Tramunt. **Análise de argumentação por uma leitura do subentendido**. 1989. 235 f. Dissertação Mestrado em Letras (Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 1989.

\_\_\_\_\_. Relevância, cognição, inferência e processos dedutivos. In: CAMPOS, Jorge; RAUEN, Fábio José (orgs.). **Tópicos em teoria da relevância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 57-67. Disponível em: < <http://www.pucrs.br/edipucrs/teoriadarelevancia.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

ILARI, Rodolfo, GERALDI, João Wanderly. **Semântica**. 2 ed. São Paulo, Ática, 1985.

JR. CAMARA MATTOSO, Joaquim. **Estrutura da língua portuguesa**. 31 ed. São Paulo: Vozes, 2000.

KARTTUNEN, Lauri, PETERS, Stanley. **Conventional implicature**. In: OH, C.D. & DINNEN (eds.), 1979, p. 1-56.

KATZ, Jerrold. **A semântica na linguística moderna: o léxico**. Rio de Janeiro:

KEEBLE, Richard. **The newspapers handbook**. New York: Routledge, 2001.

KEENAN, E.L. **Two kinds of presupposition in natural language**. In: FILLMORE, C.J., LANGEDOEN (Eds.), p. 45-54, 1971.

KEMPSON, Ruth. **Presupposition and the delimitation of semantics**. Cambridge: Cambridge University, 1975.

KHUN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1962.

KWARCIŃSKI, Wojciech. **What is legal discourse?: a pragmatic approach**, 2003. Disponível em: < [http://ifa.amu.edu.pl/plm\\_old/2003/abs\\_kwarcinski.htm](http://ifa.amu.edu.pl/plm_old/2003/abs_kwarcinski.htm)>. Acesso em: 3 ago. 2012.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1999.

\_\_\_\_\_. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2001.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: Chicago Press, 2003.

LEPORE, Ernest. **Meaning and argument: an introduction to logic through language**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics**. New York: Cambridge, 1983.

\_\_\_\_\_. Three levels of meaning. In: PALMER, F. R. (ed.) **Grammar and meaning**. Cambridge University Press, 1995. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=OH42eQY2aYIC&pg=PR6&lpg=PR6&dq=GRammar+and+meaning+Essays+in+honour+of+Sir+John+Lyons&source=bl&ots=iPKNvJv98T&sig=npjRQ0tejd\\_rUNZTMwcbds5I3oHw&hl=en&sa=X&ei=8olWVMLXAoOigwTuhIPgDw&ved=0CDUQ6AEwBA#v=onepage&q=GRammar%20and%20meaning%20Essays%20in%20honour%20of%20Sir%20John%20Lyons&f=false](http://books.google.com.br/books?id=OH42eQY2aYIC&pg=PR6&lpg=PR6&dq=GRammar+and+meaning+Essays+in+honour+of+Sir+John+Lyons&source=bl&ots=iPKNvJv98T&sig=npjRQ0tejd_rUNZTMwcbds5I3oHw&hl=en&sa=X&ei=8olWVMLXAoOigwTuhIPgDw&ved=0CDUQ6AEwBA#v=onepage&q=GRammar%20and%20meaning%20Essays%20in%20honour%20of%20Sir%20John%20Lyons&f=false)>. Acesso em: 15 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature**. Cambridge: MIT Press, 2000.

LEWIS, David. **Convention**. Cambridge, Mass: Harvard University, 1969.

LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília: Editora da UNB, 1986.

LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MACHADO, Nilson José. **Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua**. São Paulo: Cortez, 1998.

McCAWLEY, James. **Conversational implicature and the lexicon**. In: COLE, Peter (ed.), v.9, 1978, p. 254-259.

MCLUHAN, Marshall. **O meio são as massa-gens**. Rio de Janeiro: Record, 1969.

MAKODIA, V. Vilpulkumar. **Communications and miscommunications: a pragmatic study of legal discourse**. 2007. Disponível em: <<http://www.pala.ac.uk/uploads/2/5/1/0/25105678/makodia2007.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2012.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

\_\_\_\_\_. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: \_\_\_\_\_; ASSIS, Francisco. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Paulo: UESP, 2011, p. 23-42.

MARMOR, Andrei. The pragmatics of legal language. **Ratio Juris**. v. 21, n. 4, 2008, p. 423-452.

MENNA BARRETO, Fernanda. **As implicaturas conversacionais generalizadas na interface entre a semântica e a pragmática**. 2003. 159 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2003.

MONTAGUE, R. **Formal philosophy: selected papers**. In: THOMANSON, R. H. (ed.). New Haven: Yale University, 1974.

MORRIS, Richard. **Uma breve história do infinito: dos paradoxos de Zenão ao universo quântico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.



MOTTA DAVI, Ana Carolina. **Breve análise crítica da teoria da relevância**. 2008. Disponível em: < [www.jcamposc.com.br/.../aula4.doc](http://www.jcamposc.com.br/.../aula4.doc)>. Acesso em: 30 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Inferências na interface semântica e pragmática**: uma investigação através dos diálogos do reality show. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NEALE, Stephen. Paul Grice and the philosophy of language. *Linguistics and Philosophy*, n. 15, p. 509-559, 1992.

NOGUEIRA, Andréa Scavassa Vecchia. **Algumas considerações sobre linguagem persuasiva**. Disponível em: < [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=3327](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3327)>. Acesso em: 30 ago. 2012.

NUNBERG, Geoffrey. Validating pragmatic explanation. In: COLE, Peter (ed.), 1981, p. 199-222.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. **Semântica formal**: uma breve introdução. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PAIL, Daisy Batista. Processos inferenciais em House. In: IX ENCONTRO DO CELSUL, 2010, Palhoça. **Anais eletrônicos...** Palhoça: IX CELSUL, 2010. Disponível em: < <http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Daisy%20Pail.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **A retórica da polidez e dos palavrões nas redes sociais**: uma abordagem por interfaces. 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

PALAZZI, Fernando. **Dizionario degli aneddoti**. Italia: Garzanti, 1995.

PEREIRA, Mário. **Fazendo a cabeça**: jornalismo de ideias e crítica. Florianópolis: Paralelo 27, 1993.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Resenha de NDZIELUK, Luzinete Carpinim. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/.../3963>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

PINKER, Steven. **Do que é feito o pensamento**: a língua como janela para a natureza humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Political rhetoric, explained**. Comunicação pessoal em palestra dada em 12/0/2008, no The Commonwealth Club of California, San Francisco (CA). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DS4xVcko9qw>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

POEPPPEL, David. **Interdisciplinary cross-fertilization or cross-sterilization? Challenges at the interface of research on brain and language**. Versão de texto “Vergebene Liebesmüh? Zur interdisziplinären Erforschung von Sprache und Gehirn” apresentado no Wissenschaftskolleg, mar. 2004 (conferência). Disponível em: <[http://129.2.53.113/~poeppel/dp\\_papers/WIKO\\_lecture\\_04.pdf](http://129.2.53.113/~poeppel/dp_papers/WIKO_lecture_04.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2012.

PORTANOVA, Rui. **A pragmática das implicaturas e a linguagem jurídica**. Porto Alegre, 1997. 189 f. Tese. (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 1997.

PORTANOVA, Rui. A pragmática das implicaturas e a linguagem jurídica. In: IBANOS, Ana Maria Tramut; SILVEIRA, Jane Rita Caetano (orgs.). **Na interface semântica/pragmática**: programa de pesquisa em lógica e linguagem natural. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 209-283.

RAMOS, Edivania da Costa. **O coelho da caretola**: análise argumentativa da linguagem jurídica em textos ficcionais sob a ótica da teoria da relevância. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2010.

REAH, Danuta. **The language of newspapers**. New York: Routledge, 1998.

REBOUL, Olivier. **O slogan**. São Paulo: Cultrix, 1975.

\_\_\_\_\_. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Henrique Jales. Russell, Wittgenstein e a ideia de uma “linguagem logicamente perfeita”. **Revista Filosófica de Coimbra**. n. 27, p. 81-130, 2005. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/russel\\_wittgenstein\\_e\\_a\\_ideia-](http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/russel_wittgenstein_e_a_ideia-)>. Acesso em: 24 set. 2012.

RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental**: a aventura das ideias dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

RUSSELL, Bertrand. On denoting. **Mind**. n.14, 1950, p. 479-493.

SADOCK, Jerrold M. On testing for conversational implicature. In: DAVIS, Steven. **Pragmatics**: a reader. New York: Oxford, 1991, p. 365 - 375.

SANTOS, Luis Henrique Lopes dos (trad.). **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: EDUSP, 1993.

SARTORI, Roberta. **A relevância da inferência relevante**: uma abordagem da significação implícita via teoria das implicaturas. 1999. 160 f. . Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, [s.d.].

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo. Contexto, 2009.

SCHRÖDER, Karina Saraiva; PERNA, Cristina Becker Lopes. Reading and processing a journalistic text through Relevance Theory: the Larry Rohter case. **Revista Virtual de Estudos da linguagem – ReVEL**. v. 4, n. 6, 2006.

SCHWERTNER, Raquel Schütz. **Processos inferenciais na publicidade**: o politicamente (in)correto. 2012. 94 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

SEARLE, J.R. **Speech acts**. Cambridge: Cambridge University , 1969.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da, FELTES Heloísa Pedroso de Moraes. **Pragmática e cognição**: a textualidade pela relevância. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teoria da relevância:** uma resposta pragmático-cognitiva à comunicação inferencial humana. 1997. 400 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 1997.

SMITH, Neil; WILSON, Deidre. Introduction. In: \_\_\_\_\_. **Relevance Theory**. North-Holland: Elsevier, 1992. p. 1-10.

SPERBER, Deirdre, WILSON, Dan. **Relevance:** communication and cognition. Cambridge: Harvard University, 1995.

\_\_\_\_\_. Posfácio da edição de 1995 de Relevância: comunicação e cognição. In: RAUEN, Fábio José; SILVEIRA, Jane Rita Caetano da (Orgs.). **Linguagem em (Dis)curso**, v. 5, n. esp, p. 171-204, 2005.

STALNAKER R. C. **Pragmatic presuppositions**. In: Rogers, Wall & Murphy, 1977.

STANFORD ENCYCLOPEDIA. **Interpretation and coherence in legal reasoning**. 2010 Disponível em: < <http://plato.stanford.edu/entries/legal-reas-interpret/>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

STANFORD ENCYCLOPEDIA. **Law and language**. 2010 Disponível em: < <http://plato.stanford.edu/entries/law-language/>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

STARWSON, Peter Frederick. On referring. **Mind**. 1950, p. 320-344.

SPERBER, Dan; WILSON, Deidre. **Relevance:** communication and cognition. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1995.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **A arte de escrever bem:** um guia para jornalistas e profissionais do texto. São Paulo: Contexto, 2004.

STREY, Cláudia. **Linguagem e emoções:** um estudo em interfaces. 2011. 94 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2011.

SUZUKI, Anik Ferreira. A herança lítero-jornalística da reportagem impressa para o próximo milênio. In: HAUSSEN, Doris Fagundes (org.). **Mídia, imagem e cultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 59-76.

TANNEN, Deborah. The power of talk: who gets hear and why. **Harvard Business Review**. 1995. Disponível em: <[http://faculty.georgetown.edu/tannend/pdfs/the\\_power\\_of\\_talk.pdf](http://faculty.georgetown.edu/tannend/pdfs/the_power_of_talk.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2013.

TARSKI, A. The semantic conception of truth. **Philosophy and phenomenological reseach**, n.4, p. 341-375, 1944.

TRÖSBORG, Anna. **The performance of legal discourse**. Disponível em: < [http://download2.hermes.asb.dk/archive/download/H09\\_01.pdf](http://download2.hermes.asb.dk/archive/download/H09_01.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2012.

VANIN, Aline Aver. **À flor da pele:** a emergência de significados de conceitos de emoções. 2012. 287 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

VARGAS, Aline Vieira. **O dito depois de Grice:** explicaturas ou implicaturas *default*? 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2014.

VIÉGAS-FARIA, Beatriz. **Implicaturas conversacionais e tradução teatral**: a construção de uma base linguística para a tradução de sentidos implícitos em literatura. 2003. 298 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 1997.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo magazine**: o texto em revista. São Paulo: Summus, 1996.

WALTON, Douglas. **Dialogue theory for critical thinking**. Disponível em: < <http://www.dougwalton.ca/papers%20in%20pdf/89DiaTheo.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

WILSON, Deirdre, SPERBER, Dan. Inference and implicature. In.: DAVIS, Steven (ed.). **Pragmatics**: a reader. New York: Oxford, 1991, p. 377-393.

WILSON, Deirdre. **Presupposition and non-truth-conditional semantics**. New York: Academic Press, 1975.

WILSON, Deidre. **Relevance and the interpretation of literary works**, 2011. Disponível em: < <http://www.ucl.ac.uk/pals/research/linguistics/publications/wpl/11papers/Wilson2011>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

WILSON, Deidre. Relevance and lexical pragmatics. **Rivista de Linguística**, 2003, p. 273-291. Disponível em: < <http://www.phon.ucl.ac.uk/publications/WPL/04papers/wilson.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2013.

WILSON, Deidre; SPERBER, Dan. Teoria da Relevância. In: RAUEN, Fábio José; SILVEIRA, Jane Rita Caetano da (Orgs.). **Linguagem em (Dis)curso**, v. 5, n. esp, p. 221-268, 2005.

WILSON, Deidre; CARSTON, Robyn. **An unitary approach to lexical pragmatics: relevance, inference, and ad hoc concepts**, 2007. Disponível em: < <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/robyn/pdf/Wilson-Carston-Unitary-Approach-2007.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

WILSON, Deidre; WHARTON, Tim. Relevance and prosody. **Journal of Pragmatics**, n. 38, p. 1559-1579, 2006. Disponível em: <[http://www.phon.ucl.ac.uk/publications/WPL/05papers/wilson\\_wharton.pdf](http://www.phon.ucl.ac.uk/publications/WPL/05papers/wilson_wharton.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2013.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

YUS, Francisco. A relevance-theoretic classification of jokes. **Lodz Papers in Pragmatics**. 2008, p. 131-157. Disponível em: < [https://www.academia.edu/2014705/A\\_relevance-theoretic\\_classification\\_of\\_jokes](https://www.academia.edu/2014705/A_relevance-theoretic_classification_of_jokes)>. Acesso em: 12 mar. 2013.